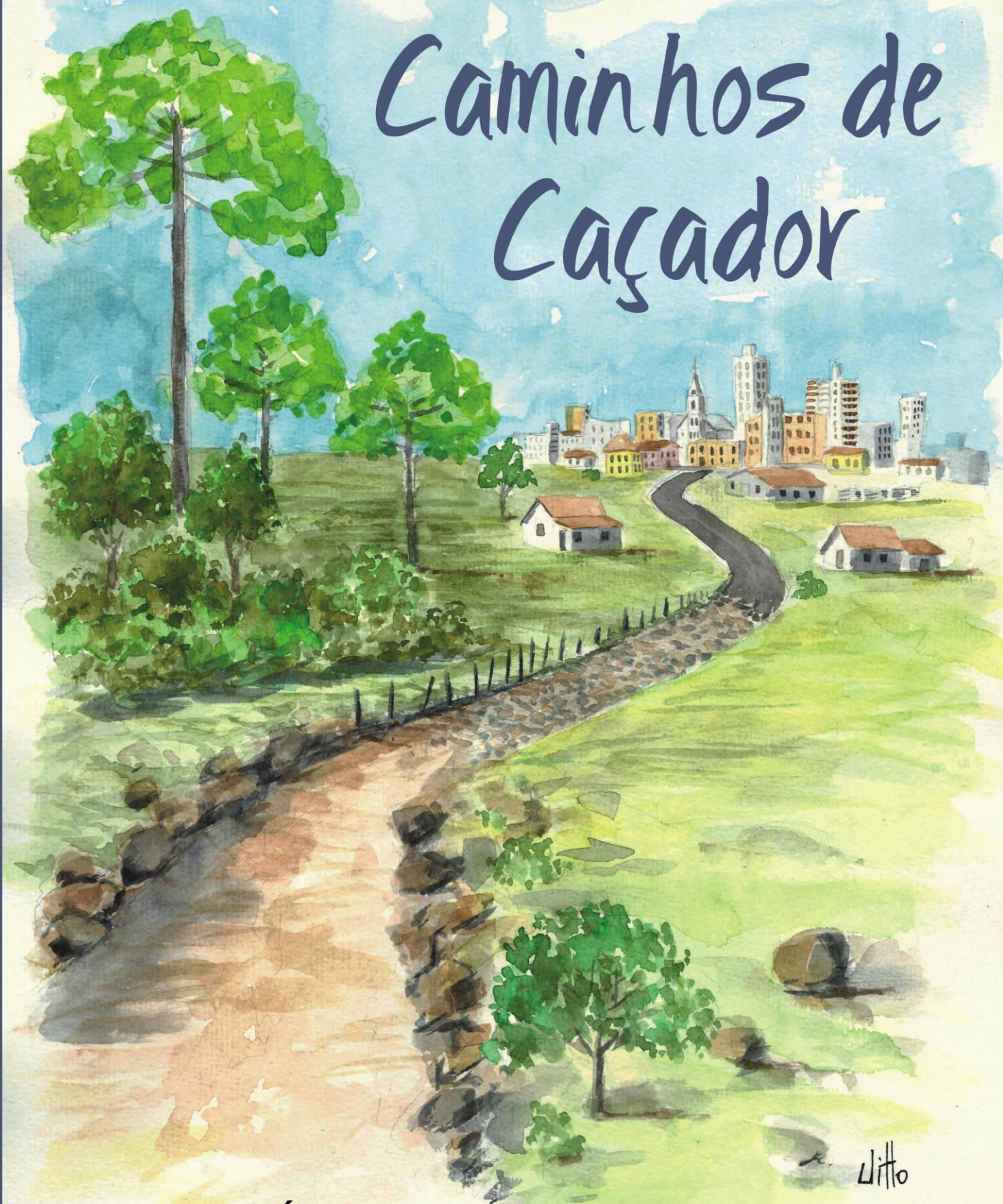


ALENCAR MENDES

Caminhos de Caçador



DICIONÁRIO DAS RUAS DA CIDADE

Caminhos de Caçador – Dicionário das Ruas da Cidade, é uma obra que, como o próprio nome já o demonstra, apresenta, de forma organizada e sistematizada, uma a uma, a origem da denominação das ruas da cidade de Caçador.

No entanto, além de uma obra de catalogação e consulta, também pode ser interpretada como um todo completo, com um sentido que ultrapassa as descrições das homenagens e conta partes importantes dos 82 anos de história de nosso município.

A obra é um convite à leitura dos episódios que permeiam a história de Caçador e que pode ser fielmente representada através das homenagens prestadas pela denominação das 759 vias da cidade. Pode-se concluir que a história de Caçador é feita pela história de cada um dos seus habitantes, representados pelos homenageados.

A diversidade destas homenagens também chama a atenção. Localidades, eventos, datas comemorativas, além de, fundamentalmente, pessoas. Os nomes próprios constituem-se na imensa maioria das denominações e, destes, as homenagens prestadas a destacados caçadorenses nos apresenta e demonstra a sua importância em cada um dos períodos da cidade.

Acreditamos estar contribuindo com esta e com futuras gerações de caçadorenses que desejam e merecem conhecer um pouco mais acerca de sua cidade e de sua rua. Conhecer o passado ajuda-nos a compreender o presente e contribui para o desenvolvimento do futuro.

CAMINHOS DE CAÇADOR

Dicionário das Ruas da Cidade



ALENCAR MENDES

2016

Capa:

Ilustração: LEANDRO VITTO

Diagramação: ALENCAR MENDES

Arte Final: NOVA ERA COMUNICAÇÃO VISUAL

Encadernação: ADEMAR MORGENSTERN

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M538c

Mendes, Alencar.

Caminhos de Caçador - Dicionário das Ruas da
Cidade. Caçador, 2016
740 p.

1. Caçador 2. Cidade 3. Dicionário. 4. Ruas 5. História
I. Mendes, Alencar II. Título

CDD: 903

Dedico este trabalho à memória de todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que nossa cidade chegasse até seu atual estágio de desenvolvimento. Que o seu exemplo, de vida, de trabalho e de dedicação, sirva para que tenhamos o potencial e a capacidade de ampliar o progresso e o crescimento de Caçador.

AGRADECIMENTOS

Em um trabalho extenso e detalhado como o que estamos apresentando agora, a colaboração e o empenho de várias pessoas é fundamental e importantíssima para a adequada condução dos trabalhos. Gostaria de agradecer imensamente ao professor Júlio Corrente, diretor do Museu do Contestado e responsável pelo Arquivo Público Municipal, pelo inestimável apoio e orientação nas buscas físicas no Arquivo Público, além dos relatos esclarecedores a respeito da história de nosso município. À vice-prefeita de Caçador, Luciane Pereira, pelo apoio e pesquisas nos registros da Prefeitura Municipal, em especial nos registros mais antigos e tão ricos em detalhes de nossa cidade. Ao IPPUC, na pessoa do senhor Donizete Alves dos Santos, pelo apoio recebido em nossas buscas e atualizações. Ao senhor Moysés Alexandre Machado, pelas incessantes e incansáveis buscas nos registros da Câmara Municipal de Caçador, funcionando verdadeiramente como nossos olhos e nossos braços nesta busca, fazendo com que este trabalho pudesse chegar ao resultado que aqui apresentamos. À senhora Paula Regina de Bortoli Coelho de Souza e, por extensão, a toda a equipe do Cartório Coelho de Souza, pelo inestimável auxílio em nossas buscas documentais. E finalmente, gostaria de agradecer imensamente à minha família, Viviane, Gabriela e Ana Flávia, por compreenderem e apoiarem nossas constantes ausências, ainda que presentes, com horas e horas em frente ao computador, especialmente em nosso tempo livre, roubados ao seu convívio.

Se vi mais longe, foi por estar aos ombros de gigantes.

Isaac Newton

Sumário

PREFÁCIO	39
INTRODUÇÃO	43
Histórico do Nome da Cidade de Caçador	47
Normas ABNT	55
Ordem Cronológica das Leis	57
Descrição das Ruas em Ordem Alfabética	99
RUA 1º DE MAIO	99
RUA 13 DE MAIO	100
RUA 25 DE MARÇO	101
RUA XV DE NOVEMBRO	104
RUA ABDALLA ELIAS FARFUD	105
RUA ABDALLA JOÃO	106
RUA ABDALLA JOSÉ THOMÉ	107
RUA ABÍLIO FRANCO	108
RUA ABÍLIO PAES CARNEIRO	108
RUA ABÍLIO VIERO	109
RUA ABSALÃO CARNEIRO	109
RUA ACRE	110
RUA ADALBERTO MANOEL PETRY	111
RUA VEREADOR ADÃO KOSTANTIUK	111
RUA ADELIA JULIETA PACHECO	112
RUA ADELIA THOMÉ JOÃO	113
RUA ADELMYR PRESSANTO	114
RUA ADEODATO MANOEL RAMOS	114
RUA ADOLFO FRANZ GROTH	117
RUA ADOLFO KLETKE	119
RUA ADONIS HOMERO GONÇALVES CORDEIRO	120

RUA ADRIANO JOSÉ CHIOT	121
RUA AFIF JOÃO EL MESSANE	121
RUA PADRE AGOSTINHO DIEDRICH	122
RUA AGOSTINHO SARAIVA	123
RUA AIMORÉ	125
RUA ALBERTO ZANATTA	126
RUA ALBINA MARIA BISCARO ZARDO	126
AVENIDA ALBINO PHELIPPE POTRICH	127
RUA ALBINO PUTTI	127
RUA ALCIDES SABINO	128
RUA ALCIDES TOMBINI	128
RUA ALCIR FRANCISCO ZANDAVALLI	129
RUA ALDEMIRA THIVES CRUZ	129
RUA ALDO ELOY GATERMANN	130
RUA ALEIXO GONÇALVES DE LIMA	131
RUA ALEMANHA	133
RUA ALEXANDRE ALVES GUERIN	134
RUA ALEXANDRE PEGORARO	135
RUA ALEXANDRE PICCOLI	135
RUA ALFREDO CACHOEIRA	136
RUA ALFREDO GIOPPO	136
RUA ALFREDO RIBEIRO DOS SANTOS	137
RUA ALOYS HONÓRIO WAGNER	138
RUA ALTAIR FERREIRA DE SOUZA	138
RUA DR. ALTAMIRO GUIMARÃES	139
RUA ALZERINO ALVES PEREIRA	139
RUA AMADEU LIZOTT	140

RUA AMANTINO BURG	141
RUA AMAZONAS	142
RUA AMÉRICO BALLATKA	143
RUA AMÉRICO WORDELL	144
RUA ANAIR FRANÇA PERETTI	144
RUA ANASTÁCIO AMARO DE SOUZA	145
RUA ANDORINHA	145
RUA ANGELINA BERNARDI KUCZER	146
RUA ANGELO BOGIO	146
RUA ÂNGELO CAOILLA	147
RODOVIA MUNICIPAL ANGELO NILLO GATTI	147
RUA ANGELO PAGANELLI	148
RUA ANITA GARIBALDI	149
RUA ANNA MASCARELLO FIOREZE	150
RUA ANNA VIERO DOS REIS	150
RUA ANTONINA GLUSZCZAK	151
RUA ANTÔNIO APPI	152
RUA ANTÔNIO BELENKI	152
RUA ANTÔNIO BOMBASSARO	153
AVENIDA ANTONIO COMAZZETTO	153
RUA ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO	154
RUA ANTONIO DE PAULA RIBAS	154
RUA ANTÔNIO MIGUEL SULSBACH	155
RUA ANTÔNIO OZÓRIO	155
RUA ANTÔNIO PELIZZER	156
RUA ANTONIO PEREIRA	156
RUA ANTONIO RANZANI	157

RUA ANTONIO ROSA DE OLIVEIRA	158
RUA ANTONIO ROSSETTO	159
RUA ANTÔNIO ROTTA	159
RUA GENERAL ANTÔNIO SAMPAIO	159
RUA ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR	160
RUA ANTONIO VICENTE DE LIMA	162
RUA ANTÔNIO VIVAN	163
RUA ANTONIO WOLOCH	164
RUA ANTÔNIO ZARUR	164
RUA APARÍCIO MANTOVANI	164
RUA AQUILES DE PAULA LINHARES	165
RUA ARAÇÁ	166
RUA ARACAJU	167
RUA ARARANGUÁ	168
RUA ARAUCÁRIA	168
RUA ARESTIDES MORIGGI	169
RUA ARGENTINA	170
RUA ARI PONTES	171
RUA ARISTEU PÔRTO LOPES	171
RUA ARISTIDES Malfatti	172
RUA ARISTILIANO DE ALMEIDA	172
AVENIDA CORONEL ARISTILIANO RAMOS	173
RUA ARLINDO ALOYS JUNG	174
RUA ARLINDO MARTINS DA SILVA	174
RUA ARMINDO DALASTRA BONFANTI	175
RUA ARNALDO DE PAULA TIMERMANN	176
RUA ARNILDA LESSING	176

RUA ARNO WILLI FAUTH	177
RUA ARTUR TREVISANI	177
RUA ARY DE OLIVEIRA CARNEIRO	177
RUA ARY HARRES	178
RUA ATILIO BASQUERA	178
RUA ATILIO CECCATTO	179
RUA ATÍLIO FAORO	179
RUA AUGUSTO CORRÊA DE MELLO	180
RUA AUGUSTO DE PAULA CARNEIRO	181
RUA AUGUSTO DRIESSEN	182
RUA AUGUSTO GONÇALVES DE MORAES	182
RUA AUGUSTO SANTO PERRET	182
RUA AUGUSTO XAVIER PAES	183
RUA AURÉLIO COSTA	184
RUA ÁUSTRIA	184
RUA AVÁ-CANOEIRO	186
RODOVIA MUNICIPAL AVELINO MANDELLI	187
RUA AYRTON ARAÚJO MENZEL	188
RUA DAS AZALÉIAS	189
RUA AZIR DE SOUZA SANTOS	190
RUA BADEN POWELL	190
RUA BAHIA	192
AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO	193
RUA BARTIRA	195
RUA BASÍLIO CIFFRO	196
RUA BAZBINA AKKAR	196
RUA BEIJA-FLOR	198

RUA BELA VISTA	198
RUA BELÉM	199
RUA BÉLGICA	200
RUA BENEDITO PONCIANO	201
RUA BENJAMIN BRASIL	202
RUA BENJAMIN CONSTANT	203
RUA BENJAMIN GIOPPO	204
RUA BENJAMIN ZANDAVALLI	205
RUA BERNARDINA GONÇALVES DE OLIVEIRA LOPES	206
RUA BERNARDINO DEBONI	206
RUA BERNARDO PRIMO NORA	207
RUA BERTHA GROTH	208
RUA BIGUAÇU	209
RUA BLUMENAU	211
RUA BOLÍVIA	212
RUA BOM PASTOR	213
RUA BONIFÁCIO JOSÉ DOS SANTOS	214
RUA BOROROS	216
RUA BRASÍLIA	217
RUA BRUNO CACHOEIRA	219
RUA BRUSQUE	220
AVENIDA COMENDADOR CAETANO BALVEDI	221
RUA CAETÉ	222
RUA CAIAPÓS	223
RUA CAMBORIÚ	224
RUA CAMPOS NOVOS	225
RUA CAMPOS SALES	226

RUA CANADÁ	227
RUA CANÁRIO	228
RUA CANDIDA ANTÔNIA DO CANTO	229
RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON	229
RUA CANOINHAS	230
RUA CAPITULINO DE MORAES	231
RUA CARAGUATÁ	231
RUA CARIJÓ	233
RUA CARLINDO DE PAULA	234
RUA CARLOS AUGUSTO COELHO DE SOUZA	234
RUA CARLOS DALMAS	236
RUA CARLOS SPERANÇA	237
RUA CASTRO ALVES	240
RUA CECILIA MALESKE	241
RUA CEDRO	242
RUA DR. CESAR PEREIRA	243
RUA CESTÉLIO SOLIMANN	243
RUA CHAPECÓ	244
RUA CHICO MENDES	245
RUA CHILE	246
RUA CICERO BUSCARONS	247
RUA CORONEL CID GONZAGA	248
RUA CLAUDINO PICOLOTO	249
RUA CLINEU DOMIGOS BERARDI	250
RUA CLÓVIS JOÃO DALLAZEM	250
RUA CLÓVIS LUIZ DE NARDI	251
RUA COLÔMBIA	252

RUA CONCÓRDIA	253
RUA CONSELHEIRO MAFRA	254
RUA DO CONTESTADO	256
RUA CRICIÚMA	260
RUA CRISTÓVÃO COLOMBO	262
RUA CRUZ E SOUZA	263
RUA CURITIBA	264
RUA CURITIBANOS	265
RUA DANIEL LÂNGARO	266
RODOVIA DANIEL LESSING	266
RUA DANILO MANFROI	267
RUA DANTE SABEDOT	268
RUA DEOCLIDES PEDRO BOM	268
RUA DILERMANDO BIAVATTI	269
RUA DILMA DEBONI PETRY	270
RUA DINAMARCA	270
RUA DINARTE JOSÉ RODRIGUES	271
RUA DINÊS DE JESUS CORDEIRO FARIAS RIGO	272
RUA DINEY WERNER	272
RUA DOMINGOS FIGUERÔA	273
RUA DOMINGOS FURTADO	274
RUA DOMINGOS GABARDI	275
RUA DOMINGOS GIOVANI PEGORARO	275
RUA DOMINGOS MENIN	276
RUA DOMINGOS PEDRO MACHADO	277
RUA DOMINGOS PIVATO	278
RUA DOMINGOS SORGATTO	278

RUA EDGAR DA SILVA PACHECO	279
RUA EDMUNDO COELHO DE MATTOS	280
RUA EDUARDO BENTO	280
RUA EDUARDO HARTMANN	281
RUA EGÍDIO CARPES	282
RUA EGÍDIO CORDEIRO	283
RUA ELIAS ABDALLA	284
RUA ELIAS BIASI	284
RUA ELIAS DE MORAES	284
RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI	287
RUA ELVIRA POPIA PAVELSKI	287
RUA EMÍLIA GIOPPPO BRASIL	288
RUA EMILIO JOAQUIM	289
RUA EMÍLIO PREVEDO	290
RUA EQUADOR	290
RUA ERCÍLIO DE LIMA	291
RUA VEREADOR ERI DUPONT	292
RUA ERMINDO ALBINO FONTANA	293
RUA ERMINDO LUIZ SETTI	293
RUA ERNA INGE KELLER	294
RUA ERNESTO ANTÔNIO ZARDO	295
RUA ERNESTO BARBOZA ROESCH	295
RUA ERNESTO BOLSON	296
RUA ERNESTO BORCHATE	297
RUA ERNESTO KIRSCHNER	297
RUA ERNESTO MARTELLO	298
RUA ESPÍRITO SANTO	299

RUA ESTADOS UNIDOS	301
RUA ESTEFANO BOIKO	302
RUA ESTEFANO JOÃO FABIANI	303
RUA ESTEFANO KIMAK	305
RUA VEREADOR ETELVINO PEDRASSANI	305
RUA EUCALIPTO	306
RUA EUCLIDES JOSÉ PADILHA	306
RUA EUGÊNIO BUSATO	307
RUA EUGÊNIO FRANCISCO PARIS	308
RUA EUGÊNIO SANTIN	308
RUA EUSÉBIO FERREIRA DOS SANTOS	309
RUA EUTIMIO MIOZZO	311
RUA EVALDO LUIZ FONTANA	311
AVENIDA FAHDO THOMÉ	312
RUA FAUSTO MACHADO DE QUADROS	312
RUA FELIPE JOÃO	313
RUA FELIPE JOSÉ DE PAULA	314
RUA FELISBERTO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	314
RUA FERMIANO PAES CARNEIRO	315
RUA FERMINA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO RIBAS	316
RUA FERMINO BORGES DE CARVALHO	316
RUA FERNANDO BADOTTI	317
RUA FERNANDO MACHADO	317
RUA FERNANDO MAYER	318
RUA FERNANDO TURATTI	318
RUA FIORINDO CONSTANTINI	319
RUA FLORÊNCIO BUSATO	319

RUA FLORIANO WOSNY	320
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	321
RUA FLORIANÓPOLIS	322
RUA FLORINDO D'AGOSTINI	323
RUA FORTALEZA	324
RUA FRAIBURGO	325
RUA FRANÇA	326
RUA FRANCISCO ALONSO DE SOUZA	327
RUA FRANCISCO ASSIS BEJAMINI	328
RUA FRANCISCO CHAVES DOS SANTOS	329
RUA FRANCISCO CORRÊA DE MELLO	329
RUA FRANCISCO DE ALMEIDA	332
RUA FRANCISCO DRIESSEN	332
RUA FRANCISCO GEREMIA	333
RUA FRANCISCO LOPES DE SOUZA	333
RUA FRANCISCO MENEGAZZO	334
RUA FRANCISCO NOVASKI	334
RUA FRANCISCO PINO GARCIA	335
TRAVESSA FRANCISCO PIZZARO	335
RUA FRANCISCO SANTI	336
RUA FRANCISCO SCHNEIDER	337
RUA FRANCISCO ZAMPRONIO	337
RUA FREI ROGÉRIO	338
RUA FRIEDA LESSING KRAMER	339
TRAVESSA GENERAL OSÓRIO	339
RUA GENEROSO PADILHA MORAES	340
RUA GENÉSIO CRUZ	341

RUA GENTIL PICCOLI	341
RUA GENY DE JESUS AFONSO CARNEIRO	341
RUA GERHARD FEZER	342
RUA GETÚLIO VARGAS	343
RUA GILBERTO PIOLLA DA SILVA	344
RUA GOIÁS	345
RUA GOITACÁ	346
RUA GOMERCINDO SCHATEL MEDEIRO	347
RUA GRALHA AZUL	348
RUA DR. GUALBERTO RAMALHO	349
RUA GUAMIRIM	349
RUA GUANABARA	350
RUA GUARACI	351
RUA GUARANI	352
RUA GUERINO ANDRÉIA ZANATTA	353
RUA IRMÃO GUIDO GABRIEL	353
RUA GUILHERME ATTILIO ZARDO	354
RUA GUILHERME LAURO RUPP	356
RUA GUILHERME MALESKE	356
RUA HAIDE BENETTI BUSATO	357
RUA HAMILCAS CARNEIRO	357
RUA HEINZ RODOLFO MULLER	358
RUA HELENA WISNIEWSKI	358
RUA HENRIETTE LESSING	359
RUA HENRIQUE CRUZ GARCIA	360
RUA HENRIQUE JÚLIO BERGER	361
RUA HENRIQUE VEBBER DA SILVA	361

RUA HENRIQUETA TEDESCO	362
RUA HERALDO JOSÉ MAFFESSONI	363
RUA HERCÉLIO TIBIAS	363
RUA HERCÍLIO LUZ	363
RUA DR. HERCULANO COELHO DE SOUZA	365
RUA HERMÍNIO ALVES DE MORAIS	366
RUA HERMÍNIO MAFFESSONI	367
RUA HILÁRIO BAÚ	368
RUA HOLANDA	368
RUA HONORINO ALFREDO FILIPPON	370
RODOVIA MUNICIPAL HONORINO MORO	370
RUA HUGO HONAISER	372
RUA HUGO TORRES CRUZ	373
RUA HUMBERTO BUSATTO	373
RUA IANOMÂMI	374
RUA IBIRAMA	374
RUA IDA DAL FORNO HARRES	375
RUA IGNES BORTOLON PIVATTO	376
RUA ILMAR JOSÉ PIERDONÁ	376
RUA IMARUÍ	377
RUA IMBUIA	378
RUA INÁCIO ALVES DA SILVA	379
RUA INGLATERRA	380
RUA IRACEMA MARIA GOMES DOS SANTOS	381
RUA IRENO LUIZ CORDEIRO	382
RUA IRINEU MARCOS PIERDONÁ	383
RUA IRMA MARIA MACHIAVELLI DE NARDI	383

RUA IRMÃO TOMAZ	384
RUA ISRAEL	385
RUA ITÁ	386
RUA ITAIÓPOLIS	387
RUA ITAJAÍ	388
RUA ITÁLIA	389
RUA ITAPIRANGA	390
RUA ITUPORANGA	391
RUA IVAN ANTÔNIO BARICHELLO	392
RUA IVAN JOSÉ BOLSON	392
RUA IVETE ZINI	393
RUA IVO A. ROVEDA	394
RUA IVO GILBERTO BUENO	394
RUA IVO JOSÉ CASAGRANDE	395
RUA IVO RAISEL	396
RUA IZIDORO BELOTTO	397
RUA JACOB MIGUEL ZANCHETTIN	399
RUA JACOB SANTI	399
RUA JAIR CARLOS RIGO	400
RUA JAIRO JERONIMO COELHO DE SOUZA	401
RUA JANDIRA	401
RUA JARAGUÁ DO SUL	402
RUA JESUS ALVES PADILHA	403
RUA JOAÇABA	403
RUA DESBRAVADOR JOAIR DOS SANTOS LIMA	404
RUA JOANNA ANNHICE SANTIN DALMAS	405
RUA JOÃO AMÂNCIO COSTA	405

RUA JOÃO ANGELI	407
LARGO JOÃO ANTONIO GRANDO	407
RUA JOÃO ANTÔNIO ZANCHI	409
RUA JOÃO AUGUSTINHO DA LUZ NETTO	409
RUA JOÃO BALZAN	410
RUA JOÃO BENETTI SOBRINHO	410
RUA JOÃO BORDIGNON	411
RUA JOÃO CARLIM DO PRADO	412
RUA JOÃO CASTELANI	413
RUA JOÃO CORRÊA DE MELLO	413
RUA JOÃO D'AGOSTINI	414
RUA JOÃO DE BARRO	414
RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	415
RUA JOÃO FORESTI	415
RUA JOÃO KUCZER	416
RUA JOÃO MANOEL LUIZ OSÓRIO	416
RUA JOÃO MARIA DE AGOSTINI	417
RUA JOÃO MARIA DE CASTILHO SOBRINHO	419
RUA JOÃO MARIA VISLOSKI	420
RUA JOÃO NATAL	420
RUA JOÃO NEI PONTES	421
RUA JOÃO PEDRO DA SILVA BRASIL	421
RUA JOÃO PEDRO RODRIGUES	422
RUA JOÃO PEREIRA DA SILVA	422
RUA JOÃO PIROLI	423
RUA JOÃO REMILIO RIGO	424
RUA PROFESSOR JOÃO ROBERTO MOREIRA	425

RUA JOÃO ROSA DOS SANTOS	426
RUA JOÃO SCHAPHAUSER	426
RUA JOÃO SIMÃO DE ALMEIDA	427
RUA JOÃO THIMÓTEO PACHECO	427
RUA JOÃO THIVES SOBRINHO	428
RUA JOÃO WOLOCH	428
RUA JOAQUIM BALSANELLI	429
RUA JOAQUIM FERNANDES DE LARA	429
RUA JOAQUIM GONÇALVES CORDEIRO	429
RUA JOAQUIM RAIZEL DA CRUZ	430
RUA JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS	430
RUA JOINVILLE	431
RUA JONATHAS ISAC OLIENTIK	432
RUA JORDÃO GRANEMANN	433
RUA JORGE GONÇALVES CORDEIRO	434
RUA JORGE JOÃO	434
RUA JORGE MEIRELLES	435
RUA JORGE THOMÉ	435
RUA JOSÉ AGUSTI	437
RUA JOSÉ ANTÔNIO PIVATO	439
RUA JOSÉ ANTÔNIO SALAMONI	440
RUA JOSÉ BENTO TRISTÃO	441
RUA JOSÉ BOITEUX	442
RUA JOSÉ BONIFÁCIO	442
RUA JOSÉ CESÁRIO GUZZI	445
RUA PADRE JOSÉ CHAMOT	446
RUA JOSÉ CORRÊA GONÇALVES	447

RUA JOSÉ DE LEMOS BRAGA	447
RUA JOSÉ DE SOUZA TRINDADE	448
RUA JOSÉ EDGAR THOMÉ	448
RUA JOSÉ FERREIRA	449
RUA JOSÉ GIOPPO	449
RUA JOSÉ GLUSZCZAK	450
RUA JOSÉ HONÓRIO LUIZ	451
RUA JOSÉ IOOS JÚNIOR	451
RUA JOSÉ LEWINSKI	452
RUA JOSÉ LINDACIR TABORDA	452
RUA JOSÉ LUIZ CORDEIRO	453
RUA JOSÉ MANOEL DA SILVA	453
RUA JOSÉ MARIA	454
RUA JOSÉ MARQUES DOS SANTOS	456
RUA JOSÉ NACLE DAVI	457
RUA JOSÉ OLEINIK	457
RUA JOSÉ PREZALINO DE OLIVEIRA	458
RUA JOSÉ REICHMANN	458
RUA JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS	460
RUA JOSÉ RODRIGUES	460
RODOVIA MUNICIPAL JOSÉ ROSSI ADAMI	461
RUA JOSÉ SOUZA	461
RUA JOSÉ VILMAR MONTEIRO	462
RUA PROFESSORA JOSEFINA CONTI	463
RUA JUCELY CARLOS FRANÇA	463
RUA JULIA DALITA STACHE D'AGOSTINI	464
RUA JÚLIA GIOPPO CARNEIRO	465

RUA JÚLIO LESSING	466
RUA JULIO WISNIEWSKI	467
RUA JURANDIR OLIVIERA EURIQUES	467
RUA JURUÁ COELHO DE SOUZA	469
RUA JURUNA	469
RUA JUSTINA BASSEGIO SORGATTO	470
RUA JUVENAL ALVES FAGUNDES	471
RUA KAIGANG	472
RUA PROFESSOR LADISLAU LISZKIEVICH	473
RUA LAGES	473
RUA LAGUNA	474
RUA LAUDELINO FOGAÇA DE ALMEIDA	476
RUA LAURINDO VERONESE	476
RUA LAURO MARINS	476
RUA LAURO MÜLLER	477
RUA IRMÃO LÉO GUILHERME RECH	478
RUA LEOCÁDIA KERBER PIVATO	481
RUA LEONARDO GRANEMANN	482
RUA LEONARDO OLINDO VISNIEWSKI	482
RUA LEONEL EMÍLIO AIMI	483
RUA LÍBANO	484
RUA LINO SPEROTTO	485
AVENIDA ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	485
RUA LOURIVAL ELYAS	487
RUA LUCIA DONIDA SANTI	490
RUA LUCIANO VICTÓRIO BIASI	490
RUA LUCÍDIO ALVES PACHECO	491

RUA LUCILLA BRANDT BALENA	492
RUA LUIZ ANDREOLLA	493
RUA LUIZ CAETANO FRANCIO	493
RUA LUIZ CARAMORI	494
RUA LUIZ CARLOS ANDRIOLA	495
RUA DOM LUIZ COLUSSI	495
RUA LUIZ FAVARIN	497
RUA LUIZ MENIN	497
RUA LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	498
RUA LUIZ SIMAS	499
RUA LUIZ SOUZA CORRÊA	501
RUA LUIZ TORTATTO	501
RUA LUIZA D'AMBROZ FAORO	502
RUA PROFESSORA LUIZA RAISEL	503
RUA MACIEIRA	504
RUA MAFRA	505
RUA MANAUS	506
RUA MANOEL DE SOUZA SANTOS	507
RUA MANOEL FRANCIO	507
RUA MANOEL LUIZ CORDEIRO	507
RUA MANOEL PEDRO DRIESSEN	508
LARGO PREFEITO MANOEL SIQUEIRA BELLO	509
RUA MARCELINO ANJOS	511
RUA MARCIO ADRIANO LEITE	512
RUA MÁRCIO SOARES	513
RUA MARCOS AFONSO VITTO	514
RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO	515

RUA MARECHAL DEODORO	515
RUA MARECHAL HERMES	518
RUA MARIA ANTÔNIA BUSATO ZANDAVALLI	519
RUA MARIA BENTA DE LIMA	520
RUA MARIA C. DE OLIVEIRA CARNEIRO	520
RUA MARIA DEOMAR COSTA NEVES	521
RUA MARIA DOS PRAZERES SANTOS	521
RUA MARIA EVA CARDOSO	522
RUA MARIA HERONDINA TRISTÃO	522
RUA MARIA ROSA	523
RUA MARIA SCHUMANN ROTTA	525
RUA MARINA WAGNER BURG	526
RUA MÁRIO D'AGOSTINI	527
RUA MARIO DA LUZ	527
RUA MARIO DE PAULA CARNEIRO	528
RUA MARLENE CORDEIRO MORAIS	528
RUA MARQUÊS DE OLINDA	529
RUA MARTINHO INÁCIO DA TRINDADE	530
RUA MATO GROSSO	530
RUA MATURINO BORGES DA LUZ	531
RUA MIGUEL COUTO	532
RUA MIGUEL CURY	532
RUA MIGUEL MATOS DE FIGUEIREDO	533
RUA MILTHON ANTONIO ZAMPRONIO	534
RUA MILTON ANTONIO MARINI	535
RUA MILTON CESAR PEGORARO	535
RUA MINAS GERAIS	536

RUA DR. MOACIR SAMPAIO	538
RUA MOEMA	539
RUA MONGE JOÃO MARIA	541
RUA NAPOLEÃO RIBEIRO DOS SANTOS	543
RUA NARCISO BASSO	543
RUA NATAL	544
RUA NELSON EUGÊNIO BUSATO	545
RUA NEREU RAMOS	546
RUA NICANOR GONÇALVES CORDEIRO	547
RUA NILO HENRIQUE THOMÉ	547
RUA OCTACÍLIO TRINDADE CORDEIRO	547
RUA ODAIR ROQUE TOMBINI POMPERMAIER	548
RUA ODELIR GODINHO	548
RUA OLAVO BILAC	549
RUA OLEGÁRIO RAMOS	550
RUA OLGA TURATTI AGUSTI	552
RUA OLINDO MOCINELLI	554
RUA OLINDOMAR TONET	554
RUA OLÍVIO ABATTI	555
RUA OLÍVIO ANTÔNIO MATOS	556
RUA OLYMPIO VERGETT	556
RUA ONIO PEDRASSANI	557
RUA ONOFRE PEREIRA	557
RUA ORESTES PEREIRA GOMES	558
RUA ORLEÃES	558
RUA DAS ORQUÍDEAS	559
RUA OSCAR PAUPITZ	560

RUA OSMAR BAPTISTA STIEVEN	561
RUA OSMAR RITTER	562
RUA OSNI AMARO ROMÃO	562
RUA OSNY TEODORO CUNHA	563
RUA OSÓRIO TIMMERMANN	564
RUA OSVALDO ALVES	564
RUA OSVALDO MANOEL GOMES	565
RODOVIA MUNICIPAL OSVALDO OLSEN	565
RUA OTÁVIO GONÇALVES CORDEIRO	567
RUA OTÁVIO JOSÉ LEITE	567
RUA OTÁVIO MORAES DE SOUZA	568
RUA OTTO LESSING	568
RUA PADRE FEIJÓ	569
RUA PALHOÇA	570
RUA PALMIRA DE PAULA CARNEIRO	571
SERVIDÃO PALMITO	572
RUA PANAMÁ	572
RUA PAPAGAIO	574
RUA PARÁ	574
RUA PARAGUAI	575
RUA PASCHOAL DE JESUS LOPES	577
RUA PASQUAL CASSOL	578
RUA PASQUAL ROTTA	579
RUA PATAXÓ	580
RUA PAULINO LEÃO	581
RUA PAULO CASTELLI	581
RUA PAULO LESSING	582

RUA PAULO LUNDERINGHAUSEN	583
RUA PAULO VEIGA	583
RUA DA PAZ	584
RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL	584
RUA PEDRO BUSATTO	586
RUA PEDRO CAMPANHA	586
RUA PEDRO DEBONI	587
RUA PEDRO DRIESSEN FILHO	588
RUA PEDRO DRISSEN SOBRINHO	588
RUA PEDRO FERNANDES DE OLIVEIRA	589
RUA PEDRO FRANCISCO FORESTI	590
RUA PEDRO JOÃO BALENA	590
RUA PEDRO MELO	591
RUA PEQUENA MARIA FERNANDA	592
RUA PERIQUITO	593
RUA PERU	593
RUA PICA-PAU	594
RUA PINHEIRO MACHADO	595
RUA PLÍNIO MORGENSTERN	597
RUA POETA J. AMAZONAS	597
RUA PORTO UNIÃO	598
RUA PORTUGAL	599
RUA POTIGUAR	601
RUA PRESCILIANA AIRES DE ARRUDA MAIA	601
RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO	602
RODOVIA PRESIDENTE COSTA E SILVA	605
RUA PRESIDENTE KENNEDY	606

RUA DAS PRIMAVERAS	608
RODOVIA COMENDADOR PRIMO TEDESCO	609
RUA PRINCESA ISABEL	610
RODOVIA MUNICIPAL PRÍNCIPE DA PAZ	612
RUA PRUDENTE DE MORAIS	612
RUA QUINTINO BOCAIÚVA	614
RUA RACHIDE ABDALLA	615
RUA RAIMUNDO JOSÉ PIERDONÁ	615
RUA RAUL RUPPEL	616
RUA RAULINO RIBEIRO DOS SANTOS	617
RUA REINALDO MAFFESSIONI	617
RUA REINOLDO LEBELEIN	619
RUA RENATO BASEGGIO	619
RUA RIACHUELO	620
RUA RICARDO ANGELLI	620
RUA RICARDO FENDT	621
RUA RICIERI CRIVILATTI	621
RUA RIO DAS ANTAS	622
RUA RIO DE JANEIRO	623
RUA RIO DO SUL	624
RUA RIO GRANDE DO SUL	625
RUA RISOLETA LEMOS MAIA	626
RUA ROMEU SORGATTO	627
RUA ROMILDO KOPPE	628
RUA ROMULO PEREIRA DE SOUZA	628
RUA RONDÔNIA	628
RUA RORAIMA	630

RUA ROSA DALLA CHIESA BAÚ	631
RUA RUI BARBOSA	631
RUA SABIÁ	632
RUA SADI ANTONIO COFFERRI	634
RUA SALOMÃO GIOPPO CARNEIRO	634
RUA SALVADOR	635
RUA SALVADOR ANTUNES ABRÃO	636
RUA SANTA BÁRBARA	637
RUA SANTA BERNADETE	638
AVENIDA SANTA CATARINA	640
RUA SANTA CECÍLIA	640
RUA SANTA EDWIGES	642
RUA SANTA LUZIA	644
RUA SANTA RITA DE CÁSSIA	645
RUA SANTA ROSA DE LIMA	646
LARGO SANTELMO	648
RUA SANTIAGO RODRIGUES	649
RUA SANTINA DAGANI MENIN	649
RUA SANTO ROSSETTI	650
RUA SANTOS MÁRIO SCAPINELLI	652
RUA SÃO BENTO DO SUL	652
RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	653
RUA SÃO PAULO	654
RUA SAVOIA ASSEF	655
RUA SEBASTIANA DE PAULA CARNEIRO DRIESSEN	656
RUA SEBASTIÃO ANTÔNIO DE SOUZA	656
RUA SEBASTIÃO CARNEIRO	657

RUA SEBASTIÃO DE OLIVEIRA CARNEIRO	657
RUA SEBASTIÃO DOS SANTOS	658
RUA SEBASTIÃO G. CORDEIRO	659
RUA SEBASTIÃO G. DO NASCIMENTO	660
RUA SEBASTIÃO GONÇALVES CORDEIRO	660
RUA SEBASTIÃO VELASQUES	661
AVENIDA COMENDADOR SELVINO CARAMORI	661
RUA SENADOR SALGADO FILHO	663
RUA SENY HARTKOPFF DOS SANTOS	664
RUA SERGIPE	665
RUA SERRA DA PEDRA BRANCA	666
RUA SERRA DA TAQUARA VERDE	666
RUA SERRA DO ESPIGÃO	667
RUA SERRA DO IRANI	668
RUA SERRA DO RIO DO RASTRO	669
RUA SERRA GERAL	669
AVENIDA SETE DE SETEMBRO	671
RUA SIEGFRIED HELMUTH LÜHRS	671
RUA SILVÉRIO CORRÊA DOS SANTOS	673
RUA SILVÉRIO SINKERE	673
RUA SILVESTRE PETRYKOWSKI	674
RUA SILVIO GIOPPO	674
RUA SILVIO MATIELLO	675
RUA SILVIO SANTI	676
RUA SIMPLICIANO CORRÊA DE MIRANDA	677
RUA SOLON COELHO DE SOUZA	677
RUA SULEMAR SILVEIRA	679

RUA SYLVANO PROÊNCIO	680
RUA TAIÓ	680
RUA TAMOIO	681
RUA TANGARÁ	682
RUA TELMO TADEU SIQUEIRA	683
RUA TEODORA	683
RUA TEÓFILO GOMES DE MATTOS	685
RUA TEÓFILO ZARUR	686
RUA TERESINA	686
RUA TEREZA DE FREITAS MÜLLER	687
RUA TEREZA DIVA GARCIA	687
RUA PADRE THOMAS PIETERS	688
RUA TICO-TICO	689
RUA TIJUCAS	690
RUA TIMBÓ	691
RUA TIO BALDUÍNO	692
RUA TIRADENTES	693
RUA TOMAZ PADILHA	695
RUA TOMAZ WISNIEWSKI	696
RUA TREMEMBÉ	697
RUA TUBARÃO	698
RUA DAS TULIPAS	699
RUA TUPI	700
RUA TUPINAMBÁ	700
RUA TUPINIQUIM	701
RUA URSULA SCAPINELLI MANTOVANI	702
RUA URUGUAI	702

RUA URUSSANGA	704
RUA VALDIR MORAIS	705
RUA VALMOR FRANCISCO SCHMITT	705
RUA VENCESLAU GONÇALVES VIEIRA	706
RUA VENEZUELA	706
RUA VERGÍLIO ANTÔNIO DA SILVA	708
RUA VERGÍNIA SCAPINELLI	708
RUA VICENTE BERARDI	709
RUA VICTOR BAPTISTA ADAMI	709
RUA VICTOR HUGO PETRY	711
RUA VICTORIA ANÇAY PORTELA	712
RODOVIA MUNICIPAL VICTÓRIO POLETTO	712
RUA VIDAL CHAVES	713
RUA CORONEL VIDAL RAMOS	713
RUA VIDEIRA	714
RUA DAS VIOLETAS	715
RUA VISCONDE DE MAUÁ	716
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO	718
RUA VITAL ANTONIO ALMEIDA	718
RUA VITOLDO GURSKI	719
RUA VITOR KONDER	719
RUA VITOR KRÜGER	721
RUA VITOR LEZAN	721
RUA VITOR MEIRELES	722
RUA VITÓRIA	723
RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS	724
RUA VITÓRIO BIANCHI	725

RUA VITÓRIO CHIARELLO	726
RUA VITÓRIO RECALCATTI	727
RUA WALDEMAR FAUTH	728
RUA WALDOMIRO WITIUK	728
RUA WILAMIR ANTÔNIO GIARETTA	729
RUA XAVANTES	730
RUA XAXIM	731
RUA ZAKI THOMÉ	732
RUA ZÉLIO RODRIGUES	732
ANÁLISE ESTATÍSTICA	735
CONCLUSÃO	739

PREFÁCIO

Por Carlos Evandro Luz

Alencar Mendes, caçadoreense, profissional da Odontologia, Pós-graduado em Dentística Restauradora e Odontologia do Trabalho, traz para satisfação de todos nós, esta obra primorosa, de valor inestimável, que intitulou – CAMINHOS DE CAÇADOR – DICIONÁRIO DAS RUAS DA CIDADE, a qual tenho o privilégio e a honra de apresentar.

O tema aqui abordado incorpora-se no campo das preocupações da atividade funcional do autor, MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades e Vereador, junto ao Legislativo Caçadoreense, eleito para a Legislatura 2013-2016, possuindo, portanto, intimidade com as questões suscitadas pelo objeto temático que escolheu para esmiuçar com tanta minudência e profundidade.

Também eleito à vereança, nesta legislatura, para atuar no mesmo parlamento, passei a ter com o autor, convívio constante, quase diário, notadamente no plenário e nas reuniões das Comissões Técnicas da Casa Legislativa, podendo assim, ao longo desse tempo, asseverar, que Mendes exerce esse múnus público, sustentado em princípios de honradez e dignidade, desempenhando-o, com capacidade e zelo, demonstrando, de maneira insofismável, havê-lo abraçado com inquebrantável dedicação, deixando, por onde atua, marcas indeléveis de competência e retidão de caráter.

Em data imprecisa, de 2014, em despretenso diálogo, divagávamos acerca das dificuldades com as quais nos deparávamos, ao buscar informações, acerca da identidade dos personagens e locais que, ao longo do tempo, vieram, através de decretos e leis, a nominar as vias públicas de nossa cidade, uma vez que os documentos respectivos sempre foram mantidos em arquivos esparsos, prática administrativa deficiente, capaz de obstaculizar sua localização, facilitar eventuais danos e extravios, e a comprometer com seriedade, a efetivação de estudos e pesquisas, ocasionando, consequentemente, prejuízos incalculáveis à Administração Pública, ao conhecimento da população atual, às gerações vindouras e à própria história do Município, extraindo-se, desses questionamentos, a imperiosa necessidade, em se reunir e condensar, em compêndio, a legislação específica, produzida pelos Poderes Executivo e Legislativo, desde a emancipação político administrativa do Município aos dias atuais.

Voltado a realizar além daquilo que institucionalmente estatui-se à atividade parlamentar, com peculiar determinação e convencido da relevância para a sociedade em geral, de uma obra de tal envergadura, Alencar Mendes dispôs-se a elaborá-la, e a partir daquele instante, com seriedade e sem

tréguas, debruçou-se à causa, dando início a buscas incansáveis e pesquisas imprescindíveis, junto a pessoas, instituições, Cartório de Registro Civil, e, precipuamente aos acervos documentais dos arquivos dos poderes legislativo e Executivo Municipal e, contando com o auxílio de alguns abnegados, em curto interregno, face à complexidade e extensão do tema, fez materializar sua pretensão, consolidando a obra em volume único, robusta e plena, completa, na verdade, afigurando-se apta a exteriorizar e resgatar aspectos importantes da cultura, dos valores, dos costumes e da história de nossa cidade.

Preambularmente, em preciso, rico e detalhado relato, discorreu sobre a formação deste então inóspito lugar, sua história evolutiva, dos mais remotos tempos até a criação formal do Município, por Decreto, em 1934, que deu origem ao nome – Caçador.

Em sequência lógica e inteligente, relacionou os decretos e as leis que denominaram as ruas da Cidade, ordenadas pela data de sua entrada em vigor, não olvidando em acentuar todas as alterações de denominações havidas ao longo dos anos, e com visão detalhista, delineou, uma a uma, as vias, com as leis que as nominaram, mesmo aquelas em que a legislação não fora, em arquivo algum, localizada.

Através de árduo e exaustivo trabalho, catalogou, em ordem alfabética, as setecentas e cinquenta e nove vias públicas, até agora, formalmente instituídas na cidade, acompanhadas do número respectivo da lei e ano de publicação, localização no perímetro, sua extensão linear e, ainda, com singular organização e competência, a cada uma, adicionou precisas e valiosas informações, possibilitando ao leitor conhecer e identificar, à saciedade, as razões e motivos pelos quais, em determinado momento histórico, pessoas, lugares, datas comemorativas, santos de devoção popular, espécimes da fauna e flora, – se traduziram relevantes no contexto social e no processo de construção da história local, ao ponto de nominarem vias de nossa urbe.

Enriqueceu-a, com a transcrição, em casos especiais, de trechos de atas, de textos discursivos e manifestações havidas no Parlamento, por ocasião da apresentação e votação, em plenário, da matéria respectiva, apontando fatos interessantes e inusitados, atinentes a personagens homenageados.

A obra é resultado de apurado esforço, de profundo e extenso trabalho de pesquisa, na qual conseguiu o autor, com pinceladas pessoais, transmitir às suas páginas, em linguagem didaticamente clara, prazerosa e objetiva, o exaurimento do tema proposto, traduzindo-a completa em todos os aspectos e de profundidade indiscutível, ante seu vasto e abrangente conteúdo. Vislumbra-se, pois, em excelente e inesgotável fonte de conhecimento, de consulta e de estudos, de modo especial, às instituições, agentes políticos, servidores públicos, aos educandários – professores e alunos e, afinal, a todos quantos necessitem ou queiram se atualizar.

Com ela, o seu talentoso artífice, gradual e cronologicamente, edificou-a, com profusão de detalhes e preciosas informações, propiciando ao leitor, visualizar, interpretar e compreender, com propriedade e amplitude, o desenrolar de nossa história – do passado remoto ao momento presente.

No mercado nacional, algumas obras do gênero foram produzidas, entretanto, nenhuma completa e dotada de tantas e tão ricas informações quanto esta. Não há, pois, entre elas, qualquer similitude.

Assim, poder-se-á, por isso dizer, esta é única; e, exatamente, a singularidade e ineditismo de seu conteúdo é que realçam, ainda mais, o seu valor.

Sua leitura, efetivamente conduzirá por caminhos múltiplos e variados o leitor e, seguramente, o transportará a verdadeira, curiosa e interessante viagem no tempo.

Alencar Mendes cumpriu, repito, de maneira proficiente e plena, o seu objetivo, construindo esta obra em exclusivo benefício dos leitores que agora, podem dela se valer para ampliar conhecimentos e aprofundar estudos e pesquisas.

Através dela, Alencar, resgata e vivifica a história, que até aqui tem sido por inúmeros, desconhecida e, por outros tantos, esquecida.

Finalmente, honrado, satisfeito e agradecido, exprimo e reitero, a total confiança na importância, real valor e no sucesso do livro que ora vem a lume.

CARLOS EVANDRO LUZ

Vereador em Caçador

Legislaturas 1989-1992/ 1993-1996 / 1997-2000 / 2009-2012/ 2013-2016.

Introdução

Desde a antiguidade, o homem percebeu as muitas vantagens que havia ao aplicar um determinado nome aos locais por onde circulava, sejam aqueles próximos de suas moradas, sejam os mais longínquos. Agindo desta forma, as pessoas poderiam obter referências seguras de sua própria localização ou orientação num determinado território. Por conta disso a humanidade, aos poucos, acabou por denominar as montanhas, os vales, rios, florestas e, quando a sociedade se organizou em grupos, surgiram o nome de tribos, nações, reinos e países. Seguindo esse mesmo processo, os aglomerados urbanos - as cidades - também receberam nomes específicos e, no interior destas, os logradouros (ruas, praças, pontes, travessas, etc.) também foram identificados com denominações próprias e diferenciadas.

A denominação de vias, praças, logradouros públicos, é uma prática comum e sabidamente eficiente, na história da organização urbana da humanidade. Criada com um claro e definido intuito de localização e de informação, a prática de atribuir nomes aos locais de convívio comum é relatada em um sem número de documentos, desde a mais remota antiguidade.

A própria denominação de nossa cidade é um capítulo a parte nesta questão e, devido à falta de documentos específicos, é necessário que nos baseemos em histórias pesquisadas e corroboradas por estudiosos do tema e consolidadas pelo tempo.

Encravada em uma região concebida como fronteira, que chegou a ser questionada como o limite entre a incipiente nação brasileira e a vizinha Argentina, Caçador teve sua história permeada pelas questões de litígios, de questionamentos, de conturbações e de desenvolvimento, apesar, e talvez em decorrência, destes episódios. A questão dos limites com a Argentina foi resolvida em 1895, e, associado a esta, ainda surgiu o conturbado cenário de contestação de limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, iniciado em 1891 e só resolvido em 1916, tendo ainda como pano de fundo a

Guerra do Contestado, que envolvia ainda a questão dos pequenos proprietários de terras e os interesses de grandes companhias na exploração da região.

Tais desdobramentos, como não podia deixar de ser, estão registrados em diversas das homenagens propostas para batizar as vias do então infante município. O objetivo deste trabalho que apresentamos é servir de fonte de consulta e informação acerca da *toponímia* (ramo da ciência linguística que estuda os nomes próprios de lugares) utilizada na cidade de Caçador. Esta ciência guarda intrínsecas relações com a história, com a sociologia, com a arqueologia e com a geografia.

Ao fazê-lo, esperamos estar contribuindo com esta e com futuras gerações de caçadorenses que desejam e merecem conhecer um pouco mais acerca de sua cidade e de sua rua. Conhecer o passado ajuda-nos a compreender o presente e contribui para o desenvolvimento do futuro.

Recuperar a história de personalidades, nacionais, estaduais ou locais, ou então de datas, eventos e localidades que foram motivo de homenagens por parte dos administradores de Caçador é uma tarefa que visa organizar e catalogar parte do imenso arquivo e registro histórico que encontra-se guardado em vários locais, mas especialmente na Câmara Municipal de Caçador. A exemplo, e espelhado no brilhante e irretocável trabalho desenvolvido com maestria pelo professor Delmir José Valentini, em seu “História Política e Trajetória do Legislativo Caçadoreense” (1ª e 2ª edições), este trabalho tenta organizar, como se uma enciclopédia ou dicionário fosse, aspectos que contextualizem as personalidades que denominam nossos logradouros públicos.

Com o advento da emancipação político administrativa de Caçador, ocorrido em 1934, todos os atos municipais tiveram a necessidade de ser precedidos por lei que os oficialize. Tal fato não é diferente na denominação dos logradouros que, por certo já eram utilizados, porém sem os rigores da oficialização em leis municipais.

Há de ser levado em consideração o período do Estado Novo, iniciado em 1937 e que perdurou até 1945, no qual a autonomia dos estados e municípios brasileiros foram bastante prejudicados, especialmente com o fechamento dos poderes legislativos em todos os níveis, federal, estadual e municipal.

Desta forma, apenas no final do período do Estado Novo, em 1943, iniciam-se as publicações de normas legais que oficializam a necessidade ancestral de organização da aglomeração urbana e é este relato que passamos a descrever a partir daqui. Procuramos dar um enfoque tão detalhado quanto possível a todas as personalidades, locais, datas e eventos que contribuem para a identidade dos logradouros de nossa cidade. As informações aqui encontradas provêm de várias fontes, desde o contato pessoal com familiares, passando pelos arquivos e registros da Câmara de Vereadores, Arquivo Público Municipal, Prefeitura Municipal de Caçador, até encontrar a informação acessível através da internet. Após um breve relato contextualizando a história que dá origem ao nome do próprio município, passamos a relatar, em ordem alfabética, dados a respeito de todas as atuais 759 vias de nosso município. Procuramos oferecer uma documentação completa e confiável a respeito da história de cada uma das homenagens prestadas através das denominações.

Nosso convite é para que a leitura e consulta seja agradável e informativa. Divertida e educativa. Oportuna e enriquecedora. Boa leitura.

Caçador

Não há como iniciar um trabalho como este sem falar do próprio nome de nossa cidade. Seu nome confunde-se e mistura-se com a própria história da colonização desta região.

Muito antes de Caçador se tornar município, a região do Alto Vale do Rio do Peixe era uma grande floresta de mata fechada. Às margens do Rio do Peixe (chamado de *Goioechim* (pequeno rio) pelos índios) viviam grupos primitivos, Kaingang e Xokleng, que foram substituídos pelos desbravadores que começavam a chegar a partir o ano de 1881. Os primeiros habitantes, depois dos índios, chegaram no início do século XIX. Eram caboclos oriundos da miscigenação de portugueses e espanhóis com os nativos Kaingang e Xokleng.

Conhecidos como mateiros, esses caboclos viviam da própria subsistência através da extração da erva-mate, pinhão e pequenas criações de animais.

Enquanto isso, regiões vizinhas como Campos Novos e Nossa Senhora dos Prazeres das Lages ao sul, e São João de Cima, Irani e Palmas ao norte, viviam pleno desenvolvimento devido a sua geografia privilegiada para a criação de gado e cultivo de grandes plantações, principais atividades econômicas da época.

Localizada no meio dessas regiões de campos, Caçador acabou se tornando rota de passagem de tropas que faziam o caminho Rio Grande do Sul - São Paulo. No entanto, o maior desenvolvimento e produtividade na produção de gado das áreas planas da região de Vacaria – Lages, fez com que o caminho principal das tropas fosse estabelecido na rota Lages – Santa Cecília – Mafra, onde atualmente é a BR 116. Desta forma, a rota entre Campos Novos – Caçador – Palmas tornou-se uma rota secundária.

Esta rota consolidou-se como via alternativa, como mostram antigos documentos, devido ao fato de que a região de Caçador era um dos poucos lugares em que o Rio do Peixe permitia fácil passagem das tropas. Segundo alguns mapas da época, esses pontos de travessia eram onde hoje se encontram a Ponte de Madeira Antônio Bortolon e na Vila Kurtz.

É válido lembrar e contextualizar que, nesta época, o país vivia seu início de independência, obtida em 1822, e o lento progresso e desenvolvimento ainda era uma conquista diária dos esforços de um governo imperial centralizado no Rio de Janeiro e com poucas incursões até estas terras do Sul do país, ocasionando até mesmo uma delicada questão de fronteiras ainda não bem estabelecidas.

Além disso, as forças imperiais brasileiras acabavam de sair de um conflito de grandes proporções e de longa duração envolvendo inicialmente o Rio Grande do Sul, com a Revolução Farroupilha, e que chegou a envolver também Santa Catarina com a proclamação da República Juliana, em 1839.

Outra parte da população chegou depois de 1850, quando a Lei das Terras, instituídas neste ano, encerrou o sistema de sesmarias e, através da compra de terras que quanto mais afastadas dos centros das províncias, mais acessíveis se tornavam, viabilizou a instalação de pequenas e médias propriedades. Distante das duas capitais, Florianópolis de um lado, e Curitiba do outro, a região teve lento desenvolvimento. As vilas e fazendas eram ligadas por estradas abertas pelos tropeiros na mata.

Ainda um distante rincão que ora era pertencente ao município Curitibanos, ora ao de Campos Novos, a localidade começa a ter uma efetiva colonização através do desbravador Francisco Corrêa de Mello. Em 1881, o município de Campos Novos se dá conta da importância dessa região e incentiva Francisco Corrêa de Mello a garantir as posses das terras devolutas do Alto Vale do Rio do Peixe. Uma das particularidades a ser levada em consideração é que, neste mesmo ano, essas terras passam do domínio de Curitibanos para o de Campos Novos. Juntamente com a esposa e 10 filhos, Corrêa de Mello funda a Fazenda Faxinal do Bom Sucesso.

Há indícios que relatam que a sede inicial da fazenda era onde hoje se localiza a parte alta do Bairro Berger, de acordo com o professor Gerson Witte.

A pretendida colonização não ocorre propriamente, pois, sem condições de promover o real desenvolvimento da região, por ser uma mata fechada, Corrêa de Mello passa a viver da própria subsistência, mais precisamente da caça, com o objetivo apenas de manter a posse das terras. Em 1887 Pedro Ribeiro e, em 1891, Tomaz Gonçalves Padilha, vieram pra região. Este último

era cunhado de Corrêa de Mello, chegou até o rio 15 de Novembro e se estabeleceu na região onde hoje é o Distrito de Taquara Verde.

Mais uma vez contextualizando os acontecimentos, ocorria nesta época a deposição do Império Brasileiro e a implantação da República, em 15 de Novembro de 1889.

Exatamente nesta época, desenrolava-se longe dos olhos e fora do alcance da incipiente população residente neste local uma verdadeira batalha jurídica pela questão de fronteiras entre Brasil e Argentina. Baseada em termos do “Tratado de Madri” de 1750, o país vizinho pleiteava terras que ocupavam grande parte do que é hoje o oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná, sendo um dos limites desta fronteira praticamente localizado na cidade de Caçador.

A presença destes colonizadores nestas terras, certamente não sozinhos, mas associados a diversas outras presenças pela região, auxiliou em muito o trabalho desenvolvido por um experiente advogado e diplomata brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. O trabalho desenvolvido pelo Barão do Rio Branco na questão dos limites de fronteira entre o Brasil e a Argentina, conhecida como “Questão de Palmas”, formou uma valiosa documentação, reunida em seis volumes: *A questão de limites entre o Brasil e a República Argentina (1894)*. Como questão de limites territoriais entre nações, ficou acordado pelas chancelarias dos dois países que a solução seria arbitrada pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, que deu ganho de causa ao Brasil.

O fato que chama a atenção e liga esta questão à presença de Francisco Corrêa de Mello nestas terras é que este caso consagrou o princípio do direito privado romano do *Uti Possidetis*, derivado da frase em latim “*uti possidetis, ita possideatis*” (“quem possui de fato, deve possuir de direito”). Esta afirmação, e o uso que dela fez o Barão do Rio Branco, faz com que ganhe uma imensa importância histórica a presença de colonos nestas terras, consolidando e delineando os contornos aproximados do Brasil atual.

Com vistas à consolidação da posse destas regiões e com o intuito de ampliar as possibilidades de desenvolvimento, poder e arrecadação, o governo da república inicia uma ligação por estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em 1907 a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul

começa a ser construída em território catarinense. Margeando o Rio do Peixe, os trilhos chegam à Fazenda Faxinal do Bom Sucesso onde se fez necessária a construção de uma ponte para a passagem do trem sobre o rio que naquela época chamava-se Rio Lajeado do Simeão.

Neste ponto, chegamos ao fundamento histórico que origina o nome de nossa cidade. Embora não se tenha nenhum registro oficial, acredita-se que a construção da ponte sobre o Rio Lajeado Simeão trouxe inúmeros engenheiros e operários para a região, encontrando aqui o dono das terras, Corrêa de Mello.

Exímio caçador de pacas, antas e veados, ele passou a vender a carne e pele dos animais para os trabalhadores da ponte, sendo que o local ficou conhecido popularmente como o “Rio do Caçador”. Posteriormente foi inaugurada a Estação Ferroviária que levou o nome de “Estação Rio Caçador”. Este (Rio Caçador) foi o nome que se adotou para o então distrito pertencente ao município de Campos Novos.

Com a implantação da estrada de ferro, novos distritos foram se formando e, a partir da emancipação do município, em 1934, foram incorporados a uma só sede. Não é demasiado lembrar que, no Brasil, vivia-se após a revolução de 1930, uma época de ditadura, comandada por Getúlio Vargas e seu “Governo Provisório”, até a promulgação de uma nova constituição exatamente em 1934 (16 de julho de 1934). Nesta época os “presidentes dos Estados” (atuais governadores) passaram a ser nomeados diretamente pelo Presidente da República, no papel de “interventores federais”. Este era o caso do Coronel Aristiliano Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina no período de 1933 a 1935 e que, no dia 22 de fevereiro de 1934, publica o Decreto nº 508, criando o município de Caçador, sendo esta a primeira vez que o nome “Caçador” é utilizado oficialmente.

Diz o Decreto:

DECRETO Nº508

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, Considerando que os atuais distritos de Santelmo, Taquara Verde, Rio Caçador, Rio das Antas, São Bento e parte de São João dos Pobres, possuem população, território e rendas suficientes e

bem assim desenvolvimento econômico capaz para se constituírem em Município, e Considerando que de sua renda própria os Municípios a que pertencem tiram grande percentagem da tributação arrecadada nesses distritos; ainda Considerando que essa cooperação forçada impede e dificulta enormemente o desenvolvimento desses distritos; Considerando mais que há muito os seus habitantes vêm procurando realizar a sua emancipação administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica criado o Município de Caçador, cujo território será constituído dos distritos de Santelmo, Taquara Verde e parte do de São João dos Pobres, desmembrados de Porto União; Rio Caçador, de Curitiba; Rio das Antas, de Campos Novos, e São Bento de Cruzeiro; com os limites abaixo e constantes do mapa incluso:

Ao Norte: - Com o Estado do Paraná e o Município de Porto União; partindo da cabeceira do Rio Jangada, por este abaixo até encontrar o marco da divisa da Fazenda Lumber antiga São Roque, por essa divisa até alcançar o Rio do Bugre, por este abaixo até a sua foz no Rio do Peixe, por este abaixo até o seu primeiro afluente da margem esquerda denominado Lageado Tortato, por este acima até a sua cabeceira, daí em linha reta rumo Leste até encontrar o Rio Caçador, por este acima até a sua mais alta nascente.

A Leste:- Com o distrito de São Sebastião das Perdizes como segue: Partindo da mais alta cabeceira do Rio Caçador seguindo o divisor das águas até a mais alta cabeceira do Rio Veado e por este abaixo até a linha sêca que vai em rumo sul até o Rio das Pedras.

Ao Sul:- Com os municípios de Campos Novos e Cruzeiro; pelo Rio das Pedras abaixo até a barra do Loteamento do Salto e deste ponto em linha sêca até encontrar a mais alta cabeceira do Arroio “Lageado dos Vicentes” e por esse arroio abaixo até a sua foz no rio do Peixe. Deste ultimo ponto, pelo Rio do Peixe abaixo até um seu afluente da margem direita 43 denominado “Arroio do Lucas” e por este acima até a sua mais alta nascente. Dai, em linha sêca em rumo do Oeste, até o Rio S. Bento.

A Oeste:- Pelo rio São Bento acima até a barra do Rio Bentinho e por este acima até o marco da Imbuia, marcada, cravada no travessão da Fazenda Raimundo Mendes, por este até alcançar o Rio Santo Antonio, por este rio

acima até a sua mais alta cabeceira e daí em linha réta, até o ponto de partida na cabeceira do Rio Jangada.

Art. 2º. - A sede do novo Município será constituída pelos povoados de Rio Caçador e Santelmo, que se denominará Caçador.

Art. 3º. - O Município ora criado ficará jurisdicionado à Comarca de Porto União.

Art. 4º. - A instalação do Município de Caçador se procederá no dia 18 de março vindouro.

Art. 5º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Florianópolis, 22 de fevereiro de 1934.

ARISTILIANO RAMOS

Plácido Olimpio de Oliveira

Com o município recentemente criado e nomeado, no final da década de 1930, segundo relato de Domingos Paganelli, em seu livro “SobreVida”, o Departamento de Geografia e Estatística (ou algum órgão da época com esta função) fez um levantamento e listou as cidades brasileiras que eram homônimas, determinando que não poderiam existir duas cidades com o mesmo nome, devendo as mais antigas permanecer com o nome original e a mais nova deveria trocá-lo por outro.

Paganelli relata que em São Paulo havia uma cidade com o mesmo nome da nossa e o Departamento considerou-a como mais antiga, devendo Caçador trocar o seu nome.

O então prefeito, Manoel Siqueira Bello formou uma comissão que, apesar das lamentações, pois ninguém queria fazê-lo, mas era obrigatório seguir a lei, trabalhou para a mudança do nome.

O prefeito chegou a sugerir que fosse adotado o nome de Caçanjurê, nome de um cacique, cuja tribo habitou a serra de Taquara Verde. Quando a votação da mudança já estava iniciada, Domingos Paganelli sugeriu que deveria ser feita uma comunicação ao Departamento, argumentando que o nome de nossa cidade estava vinculado à criação da estação ferroviária Rio Caçador, inaugurada em 1910. Desta forma, foi comprovado e reconhecido que

Caçador, em Santa Catarina, tinha o nome há mais tempo, fato que estabeleceu definitivamente o nome.

Como visto, no caso de Caçador, não é possível separar o nome da história. Além disso, todos os fatos, datas e personagens ligam-se tão claramente à fundação do município que seria normal vê-los citados na denominação dos logradouros de Caçador, que passaremos a relatar.

Legislação Municipal de Nomenclatura de Ruas

Antes de passarmos ao relato das descrições da nomenclatura de cada uma das vias de nosso município, organizadas em ordem alfabética, de acordo com as normas da ABNT, apresentaremos estas informações na ordem de publicação das leis. Tal relação pode ser útil para aqueles que buscarem entender o crescimento e expansão da cidade que, à medida em que avançava em seu desenvolvimento, novas ruas e novos nomes iam sendo acrescentados à relação inicial. Em alguns casos, várias ruas eram denominadas em uma única lei. Em outros, um número menor de ruas dividiam o mesmo ato oficial, até que, em regra, e especialmente nos últimos tempos, a maior parte das leis dá origem a uma rua de cada vez.

Sobre a ordem alfabética adotada, é interessante observar alguns detalhes. Inicialmente, o tipo da via (rua, travessa, avenida, servidão, etc.) não é considerado para o efeito de ordenamento alfabético. Baseado em normas da ABNT, todos os números, ou elementos que assumem a função de números (como algarismos romanos) são apresentados anteriormente às letras, porém os algarismos arábicos vêm todos antes dos algarismos romanos. Os números, mesmo que formem datas, são ordenados de acordo com a ordem cardinal e não a ordem da data que eles representam. As datas, quando expressas originalmente em números por extenso, são classificadas como palavras e não como números. Os artigos e especialmente pronomes possessivos (do, da, etc.) não são considerados para o ordenamento, sendo estes pronomes deslocados para o final da referência. No caso de nomes próprios completos (com nome e sobrenome), precedidos de algum título (como Doutor, Marechal, Coronel, etc. – que serão sempre abreviados para Dr., Mal., Cel., etc.) o título é desconsiderado e passa a fazer parte no final da referência (como Aristiliano Ramos, Cel. – por exemplo). Porém, no caso em que não há referência ao nome completo e existe um título compondo o nome (Frei Rogério, Irmão Tomaz, Marechal Deodoro, etc.) o título passa a ser considerado e fazer parte da palavra, assumindo a consequente importância no ordenamento alfabético.

Relação da Leis que denominaram as Ruas de Caçador, ordenadas pela data de edição da Lei

Resolução nº 50/1939

001 - Rua Benjamin Constant

002 - Rua Marechal Deodoro

xxx - Rua Marechal Floriano (alterada em 1943 para Floriano Peixoto, Mal.)

003 - Rua Quintino Bocaiúva

xxx - Praça Santelmo (alterado em 1943 para Largo Santelmo)

Decreto nº 10/1943

004 – Avenida Barão do Rio Branco

Decreto-Lei nº 03/1944

xxx - Rua 10 de Novembro – Renomeada para Rua Irmão Guido Gabriel

xxx - Rua 15 de Novembro – Renomeada para Rua Prefeito Carlos Sperança

005 - Rua 25 de março

xxx - Rua 3 de Outubro – Renomeada inicialmente (1947) para Avenida Siqueira Bello. Com a não implantação, renomeada em 1950 para Avenida Senador Salgado Filho

006 - Rua Absalão Carneiro

007 - Rua Altamiro Guimarães, Dr.

008 - Rua Anita Garibaldi

009 - Avenida Aristiliano Ramos, Cel.

xxx - Avenida Barão do Rio Branco

xxx - Rua Avenida Cel. Brito e Silva – Renomeada para Rua Osório Timermann

xxx - Rua Benjamin Constant

xxx - Rua Caçanjurê – Salgado Filho e Adelmir Pressanto

010 - Rua Campos Novos

011 - Rua Campos Sales

012 - Rua Castro Alves

013 - Rua Conselheiro Mafra (citado, mas não determinado na Lei 3/1944)

xxx - Rua Cruzeiro do Sul – Renomeada para Rua Siegfried Hellmuth Lührs

014 - Rua Curitibaanos

xxx - Travessa Duque de Caxias – Transformada em “continuidade” da Travessa General Osório, após a Rua Sete de Setembro

015 - Rua Fernando Machado

016 - Rua Floriano Peixoto, Mal.

017 - Rua Frei Rogério

018 - Travessa General Osório

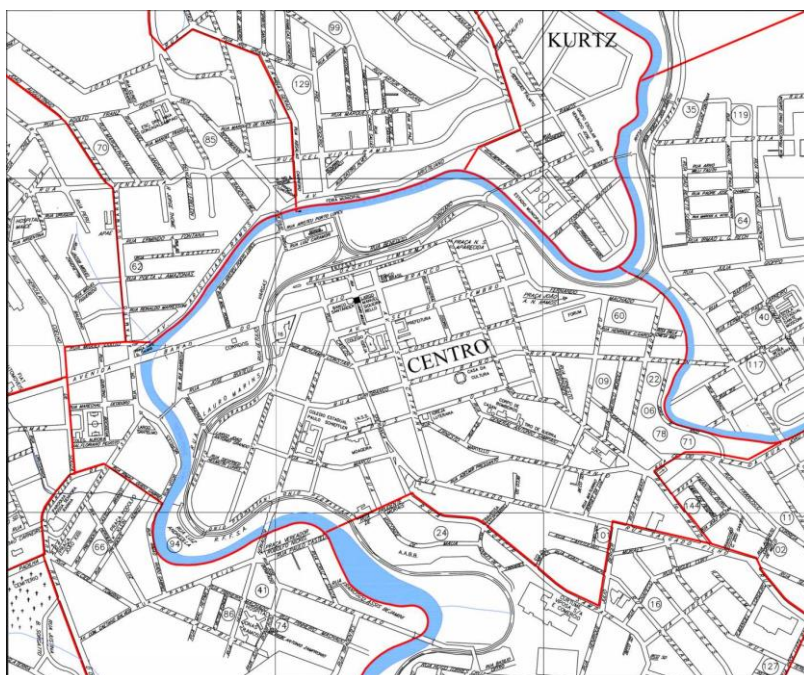
019 - Rua Getúlio Vargas

020 - Rua Herculano Coelho de Souza, Dr.

- 021 - Rua Irmão Tomaz
- xxx - Rua Itororó – Renomeada para Rua Victor Baptista Adami
- 022 - Rua José Boiteux
- xxx - Rua José Bonifácio – Transformada em “continuidade” da Itororó, (posteriormente Victor Baptista Adami), a partir do entroncamento com a Rua Campos Novos
- 023 - Rua Lauro Müller
- xxx - Rua Marechal Deodoro
- 024 - Rua Marquês de Olinda
- 025 - Rua Miguel Couto
- 026 - Rua Nereu Ramos
- 027 - Rua Porto União
- xxx - Rua Quintino Bocaiúva
- 028 - Rua Riachuelo
- 029 - Rua Rui Barbosa
- 030 - Rua Santa Catarina (posteriormente “transformada” em Avenida)
- 031 - Largo Santelmo (citado mas não determinado na Lei 3/1944)
- 032 - Rua São Francisco de Assis
- 033 - Rua Sete de Setembro (posteriormente “transformada” em Avenida)
- 034 - Rua Vidal Ramos, Cel.
- xxx - Rua Videira – Renomeada para Rua Urussanga
- 035 - Rua Visconde do Rio Branco
- 036 - Rua Vitor Meireles



Suposto “mapa” da cidade em 1944, com as primeiras ruas



Situação Atual

Lei 11/1950

037 - Rua Senador Salgado Filho

Lei 14/1950

038 - Rua Domingos Sorgatto

xxx - Rua Francisco Corrêa (renomeada como Henrique Júlio Berger)

039 - Rua Hugo Honaiser

040 - Rua Tomaz Padilha

Lei 12/1951

041 - Rua 1º de Maio

042 - Rua Américo Wordell

043 - Rua Atilio Faoro

xxx - Rua Francisco Fagundes, Cel. (alterada para Reinaldo Maffessoni)

044 - Rua José Gioppo

045 - Rua José Reichmann

xxx - Rua Luiz Coelho de Souza (nominada erroneamente, corrigido pela Lei 04/1967, dando o nome correto de Rua Carlos Augusto Coelho de Souza)

046 - Rua Luiz Tortatto

Lei 31/1956

047 - Rua General Rondon (Rua Marechal Cândido Rondon)

Lei 40/1956

048 - Rua Canoinhas

049 - Rua Joaçaba
050 - Rua Lajes (com esta grafia na lei)
051 - Rua Xapecó (com esta grafia na lei)
052 - Rua Xaxim
053 - Rua Videira

Lei 41/1956

054 - Rua Aristeu Pôrto Lopes

Lei 56/1956

055 - Rua Henrique Júlio Berger

Lei 19/1961

056 - Rua Alfredo Cachoeira
xxx - Rua Américo Wordell (novo trecho da rua já denominada na Lei 12/1951)
057 - Rua Guido Gabriel, Irmão (antiga 10 de Novembro)
058 - Rua Ozório Timmermann (antiga Coronel Brito e Silva)

Lei 25/1962

059 - Rua Capitulino de Moraes

Lei 03/1963

060 - Rua Ernesto Martello

Lei 14/1963

061 - Rua Tio Balduino

Lei 15/1963

062 - Rua Adelmyr Pressanto

Lei 24/1965

063 - Rua Paulo Castelli

Lei 25/1965

064 - Rua Cid Gonzaga, Cel.

Lei 26/1965

065 - Rua Reinaldo Maffessoni (antiga Coronel Fagundes)

Lei 04/1966

066 - Rua Francisco Corrêa de Mello
067 - Rua João Corrêa de Mello

Lei 16/1966

068 - Rua Alcides Tombini

Lei 20/1966

069 - Rua General Sampaio (Rua General Antônio Sampaio)

Lei 21/1966

070 - Rua Emilio Joaquim

Lei 44/1966

071 - Rua Ângelo Caovilla

072 - Rua Ângelo Paganelli

073 - Rua Aquiles de Paula Linhares

074 - Rua Aristides Malfatti

075 - Rua Basílio Ciffro

076 - Rua Cruz e Souza

077 - Rua Egídio Carpes

078 - Rua Elias Biasi

079 - Rua Estefano Kimak

080 - Rua Fernando Badotti

081 - Travessa Francisco Pizzaro

082 - Rua Francisco Schneider

083 - Rua Gualberto Ramalho, Dr.

084 - Rua Hercílio Luz

085 - Rua Marechal Hermes

086 - Rua Hermínio Maffessoni

087 - Rua Hugo Torres Cruz

088 - Rua Humberto Busatto

089 - Rua João Antônio Zanchi

090 - Rua João Bordignon

091 - Rua José Bonifácio (reeditada, após ter sido extinta pela continuidade da então Itororó, hoje Victor Baptista Adami)

092 - Rua Josefina Conti, Professora

093 - Rua Luiz Simas

094 - Rua Miguel Cury

095 - Rua Olavo Bilac

096 - Rua Padre Feijó

097 - Rua Paulino Leão

098 - Rua Pedro Busatto

099 - Rua Pedro Deboni

100 - Rua Pinheiro Machado

101 - Rua Princesa Izabel

102 - Rua Timbó

103 - Rua Tiradentes

104 - Rua Vitor Konder

Lei 04/1967

105 - Rua Carlos Augusto Coelho de Souza

Lei 09/1967

106 - Rua Maria Deomar Costa Neves

Lei 20/1967

107 - Rua Aimoré

108 - Rua Alemanha

109 - Rua Amazonas

110 - Rua Aracaju

111 - Rua Araranguá

112 - Rua Argentina

113 - Rua Bahia

114 - Rua Bartira

115 - Rua Belém

116 - Rua Biguaçu

117 - Rua Blumenau

118 - Rua Bolívia

119 - Rua Brasília

120 - Rua Brusque

121 - Rua Camboriú

122 - Rua Chile

123 - Rua Colômbia

124 - Rua Concórdia

125 - Rua Curitiba

126 - Rua Criciúma

127 - Rua Equador

128 - Rua Espírito Santo

129 - Rua Florianópolis

xxx - Rua Fortaleza (Não implantada – seria implantada, em outro local, apenas no ano de 2001)

xxx - Rua Gaspar (Não implantada)

130 - Rua Goiás

131 - Rua Guanabara

132 - Rua Guarani

133 - Rua Holanda

xxx - Rua Iara (Renomeada para Júlia Gioppo Carneiro)

134 - Rua Ibirama

135 - Rua Imaruí

xxx - Rua Indaial (não chegou a ser implementada e posteriormente, em 1992, seria denominada como Rua Alcir Francisco Zandavalli)

xxx - Rua Iracema (Renomeada para Emília Gioppo Brasil)
136 - Rua Itá
137 - Rua Itaiópolis
138 - Rua Itajaí
139 - Rua Itália
140 - Rua Itapiranga
141 - Rua Jandira
142 - Rua Joinville
143 - Rua Laguna
144 - Rua Luiza Raisel, Professora
145 - Rua Mafra
146 - Rua Martinho Inácio da Trindade
xxx - Rua México (Não implantada)
147 - Rua Minas Gerais
148 - Rua Moema
149 - Rua Natal
150 - Rua Orleães
151 - Rua Palhoça
152 - Rua Panamá
xxx - Rua Paraná (Não implantada)
153 - Rua Paraguai
154 - Rua Peru
155 - Rua Portugal
156 - Rua Rio de Janeiro
157 - Rua Rio Grande do Sul
158 - Rua São Paulo
159 - Rua Terezina (Na lei com esta grafia, transformada pelo uso e pelas normas em Teresina)
160 - Rua Tijucas
161 - Rua Tubarão
162 - Rua Tupi
163 - Rua Tupinambá
164 - Rua Uruguai
165 - Rua Urussanga
166 - Rua Venezuela

Lei 39/1967

167 - Rua Orestes Pereira Gomes
168 - Rua Presidente Castelo Branco
169 - Rua Presidente Kennedy

Lei 41/1967

170 - Rua França
171 - Rua Elias Abdalla

172 - Rua Fraiburgo
173 - Rua Henriqueta Tedesco
174 - Rua João Pedro Rodrigues
175 - Rua Rio das Antas

Lei 04/1968

176 - Rua Ernesto Kirschner
177 - Rua Manaus

Lei 19/1969

178 - Rua Mato Grosso

Lei 10/1970

179 - Rodovia Presidente Costa e Silva

Lei 13/1970

xxx - Avenida Aristiliano Ramos, Cel. (já existia, mas como rua – 1939)
180 - Rua Baden Powell
181 - Rua Guaraci
xxx - Rua Jaci (alterada para Salomão Gioppo Carneiro, em 2003)
xxx - Rua Jandaia (alterada para Fermiano Paes Carneiro, em 1995)

Lei 20/1970

182 - Rua Moacir Sampaio, Dr.

Lei 30/1970

183 - Rua Visconde de Mauá

Lei 14/1972

xxx - Rua Angelo Decarli (não implantada – Quando implantada chamada de Aldo Eloy Gattermann)
184 - Rua Aurelio Costa
185 - Rua Austria
186 - Rua Bélgica
187 - Rua Benedito Ponciano
188 - Rua Benjamin Zandavalli
189 - Rua Canadá
190 - Rua Deoclides Pedro Bom
xxx - Rua Edmundo Werlle (não implantada, revogada através da lei 1033/96)
191 - Rua Estados Unidos
192 - Rua Inglaterra
xxx - Rua Irmão Venancio José (não implantada – Quando implantada, após a edificação do SENAI, chamada de rua Eduardo Bento)
193 - Rua Israel

194 - Rua Ivo A. Roveda
195 - Rua Jaraguá do Sul
196 - Rua João Roberto Moreira, Professor
197 - Rua Lauro Marins
xxx - Rua Layne Faoro (não implantada – Quando implantada chamada de rua Olívio Abatti)
198 - Rua Líbano
xxx - Rua Luiz Almeida (não implantada – previa a utilização de parte do espaço ocupado atualmente pelo SENAI, que foi doado através da lei 22/1974 – quando implantada chamada de rua Antônio Appi)
199 - Rua Luiz Caramori
200 - Rua Luiz Favarin
201 - Rua Maturino Borges da Luz
202 - Rua Poeta J. Amazonas
203 - Rua São Bento do Sul
204 - Rua Sebastião Carneiro
205 - Rua Sebastião G. do Nascimento

Lei 23/1975

206 - Rodovia Primo Tedesco, Comendador

Lei 17/1977

207 - Rua Augusto Driessen

Lei 22/1977

208 - Rua Antônio Appi
209 - Rua João Remílio Rigo
210 - Rua Odelir Godinho
211 - Rua Olivio Abatti

Lei 28/1977

212 - Rua Domingos Gabardi
213 - Rua Genésio Cruz
214 - Rua Joaquim Gonçalves Cordeiro
215 - Rua Pasqual Rotta
216 - Rua Raulino Ribeiro dos Santos
217 - Rua Santiago Rodrigues
218 - Rua Sebastião G. Cordeiro

Lei 23/1978

219 - Rua Laurindo Veronese

Lei 16/1980

220 - Rua José Nacle Davi

Lei 17/1980

221 - Rua Antonio Vivan

Lei 24/1980

222 - Rua Onio Pedrassani (modificada, mantendo o mesmo nome, pela Lei 2686/2010)

Lei 25/1980

223 - Rua Aldo Eloy Gatermann

224 - Rua José de Lemos Braga

Lei 14/1983

225 - Rua Ladislau Liszkievich, Professor

A partir deste ano, 1984, através da Lei nº 7/1984, as leis de Caçador passam a ter numeração sequencial, independentemente do ano de sua publicação. (Até aqui, como pôde ser observado, a cada ano a “contagem” das leis era reiniciada em cada novo ano). O art. 6º da referida Lei diz:

“**Art. 6º** A partir do dia 25 de março do corrente ano, será iniciada nova numeração das leis, decretos legislativos resoluções e decretos.”

Esta situação, iniciar nova sequência numérica a partir do dia 25 de março (uma data simbólica, por se tratar do aniversário de 50 anos do município), fez com que existissem e ficassem registrados 7 leis que têm a mesma numeração, neste ano de 1984. Desta forma, para registro, criou-se o artifício da inserção de letras para diferenciá-las.

Desta forma, existem em Caçador as leis 01/1984 e 01A/1984, 02/1984 e 02A/1984, e assim sucessivamente até a lei 07A/1984.

Destas 14 leis, 5 delas dizem respeito a nosso trabalho de pesquisa, referindo-se a denominações de ruas. Esta é a razão para a designação diferente das próximas leis.

Lei 02 A/1984

226 - Rua João Foresti

227 - Rua Pedro Francisco Foresti

Lei 03 A/1984

228 - Rua Angelina Bernardi Kuczer

Lei 04 A/1984

229 - Rua Contestado, Do

Lei 05 A/1984

230 - Rua José Chamot, Padre

Lei 06 A/1984

231 - Rua Vitório Chiarello

Lei 11/1984

232 - Rua Alexandre Piccoli

Lei 12/1984

233 - Rua Alexandre Pegoraro

Lei 13/1984

234 - Rua Ermindo Albino Fontana

Lei 27/1984

xxx - Rua José Maria dos Santos (alterada para Arroio Trinta e posteriormente para Jordão Granemann)

xxx - Rua Maria Rita de Castilho Falcão (alterada para Santa Cecília)

235 - Rua Daniel Lângaro

236 - Rua Joaquim Fernades de Lara

237 - Rua Manoel Francio

238 - Rua Reinoldo Lebelein

Lei 060/1985

239 - Rua Alberto Zanatta

Lei 061/1985

240 - Rua Augusto Corrêa de Mello

Lei 062/1985

241 - Rua Guerino Andréa Zanatta

Lei 063/1985

xxx - Rua João Pereira Primo (não implementada)

Lei 064/1985

242 - Rua Otávio Gonçalves Cordeiro

Lei 065/1985

243 - Rua Milton Cesar Pegoraro

Lei 066/1985

244 - Rua Cestélio Solimann

Lei 067/1985

245 - Rua Luiz Caetano Francio

Lei 068/1985

246 - Rua Izidoro Belotto

Lei 069/1985

247 - Rua Miguel Matos de Figueiredo

Lei 072/1985

248 - Rua Victoria Ançay Portela

Lei 083/1986

249 - Rua Abdalla José Thomé

250 - Rua Adolfo Kletke

251 - Rua Alcides Sabino

252 - Rua Antônio Bombassaro

253 - Rua Antônio Miguel Sulsbach

254 - Rua Antônio Ozório

255 - Rua Antônio Rotta

256 - Rua Antônio Zarur

257 - Rua Arlindo Aloys Jung

258 - Rua Benjamin Gioppo

259 - Rua Cesar Pereira, Dr.

260 - Rua Dilma Deboni Petry

261 - Rua Dinarte José Rodrigues

262 - Rua Egídio Cordeiro

263 - Rua Ercílio de Lima

264 - Rua Ernesto Antônio Zardo

265 - Rua Fausto Machado de Quadros

266 - Rua Fermino Borges de Carvalho

267 - Rua Florindo D'Agostini

268 - Rua Francisco Geremia

269 - Rua Generoso Padilha Moraes

270 - Rua Guilherme Attilio Zardo

271 - Rua Henrique Cruz Garcia

272 - Rua Ighes Bortolon Pivatto

273 - Rua João D'Agostini

274 - Rua João Pereira da Silva

275 - Rua Joaquim Raizel da Cruz

276 - Rua José Iloos Júnior

277 - Rua José Lewinski

278 - Rua José Luiz Cordeiro

279 - Rua José Oleinik

280 - Rua José Souza
281 - Rua Luiz Andreolla
282 - Rua Mário D'Agostini
283 - Rua Octacílio Trindade Cordeiro
284 - Rua Olindomar Tonet
285 - Rua Onofre Pereira
286 - Rua Osvaldo Manoel Gomes
287 - Rua Paulo Luderlinghausen
288 - Rua Plínio Morgenstern
289 - Rua Ricardo Angelli
290 - Rua Sebastião Gonçalves Cordeiro
291 - Rua Sebastião Velasques
292 - Rua Silvério Corrêa dos Santos
293 - Rua Silvio Gioppo
294 - Rua Silvio Matiello
295 - Rua Venceslau Gonçalves Vieira
296 - Rua Vicente Berardi
297 - Rua Virgílio Antônio da Silva
298 - Rua Vitor Krüger
299 - Rua Vitório Recalcatti
300 - Rua Zaki Thomé

Lei 089/1986

301 - Rua Marcos Afonso Vitto

Lei 090/1986

302 - Rua Arnaldo de Paula Timermann

Lei 091/1986

303 - Rua Léo Guilherme Rech, Irmão

Lei 092/1986

304 - Rua João Benetti Sobrinho

Lei 096/1986

305 - Rua Arno Willi Fauth

Lei 116/1986

306 - Rua Antônio Belenki

Lei 121/1986

307 - Rua Atilio Basquera

Lei 122/1986

308 - Rua Márcio Soares

Lei 178/1988

309 - Rua Simpliciano Corrêa de Miranda

Lei 209/1988

310 - Rua Francisco Driessen

Lei 210/1988

311 - Rua Sebastiana de Paula Carneiro Driessen

Lei 211/1988

312 - Rua Pedro Driessen Filho

Lei 212/1988

313 - Rua José Bento Tristão

Lei 213/1988

314 - Rua Maria Herondina Tristão

Lei 214/1988

315 - Rua Marcos Gonçalves Cordeiro

Lei 231/1988

316 - Rua Albino Putti

Lei 232/1988

317 - Rua Francisco Novaski

Lei 332/1990

xxx - Rua Arroio Trinta – (alterada para Jordão Granemann – 2003)

318 - Rua Santa Cecília

Lei 376/1990

319 - Rua José Edgar Thomé

Lei 440/1991

320 - Avenida Albino Phelippe Potrich

Lei 441/1991

321 - Rua Marcelino Anjos

Lei 442/1991

322 - Rua Ivo Raisal

Lei 443/1991

323 - Rua Osmar Baptista Stieven

Lei 444/1991

324 - Rua José Antônio Pivato

Lei 445/1991

325 - Rua Ernesto Borchate

Lei 485/1991

xxx - Avenida Santa Catarina

xxx - Avenida Sete de Setembro

Lei 488/1991

326 - Rua Justina Bassegio Sorgatto

Lei 490/1991

327 - Rua Jorge Thomé

Lei 491/1991

328 - Rua João Thives Sobrinho

Lei 492/1991

329 - Rua Pedro João Balena

Lei 493/1991

xxx - Rua Geny Veronesse (não implantada)

Lei 494/1991

330 - Rua Bertha Groth

Lei 495/1991

331 - Rua Adolfo Franz Groth

Lei 496/1991

332 - Rua Zélio Rodrigues

Lei 497/1991

333 - Rua Artur Trevisani

Lei 498/1991

334 - Rua Ernesto Barboza Roesch

Lei 499/1991

335 - Rua José de Souza Trindade

Lei 515/1992

336 - Rua Nelson Eugênio Busato

Lei 516/1992

337 - Rua Guilherme Lauro Rupp

Lei 517/1992

338 - Rua Luciano Victório Biasi

Lei 520/1992

339 - Rua Azaléias, Das

340 - Rua Orquídeas, Das

341 - Rua Primaveras, Das

342 - Rua Tulipas, Das

343 - Rua Violetas, Das

344 - Rua Vitória-Régias, Das

Lei 535/1992

345 - Rua Clineu Domingos Berardi

Lei 536/1992

346 - Rua João Augustinho da Luz Netto

Lei 537/1992

347 - Rua Jucely Carlos França

Lei 538/1992

348 - Rua Aloys Honório Wagner

Lei 539/1992

349 - Rua Sebastião Antônio de Souza

Lei 540/1992

350 - Rua Abdalla João

Lei 583/1992

351 - Rua Carlos Dalmas

Lei 584/1992

352 - Rua Alcir Francisco Zandavalli

Lei 586/1992

353 - Rua Raimundo José Pierdoná

Lei 587/1992

354 - Avenida Selvino Caramori, Comendador

Lei 588/1992

355 - Rua Azir de Souza Santos

Lei 589/1992

356 - Rua Jair Carlos Rigo

Lei 590/1992

357 - Avenida Caetano Balvedi, Comendador

Lei 591/1992

358 - Rua Presciliana Aires de Arruda Maia

Lei 592/1992

359 - Rua Amadeu Lizott

Lei 593/1992

360 - Rua Olympio Vergett

Lei 595/1992

361 - Rua Domingos Pedro Machado

Lei 596/1992

362 - Rua João Manoel Luiz Osório

Lei 597/1992

363 - Rua Ernesto Bolson

Lei 598/1992

364 - Rua Hamilcas Carneiro

Lei 599/1992

365 - Rua Heraldo José Maffessoni

Lei 600/1992

366 - Rua Edmundo Coelho de Matos

Lei 601/1992

367 - Rua José Honório Luiz

Lei 602/1992

368 - Rua Francisco de Almeida

Lei 603/1992

369 - Rua João Castelani

Lei 604/1992

370 - Rua Manoel de Souza Santos

Lei 605/1992

371 - Rua Adelia Thomé João

Lei 606/1992

372 - Rodovia Daniel Lessing

Lei 607/1992

373 - Rua Aldemira Thives Cruz

Lei 608/1992

374 - Rua Ary de Oliveira Carneiro

Lei 609/1992

375 - Rua Maria C. de Oliveira Carneiro

Lei 610/1992

376 - Rua Augusto de Paula Carneiro

Lei 611/1992

377 - Rua Sebastião de Oliveira Carneiro

Lei 612/1992

378 - Rua Abilio Paes Carneiro

Lei 638/1993

379 - Rua Arlindo Martins da Silva

Lei 639/1993

380 - Rodovia Municipal Angelo Nillo Gatti

Lei 653/1993

381 - Largo Prefeito Manoel Siqueira Bello

Lei 655/1993

382 - Rua Leonardo Granemann

Lei 656/1993

383 - Rua Macieira

Lei 674/1993

384 - Rua Vitória

Lei 676/1993

385 - Rua Domingos Furtado

Lei 677/1993

386 - Rua Dinamarca

Lei 679/1993

387 - Rua Arnilda Lessing

388 - Rua Julio Lessing

Lei 688/1993

389 - Rua Rio do Sul

Lei 689/1993

390 - Rua Santos Mario Scapinelli

Lei 690/1993

391 - Rua Augusto Santo Perret

Lei 691/1993

392 - Rua Bernardina Gonçalves de Oliveira Lopes

Lei 692/1993

393 - Rua Alexandre Alves Guerin

Lei 694/1993

394 - Rua Ermindo Luiz Setti

Lei 695/1993

395 - Rua Jairo Jeronimo Coelho de Souza

Lei 715/1993

396 - Rua Nicanor Gonçalves Cordeiro

Lei 721/1993

397 - Rua Florêncio Busato

Lei 722/1993

xxx - Rua João Pedro Pereira Carpes (não implantada)

Lei 723/1993

398 - Rua Eugênio Busato

Lei 724/1993

399 - Rua Silvestre Petrykowski

Lei 739/1993

400 - Rua Luiz Carlos Andriola

Lei 765/1993

401 - Rua Olivio Antonio Matos

Lei 769/1994

402 - Rua José Antonio Salamoni

Lei 783/1994

403 - Rua Mario da Luz

Lei 795/1994

404 - Rua Jorge João

Lei 796/1994

405 - Rua Eugênio Santin

Lei 797/1994

406 - Rua Guilherme Maleske

Lei 798/1994

407 - Rua Cecilia Maleske

Lei 836/1994

408 - Rua Domingos Giovanni Pegoraro

Lei 869/1994

409 - Rua Bruno Cachoeira

Lei 870/1994

410 - Rua Manoel Pedro Driessen

Lei 871/1994

411 - Rua Antonio Ranzani

Lei 872/1994

412 - Rua Solon Coelho de Souza

Lei 873/1994

413 - Rua Anna Viero dos Reis

Lei 893/1995

414 - Rua Angelo Bogio

Lei 894/1995

415 - Rua Siegfried Helmuth Lührs

Lei 895/1995

416 - Rua Fermiano Paes Carneiro

Lei 905/1995

417 - Rua Emilia Gioppo Brasil

Lei 906/1995

418 - Rua Pedro Fernandes de Oliveira

Lei 907/1995

419 - Rua Bom Pastor

Lei 923/1995

420 - Rua José Ribeiro dos Santos

Lei 925/1995

421 - Rua José Cezario Guzzi

Lei 931/1995

422 - Rua Palmira de Paula Carneiro

Lei 932/1995

423 - Rua Augusto Xavier Paes

Lei 936/1995

424 - Rua Silvio Santi

Lei 937/1995

425 - Rua Jacob Santi

Lei 938/1995

426 - Rua Teófilo Zarur

Lei 939/1995

427 - Rua Otávio José Leite

Lei 940/1995

428 - Rua Antonio Pereira

Lei 941/1995

429 - Rua Teófilo Gomes de Mattos

Lei 942/1995

430 - Rua Henrique Vebber da Silva

Lei 943/1995

431 - Rua Diney Werner

Lei 988/1995

432 - Rua Paulo Lessing

Lei 989/1995

433 - Rua Frieda Lessing Kramer

Lei 990/1995

434 - Rua Henriette Lessing

Lei 991/1995

435 - Rua Arestides Moriggi

Lei 1020/1996

436 - Rua Gerhard Fezer

Lei 1021/1996

437 - Rua Vidal Chaves

Lei 1022/1996

438 - Rua Felipe José de Paula

Lei 1044/1996

439 - Rua Bazbina Akkar

Lei 1045/1996

440 - Rua Osny Teodoro Cunha

Lei 1046/1996

441 - Rua Américo Ballatka

Lei 1047/1996

442 - Rua Afif João El Messane

Lei 1110/1996

443 - Avenida Fahdo Thomé

Lei 1113/1996

444 - Rua Lino Sperotto

Lei 1114/1996

xxx - Rua Luiz Driessen (não implantada)

Lei 1115/1996

445 - Rua Augusto Gonçalves de Moraes

Lei 1116/1996

446 - Rua Alzerino Alves Pereira

Lei 1117/1996

447 - Rua Joanna Annhice Santin Dalmas

Lei 1119/1996

448 - Rua Euclides José Padilha

Lei 1128/1997

449 - Rua Francisco Assis Bejamini

Lei 1133/1997

450 - Rua Manoel Luiz Cordeiro

Lei 1177/1997

451 - Rua José Corrêa Gonçalves

Lei 1178/1997

452 - Rodovia Municipal Avelino Mandelli

Lei 1179/1997

453 - Rua Fiorindo Constantini

Lei 1205/1997

454 - Rua Anair França Peretti

Lei 1206/1997

455 - Rua Osvaldo Alves

Lei 1207/1997

456 - Rua Fernando Mayer

Lei 1208/1997

457 - Rua Romildo Koppe

Lei 1209/1997

458 - Rua Francisco Santi

Lei 1210/1997

459 - Rua Lucia Donida Santi

Lei 1211/1997

460 - Rua Lucídio Alves Pacheco

Lei 1212/1997

461 - Rua Adelia Julieta Pacheco

Lei 1213/1997

462 - Rua Ivan Antônio Barichello

Lei 1214/1997

463 - Rua Marlene Cordeiro Moraes

Lei 1215/1997

464 - Rua Valdir Moraes

Lei 1224/1997

465 - Rua Francisco Chaves dos Santos

Lei 1225/1997

466 - Rua Osni Amaro Romão

Lei 1265/1998

467 - Rua Risoleta Lemos Maia

Lei 1266/1998

468 - Rua Floriano Wozny

Lei 1267/1998

469 - Rua Ireno Luiz Cordeiro

Lei 1272/1998

470 - Rua Leonardo Olindo Visniewski

Lei 1273/1998

471 - Rua José Gluszcza

Lei 1280/1998

472 - Rua Júlio Wisniewski

Lei 1295/1998

473 - Rua Milton Antonio Marini

Lei 1296/1998

474 - Rua Armindo Dalasta Bonfanti

Lei 1297/1998

475 - Rua Maria Schumann Rotta

Lei 1322/1998

476 - Rua Helena Wisniewski

Lei 1323/1998

477 - Rua Tomaz Wisniewski

Lei 1324/1998

478 - Rua Antonina Gluszcza

Lei 1325/1998

479 - Rua Victor Hugo Petry

Lei 1326/1998

480 - Rua Adalberto Manoel Petry

Lei 1365/1999

481 - Rua Francisco Lopes de Souza

Lei 1366/1999

482 - Rua Aparício Mantovani

Lei 1367/1999

483 - Rua Ursula Scapinelli Montovani

Lei 1368/1999

484 - Rua Abílio Franco

Lei 1398/1999

485 - Rua Alfredo Gioppo

Lei 1414/1999

486 - Rodovia Municipal José Rossi Adami

Lei 1415/1999

487 - Rua Agostinho Diedrich, Padre

Lei 1416/1999

488 - Rua Leocádia Kerber Pivato

Lei 1417/1999

489 - Rua Domingos Pivato

Lei 1425/1999

490 - Rua Luiz Colussi, Dom

Lei 1427/1999

491 - Rua Felipe João

492 - Rua Ivete Zini

Lei 1442/2000

493 - Rua Otto Lessing

Lei 1443/2000

494 - Rua Thomas Pieters, Padre

Lei 1444/2000

495 - Rua Pedro Melo

Lei 1445/2000

496 - Rua Osmar Ritter

Lei 1446/2000

497 - Rua João Balzan

Lei 1447/2000

498 - Rua Vergínia Scapineli

Lei 1449/2000

499 - Rua Bernardino Deboni

Lei 1450/2000

500 - Rua Heinz Rodolfo Muller

Lei 1463/2000

501 - Rua João Woloch

Lei 1464/2000

502 - Rua Antonio Woloch

Lei 1475/2000

503 - Rua Estefano Boiko

Lei 1476/2000

504 - Rua Narciso Basso

Lei 1487/2000

505 - Rodovia Municipal Príncipe da Paz

Lei 1496/2000

506 - Rua Pedro Drissen Sobrinho

Lei 1497/2000

507 - Rua Abílio Viero

Lei 1498/2000

508 - Rua Sadi Antonio Coffferri

Lei 1533/2000

509 - Rua Ary Harres

Lei 1534/2000

510 - Rua Ida Dal Forno Harres

Lei 1540/2000

511 - Rua Pedro Alvares Cabral

Lei 1541/2000

512 - Rua Juvenal Alves Fagundes

Lei 1542/2000

513 - Rua Antonio Rossetto

Lei 1566/2000

514 - Largo João Antonio Grando

Lei 1574/2000

515 - Rua Rachide Abdalla

Lei 1575/2000

516 - Rua Abdalla Elias Farfud

Lei 1584/2001

517 - Rua Aristiliano de Almeida

Lei 1605/2001

518 - Rua Santa Bárbara

519 - Rua Santa Bernadete

520 - Rua Santa Edwiges

521 - Rua Santa Luzia

522 - Rua Santa Rita de Cássia

523 - Rua Santa Rosa de Lima

Lei 1625/2001

524 - Rua Cristóvão Colombo

Lei 1626/2001

525 - Rua Clóvis Luiz de Nardi

Lei 1627/2001

526 - Rua Irma Maria Machiavelli de Nardi

Lei 1668/2001

527 - Rua Maria Eva Cardoso

Lei 1673/2001

528 - Rua João Rosa dos Santos

Lei 1674/2001

529 - Rua Antônio da Silva Ribeiro

Lei 1697/2001

530 - Rua José Marques dos Santos

Lei 1698/2001

531 - Rua João Ferreira dos Santos

Lei 1699/2001

532 - Rua Ilmar José Pierdoná

Lei 1700/2001

533 - Rua Adeodato Manoel Ramos
534 - Rua Agostinho Saraiva
535 - Rua Aleixo Gonçalves de Lima
536 - Rua Antônio Tavares Júnior
537 - Rua Bonifácio José dos Santos
538 - Rua Elias de Moraes
539 - Rua Eusébio Ferreira dos Santos
540 - Rua Francisco Alonso de Souza
541 - Rua João Maria de Agostini
xxx - Praça João Maria de Jesus
542 - Rua José Maria
543 - Rua Maria Rosa
544 - Rua Olegário Ramos
545 - Rua Teodora

Lei 1701/2001

546 - Rua Santo Rossetti

Lei 1702/2001

547 - Rua Fortaleza

Lei 1703/2001

548 - Rua Araçá
549 - Rua Araucária
550 - Rua Cedro
551 - Rua Guamirim
552 - Rua Imbuia

Lei 1724/2002

553 - Rua Avá-Canoeiro
554 - Rua Bororos
555 - Rua Caeté
556 - Rua Caiapós
557 - Rua Carijó
558 - Rua Goitacá
559 - Rua Ianomâmi
560 - Rua Juruna
561 - Rua Pataxó
562 - Rua Potiguar
563 - Rua Tamoio
564 - Rua Tremembé
565 - Rua Tupiniquim
566 - Rua Xavantes

Lei 1725/2002

567 - Rua Andorinha
568 - Rua Beija-Flor
569 - Rua Canário
570 - Rua Gralha Azul
571 - Rua João de Barro
572 - Rua Papagaio
573 - Rua Periquito
574 - Rua Pica-Pau
575 - Rua Sabiá
576 - Rua Tico-Tico

Lei 1726/2002

577 - Rua Amantino Burg

Lei 1727/2002

578 - Rua Marina Wagner Burg

Lei 1752/2002

579 - Rua João Simão de Almeida

Lei 1753/2002

580 - Rua João Schaphauser

Lei 1755/2002

581 - Rua João Angeli

Lei 1773/2002

582 - Rua Napoleão Ribeiro dos Santos

Lei 1774/2002

583 - Rua Iracema Maria Gomes dos Santos

Lei 1775/2002

584 - Rua Joaquim Ribeiro dos Santos

Lei 1799/2002

585 - Rua Carlindo de Paula
586 - Rua Felisberto Custódio de Oliveira
587 - Rua Gilberto Piolla da Silva
588 - Rua João Carlim do Prado
589 - Rua José Vilmar Monteiro
590 - Rua Vitor Lezan

Lei 1811/2002

591 - Rua Cicero Buscarons

Lei 1829/2002

592 - Rua Francisco Menegazzo

Lei 1830/2002

593 - Rua João Natal

Lei 1831/2002

594 - Rua Luiz Souza Corrêa

Lei 1832/2002

595 - Rua Eutímio Miozzo

Lei 1858/2002

596 - Rua Anastácio Amaro de Souza

Lei 1862/2002

597 - Rua Jorge Meirelles

Lei 1863/2002

598 - Rua Jesus Alves Padilha

Lei 1864/2002

599 - Rua Vitoldo Gurski

Lei 1865/2002

600 - Rua Tereza de Freitas Muller

Lei 1866/2002

601 - Rua Silvério Sinkere

Lei 1867/2002

602 - Rua Pedro Campanha

Lei 1868/2002

603 - Rua Romulo Pereira de Souza

Lei 1869/2002

604 - Rua Vital Antonio Almeida

Lei 1870/2002

605 - Rua Claudino Picoloto

Lei 1871/2002

606 - Rua Joaquim Balsanelli

Lei 1872/2002

607 - Rua Ricardo Fendt

Lei 1904/2003

608 - Rua Estefano João Fabiani

Lei 1906/2003

609 - Rua Adriano José Chiot

Lei 1907/2003

610 - Rua Evaldo Luiz Fontana

Lei 1908/2003

611 - Rua Laudelino Fogaça de Almeida

Lei 1936/2003

612 - Rua Hermínio Alves de Moraes

Lei 1937/2003

613 - Rua Savoia Assef

Lei 1965/2003

614 - Rua Wilamir Antônio Giaretta

Lei 1970/2003

615 - Rua João Maria de Castilho Sobrinho

Lei 1971/2003

616 - Rua Seny Hartkoff dos Santos

Lei 1987/2003

617 - Rua Telmo Tadeu Siqueira

Lei 1989/2003

618 - Rua Victor Baptista Adami

Lei 1990/2003

619 - Rua Candida Antônia do Canto

Lei 1991/2003

620 - Rua Raul Ruppel

Lei 1992/2003

621 - Rua Sylvano Proêncio

Lei 1993/2003

622 - Rua Bela Vista

Lei 2016/2003

623 - Rua Jordão Granemann

Lei 2017/2003

624 - Rua Júlia Gioppo Carneiro

Lei 2018/2003

625 - Rua Salomão Gioppo Carneiro

Lei 2025/2003

626 - Rua Eugênio Francisco Paris

Lei 2026/2003

627 - Rua João Amâncio Costa

Lei 2027/2003

628 - Rua Maria Antônia Busato Zandavali

Lei 2028/2003

629 - Rua Nilo Henrique Thomé

Lei 2029/2003

630 - Rua Alfredo Ribeiro dos Santos

Lei 2031/2003

631 - Rua Serra da Pedra Branca

632 - Rua Serra da Taquara Verde

633 - Rua Serra do Espigão

634 - Rua Serra do Irani

635 - Rua Serra do Rio do Rastro

636 - Rua Serra Geral

Lei 2053/2004

637 - Rua Altair Ferreira de Souza

Lei 2054/2004

638 - Rua Vitório Bianchi

Lei 2055/2004

639 - Rua Dante Sabedot

Lei 2057/2004

640 - Rua Geny de Jesus Afonso Carneiro

Lei 2058/2004

641 - Rua Mario de Paula Carneiro

Lei 2063/2004

642 - Rua Albina Maria Biscaro Zardo

Lei 2064/2004

643 - Rua Rondônia

Lei 2090/2004

644 - Rua Ivo Gilberto Bueno

Lei 2091/2004

645 - Rua Francisco Pino Garcia

Lei 2092/2004

646 - Rua Maria Benta de Lima

Lei 2093/2004

647 - Rua José Prezalino de Oliveira

Lei 2094/2004

648 - Rua Antonio Rosa de Oliveira

Lei 2143/2004

649 - Rua Tereza Diva Garcia

Lei 2144/2004

650 - Rua Jose Lindacir Taborda

Lei 2195/2005

651 - Rua Eduardo Hartmann

Lei 2202/2005

652 - Rua Rosa Dalla Chiesa Baú

Lei 2263/2005

653 - Rua Jacob Miguel Zanchettin

Lei 2288/2006

654 - Rua Antonio Vicente de Lima

Lei 2289/2006

655 - Rua João Maria Visloski

Lei 2290/2006

656 - Rua Fernando Turatti

Lei 2291/2006

657 - Rua Hercélio Tibias

Lei 2317/2006

658 - Rua Milthon Antonio Zampronio

Lei 2318/2006

659 - Rua Francisco Zampronio

Lei 2394/2006

660 - Rua João Kuczer

Lei 2415/2007

661 - Rua Eucalipto

Lei 2416/2007

662 - Servidão Palmito

Lei 2431/2007

663 - Rodovia Municipal Honorino Moro

Lei 2432/2007

664 - Rodovia Municipal Osvaldo Olsen

Lei 2433/2007

665 - Rodovia Municipal Victório Poletto

Lei 2437/2007

666 - Avenida Engenheiro Lourenço Faoro

Lei 2438/2007

667 - Avenida Antonio Comazzetto

Lei 2444/2007

668 - Rua Ayrton Araújo Menzel

Lei 2447/2007

669 - Rua Otávio Moraes de Souza

Lei 2466/2007

670 - Rua Luiz Menin

671 - Rua Santana Dagani Menin

Lei 2467/2007

672 - Rua José Rodrigues

Lei 2482/2007

673 - Rua Emílio Prevedo

Lei 2495/2007

674 - Rua Benjamin Brasil

Lei 2503/2007

675 - Rua Adonis Homero Gonçalves Cordeiro

Lei 2520/2008

676 - Rua Inácio Alves da Silva

Lei 2521/2008

677 - Rua Paschoal de Jesus Lopes

Lei 2545/2008

678 - Rua Antonio de Paula Ribas

Lei 2547/2008

679 - Rua José Manoel da Silva

Lei 2580/2008

680 - Rua Pequena Maria Fernanda

Lei 2608/2009

681 - Rua Luiza D'Ambroz Faoro

Lei 2659/2009

682 - Rua Domingos Menin

Lei 2660/2009

683 - Rua Waldemar Fauth

Lei 2671/2009

684 - Rua Fermina da Conceição Carneiro Ribas

Lei 2686/2010

xxx - Rua Onio Pedrassani (apenas alteração de limites)

Lei 2688/2010

685 - Rua Gentil Piccoli

Lei 2695/2010

686 - Rua Paulo Veiga

Lei 2716/2010

687 - Rua Ari Pontes

688 - Rua Etelvino Pedrassani, Vereador

689 - Rua Honorino Alfredo Filippon

690 - Rua Joair dos Santos Lima, Desbravador

691 - Rua João Nei Pontes

692 - Rua Leonel Emílio Aimi

693 - Rua Odair Roque Tombini Pompermayer

694 - Rua Pasqual Cassol

695 - Rua Sebastião dos Santos

Lei 2764/2010

696 - Rua Atilio Ceccatto

697 - Rua Clóvis João Dallazem

Lei 2780/2010

698 - Rua Anna Mascarello Fioreze

Lei 2781/2010

699 - Rua Dilermando Biavatti

700 - Rua Luiz Pereira dos Santos

701 - Rua Ricieri Crivilatti

702 - Rua Salvador Antunes Abrão

Lei 2783/2010

703 - Rua Maria dos Prazeres Santos

Lei 2798/2011

704 - Rua Julia Dalita Stacke D'Agostini

Lei 2810/2011

705 - Rua Danilo Manfroi

Lei 2815/2011

706 - Rua Waldomiro Witiuk

Lei 2816/2011

707 - Rua José Ferreira

Lei 2822/2011

708 - Rua Gomercindo Schaitel Medeiro

Lei 2876/2011

709 - Rua João Pirolli

Lei 2901/2012

710 - Rua Erna Inge Keller

Lei 2911/2012

711 - Rua Haide Benetti Busato

Lei 2922/2012

712 - Rua Hilário Baú

Lei 2923/2012

713 - Rua Jonathas Isac Olienik

Lei 2924/2012

714 - Rua Marcio Adriano Leite

Lei 2925/2012

715 - Rua Lourival Elyas

Lei 2926/2012

716 - Rua Ivan José Bolson

Lei 2933/2012

717 - Rua João Pedro da Silva Brasil

Lei 2934/2012

718 - Rua Elvira Popia Pavelski

Lei 2935/2012

719 - Rua Domingos Figuerôa

Lei 2940/2012

720 - Rua Romeu Sorgatto

Lei 2944/2012

721 - Rua Olindo Mocinelli

Lei 2945/2012

722 - Rua João Thimotéo Pacheco

Lei 2946/2012

723 - Rua Monge João Maria

Lei 2948/2012

724 - Rua Eloé Henrique Formighieri

Lei 2949/2012

725 - Rua Edgar da Silva Pacheco

Lei 2952/2012

726 - Rua Jurandir Oliveira Euriques

Lei 2953/2012

727 - Rua Lucilla Brandt Balena

Lei 2965/2012

728 - Rua Eri Dupont, Vereador

Lei 2966/2012

729 - Rua Jorge Gonçalves Cordeiro

Lei 2967/2012

730 - Rua Dinês de Jesus Cordeiro Farias Rigo

Lei 2997/2013

731 - Rua Sulemar Silveira

Lei 3107/2014

732 - Rua Irineu Marcos Pierdoná

Lei 3142/2014

733 - Rua Bernardo Primo Nora

Lei 3145/2014

734 - Rua Antônio Pelizzer

Lei 3146/2014

735 - Rua Ivo José Casagrande

Lei 3153/2014

736 - Rua Juruá Coelho de Souza

Lei 3175/2014

737 - Rua Chico Mendes

Lei 3176/2014

738 - Rua Renato Baseggio

Lei 3221/2015

739 - Rua Adão Kostantiuk

Lei 3236/2015

740 - Rua José Agusti

Lei 3237/2015

741 - Rua Olga Turati Agusti

Lei 3238/2015

742 - Rua XV de Novembro

Lei 3273/2015

743 – Rua Valmor Francisco Schmitt

Lei 3278/2015

744 – Rua Oscar Paupitz

Ruas sem Lei Específica

745 - Rua 13 de Maio	SEM LEI
746 - Rua Acre	SEM LEI
747 - Rua Caraguatá	SEM LEI
748 - Rua Carlos Sperança	SEM LEI
749 - Rua Eduardo Bento	SEM LEI
750 - Rua Ituporanga	SEM LEI
751 - Rua Kaigang	SEM LEI
752 - Rua Pará	SEM LEI
753 - Rua Paz, da	SEM LEI
754 - Rua Prudente de Moraes	SEM LEI
755 - Rua Roraima	SEM LEI
756 - Rua Salvador	SEM LEI
757 - Rua Sergipe	SEM LEI
758 - Rua Taió	SEM LEI
759 - Rua Tangará	SEM LEI

Existem, portanto, quinze ruas de nosso município que não possuem leis que as denominem, apesar de a via estar estabelecida e consolidada, necessitando de atenção por parte da Câmara de Vereadores de Caçador para que a adequação legal seja promovida.

Descrição das 759 Homenagens Prestadas Através da Denominação das Vias da Cidade de Caçador em Ordem Alfabética

RUA 1º DE MAIO

Extensão: 270 metros

Bairro: Centro, Bello

Lei 12/1951

Em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, o dia 1º de maio celebra o Dia do Trabalhador.

Tal data é uma referência a um evento, em 1886, no qual realizou-se uma manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago, nos Estados Unidos.

Essa manifestação tinha como finalidade reivindicar a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e teve a participação de milhares de pessoas. Nesse dia teve início uma greve geral nos Estados Unidos. No dia 3 de maio houve uma revolta e combate com a polícia, que resultou na morte de três manifestantes. No dia seguinte, 4 de maio, uma nova manifestação foi organizada como protesto pelos acontecimentos dos dias anteriores, tendo terminado com o lançamento de uma bomba contra a polícia, matando um policial e a reação da polícia, abrindo fogo contra a multidão terminou com mais doze mortes.

Três anos depois, inicialmente em Paris, em homenagem aos acontecimentos de Chicago, iniciam-se movimentos na data de 1º de maio, reivindicando melhorias em condições trabalhistas.

Com a chegada de imigrantes europeus no Brasil, as ideias de princípios e leis trabalhistas vieram junto. O presidente Artur Bernardes já havia decretado a data como feriado em 1925. No entanto, o ápice da data foi obtido na Era Vargas que, com sua propaganda trabalhista, transforma um dia destinado a celebrar o trabalho no Dia do Trabalhador. Tal mudança, aparentemente superficial, alterou profundamente as atividades realizadas pelos trabalhadores a cada ano, neste dia. Até então marcado por piquetes e passeatas, o Dia do Trabalhador passou a ser comemorado com festas populares, desfiles e celebrações similares.

Na lei que denominou esta rua consta que o nome foi dado *“em homenagem aos operários de Caçador.”*

RUA 13 DE MAIO

Extensão: 150 metros

Bairro: Centro

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no Centro, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

Em 1972, diversas ruas, em várias áreas da cidade foram denominadas, inclusive ruas muito próximas a esta. Certamente tratou-se de um lapso a não oficialização da denominação da rua, que necessita de providências por parte da Câmara de Vereadores.

A denominação de 13 de Maio é uma referência aos acontecimentos desta data no ano de 1888, em que a Princesa Imperial Isabel do Brasil, então Regente do Império, diante da ausência de seu pai, Pedro II, em tratamento de saúde em Milão, assinou a lei que seria conhecida como “Lei Áurea”, extinguindo a escravidão no Brasil.



A Lei Áurea

O sucinto texto da lei diz:

Lei Nº 3353 de 13 de Maio de 1888.
“Declara extinta a escravidão no Brasil”

A PRINCEZA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Magestade Imperador o Senhor D. PEDRO II, Faz saer a todos os súbditos do IMPÉRIO que a Assembléa Geral Decretou e Ella Sanccionou a Lei seguinte:

Artigo 1º - É declarada extincta desde a data d'esta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Manda protanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contem.

O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 – 67º da Independência e do Império.

Prinzeza Imperial Regente

Os antecedentes que levaram até a publicação desta lei são intensos e extensos e podem ser brevemente resumidos em uma situação de pressão interna e externa. Leis anteriores (Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários) colaboraram para que a Lei Áurea fosse cada vez mais necessária.

A vinda das primeiras levas de imigrantes, especialmente da Itália e Alemanha fornecia mão de obra que custava mais barato aos grandes fazendeiros que a manutenção dos escravos, somados às freqüentes fugas de escravos, ajudou a impor a urgência de tal medida.

Estes fatos, somados à pressão internacional que via o Brasil como o último dos países independentes americanos a manter a escravidão e ainda os propósitos abolicionistas do Imperador Pedro II, compartilhados por sua filha, a Princesa Isabel, culminaram no texto assinado em 13 de maio de 1888.

Um dos principais opositores ao projeto da Lei Áurea era o Barão de Cotegipe, que teria dito à Princesa, após a assinatura: "*Vossa Alteza libertou uma raça, mas perdeu o trono*". Mas a princesa não hesitou em responder: "*Mil tronos eu tivesse, mil tronos eu daria para libertar os escravos do Brasil*".

Como é sabido, a previsão foi correta e um ano e meio depois, Isabel e toda sua família foram exilados do Brasil por um golpe militar.

A ausência de amparo por parte do Estado brasileiro tanto aos recém libertos quanto aos antigos proprietários é descrita como uma das causas de graves problemas sociais que perduram até os dias atuais.

RUA 25 DE MARÇO

Extensão: 400 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Diferentemente de outras cidades que também possuem uma “Rua 25 de Março” entre suas ruas, cujo exemplo mais eloquente é o da cidade de São Paulo, Caçador não presta a mesma homenagem com este nome em uma de suas primeiras ruas.

Em outras cidades, a inspiração para este nome vem da lembrança da data da outorga da primeira Carta Constitucional brasileira (*Constituição Política do Império do Brasil*), de 25 de março de 1824, pelo Imperador Dom Pedro I. Um verdadeiro marco na história do Brasil e que as diversas minúcias do processo de elaboração da Constituição já serviriam para todo um capítulo de qualquer livro que se dispusesse a discorrer sobre a história de nosso país.

Em Caçador, a homenagem e lembrança à data é uma referência à cerimônia de instalação do Município de Caçador, ocorrida em 25 de março de 1934.

Um detalhe interessante a ser observado é que a rua tinha boas chances de ser chamada de “18 de março”, haja visto que esta era a data prevista para a instalação do Município, conforme determinado pelo Coronel Aristiliano Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina (o atual governador), no decreto 508, de 22 de fevereiro de 1934. Não há registros das razões que fizeram com que a cerimônia fosse transferida. As duas datas, 18 e 25 de março caíam num Domingo, num claro contexto de comemoração e de aumento de participação popular. A ata da instalação do Município diz o seguinte:

Ata da instalação do Município de Caçador, criado pelo decreto nº 508 de 22 de fevereiro de 1934

Aos 25 dias do mês de março de 1934, na sala do edifício destinado à Prefeitura Municipal, (situado no local onde hoje é o Banco do Brasil) presentes os Srs. Helmuth Muller, José Luiz de Castro, Prefeitos de Porto União e Cruzeiro (atual Joaçaba), o vigário José Augert, pároco desta vila, Agripino de Oliveira representando a Superintendência da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, o cidadão José Schena, representando o diretório Liberal do distrito de Herval Comarca de Campos Novos e o jornal Cruzeiro; Solon Coelho de Souza representando o Meretíssimo Juiz da Comarca de Cruzeiro; Aristeu Anjos representando o Prefeito do Município de Campos Novos, e grande massa de povo, representando todas as classes sociais e econômicas, o Sr. Presidente do Conselho Consultivo deste Município, Sr. Aristeu Anjos deu início aos trabalhos de instalação deste Município. S.S. em palavras repassadas de eloquência explicou a finalidade do ato, dando por instalado este Município de Caçador, criado pelo decreto número 508 de 22 de fevereiro último. Continuando os trabalhos, S.S. introduziu no recinto o Prefeito nomeado Dr. Leônidas Coelho de Souza, dando-lhe posse imediata. Prosseguindo, o Sr. Presidente deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso; tendo o Sr. Victor Kurudz num belíssimo discurso historiado o movimento de criação deste

Município, enaltecendo meritoriamente a figura inconfundível do atual interventor Coronel Aristiliano Ramos, referindo-se também com carinho ao Dr. Leônidas Coelho de Souza, enaltecendo suas qualidades. Ao terminar foi o orador vivamente aplaudido. Em seguida usou da palavra o Prefeito Dr. Leônidas Coelho de Souza, o qual agradeceu, com palavras repassadas de entusiasmo, as referências feitas pelo orador oficial a sua pessoa, historiando ao mesmo tempo as démarches para a consecução deste desideratum, fazendo ressaltar o auxílio poderoso prestado por toda a população deste Município e do Exmo. Sr. Coronel Interventor Aristiliano Ramos, Diretório Central do Partido Liberal e o Doutor Nereu Ramos. O orador foi fartamente cumprimentado e aplaudido. Em seguida, seguiu-se com a palavra o Sr. Francisco Busato, fluente orador, o qual teceu um hino a todos que trabalharam pela criação deste Município. Ao terminar seu belo discurso, foi o orador vivamente aplaudido. Pediu a palavra o Sr. José Luiz de Castro, Prefeito de Cruzeiro, o qual saudou as novas autoridades, concitando o conagração de todos em torno do atual governo, merecedor do apoio incontestável do povo catarinense. Pediu a palavra o Sr. José Schena, que com simples frases, congratulou-se com o Sr. Prefeito, felicitando-o como representante do Jornal Cruzeiro. Foi dada a palavra ao Sr. Coronel José da Rocha Timm, que fez o brinde de honra ao Sr. Coronel Aristiliano Ramos Interventor Federal. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão de instalação deste Município e posse do Doutor Prefeito. Eu Djalma Coelho de Souza, convidado para secretariar os trabalhos, lavrei a presente ata a qual vai assinada por todos os presentes: Aristeu Anjos, Pedro Bortolon, Leônidas Coelho de Souza, Helmut Muller, José Luiz de Castro, Agripino Oliveira, José Schena, José da Rocha Timm, Carlos Coelho de Souza, Afonso Schuantz, José Cantu, João Rech, Pedro Penso, Jacob Willibaldo Hartmann, Solon Coelho de Souza, Carlos Gaertner Sobrinho, Manuel Alvim dos Reis, Mario Rech, Maximo Santini, Attilio Zanelatto, Florêncio Pasqual, Max H., Ângelo Picoli, José C. Adelino Setti, José Luis Lazzari, Delfino dos Santos, André Pasqual, Manoel Siqueira Bello, Antônio Vieceli, João R., Francisco, Andrea Scariot, Julio Tortato, Jorge, João, G. Rodrigues, Joaquim Pereira, João Fernandes, João Coelho Netto, Antônio P., Antônio Breda, Deodoro Coelho, Ismael do Nascimento, Jorge Herculano Carlim, André Meneguzzi, José de Souza Trindade, Prudente de Souza Trindade, Valentin Jacob G., Jorge A., Ricardo S., Paulino P. dos Anjos, Jorge Lindemeyer, Theodoro H., Jorge M., Ireno Luiz Cordeiro, Dr. Herculano Coelho de Souza, Miguel C., João Gazziero, Adelmyr Pressanto, Messias Antônio de Moraes, Lycurgo Coelho de Souza, Domingo Sorgatto, Eduardo Rocha, Antônio Mendes, Simão S., Battista Rech.

RUA XV DE NOVENBRO

Extensão: 200 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 3238/2015

Originalmente, esta via foi projetada como uma única via, denominada Rua Marquês de Olinda, ainda em 1944, e descrita no capítulo específico desta obra. No entanto, uma descontinuidade da via devido a um forte desnível, fazia com que a Rua Marquês de Olinda fosse dividida em duas partes, gerando na prática, duas ruas com o mesmo nome.

Surgida de uma solicitação da comunidade residente naquele local, que diariamente via-se envolvida em diversos embaraços causados pela descontinuidade da via.

Nunca ocorreu a instalação plena do traçado desta rua. Pensada como uma via paralela à Avenida Aristiliano Ramos, o traçado original não considerou a existência de um acentuado desnível do terreno em uma região muito próxima ao início da via, exatamente onde se encontra, atualmente, o limite entre os bairros D.E.R. e Santa Catarina.

Tal desnível desestimulou a real utilização daquela área como via de trânsito e, com o passar dos anos e décadas, ampliações de pátios, construções de muros e até mesmo de casas inteiras aconteceram onde deveria existir uma rua.

A situação tornou-se de tal modo consolidada que não seria mais lógico ou razoável cogitar a reabertura da via, necessitando portanto, da adequação legislativa para resolver a situação da organização urbana da cidade.

A separação física dos trechos da rua, mantendo-se o mesmo nome, criava diversos embaraços para os moradores, desde dificuldades para entregas efetuadas por transportadoras até a freqüente necessidade de explicações pormenorizadas de endereçamento.

Neste caso, partiu dos próprios moradores, interessados em não causar melindres ou obstáculos de qualquer natureza, a iniciativa de sugerir o nome de “Rua XV de Novembro”, e não uma homenagem a alguma personalidade, local ou não, como nova denominação para seus endereçamentos.

É necessário recordar que Caçador já teve uma rua “15 de Novembro” (com algarismos arábicos), assim como a maioria dos municípios brasileiros, e que em 1955 foi alterada para “Rua Carlos Sperança”.

Sessenta anos depois, a cidade voltou a ter uma homenagem à data de Proclamação da República, ocorrida no ano de 1889.

Naquela data, ante a perplexidade e mesmo incredulidade da maioria da população, um levante político-militar dava fim à monarquia constitucional parlamentarista existente no Brasil, tendo o Imperador Pedro II à sua frente e instaurava a forma republicana federativa presidencialista no Brasil, tendo o Marechal Deodoro da Fonseca sido o primeiro presidente.

Vários motivos precederam ao golpe de estado, desde atritos com a igreja católica na Questão Clerical, até a abolição da escravatura, gerando insatisfação por parte dos grandes fazendeiros e proprietários de escravos.

Isto foi somado ao fato de a sociedade brasileira, apesar de dispensar um profundo apreço pelo imperador Pedro II, não o fazia da mesma forma ao próprio império, afirmando que “não haveria um terceiro reinado”, especialmente por ser a herdeira do trono a Princesa Isabel e, em uma sociedade profundamente machista, casada com o francês Gastão de Orléans, o Conde d’Eu. O conde tinha fama de arrogante, não ouvia bem, falava com sotaque francês e, além de tudo, era dono de cortiços no Rio, pelos quais cobrava aluguéis exorbitantes de gente pobre. Temia-se que, quando Isabel subisse ao trono, ele viesse a ser o governante de fato do Brasil.

A Guerra do Paraguai, e a crise econômica causada por esta guerra também foram fatores preponderantes na aceitação da derrubada do regime.

Mas talvez o maior fator que levou à queda do regime foi a própria aceitação do golpe por parte do Imperador Pedro II. Com plenas condições de sufocar o golpe nos seus primeiros instantes, o Imperador preferiu não retaliar e acatou a todas as determinações feitas pelo novo governo.

Rios de tinta já foram escritos a respeito desta postura do imperador e das suas motivações, desde o desencanto com a vida política, a ausência de herdeiros do sexo masculino e a preocupação em não haver derramamento de sangue.

No dia 17 de Novembro, ainda de madrugada, por receio de que houvessem manifestações populares de apoio, o Imperador Pedro II e sua família foram exilados do Brasil, partindo em direção à Europa.

Iniciava-se a República, marcando para sempre a data de 15 de Novembro na história brasileira.

RUA ABDALLA ELIAS FARFUD

Extensão: 150 metros

Bairro: Berger

Lei 1575/2000

Abdalla Elias Farfud, imigrante sírio, filho de Elias Abdalla e Maria Abdalla, veio da Síria aos 13 anos de idade, no navio francês de nome “Mafalda”, levando 30 dias de viagem para chegar até São Paulo.

Morou em Porto União, Palmas, Curitiba e fixou residência em Caçador, quando poucos moradores habitavam esta cidade.

Casou-se com Rachide Abdalla, com quem teve sete filhos. Sempre no comércio, ficou muito conhecido como o “Seu Abdalinha”.

Deixou Caçador por breves 5 anos de sua vida, de 1938 a 1943. Fundou, em companhia de sua esposa, em 1956, a Padaria Guarani, tradicional estabelecimento de nossa cidade. Aqui permaneceu até seu falecimento. Fez de sua família pessoas de bem, com fortes vínculos de amizade nesta querida Caçador.

Deixaram bons amigos e muito contribuíram para o bem da comunidade, através do comércio e de sua maneira anônima de ajudar os que dela precisavam.

(adaptado de texto de sua filha, Marly Abdalla Dalmas, em 17 de dezembro de 2000)

RUA ABDALLA JOÃO

Extensão: 350 metros

Bairro: Berger

Lei 540/1992



Abdalla João, imigrante libanês, nascido na cidade de Bazbina, distrito de Akkar, no Líbano, em 05 de fevereiro de 1902. Filho de João Abdalla e Gacibe Abdalla.

Veio para o Brasil em 1922, com 18 anos de idade. Instalou-se inicialmente na cidade de Rebouças – PR, onde permaneceu por aproximadamente quatro anos. Em 1926, veio para Caçador, onde residiu até seu falecimento.

Sua vinda para Caçador objetivava o desenvolvimento de atividades comerciais como mascate.

Em 1928 casou-se com Adélia Joaquim, com quem teve 7 filhos: Michel, Nagib, Camel, Janet, Ivone, Dalila e Miriam.

Em 1930 fundou o estabelecimento comercial “Casa 3 Irmãos”, a qual atendia as necessidades comerciais locais e regionais em seus mais variados aspectos. Foi, desta forma um dos primeiros comerciantes de Caçador, desenvolvendo um papel relevante no município.

Participou da instalação da Pedra Fundamental da Catedral São Francisco de Assis. Foi membro atuante do Rotary Club de Caçador.

Sua atuação na comunidade valeu-lhe, em 30 de novembro de 1972, o recebimento do título de Cidadão Honorário de Caçador.

Abdalla João faleceu em 11 de janeiro de 1976, aos 71 anos de idade.

RUA ABDALLA JOSÉ THOMÉ

Extensão: 270 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

Abdalla José Thomé nasceu na cidade de Miniara, província de Akkar, no Líbano, no ano de 1895.

Em uma das inúmeras guerras, invasões e conflitos daquela região, no ano de 1904 houve uma invasão de muçulmanos à região, o que fez com que o pai de Abdalla, sabendo que havia um navio prestes a partir com alguns conhecidos seus para o Brasil, enviasse seu filho, com apenas 9 anos de idade, sozinho para cá, no intuito de que, ao menos um membro de sua família se salvasse.

Tendo chegado em São Paulo, aos 9 anos e sem uma família propriamente constituída para lhe amparar, Abdalla José Thomé construiu sua história desde muito cedo, exercendo diversos ofícios na cidade de São Paulo.

Casou-se com Zaque Thomé e instalaram-se em Rebouças – PR. Tiveram 9 filhos, Adélia, Zaki, Fahdo, José, Jorge, Alfredo, Vitorio, Ayze e Abdukarim.

Trabalhando no ramo de serrarias, adquiriu, juntamente com dois ingleses, de sobrenomes Trothmann e Duncan, uma área de pinhais próximos à Taquara Verde, onde instalaram sua serraria.

A partir de Taquara Verde, a família, especialmente seus filhos Adélia, Zaki, Fahdo e Jorge fincaram raízes na cidade de Caçador.

Abdalla José Thomé faleceu no ano de 1951, aos 56 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ABÍLIO FRANCO

Extensão: 1.200 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1368/1999

Abílio Franco, filho de Nestor Franco de Oliveira e de Geralda Julia de Marafigo, nasceu em Piraquara – PR, no dia 27 de Outubro de 1901.

Começou a desenvolver trabalhos aos 15 anos de idade, ajudando seu pai na profissão de boiadeiro. Casou-se com Emília Biss, em 1928, em Piraquara, com quem teve sete filhos, cinco homens e duas mulheres.

Saindo de Piraquara em 1936, mudou-se para Caçador para trabalhar de empreiteiro da Madeireira Busato, empresa essa que tinha serrarias na região de Caçador, indo residir na localidade de São Pedro onde estava instalada uma das serrarias do grupo.

Em 1944 mudou-se para localidade da Caixa D'água continuando a mesma função até 1949, quando o grupo de Madeireiras Busato veio a abrir falência.

Após, exerceu a profissão de agricultor em terreno de sua propriedade até 1954, quando voltou a trabalhar com a empresa Alcides Tombini Ltda. até 1957. Voltando a trabalhar como agricultor, permaneceu nas lidas do campo até 1965, quando se aposentou.

Abílio Franco, falava com orgulho da sua vida e profissão de boiadeiro, de como derrubava os pinheiros, como estaleirava as toras até o estaleiro, que eram puxadas por três ou até quatro juntas de boi, no transporte para as serrarias eram em carretões puxados à cavalos, hoje desconhecido por muitas pessoas principalmente os mais jovens.

Seu passatempo preferido eram a caça e as corridas de cavalos. O que sempre pedia a seus filhos era Trabalho, Sinceridade e Honestidade.

Em 1974, já viúvo, mudou-se para a cidade de Caçador, aonde veio morar com uma de suas filhas até seu falecimento, ocorrido em 25 de fevereiro de 1988, aos 86 anos de idade.

RUA ABÍLIO PAES CARNEIRO

Extensão: 170 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 612/1992

Nascido em 11 de maio de 1888, sempre exerceu a profissão de fazendeiro, em São João de Cima. Por ocasião da construção da Estrada de Ferro em nossa região, foi um dos fornecedores para a Companhia Construtora (Brazil Raylway Company) de produtos essenciais como charque, feijão, queijo, transportando estes produtos por cargueiro (cestos atados ao lombo de animais), enfrentando sérias dificuldades, pois na época não existiam estradas, apenas “picadas” no meio da mata.

O local onde funcionava seu armazém situava-se onde hoje é o bairro Berger, trazendo o nome de “Armazém do Km 130”, considerado como o primeiro marco para o progresso de Caçador.

Abílio Paes Carneiro foi um cidadão que dispôs de seus esforços para atender toda a necessidade da região.

RUA ABÍLIO VIERO

Extensão: 450 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1497/2000

Abílio Viero, filho dos imigrantes italianos João Viero e de Amabile Martignago, nasceu em Urussanga – SC, no ano de 1918.

Veio para Caçador em 1957, aqui vivendo por 42 anos e deixando sua descendência: Anair, Arelina, Avelina, Alzira, Alvira, Debrair, Delair, Clair, Claudir, Claudelino e Cláudio Viero.

Sempre exerceu a profissão de agricultor.

Abílio Viero faleceu em 12 de setembro de 1999, aos 81 anos de idade.

RUA ABSALÃO CARNEIRO

Extensão: 200 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Absalão Carneiro, oriundo do município de Porto União da Vitória, então Província do Paraná, nos campos de São João de Cima, hoje pertencentes ao município catarinense de Calmon.

Era filho de José Cardoso Pazes Carneiro e de Maria dos Passos Carneiro, ambos naturais do município de Palmeira, nas cercanias de Curitiba,

Província do Paraná. Absalão nasceu no dia 06 de fevereiro de 1852 e faleceu em 9 de fevereiro de 1911 em São João de Cima, e está sepultado no cemitério da Família Carneiro nessa localidade.

Absalão foi casado com Clara Carneiro e teve quatro filhos: Antônia, Osório, Amália e Gumercindo. Foi proprietário de grande extensão de terras, onde hoje estão localizados os bairros: Vila Santa Catarina, DER, Tabajara, Vila Carneiro, Nossa Senhora da Salete, entre outras localidades.

RUA ACRE

Extensão: 130 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Santa Catarina, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, à semelhança do que ocorreu em uma rua próxima, a Rua Rondônia, em 2004, percebe-se que esta rua não possui uma lei específica que a denomine.

O caso da rua Rondônia já foi solucionado em 2004, porém as ruas Sergipe, Acre, Pará e Roraima permanecem sem uma adequação da lei à realidade existente, cabendo à Câmara Municipal a solução deste problema.



O Acre é um estado da região norte do Brasil, sendo um dos estados com menor densidade demográfica do país (4,9 hab/km²). A região, originalmente pertencente à Bolívia, teve sua colonização iniciada apenas a partir da segunda metade do século XIX, com o início do “ciclo da borracha”, que atraiu diversos migrantes que eram oriundos especialmente da região nordeste do Brasil.

Este grande fluxo migratório, chegou a somar mais de cinquenta mil brasileiros nesta área. O território não era assistido pela Bolívia, que chegou a entregar sua administração arrendando a área a uma espécie de *sindicato* internacional que fundou o *Bolivian Syndicate* dispondo inclusive de forças policiais e frota armada. Várias foram as insurreições dos brasileiros na área, que por fim expulsaram as forças bolivianas, chegando a fundar uma república, que durou apenas 8 meses.

A solução definitiva chegou através dos esforços do Barão do Rio Branco, chefe diplomático brasileiro na virada entre os séculos XIX e XX. Em 17 de

novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil recebeu a posse definitiva da região. O Acre foi, então, integrado ao Brasil como território, dividido em três departamentos. O território passou para o domínio brasileiro em troca do pagamento de dois milhões de libras esterlinas, de áreas de terras dos estados de Mato Grosso e do Amazonas e do acordo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Em homenagem ao Barão, a capital do território do Acre recebeu o nome de Rio Branco.

Unificado em 1920, passou a ser considerado um estado a partir de 1962. Nesta condição, foi o primeiro estado da federação a ter uma mulher como governadora, em 1986.

A partir do acordo ortográfico de 1990, os habitantes do Acre são denominados de *acrianos*. Tal alteração, que antes era aceito por todos como *acreanos*, gerou grandes controvérsias na comunidade local, tanto que é notório que a imensa maioria da população do estado não gostou e não adotou o "novo" gentílico, continuando a se autodenominarem *acreanos*. A prova definitiva de que alterações ortográficas como a que estamos vivendo atualmente não devem ser impostas de cima para baixo e sim apenas acompanhar o natural desenvolvimento da língua.

A economia do estado é baseada fundamentalmente no extrativismo, com extração de madeira, castanha e borracha, ainda que a níveis infinitamente inferiores aos realizados no “ciclo da borracha”.

RUA ADALBERTO MANOEL PETRY

Extensão: 170 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1325/1998

Adalberto Manoel Petry, filho de Victor Hugo Petry e de Dilma Deboni Petry, nasceu em Caçador, no ano de 1961.

Faleceu em decorrência de acidente de trânsito na BR 101, município de Joinville, no dia 06 de julho de 1983, aos 22 anos de idade.

RUA VEREADOR ADÃO KOSTANTIUK

Extensão: 40 metros

Bairro: Paraíso

Lei 3221/2015



Adão Kostantiuk, filho de Pedro Kostantiuk e Jaroslava Kostantiuk, nasceu em Paulo Frontin – PR, em 09 de maio de 1947.

Ainda pequeno chegou a Caçador acompanhando seus pais, que buscavam nesta nova terra prosperidade.

Desde adolescente trabalhava para auxiliar aos pais no orçamento da casa. Vendeu picolés, foi engraxate. Até que aos 14 anos começou a trabalhar na Indústria Sperotto como puxador de serragem.

Teve sua própria empresa, uma estofaria, na qual devido a um trágico incêndio resultou na perda total de seu estabelecimento. Logo foi convidado por seu padrinho para trabalhar na empresa Marpi, onde trabalhou durante vinte e nove anos e alcançou o cargo de gerente de produção.

Em 1969 casou-se com Gessi Alves, com quem ficou casado por aproximadamente por 25 anos. Divorciou-se em 2008 e casou-se novamente com Ana de Fatima Ariatti, permanecendo casado até a sua morte em 2011.

Em 1988 realizou um sonho, foi eleito vereador em Caçador, assumindo o cargo em 1989. A carreira política foi incentivada pela própria família e amigos e foi marcada por trabalho e honestidade. Na casa legislativa Adão foi Presidente da Câmara.

Adão descobriu que sofria de diabetes e desde então, travou uma batalha árdua em favor da própria vida. A doença acarretou dez cirurgias e a amputação da perna esquerda. Bravamente, Adão não esmoreceu e conseguiu adaptar sua rotina diária, mesmo com tantas dificuldades.

Na manhã de 05 de junho de 2011, Adão foi internado no hospital Maicé e por volta das 16 horas foi internado no Centro de Terapia Intensiva. Às 9 horas e 40 minutos do dia 06 de junho de 2011 a doença venceu o bravo Adão.

Adão teve 5 filhos: Sandro Adilson Kostantiuk, Denise Aparecida Kostantiuk Brasil Moreira, Deise Lucia Kontantiuk Moreira, Alessandra Daniela Kostantiuk e Kalinka Alves Kostantiuk.

(extraído de texto do Vereador Valmor de Paula)

RUA ADELIA JULIETA PACHECO

Extensão: 310 metros

Bairro: Martello

Lei 1212/1997

Adelia Julieta Pacheco, filha de Francisco Santi e Lucia Donida Santi, nasceu em Antônio Prado – RS, no ano de 1904.

Casada com Lucídio Alves Pacheco, em 11 de setembro de 1929, com quem teve quatro filhos: Luiz Sérgio, Valdir Geraldo, Tereza Belino e Valdemar José.

Foram residir no então Segundo Distrito de Erechim, hoje Getúlio Vargas – RS, acompanhados de Francisco e Lucia Santi.

Em 1936, com a vinda de seu pai e seu marido para Caçador, para instalarem uma serraria nas proximidades da estação Presidente Pena, Adélia acompanhou-os, instalando sua residência nas proximidades da serraria, acompanhando de perto os trabalhos de sua família, enquanto dedicava-se ao lar e à família.

Lá continuou até 1959, quando passou a residir na cidade, exercendo atividades de comércio à Rua Luiz Tortatto.

Adélia Julieta Pacheco faleceu em 01º de novembro de 1976, aos 72 anos de idade.

Sua família (ela, seu marido e seus pais) dão nome às ruas do Loteamento Vila Justina II, no bairro Martello, mantendo a proximidade de seus nomes, da mesma forma que foi a proximidade de suas vidas.

RUA ADELIA THOMÉ JOÃO

Extensão: 160 metros

Bairro: Berger

Lei 605/1992

Adélia Thomé João, filha de Abdalla José Thomé, natural do Líbano e Zaquie Elias Ader, natural da Síria, nasceu em São Paulo – SP, no ano de 1915.

Residia em Caçador desde 1936, juntamente com seus familiares.

Era casada com o senhor Jorge João e com ele teve três filhos: Munir, Leila e Anuar.

Faleceu em 16 de novembro de 1990, aos 75 anos de idade.

RUA ADELMYR PRESSANTO

Extensão: 550 metros

Bairro: Centro

Lei 15/1963



Adelmyr Pressanto, filho de Antonio Pressanto e de Irene Zanon Pressanto, nasceu em São Sebastião do Caí – RS, aos 28 de agosto de 1892.

Devido a seus grandes e inegáveis serviços prestados à comunidade, recebeu, em 27 de novembro de 1961, o título de “Cidadão Caçadoreense”. Sua assinatura consta da ata de instalação do município de Caçador.

Foi um dos homens que mais trabalhou pelo progresso de Caçador, fundando uma indústria de bebidas com vendas para o mercado nacional e internacional.

Adelmyr Pressanto faleceu em 11 de julho de 1963, aos 70 anos de idade.

A rua, que era conhecida como Rua Caçanjurê, passou a ser chamada de Adelmyr Pressanto a partir da edição desta lei.

RUA ADEODATO MANOEL RAMOS

Extensão: 270 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Adeodato Manoel Ramos viria a ser o último líder do levante. No entanto, sua trajetória, exceto enquanto comandante, foi igual à de muitos sertanejos que viveram, e morreram, no tempo dos redutos.

Adeodato, ou também Joaquim José de Ramos, como se denominava, era natural de Cerrito, município de Lages. Foi com o pai, Telêmaco, que Adeodato aprendeu o ofício de tropeiro e outras lidas do campo.

Já com 15 anos de idade, mudou-se com a família para o Rio Doce, nas proximidades do atual município de Lebon Régis, trabalhando como peão. Conduziu varas de porcos dali para a região do Timbozinho, boiadas para Lages e também para Florianópolis.

Sua habilidade e experiência valeram-lhe o ofício de capataz de uma fazenda de gado de propriedade de Manoel Francisco Dias Neto, que via na voz de Adeodato um dos grandes trunfos de sua liderança, fato corroborado por vários outros testemunhos.

Todavia, além da voz, sua capacidade de liderança também deveu-se à habilidade no manejo de armas, não apenas facões, paus, garruchas e pistolas, mas também winchester, comblain, mauser, que conheceu e tornou-se familiar logo após os primeiros combates com as forças oficiais.

Diz-se que Adeodato não entrou de imediato para o movimento Contestado, assistiu de longe, escondido no mato, ao confronto de Caraguatá. Com o passar do tempo e com o aumento de adesão ao movimento, seja espontaneamente, seja através de “piquetes de coerção”, que praticamente obrigavam às pessoas a unirem-se ao movimento. Adeodato foi abordado pelo piquete de Domingos Crêspo, que o levou para o reduto do Bom Sossego, no tempo de Maria Rosa.

No reduto, participou como outro qualquer, até que aos poucos foi reconhecido pela bravura e alçou o posto de “lugar-tenente” do comandante Francisco Alonso.

Com a morte de Francisco Alonso de Souza, Adeodato foi proclamado como Comandante Geral de todos os Redutos, cargo que no início foi recusado. Conta-se que Adeodato só aceitou o posto após um “sonho” com João Maria, em que este havia *aparecido em Caçador, munido de uma bandeira branca, bradando vivas e dizendo que ele era o comandante*. Aos companheiros de luta, contou que a “Corte Celeste” o havia aclamado como Comandante Geral.

A partir daí iniciam-se relatos de que qualquer contestação às ordens e determinações de Adeodato eram exemplarmente punidas, com vários casos de decapitações e banditismo.

Foi de Adeodato a decisão de transferir o reduto-mor de Caçador para Santa Maria, dada a singularidade estratégica da posição.

Em Santa Maria, com o avanço das tropas do General Setembrino, Adeodato impôs aos sertanejos um cotidiano de sofrimento: guerra, fome, doença e morte. Além das mortes causadas pelos combates, várias epidemias de tifo, causadas pelas deficientes condições sanitárias e a grande concentração de pessoas, dizimaram as forças restantes dos “fanáticos”.

Especialmente os relatos a respeito da fome no reduto são unânimes ao afirmar que, impossibilitados de plantar, impedidos de sair para caçar ou coletar frutas ou mel, cada vez mais pessoas morriam de fome, especialmente crianças.

Após a captura de Santa Maria, Adeodato escapa e rumo para o reduto de São Miguel. Calcula-se que mais de 3.000 sertanejos se entregaram em janeiro de 1915. Essa capitulação era violentamente coibida por Adeodato, que não raro aplicava a pena de morte aos desertores.

Com atitudes violentas e imprevisíveis, Adeodato implantou um verdadeiro regime de terror, tanto externamente, com os assaltos a fazendas, quanto internamente no reduto, resultando em numerosas execuções sumárias de companheiros de crença.

O último reduto foi São Pedro, praticamente no mesmo local onde hoje encontra-se a sede do município de Timbó Grande. Neste, esmorecia-se o ânimo antes dominante e os fugitivos de outros redutos que lá chegavam não eram recebidos com entusiasmo, mas a contragosto, pois a fome seria maior, com mais bocas para alimentar. Este último reduto foi destruído, não mais pelas forças oficiais do governo, mas por vaqueanos, ainda mais cruéis e sanguinários, com incêndios e saques.

Dispersaram-se os últimos combatentes, com Adeodato ordenando aos que lhe acompanhavam que se dispersassem e admitindo a derrota na guerra.

“Perdemos a guerra: a guerra está perdida. Quem quiser ir para o mato vá. Não quero ninguém comigo.”

Depois de mais de seis meses andando pelas matas, desviando de piquetes de vaqueanos, Adeodato, vencido pelo cansaço e pela fome, resolve se entregar, é preso perto de Santa Cecília e levado para Curitiba.

Depois de interrogado em Florianópolis, onde admitiu sua condição de líder, Adeodato aguardou na cadeia de Curitiba o julgamento. A curiosidade levava muitas pessoas até a cadeia para ver Adeodato, que havia retomado sua condição de trovador sertanejo, impressionando a todos com sua voz.

Julgado, foi condenado à pena máxima prevista pela lei brasileira: trinta anos de cadeia, que deveriam ser cumpridos em Curitiba. Por questões de segurança, foi transferido para Lages, de onde, em uma noite de ventania e trovada, fugiu com mais dois presos.

Esta fuga não durou muito, em buscas na região do Cerrito, sua terra natal, Adeodato foi encontrado completamente embriagado e foi recapturado sem oferecer resistência. Depois disso, foi enviado para Florianópolis para cumprir o resto da pena.

A derradeira tentativa de fuga de Adeodato ocorreu sete anos após sua primeira prisão. No dia 3 de fevereiro de 1923, Adeodato apoderou-se de um fuzil, durante uma faxina na prisão. No entanto, a arma estava descarregada e, vendo a cena em que Adeodato imobilizava um dos oficiais, o capitão Trujillo de Melo alvejou-o com dois tiros de revólver. Conduzido à enfermaria, Adeodato, conhecido na época como “o último jagunço”, faleceu poucos minutos depois.

RUA ADOLFO FRANZ GROTH

Extensão: 410 metros

Bairro: Reunidas, D.E.R.

Lei 495/1991

Adolfo Franz Groth nasceu aos 09 de agosto de 1913, em Jaraguá do Sul – SC, sendo filho de João Groth, imigrante alemão, e Elizabeth Maschke Groth.

Tendo sido seu pai um dos colonizadores de Ipoméia – à época conhecido como “Princesa Isabel”-, em 1937, deslocou-se para a região, acompanhado de sua esposa Bertha Groth.

Instalado na pequena vila, inicialmente, dedicou-se ao comércio de telhas e de bananas que eram trazidas do município de Corupá – SC, através da rede ferroviária, e após distribuídas por ele, de carroça, em toda a região.

Pouco tempo depois, resolveu abrir um pequeno armazém, onde também comercializava os produtos de origem animal feitos em seu açougue. Meses após, ampliou suas instalações face à grande demanda de seus produtos. Passou também a distribuir sementes de trigo e cevada aos agricultores e comprava-lhes toda a sua produção. Sua casa comercial já era então a maior de Ipoméia.

Semanalmente, dirigia-se ao Município de Caçador, trazendo produtos coloniais e fabricados em seu açougue.

Nessa época, já se destacava como líder comunitário e político, ocupando os cargos de Juiz de Paz e de Intendente de Ipomeia, tendo também, mais tarde, no início da década de 50, exercido a função de Vereador em Videira, eis que a região pertencia a esse Município.

Dotado de espírito empreendedor, resolveu expandir seus negócios, abrindo, em 1957, uma filial em Caçador, uma casa comercial situada à Rua 25 de Março, esquina com a Rua Nereu Ramos.

Construiu uma grande cantina, em Ipoméia, na qual figurava como sócio-majoritário, produzindo os Vinhos Groth e Grão-Duque, engarrafando também aguardente.

Anos mais tarde, na década de 60, confiante no potencial de Caçador, adquiriu uma área de terras às margens do Rio do Peixe, na vila Paraíso, no final da Rua Paulino Leão, próximo à pinguela que ligava ao Bairro Berger, a qual ficou depois conhecida como "Pinguela do Groth" (destruída na enchente de 1983). Sobre esse terreno edificou construções para abrigar um moderno frigorífico, loja, depósito, escritório, residência e outras instalações.

Nesta cidade, além de possuir um dos primeiros supermercados e do frigorífico com açougue para venda de todos os produtos de sua fabricação, ainda dedicou-se à produção de sabão, cera, telas de arame, sendo também representante e distribuidor das bebidas Antártica.

Faleceu em 04 de julho de 1973, deixando esposa e cinco filhos, Ingo Groth, Ingrid Groth Dupont, Renê Groth, Karin Elisa Groth Beckert e Haidy Gerda von Scharfen.

RUA ADOLFO KLETKE

Extensão: 340 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986



Adolfo Kletke, filho de Frederich Kletke e de Christiana Kletke, nasceu no estado da Prússia Ocidental, na Alemanha, no ano de 1913.

Veio para o Brasil, juntamente com sua família, viajando de navio por aproximadamente dois meses, desembarcando no porto de Santos em 16/08/1929. De lá, seguiram para Blumenau.

Lá permaneceram por alguns meses e, seguindo informações de outros imigrantes, souberam que haviam terras cultiváveis, com preços acessíveis, na região de Rio das Antas. Seguiu, com seus pais, para esta vila, juntamente com várias famílias alemãs.

Adolfo viveu desde seus 16 anos em Rio das Antas. Lá se casou, aos 24 anos, com Natália Hintz Kletke. A família de Natália tinha vindo da Alemanha no mesmo navio, e realizaram o mesmo percurso até Rio das Antas.

Aproximadamente em 1940, Adolfo Kletke e sua nova família compraram uma pequena propriedade, na antiga “Laminadora”, hoje bairro Bom Sucesso, em Caçador.



Adolfo e Natália Kletke

Com o passar do tempo, foram se estruturando e iniciaram um pequeno comércio de secos e molhados, e junto a ele implantaram também um matadouro para animais, atendendo a seus clientes com o serviço de açougue e seus diversos derivados. Neste comércio, vendia-se desde calçados, chapéus, roupas, tecidos, trigo, arroz, feijão, cadernos, canetas, foices, enxadas e

derivados de carnes, priorizando as necessidades básicas da população residente no entorno de sua propriedade, abrangendo a Fábrica de Papel Primo Tedesco, Laminadora, Campo Experimental de Trigo (hoje EPAGRI), linha Caixa D'água e adjacências.

Até aproximadamente 1963, sua propriedade também servia como estalagem/hospedagem para os tropeiros que ali paravam por alguns dias para descanso das tropas de burricos e cavalos.

Adolfo expandiu seus negócios, comprando terras nas proximidades e diversificou suas atividades na lavoura de milho e feijão, bem como a criação de gado. Encerrou suas atividades profissionais em 1976, quando se aposentou.

Adolfo e Natália tiveram cinco filhos: Gustavo, Otto, Arnaldo, Nelson e Beatriz.

Adolfo Kletke faleceu em 27 de junho de 1983, aos 70 anos de idade.

(adaptado de texto de sua filha, Beatriz Kletke, em 25/01/2016)

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ADONIS HOMERO GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 80 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2503/2007

Adonis Homero Gonçalves Cordeiro, filho de Ozório Gonçalves Cordeiro e de Maria José Vieira Cordeiro, nasceu em Caçador em 23 de fevereiro de 1956.

Casado com Elza Moraes Cordeiro, com quem teve dois filhos, Adonis Homero Gonçalves Cordeiro Júnior e Adenilson Gonçalves Cordeiro.

Teve uma vida inteira dedicada ao serviço público caçadoreense, iniciando sua carreira em 15/09/1969, aos 13 anos de idade. A partir de então, sempre honrou com seus compromissos como trabalhador, dando exemplo e cuidando de suas obrigações, sem jamais ter alguma reclamação que desabonasse sua conduta de competência e honestidade.

Procurava sempre ajudar a toda a comunidade e, com isto, conquistou só amizades por onde passava.

Uma pessoa cumpridora de seus deveres e obrigações como pai de família e como trabalhador.

Adonis Homero Gonçalves Cordeiro faleceu em 07 de junho de 2006, aos 51 anos de idade, vítima de câncer.

(adaptado de texto de sua esposa, Elza Moraes Cordeiro, em 25/10/2006)

RUA ADRIANO JOSÉ CHIOT

Extensão: 130 metros

Bairro: Bello

Lei 1906/2003

Adriano José Chiot, filho de Edegar Chiot e de Emilia Maria Chiot, nasceu em Vargem Bonita – SC, em 11 de outubro de 1978.

Trabalhava na empresa Eletrocal como extrusor, operando as máquinas. Faleceu no dia 28 de maio de 2000, aos 22 anos de idade, vítima de acidente de trânsito.

RUA AFIF JOÃO EL MESSANE

Extensão: 240 metros

Bairro: dos Municípios, Reunidas

Lei 1047/1996

Afif João Elmessane (a grafia correta de seu sobrenome é esta, apesar de a lei designar El Messane, de maneira separada), nascido aos 28 de outubro de 1918, no Líbano.

Naturalizado brasileiro, e casado com Kemli Elmessane, teve 9 filhos: Dalel, Salém, Leila, Bachira, Carlos, Jamile, João, Omar e Karim.

Emigrou para o Brasil (Caçador) em outubro de 1947. Aqui exerceu as atividades de comerciante, desde sua chegada a esta terra até 1983.

Afif João Elmessane faleceu aos 02 de agosto de 1990.

RUA PADRE AGOSTINHO DIEDRICH

Extensão: 160 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1415/1999

Auguste Dietrich (a grafia correta de seu sobrenome é esta, apesar de a lei determinar o nome da rua como “Diedrich”), filho de João Batista Dietrich e de Josephina Dietrich, nasceu na cidade de Fribourg, na Suíça, em 17 de fevereiro de 1907.

Em 1914, sua família foi morar na França, esperando melhores condições de vida, e lá permaneceu. A vida sempre lhe foi difícil. O pai trabalhava como meeiro ou chacareiro.

Em 1920, Auguste ingressou no seminário menor da Congregação dos Missionários de São Francisco de Sales, onde estudou até o fim do segundo grau.

No mês de agosto de 1925 iniciou o noviciado em Fribourg e fez sua profissão religiosa no dia 24 de agosto de 1926.

Na universidade de Fribourg estudou Teologia e foi ordenado Padre no dia 12/07/1931, por Monsenhor Pierre Rossillon, bispo de Visakhapatnam (Índia). Celebrou sua primeira missa na catedral de Fribourg.

No mês de outubro do mesmo ano veio para o Brasil, em Petrópolis – RJ, onde a Congregação tinha um seminário menor. (A Congregação dos Missionários de São Francisco de Sales iniciou sua missão no Brasil em dezembro de 1926).

Pouco antes do Natal de 1934, logo depois da emancipação do município, o Padre Agostinho (já conhecido com este nome) chegou a Caçador, com os Padres José Chamot e Francisco Déage, ambos franceses, e tomaram posse da paróquia São Francisco de Assis. A Igreja São Francisco de Assis, na época uma igreja de madeira, já praticamente no mesmo local onde hoje encontra-se a catedral.

Logo os Padres iniciaram os trabalhos para a construção de uma outra igreja, que teve suas plantas executadas pelo senhor Dante Mosconi.

Há relatos de caçadorenses que recordam-se do Padre Agostinho carregando pedras desde o local da atual rodoviária até o alto do morro, para construir a igreja, trabalhando inclusive como pedreiro em muitas ocasiões.

Os Padres tinham a responsabilidade da então única paróquia de Caçador (hoje são três) e certas vezes atendiam também Rio das Antas. Eles andavam

de cavalo para rezar as missas nas capelas. Depois de 1950, adquiriram um jipe para este trabalho. Conta-se que o Padre Agostinho era melhor cavaleiro do que motorista.

Com um apurado e importantíssimo senso histórico, o Padre Agostinho fielmente relatava todos os fatos da paróquia no “Livro dos Tombos”, que pode ser considerado uma das principais fontes históricas do Município de Caçador e das três paróquias. Lendo estas crônicas, é possível admirar a beleza da caligrafia e o estilo português clássico do Padre.

Aqueles que conheceram bem o Padre Agostinho falam de seu caráter enérgico, até intransigente. Dizem: “Foi um Padre exigente, mas justo e bom”.

Com os outros padres, ele organizou e desenvolveu a igreja de Caçador. Foi um pastor incansável, sempre pronto a atender o Povo de Deus.

Por três anos foi pároco da paróquia Santa Terezinha do Bosque em São Paulo. Passou sete anos, de 1985 a 1992 em Curitiba, no seminário maior. De volta a Caçador, passou os últimos anos de sua vida na Paróquia Nossa Senhora Rainha.

Várias vezes foi superior provincial da Congregação, como ecônomo provincial. Foi professor no seminário menor de Caçador. Foi chanceler do bispado de Caçador.

Padre Agostinho faleceu no dia 08 de novembro de 1996, aos 89 anos de idade.

RUA AGOSTINHO SARAIVA

Extensão: 200 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais

ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Agostinho Saraiva foi um dos comandantes dos vários redutos, piquetes ou ações desempenhadas pelos sertanejos na Guerra do Contestado.

Conhecido também como Castelhana, dizia-se procedente da fronteira com o Uruguai. Trabalhava na fazenda de Ramiro de Andrade, em Lages, como tratador de animais de corrida. Entrou para os redutos em nome de uma pretensa vingança em favor de seu patrão contra um fazendeiro vizinho, motivado por questões de limites entre as fazendas.

Aparecendo no reduto-mor de Caçador, em pouco tempo adquiriu prestígio, defendendo uma estratégia de luta em campo aberto e não nas guerrilhas do meio do mato como o que estava sendo feito.

Agostinho Saraiva chefiou um grande piquete que percorreu o município de Lages, arregimentando novos combatentes para os sertanejos. Antes disso, em outro piquete, incendiou várias casas em Curitibanos, no episódio conhecido como “a tomada de Curitibanos” ocorrido em 26 de setembro de 1914. Os motivos destes incêndios eram sempre a tentativa de destruir os cartórios, na crença de que ao destruir os registros de posse, terminaria o direito de propriedade dos que lhes tomaram as terras.

Em combates em Lages e Capão Alto as divergências entre os liderados começam a aparecer. Após estas divergências internas no piquete,

especialmente com Chico Ventura e Paulino Pereira, Agostinho Saraiva ficou praticamente sozinho e tentou fugir para o Rio Grande do Sul. Na divisa, com a presença de tropas no estado vizinho, retrocedeu, sendo surpreendido por uma escolta de civis. Foi baleado na perna e depois morto, tendo suas orelhas levadas para Lages, como troféu de guerra.

RUA AIMORÉ

Extensão: 70 metros

Bairro: Bello

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

A rua Aimoré presta homenagem a uma das etnias indígenas brasileiras presentes à época do descobrimento. Habitavam o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo nos séculos XVI e XVII.

Ao contrário da maioria das tribos indígenas que habitavam o litoral brasileiro no século XVI, não falavam a língua tupi. Nômades, se abrigavam em cabanas temporárias cobertas com folhas de palmeiras. Sobreviviam principalmente da caça.

Como outras tribos tapuias, haviam sido expulsos do litoral pelos tupis pouco antes da chegada dos portugueses à região no século XVI, mas, a partir da década de 1550, tentaram retomar seu território. Com seus constantes ataques aos colonos portugueses e seus escravos índios, foram os responsáveis pelos fracassos das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Só foram vencidos no início do século XX. Sobrevivem até hoje sob a forma da etnia contemporânea dos creniques.

Ao contrário dos tupis que habitavam a maior parte do litoral brasileiro no século XVI, os aimorés praticavam a antropofagia por motivos alimentares e

não por motivo de vingança: ou seja, os aimorés não precediam o sacrifício da vítima com elaborados rituais celebrando a vingança, como faziam os tupis.

RUA ALBERTO ZANATTA

Extensão: 540 metros

Bairro: Martello

Lei 60/1985

Alberto Zanatta, caçadoreense nascido aos 28 de abril de 1947, exerceu a profissão de agricultor até os 25 anos de idade. De seu casamento com a senhora Jussara Lourenço Zanatta nasceu sua filha, Naniami Zanatta. Durante 5 anos trabalhou no comércio, na firma de Darci Picinini, sendo que mais tarde veio a trabalhar por conta própria em seu armazém de secos e molhados, por um período de 7 anos.

Foi um líder da comunidade, sendo presidente da Capela Nossa Senhora Salete, no bairro que leva o mesmo nome.

Participou da eleição de 1982 como candidato a vereador pelo PMDB, alcançando o total de 174 votos.

Trabalhou por um período na Prefeitura Municipal de Caçador até que, após longo período de convalescença, veio a falecer no dia 13 de janeiro de 1985.

RUA ALBINA MARIA BISCARO ZARDO

Extensão: 240 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 2063/2004

Albina Maria Biscaro Zardo, filha de Antonio Biscaro e Paula Canal Biscaro. nasceu em Farroupilha – RS, em 21/07/1927. Veio para Salto Veloso com 18 anos de idade.

Casou-se em Iomerê com o senhor Danilo Zardo, em 31 de julho de 1945, com quem teve 6 filhos: Dilnacir, Loudacir, Ademir, Dejair, Claudemir e Marcos Zardo.

Pessoa carismática e bem quista em todo o lugar que residiu; Macieira, Salto Veloso, Arroio Trinta e Caçador. Foi funcionária do posto de correio em Macieira por mais de 20 anos, agente do correio de Salto Veloso por 8 anos,

quando foi transferida para Caçador. Na agência da ECT em Caçador, trabalhou até a sua aposentadoria.

Católica, excelente dona de casa e mãe, ótima pessoa e querida por todos que a conheceram.

Albina Maria Biscaro Zardo faleceu em 21 de junho de 2002.

AVENIDA ALBINO PHELIPPE POTRICH

Extensão: 4.000 metros

Bairro: Martello, Bom Sucesso, Industrial

Lei 440/1991

Albino Phelippe Potrich, filho de Antônio Potrich e de Maria Luiza Potrich, nasceu em Ibirubá, então distrito de Cruz Alta – RS, em 01º de março de 1928.

Casado com Ester Busini Potrich, teve 2 filhas, Luciane e Silvane.

Trabalhou como motorista de caminhão e, após isto, adquiriu o Frigorífico Dom Porquito, onde desenvolveu suas atividades industriais. Foi vereador de Caçador no mandato de 1970 a 1973.

Albino Phelippe Potrich faleceu em 12 de março de 1988, aos 60 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

RUA ALBINO PUTTI

Extensão: 170 metros

Bairro: Berger

Lei 231/1988

Albino Putti, nascido no dia 03 de outubro de 1925, em Nova Prata – RS. Casado com a senhora Alice Margarida Toscan Putti, no dia 26 de maio de 1943, em Nova Prata, com quem teve 13 filhos.

Mudou-se para Caçador no dia 26 de maio de 1944, fixando residência no Bairro Berger e trabalhando na “Firma Brasileira”. Um ano depois, resolveu mudar-se para a Linha Cachoeira, onde trabalhou como agricultor por 26 anos.

Durante esses 26 anos, o Sr. Albino Putti ajudou a fundar e construir a Igreja Nossa Senhora de Fátima, no antigo Km 4. Doou uma área de terra com 3.025 m² e ajudou a construir a Escola Municipal Irmão Tomaz. Sempre participou

das diretorias de comissões, tanto da Igreja como das Escolas de sua comunidade.

Por motivo de saúde, em 1971, obrigou-se a sair da colônia, vindo morar mais perto do recurso, fixando residência no Km 1 (antigo Km 4). Para poder se manter, com a ajuda de sua família montou um bar, mercearia e cancha de bochas, onde proporcionou lazer a uma grande parte de moradores tanto de seu bairro como de toda a cidade, que se tornaram seus amigos, até a sua morte, no dia 1º de setembro de 1984, aos 58 anos de idade.

RUA ALCIDES SABINO

Extensão: 560 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Alcides Sabino, filho de Guerino Andréia Zanatta e de Ida Bonadinan Zanatta, nasceu em Palmeira das Missões – RS, no ano de 1929.

Casado com Martha J. Sabino, exercia a profissão de carpinteiro. Teve 3 filhos, Marco Antônio, Marcelo Alencar e Débora.

Alcides Sabino faleceu em 09 de abril de 1982, aos 52 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ALCIDES TOMBINI

Extensão: 280 metros

Bairro: Paraíso

Lei 16/1966

Alcides Tombini, filho de Massimino Tombini e de Enriqueta Conti, nasceu em Encantado – RS, no ano de 1925.

Veio para Caçador com 25 anos, onde depois de muito esforço e dedicação comprou sua primeira serralha..

Era casado com dona Iracema Peretto Tombini e tinha quatro filhos.

Alcides Tombini faleceu em 28 de setembro de 1962, aos 37 anos de idade, em um terrível acidente de avião ocorrido em Ibicaré – SC, no qual também foi vítima sua irmã, Alice Tombini Pompermaier.

RUA ALCIR FRANCISCO ZANDAVALLI

Extensão: 100 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 584/1992

Apesar de a lei determinar o nome da rua como “Alcir Francisco Zandavalli”, o verdadeiro nome do homenageado, de acordo com documentos e relatos familiares é “Alcir Antônio Zandavalli”.

Alcir Zandavalli nasceu em Erechim-RS, aos 14 de maio de 1935. Filho de Benjamin Zandavalli e de Marieta Bertagnoli, ainda jovem veio para Caçador, concluindo seus estudos no Ginásio Aurora, onde formou-se como Técnico em Contabilidade, em 1954.

Em 03/11/1960 ajudou na fundação da empresa “Distribuidora Auto Oeste Ltda.”, empresa esta dedicada ao ramo de comércio de veículos, peças e assistência técnica. Em 1979, ajudou na fundação da “Bemal Locadora e Empreendimentos Imobiliários Ltda.”, empresa dedicada ao ramo de aluguéis de imóveis próprios em Florianópolis – SC. Atuou como diretor presidente das duas empresas até 18 de agosto de 1990, quando veio a falecer.

Era casado com Iria Maria Freiberger Zandavalli, com quem teve dois filhos, Marcelo Freiberger Zandavalli, nascido em 18/12/1973 e Eduardo Freiberger Zandavalli, nascido em 05/03/1977.

Alcir Antônio Zandavalli faleceu aos 18 de agosto de 1990, vítima de insuficiência respiratória, aos 55 anos de idade.

Em 1967, ainda no projeto do loteamento, esta rua havia sido denominada como Rua Indaial. Diante da não implementação da rua na época, apenas neste ano de 1992, através da lei 584/1992, a rua foi denominada como Alcir Francisco Zandavalli.

RUA ALDEMIRA THIVES CRUZ

Extensão: 250 metros

Bairro: Martello

Lei 607/1992

A grafia correta do nome da homenageada é a de Aldemira, sendo que todo o processo legal na Câmara de Vereadores ocorreu respeitando esta grafia. Ao verificarmos o cadastro de ruas da cidade de Caçador, constatamos que a lei consta nos mapas e registros com a grafia de Adelmira, uma incorreção que necessita de adequação, não legal, pois a lei está correta, mas de registros nos cadastros competentes.



Aldemira Thives Cruz nasceu aos 08 de setembro de 1913, no distrito (hoje município) de Bocaina do Sul – SC, filha de José Thives dos Santos e Amália de Souza Thives. Assim como diversos outros casos daqueles tempos, Aldemira foi registrada apenas com a idade de 4 anos, no dia 17 de janeiro de 1918.

Casada com Genésio Cruz aos 14 de março de 1937, vieram para Caçador em 1947, oriundos da cidade de São Joaquim. Tiveram dois filhos, sendo um deles o Vereador Flávio Cruz (Vicente Flávio Thives da Cruz).

RUA ALDO ELOY GATTERMANN

Extensão: 600 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 25/1980

Aldo Eloy Gattermann, (a grafia documental de seu sobrenome usa dois “t”, apesar de a lei determinar o nome da rua com apenas um) filho de José Gattermann e de Sebastiana Pilati, nasceu em Criúva – RS, no ano de 1920. Na época, Criúva era uma vila simpática percorrida por uma longa rua sem calçamento (hoje uma avenida).

Seus pais eram os donos de um café onde o doce mais famoso era a ambrosia preparada por sua mãe.

Seu pai vendeu o café e comprou um hotel de veraneio que recebia muitos turistas da região, atraídos pelos encantos naturais da cidade e pela simplicidade e bom atendimento dos proprietários.

Descendente de italianos e boêmios (atual República Tcheca), Aldo Eloy Gattermann, com apenas 7 anos de idade, é levado pelos seus pais para o colégio interno na cidade de Garibaldi e, quando tem idade suficiente, vai para o seminário dos padres jesuítas, onde adquire uma cultura acima dos padrões da época com aulas de francês, latim, grego e muito conhecimento. Neste

seminário, foi aluno do padre João Batista Réus, cujo processo de beatificação encontra-se em tramitação no Vaticano.

Apesar de seu caráter pacífico e dedicado às pessoas, à comunidade e à Igreja Católica, sua vontade era de constituir família. Ao sair do seminário volta para a vila de Criúva e passa a trabalhar no hotel de propriedade de seus pais. Também foi professor e vendedor na venda local.

Em janeiro de 1942, casou-se com Vilma Bossardi Gattermann, com quem teve quatro filhos: Valquíria, Vilói, Valdês e Valéria.

No ano seguinte, deixa a vila para trabalhar em Caçador com o tio paterno Guilherme Gattermann no ramo do comércio, uma loja de secos e molhados.

Tempos difíceis, muito trabalho, dificuldades, fregueses armados e valentes. Apesar de sua pequena estrutura física, era um homem de grande força de trabalho e determinação.

Após alguns anos, consegue comprar uma casa na Avenida Barão do Rio Branco, onde abre sua primeira loja de calçados.

Com o auxílio de sua mulher, uma ótima comerciante, conseguiram educar seus 4 filhos e construir vários imóveis que Aldo gostava de ajudar pessoalmente no andamento das obras.

Aldo sempre foi uma pessoa muito religiosa, simples, humilde e dedicado a família, trabalho e amigos. Ficou muitos anos doente, e nunca passou um dia sem a visita de amigos que o ajudaram a enfrentar essa fase difícil. Contava também com o cuidado extremado e a dedicação de sua mulher, Vilma.

Aldo Eloy Gattermann faleceu em 10 de novembro de 1978, aos 58 anos de idade, vítima de tumor de Hodgkin, deixando para seus descendentes um grande exemplo de honestidade e retidão.

RUA ALEIXO GONÇALVES DE LIMA

Extensão: 120 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Aleixo Gonçalves de Lima era Capitão da Guarda Nacional. Esta, por sua vez, havia sido criada após a abdicação de Dom Pedro I, numa tentativa de criação por parte das Regências, de uma força militar não subordinada ao Exército, no temor de que este, comandado por lusitanos, se insurgisse pela volta de Dom Pedro I. A Guarda Nacional tinha características civis, sendo subordinada aos Juizes de Paz, Juizes Criminais, Presidentes de Províncias e ao Ministro da Justiça. A sua organização se baseava nas elites políticas locais, arregimentando as lideranças e fortemente politizada.

Na época da república já havia uma desmobilização. No entanto ainda representava um poder bélico considerável, opondo-se muitas vezes ao poderio do exército formal.

Figura influente nos meios políticos da área de Canoinhas, Aleixo entrou para os redutos devido a desentendimentos políticos. Foi acompanhado por centenas de sertanejos e comandou uma forte frente de resistência às forças oficiais.

Sua adesão ocorreu em junho de 1914, fazendo com que outros chefes importantes na região de Canoinhas também passassem a lutar ao lado dos sertanejos.

Todo o vale do Timbozinho esteve sob a influência de Aleixo, ocorrendo muitos enfrentamentos, escaramuças e ataques a vilas e fazendas. Especialmente ocorreram ataques à sede de Canoinhas, de julho a dezembro de 1914.

Com a grande ofensiva oficial, Aleixo e suas tropas recuam para Santa Maria, onde foi recebido com grande euforia. Entretanto, já estava-se vivendo o regime de terror imposto por Adeodato e, já em São Miguel, em uma das *formas* efetuadas pelos sertanejos, Adeodato ordenou que Aleixo desse um passo adiante e fulminou-o, deixando-o prostrado no chão. Assim era a *lei* de Adeodato.

RUA ALEMANHA

Extensão: 100 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



A Alemanha é um país europeu, com cerca de 350.000 km², quarta economia do planeta e uma rica história cultural, sendo marcado notadamente pela capacidade de trabalho de seu povo e a capacidade de reerguer-se mesmo diante das maiores adversidades. Destruída por duas vezes no século XX, com as duas guerras mundiais, teve força e estrutura para refazer-se e transformar-se no motor da economia europeia nestes tempos de globalização. Além disso apresenta-se como liderança global em diversos aspectos científicos e tecnológicos.

Berço de ilustres personalidades na área da ciência, religião, música, filosofia e literatura, a Alemanha, mesmo tendo sido dividida em duas, influenciada por capitalistas e socialistas, teve a capacidade de reunificar-se e reconstruir um dos alicerces da atual configuração sócio-político-econômica dos dias atuais.

RUA ALEXANDRE ALVES GUERIN

Extensão: 210 metros

Bairro: Martello

Lei 692/1993

Alexandre Alves Guerin, nascido a 04 de outubro de 1927, em Passo Fundo – RS, veio para Caçador em 1959.

Casado com Leonirce Dorothea Oliveira Guerin, teve 4 filhos: Sueli Terezinha Guerin, Dejanira de Lurdes Oliveira Guerin, Nery Oliveira Guerin e Rosângela Maria Guerin.

Ainda quando jovem, perdeu o braço esquerdo ao ser apanhado por uma correia, trabalhando numa serraria. Em 1959, fixou residência no Km 36, distrito de Taquara Verde, em Caçador, dedicando-se à agricultura.

Posteriormente, foi admitido pela firma Madeireira Douat SA, prestando serviços no reflorestamento, fazendo roçadas, plantando, combatendo formigas, enfim, tudo o que se fazia necessário.

Embora tendo apenas um braço, manejava a foice com muita destreza. Foi um excelente trabalhador e causava muita admiração no seu então chefe e nos colegas de trabalho, pela dedicação, responsabilidade e seriedade com que desempenhava seu trabalho.

Segundo o senhor Ernesto Bolson, que era o gerente dos trabalhos, “seu trabalho era muito bem feito, e produzia mais do que um empregado que tinha os dois braços”.

Em 27 de julho de 1973, veio a falecer, vítima de envenenamento por manuseio de produtos tóxicos, deixando um vasto reflorestamento que ajudou a plantar. Deixou também esposa e quatro filhos a prantear sua morte.

(adaptado de texto de seu filho, Nery de Oliveira Guerin)

RUA ALEXANDRE PEGORARO

Extensão: 500 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 12/1984

Alexandre Pegoraro nasceu em 06 de fevereiro de 1903, na cidade de Lagoa Vermelha – RS. Exerceu suas atividades de seleiro até os anos 1950, dedicando-se depois ao comércio, até 1968.

Grande parte de sua vida trabalhou em prol da comunidade, até a data de 30 de julho de 1970, quando veio a falecer.

RUA ALEXANDRE PICCOLI

Extensão: 50 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 11/1984

Alexandre Piccoli nasceu em Flores da Cunha – RS, em 13 de março de 1889. Filho de Nazzareno Piccoli e Ermínia Armiliatto, desde cedo trabalhou com sua numerosa família como agricultor e criador. Era exímio fabricante de vinho, aguardente, salames e copas, além de outras habilidades.

Casou-se com Delinda Zilio e tiveram 4 filhos.

Mudou-se para Santa Catarina no ano de 1942 e fixou residência na localidade de Taquara Verde, onde, além de sócio da firma Adami S.A., continuou trabalhando como lavrador.

Em Caçador, adquiriu sua propriedade na Vila Paraíso, na Rua Alcides Tombini, nº 12.

Infelizmente, a doença impediu que continuasse exercendo normalmente suas atividades, permanecendo muitos anos fora do convívio social, sempre cuidado carinhosamente por sua esposa.

Mas não deixava de ler e ouvir os noticiários, vibrava com os acontecimentos e, nas poucas vezes em que saía, se emocionava com o movimento nas ruas e com o progresso de Caçador.

RUA ALFREDO CACHOEIRA

Extensão: 600 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 56/1956

Alfredo Cachoeira, filho de Antônio Cachoeira e de Arpalice Gerahid, nasceu no ano de 1882.

Casado com Clementina de Paris Cachoeira, manteve atividades em Caçador desde o ano de 1929, transferindo-se definitivamente para cá em 1933, proveniente do Rio Grande do Sul. Trabalhava no ramo de serrarias e também da agricultura.

Alfredo Cachoeira faleceu em 08 de maio de 1961, prestes a completar 79 anos de idade, vítima de colapso cardíaco.

RUA ALFREDO GIOPPO

Extensão: 1.100 metros

Bairro: dos Municípios, Champagnat

Lei 1398/1999

No ano de 1918, o imigrante italiano José Gioppo, com seus dois primeiros filhos, Miguel e Silvio, chegaram na “Estação Rio Caçador” da estrada de ferro, vindos de Porto União, com o objetivo de montar uma serraria, com a participação de Luiz Tortatto, o que resultou na criação da primeira empresa exploradora de madeira da região.

Margarida Carreta Gioppo, esposa de José Gioppo, veio em 1919, com os filhos: Maria, Benjamin, Judite, Julia, Emília e Júlio, todos nascidos em Porto União. No dia 24 de janeiro de 1920 nascia, nesta terra, o último filho da família Gioppo, que foi chamado de Alfredo.

Alfredo Gioppo cresceu junto com a Vila de Rio Caçador que se desenvolvia rapidamente. Em 1942, casou-se com Ana Maria Cardoso dos Santos,

construindo uma sólida família, composta por: Vani, Luiz Alberto, Cláudio, Paulo, Vera Lúcia e Vitor Hugo.

Durante toda sua vida, Alfredo Gioppo viveu em Caçador, dando sua colaboração ao crescimento de nossa cidade, nos empreendimentos da família Gioppo, sendo fundador-sócio-gerente da Casa Ferro Mercantil Ltda., co-proprietário da Torrefação e Moagem do Café Caçador e depois no ramo da marcenaria.

A grande característica de sua personalidade era sua constante alegria em todos os momentos, demonstrando sempre carinho no acolhimento das pessoas e vivendo os momentos da vida com muita emoção.

Alfredo Gioppo faleceu no dia 10 de setembro de 1999, tendo vivido seus 79 anos sempre em nossa cidade.

RUA ALFREDO RIBEIRO DOS SANTOS

Extensão: 200 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 2029/2003

Alfredo Ribeiro dos Santos, filho de Manoel Alves dos Santos e de Anna Ribeiro, nasceu em Curitiba – SC, no ano de 1894.

Desde pequeno, passou a trabalhar por conta própria como fazendeiro, exercendo suas atividades na região, quando nem existiam estradas de rodagem.

Em 1924 contraiu matrimônio com a senhora Vitalina Tibes Ribeiro, em Campos Novos e transferiram-se para Caçador, fixando residência na Fazenda São Sebastião.

Acompanhou com real interesse o movimento para a emancipação do município de Caçador, até que em 1934 viu coroado de êxito os esforços de tantos abnegados cidadãos.

Foi produtor de suínos, vendendo-os para a Indústria Matarazzo em São Paulo.

Vítima de derrame cerebral, faleceu no dia 25 de março de 1969, aos 75 anos de idade. Coincidentemente, falecia um dos pioneiros de Caçador exatamente no dia em que Caçador completava 35 anos de emancipação.

(adaptado de texto de Dorval Ribeiro)

RUA ALOYS HONÓRIO WAGNER

Extensão: 300 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 538/1992

Aloys Honório Wagner nasceu em Jaraguá do Sul – SC, em 19 de novembro de 1921. Filho de Alfredo Wagner e de Adele B. T. Menslin Wagner. Coursou o ginásio em Joinville, onde ainda jovem começou a trabalhar como eletricitista, formando-se mais tarde nesta mesma cidade. Anos depois, com seu pai falecido, mudou-se com a mãe para o município de Caçador, onde executou diversos serviços e em 1942 iniciou seu trabalho na Firma Adami, na qual exercia várias funções.

Em outubro de 1955 casou-se com Irene Rachinski e nesta época já era Gerente da Firma na qual ficou até dezembro de 1968.

Em janeiro de 1970 foi contratado pela Firma “Indústrias Reunidas Castelli”, para exercer a função de gerente, ficando um ano, passando depois para a Firma “Sincol”.

Nesta mesma época, iniciou suas atividades como escritor, contando histórias sobre o sertão, principalmente sobre os caboclos, suas crenças e seus costumes, às quais deu o título de “Contos Folclóricos”.

Escreveu dezenas de contos, entre eles uma novela com 34 capítulos - “Inesquecíveis Alegrias no Sertão Sul Brasileiro” inclusive, em alemão, os quais foram publicados no Jornal de Caçador “Diário D’Oeste”, posteriormente “A Imprensa Catarinense” e no jornal alemão de São Paulo “Brasil Post”.

Neste período ficou uma época em Matos Costa onde estava fazendo pesquisas, com diversas entrevistas em fitas gravadas com antigos moradores da região, onde começou a escrever seu livro sobre o Contestado, o qual ficou inacabado devido ao fato de ficar doente.

Veio a falecer no dia 05 de abril de 1976, aos 54 anos, deixando viúva e seis filhos.

RUA ALTAIR FERREIRA DE SOUZA

Extensão: 110 metros

Bairro: Martello

Lei 2053/2004

Altair Ferreira de Souza, filho de Adão Ferreira de Souza e de Rose Maria Koslaw, nasceu em Caçador, no ano de 1973.

Casado com Sandra Mara Muller, teve um filho. Exercia a profissão de chapeador.

No dia 01º de abril de 1999 um acidente de trânsito ocorrido em Caçador ocasionou o seu falecimento, aos 25 anos de idade.

RUA DR. ALTAMIRO GUIMARÃES

Extensão: 650 metros

Bairros: Centro, D.E.R., Reunidas

Decreto 3/1944



Altamiro Lobo Guimarães (02/03/1899 – 16/08/1946) foi um advogado e político catarinense, nascido na cidade de Tubarão.

Teve ativa participação na campanha da revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à presidência. Além de deputado estadual no mandato de 1935 a 1937, assumiu interinamente o papel de interventor federal do estado de Santa Catarina, suprimindo as ausências de Nereu Ramos neste papel.

Foi também secretário de estado da fazenda, de 1938 a 1944. Eleito deputado federal, faleceu no exercício do mandato durante a assembleia constituinte de 1946.

RUA ALZERINO ALVES PEREIRA

Extensão: 350 metros

Bairro: Martello

Lei 1116/1996

Alzerino Alves Pereira, filho de Tomaz Alves Pereira e de Gabriela Tibes dos Santos, nasceu em Lebon Régis – SC, aos 28 de junho de 1925.

Exerceu atividades ligadas à agricultura durante toda a sua vida, inicialmente em Lebon Régis e, a partir de 1950, em Caçador.

Casado com Antônia Domingues Pereira, teve quatro filhos: Adelson, José Airton, João Maria e Maria Salete.

Alzerino Alves Pereira faleceu em 13 de dezembro de 1993, aos 68 anos de idade.

RUA AMADEU LIZOTT

Extensão: 260 metros

Bairro: Berger

Lei 592/1992

Ainda que o tempo, em sua finitude – para nós seres humanos – tolha a já tênue recordação dos nossos antepassados, que foram as pilastras de sustentação na desenvoltura e progresso do nosso país, e, antes que descaia ou se desmantele toda aquela amálgama de pessoas, que, superando todos os óbices e imensas dificuldades da época imigratória, legando-nos este rico e extenso acervo, que estamos construindo, é justo, e, na verdade, é muito justo e meritório, que se perpetuem esses heróis, que deixaram sua pátria querida, o chão sagrado, que os viu nascer e seus genitores, angustiados por verem seus filhos, na flor da idade, partirem rumo a terras ignotas e distantes.

Privações e expostos à mercê das intempéries, foram o apanágio de tão arrojada aventura. Largados em meio à mata, sem outros recursos que não a habilidade de suas mãos e a força de seus braços, impulsionados pela fé inquebrantável no futuro, num labor incessante e vencendo todas as vicissitudes do meio adverso, foi nestes transe que implantaram o progresso e a civilização, tendo como ponto de partida o estado do Rio Grande do Sul, seguindo para Santa Catarina, Paraná e outros estados do Brasil.

Pois, nessa “leva” de homens e mulheres decididos estava também Amadeo Lizott (a grafia correta é com “o”, mas a lei grafa com “u”), oriundo de Feltro, da província de Beluno, na Itália, que aqui aportou pelos idos de 1878/79, com tenra idade ainda, radicando-se com seus genitores na então terra dos bugres, hoje Caxias do Sul. Com a idade de 14/15 anos seguiu para Encantado, na época distrito de Lajeado, onde permaneceu até a idade de aproximadamente 20 anos. Com a idade de 20 anos, fixou-se na Barra do Guaporé, próximo de Encantado, onde casou em 1902 com Joana Triches, passando a residir definitivamente na Linha Bonita, zona colonial, também pertencente a Encantado, onde adquiriu grande quantidade de terra e cercou-se de numerosa família. Finalmente, em 1945 mudou-se para Santa Catarina, na Estação Perdizes, hoje município de Videira, onde permaneceu poucos anos, passando definitivamente para Caçador, onde comprou uma pequena gleba de terra, na ocasião, nos arredores da cidade, realizando, assim, seu tão acalentado sonho,

que era encerrar o último ciclo de sua vida, deixando seus restos mortais na tão almejada e cobiçada terra de Caçador.

Diante deste contexto, um modesto relato do muito de grandioso, que volatilizou na esteira do tempo.

Amadeo Lizott faleceu aos 80 anos, em 27 de agosto de 1958.

(adaptado de texto de José Antônio Chanan, em 10/11/92)

RUA AMANTINO BURG

Extensão: 290 metros

Bairro: Bello

Lei 1726/2002



Amantino Burg, filho de Marcelino Burg e de Lídia Schneider, nasceu em Ituporanga – SC, em 02 de novembro de 1925.

Casado com Marina Wagner Burg, com quem teve 5 filhos: Maria, Mário, Marlene, Josias e Gesiel.

Pastor Evangélico desde 1965, trabalhou nas cidades de Concórdia, Videira, Palmitos, Joaçaba, Curitibanos e Caçador.

Assumiu a presidência da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Caçador em 21/02/1978, construindo o templo sede da Igreja na rua 1º de Maio, e as congregações da igreja nas localidades do Jardim Dileta, Tabajara, Jardim Pinhal, Alto Bonito, Jung e nas cidades de Lebon Régis, Tangará, Fraiburgo, Rio das Antas e Videira, pertencentes à jurisdição de Caçador, o que proporcionou a grande expansão dos trabalhos da igreja nesta cidade e região, tornando-se a maior igreja evangélica local.

Exerceu diversos cargos de direção da igreja, sendo vice-presidente da Junta Executiva das Assembléias de Deus no estado de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1978-1980), secretário da Caixa de Socorro dos Obreiros das Assembléias de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná e membro atuante do Conselho de Igrejas para Educação Religiosa Escolar, ligado à Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado de Santa Catarina.

No seu trabalho como pastor em Caçador, criou o departamento de missão, com o envio de missionários para o estado de Minas Gerais e para a Argentina.

Fundou a Associação Beneficente Nova Vida, ligada à Assembléia de Deus, desenvolvendo um importante trabalho social junto à comunidade, principalmente com os mais necessitados. Fundou também o Núcleo da Escola de Educação Teológica das Assembléias de Deus em Caçador, em 1980, tendo por objetivo o estudo bíblico e a formação e capacitação de seus alunos ao exercício da vida religiosa. Como homenagem a seu trabalho, este núcleo foi chamado de Escola Teológica Pastor Amantino Burg.

Fundou ainda o Coral da Igreja denominado “Coral Melodias do Rei” e a “Banda Musical Júbilo Celeste”, dando total apoio e incentivo à formação de seus cantores e músicos.

Foi o pastor presidente que mais tempo permaneceu na direção da igreja em Caçador, sendo sua gestão caracterizada pelo acelerado desenvolvimento da Assembléia de Deus, criando um novo conceito dos evangélicos junto à comunidade caçadoreense.

Foi um batalhador para que os evangélicos tivessem um maior reconhecimento e participação dentro da sociedade, lutando pela sua união, independentemente de denominação ou credo religioso.

Aposentou-se em 1991, deixando a presidência da igreja neste ano, residindo em Caçador até seu falecimento, ocorrido em 20 de junho de 1996, aos 71 anos de idade.

RUA AMAZONAS

Extensão: 1600 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadoreenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



O Amazonas é o maior estado brasileiro em extensão territorial. Seria o 16º maior país do mundo se fosse uma unidade independente. No entanto, sua extensão é subdividida em apenas 62 municípios. Foi criado oficialmente em 1850, separando-se da então Província do Grão-Pará.

A origem de seu nome remete ao caudaloso rio que corta o seu território que teria sido assim denominado pelos relatos do primeiro explorador europeu a singrar suas águas, desde os Andes até sua foz junto ao Oceano Atlântico, o espanhol Francisco de Orellana. Afirmando ter encontrado uma tribo de índias guerreiras, com a qual teria lutado, e associando-as às amazonas da mitologia grega, deu-lhes o mesmo nome. O rio passou a ser conhecido como “Rio das Amazonas”.

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), a área seria considerada uma possessão espanhola. No entanto, com a Dinastia Filipina que, na prática, uniu as coroas de Portugal e Espanha, os limites do Tratado não faziam mais sentido. A partir da Restauração Portuguesa, em 1640, toda a área norte do Brasil voltou à soberania de Lisboa, agora expandido, uma vez que por essa época, os portugueses, a partir de Belém do Pará, já promoviam expedições regulares no Amazonas e no baixo rio Madeira.

O estado viveu o seu auge durante o ciclo da borracha, entre 1870 e 1913, quando sua população aumentou em mais de 5 vezes. Sempre conhecido, reconhecido e citado por conta da cobertura florestal que ainda cobre cerca de 98% de seu território, o estado teve novo impulso de desenvolvimento a partir da criação da *Zona Franca de Manaus* e com a expansão das pesquisas e reconhecimento da importância da biodiversidade.

RUA AMÉRICO BALLATKA

Extensão: 70 metros

Bairro: Bom Jesus, Sorgatto

Lei 1046/1996

Américo Ballatka, filho de José Ballatka e Maria Ballatka, nasceu em São Bento do Sul – SC, no ano de 1907.

Casado com Hermínia Bader, com quem teve 6 filhos: Laudina, Avelino, Ireno, Artur, Carmone e Lourdes.

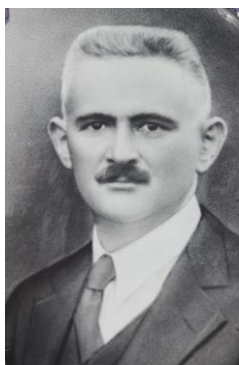
Américo Ballatka faleceu em 21 de maio de 1976, aos 70 anos de idade, vítima de problemas pulmonares.

RUA AMÉRICO WORDELL

Extensão: 230 metros

Bairro: Centro

Lei 12/1951



Américo Wordell (06/01/1894 – ?/1964) natural de São Bento do Sul, Santa Catarina. Veio para a região de Caçador em 1925; já então casado, dedicou-se ao ramo da lavoura, tendo se instalado em Ipoméia.

Transferiu-se para a cidade de Caçador em 1928. Em 1941 mudou-se para a Linha Laranjeira, dedicando o resto de sua vida à extração da madeira.

Esta rua teve duas leis que a denominaram. Em primeiro lugar, a lei 12/1951, que denominava o trecho entre as Ruas Caçanjurê e Itororó (atuais Adelmyr Pressanto e Victor Baptista Adami, respectivamente) e posteriormente, com a Lei 19/1961, o trecho entre as Ruas Caçanjurê (Adelmyr Pressanto) e Avenida Salgado Filho. Este último não chegou a ser implementado, inexistindo atualmente, e mesmo o primeiro, existe apenas o seu prolongamento, ao norte da Rua Victor Baptista Adami, devido à cessão da área de terreno para a construção da antiga FEARPE, atual UNIARP.

RUA ANAIR FRANÇA PERETTI

Extensão: 340 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1205/1997

Anair França Peretti, filha de Sebastião Ferreira França e de Maria Joaquina Morais França, nasceu em Salto Veloso – SC, aos 16 de outubro de 1952.

Veio para Caçador em 1963, onde casou-se com Carlos Peretti, com quem teve três filhos: Eva Peretti, Ilovani Peretti e Marco Peretti.

Dedicou-se ao cuidado do lar e de sua família.

Anair França Peretti faleceu, aos 40 anos de idade, no dia 15 de janeiro de 1993, vítima de insuficiência respiratória aguda e insuficiência renal crônica.

RUA ANASTÁCIO AMARO DE SOUZA

Extensão: 110 metros

Bairro: Martello

Lei 1858/2002

Anastácio Amaro de Souza, filho de Manoel Amaro de Souza e de Tereza Telis de Andrade, nasceu em Bocaiúva do Sul – PR, em 12 de outubro de 1917.

Trabalhou na Serraria Palmital, em General Carneiro, no Paraná. Residiu em Caçador desde 1980 até seu falecimento.

Casado com Olga de Almeida e Souza, teve 11 filhos: Laudemira Terezinha dos Santos, Maristela Dorneles de Souza, José Francisco de Souza, Zenir de Sousa Lopes, Maria Aparecida Vieira de Souza, Antonio Carlos de Almeida de Souza, Tereza de Souza de Souza, Luiz Tadeu de Almeida e Souza, Maria de Almeida e Souza, Elio de Souza e Noeli de Fátima de Almeida e Souza.

Anastácio Amaro de Souza faleceu em 15 de julho de 2001, aos 83 anos de idade.

RUA ANDORINHA

Extensão: 370 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



A andorinha é um pássaro com características de uma grande adaptação a deslocamentos migratórios, possibilitando inclusive a alimentação durante pleno vôo. Caçam insetos no ar e para conseguir isto, desenvolveram um corpo fusiforme e asas

relativamente longas e pontiagudas. Medem cerca de 13 centímetros e podem viver cerca de oito anos ou mais.

As fêmeas fazem uma postura de 4 ou 5 ovos, que depois são incubados durante cerca de 25 dias. Passado o tempo da incubação, nascem os jovens, cuja alimentação é feita por ambos os progenitores.

Com a chegada dos meses mais frios, deslocam-se em bandos que podem ultrapassar os 200 mil indivíduos, em busca de paragens mais quentes, retornando aos seus lugares de origem com a volta dos meses mais quentes.

Este comportamento inspirou o célebre “uma andorinha só não faz verão”, que, ao contrário do que se possa imaginar, não se trata de um ditado popular, mas de uma afirmação feita pelo filósofo grego Aristóteles em seu livro “Ética a Nicômano”, em que afirma que *“um momento de felicidade não constitui a bem-aventurança, assim como uma andorinha só não faz o verão”*.

RUA ANGELINA BERNARDI KUCZER

Extensão: 300 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 03 A/1984

Angelina Bernardi Kuczer procedia da cidade de Pinheiro Preto, vindo para Caçador em 1942, com seu marido João Kuczer, indo residir na antiga Exportadora.

Após isso, foram residir na linha Cachoeira onde se dedicaram à agricultura e leiteria.

Teve dez filhos: Waldemar, Henrique, Claudino, Claudina, Helena, Malvina Elizena, Darci, Florentino e Angelina.

RUA ANGELO BOGIO

Extensão: 250 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 893/1995

Angelo Bogio, nascido no Rio Grande do Sul, no ano de 1893. Filho dos imigrantes italianos Paulo Bogio e Julia Romaner.

Casado com Maria Rotta Bogio, com quem teve 11 filhos: Armando, João Luiz, Mario, Albina, Inês, Maria, Santa, Dilla, Ieda e Elvira.

Ângelo Bogio faleceu em 24 de maio de 1977, aos 84 anos de idade.

RUA ÂNGELO CAOVILO

Extensão: 400 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 44/1966

Ângelo Caovilla, quinto filho de uma numerosa família de imigrantes italianos da região de Treviso no Vêneto, nasceu em Antonio Prado – RS, no dia 15 de outubro de 1898.

Casou-se com Giovanna Anna Busato e em Casca – RS, nasceram seus filhos, Zenaide, Amélio, Luis, Judith e Lydia.

Moraram alguns anos em Erechim e em meados da década de trinta, Angelo, trabalhando sempre no setor administrativo das Indústrias Busato SA, trouxe sua família para Caçador.

Com sua esposa foi muito atuante em obras da paróquia, até que seu filho Amélio, aqui ordenado padre, foi designado como vigário de Ipumirim – SC.

O casal acompanhou o filho auxiliando-o nos trabalhos da nova paróquia até que em 25 de janeiro de 1966, subitamente vitimado por um infarto, Angelo Caovilla veio a falecer, aos 67 anos de idade.

RODOVIA MUNICIPAL ANGELO NILLO GATTI

Extensão: 1.100 metros

Bairro: dos Municípios, D.E.R.

Lei 639/1993

Angelo Nillo Gatti, filho de Pasqual Gatti e Assunta Gatti, nasceu em Encantado – RS, aos 09 de janeiro de 1922.

Trabalhou a maior parte de sua vida na agricultura, tanto em sua terra natal quanto em Caçador, para onde veio em 1966.

Casou-se com Inez Donatti Gatti, com quem teve 10 filhos: Vilso, Jovilde, Nilde, Neusa, Irineu, Iraci, Vilmor, Alcir, Ademir e Ivete.

Antes de adoecer, trabalhou no ramo da madeira, no qual foi o fundador da Serraria Magadal Madeiras Ltda., em Caçador.

Faleceu aos 64 anos de idade, em 11 de outubro de 1986.

A rodovia que leva seu nome é a que diariamente o homenageado utilizava para acessar sua empresa, trabalhando pelo progresso de Caçador.

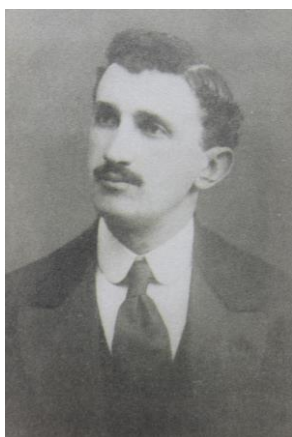
(extraído de texto de sua filha, Ivete Gatti, em 02/12/1992)

RUA ANGELO PAGANELLI

Extensão: 300 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966



Angelo Paganelli, filho dos imigrantes italianos Domingos Paganelli e Julia Allegretti, nasceu em Garibaldi – RS, em 14 de março de 1894.

Sobressaía-se pelo caráter bondoso e pela sua modéstia exemplar. Mereceu a simpatia de toda a população de sua cidade, onde, após o falecimento de seu pai, assumiu a direção e comprou as partes de seus irmãos na loja da família, fundando a firma Angelo Paganelli, que tornar-se-ia a loja e cerealista mais importante daquela região.

Sempre esteve presente em toda e qualquer ação em prol da comunidade da sua cidade natal, tomando a iniciativa ou colaborando. Tinha uma qualidade reconhecida por todos: era um hábil apaziguador e bom conselheiro, procurado muitas vezes por inúmeras pessoas. Ainda em Garibaldi, foi vereador, na época chamado de conselheiro municipal.

Lá casou-se com Olinda Toniazzi e teve 5 filhos: Domingos, Maria, Ignes, Luiz e José.

Mudou-se para Caçador como dirigente da Empresa Colonizadora Rio Caçador Ltda., que foi criada em 1929 com a finalidade de construir a estrada Caçador - Curitiba e colonizar as terras que receberiam em pagamento.

Ficou encarregado das negociações com o Governador do Estado, Dr. Adolfo Konder e gerir a empresa em Caçador, juntamente com Antonio Vivan.

Não presenciou o término da obra, pois ficou gravemente doente e voltou para Garibaldi, onde morreu em 24 de janeiro de 1934, aos 40 anos de idade.

Foi substituído na condução da obra por Ângelo Picolli, de quem vale registrar um belo gesto: quando o novo contrato foi assinado declarou, lá em Florianópolis e para amigos aqui em Caçador, que apenas colheu os frutos do exaustivo trabalho de seu antecessor.

Após o falecimento de Angelo Paganelli, a esposa Olinda e seus filhos menores voltaram para morar definitivamente em Caçador, onde seu filho mais velho, Domingos, havia ficado estudando no Colégio Aurora.

(adaptado do livro SobreVida de Domingos Paganelli)

RUA ANITA GARIBALDI

Extensão: 650 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944



Ana Maria de Jesus Ribeiro, (30/08/1821 – 04/08/1849) nome completo de Anita Garibaldi, como ficou conhecida, tem farta biografia e inúmeras homenagens com ruas, avenidas, praças e mesmo, no estado de Santa Catarina, duas cidades batizadas em sua homenagem (Anitápolis e Anita Garibaldi). É conhecida como a "Heroína dos Dois Mundos".

Tamanha é a sua relevância histórica que até mesmo contenda judicial houve sobre o local de seu nascimento, reivindicado pelas cidades de Lages e de Laguna. Em 05 de dezembro de 1988, ficou definido que o local seria a cidade de Laguna.

A grande fama e reconhecimento a Anita Garibaldi deve-se à sua união com o guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi, durante a Revolução Farroupilha, em especial nos episódios preparatórios para a fundação da “República Juliana”.

Diversos episódios demonstraram a coragem e firmeza de propósitos desta guerreira em batalhas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Uruguai e também na Itália, durante as batalhas de unificação italiana.

É considerada, no Brasil e na Itália, um exemplo de dedicação e coragem. Teve diversas vezes sua história representada em diversas atividades culturais, em livros, cinema e televisão.

RUA ANNA MASCARELLO FIOREZE

Extensão: 330 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2780/2010

Anna Mascarello Fioreze, filha de Nicola Mascarello e Lucia Scolaro, nasceu em Antônio Prado – RS, em 26 de maio de 1920.

Casada com João Valdomiro Fioreze, teve cinco filhos: Ires Maira Fioreze Fappi, Dinacir Lucia Fioreze, Jaime Nicola Fioreze, Ivone Fioreze Gonçalves e Itacir João Fioreze.

Vindos de Antônio Prado, estabeleceram-se e criaram raízes no então distrito de Videira, Iomerê, na década de 1950.

Sempre exerceu as atividades da agricultura, como produtora rural. Além da produção de subsistência, atuou por muitos anos na confecção artesanal de tranças de cadeiras, de onde, em conjunto com seu marido, também agricultor, mantinha suas despesas e sobrevivência.

Sempre dedicada ao trabalho e à família, sentiu a necessidade de estar mais próxima aos filhos, vindo a residir em Caçador em 1989. Mulher de fibra, mãe e esposa dedicada, sempre gozou de boa saúde. Após alguns anos de permanência nesta cidade, a mesma veio a adoecer, em razão de um AVC, ficando impossibilitada por um período de quatro anos de desempenhar suas atividades que tanto alegravam sua vida.

Aos 04 de setembro de 2008, Anna Mascarello Fioreze, não se sentindo bem, foi encaminhada ao hospital, e em virtude de sua fragilidade, veio a falecer sendo morte natural, tendo como causa da morte desconhecida.

Texto de sua família, entre eles o Vereador Itacir Fioreze cita Carlos Drummond de Andrade ao dizer: "Sentimos saudade de certos momentos da nossa vida e de certos momentos de pessoas que passaram por ela".

RUA ANNA VIERO DOS REIS

Extensão: 130 metros

Bairro: Gioppo

Lei 873/1994

Anna Viero dos Reis, nascida aos 14 de novembro de 1943, na cidade de Lebon Régis – SC, filha de Abilio Viero e Angelina Lidani.

Casou-se com Sebastião Carlin dos Reis, com quem teve 4 filhos: Marlene, Marilene, Arlindo e Alcides.

Anna Viero dos Reis faleceu em 18 de outubro de 1986, aos 42 anos de idade.

RUA ANTONINA GLUSZCZAK

Extensão: 670 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 1324/1998

Antonina Wiesniewski Gluszcza, filha de Tomaz Wisniewski e de Helena Wisniewski, nasceu em Paulo Frontin – PR, em 05 de abril de 1928.

Casada com José Gluszcza, com quem teve cinco filhos: Virgínio Zonei Gluszcza, Zito Gluszcza, Zefredo Gluszcza, Zemir Gluszcza e Zenita Aparecida Gluszcza.

Incentivados pelos pais de Antonina, que já haviam transferido residência para Caçador, o casal vislumbrou um futuro promissor para a cidade, e consequentemente para seus moradores. Desta forma, também vieram para Caçador, onde José iniciou suas atividades como “oficial” de alfaiate, tendo a companhia de sua esposa Antonina como costureira.

Na época, não eram comercializadas as “Fatiotas” (como eram conhecidos os trajes completos), à pronta entrega. Eram feitas sob encomenda e sob medida, por isso eram confeccionadas nas alfaiatarias da cidade, que eram poucas e estavam sempre sobrecarregadas de encomendas.

Conhecedores do ramo, tendo experiência e prática desde o corte dos tecidos, aviamento e costura dos paletós e calças, decidiram estabelecer-se por conta própria, o que fizeram na Rua José Boiteux, com sua alfaiataria e comércio de seus derivados. Surgiu assim a Alfaiataria Royal, onde José e Antonina, em regime familiar, iniciaram as atividades, primeiramente em sala alugada e posteriormente em prédio próprio, onde José tirava as medidas dos clientes, cortava os tecidos e costurava os paletós, cabendo a Antonina a tarefa de aviamento dos acessórios necessários às confecções das roupas e costura das calças.

Antonina Wisniewski Gluszcza faleceu em 04 de março de 1995, aos 66 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA ANTÔNIO APPI

Extensão: 400 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 22/1977

Antônio Appi, filho de Jorge Appi e de dona Ana Reginatto, nasceu em Alfredo Chaves, hoje Veranópolis – RS, em 08 de janeiro de 1899.

Veio para Videira em 1926 e lá casou-se com Olinda Colle em 14/08/1931. Em 1936 mudou-se para Arroio Trinta, onde exercia a atividade de comerciante, ajudando a fundar aquele distrito. Foi nomeado como o seu primeiro intendente.

Em 1945 mudou-se para Macieira, exercendo o cargo de Inspetor de Quarteirão. Como político, trabalhou pela formação do distrito de Macieira, sendo também nomeado como o seu primeiro intendente. Mais tarde, exerceu o cargo de Sub-Delegado de Polícia. Foi colonizador de grande parte do terreno em Macieira.

Teve 5 filhos, Honorina, José Jorge, Alcides Florêncio, Geny Elvira e Ivair Ana.

Antônio Appi faleceu em sua residência em Macieira, de morte súbita no dia 17 de outubro de 1968, aos 69 anos de idade.

Deve ser lembrado que, à época da edição desta lei, Macieira pertencia ao município de Caçador.

RUA ANTÔNIO BELENKI

Extensão: 150 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 116/1986

Antônio Belenki, nascido em 15 de outubro de 1906, na Polônia, filho de Pedro Belenki e de dona Eudocia Belenki, casado com Cecília Genoefa Belenki, chegou ao Brasil pelo Porto de Paranaguá em 05 de maio de 1911, e fixou residência no município de Caçador no ano de 1943, no local chamado de Novo São Paulo, distrito de Caçador (hoje município de Rio das Antas).

Posteriormente, passou a residir na cidade de Caçador. Teve seis filhos, Júlio Belenki, Sofia Belenki, Petronilda Belenki, Angelin Belenki Teodoro Belenki e Marta Belenki.

Por volta do ano de 1956, passou a residir nas proximidades do Bairro Nossa Senhora Salette, tendo sido um dos primeiros a adquirir terreno do Loteamento Teles. Prestou relevante serviço à comunidade, tendo também permutado o terreno para alocar a rua em questão, que acabaria recebendo o seu nome, que anteriormente era tortuosa e cheia de curvas, para facilitar o acesso e o alinhamento das casas.

Foi um dos líderes que sempre participou ativamente na comunidade, tendo sido um dos fundadores deste bairro.

RUA ANTÔNIO BOMBASSARO

Extensão: 900 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Antônio Bombassaro, filho de Francisco Bombassaro e de Magdalena Bombassaro, nasceu em Caxias do Sul – RS, no ano de 1906.

Agricultor, era casado com Isabel Bombassaro.

Antônio Bombassaro faleceu em 08 de junho de 1968, aos 62 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

AVENIDA ANTONIO COMAZZETTO

Extensão: 6.000 metros

Bairro: Figueroa

Lei: 2438/2007

Fica denominada de AVENIDA ANTONIO COMAZZETTO, o trecho compreendido entre o Km 146,0 no trevo para o Município de Rio das Antas até o Km 152,0 da Rodovia Estadual SC-303, no açude da empresa Primo Tedesco

Sem informações

RUA ANTÔNIO DA SILVA RIBEIRO

Extensão: 50 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1674/2001

Antônio da Silva Ribeiro, filho de Serafim da Silva Ribeiro e de Ancelmina Carlos Ribeiro, nasceu em Tangará – SC, no ano de 1927.

Casado com a senhora Nair da Silva Ribeiro, com quem teve 11 filhos.

Antônio da Silva Ribeiro faleceu em 25 de maio de 2001, aos 74 anos de idade.

RUA ANTONIO DE PAULA RIBAS

Extensão: 240 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2545/2008

Antonio de Paula Ribas, filho de Isaías de Paula Teixeira e de Ana Ribas de Paula, nasceu na Lapa – PR, aos 02 de setembro de 1914. Saiu da casa dos pais aos 13 anos de idade para trabalhar.

Em 1945, contratado para construir a casa de José Maria de Paula, veio para Caçador. Terminada a obra, voltou ao Paraná em 1946 para buscar seus pertences, os quais trouxe no lombo de duas mulas em uma viagem que demorou cerca de 6 dias.

Em 12/05/1948 casou-se com dona Fermina de Paula, irmã de José Maria de Paula, indo morar na Fazenda Campina, trabalhando na roça, com criação de gado e confeccionando produtos de selaria.

Em 1966 veio para a cidade, indo trabalhar no curtume de Gentil Picolli, indo morar no trevo para Rio das Antas. Adquiriu uma casa na rua Lages onde morou por oito anos, mudando-se depois para a rua Roraima, onde morou até os 92 anos de idade.

Trabalhou por 16 anos como seleiro, sendo que ele mesmo preparava o material e curtia o couro em latões com produtos químicos. Era um trabalho muito pesado, mas Antonio de Paula Ribas dedicava-se à profissão com muito amor e carinho, produzindo pelegos, arreios e laços de ótima qualidade.

Faleceu nesta cidade, que muito amava, em 26 de março de 2005, aos 92 anos de idade, deixando 3 filhos: Eliza Vani, José e Maria.

RUA ANTÔNIO MIGUEL SULSBACH

Extensão: 310 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Antônio Miguel Sulzbach (a grafia correta de seu sobrenome é com “z”), filho de José Sulzbach Sobrinho e de Maria Luiza Friedrich, nasceu em 03 de junho de 1904, na cidade de Estrela – RS.

Nesta cidade, exerceu os ofícios de padeiro e também de pedreiro, profissão que definiria os seus destinos na vida.

Casou-se com Camilla Christiana Lindecker, com quem teve 4 filhos, Noeli Catarina, Hugo Miguel, Olmiro e Loni.

Saídos de Estrela, residiram em vários locais, sempre trabalhando em obras de desenvolvimento para as regiões onde passavam, inclusive estradas de ferro, por várias cidades do Rio Grande do Sul. Chegou a Caçador no ano de 1942 e aqui participou de várias obras, como a construção do antigo banco Inco e do Colégio Nossa Senhora Aparecida.

Continuou a exercer suas atividades fora de Caçador, mesmo com sua família aqui permanecendo, retornando aproximadamente a cada dois meses para ficar com os seus.

Antônio Miguel Sulzbach faleceu em São Paulo, onde estava internado em tratamento de câncer, no ano de 1961, aos 55 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ANTÔNIO OZÓRIO

Extensão: 550 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição - localizada no Loteamento Jung, antiga Rua "J", no sentido Este Sudeste;

Sem Informações

RUA ANTÔNIO PELIZZER

Extensão: --- metros (loteamento ainda não implantado)

Bairro: Martello

Lei 3145/2014

Antônio Pelizzer, filho de Thadeu Pelizzer e de Camila Comaski, nasceu em São Francisco de Paula – RS, no ano de 1913.

Veio para Caçador, juntamente com sua família, em 1931. A viagem demorou 30 dias a cavalo. Chegando em Caçador, trabalhou durante 4 anos em uma serraria e posteriormente comprou terras da senhora Orlandina Pedrão e Nabor Dias, no Cerro Branco, sendo o primeiro habitante da localidade.

Casou-se em 1939 com Maria Francisca de Castilho, com quem teve 6 filhos. Trabalhava na agricultura, plantando e malhando trigo, cultivando uva e produzindo vinho.

Auxiliou com doações para a compra de materiais de construção para Igreja Matriz de Caçador e hospital Maicé, além de auxiliar com doações para a construção da sede do sindicato dos trabalhadores rurais.

Auxiliou ao senhor Sebastião dos Santos com doações em dinheiro para o mesmo formar-se padre. Juntamente com sua mãe, fundou a capela São Paulo, no Cerro Branco. Participou durante mais de vinte anos da comissão da Igreja.

Devoto de Santo Antônio, São Paulo e São Roque, fez a doação das imagens de São Paulo e São Roque para a igreja do Cerro Branco, as mesmas encontram-se na capela até hoje. Deixou de trabalhar na agricultura aos 60 anos e dedicou-se a agropecuária.

Antônio Pelizzer faleceu em 03 de setembro de 1995, aos 82 anos de idade, acometido por enfisema pulmonar e Alzheimer.

RUA ANTONIO PEREIRA

Extensão: 240 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 940/1995

Antonio Pereira, filho de Lucidoro Pereira e de Celestina Moraes Pereira, nasceu em Caçador, aos 13 de junho de 1946.

Casado com Iara Pereira, teve 4 filhos: Edson Luiz, Alecsandro, Cláudia Regina e Kassieli Aparecida.

Trabalhou no Posto Brasília, como supervisor de bombas. Posteriormente, trabalhou na SULCA, como gerente de atelier e chefe da seção de exportação.

Antonio Pereira faleceu em 06 de setembro de 1988, aos 42 anos de idade, vítima de pancreatite.

(adaptado de texto de sua esposa, Iara Pereira, em 03/05/1995)

RUA ANTONIO RANZANI

Extensão: 270 metros

Bairro: Gioppo, Nossa Senhora Salete

Lei 871/1994

Antonio Ranzani, nascido em 12 de junho de 1913, no município de Porto União – SC, filho de Querino Ranzani e Olívia P. Ranzani. Segundo filho de uma prole de 11 irmãos, concluiu o curso primário no período de um ano escolar, devido a uma dedicação muito grande de sua parte, pois estudava pela manhã, e à tarde trabalhava em uma “Fábrica de Palhões” (produção de capas de palha para garrafas).

Mudaram-se para Vallões (hoje Irineópolis), onde seu pai adquiriu um bar, passando assim a colaborar com ele no atendimento dos fregueses.

Em sua adolescência, com muita presteza ainda, trabalhou como carroceiro, também rodava filmes no cinema da cidade. Além disso, fazia parte da bandinha da cidade, pois gostava muito de música. Trabalhou ainda como fiscal do Estado.

Em 1933 casou-se com dona Philomena Lezan. Vieram para Caçador no ano de 1936, trazendo consigo o primeiro filho e muita esperança de vencer.

Já neste município, trabalhou como carpinteiro na montagem de serrarias, que representavam o progresso da região. Tempo de muita luta e trabalho, de pessoas corajosas e com fibra para qualquer labuta.

Em 1940, teve sua carteira profissional assinada pela Indústria de Madeiras Douat SA. Quatro anos depois passou a encarregado do depósito de madeiras e, com muito orgulho do reconhecimento de seu trabalho, em 1950 passou à função de “Feitor da Fábrica” (administrador), permanecendo neste cargo até 1966. Após 26 anos trabalhados na mesma empresa, saiu da Douat para

ingressar na Serraria Guarani Ltda., também como administrador, permanecendo nesta empresa por 13 anos, até sua aposentadoria.

Morou no bairro Gioppo durante 34 anos, em casa própria, que era seu único patrimônio e seu orgulho, pois foi o que conseguiu construir com muito trabalho e economias.

Na comunidade do bairro Gioppo, sempre lutou muito, juntamente com seus amigos, para a construção da pequena capela que teve como padroeiro São José Operário, inaugurada em 1957. Trabalhou também para a construção do pavilhão da capela e, com seus dotes de carpinteiro, fez as mesas do local.

Em tempos em que era permitido caçar, a caçada era seu único divertimento, pois como ele dizia: “É mais para aliviar a cabeça das atividades diárias, olhar os pássaros, um riacho, as árvores e divertir-se com os amigos”.

Pessoa muito cristã, sempre cumpriu com seu papel, fazendo o bem sem olhar a quem, nunca deixou de ajudar a quem o procurasse.

De caráter honesto e trabalhador, cumpridor de suas obrigações, sem nunca deixar de fazer algo que lhe pedissem. Bom pai, bom marido, avô muito amado por suas netas.

Antonio Ranzani faleceu em 21 de julho de 1994, aos 81 anos de idade.

RUA ANTONIO ROSA DE OLIVEIRA

Extensão: 60 metros

Bairro: Martello

Lei: 2094/2004

Antonio Rosa de Oliveira, filho de José Prezalino de Oliveira e de Olinda Cardoso de Oliveira nasceu em Caçador, em 11 de dezembro de 1941.

Casado com Edelurdes Antunes de Oliveira, com quem teve 4 filhas: Maria Irene, Olinda Terezinha, Iolanda e Francieli.

Junto com seu pai, exerceu as atividades de agricultor e comerciante. A partir de 1970, trabalhou como motorista em diversas empresas de Caçador.

Participou ativamente de sua comunidade no bairro Martello como colaborador, desenvolvendo suas funções como cidadão, procurando sempre o bom senso e a boa convivência, tanto comunitária quanto profissional.

Antônio Rosa de Oliveira faleceu em 14 de agosto de 1997, aos 55 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA ANTONIO ROSSETTO

Extensão: 260 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1542/2000

Antonio Rossetto, filho de Ponciano Rossetto e de Angelina Nicola Rossetto, nasceu em Concórdia – SC, em 29 de outubro de 1931.

Casado com Layde Maria Trindade Rossetto, com quem teve 6 filhos: José Alcides, Ezanir, Ivonir Antônio, Eroni Sadi, Ilza Aparecida e Izilda Aparecida.

Veio para Caçador e sempre morou na Rua Professora Josefina Conti, no bairro Kurtz.

Antonio Rossetto faleceu no dia 17 de agosto de 1999, aos 67 anos de idade.

RUA ANTÔNIO ROTTA

Extensão: 260 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Antônio Rotta, filho de Paschoal Rotta e de Angelina Rotta, nasceu em Guaporé – RS, em 18 de novembro de 1924.

Empresário, foi vereador de Caçador entre os anos de 1959 a 1967.

Antônio Rotta faleceu em 22 de outubro de 1982.

RUA GENERAL ANTÔNIO SAMPAIO

Extensão: 320 metros

Bairro: Centro

Lei 20/1966

Antônio de Sampaio (24/05/1810 – 06/07/1866) foi um militar brasileiro, herói da Guerra do Paraguai. Considerado um dos maiores militares da história do Brasil independente, participou de muitas das principais guerras travadas pelo Exército Brasileiro ao longo do século XIX, especialmente durante o 2º Império, como a Cabanagem, a Balaiada, a Revolução Praieira, além da Guerra do

Paraguai, vindo a falecer a bordo do navio Eponina, decorrente dos três ferimentos recebidos na Batalha de Tuiuti no dia 24 de maio de 1866. Pela sua bravura na Guerra, é o patrono da arma de Infantaria no Brasil.



Também é conhecido por “Brigadeiro Sampaio”, pois esta era sua patente militar ao falecer. A patente de Brigadeiro foi transformada em general-de-brigada a partir da proclamação da república.

Lutou nas operações de transposição do rio Paraná. Na batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866, ironicamente a data de seu aniversário), considerada a maior batalha campal já travada na América do Sul, Sampaio foi gravemente ferido três vezes, por estilhaços de granada, gangrenando-lhe a coxa direita, além de outras duas vezes, nas costas.

Evacuado do campo de batalha, faleceu a bordo do vapor Eponina, que o conduzia para Buenos Aires. Sepultado naquela capital, em 8 de julho de 1866, seus restos mortais foram repatriados em 1869, para o Rio de Janeiro.

Durante a Segunda Guerra Mundial, ao ser instituída a Medalha Sangue do Brasil, destinada a condecorar os feridos em ação, as três estrelas esmaltadas em vermelho simbolizam os ferimentos do Brigadeiro Sampaio, recebidos em Tuiuti.

RUA ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Antônio Tavares Júnior, natural de São Francisco do Sul, depois de alguns anos no Rio Grande do Sul, veio para Canoinhas, onde casou-se com uma viúva rica.

Instruído, chegou a ser inspetor escolar. Poeta, viajava para Curitiba, buscando inspiração para poesias sentimentais. Chegou a ser sócio de um francês, vendendo dormentes para a construção da estrada de ferro. Foi também proprietário de hotel e bar, que acabou falindo, levando-o a perder a própria casa.

Com isso, passou a morar com Bonifácio José dos Santos (o Bonifácio Papudo), que era homem de confiança dos chefes políticos de Canoinhas e havia sido armado para defender a cidade de eventuais ataques dos “fanáticos”.

No entanto, em junho de 1914, Bonifácio passa a fazer oposição aos seus aliados políticos e a atacar sorrateiramente a cidade. Historiadores comentam que Bonifácio foi, em muito, influenciado por Antônio Tavares nessa mudança de posicionamento.

Tavares comandou reduto e praticou saques a propriedades, arrebanhando gado e outras mercadorias. Sua grande façanha, no entanto, foi a correspondência que manteve com as autoridades oficiais no sentido da rendição, das exigências e das negociações para a capitulação. Como um dos únicos que combatiam ao lado dos sertanejos que tinha maior instrução, Tavares fazia a exposição dos motivos pelos quais lutava. Sua maior bandeira

era o anseio de ver executada a sentença do Supremo Tribunal Federal que havia dado ganho de causa a Santa Catarina em relação à questão de limites com o Paraná. Um exemplo de uma das cartas de Tavares está exposto a seguir:

A causa que defendemos é uma causa sacrossanta, mas que infelizmente até hoje tem sido descurada pela nefasta negligencia dos ex-governadores do meu pobre Estado, e que é a apodrecida questão de limites.

Só temos um lemma e esse é: execução da sentença ou morte! São, illustrissimo senhor, dez mil famílias que se sentem ignominiadas por essa conspurcação vexatória do Direito, da Lei e da Justiça, feito exclusivamente para satisfazer capricho sem razão de ser, de meia dúzia de politiquinhos e acolytada pela “sede insaciável dos nossos visinhos”.

São dez mil famílias que choram o longinquo bem estar de suas residências, são dez mil famílias emfim, que preferem se entregar em holocausto a supportarem à ambição desmedida e perseguição continuas do sequioso Paraná. Foi, pois, impulsionado por esse brado de desespero e de justiça que corri às armas para, ao protesto expontaneo e unanime desse povo bem digno de chamar-se brasileiro, juntar o meu e os meus resumidos esforços, esquecendo filhos, vida e propriedade e não para espalhar o sangue e me tornar bandido de que, me acoima o Paraná. Não pesará acaso na enigmática consciência do ex-presidente da República esta lista fraticida? Certamente, não; porque pesaria também, nesse caso, o não sei quantos mezes de vergonhoso estado de sitio!

Em seu chapéu, Tavares usava uma fita com os dizeres: “*Cumpra-se a sentença*”.

Chegou a conseguir um encontro com o Major Taurino, no qual solicitou um tempo para conferenciar com outros chefes de outros redutos. Neste meio tempo, porém, houve traição e foram fornecidas as informações sobre a localização e os números do reduto. Em 08 de janeiro de 1915, o reduto foi cercado e mais de 300 pessoas foram presas. Tavares conseguiu fugir, com mais 18 companheiros. Na longa fuga pelo mato, quase todos morreram de fome. Só escaparam Tavares e mais três.

Depois de andar disfarçado por Itajaí e Florianópolis, retirou-se para o interior do município de Tubarão. Viveu longo tempo em um hotelzinho, sob um nome falso.

RUA ANTONIO VICENTE DE LIMA

Extensão: 150 metros

Bairro: Gioppo

Lei: 2288/2006

Antonio Vicente de Lima, filho de Jerônimo Vicente de Lima e de Maria Gertrudes Ribeiro, nasceu em Lages – SC, no ano de 1905.

Viveu a maior parte de sua existência na rua Luiz Tortatto, número 498, onde juntamente com seus compadres, abria ruas à picaretas naquela época.

Tirava seu sustento e o de sua família através de um sítio que possuía, próximo aos Fonseca.

Casado com Maria Benta de Lima, teve 9 filhos.

Antonio Vicente de Lima faleceu em 12 de setembro de 1974, aos 69 anos de idade.

RUA ANTÔNIO VIVAN

Extensão: 1.000 metros

Bairro: São Cristóvão, Rancho Fundo

Lei 17/1980



Antônio Vivan, filho de Bortolo Vivan e de Luiza Fracassi Vivan, nasceu em Bento Gonçalves – RS, em 20 de outubro de 1893.

Veio do Rio Grande do Sul em 1930, já casado com Victória Luiza Beltrame Vivan e sete de seus dez filhos: Olindo, Ilma, Favorino, Amélia, Evelino, Milo, Nadir, Olga, Ercilda e Elcy.

Comprou uma chácara, que ocupava parte do atual Bairro Bom Jesus, no final da Rua Irmão Tomaz (deve ser lembrado que a Rua Irmão Tomaz seguia apenas até o “Arroio do Curtume”, logo ao final da descida, vindo da Rua Herculano Coelho de Souza). Nesta chácara montou um parreiral, cujas uvas comercializava em São Paulo.

Montou um comércio de Auto Peças e uma fábrica de Pasta Mecânica. Construiu, como empreiteiro, a estrada Caçador-Curitibanos. Com sua equipe e de maneira gratuita, construiu o Hospital Jonas Ramos.

Foi vereador de Caçador entre os anos de 1947 e 1955. Doou a maior parte do terreno para a edificação do Seminário da Cúria, próximo ao “Morro das Antenas”, que foi utilizado inclusive, como patrimônio em garantia para a instalação da faculdade (FEARPE).

Atuante em todos os segmentos da cidade, Antônio Vivan recebeu a comenda de “Cidadão Caçadoreense” no ano de 1966.

Antônio Vivan faleceu em 08 de junho de 1973, aos 79 anos de idade .

RUA ANTONIO WOLOCH

Extensão: 100 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1464/2000

Antonio Woloch, filho de Miguel Woloch e de Maria das Dores Oliveira Woloch, nasceu em Caçador, na localidade de Cerro Branco, no ano de 1944.

Casado com Lindamir Maria Woloch, com quem teve 7 filhos: Osni Aparecido, Mari Aparecida, Rosevaldo, Elisabete de Fátima, Isac, Saionara e Itamara Woloch.

Antonio Woloch faleceu em 05 de maio de 1998, aos 54 anos de idade, vítima de câncer de esôfago.

Há uma rua de Caçador, transversal a esta, denominada com o nome de seu irmão, João Woloch.

RUA ANTÔNIO ZARUR

Extensão: 320 metros

Bairro: São Cristóvão, Rancho Fundo

Lei 83/1986

Antônio Zarur, imigrante libanês, nasceu no ano de 1892.

Vindo para o Brasil, com sua família, contando com cerca de 8 anos de idade, instalaram-se em Caçador. Aqui, Antônio casou-se com Maria dos Anjos Gonçalves em 1914, aos 22 anos de idade.

Exercia as atividades de fazendeiro, atuando como pioneiro e desbravador de nossa região. Sua fazenda localizava-se nos arredores do Rancho Fundo.

Antônio Zarur faleceu no ano de 1958, aos 66 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA APARÍCIO MANTOVANI

Extensão: 420 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1366/1999

Aparício Mantovani, filho de Alexandre Mantovani e de Luiza Faoro Mantovani, nasceu na cidade de Antônio Prado – RS, no dia 19 de agosto de 1912. Casado com Ursula Scapinelli Mantovani, com quem teve 11 filhos.

Veio para Caçador no dia 1º de maio de 1955, instalando-se na linha Cará. Ali cultivou parreiras, trabalhou na pecuária e leitaria, ajudando a desenvolver aquela comunidade.

Foi proprietário do “Bar Branco”, na Vila Paraíso, quando já havia transferido-se para a cidade, residindo na Rua Absalão Carneiro, no bairro D.E.R.

Mais tarde, morou na “Fazenda Campinas”, na região da atual Rua Amazonas, onde continuou trabalhando na pecuária, com grande movimento econômico. Trabalhou incansavelmente pela comunidade e pelo desenvolvimento desta região da cidade.

Depois de ter colaborado para a construção da cidade, faleceu em 02 de janeiro de 1989, aos 76 anos de idade.

RUA AQUILES DE PAULA LINHARES

Extensão: 290 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966



Achilles de Paula Linhares (esta é a grafia correta de seu nome), filho de José Pereira Linhares e de Lídia de Paula Linhares, nasceu na cidade de Rio Negro – PR em 23 de agosto de 1888. O ano da libertação dos escravos no Brasil. Perdeu seus pais muito jovem e, aos 12 anos de idade, foi morar com a Família de Henrique Estalke, imigrantes alemães que se instalaram em Rio Negro, ou melhor, na Vila de Campo do Tenente, então distrito desta cidade, e o adotaram como filho.

Seu pai adotivo era dono de uma grande empresa madeireira e neste meio ele se criou e aprendeu o que seria sua profissão.

No ano de 1943, a Empresa Madeirense do Brasil S/A decidiu montar uma grande indústria de beneficiamento de madeira em Caçador e assim Achilles se mudou para nossa cidade com a incumbência de instalar a empresa na localidade da Caixa D'Água, da qual também foi gerente até aposentar-se.

Achilles de Paula Linhares foi casado com Palmira de Paula Linhares com quem teve 03 filhos, Cecy Linhares, Silvio Linhares e Calvi de Paula Linhares.

Na cidade de Caçador, logo se destacou pelos seus conhecimentos sobre a indústria madeireira que despontava como grande responsável pela economia da cidade, além de sua formação escolar, muito adiantada para época, fluência na língua alemã, o que fez com que participasse ativamente na comunidade local e se tornasse uma referência de conhecimento, honestidade e solidariedade para todos.

Achilles de Paula Linhares faleceu em 24 de janeiro de 1966, aos 77 anos de idade.

Como reconhecimento por sua vida voltada para família e para a cidade que ajudou a desenvolver, o então Prefeito Municipal Jucy Varela denominou esta rua, para que seu nome e seus feitos não fossem esquecidos.

(adaptado de texto de sua neta Eunice Linhares Fleck)

RUA ARAÇÁ

Extensão: 70 metros

Bairro: Aeroporto

Lei 1703/2001

Neste ano de 2001, mais uma iniciativa de organização da cidade aconteceu no bairro Aeroporto, atribuindo-se, em conjunto, nomes de árvores da região às ruas daquela área da cidade.

As ruas denominadas por esta lei são: Araçá, Araucária, Cedro, Guamirim e Imbuia.



O Araçá, termo de origem tupi, que significa “fruta com olhos” referindo-se à fruta com um ápice persistente que tende a parecer com pálpebras. É uma pequena árvore, de 2,5 a 4 metros de altura e com copa rala. Seu tronco é usualmente tortuoso e tem uma casca lisa, que descama em placas finas.

Tem folhas com até 10 centímetros de comprimento e flores brancas que surgem de junho a dezembro.

Estas dão origem a frutos, que amadurecem de setembro a março, e constituem-se em bagas arredondadas, que podem ser verdes, amareladas ou vermelhas. Este último é o mais comum em nossa região.

Os frutos são coroados pelo cálice persistente, de polpa succulenta esbranquiçada, semelhante a uma goiaba pequena e de sabor mais azedo.

As sementes são dispersadas por animais, principalmente pássaros.

É certo que a denominação da rua dá-se em razão da árvore e não do fruto, que tem o mesmo nome, devido à nomenclatura das demais ruas integrantes da mesma lei.

RUA ARACAJU

Extensão: 300 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de capitais de estados brasileiros são Aracaju, Belém, Brasília (não é a capital de um estado, mas confunde-se com o Distrito Federal), Curitiba, Fortaleza, Natal e Teresina. A rua Fortaleza foi planejada, mas não executada, neste momento, e só foi existir oficialmente no quadro de ruas de Caçador a partir do ano de 2001, através da lei 1702/2001.



Aracaju é a capital do estado do Sergipe, no Nordeste brasileiro. Seu nome pode ter origem no termo tupi *arákaîu*, que significa "cajueiro das araras" (ará, arara + akaîu, cajueiro).

Uma das primeiras cidades do Brasil a ter seu desenvolvimento planejado, as ruas centrais de Aracaju tem sua distribuição semelhante a um tabuleiro de xadrez, com quadras retas e uniformemente distribuídas. Conta com mais de 620.000 habitantes, e é conhecida como a "Capital Nordestina da Qualidade de Vida".

RUA ARARANGUÁ

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Araranguá é um município catarinense situado na região sul do estado, distante cerca de 425 quilômetros de Caçador. Seu nome origina-se do rio que corta a cidade, de águas calmas e fecundantes nos campos litoral adentro.

Em 1995, perdeu partes importantes de seu território, especialmente considerando que o turismo é uma de suas mais importantes atividades econômicas. Com a emancipação político-administrativa do Balneário Arroio do Silva, Araranguá perdeu quase a metade de seu litoral, restando ainda a bela área norte de seu litoral, onde encontra-se o “Morro dos Conventos”.

RUA ARAUCÁRIA

Extensão: 300 metros

Bairro: Aeroporto

Lei 1703/2001

Neste ano de 2001, mais uma iniciativa de organização da cidade aconteceu no bairro Aeroporto, atribuindo-se, em conjunto, nomes de árvores da região às ruas daquela área da cidade.

As ruas denominadas por esta lei são: Araçá, Araucária, Cedro, Guamirim e Imbuia.



A araucária é a espécie arbórea dominante da região sul do Brasil. No entanto, ocorre, de maneira esparsa, em outras áreas do Brasil e do continente Sul-americano.

Como uma conífera, pode atingir alturas de mais de 50 metros, com um diâmetro de mais de 2,5 metros.

Sua forma é única na paisagem brasileira, parecendo uma taça ou candelabro. Ocupando uma área original de 200 mil quilômetros quadrados, a partir do século XIX foi intensamente explorada por seu alto valor econômico, dando madeira utilíssima e sementes nutritivas, e hoje seu território está reduzido a uma fração mínima, o que segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) coloca a araucária em Perigo Crítico de Extinção.

A araucária não possui propriamente frutos, uma vez que suas sementes não estão envoltas por polpa. O *pseudofruto* é conhecido e apreciado por todos e faz parte da tradição, história e culinária da região, o pinhão.

Em Caçador, a araucária assume papel de ainda maior destaque, devido ao histórico de desenvolvimento de nossa cidade baseado na exploração madeireira, notadamente de araucárias presentes em nossa região, ao ponto da quase extinção da espécie.

Especialistas no assunto, no entanto, são unânimes ao afirmar que as atuais legislações e políticas a respeito da araucária exercem nefasto papel sobre a preservação da araucária, pois criam tantas regras e empecilhos aos produtores rurais que estes preferem não tê-las em suas propriedades, mantendo um ciclo de destruição que terminará por extinguir a espécie.

O próprio brasão e bandeira de Caçador ostentam uma araucária em seu centro.

RUA ARESTIDES MORIGGI

Extensão: 130 metros

Bairro: Figueroa

Lei 991/1995

Arestides Moriggi, filho de Elias Moriggi e Luiza Rotta Moriggi, nasceu em Caçador, no ano de 1931, antes, portanto de sua emancipação.

Como agricultor, foi um dos pioneiros da região das atuais “Linhas Tamanduá e Laranjeira”, desde sua adolescência.

Ali, constituiu família, casando-se com dona Eunelia Reolon Moriggi, com quem teve 3 filhos: Ademar Luiz, Valdecir Moisés e Odelir José. Permaneceu nesta comunidade até sua morte, ocorrida em 21 de dezembro de 1992.

(adaptado de texto do Vereador Carlos Evandro Luz, em 11/12/95)

RUA ARGENTINA

Extensão: 280 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.

A Argentina é um país sul-americano, vizinho ao Brasil, sendo o segundo maior país sul-americano em extensão, com 2.780.000 km² aproximadamente. É o maior país do mundo a falar a língua espanhola. Após o período como colônia espanhola, a declaração e a luta pela independência (1810–1818) foi seguida por uma longa



guerra civil, que durou até 1861 e terminou com a reorganização do país como uma federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, a Argentina enfrentou vários golpes militares e períodos de instabilidade política, juntamente com crises econômicas periódicas que contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

RUA ARI PONTES

Extensão: 50 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010

Ari Pontes, filho de José Augusto Pontes e de Maria Sibila Pontes, nasceu em Clevelândia – PR, no ano de 1927.

Casado com Zenayde Brescanzin Pontes, teve um filho, Juarez.

Ari Pontes faleceu em 12 de fevereiro de 1994, aos 66 anos de idade, vítima de câncer de pulmão, com metástases na coluna cervical, que o deixaram tetraplégico no final de sua vida.

RUA ARISTEU PÔRTO LOPES

Extensão: 450 metros

Bairro: Centro

Lei 41/1956

Aristeu Pôrto Lopes era farmacêutico, um dos primeiros em Caçador, proprietário da Farmácia Santa Izabel, mais tarde em parceria com a família Haymussi. Já atuava em nossa cidade antes mesmo de sua emancipação.

De acordo com os costumes da época, era praxe a presença ou a proximidade do farmacêutico com os médicos da cidade, sendo sua relação com o Dr. Herculano Coelho de Souza, primeiro médico estabelecido em Caçador, de grande amizade e companheirismo.

Casado com Ida Porto Lopes, teve três filhos, Gilberto, Suzi e Solange. Além destes, teve um filho que morreu tragicamente quando, aos 12 anos de idade convenceu ao motorista de um caminhão de mudanças da família a entregar a direção do caminhão a ele, acidentando-se em seguida.

Natural da Lapa – PR, Aristeu exerceu diversas atividades, além da farmácia. Foi sócio de uma indústria “Florestal”, exportadora de madeiras sediada em Florianópolis. Foi também por alguns anos, o representante de Santa Catarina junto ao Instituto do Pinho.

Aristeu Pôrto Lopes faleceu em Florianópolis, para onde havia se mudado em virtude de tratamento de doença, no dia 6 de dezembro de 1950.

RUA ARISTIDES Malfatti

Extensão: 60 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966



Aristides Malfatti, nascido em Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul, em 18 de janeiro de 1896, veio a falecer em Caçador na data de 30 de setembro de 1966, contando 70 anos.

Filho de Francisco Malfatti e Lúcia Malfatti, imigrantes italianos. Deixou viúva a Sra. Gentilia Dalcorso Malfatti, quatro filhos e cinco filhas, todos com maior idade além de vinte e um netos.

Chegou em Caçador como agricultor e viticultor em meados de 1926. Trabalhou pelo progresso de Caçador, com afinho e dedicação, fortalecendo a colônia deste Município com seu labor, deixando assim seu nome gravado na história do mesmo.

RUA ARISTILIANO DE ALMEIDA

Extensão: 250 metros

Bairro: Bello

Lei 1584/2001

Aristiliano de Almeida, filho de Fioravante Pacheco de Almeida e de Rita Batista de Almeida. Nasceu no ano de 1935.

Casado, foi pai de dois filhos: Paulo Roberto e Rita Aparecida.

Foi um homem trabalhador. Serviu o exército em União da Vitória – PR. Quando chegou em Caçador, comprou uma sapataria em frente ao antigo Balzan. Nesta sapataria ele fazia botas, cintos, coldre de revólver e outros artigos de couro.

Caracterizou-se como um homem batalhador e honesto, preocupado em oferecer condições de estudo para seus filhos.

Quando separou-se de sua esposa, Erinir Dias de Almeida, vendeu a sapataria e foi embora para Catanduvas – SC, trabalhar como agricultor. Nunca mais casou. Em 1996, sem nada avisar a seus filhos, retornou a Caçador, com o intuito de conhecer seus netos.

Aristiliano de Almeida faleceu cerca de um mês depois de vir a Caçador, já de volta a Catanduvas, no dia 12 de julho de 1996.

(adaptado de texto de sua filha, Rita Aparecida Almeida)

AVENIDA CORONEL ARISTILIANO RAMOS

Extensão: 1800 metros

Bairros: D.E.R, Santa Catarina, Kurtz

Decreto 3/1944

A Avenida Aristiliano Ramos, popularmente conhecida como “Beira-Rio” era bastante diferente da que conhecemos atualmente. Seu início dava-se no que era conhecido como “arroio de divisa da propriedade de Irmãos Reichmann com Edmundo Coelho e outros”, que atualmente é conhecido como “córrego do D.E.R.” (atualmente canalizado, sob a Praça da Concórdia) e seguia até o que era o final do perímetro urbano, cerca de 300 metros ao Leste. É bom recordar que, naquela época, uma ponte ligava as duas margens do Rio do Peixe, (Ponte Siqueira Belo) na região onde hoje encontra-se a Feira Municipal. Esta ligação garantiu o desenvolvimento e povoamento daquela região da cidade praticamente desde o seu início. Inicialmente tratada como “Rua”, tornou-se “Avenida” a partir da Lei 13/1970, já com a configuração próxima à existente atualmente.

Aristiliano Ramos (10/05/1888 – 17/07/1976) foi um político catarinense, oriundo da cidade de Lages. Em sua atuação estadual, além de deputado estadual eleito, após a revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à presidência, foi nomeado como interventor federal no estado de Santa Catarina (o atual governador).

Sua história está intimamente ligada à do Município de Caçador, pois é de sua autoria o decreto nº 508, de 22 de fevereiro de 1934, que determinou a criação de nossa cidade. Na condição de Interventor, participou da cerimônia de instalação do Município, no dia 25 de março de 1934. Exerceu o cargo até o dia 29 de abril de 1935, sucedendo-lhe no cargo o governador eleito Nereu Ramos.

Em seu mandato como Interventor, também foram criados os municípios de Ibirama, Gaspar, Indaial, Timbó, Jaraguá do Sul e Concórdia.



Aristiliano Ramos, (de chapéu em primeiro plano) no dia 25 de março de 1934, durante a emancipação político-administrativa de Caçador

RUA ARLINDO ALOYS JUNG

Extensão: 600 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Arlindo Aloys Jung, filho de Alberto Jung e de Bertha Gerharde Jung, nasceu em São Francisco de Paula – RS, no ano de 1923.

Agropecuário, casou-se com Júlia Rodrigues Jung, com quem teve 3 filhos: Ilse, Arno e Ieda.

Arlindo Aloys Jung faleceu em 10 de outubro de 1983, aos 60 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ARLINDO MARTINS DA SILVA

Extensão: 140 metros

Bairro: Gioppo

Lei 638/1993

Arlindo Martins da Silva, filho de João Martins da Silva e Maria Erthal da Silva, nasceu em Montenegro – RS, aos 12 de maio de 1927.

Era casado com Maria Dolfina Freitas da Silva, com quem teve 11 filhos: João Cláudio, Lauro, Luiz Reinaldo, Flávio, Pedrinho, José Paulo, Jorge, Mário, Maria, Atamir e Terezinha.

Em vida, destacou-se por ser um homem honesto e trabalhador. Dedicou-se a atividades de agricultura, tendo também trabalhado na Prefeitura Municipal de Caçador, como Intendente, por 21 anos consecutivos.

Os primeiros lotes do Loteamento Jardim Santa Maria foram povoados pela sua família, sendo que seus descendentes ainda hoje residem neste local.

Procurou, em toda a trajetória de sua vida, o bem de sua família e seus semelhantes.

Arlindo Martins da Silva faleceu aos 29 de fevereiro de 1988, em decorrência de hemorragia interna causada por projétil de arma de fogo.

(adaptado de texto de seu filho, o Vereador Flávio Martins da Silva, em 12/04/1993)

RUA ARMINDO DALASTRA BONFANTI

Extensão: 320 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1296/1998

Armino Dalastra Bonfanti, filho de Samuel Dalastra e Maria Bonfanti, nasceu em Caçador no dia 18 de fevereiro de 1929.

Casado com dona Zaira Zarur Bonfanti, com quem teve 4 filhos: Doraci, Valdir (Barão Cabeleireiro), Marines e Edi Carlos.

Criado na “Colônia”, trabalhou na fábrica Castelli de 1952 a 1954, e na Madeireira Baú de 1954 a 1955, como Gerente.

Voltou para a “Colônia” em 1955, onde desempenhava as atividades ligadas à agricultura e à criação de suínos, até 1969.

Posteriormente, até seus últimos dias, foi comerciante, tendo sofrido de problemas cardíacos até seu falecimento, ocorrido em 19 de outubro de 1985.

(adaptado de texto de seu filho, Valdir Dalastra Bonfanti)

RUA ARNALDO DE PAULA TIMERMANN

Extensão: 470 metros

Bairro: Gioppo

Lei 90/1986

Arnaldo de Paula Timmermann, (a grafia de seu sobrenome tem dois “m”, ao contrário do que consta na lei, que traz apenas um) filho de Osório de Paula Timmermann e de Maria Gioppo Timmermann, nasceu em Caçador, no ano de 1928.

Serventuário da Justiça, oficial do cartório de notas, era casado com Lourdes Therezinha de Paris Timmermann, com quem teve três filhos: Osório Elias, Arnaldo Filho e Maria Carolina.

Arnaldo de Paula Timmermann faleceu enquanto trabalhava em seu cartório, no dia 07 de maio de 1985, aos 56 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

RUA ARNILDA LESSING

Extensão: 240 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 679/1993

Arnilda Lessing, natural de Lageado – RS, filha de João Keller e Florinda Keller, nasceu no ano de 1917. Casou-se com o imigrante polonês, naturalizado brasileiro, Daniel Lessing.

Vieram morar em Caçador no ano de 1944 e, desde sua chegada a Caçador, sempre residiram na “Linha dos Alemães”, também denominada de “Rua dos Alemães” e finalmente denominada com o nome de seu marido, Daniel Lessing.

Sua atividade sempre foi voltada à agropecuária, especialmente à produção de leite.

Arnilda Lessing faleceu menos de dois anos após o falecimento de seu marido, em 19 de março de 1990, aos 72 anos de idade, vítima de morte súbita provocada por um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Outras 6 ruas de Caçador recebem nomes de membros de sua família. A saber: Júlio e Henriette Lessing, seus sogros, Paulo e Otto Lessing, seus

cunhados, Daniel Lessing, seu marido e ainda uma de suas filhas, Frieda Lessing Kramer.

RUA ARNO WILLI FAUTH

Extensão: 120 metros

Bairro: Gioppo

Lei 96/1986

Sem informações - a Rua "E", do Loteamento "Jardim Santa Maria"

RUA ARTUR TREVISANI

Extensão: 220 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 497/1991

Artur Trevisani nasceu em 18 de agosto de 1888, na cidade de Nápoles, na Itália. Filho de Eugênio Trevisani e Angelina Belini Trevisani.

Chegou em Caçador no ano de 1901, com treze anos de idade, começou seu trabalho na agricultura, na produção e comercialização de leite. Mais tarde seguiu a profissão de carpinteiro, construindo inúmeras casas e pontes em nossa cidade.

Casado em primeiro matrimônio com Dona Clara Trevisani de quem teve quatro filhos: Eduvirges, Maria, Frida e Willy. Após o falecimento de D. Clara, contraiu matrimônio com Dona Maria Madalena Trevisani, de quem teve sete filhos: Heitor, Angelina, Neves, Celso, Elza, Eda e Elvira.

Faleceu aos sessenta e quatro anos de idade, em 14 de novembro de 1952, na cidade de Curitiba e foi sepultado no Cemitério Municipal de São José dos Pinhais.

RUA ARY DE OLIVEIRA CARNEIRO

Extensão: 100 metros

Bairro: Martello

Lei 608/1992

Rua "A", do Loteamento Martelo.
Sem informações

RUA ARY HARRES

Extensão: 240 metros

Bairro: Martello

Lei 1533/2000

Ary Harres, filho de Carlos Edmundo Harres e de Natalina Pocai Harres, nasceu em Nova Prata – RS, no ano de 1919.

Casou-se com a senhora Ida Dal Forno Harres em Passo Fundo, de cuja união tiveram 3 filhos: Paulo Roberto Harres, Gladis Mari Harres Pedroso e Antônio Adelar Harres.

Em 1957 vieram para Lebon Régis, onde trabalhou como laminador de serra. Seus filhos mais velhos, Paulo e Gladis, precisavam estudar e, para isto, mudaram-se para Caçador onde, em 1960, nasceu seu filho Antônio.

Em 1962, passou de funcionário da serraria para arrendatário da mesma, fundando a Serraria Ary Harres, como empregador na serraria e no mato, com aproximadamente 45 funcionários.

Em 1966 começou a comercializar peças em Caçador, função que exerceu por muitos anos.

Ary Harres faleceu em Fraiburgo, para onde se transferiu, no dia 04 de março de 1989, aos 70 anos de idade.

RUA ATILIO BASQUERA

Extensão: 700 metros

Bairro: Berger

Lei 121/1986

Atilio Basquera, filho de Francisco Basquera e Escolastica Basquera, nasceu a 25 de janeiro de 1919, na cidade de Galópolis – RS.

Pai de 13 filhos, transferiu-se para Caçador em maio de 1959, fixando residência na comunidade do km 40, onde participou ativamente da solução dos problemas sociais daquela localidade, inclusive na construção da escola.

Foi presidente da comissão da igreja durante vários anos.

Trabalhou sempre como agricultor, destacando-se no plantio de trigo. Faleceu em 24 de setembro de 1972.

RUA ATILIO CECCATTO

Extensão: 110 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2764/2010

Atilio Ceccatto, filho de Luiz Ceccatto e de Justina Ceccatto, nasceu em Erechim – RS, no ano de 1899.

Transferiu residência no ano de 1944, vindo a residir na localidade de Presidente Pena, em Caçador. Profissionalmente era carpinteiro e marceneiro. Exercia as funções de agente de vendas, localização e identificação das terras da firma João Rotta & Filhos Ltda., localizadas em Rio Tigre, Rio Bugre e Colônia Suzin. Presidia o conselho de administração da Escola e Igreja da comunidade.

Homem robusto, que nunca soube o que era uma dor, no dia 26 de outubro ainda estava trabalhando para construir um barracão perto da igreja a fim de agasalhar o povo contra o sol. Pois, no dia 30 daquele mês houve uma festa de inauguração da capela, quando repentinamente teve uma espécie de paralisia e caiu, ficando com a metade do corpo como morto. Em seguida, foi levado ao médico onde foi atestado derrame cerebral (AVC). E assim até o dia oito de novembro ficou sofrendo horivelmente, mas sempre resignado à Santa vontade de Deus, baldados todos os recursos da medicina e depois de ter recebido a Extrema Unção no dia 08 de novembro às 12 horas entregou sua alma ao Criador, carinhosamente assistido pelos parentes e amigos em pranto.

Foi modelo de pai, como também um dos mais esforçados construtores da capela. Com sua morte prematura deixou no luto além da sua esposa estremecida, 3 filhos, dois netos e muitos parentes.

RUA ATÍLIO FAORO

Extensão: 700 metros

Bairro: Centro

Lei 12/1951

Atílio Faoro (06/09/1890 – 27/12/1938) nasceu na cidade de Caxias do Sul, no então distrito de Antônio Prado. Fez seus estudos em Vacaria. Era casado com Luiza D'Ambroz Faoro. Sua primeira atividade foi a de construtor, que exerceu até 1922. Neste mesmo ano, estabeleceu-se com casa comercial no município de Vacaria.



Em 1931, decidiu mudar com a família, então com 10 filhos, para Rio Caçador, em busca de melhores condições para educar seus filhos. Foi atraído pelo recém-fundado Colégio Aurora, único estabelecimento da região que oferecia educação de nível ginásial. Continuou aqui a sua atividade de comerciante.

Arrojado e empreendedor, lutou contra a descrença da opinião pública, e, vencendo dificuldades e trabalhando com denodo próprio de um pioneiro, trouxe benefício e progresso para a comunidade através da construção, ainda em 1934, da primeira usina hidrelétrica do município, com 30 HP, capacidade que destinou ao serviço de iluminação da cidade. No mesmo ano instalou em Caçador, o primeiro moinho de cereais, movido à eletricidade. Em 1938, inaugurou a instalação da segunda usina hidrelétrica por ele construída, esta já destinada exclusivamente ao serviço público de eletricidade.

Apenas sete anos após sua chegada, sofrendo de pertinaz enfermidade há muitos anos, seu estado de saúde se agravou e veio a falecer em 27 de dezembro de 1938.

Teve os seguintes filhos: Laurindo, Ernesto, Ângela, Alfredo, Égide, Aurora, Lourenço, Raymundo, Norma, Alcebíades, Vilma e Júlia.

RUA AUGUSTO CORRÊA DE MELLO

Extensão: 120 metros

Bairro: Bello

Lei 61/1985

Augusto Corrêa de Mello, filho de Paulo Corrêa de Mello e Leandrina Maria Francisca da Silva, era neto do fundador da cidade de Caçador, Francisco Corrêa de Mello. Nasceu em Caçador, no ano de 1915. Ficou órfão de pai aos cinco anos de idade e cresceu junto de sua mãe, seus irmãos e seu avô.

Tinha apenas oito anos quando a antiga Fazenda Faxinal do Bom Sucesso transformou-se em vila, sediando a partir de 1923 a sede do distrito de Rio Caçador, que se formou ao redor da Estação Ferroviária.

Ao entrar na maioridade, assistiu a instalação do município de Caçador, nas terras que haviam sido de seus avós e seus pais, nos campos, nas matas e faxinais onde havia passado sua infância e adolescência.

Sempre residiu em Caçador, assistindo o rápido desenvolvimento e crescimento da cidade, sem ter, contudo, participado da vida administrativa comunitária, em cargos políticos-partidários de lideranças.

Casou-se com a Sra. Maria de Jesus Cordeiro, com quem teve 9 filhos: Paulo Corrêa de Mello, Maria Salete, João Maria, Maria Odete, Maria Ivete, Antônio Valcir, César Augusto, Janete Aparecida e Gilmara Alcione.

Proprietário de muitos imóveis, a maioria havida por herança de família, não fez deles instrumento para segurar o progresso da cidade: à medida em que outros deles necessitavam, vendia-os, em negócios honestos e preços justos.

Durante toda a sua vida, foi pai e avô exemplar. Trabalhador, honesto e sincero nas atividades profissionais de lavrador e criador.

Faleceu em Caçador, aos 70 anos de idade, a 13 de maio de 1985, depois de longa enfermidade (diabetes), vítima de trombose cerebral.

RUA AUGUSTO DE PAULA CARNEIRO

Extensão: 200 metros

Bairro: Martello

Lei 610/1992

Augusto de Paula Carneiro, filho de José Ermelino de Paula Carneiro e dona Eliza de Paula Carneiro, nasceu em Curitiba – SC, em 23 de julho de 1913.

Sempre exerceu a profissão de fazendeiro, ligado especialmente à criação de gado.

Casou-se com a senhora Maria Conceição de Oliveira Carneiro, no dia 22 de dezembro de 1937. Tiveram seis filhos: José Messias, Nilza, Milton José, Jair, Nilda e Sebastião.

RUA AUGUSTO DRIESSEN

Extensão: 370 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 17/1977

O homenageado contribuiu decisivamente para o desbravamento da nossa região e sua consequente povoação. Sua participação se deu por volta do ano de 1912, quando a Brazil Railway Co. estendeu seus trilhos em direção ao sul do país, trazendo consigo trabalhadores e, mais tarde, colonos que aqui se fixaram.

Sua participação como fazendeiro e fornecedor de boa parte da alimentação, principalmente o charque, contribuiu para o progresso e desenvolvimento da vila de Rio Caçador, e aqui deixou descendentes que continuam a honrar-lhe o nome.

RUA AUGUSTO GONÇALVES DE MORAES

Extensão: 300 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1115/1996

Augusto Gonçalves de Moraes, filho de João Gonçalves de Moraes e de Analia Gonçalves Padilha, nasceu no município de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba – SC), no ano de 1915.

Casado com Engracia da Silva Moraes, teve dez filhos: Ilda, Antônio, Zilda, Wilda, Mário, Ildo, Teresinha, Cazilda, Nadir e Sérgio.

Augusto Gonçalves de Moraes faleceu no dia 29 de julho de 1978, aos 63 anos de idade, vítima de acidente automobilístico.

RUA AUGUSTO SANTO PERRET

Extensão: 370 metros

Bairro: dos Municípios, Reunidas

Lei 690/1993

Augusto Santo Perret, filho de Artur Perret e Pierina Santin Perret, nasceu no dia 18 de janeiro de 1932, em Getúlio Vargas – RS.

Veio para Caçador em maio de 1935, juntamente com sua família. Desde a infância destacou-se como agropecuarista, dando prioridade ao gado leiteiro.

Cumpriu sua obrigação militar no batalhão da guarda, no estado do Rio de Janeiro.

Era casado com Geni Rosa Perret, com quem teve quatro filhos: Clari, Cláudio, Clarice e Clóvis.

Augusto Santo Perret faleceu em Florianópolis, onde tratava-se de consequências de um tumor cerebral, aos 13 de março de 1981.

(adaptado de texto de Luiz Demétrio Perret, em 02/07/93)

RUA AUGUSTO XAVIER PAES

Extensão: 500 metros

Bairro: Figueroa

Lei 932/1995

Augusto Xavier Paes, natural de Mafra – SC, filho de José Xavier Paes e de dona Helena Stephanes, nascido no ano de 1904.

Casado com dona Amália Woehl Paes, veio a fixar residência na cidade de Caçador no ano de 1939, aos 36 anos de idade.

Inicialmente trabalhou como carroceiro no transporte de cargas na cidade e, logo no ano seguinte, transferiu-se para a comunidade do Castelhana, onde comprou terras e um armazém onde dedicou-se ao comércio por vários anos, passando depois, ao ramo da agricultura.

Tornou-se membro da comunidade, fazendo parte da comissão que lançou a pedra fundamental para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, do Castelhana.

Sempre esteve presente em diversas diretorias das sociedades do Castelhana como a Igreja, Escola e Clubes de Esportes.

Foi nomeado pelo então Delegado de Polícia, Ary Silveira de Souza, para o cargo de Inspetor de Quarteirão do Primeiro Distrito de Caçador (Castelhana), prestando os serviços de segurança nos eventos, festas, bailes e diversões esportivas da comunidade.

Prestou serviços na municipalidade, em colaboração aos Senhores Prefeitos da época, Carlos Sperança, Manoel Siqueira Bello e José Kurtz. Nesta época,

os agricultores proprietários rurais tinham por obrigação, prestar seis dias de serviços por ano na conservação das estradas municipais. Estes trabalhos eram fiscalizados por Augusto Xavier Paes que, ao completarem-se os dias trabalhados por cada proprietário, fornecia uma guia, para que o proprietário pudesse obter o abatimento de impostos decorrente do serviço prestado.

Em 1955, passou a residir na localidade de Cel. Tibúrcio Cavalcanti (uma antiga estação ferroviária, hoje em ruínas, na Linha Caixa D'Água), sendo nomeado novamente Inspetor de Quarteirão daquela localidade, pelo então Delegado de Polícia, Venturino G. Zardo, onde desempenhou esta função, juntamente com a profissão de agricultor até seus últimos dias, falecendo aos 58 anos de idade, em 10 de março de 1962.

RUA AURÉLIO COSTA

Extensão: 420 metros

Bairro: Gioppo

Lei 14/1972

Aurélio José da Costa, nascido em Curitiba, no final do século XIX, era casado com Maria Luísa da Silva Costa.

Fazendeiro, adquiriu propriedade em Rio Caçador ainda antes da sua emancipação. Sua propriedade localizava-se nas imediações do atual Fórum de Caçador, alcançando até a área próxima da atual UNIARP. A sede de sua fazenda localizava-se próximo ao atual entroncamento das ruas Porto União e Conselheiro Mafra.

Teve três filhos, Celso Ivan da Costa, deputado estadual por três mandatos, de 1963 a 1975, com base eleitoral em Caçador, Aurélio Costa Filho e Maria Luísa Costa.

Realizou vários trabalhos de aberturas de ruas na região onde encontrava-se a sua propriedade, atualmente na área central da cidade.

RUA ÁUSTRIA

Extensão: 600 metros

Bairro: Reunidas, dos Municípios

Lei 14/1972

A Áustria é um país europeu, situado na região central do continente. Com um território de pouco mais de 80 mil quilômetros quadrados, o país apresenta grandes variações climáticas, influenciadas pelas diferenças de altitude em suas diferentes regiões.

As origens de sua colonização remontam ao Império Romano, que expandiu suas fronteiras abrangendo toda a Europa. Após a queda do Império Romano, diversos povos ocuparam seu território, culminando com o domínio de tribos germânicas, especialmente os bávaros, formando o Ducado da Baviera, influência que pode ser percebida até hoje, com o idioma alemão sendo o idioma oficial da Áustria.

A partir de 1278, inicia-se na Áustria a dinastia dos Habsburgo, que pode ser confundida com a própria história do país até sua queda, após a Primeira Guerra Mundial.

Especialmente nos séculos XVII e XVIII, os Habsburgo ampliam grandemente seus domínios, especialmente com a queda do Império Otomano e promovem um grande desenvolvimento da monarquia, com abolição da servidão, liberdade religiosa, abolição da tortura, centralização administrativa, reformas administrativas e judiciais.

Durante o período napoleônico, a Áustria foi invadida e dividida, perdendo temporariamente sua influência, mas com a derrota de Napoleão reorganiza-se, formando o Império Austro-Húngaro, tendo no imperador Francisco José I e em sua esposa Isabel, conhecida como Sissi, seus maiores expoentes.

O Império Austro-Húngaro marcou o último período da monarquia dos Habsburgo (1867-1918) e um último suspiro da "velha Europa". Foi um período caracterizado pela permanente crise política entre as diversas nacionalidades, mas também por um grande desenvolvimento econômico, social e cultural que influenciou toda a Europa.

O estopim que demarcou o início da Primeira Guerra Mundial foi exatamente o assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, dando início a um combate sem precedentes na história.

Com a derrota, o Império é extinto e a Áustria passa a ser uma república parlamentarista, caracterizada por permanente crise econômica, política e social no período entre guerras.

Com a ascensão nazista na Alemanha, o povo, ressentido da falta da figura central da monarquia, vê em Hitler uma chance de reviver os dias de glória do passado. Em 13 de março de 1938, a Alemanha anuncia oficialmente a anexação da Áustria a seus domínios (o Anschluss), numa clara afronta aos princípios do tratado que deu fim à Primeira Guerra. A anexação seria

referendada pela população austríaca através de um plebiscito, ocorrido em 10 de abril, com 99,7% de aprovação.

A Áustria só voltaria a ser um país independente após o final da Segunda Guerra Mundial.

A contribuição do país à cultura ocidental é imensa. Os nomes dos destaques nas diversas áreas falam por si: na música Mozart, Haydin, Mahler, Strauss, são alguns dos destaques austríacos, além dos estrangeiros, mas que desenvolveram suas atividades amparados pela Áustria, como Beethoven, Brahms e Listz. No campo da ciência nomes como Gregor Mendel, Ferdinand Porsche, Christian Doppler, Wolfgang Pauli e Sigmund Freud.

Atualmente, a Áustria tem uma economia social de mercado bem desenvolvida e a qualidade de vida é considerada uma das melhores do mundo, contando com serviços sociais de primeira linha, tanto em termos de saúde, saneamento básico e estrutura de transporte quanto em compatibilidade de trabalho e família.

O turismo responde por cerca de 9% das receitas do país, sendo parte importante da economia local, ao lado de uma indústria altamente desenvolvida.

RUA AVÁ-CANOEIRO

Extensão: 90 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Avá-Canoeiro é ainda considerado como um povo indígena brasileiro. No entanto, em 1988, sua população estimada era de 14 pessoas. Em 1998, havia 15 indivíduos contatados (17, no último dado oficial, em 2012) e 25 ainda sem contato permanente com não índios.

A palavra “Avá” significa homem, gente ou pessoa e o termo “Canoeiro” remete à habilidade de seus membros com as canoas. Sofreram praticamente uma dizimação de sua população desde a época das expedições bandeirantes. Estão localizados nos estados de Tocantins e Goiás, no estado de Tocantins, todos os indivíduos já contactados estão localizados na Posto Indígena Canoanã, no interior da Terra Indígena Parque do Araguaia, às margens do rio Javaés, na Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, no sudeste do estado. O Parque é vinculado ao Ibama e preenche, aproximadamente, o terço norte da Ilha.

Os Avá-Canoeiro ainda sem contato permanente encontram-se vivendo no norte da Ilha do Bananal, nas áreas do Parque Indígena e do Parque Nacional do Araguaia.

Os que ainda não foram contactados, suspeita-se que estejam perambulando pela região da Mata do Mamão (na parte sul da Terra Indígena Inãwébohona) que é a maior área de mata nativa da Ilha do Bananal.

Devido à presença destes aproximados 25 indivíduos, grandes projetos de ampliação de geração de energia elétrica, expansão de desenvolvimento agrícola e aumento de qualidade de vida de grandes contingentes populacionais encontram-se dificultados pelas ações de órgãos como a FUNAI.

RODOVIA MUNICIPAL AVELINO MANDELLI

Extensão: 2.600 metros

Bairro: Aeroporto

Lei 1178/1997

Avelino Mandelli, filho de Celeste Mandelli e de Maria Mandelli, nasceu em Bento Gonçalves – RS, aos 16 de novembro de 1907.

Casado com Hilda Roveda Mandelli, teve três filhos: Maria Angélica, Victor e Marilda.

No ano de 1930, o senhor Avelino chegava a Caçador, cidade de promessas e de futuro. Alimentando uma forte vocação para o ramo de comércio, estabeleceu-se no Largo Santelmo, com o ramo de secos e molhados, onde teve um acentuado progresso, dado à sua dedicação e trabalho honesto, prestativo e sempre pronto a servir todas as pessoas que o procuravam, tendo com isto formado um relacionamento de amizade e respeito, onde se relacionava em particular com os descendentes de alemães e italianos. Por causa da 2ª Guerra Mundial, estava havendo uma injusta perseguição a estes

descendentes e, devido a isto, para evitar constrangimentos e aborrecimentos, resolveu encerrar as atividades de secos e molhados.

Partiram então para o ramo da madeira, onde adquiriu a fábrica de caixas Aurora, que foi destruída por um incêndio. Não se abatendo pelo sinistro, voltou com redobrada vontade de vencer.

Resolveu então comprar do sobrinho uma panificadora, tendo montado em anexo um posto de venda de gasolina, além de ampliar com o comércio de secos e molhados, sempre com o melhor modo de servir. Prolongou com sucesso estas atividades até 1992, quando resolveu desfrutar do descanso e lazer com seus incontáveis amigos numa mesa de quatrilho.

Avelino Mandelli faleceu em 16 de julho de 1996, aos 88 anos de idade.

(adaptado de texto do Vereador Newton Marçal Santos)

RUA AYRTON ARAÚJO MENZEL

Extensão: 250 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei: 2444/2007

Ayrton Araújo Menzel, filho de Jorge Alberto Menzel e de Noemia Gonçalves de Araújo, nasceu em Curitiba – PR, em 26 de maio de 1923.

Cursou o primeiro e segundo graus na Escola Novo Ateneu, naquela cidade, transferindo residência com seus pais para Caçador no ano de 1938, onde estabeleceu residência até a década de 1990, na Rua Sete de Setembro.

Casou-se com Maria Odemia Hartmann no ano de 1947, tendo deste matrimônio 7 filhos, Aguila Luiz, Ardaluy Antonio, Tânia Maria, Ariosto Arthur, Aguinaldo Alberto, Audrey Francisco e Tulza Elisa Hartmann Menzel.

Nesta cidade exerceu as funções de funcionário da Firma Hauer Ltda. entre 1941 e 1949. Foi gerente da mecânica Auto Pedrassani Ltda., de 1951 a 1958. Foi Delegado de Polícia da Comarca de Caçador de 1960 a 1963. Gerente da Madeireira Comazzetto Ltda., de 1963 a 1967. Funcionário da Empresa Reunidas no cargo de chefe de tráfego do ano de 1967 a 1977 e de 1977 a 1997 novamente funcionário do Grupo Comazzetto, onde veio a falecer neste mesmo ano.

Foi sócio dos Clubes Recreativo Apolo, Clube 7 de Setembro e Clube de Regatas Vasco da Gama.

Ayrton Araújo Menzel faleceu no dia 24 de agosto de 1997, aos 74 anos de idade.

RUA DAS AZALÉIAS

Extensão: 140 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 520/1992

Em 1992, em uma iniciativa de organização de áreas da cidade, as ruas do loteamento “Jardim Dileta”, no Bairro Bom Sucesso foram denominadas em conjunto, recebendo nomes de flores para designá-las. Tal proposição partiu de um pedido da própria comunidade, que relacionou o nome do loteamento “**Jardim Dileta**”, com nomes de flores. A proposição, assinada por pessoas da própria comunidade e enviada à Câmara, através do Vereador Sérgio D’Agostini, já propunha inclusive o nome das flores a ser utilizadas. Foi aceita integralmente, com a exceção da rua F, que tinha a proposta de ser chamada de “Rua das Hortências” e acabou substituída por “Rua das Primaveras”. Seis ruas compunham o loteamento, e foram denominadas como Rua das Azaléias, Rua das Orquídeas, Rua das Primaveras, Rua das Tulipas, Rua das Violetas e Rua das Vitória Régias.



A Azaléia é um arbusto de flores dotadas do que se conhece como “floradas terminais” (uma flor para cada talo).

Apesar disso, brotam tantos talos que durante as estações em que florescem formam uma sólida massa colorida que variam entre as cores magenta, vermelho, laranja, cor de rosa,

amarelo, lilás e branco.

No Brasil, utiliza-se a forma Azaléia, sendo que a forma mais correta na Botânica seria grafada como “Azálea”.

Com características de boa adaptação em diferentes condições de clima, encontram-se com facilidade na cidade de Caçador. O pátio da catedral São Francisco de Assis, por exemplo, é adornado com vários destes arbustos.

RUA AZIR DE SOUZA SANTOS

Extensão: 150 metros

Bairro: Berger

Lei 588/1992

Azir de Souza Santos nasceu em Caçador, no dia 05 de março de 1937, filho de Manoel de Souza Santos e de Albina Zamprônio.

Realizou seus estudos no Colégio Cenecista Marcos Olsen e os complementou no Ginásio Aurora, onde fez Contabilidade.

Era casado com Ignez Zanatta Santos, com quem teve quatro filhos, Cláudia, Silvia, Alexandre e Angela.

A maior parte de seu trabalho foi exercido prestando serviços à Firma Fezer SA Indústrias Mecânicas. Trabalhou tanto internamente como na montagem externa.

Seus serviços eram feitos com muita dedicação e carinho, pois se realizava no seu trabalho.

Vítima de hipertensão arterial sistêmica, faleceu em morte súbita, aos 54 anos de idade no dia 28 de março de 1991.

RUA BADEN POWELL

Extensão: 150 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 13/1970



Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (22/02/1857 – 08/01/1941) foi um militar do exército britânico e o fundador mundial do escotismo.

Seu pai morreu quando Robert Baden-Powell tinha apenas 3 anos, deixando a sua mãe com sete filhos, dos quais o mais velho tinha 12 anos e o mais novo apenas 1 mês de vida. Robert viveu uma bela vida ao ar livre com seus quatro irmãos, excursionando e acampando com eles em muitos lugares da Inglaterra.

Após seus estudos, aos 19 anos ingressou no exército, onde teve a oportunidade de desempenhar suas funções na Índia, na Rodésia (atual Zimbabwe) e na África do Sul, com desempenho que lhe garantiu uma rápida

ascensão na carreira militar e até mesmo reconhecimento fora dos círculos militares em seu país.

Tornou-se um herói aos olhos de seus compatriotas e foi com este prestígio que em 1901 ele regressou da África do Sul para a Inglaterra e descobriu, surpreso, que a sua popularidade pessoal dera popularidade ao livro que escrevera para militares: *Aids to Scouting (Ajudas à Exploração Militar)*. O livro estava sendo usado como um compêndio nas escolas masculinas.

Diante desta repercussão, iniciou um trabalho que se prolongaria até 1908, com pesquisas, teorias e comprovações práticas para um novo método de educação e adestramento destinados à juventude, que resultou no lançamento de seu livro *Boys Scouting (Escotsmo para Rapazes)*, que obteve imediata repercussão, não apenas na Inglaterra, mas internacionalmente. Neste livro estavam as bases de fundação do movimento escoteiro, que alcança hoje milhões de jovens em praticamente todos os países do globo. Apenas seis países não possuem grupos escoteiros.

Depois de muitos anos viajando pelo mundo, consolidando e orientando o movimento fundado por ele, Baden-Powell fixou residência no Quênia, onde faleceu, aos 83 anos de idade.

Baden-Powell deixou aos escoteiros uma carta de despedida, onde relata:

“Quero enviar a vocês uma palavra de despedida. Lembrem-se de que será a última vez que vocês ouvirão minhas palavras. Portanto, pensem bem nelas. Eu tenho tido uma vida muito feliz e quero que cada um de vocês também tenha uma vida feliz. Acredito que Deus nos colocou neste mundo alegre para que sejamos felizes e para aproveitarmos a vida. A felicidade não provém do fato de ser rico, nem meramente de ter sido bem sucedido na carreira; e, tampouco, de sermos indulgentes para com nós mesmos. Um passo na direção da felicidade é o de tornar-se saudável e forte enquanto se ainda é jovem, de sorte que possa vir a ser útil e aproveitar a vida quando for homem.

O estudo da natureza mostrará a vocês quão repleto de coisas belas e maravilhosas Deus fez o mundo para vocês aproveitarem. Alegrem-se com o que receberam e façam bom proveito disso. Olhem para o lado bom das coisas, ao invés do lado ruim delas. Contudo, a melhor maneira de obter felicidade é proporcionar felicidade a outras pessoas. Tentem deixar este mundo um pouco melhor do que o encontraram e, quando chegar a vez de morrerem, possam morrer felizes com o sentimento de que, pelo menos, não desperdiçaram o tempo, mas fizeram o melhor que puderam. Estejam preparados, desta maneira, para viverem e morrerem felizes, sempre fiéis à Promessa Escotista, até mesmo depois que deixarem de ser jovens - e que Deus os ajude a cumpri-la. Vosso amigo, Baden-Powell.”

RUA BAHIA

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



A Bahia é um dos 27 estados brasileiros. Está situada no sul da Região Nordeste, fazendo limites com oito outros estados brasileiros, sendo com isso, o estado que mais faz divisas. Foi na Bahia, entre os atuais municípios de Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro, que a frota de Pedro Álvares Cabral ancorou, no ano de 1500, marcando o descobrimento do Brasil pelos europeus e a celebração da primeira missa, na praia da Coroa Vermelha, feita por frei Henrique Soares de Coimbra. Em 1º de novembro de 1501, o navegante florentino Américo Vesúcio, a serviço da Coroa portuguesa, descobriu e batizou a Baía de Todos-os-Santos, maior reentrância de mar no litoral desde a foz do Rio Amazonas até o estuário do Rio da Prata. A povoação formada nessas margens tornou-se a primeira sede do governo-geral em março de 1549 com a chegada do fidalgo Tomé de Sousa, a mando do rei D. João III de Portugal para fundar a que seria, pelos próximos 214 anos, a cidade-capital da América portuguesa, por conseguinte, a primeira capital do Brasil, Salvador.

A origem do nome do estado remete a esta denominação da Baía de Todos-os-Santos que, no português antigo, recebia o “h” em sua grafia. Entretanto, o gentílico utilizado para determinar algo referente ao estado é utilizado de acordo com as atuais normas ortográficas: “baiano”.

Com economia centrada inicialmente nas produções de açúcar e extração de pau-brasil, a Bahia, especialmente a capital Salvador, foi alvo de invasões holandesas, repelidas posteriormente por tropas da coroa portuguesa. A Bahia chegou a ter um movimento separatista, aos moldes da Inconfidência Mineira, porém de curta duração e com o mesmo fim, terminando na morte dos separatistas, especialmente os populares envolvidos no evento.

Após a declaração de independência do Brasil, tropas portuguesas continuaram a ser combatidas na Bahia, conseguindo a rendição destas apenas em 2 de julho de 1823. Esta data é comemorada no estado, com feriado inclusive, como o “Dia da Independência da Bahia”.

A economia do estado baseia-se na indústria (química, petroquímica, informática, automobilística e suas peças), agropecuária (mandioca, grãos, algodão, cacau e coco), mineração, turismo e nos serviços.

AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO

Extensão: 1.400 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Apesar de já ter nascido como avenida, com pista mais larga e até mesmo canteiro central, em outras épocas, por algum tempo nossa Avenida mais importante e central não foi a principal artéria de comércio e de deslocamentos de Caçador. Nos primórdios do Município a única ligação entre o distrito de Rio Caçador e a vila Santelmo era a ponte coberta de madeira, no mesmo local onde existe até hoje. Isto fez com que a principal rota de comércio e de deslocamentos fosse a compreendida entre o Largo Santelmo e a Rua José Boiteux.

A avenida iniciava-se junto à margem do Rio do Peixe, não havendo a continuidade através da ponte, que só seria construída em 1960. Nesta época, contava com cerca de 1.150 metros de extensão. Chegou a ser conhecida por seu antigo nome, antes da instalação do município, Coronel Fagundes. Com a instalação do município, recebeu o nome da data da fundação da cidade – “Avenida 25 de Março”, “transferindo” o nome de Coronel Fagundes para a atual Rua Reinaldo Maffessoni. E, finalmente, através do decreto nº 10 de 6 de

setembro de 1943, do então prefeito Manoel Siqueira Bello, foi rebatizada oficialmente como Avenida Barão do Rio Branco.

No desfile de 7 de setembro deste ano de 1943, como costumava acontecer, o palanque foi montado na esquina das ruas “15 de Novembro e 25 de Março” (atualmente na esquina da Rua Carlos Sperança e Avenida Barão do Rio Branco). Durante o desfile, foi oficialmente alterado o nome da então rua 25 de Março, com a leitura do Decreto expedido e grande aclamação popular.

Não é demais lembrar que vivia-se em plena vigência do Estado Novo de Getúlio Vargas, com o fechamento das Câmaras Municipais. Desta forma, o dispositivo legal foi um Decreto expedido pelo prefeito Manoel Siqueira Bello e não uma lei, já que não havia Poder Legislativo.

Em contraponto, com a criação do “prolongamento” da Avenida (mais tarde renomeado de Avenida Fahdo Thomé), chegou a ter mais de 4.100 metros de extensão.



José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, (20/04/1845 – 10/02/1912) foi um advogado, diplomata, geógrafo e historiador brasileiro.

É considerado o patrono da diplomacia brasileira, devido aos seus relevantes trabalhos, especialmente nas questões de fronteiras do Brasil, em processos de arbitramento ou de negociações bilaterais, dos quais se destacam três questões de fronteiras, Amapá, Acre e Palmas. Esta última é a que mais aproxima o Barão do Rio Branco da história de

nossa região.

Nesta questão, antes ainda da Guerra do Contestado, um litígio que teve como pano de fundo uma disputa de fronteiras, mas entre estados brasileiros, teve lugar nesta região uma disputa territorial entre a Argentina e o Brasil.

As desavenças iniciaram-se desde o período imperial, tendo sido um acordo sobre a questão o último ato internacional assinado por D. Pedro II antes de sua deposição. Já no período republicano, entre 1893 e 1895, Rio Branco atuou como advogado na questão dos limites entre Argentina e Brasil junto ao arbítrio internacional exercido pelo então presidente norte-americano Groover Cleveland, que deu total ganho de causa ao Brasil.

Os problemas diplomáticos continuaram e se aprofundaram no período republicano, levando o Barão do Rio Branco a assumir o papel de líder da diplomacia brasileira, em 1902. Manteria este cargo (Ministro das Relações Exteriores) até sua morte em 1912, passando por quatro presidentes da república, o que o transformou em unanimidade nacional.

Monarquista convicto, mesmo após a instalação da república ele continuava assinando-se “Barão do Rio Branco”, título recebido no final do período monárquico.

Como curiosidade, o Barão do Rio Branco teve sua efígie impressa nas notas de 5 mil réis de 1913 e 1924, Cr\$ 5 (cinco cruzeiros) de 1950, nas de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) de 1978. Esta última gerou na cultura popular brasileira a expressão “barão” como sinônimo de “mil”. Até hoje, a quantia de mil reais é designada popularmente como “um barão”.

RUA BARTIRA

Extensão: 170 metros

Bairro: Gioppo

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

Mbicy (conhecida também por Bartira, Burtira ou Isabel Dias) foi uma índia, filha do cacique Tibiriçá com a índia Potira. Habitantes da região onde se fundaria a cidade de São Paulo, Bartira foi dada em casamento por seu pai, o cacique Tibiriçá ao português João Ramalho, que chegou ao Brasil por volta de 1510. Não existem registros de como João Ramalho teria chegado ao Brasil.

João Ramalho e Bartira, auxiliados pelo cacique Tibiriçá foram os grandes responsáveis por facilitar a implantação dos jesuítas Manuel da Nóbrega e Leonardo Nunes. Após um sentimento inicialmente belicoso entre os jesuítas e João Ramalho, formou-se uma parceria que resultaria nos acordos para a criação do colégio jesuíta que deu origem à cidade de São Paulo.

Após coabitar por quarenta anos, Bartira casou, com celebração pelo padre Manuel da Nóbrega com o português João Ramalho. De Bartira descendem milhões de brasileiros, espalhados sobretudo pelos Estados de São Paulo,

Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

RUA BASÍLIO CIFFRO

Extensão: 90 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966

Basílio Ciffro, filho dos imigrantes húngaros Basílio Ciffro e Helena Ciffro, nasceu em Rio Claro – PR, no ano de 1895.

Casado com Berina Costa Ciffro, era o proprietário e administrava um dos primeiros hotéis de Caçador.

Um texto de Luiz Driessen Sobrinho, no livro “Episódios Históricos”, editado pela Prefeitura Municipal de Caçador, em 1989, relata que, por vários anos, a única opção de hospedagem em Caçador foi o “Hotel do Basílio”. Um casarão de madeira, com dois andares, sendo o primeiro andar o refeitório e no segundo, os quartos. O atendimento era feito pela própria família.

O proprietário Basílio Ciffro, homem baixo, gordo, era quem recebia diretamente as queixas, reclamações, gozações, que eram muitas, e as aceitava com humor e na esportiva. Um viajante tendo sido hóspede de seu hotel, a título de gozação enviou-lhe um telegrama: SEU BASÍLIO, ENCONTREI UM HOTEL PIOR QUE O SEU. O telegrama foi respondido por outro telegrama com uma única palavra: DUVIDO.

Basílio Ciffro faleceu em 07 de janeiro de 1948, aos 52 anos de idade, vítima de colapso cardíaco.

RUA BAZBINA AKKAR

Extensão: 250 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1044/1996

Bazbina é uma cidade do norte do Líbano, situada no Distrito de Akkar, que por sua vez é o Distrito mais ao norte do país. Portanto, Bazbina Akkar, seria algo parecido como dizer – Caçador, Santa Catarina.

É uma pequena cidade, localizada a cerca de 40 quilômetros a nordeste de Trípoli, e cerca de 130 quilômetros de Beirute, a capital do país. Consiste em uma fértil planície de menos de dois quilômetros quadrados, a uma altitude média de 600 metros acima do nível do mar. A cidade de Bazbina é rodeada por altas montanhas, em grande parte cobertas por carvalhos e floresta intocada, que a cidade se empenha em manter desta forma.

Akkar, por sua vez, é o distrito de características mais rurais de todo o Líbano, com cerca de 80 por cento de população vivendo em áreas rurais. A estrutura básica é deficitária, agravada ainda mais pelos sucessivos períodos de guerras vividos pela região, vizinha da Síria e bastante próxima da cidade Homs.

A cidade experimentou um contínuo fluxo emigratório desde 1880. A grande maioria dos emigrantes que deixaram Bazbina, e seus descendentes, estão na República Dominicana, nos Estados Unidos, especialmente concentrados em New Kesington, uma cidade próxima de Pittsburgh, Pennsylvania, e também no Brasil. Os libaneses presentes na cidade de Caçador são, em sua grande maioria, oriundos ou descendentes de emigrantes da cidade de Bazbina.

Constituintes e formadores desta terra, chegaram a Caçador praticamente desde sua fundação, contribuindo para a formação de nosso povo, nossos costumes e nossa cidade.

Destaca-se o espírito desses pioneiros que, apesar das dificuldades encontradas, iniciaram suas atividades, fazendo parte do contexto sócio-econômico de nosso município. Especialmente os pioneiros abaixo relacionados:

- | | |
|--------------------------|----------------------|
| • Abdalla João Elmessane | • Zaki Elias Bittar |
| • Jorge João Elmessane | • Anuar Elias Bittar |
| • Felipe João Elmessane | • Fauzi Abud |
| • Afif João Elmessane | • Jorge Ibrahim |
| • Badr Hanna Elmessane | • Salem Elmessane |
| • Ward El Ward | • Mattar El Ward |
| • Abdalla Izac Azim | • Samhat Bittar |

A característica de fortes raízes familiares faz com que constituam e representem uma das mais arraigadas tradições presentes em nosso município.

A homenagem prestada com o nome desta rua, portanto, remete à cidade de origem de um dos povos e culturas constituintes do município de Caçador.

RUA BEIJA-FLOR

Extensão: 210 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O beija-flor é uma ave de bico alongado, com alimentação à base de néctar, plumagem iridescente e uma língua extensível e bifurcada.

São aves de pequeno porte, que medem em média de seis a doze centímetros de comprimento e que pesam de dois a seis gramas. O bico é normalmente longo, mas o formato preciso varia bastante com a espécie e está adaptado ao formato da flor que constitui a base da alimentação de cada tipo de beija-flor. Uma característica comum é a língua bifurcada e extensível, usada para extrair o néctar das flores.

O esqueleto e constituição muscular dos beija-flores estão adaptados de forma a permitir um voo rápido e extremamente ágil. São as únicas aves capazes de voar em marcha-ré e de permanecer imóveis no ar. O batimento das asas é muito rápido e as espécies menores podem bater as asas de setenta a oitenta vezes por segundo. Em contraste, as patas dos beija-flores são pequenas demais para a ave caminhar sobre o solo. As fêmeas são, em geral, maiores que os machos, mas apresentam coloração menos intensa. Vivem, em média, doze anos e seu tempo de incubação é de treze a quinze dias.

RUA BELA VISTA

Extensão: 380 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1993/2003

A denominação de “Rua Bela Vista” foi o resultado de uma mobilização dos moradores daquela via que, ressentidos pela ausência de denominação, sofriam todas as consequências desta ausência, como dificuldades para receber correspondências, acesso aos serviços públicos como telefonia, energia elétrica, entre outros.

Diante deste quadro, organizaram um abaixo assinado, encabeçado pelo senhor João Dimas Renhuk, representante dos moradores daquela via, e o encaminharam à Câmara Municipal para que fossem tomadas as providências legais para esta denominação. No próprio abaixo assinado já se solicitava que a rua fosse denominada como “Bela Vista”.

Àqueles que tiverem a oportunidade de passar por esta via poderão facilmente entender as razões que levaram a esta escolha. Localizada no alto de um morro, junto do limite norte do perímetro urbano do município, a visão de toda a área central da cidade de Caçador que se tem daquele local é realmente bela, justificando a denominação da rua.

RUA BELÉM

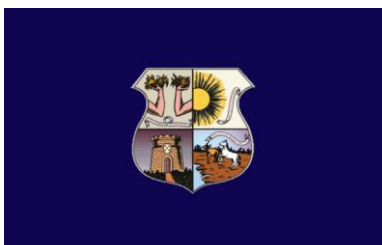
Extensão: 670 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de capitais de estados brasileiros são Aracaju, Belém, Brasília (não é a capital de um estado, mas confunde-se com o Distrito Federal), Curitiba, Fortaleza, Natal e Teresina. A rua Fortaleza foi planejada, mas não executada, neste momento, e só foi existir oficialmente no quadro de ruas de Caçador a partir do ano de 2001, através da lei 1702/2001.



A cidade de Belém é a capital do estado do Pará, na região Norte do Brasil. Conta com quase 1,5 milhão de habitantes, fazendo-a a segunda cidade mais populosa da região Norte.

Em seus quase 400 anos de história, Belém vivenciou momentos de plenitude, entre os quais o período áureo da borracha, no início do século XX, quando o município recebeu inúmeras famílias europeias, que influenciaram grandemente a arquitetura das edificações locais, sendo conhecida na época como Paris

n'América. Atualmente, apesar de ser cosmopolita e moderna em vários aspectos, Belém não perdeu o ar tradicional das fachadas dos casarões, das igrejas e capelas do período colonial.

A cidade exerce significativa influência como metrópole regional, influenciando mais de oito milhões de pessoas nos estados do Pará, Amapá e Tocantins, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Conta com importantes fortificações, igrejas, monumentos, parques e museus, como o Theatro da Paz, o mercado do Ver-o-Peso e eventos culturais e religiosos de grande repercussão, como o Círio de Nazaré.

Ocorrida de 1835 a 1840, praticamente ao mesmo tempo do que a Guerra dos Farrapos, a *Cabanagem* foi um movimento separatista ocorrido em todo o então estado do Grão-Pará, com os principais acontecimentos na região de Belém. Marcado por um cenário de pobreza extrema, fome e doenças, o conflito existiu muito devido à irrelevância política à qual a província foi relegada ao Príncipe Regente após a Independência do Brasil.

Dado o seu saldo de mortos exorbitante, estimado em cerca de 30 a 40 mil mortos, a Cabanagem é um dos maiores conflitos já ocorridos na história do país.

RUA BÉLGICA

Extensão: 170 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 14/1972



A Bélgica é um país europeu, situado na “fronteira cultural” entre a Europa germânica e a Europa latina. Tão significativa é esta divisão que o próprio país divide-se em uma área que fala o idioma holandês, mais desenvolvida e que é ocupada por cerca de 59% da população, ao norte, uma área que fala o idioma francês, ao sul, com menor desenvolvimento econômico, ocupada por cerca de 40% da população e ainda uma pequena região, ao leste do país que tem 1% da população com a língua alemã como a predominante.

Ocupada desde a antiguidade, a região da Bélgica já passou pelo domínio do Império Romano, domínio dos francos, através das dinastias Merovíngia e Carolíngia. A partir do século XVI deixaram de ser apenas feudos isolados e constituíram uma província, ainda sob domínio ou de espanhóis ou de austríacos.

Historicamente unidos ao que viria a ser a Holanda e Luxemburgo, a Bélgica formava, junto com estes países o que foi conhecido como Reino Unido dos Países Baixos, numa referência às baixíssimas altitudes daquelas paragens.

Em 1830, a revolução belga separou as províncias mais ao sul dos Países Baixos, formando então a Bélgica, como a conhecemos hoje.

Todas estas batalhas, somadas às invasões alemãs nas duas Guerras Mundiais, fizeram com que a região ficasse conhecida como “o campo de batalha da Europa”.

Atualmente a Bélgica é sede da União Européia, do Parlamento Europeu e da OTAN.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, popular e uma democracia parlamentar. Na área econômica, está fortemente orientada para os serviços e mostra uma dupla natureza: a região flamenga, ao norte, tem uma economia dinâmica e a Valônia, ao sul, tem uma economia menos desenvolvida.

RUA BENEDITO PONCIANO

Extensão: 650 metros

Bairro: Centro

Lei 14/1972

Benedito Ponciano, filho de Calixto Ponciano e de Josefa Corrêa Ponciano, nasceu em Caçapava – SP, no ano de 1923.

Casado com Marta Maria Rimmele Ponciano, teve 2 filhos. Trabalhou como zelador do Estádio Municipal por muitos anos. Apaixonado pelo futebol, era descrito como pelos atletas que praticavam o esporte como um amigo zeloso de todos os treinos, de todas as partidas. Atuava também como roupeiro e também fazia as vezes de “socorrista” dos lesionados em campo.

Dedicava ao Estádio Municipal um amor incomum, como se ele fosse parte de sua própria existência.

No final de sua vida, assistiu aos trabalhos de reforma do Estádio, que visavam a obtenção das condições para que o então “Vasco da Gama” pudesse voltar a representar a cidade no campeonato estadual.

Seu falecimento ocorreu durante uma partida de futebol amador, quando seu time, o Botafogo, formado por moradores das imediações do Estádio Municipal participava de um torneio na localidade então conhecida como “Linha do

Carmo”. Benedito jogava e tinha dado o passe para o segundo gol de seu time. No momento em que o Botafogo fazia o terceiro gol, Benedito, ao comemorar, caiu ao chão, já sem vida. Conta-se que, antes do jogo, ele havia afirmado a seus parceiros de clube que aquela seria sua última partida, pois iria “pendurar as chuteiras” e deixar que jogadores mais jovens ocupassem o seu lugar.

O então prefeito municipal, Ardelino Grando, comentou, à época: “Quem poderá preencher a lacuna aberta com o passamento do Sr. Benedito? Onde encontrarei um homem com tamanha vontade de servir, sem jamais procurar ser servido? Será muito difícil encontrar, dentre tantos, alguém que o possa substituir. Seu amor, sua dedicação ao Estádio Municipal e a tudo o que diz respeito ao esporte, tem excedido aos limites de tudo aquilo que se espera de um homem eminentemente honesto, justo, prestativo e servidor”.

Chegou a ser encaminhado à Câmara Municipal, projeto de lei que propunha a alteração do nome do estádio para Estádio Municipal Benedito Ponciano, o que acabou não sendo aprovado pela Câmara. No ano seguinte, a Casa Legislativa aprovava o projeto que concedia seu nome a uma rua próxima ao Estádio Municipal e que acabou se tornando uma das mais belas ruas de Caçador com a construção do Parque Central.

Benedito Ponciano faleceu em 31 de janeiro de 1971, aos 47 anos de idade, vítima de colapso cardíaco.

RUA BENJAMIN BRASIL

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2495/2007

Benjamin Brasil, filho de Pedro Guedes e de Bernardina Nunes Brasil, nasceu no interior de Porto União – SC, na localidade de São Miguel, em 01º de abril de 1906.

Serviu ao exército em Porto União, após o que ingressou nos quadros da Rede Ferroviária Federal SA, onde trabalhou por aproximadamente 40 anos (de 1926 a 1966), até sua aposentadoria. Ajudou a construir a estrada de ferro Porto União – Caçador – Videira, estabelecendo-se em Caçador para fazer a manutenção da mesma.

Destacou-se também como “benzedor” de crianças e adultos, angariando a confiança de todos.

Casado com Joaquina Alves Gonçalves Padilha Brasil, com quem teve 6 filhos, Alba, Florentina, Albari, Loreni, Otávio e Carlos.

Durante toda a sua vida morou no bairro Berger, na rua Hugo Torres Cruz, nos fundos do curtume Viposa.

Benjamin Brasil faleceu em 15 de agosto de 1989, aos 83 anos de idade.

(adaptado de texto do então presidente da Associação de Moradores do Bairro Berger, Sandro Cucarolo, em 09/10/2007)

RUA BENJAMIN CONSTANT

Extensão: 200 metros

Bairro: Centro

Resolução 50/1939



Benjamin Constant Botelho de Magalhães (18/10/1833 – 22/01/1891) foi um militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro.

Participou da Guerra do Paraguai como engenheiro, mas isso não o impediu de tecer duras críticas à condução da guerra, como descrito no livro *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Apesar de ter sido militar condecorado, era um pacifista, que sonhava com um futuro em que haveria o fim das Forças Armadas, que seriam reduzidas apenas a uma atuação policial para manutenção da ordem pública.

Foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, tendo assumido importantes funções no governo provisório, entre a deposição do Imperador e a promulgação de uma nova Constituição em 1891.

A promulgação desta constituição (*Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 24/02/1891*), que significou a transição da Monarquia para a República, foi fortemente marcada pelo recente (um mês antes) falecimento de Benjamin Constant, aos 57 anos de idade. Em suas “Disposições Transitórias”, o texto constitucional chega a referir-se textualmente a Benjamin Constant como “o fundador da república”, texto reproduzido a seguir:

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

...

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

...

Art 7º - É concedida a D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil, uma pensão que, a contar de 15 de novembro de 1889, garanta-lhe, por todo o tempo de sua vida, subsistência decente. O Congresso ordinário, em sua primeira reunião, fixará o quantum desta pensão.

Art 8º - O Governo federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Doutor Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República.

Parágrafo único - A viúva do Dr. Benjamin Constant terá, enquanto viver, o usufruto da casa mencionada. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente corno nela se contém. Publique-se e cumpra-se em todo o território da Nação.

Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, na Cidade do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1891, 3º da República.

*PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS, PRESIDENTE DO CONGRESSO,
SENADOR POR SÃO PAULO*

A justificativa da presente resolução, datada de 13 de novembro de 1939, e assinada pelo então prefeito Tenente Mário Fernandes Guedes, foi a de que, em 15 de novembro deste ano seria comemorado o cinquentenário da proclamação da República, e que notáveis brasileiros têm os seus nomes vinculados a esse grande evento histórico, cuja significação deve ser explicada por todas as formas de manifestações do pensamento. Além da rua Benjamin Constant, também foram denominadas, nesta resolução, as ruas Marechal Floriano (que seria alterada para Marechal Floriano Peixoto, em 1943), Quintino Bocaiúva e Marechal Deodoro, nomes ilustres do episódio da Proclamação da República.

RUA BENJAMIN GIOPPO

Extensão: 700 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Benjamin Gioppo, filho do imigrante italiano José Gioppo e de Margarida Carreta Gioppo, nasceu em Porto União da Vitória, no ano de 1909.

Exercia as atividades de comerciante e funcionário do DER. Era casado com Etelvina de Mattos Gioppo, com quem teve 7 filhos: Joyce, José, Joel, Judite, Eunice, Júlio e Luiz.

Benjamin Gioppo faleceu em 21 de dezembro de 1983, aos 74 anos de idade, vítima de Acidente Vascular Cerebral.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA BENJAMIN ZANDAVALLI

Extensão: 70 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 14/1972



Benjamin Zandavalli, filho dos imigrantes italianos José Zandavalli e Edegarda Zandavalli, nasceu em Guaporé – RS, no ano de 1897.

Trabalhava como “carroceiro”, transportando madeiras beneficiadas para diversas serrarias e veio do Rio grande do Sul (Erechim) para Caçador em outubro de 1934, em companhia de seu filho mais velho, Alcides. Vieram de carroça, puxada por 8 animais, consumindo 16 dias de viagem de Erechim a Caçador. Sua esposa, Marieta Bertagnolli Zandavalli, veio a seguir com os outros filhos, pela estrada de ferro. Tiveram 11 filhos, 7 homens e 4 mulheres. Em Caçador, inicialmente prestou serviços para a madeireira do senhor Ernesto Bolson.

Depois de um acidente com sua carroça, começou a trabalhar com caminhão, comprado com o auxílio de Ernesto Bolson, que propôs que o pagasse em fretes realizados. Após alguns anos, vendeu o caminhão e transferiu-se para Ipoméia, onde trabalhou em um moinho e depois em um Armazém.

Adquiriu em Caçador uma loja, que vendia todos os gêneros, mudando-se depois para a região da Avenida Barão do Rio Branco, em frente ao atual Banco do Brasil, com a loja “B. Zandavalli e Filho”, ocasião em que começou a ser conhecido como o “Tio Beja”, apelido que o acompanhou a partir de então.

Homem simples e de caráter exemplar, tinha uma filosofia de vida, que resumia na frase: “Por mais humilde que seja o seu trabalho, faça-o bem feito, que um dia alguém o perceberá”. Ensinou esta filosofia à exaustão a seus filhos.

Em decorrência da diabetes, Benjamin Zandavalli apresentou gangrena em sua perna, levando à amputação da mesma. Nunca se refez do golpe que esta amputação representou. Cerca de 8 meses após, em 11 de agosto de 1971, aos 74 anos de idade, Benjamin Zandavalli faleceu, vítima de insuficiência renal aguda.

RUA BERNARDINA GONÇALVES DE OLIVEIRA LOPES

Extensão: 380 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 691/1993

Bernardina Gonçalves de Oliveira Lopes, filha de Lucas Nunes de Oliveira e Ana Maria Gonçalves, nasceu em Curitiba no ano de 1915.

Era casada com Sebastião Ferreira Lopes, com quem teve 10 filhos: Gentil Ferreira Lopes, Terezinha da Cruz, Ilma Lopes Moreira, Antônio Ferreira Lopes, Ana Maria Lopes Antunes, Raquel Ferreira Lopes, Genir Ferreira Lopes, Getúlio Ferreira Lopes, Iracema Ferreira dos Reis e João Maria Ferreira Lopes.

Destacou-se com sua atividade durante toda a sua vida dedicada à agricultura e à sua família.

Faleceu em decorrência de politraumatismo, no dia 04 de agosto de 1992.

RUA BERNARDINO DEBONI

Extensão: 500 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1449/2000



No ano de 1929, Bernardino Deboni chegou em Caçador com o intuito de desbravar e explorar as riquezas existentes nesta terras. Natural de Caxias do Sul – RS, onde nasceu em 05 de abril de 1898.

Logo após ter se instalado em Caçador, “Lino”, como era carinhosamente chamado pelos amigos, juntamente com seus irmãos Antonio e Pedro, instalou uma pequena serraria no

Castelhano.

O transporte de madeiras era feito com carroças e as poucas estradas que existiam eram esburacadas e barrentas.

Em 1938, os três irmãos Deboni arremataram em *hasta pública* três mil alqueires de terras cobertas de araucárias e madeiras de lei. O terreno, localizado no município de Lebon Régis, é ainda hoje propriedade da família e é aproveitado para a fruticultura, lavouras e reflorestamento.



Casado com Amábile Santin Deboni, com quem teve sete filhos: Leonilda, Leoni, Laci, Leonir, Lorceu, Leones e Loreno. Com o falecimento de dona Amábile, Lino casou-se pela segunda vez com Ana Peretto, no ano de 1952.

Bernardino Deboni faleceu em 1977, aos 81 anos de idade, mas deixou uma imagem de homem batalhador e que primava sempre pelo bem estar de sua família.

RUA BERNARDO PRIMO NORA

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Sorgatto, Champagnat

Lei 3142/2014

Bernardo Primo Nora, filho de Paulino Nora e Catarina Sartor, nasceu em Iomerê, então distrito de Videira – SC, em 01º de janeiro de 1930.

Em sua adolescência foi seminarista e concluiu o curso ginásial. Casou-se em 1953 com Gentila Nora, com quem teve 7 filhos, Adiles Terezinha, Iracilda Maria, Adelvo Paulo, Jacir, Jaime, Moacir e Adelar.

No ano de 1951, mudou-se para o interior do município de Caçador, na Linha São Pedro, permanecendo ali até o seu falecimento.

Dedicou a sua vida inteira ao trabalho do campo. Foi um agricultor de raízes em nossa região, trabalhava incansavelmente de sol a sol e possuía muito orgulho de sua profissão. Todo seu árduo trabalho era feito com muito amor, dedicação, braveza e uma ciência que lhe era peculiar. Adorava o plantio de grãos, colheita de frutos e fazer vinhos. Homem de coração bom, ajudava distribuindo uvas e outros frutos que colhia aos menos favorecidos.

Foi um dos principais fundadores da Comunidade da Linha São Pedro. Destaca-se pela sua generosidade e vontade em ajudar todas as pessoas, era

conhecido como um “pai” na comunidade. Quem tinha um problema, buscava um conselho ou ajuda com “seu” Bernardo e ele nunca deixava de receber e dar bons conselhos a quem quer que precisasse. Era muito comum lhe pedirem para fazer corridas até a cidade, por doença ou por outro motivo forte, pois naquela época poucos possuíam carro e ele era um privilegiado que não se negava em ajudar ninguém independente da hora que fosse.

Ao se instalar na localidade de São Pedro, percebeu que precisava dar vida e organizar a vizinhança. Reuniu por diversas vezes os moradores à noite em sua casa, para estabelecer mutirões para a construção da igreja da comunidade.

Na época dispunham de escassos recursos e por isso faziam da maneira que podiam. Sentindo esta necessidade, ele doou as árvores de sua propriedade e usando sua carroça e junta de bois, transportaram para a serraria. Depois de a madeira estar pronta, começaram a obra, usando as ferramentas que tinham naquele tempo. Sentia-se orgulhoso e realizado em poder contribuir.

Liderou as equipes e trabalhavam aos sábados e domingos. Em pouco tempo, já possuíam a capela para acolher os fiéis e assim reunir as pessoas na fé. Para celebrar as primeiras missas no local tinham que buscar e levar o padre na cidade e isso era feito com seu carro. Mais tarde, começaram a construir o pavilhão da comunidade para o bem de todos, local onde podiam realizar confraternizações, casamentos e outros eventos. Foi presidente da capela por diversos anos, realizando festividades para arrecadar fundos para poder fazer as melhorias necessárias. Com o esforço dos pioneiros e continuidade dos trabalhos, esta comunidade prosperou e é referência no município até os dias de hoje.

Bernardo Primo Nora destacou-se pela sua atuação forte e contributiva em prol da comunidade ao longo de sua vida.

Bernardo Primo Nora faleceu em 19 de outubro de 2013, aos 83 anos, vítima de infarto do miocárdio.

RUA BERTHA GROTH

Extensão: 320 metros

Bairro: Reunidas, D.E.R.

Lei 494/1991

Bertha Groth nasceu aos 02 de fevereiro de 1914, em Corupá – SC, filha de Germano Mahnke e de Paulina Huhn Mahnke.

Em 1937, na cidade de Corupá, casou-se com Adolfo Franz Groth e o jovem casal decidiu estabelecer-se em Ipoméia, Município de Rio das Antas, região colonizada por seu sogro, João Groth.

Na então progressiva vila, abriram um pequeno armazém. Pouco tempo depois, resolveram dedicar-se também ramo de açougue e a revenda de produtos coloniais.

Graças a sua dedicação e trabalho constantes, aliados a um grande dom para o comércio, sempre ao lado de seu esposo, logo o pequeno negócio transformou-se na maior casa comercial de Ipoméia.

Começaram, então, a trazer para a cidade de Caçador, semanalmente, produtos coloniais e fabricados em seu açougue.

Em 1957, resolveram expandir seus negócios e abriram uma filial nesta cidade, situada à Rua 25 de Março, esquina com a Rua Nereu Ramos, mais tarde um dos primeiros supermercados de Caçador.

Na década de 60, o casal adquiriu uma área de terras às margens do Rio do Peixe, na Vila Paraíso, à Rua Paulino Leão. Sobre esse terreno edificaram sua residência e construções para abrigar um moderno frigorífico, loja, escritório, depósito e outras instalações.

Durante certo período de tempo, administrou os negócios da matriz situada em Ipoméia.

Com o falecimento de seu esposo, ocorrido no ano de 1973, tomou a frente dos negócios da família, continuando a conduzi-los com esforço até o ano de 1979, quando resolveu por fim às atividades comerciais.

Faleceu em 02 de fevereiro de 1985, vítima de edema agudo de pulmão, em Barra Velha, neste Estado, deixando cinco filhos: Ingo Groth, Ingrid Groth Dupont, Renê Groth, Karin Elisa Groth Beckert e Haidy Gerda von Scharten.

RUA BIGUAÇU

Extensão: 400 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes

indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Biguaçu é um município catarinense situado na região da grande Florianópolis, distante cerca de 400 quilômetros de Caçador. Localiza-se na margem oposta da Baía Norte da Ilha de Santa Catarina. Originalmente conhecido como Vila de São Miguel da Terra Firme.

Com o crescimento, a sede do município sai da Vila de São Miguel e vai para a sede atual, às margens do Rio Biguaçu. Em 1910, o nome do município é mudado para Biguaçu.

A origem do nome da cidade provém do rio, mas a origem deste nome é contestada por historiadores. Atualmente a versão mais aceita é a de que derive da língua guarani e signifique “Grande Cerca de Paus” ou “Cerca Grande”.

Com sua formação notadamente influenciada pelos açorianos, nos últimos anos recebeu grandes levas de outros grupos étnicos, diversificando sua população. O município desenvolveu-se sempre ao longo da BR-101 e, com isto, seus bairros ficam quase isolados uns dos outros, cortados pela rodovia. Nos últimos anos, trabalhos de interligação e integração tem feito parte das políticas públicas de desenvolvimento do município.

A proximidade da capital catarinense (apenas 12 quilômetros), tornam o município muito ligado à Florianópolis, adquirindo em muito as características de cidade-dormitório, onde grande parte de seus habitantes trabalham ou estudam na capital.

Destacam-se como atrações turísticas a gastronomia, principalmente os restaurantes de frutos do mar, localizados no Balneário São Miguel, que aliás, é um ponto muito visitado do município, com sua água morna e mansa, a vista impressionante da Serra da Boa Vista, com seu acesso praticamente todo pavimentado e inclusive turismo rural na área de serra.

RUA BLUMENAU

Extensão: 580 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.

Blumenau é um município catarinense situado no Vale do Rio Itajaí, distante cerca de 280 quilômetros de Caçador. É um dos principais polos industriais, tecnológicos e universitários do estado, sendo a terceira maior cidade de Santa Catarina.



Foi fundada pelo filósofo e farmacêutico alemão *Hermann Bruno Otto Blumenau*, de quem se origina seu nome, que chegou em um barco via Rio Itajaí-Açu acompanhado de outros dezessete colonos compatriotas. Este desembarcou à foz do Ribeirão Garcia em 2 de setembro de 1850 e dividiu o território em lotes para que os colonos pudessem edificar suas moradias, majoritariamente casas feitas com a técnica construtiva enxaimel.

Blumenau tem destaque nacional em diversos setores da economia, sobressaindo-se a informática e particularmente indústria têxtil, com empresas de porte nacional e internacional.

Com desenvolvimento fortemente marcado pela cultura alemã, Blumenau alcançou destaque internacional com a realização da Oktoberfest, festival de

tradições alemãs, similares à Oktoberfest de Munique. Este festival, existente desde 1984 e que alcança médias de público de 700 mil pessoas por ano, é umas das maiores atrações culturais do estado de Santa Catarina.

RUA BOLÍVIA

Extensão: 270 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



nome.

A Bolívia é um país sul-americano, que faz fronteira com o Brasil. A área de seu território fez parte do império inca, antes da colonização espanhola, quando passou a ser controlada pelo Vice-Reino no Peru. Declarou independência em 1809, sob a liderança de Simon Bolívar, de quem se origina seu

Com grandes problemas sociais, a Bolívia tem uma história recheada de confrontos na questão de seus limites. Para o Brasil perdeu a região do Acre,

compensada financeiramente. Para o Paraguai a região do Chaco, mas sua principal perda foi para o Chile, na região de Arica e Antofagasta, cidades portuárias, fazendo com que a Bolívia não tenha nenhum acesso ao mar, dificultando em muito suas importações e exportações. Apesar de um acordo permitir à Bolívia o uso do porto de Arica, é evidente que esta situação prejudica em muito o desempenho do país no comércio internacional.

Dona de grandes reservas de gás natural, a Bolívia exporta para o Brasil grandes volumes deste gás, através de gasodutos. No entanto, sua política externa recente, de nacionalização e invasão de propriedades estrangeiras tem piorado seu desempenho econômico, com grandes consequências sociais. É dona também de mais de 50% das reservas mundiais de lítio, essencial na fabricação de produtos eletrônicos, especialmente baterias. A falta de acesso livre ao mar, o narcotráfico e o subdesenvolvimento prejudicam o desempenho deste país no mundo globalizado.

RUA BOM PASTOR

Extensão: 190 metros

Bairro: Bom Jesus, Sorgatto

Lei 907/1995

“Bom Pastor” é uma das muitas designações de Jesus Cristo, que teria sido proferida por Ele mesmo, na explicação de uma de suas parábolas, como citado na Bíblia, Evangelho de João, Capítulo 10, versículos 1-18:

Na verdade, na verdade vos digo que aquele que não entra pela porta no curral das ovelhas, mas sobe por outra parte, é ladrão e salteador.

Aquele, porém, que entra pela porta é o pastor das ovelhas.

A este o porteiro abre, e as ovelhas ouvem a sua voz, e chama pelo nome às suas ovelhas, e as traz para fora.

E, quando tira para fora as suas ovelhas, vai adiante delas, e as ovelhas o seguem, porque conhecem a sua voz.

Mas de modo nenhum seguirão o estranho, antes fugirão dele, porque não conhecem a voz dos estranhos.

Jesus disse-lhes esta parábola; mas eles não entenderam o que era que lhes dizia.

Tornou, pois, Jesus a dizer-lhes: Em verdade, em verdade vos digo que eu sou a porta das ovelhas.

Todos quantos vieram antes de mim são ladrões e salteadores; mas as ovelhas não os ouviram.

Eu sou a porta; se alguém entrar por mim, salvar-se-á, e entrará, e sairá, e achará pastagens.

O ladrão não vem senão a roubar, a matar, e a destruir; eu vim para que tenham vida, e a tenham com abundância.

Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas.

Mas o mercenário, e o que não é pastor, de quem não são as ovelhas, vê vir o lobo, e deixa as ovelhas, e foge; e o lobo as arrebatou e dispersa as ovelhas.

Ora, o mercenário foge, porque é mercenário, e não tem cuidado das ovelhas.

Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido.

Assim como o Pai me conhece a mim, também eu conheço o Pai, e dou a minha vida pelas ovelhas.

Ainda tenho outras ovelhas que não são deste aprisco; também me convém agregar estas, e elas ouvirão a minha voz, e haverá um rebanho e um Pastor.

Por isto o Pai me ama, porque dou a minha vida para tornar a tomá-la.

Ninguém a tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho poder para a dar, e poder para tornar a tomá-la. Este mandamento recebi de meu Pai.

De acordo com análises de teólogos e exegetas, o sentido destas palavras foi exatamente o de contextualizar a mensagem de Jesus com algo físico e palpável. O bom pastor acalenta e afaga sua ovelha nos momentos mais difíceis, as protege de todo o mal. Da mesma forma age Jesus que, por meio de Seu ministério, dá um presente inestimável à humanidade – uma mensagem que revela a verdade sobre Deus e Sua vontade.

O nome desta rua foi acolhido após sugestão dos próprios moradores, através de abaixo assinado entregue à Câmara Municipal, com as assinaturas de Helena L. P. Weber, Cezar R. Drager, Janeth Anne de Almeida, Valdira Almeida Santos, Alcemir A. Cordeiro, Adir de Paula, Noeli Raldi, Juliano Bernardino e Santinho Carlesso.

RUA BONIFÁCIO JOSÉ DOS SANTOS

Extensão: 150 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Bonifácio José dos Santos, conhecido como o Capitão Bonifácio Papudo, morador da vila de Canoinhas, era um antigo maragato, de mais de 60 anos de idade. Vivia em seu rancho, onde plantava e coletava erva-mate. Ali promovia bailes (*fandangos*) e festas.

Era homem de confiança do Coronel Manoel Thomaz Vieira, chefe político de Canoinhas, e por ele ficou encarregado de defender a vila contra eventuais ataques dos “fanáticos”.

A partir de junho de 1914, influenciado por Antônio Tavares Júnior, Bonifácio passa a fazer oposição aos seus aliados políticos e a atacar sorrateiramente a cidade que havia sido armado para defender.

Passou a comandar um reduto, às margens do Rio Paciência, distante apenas 10 quilômetros de Canoinhas, de onde realizou muitos ataques à cidade, impondo grandes perdas às forças legais.

Em janeiro de 1915, com o cerco das tropas cada vez mais forte e sólido, Bonifácio Papudo arriou bandeira, apresentando-se com seus homens em Canoinhas. Todavia, provavelmente por sua grande rede de relacionamentos na localidade, não foi preso, pelo contrário, em liberdade, vendeu as terras que possuía em Rio dos Poços e logo se retirou para Catanduvas, onde morreu.



Bonifácio Papudo conversa com o Tenente Castelo Branco, após sua rendição

RUA BOROROS

Extensão: 80 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os Bororos são um povo indígena que habita o estado do Mato Grosso. Falam a língua bororo, autodenominada *boe wadáru*, que pertence ao tronco linguístico macro-jê.

O nome "bororo" é um nome dado pelos não índios, surgido quando os exploradores perguntaram "qual o nome do povo", e o indígena teria entendido "qual era o nome do local onde estavam": eles estavam no bororó, que, para a língua bororo, significa "pátio da aldeia".

Sua população atualmente é de cerca de 2000 indivíduos. São tradicionalmente caçadores e coletores, porém adaptaram-se à agricultura, da qual extraem sua subsistência. Destacam-se pela confecção de seu artesanato de plumagem (cocar e braçadeiras em pena) e também pela pintura corporal em argila.

Na época das colonizações, muito amigáveis, serviam de guia aos não índios, trabalhavam nas fazendas da região e eram aliados dos bandeirantes. Desapareceram como povo tanto pelas moléstias contraídas quanto pelos casamentos com não índios.

O povo obedece a uma organização social rígida. A aldeia é dividida em duas partes – *eceráe* e *tugarége* – que, por sua vez, se subdividem em clãs com deveres muito bem definidos. Eles reconhecem a liderança de dois chefes hereditários que sempre pertencem à metade *eceráe*, conforme determinam seus mitos. Dentro de cada clã, há uma comunhão de bens culturais (nomes, cantos, pinturas, adornos, enfeites, seres da natureza) que só podem ser usados pelos membros desse determinado clã, a não ser que este direito seja participado a outras pessoas em "pagamento" por favores recebidos.

RUA BRASÍLIA

Extensão: 1.400 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito, Bello, São Cristóvão

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de capitais de estados brasileiros são Aracaju, Belém, Brasília (não é a capital de um estado, mas confunde-se com o Distrito Federal), Curitiba, Fortaleza, Natal e Teresina. A rua Fortaleza foi planejada, mas não executada, neste momento, e só foi existir oficialmente no quadro de ruas de Caçador a partir do ano de 2001, através da lei 1702/2001.



Brasília é a capital federal, ocupa uma área de 5.779,999 km², confundindo-se com o próprio Distrito Federal, que acumula características de município e de estado. Por lei, não podem haver outros municípios no Distrito Federal, as conhecidas “cidades-satélite” não são municípios e sim “regiões administrativas”.

Há relatos de que a primeira marcação de Brasília no mapa do mundo tenha acontecido já na transferência da capital lusitana de Lisboa para o Brasil em 1808. A partir de 1823, na primeira Constituinte no Império Brasileiro, com uma proposta feita por José Bonifácio de Andrada e Silva, defendia-se a mudança da capital para uma região mais central no país, mostrando as vantagens de se construir a capital em uma das vertentes do Rio São Francisco. Durante a defesa de sua proposta, ele até sugeriu o nome da cidade tal qual conhecemos hoje.

Porém, somente partir de 1839 iniciou-se uma reflexão sobre a construção de uma cidade no cerrado do planalto central. Em 1852, essa questão despertou o interesse do historiador Varnhagen, que defendeu essa ideia em vários artigos, reunidos em um pequeno bloco de textos, com o nome *"A Questão da Capital Marítima ou no Interior"*. Para a sua satisfação pessoal, Varnhagen, em 1877, fez a primeira visita prática ao local, onde definiu o lugar mais apropriado para a construção da futura capital: um triângulo formado pelas lagoas Feia, Formosa e Mestre d'Armas. A construção da Capital Federal ficou consolidada no artigo 3º da Constituição da República de 1891, que estabelecia:

Art. 3º *Fica pertencente à União, no Planalto Central, uma zona de 14 000 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.*

Floriano Peixoto, o segundo presidente da república, pretendendo dar continuidade ao que tinha sido determinado pelo texto da Constituição, estabeleceu, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil que foi chefiada pelo geógrafo Luís Cruls. Este, após seu retorno, apresentou um relatório, no qual delimitava uma área retangular, no mesmo ponto definido por Varnhagen, a qual ficou conhecida como Retângulo Cruls.

Em 1922, uma comissão do governo federal estabeleceu a localização no cerrado goiano. No dia do centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa mandou erigir no Morro do Centenário, em Planaltina, um obelisco, existente até os dias atuais, com os seguintes dizeres:

"Sendo Presidente da República o Exmo. Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa, em cumprimento ao disposto no decreto 4494 de 18 de janeiro de 1922, foi aqui collocada em 7 de setembro de 1922, ao meio-dia, a Pedra Fundamental da Futura Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil"



Em 1955, durante um comício na cidade de Jataí, Juscelino Kubitschek, que em seus discursos sempre defendia o respeito à Constituição e às leis, foi perguntado se respeitaria, se eleito, a Constituição e mudaria a capital federal

para o Planalto, de acordo com o que ela determinava. Juscelino respondeu que cumpriria com o que a Constituição decretava. Em 1956, após ser eleito para a presidência da República brasileira, Juscelino Kubitschek mobilizou-se para dar início ao empreendimento. Após um concurso público que selecionaria o plano-piloto da cidade, uma comissão julgadora escolheu o projeto urbanístico do arquiteto Lúcio Costa, que foi aprovado, como lei, por unanimidade na Câmara e no Senado. Com isso, também foi oficializado o nome Brasília, bem como a escolha do projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer.

RUA BRUNO CACHOEIRA

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 869/1994

Bruno Cachoeira, filho de Alfredo Cachoeira e Clementina de Paris Cachoeira, natural de Gaurama – RS, nasceu aos 09 de outubro de 1912.

Em sua juventude permaneceu em Gaurama, onde concluiu o primeiro grau, quando transferiu-se para a cidade de Porto Alegre, onde não chegou a concluir o segundo grau. Retornando a Gaurama, alguns anos mais tarde, contraiu matrimônio com Adorina Badotti Cachoeira, de cujo matrimônio tiveram cinco filhos (quatro homens e uma mulher). No ano de 1933, juntamente com sua mulher e a família de seu pai, veio para Caçador, onde seu pai mantinha bens e negócios desde o ano de 1929, a fim de gerenciar uma serraria de propriedade de seu pai, na localidade denominada de “Linha Cachoeira”.

Mais tarde, lá pelo ano de 1940, adquiriu por compra do senhor Gumerindo Carneiro, uma serraria na fazenda do senhor Miguel de Paula, tornando-se um industrial. Com esta serraria esteve em mais duas localidades, uma delas na fazenda do senhor Janguinho de Paula Carneiro e no ano de 1955 na localidade de Limoeiro, na fazenda do senhor Protázio Mello, hoje município de Irani. No ano de 1962 vendeu esta serraria a um de seus irmãos, encerrando suas atividades, por motivo de saúde.

Seu problema de saúde foi cada vez mais se agravando, até que, no dia 24 de junho de 1978, veio a falecer.

RUA BRUSQUE

Extensão: 900 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Brusque é um município catarinense situado no Vale do Rio Itajaí, que conta com uma população de aproximadamente 120 mil habitantes. Fica a cerca de 330 quilômetros de Caçador. Após um período de colonização de cerca de 30 anos, o município foi criado em 17 de janeiro de 1890, passando da denominação de São Luís

Gonzaga para Brusque, em homenagem a Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da província de Santa Catarina na época do início da colonização.

Com colonização essencialmente polonesa e italiana, Brusque é conhecida como "Berço da Fiação Catarinense" e "Cidade dos Tecidos", pois foi na cidade que se iniciou um dos maiores polos têxteis de Santa Catarina e do Brasil. João Bauer, em 1890, desenvolveu a primeira tentativa de produção de tecidos no município, contando com ajuda dos imigrantes poloneses, conhecidos como tecelões de Lodz. A segunda tentativa que logrou êxito aconteceu com o apoio de Carlos Renaux, comerciante, que instalou teares de madeira rústicos, construídos pelos próprios poloneses, dentro do depósito de sua casa de comércio em 1892, fundando a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., um dos ícones da indústria no Sul. Em 1898, surgiu a Buettner e em 1911 a Schlösser. Essas indústrias dominaram a principal atividade econômica da cidade durante a maior parte do século XX, até no final dos anos 80. Ainda hoje é um dos setores mais fortes da economia local, agregando nomes importantes na área de malhas e serviços têxteis.

Foi em Brusque que se originaram as primeiras geladeiras da marca Consul, em 1945. O incentivo do Cônsul Carlos Renaux, que fomentou uma pequena oficina para protótipos e testes, propiciou a criação de uma das maiores indústrias de refrigeração do Brasil. Poucos anos depois, em 1950, a fábrica Cônsul se estabeleceu definitivamente em Joinville, no norte catarinense.

AVENIDA COMENDADOR CAETANO BALVEDI

Extensão: 180 metros

Bairro: Paraíso

Lei 590/1992

Caetano Balvedi, filho de João e Tereza Cadore Balvedi, nasceu em Nova Pádua (hoje Alfredo Chaves), no município de Flores da Cunha – RS, aos 02 de novembro de 1903.

Quando tinha cerca de 7 anos de idade, seu pai planejou morar em Campos Novos – SC. Este trajeto foi feito em torno de 8 dias de viagem, montado em um animal em que este portava um cargueiro, que em cada cesto, também vieram mais duas irmãs mais novas. Segundo dados, em Campos Novos ele fez o 2º ano do primário.

Com cerca de 12 anos, foram morar em Erechim – RS, onde seu pai voltou a trabalhar na lavoura e também montou um moinho. Em Erechim, concluiu o 4º ano primário com o Professor Carlos Mantovani e continuou trabalhando com o moinho até seus 19 anos, indo então para Videira – SC, para aprender a profissão de celeiro, com seu cunhado, Benjamin Grazziotin.

Aos 26/10/1925 casou-se com Luiza Titton, permaneceu mais uns 14 meses em Videira e retornou novamente a Erechim, de onde foi montar uma selaria por conta própria, porém, com o início dos “caminhões” e com a acentuada concorrência não obteve grande êxito.

Após cerca de um ano, formou uma sociedade com seu pai, para uma serraria de madeiras. Ao terminar o material, acertaram em cortar material em Videira, da Família Ogliari, já nos anos de 1931 e 1932.

Mais tarde, Caetano e seu pai venderam a mesma aos acima citados, e Caetano planejou construir um hotel de madeira, com quatro andares, em Videira. No entanto, foi um ano de grande crise, não favorecendo ao ramo hoteleiro. Trabalhou pelo período de um ano, vendendo o estabelecimento ao Sr. Raicher, que fazia pouco tempo tinha vindo da Alemanha e vendendo o prédio, à Família Brandalise, sendo que estes já tinham a parte térrea alugada para comercio, passando ao Sr. Ponzoni Brandalize e por fim à Perdigão SA.

Com a venda, comprou uma chácara de 12 alqueires do José Formigueri, em novembro de 1934, voltando a trabalhar na terra.

Em 1949, Manoel Francio convidou-o para formarem uma sociedade numa indústrias de camas, da qual originou-se a Sociedade de Indústria e Construções Ltda., hoje Sincol SA.

No ano de 1951 vendeu sua propriedade em Videira, para ingressar em definitivo na indústria, onde permaneceu até sua morte, ocorrida em 18 de abril de 1980, deixando 7 filhos: João Olize, Regina Alice, Alzira Terezinha, Altair Pelegrino, Carmem Gessi, Wilson Antônio e Carlos Alberto.

RUA CAETÉ

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os Caetés foram um povo indígena de língua tupi que habitou o litoral brasileiro entre a Ilha de Itamaracá e o Rio São Francisco por volta do século XVI. Eram 75.000 indivíduos. A área que habitavam era limitada ao norte pelas terras dos potiguaras e, ao sul, pelas dos tupinambás. Aliaram-se aos comerciantes franceses que percorriam o litoral brasileiro no século XVI, tornando-se inimigos dos portugueses.

"Caeté" é originário do termo tupi antigo ka'aeté, que significa "mata verdadeira, mata virgem, que nunca foi roçada" (ka'a, mata + eté, verdadeira).

Os índios desta tribo, que praticavam o canibalismo ritual, consumiram o primeiro bispo do Brasil, dom Pero Fernandes Sardinha, cujo navio em que regressava a Portugal naufragou nas costas da foz do Rio Coruripe, junto a outros cem naufragos. Em 1562, depois de serem acusados de devorar o bispo, foram considerados "inimigos da civilização" e alvos de implacável

perseguição pelo governador português Mem de Sá, que escravizou a todos. São considerados extintos atualmente.

RUA CAIAPÓS

Extensão: 130 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os Caiapós são um grupo indígena habitante da Amazônia brasileira. O termo “Kayapó” é um exônimo que data do início do século XIX, tendo sido criado por grupos indígenas vizinhos desta etnia. Significa “homens semelhantes aos macacos” e está, provavelmente, ligado a certos rituais do grupo, nos quais os homens dançam usando máscaras de macaco. A forma com que este grupo se auto-denomina é *mebengokre*, que significa, literalmente, “homens do buraco” ou “homens do poço d'água”.

Sua principal atividade econômica é a agricultura itinerante praticada por homens, mulheres e meninos. Através do método de queimadas, cada par limpa um local na floresta de cerca de cinquenta por trinta metros onde estabelecem seu *suru*, uma horta na qual semeiam batata, cará, mandioca, algodão, milho e, ao lado das árvores, plantam *cupá*, uma videira com gavinhas comestíveis. Alguns grupos introduziram em suas hortas arroz, feijão, mamão e tabaco. Usam fertilizantes e pesticidas.

Recolhem mel e frutos de palmeiras silvestres como o babaçu. A castanha-do-pará, que anteriormente era recolhida pelas mulheres para seu autoconsumo, hoje é recolhida pelos homens e vendida a compradores estatais ou privados.

Cada comunidade é independente das demais, mas todas apresentam a mesma estrutura. Se constrói uma aldeia com uma praça central para as festas e, ao redor, as casas de cada família. O *ngobe* é a casa dos homens, situada no extremo norte da praça, onde eles se reúnem, praticam trabalhos artesanais e pernoitam.

A decoração do corpo é uma questão importante na sociedade. Dedica-se bastante tempo para raspar o cabelo e fazer desenhos coloridos na pele. Homens, mulheres e crianças ficam com a parte superior da cabeça completamente rapada. As mulheres deixam cair para trás o resto do cabelo, enquanto os homens fazem um rolo. Levam grinaldas de penas, brincos, colares e cintos e alguns homens usam um disco em seu lábio inferior.

RUA CAMBORIÚ

Extensão: 760 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Camboriú é um município catarinense situado no litoral norte do estado e que dista cerca de 350 quilômetros de Caçador. A origem de seu nome remete ao rio que corta seu território, o Rio Camboriú. É um nome com origem na língua tupi. Significa "rio dos robalos", através da junção de kamuri (robalo) e 'y (rio).

Emancipado de Itajaí em 1884, teve sua sede transferida da atual “Barra Norte” do município de Balneário Camboriú, para a Vila do Garcia, onde encontravam-se seus principais motores econômicos, a exploração de mármore e granito, além da cultura do café, arroz, milho, aipim, trigo, feijão, banana, cana-de-açúcar e hortaliças.

A partir da década de 1950, com a decadência da cultura cafeeira, Camboriú descobriu uma grande "mina de ouro": o mar. A pesca já era importante fonte de renda da cidade desde seus primórdios, mas o turismo começava a ser descoberto. Alemães e descendentes vindos da região do Vale do Itajaí já utilizavam a Praia de Camboriú para o lazer e lá construíram imponentes casas de veraneio em estilo enxaimel e germânico, e passaram o hábito do banho de mar ao povo local, que antes apenas se banhavam para fins medicinais. Com o primeiro panfleto turístico com fins de divulgação deste balneário, o bairro da praia logo receberia visitantes de todo o Estado e posteriormente de outros, desenvolvendo-se rapidamente, até se tornar Distrito.

Mas, no ano de 1952, começa a ser discutido o projeto de emancipação do Distrito da Praia de Camboriú. Em 20 de julho de 1964, mais de dez anos depois, o projeto foi aprovado e naquele momento se emancipava e se fundava o município de Balneário Camboriú. Para a cidade de Camboriú, a perda da parte mais desenvolvida foi muito pesada.

A cidade verdadeiramente parou no tempo, especialmente após a conclusão da BR-101, que segmentou fisicamente a já sensível diferença entre os municípios. No entanto, o próprio esgotamento físico e territorial da vizinha Balneário Camboriú teve papel predominante no reerguimento da cidade de Camboriú. A partir do final dos anos 1980, o elevado custo de vida do município vizinho fazia com que os novos moradores viessem a se instalar na cidade. Surgem novos bairros, descobre-se o turismo rural e a cidade volta a ter potencial de crescimento e desenvolvimento.

RUA CAMPOS NOVOS

Extensão: 800 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Neste decreto, nomearam-se 4 ruas com nomes de municípios (Porto União, Campos Novos, Curitiba e Cruzeiro do Sul. Este último era, de 1928 até 1943, o nome da cidade de Joaçaba). Exatamente os quatro municípios que cederam parte de seus territórios para a formação de um novo município nestas paragens. A Rua Cruzeiro do Sul seria, em 1995, renomeada para Rua Siegfried Helmuth Lührs.

As razões para a nomeação de Campos Novos como uma das ruas de Caçador, portanto, são claras e evidentes. Além da proximidade, geográfica e de afinidades, foi exatamente o desmembramento de terras deste município que deu origem, por desmembramento, ao novo município de Caçador.

Uma pequena retribuição a um dos “municípios mães”, que deram origem a nossa terra e que contribuíram com uma parte de nossa história.



Distante cerca de 100 quilômetros de Caçador, Campos Novos, mesmo cedendo partes de sua área para a fundação de novos municípios, (ao menos nove, diretamente) ainda é o terceiro maior município do estado de Santa Catarina.

Constituído como município desde 1881, passou por um período de crescimento demográfico no começo do século XX, com a vinda de imigrantes à procura de emprego e de refugiados da Guerra do Contestado. Foi nessa época em que Campos Novos descobriu sua vocação agrícola, sendo atualmente um dos principais produtores de alimentos como milho, soja, feijão, trigo e cevada do estado, além de se destacar na pecuária e na apicultura.

RUA CAMPOS SALES

Extensão: 250 metros

Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944



Manuel Ferraz de Campos Sales (15/02/1841 – 28/06/1913) foi o 4º presidente da República do Brasil, o segundo eleito por voto direto. Paulista de Campinas, advogado, foi “presidente do estado” de São Paulo de 1869 a 1897 e, em sequência, Presidente da República, de 1898 a 1902.

Reconhecido como um histórico republicano, participou do governo da recém-criada república desde seu início, assumindo como Ministro da Justiça no governo de Deodoro da Fonseca. Neste cargo, promoveu diversos avanços jurídicos à nação, como o casamento civil, o Código Civil, o Código Penal e os crimes de responsabilidade do presidente da república.

Teve seu período presidencial marcado pelo combate à inflação, chegando a retirar dinheiro de circulação e por uma política de valorização dos estados na federação. Esta valorização do papel dos Estados fez nascer a “política do café com leite” na qual São Paulo e Minas Gerais ditavam as regras da política nacional e revezavam-se na presidência.

Após a presidência, manteve a atividade política, sendo cogitado para candidatar-se novamente ao cargo em 1914, no entanto faleceu subitamente, aos 72 anos de idade.

RUA CANADÁ

Extensão: 230 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 14/1972



O Canadá é um país da América do Norte, sendo o segundo maior país do mundo em área total, atrás apenas da Rússia. Além da presença de aborígenes há milênios, o Canadá teve sua colonização desenvolvida a partir das navegações do século XV e XVI, através de explorações britânicas e francesas, especialmente. Em virtude de conflitos europeus, especialmente a Guerra dos Sete Anos, a França cedeu em 1763 suas colônias na América do Norte ao domínio britânico.

A relação de dependência do governo britânico só começou a ceder após 1867, com a formação de uma confederação pelas províncias canadenses. Entretanto, o poder central ainda era exercido pela Inglaterra. Tanto que, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, tropas canadenses foram automaticamente enviadas à batalha, pelo envolvimento da Inglaterra na guerra.

Apenas em 1931 o Canadá afirmou sua independência. Entretanto, assim como em outros países da *Commonwealth* (Comunidade de Nações), o chefe de governo do Canadá continua sendo a rainha da Inglaterra, ainda que seja uma figura apenas emblemática e com um representante local.

A maior parte das atividades, população e desenvolvimento do Canadá se dá na sua parte sul, pois as imensas regiões ao norte são severamente atingidas pelos longos meses de inverno. O Canadá possui o assentamento humano permanente mais ao norte do planeta, distando apenas 817 quilômetros do Pólo Norte.

O Canadá é, oficialmente, uma nação bilíngue, com regiões em que predomina a língua inglesa e regiões de predomínio do francês. Este último é mais comum na província de Quebec.

Apesar de seu desenvolvimento econômico tardio, o Canadá é uma das nações mais ricas do mundo, com elevado rendimento *per capita*. O

crescimento da manufatura, mineração e do setor de serviços transformou o país de uma economia basicamente rural para uma mais industrial e urbana. Como outros países desenvolvidos, a economia canadense é dominada por serviços, que empregam cerca de três quartos dos canadenses. O Canadá é incomum entre os países desenvolvidos devido à importância do setor primário em sua economia, sendo as indústrias madeireiras e de petróleo duas das mais importantes do país.

RUA CANÁRIO

Extensão: 140 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O canário é considerado como um pássaro *canoro*, ou seja, que possui um canto harmonioso. Originário dos arquipélagos dos Açores, da Ilha da Madeira e das Ilhas Canárias, tem seu nome inspirado nestas últimas.

É um pássaro com um comprimento total de 12,5 centímetros e com um comprimento de asa de 71 milímetros. A sua plumagem é geralmente amarelada com a parte inferior do ventre de cor clara. As fêmeas têm uma coloração semelhante, mas mais acinzentada e menos brilhante.

A seleção brasileira de futebol é chamada de “esquete canarinho” exatamente pela cor amarela de sua camisa. A curiosidade é que, até 1950, a cor do uniforme da seleção brasileira era branca. Com a derrota na final da Copa do Mundo para o Uruguai, em pleno Maracanã, um concurso foi lançado para a criação de um novo uniforme, buscando apagar a imagem da derrota. O gaúcho Aldyr Garcia Schlee venceu o concurso, utilizando a cor amarela como predominante.

RUA CANDIDA ANTÔNIA DO CANTO

Extensão: 120 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1990/2003

Candida Antônia do Canto, filha de Antônio José do Canto e de Virgínia Augusta de Godoy, nasceu em São Joaquim – SC.

Veio residir em Caçador ainda criança. Aqui casou-se com Gasparino Proença, com quem teve 5 filhos: Sylvano Proença, Dulce Proença Ruppel, Maria José Proença, Etelvina Proença e Antonio Proença.

Mais conhecida como “Dona Candoca”, residiu por 40 anos em uma fazenda na linha Caixa D’água.

Candida Antônia do Canto faleceu no dia 08 de julho de 1998.

Em 2003, outras duas ruas foram denominadas com nomes de pessoas de sua família, seu genro, Raul Ruppel e seu filho Sylvano Proença, porém chamado, inclusive documentalmente, de “Sylvano Proêncio”.

RUA MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Extensão: 100 metros

Bairro: Centro

Lei 31/1956



Cândido Mariano da Silva Rondon, (05/05/1865 – 19/01/1958), militar brasileiro, foi um notável sertanista e desbravador brasileiro.

Veio para o Rio de Janeiro a fim de estudar na Escola Militar. Alistou-se no 3º Regimento de Artilharia a Cavalo em 1881. Dentre outros estudos, cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais da Escola Superior de Guerra.

Ainda estudante, teve participação nos movimentos abolicionista e republicano. Participou diretamente com Benjamim Constant das articulações que resultaram na proclamação da república brasileira.

O governo republicano tinha preocupação com a região oeste do Brasil, muito isolada dos grandes centros e em regiões de fronteira. Assim decidiu melhorar as comunicações construindo linhas telegráficas para o Centro-Oeste.

Rondon cumpriu essa missão abrindo caminhos, desbravando terras, lançando linhas telegráficas, fazendo mapeamentos do terreno e principalmente estabelecendo relações cordiais com os índios.

Manteve contato com muitas tribos indígenas, entre elas os Bororó, Nhambiquara, Urupá, Jarú, Karipuna, Ariquemes, Boca Negra, Pacaás Novo, Macuporé, Guaraya, Macurape.

Foi Rondon quem cunhou a expressão “Do Oiapoque ao Chuí”, que usou quando foi designado para estender a linha de telégrafo que se estendia nacionalmente.

Em 17 de fevereiro de 1956, o Território Federal do Guaporé teve seu nome alterado para Território Federal de Rondônia, em 1981 elevado a estado.

A lei municipal que designa esta rua fala de “Rua General Rondon”, que era sua patente ao deixar a ativa do Exército brasileiro. Porém, em 5 de maio de 1955, data de seu aniversário de 90 anos, recebeu o título de Marechal do Exército Brasileiro, concedido pelo Congresso Nacional. (Lei nº 2.409, de 27 de janeiro de 1955). Desde então, mesmo sem alteração no texto da lei, a rua é conhecida e incorporada a mapas e publicações oficiais do município como Rua Marechal Cândido Rondon.

RUA CANOINHAS

Extensão: 350 metros

Bairro: Berger

Lei 40/1956

A publicação desta lei deu origem a um “pacote” de denominações de ruas todas em um mesmo loteamento, próximas umas das outras que denominou 6 ruas com nomes de municípios catarinenses, relativamente próximos de nossa cidade. As seis ruas denominadas foram Canoinhas, Joaçaba, Xaxim, Videira, além de “Lajes” (com “J” na grafia, pois só seria alterada para “Lages” a partir de 1960) e “Xapecó”, (com “X” na grafia).

A cidade de Chapecó tem a origem do seu nome na língua tupi Xapecó, que significa “lugar de onde se avista o caminho da roça”. O uso, os costumes e o vernáculo fizeram com que a rua passasse a ser conhecida por Rua Chapecó (com “Ch”), como deve ser próprio da língua portuguesa, mesmo sem uma alteração legislativa específica.



Canoinhas é um município, fundado em 1911, distante 135 km de Caçador, conta com cerca de 52.000 habitantes e é conhecido como capital da erva-mate.

Tomou seu nome emprestado ao rio que cruza o município e foi um dos centros das batalhas da

Guerra do Contestado.

Experimentou um grande desenvolvimento econômico na década de 1930, quando um ramal ferroviário, implantado para uni-la ao distrito de Marcílio Dias, integrou a cidade à estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul e ao porto de São Francisco do Sul.

A economia do município está principalmente relacionada ao agronegócio. A madeira já foi a principal atividade econômica do município até os anos 1970. Sem estradas asfaltadas na época, Canoinhas encontrava-se ilhada dos demais centros econômicos, principalmente em períodos de chuvas. Com a pavimentação da rodovia BR-280, houve uma expansão considerável na sua economia, no final dos anos 1980.

RUA CAPITULINO DE MORAES

Extensão: 400 metros

Bairro: Centro, Berger

Lei 25/1962

Nascido a 28 de maio de 1898, um quarto de século depois que Curitiba, sua terra Natal, havia sido elevada a categoria de Município, se desmembrando do Município de Lages.



A terra de José Maria, o fanático que se chamava na realidade Miguel Lucena do Boaventura, responsável pelos dias sangrentos vividos por Curitiba, nos meados de 1911, foi deixada por Capitulino de Moraes em 1927, quando, na expectativa de estabelecer um armazém, veio para Caçador.

Dedicou-se ao comércio, sem exercer outras atividades. Casado com Etelvina Alves de Moraes, teve da mesma os filhos: Maximino A., Elvira, Abigail, Almir, Ascendino e Nair.

Faleceu em 1956, sendo que seus restos mortais encontram-se em um campo santo da cidade de Curitiba.

(adaptado de texto de sua família)

RUA CARAGUATÁ

Extensão: 170 metros

Bairro: Bello

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Bello, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

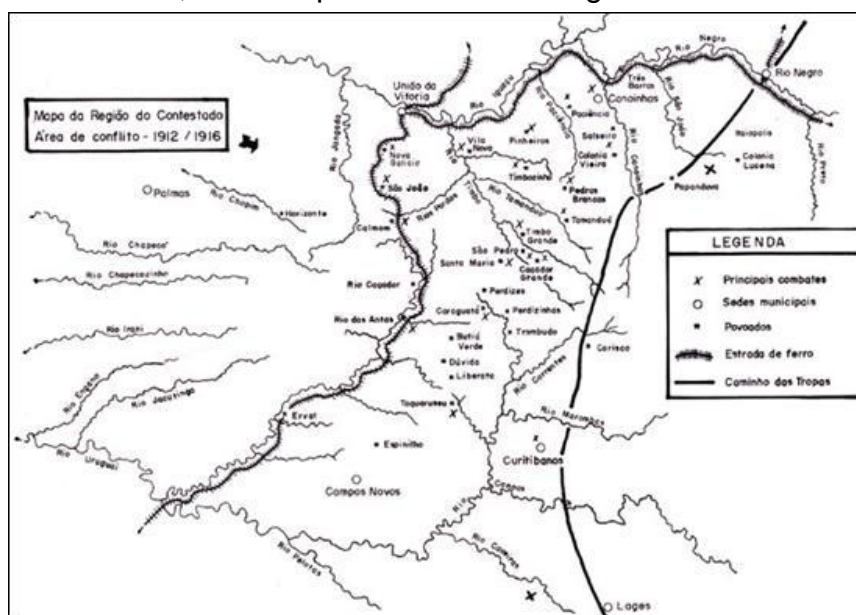
Caraguatá foi um dos mais importantes redutos dos sertanejos durante a guerra do Contestado. Situado no atual município de Lebon Régis, no caminho para o atual município de Fraiburgo, o reduto foi criado antes mesmo da destruição de Taquaruçu.

Com o violento episódio do ataque, o reduto recebeu os sobreviventes e organizaram um contra-ataque e vingança.

Em Caraguatá surgiu a mais expressiva líder feminina de toda a guerra, Maria Rosa, além do comandante Elias Antônio de Moraes e do comandante de briga Venuto Baiano.

A partir da concentração dos sertanejos em Caraguatá, a forma de convocação para os redutos foi alterada significativamente, passando de um convite a uma coerção, arrebanhamento de gado, armas, mantimentos e principalmente pessoas.

Os sertanejos adotaram táticas de guerrilha para defender o seu reduto, emboscando as forças legais na mata fechada. Esta estratégia funcionou por diversas vezes, até que Maria Rosa anunciou que recebera ordens de José Maria para que deixassem o reduto, pois as forças do exército voltariam mais fortes. Além disso, uma epidemia de tifo apressou esta mudança, rumando para Pedras Brancas, nos campos do Bom Sossego.



Mapa dos redutos na região do Contestado

RUA CARIJÓ

Extensão: 80 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os carijós eram os indígenas que ocupavam o território que ia de Cananeia, no atual estado de São Paulo, até a Lagoa dos Patos, no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, por volta do século XVI. Vistos pelos primeiros povoadores portugueses como "o melhor gentio da costa", foram receptivos à catequese cristã. Isso não impediu sua escravização em massa por parte dos colonos de origem europeia de São Vicente. Em 1554, participaram de um grande ataque indígena a São Paulo. Eram cerca de 100.000.

Tendo naufragado nas proximidades da Ilha de Santa Catarina um navio português, seus tripulantes atingiram a terra, então campeada pelos índios guaranis. Entre os náufragos, estavam o português Henrique Montes, o castelhano Melchior Ramirez e o negro Francisco Pacheco, além de outros. Como sucedeu a Caramuru e a João Ramalho, estes uniram-se às índias, adotando um novo regime de vida. Desta união, resultou o nascimento de mestiços, mamelucos e cafuzos, alterando o aspecto dos indígenas, que passaram a constituir uma nova cultura, denominada de carijó, o que significa "arrancado do branco", ou seja, o mestiço. "Carijó" é oriundo do termo tupi karai-yo, que significa "descendentes dos anciões".

Os carijós construíam suas casas cobrindo-as com cascas de árvores e fabricavam redes e agasalhos com o algodão que cultivavam, forrando-os com peles e ataviando-os com plumas e penas.

Os carijós estavam virtualmente extintos em meados do século XVIII, vítimas da escravização nas plantações de cana-de-açúcar da Baixada Santista.

RUA CARLINDO DE PAULA

Extensão: 250 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1799/2002

Nesta lei, de 2002, foram denominadas 6 ruas dos Loteamentos Vila Dr. Ulisses Guimarães, João de Barro e Dona Irene, todas próximas umas das outras e vizinhas a uma rua que já havia sido denominada em 1992, a Rua Jucely Carlos França, policial militar que exerceu suas funções em Caçador.

Através desta lei, outros 6 policiais militares foram homenageados, criando um conjunto de ruas com relação entre si, recordando da história de diversos personagens da corporação em Caçador. São eles: Carlindo de Paula, Felisberto Custódio de Oliveira, Gilberto Piola da Silva, João Carlim do Prado, José Vilmar Monteiro e Vitor Lezan.

Carlindo de Paula, filho de João de Paula e de Tereza Camargo de Paula, nasceu no estado do Paraná, no ano de 1957.

Casado com Neide Aparecida de Paula, com quem teve 3 filhos. Policial Militar, faleceu no cumprimento do dever, em Florianópolis, no dia 29 de abril de 1992, vítima de disparo de arma de fogo, aos 35 anos de idade.

RUA CARLOS AUGUSTO COELHO DE SOUZA

Extensão: 600 metros

Bairro: D.E.R., Santa Catarina

Lei 04/1967



Carlos Augusto Coelho de Souza, nascido no dia 15 de fevereiro de 1888, na cidade de São João de Montenegro – RS; filho de Albano e de Dona Idalina Coelho de Souza; Foi casado com dona Maria Coelho de Souza, tendo esta lhe dado três filhos, Jairo, casado com D. Lisete Batista de Souza, residente nesta cidade, titular do Cartório de Registro Civil; June, casada com o industrial Arth Fleck, também residente nesta cidade e Java Coelho Poletto, residente no estado do Paraná, município de Laranjeiras do Sul, onde exerce o magistério.

Fez seus estudos primários na cidade natal, o secundário no colégio de Padres de São Leopoldo, demonstrando invulgar facilidade para a matemática dando mostra de gosto pelo estudo de engenharia. No entanto, por circunstâncias diversas da época, não chegou a ingressar na escola superior.

Muito jovem, a convite do engenheiro Dr. Siqueira, chefe da comissão construtora da Estrada de Ferro Montenegro-Caxias, foi trabalhar em 1905, nos escritórios da dita comissão, como desenhista, tendo em seguida passado a auxiliar de chefe mencionado, nos trabalhos de campo. Após um ano, tendo adquirido perfeito conhecimento e capacidade na execução daquele ramo da engenharia, foi-lhe confiada a direção técnica até o término das obras da citada construção.

Em 1912, com seu pai e irmãos, organizou uma firma construtora de Estradas de Ferro e Rodovias, empreitando e construindo o ramal ferroviário no município de Santa Maria, da Estação Dilermando-Assis-Vila Nova, incluindo importantes obras de arte. De 1915 a 1917, construiu o ramal ferroviário Minas de Carvão de São Jerônimo ao Porto do Rio Jacuy. De 1918 a 1919, construiu a rodovia Faria Lemes-Caxias, tudo isto no estado do Rio Grande do Sul.

Foi então que, em novembro de 1919, com seus irmãos e cunhados, transferiu-se para este estado, a convite do saudoso governador Dr. Hercílio Luz, para construir a rodovia Estação Herval-Campos Novos-Lages, onde o transporte até então, era feito em lombo de burro com incriveis dificuldades, por íngremes picadões, Aquela estrada, foi contratada, recebendo a firma construtora 50% em dinheiro e 50% em terras devolutas, para serem colonizadas no prazo de 10 anos, tendo a mesma recebido a área de 9 mil alqueires de terras em Taquara Verde e colonizadas as mesmas em prazo fixado.

Em 1924, foi iniciada a dita colonização com escritório em Perdizes, hoje Videira. Sendo em 1926, transferido para Caçador, onde fixou residencia com o fito da criação deste município. Em 1926, por ocasião da invasão deste Estado por um grupo de rebeldes do Rio Grande do Sul, sob o comando do Coronel Leonel Rocha, por ordem do então governador do estado, organizou um esquadrão de Cavalaria com o efetivo de 150 homens, marchou ao encontro dos rebeldes, mantendo pequena escaramuça, nas margens do Rio Canoas em Campos Novos.

De lá regressando em virtude do desfecho da Campanha de São Joaquim, quando do encontro da Coluna do Coronel Belisário Paim, com o referido grupo que foi dizimado após dois árduos combates; dissolvendo o esquadrão retomou seus afazeres.

Em 1923, tendo o presidente Washington Luís, determinado a construção da grande rodovia estratégica São João-Barracão em caráter de urgência, sua firma sob sua direção, tomou a primeira empreitada iniciando os trabalhos na

estaca zero, na estação de Matos Costa onde trabalhou até 1930 quando então deflagrou a revolução daquele ano. Tomou parte ativa da mesma, no posto de Tenente Coronel, organizando o batalhão com elementos desta região.

Novamente em 1932, organizou também com elementos daqui o 4º batalhão de voluntárias e marchando para as linhas de frente tomou parte ativa nas operações de guerra, na linha de Paranapanema. De regresso voltando aos seus misteres, encetou diversas viagens a Florianópolis, para tratar da criação deste Município.

Uma vez concretizado seu grande desejo, já com saúde abalada, retirou-se à vida privada, e não obstante os esforços de seus familiares veio a falecer no dia 6 de setembro de 1940.

A rua havia sido denominada inicialmente como “Rua Luiz Coelho de Souza”, através da lei 12/1951. Atribui-se este equívoco ao fato de Carlos Augusto ter sido conhecido pela alcunha de Lulu e seu falecimento ter ocorrido 11 anos antes da homenagem inicial.

Constatado o equívoco, foi proposto pelo então prefeito Jucy Varella a adequação do nome da via, dando a correta homenagem ao nome da via, 16 anos depois da primeira homenagem.

RUA CARLOS DALMAS

Extensão: 350 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 583/1992

Carlos Dalmas, natural de Nova Prata – RS, filho de Pedro Dalmas e Hortência Dalmas, nasceu aos 19 de setembro de 1911.



Veio para Caçador em 1938 e aqui criou seus filhos, Sadi, Dilma, Ivone, Idone, Nelson e Maria Helena, juntamente com sua esposa, Rosa Maria Dalmas.

Sempre exerceu a função de comerciante, seja em seu Restaurante, na Rua José Boiteux, seja no bar que fundou junto com seu irmão Antônio – “Bar Taco de Ouro – de Irmãos Dalmas”, na esquina da Rua José Boiteux com Rua Getúlio Vargas.

Vítima de hemorragia digestiva, causada por uma esofagite hemorrágica, faleceu aos 19 de agosto de 1989, aos 78 anos de idade.

RUA CARLOS SPERANÇA

Extensão: 570 metros

Bairro: Centro

Projeto da Câmara de Vereadores 53/14 – aprovado em 07/05/1955



Carlos Sperança, filho de João Sperança e de Rosa Sperança, nasceu em Caxias do Sul – RS, no ano de 1896.

Foi um dos desbravadores do município e um dos defensores de sua autonomia político-administrativa, juntamente com Leônidas Coelho de Souza, Pedro Driessen, Pedro Sorgatto, Pedro Bortolon e outros.

Após a instalação do município, com seus três primeiros prefeitos, Leônidas Coelho de Souza, Trajano Rocha e Leônidas Cabral Herbster, tendo sido nomeados pelo interventor estadual, Carlos Sperança foi o primeiro prefeito da cidade a ter sido efetivamente eleito para exercer o cargo.

Ocupou o cargo de Prefeito Municipal de 1936 a 1939. Durante o seu mandato foi implantado no Brasil, através de um golpe de estado em 10 de Novembro de 1937, o “Estado Novo”, de Getúlio Vargas, que virtualmente eliminou a autonomia administrativa de estados e municípios. Chegou a haver, inclusive uma cerimônia pública onde foram queimadas as bandeiras dos estados brasileiros, sob o argumento de que “Não temos mais problemas regionais; todos são nacionais e interessam ao Brasil inteiro”.

Com efeito, pode-se observar, inclusive neste trabalho, que as leis que denominam as ruas em Caçador surgem apenas a partir de 1944, já nos últimos estertores do Estado Novo, a despeito de o município já existir desde 1934.

Muito depois de terminado o período do Estado Novo, mas novamente sob a presidência de Getúlio Vargas, em seu quarto e último período à frente da nação, Carlos Sperança faleceu, em Ponta Grossa – PR, no ano de 1953, aos 57 anos de idade.

O que se seguiu, no intento de denominar uma rua com seu nome é merecedor de destaque.

Em 03/05/1953, o então Prefeito de Caçador, Pedro Castelli decretou que o dia seguinte, 04/05, seria considerado feriado municipal, quando foi sepultado, em Caçador, o corpo de Carlos Sperança. Ressaltava-se no decreto, os assinalados serviços em diversos setores de atividade, além do fato de que o mesmo exerceu o cargo de Prefeito Municipal, e foi também um dos pioneiros

do desenvolvimento do município, a quem deu as melhores de suas energias. Além disso, decretou Luto Oficial no município por três dias.

Uma semana depois, em 11/05/1953, o então vereador José Kurtz (foi prefeito de Caçador de 1947 a 1951, vereador por dois mandatos, de 1951 a 1959 e novamente prefeito de 1961 a 1966) apresenta projeto de lei na Câmara de Vereadores propondo que seja dado o nome de uma via pública do município ao ex-Prefeito Carlos Sperança. Especificamente propunha que fosse alterado o nome da “Rua 10 de Novembro” (atual Irmão Guido Gabriel), para Rua Carlos Sperança.

Os comentários e justificativas para esta proposição relatam o sepultamento do falecido no Cemitério de Caçador, o fato de o Prefeito Municipal, “num gesto muito simpático e de verdadeira justiça propôs que as despesas com os funerais corressem de conta do Município, o que representou mais uma merecida homenagem prestada ao extinto, que foi um dos antigos desbravadores desta rica zona”.

Citava ainda os reais serviços prestados por Carlos Sperança ao município, exatamente em sua fase de sua organização com vida autônoma, que é a mais difícil. Citava o fato de ter sido ele um dos desbravadores da região, verdadeira mata virgem à sua época.

Citava ainda que a alteração proposta não feriria vaidades nem causaria nenhuma forma de melindres pessoais, pois apenas estaria sendo eliminada uma homenagem a uma data, ligada ao período ditatorial, *fato que não condiz mais com os dias que atravessamos, em plena vigência do regime da liberal democracia.*

Decorridos mais quinze dias, o então vereador Altivo Luz Amorim, apresentou uma emenda ao projeto de José Kurtz, não contestando a homenagem, mas propondo que a alteração fosse dada em outra via do município, exatamente a principal avenida de nossa cidade, a Avenida Barão do Rio Branco, desde aquela época a principal artéria urbana de Caçador.

É interessantíssimo observar o tom irônico adotado pelo Vereador Altivo Luz Amorim em suas justificativas, especialmente as iniciais. Transcrevemos literalmente a seguir:

Com vistas do presente projeto nº 53/14 em que o vereador sr. José Kurtz submete à apreciação do plenário uma indicação para que seja dado a um dos logradouros públicos da cidade o nome de Carlos Sperança.

Não descrendo da sinceridade das palavras do ilustre autor da indicação, enquanto até bem pouco tempo elementos de seu partido político o atacavam politicamente e achavam mil defeitos no extinto. Acontece, que justamente aqueles que o atacavam, tecem hoje, hinos de louvor e rendem homenagem ao extinto como se nada houvesse, quando o mesmo ainda vivia esta vida terrena.

Outros vereadores também teceram os maiores elogios ao extinto, e assim como o autor da indicação, reconhecem que o mesmo foi o “desbravador”, “o primeiro prefeito de Caçador”, “o coração mais humanitário que Caçador já conheceu”, e por isso, essas e outras homenagens que queiram lhe prestar, ele, Carlos Sperança, era merecedor, porque como já foi dito, era imbuído de todas as qualidades, além de são de caráter.

Não é Caçador, que irá prestar homenagem a Barão do Rio Branco, pelos relevantes serviços que prestou à nossa Pátria.

Folheando a nossa história, ali o vemos e lemos o que a nossa história escreveu acerca de sua personalidade e dos seus grandes feitos em prol da nossa Pátria e, o seu nome figura numa das principais artérias da Capital da República, denominada Avenida Rio Branco. Assim, senhores vereadores, reconhecendo também todas essas qualidades que o saudoso Carlos Sperança possuía e, cujo exemplo há de servir e ser útil a quem o assim proceder, espero que seja aprovada a minha emenda, dando o nome do extinto à única Avenida da nossa cidade, por ser de Justiça.

Em 27 de maio de 1953 o Vereador Armin Reihnehr pediu vistas ao processo, objetivando verificar se a alteração proposta poderia causar ou não prejuízos à comunidade caçadoreense, especialmente às lojas e empresas instaladas na Avenida Barão do Rio Branco, desde então a principal via de Caçador.

O vereador argumentava que a Avenida Barão do Rio Branco já havia sofrido uma alteração em sua denominação (por duas vezes na realidade, inicialmente, antes da emancipação, Coronel Fagundes, após 1934, Avenida 25 de Março e em 1943 Avenida Barão do Rio Branco) e nela estavam as principais entidades comerciais do município.

O vereador Armin Reihnehr não deixava de reconhecer que a Câmara tinha plena autonomia para resolver o assunto, mas solicitou à Administração Municipal um mapa do perímetro urbano da cidade e um parecer da Associação Comercial de Caçador, sobre os possíveis embaraços de ordem financeira que esta alteração poderia acarretar. Infelizmente o mapa, que foi enviado à Câmara, não encontra-se disponível junto ao projeto de lei.

Tamanha celeuma resultou na tramitação do projeto por quase dois anos. Retomadas as discussões em 03 de fevereiro de 1955, em uma nova legislatura, uma proposição do vereador Benjamin Raiser encontrou uma “terceira via” para a situação, alterando não a nomenclatura da Avenida Barão do Rio Branco, mas sim a da Rua 15 de Novembro.

O projeto com esta sub-emenda foi finalmente aprovado em 18/02/1955, em primeira votação, e em 06 de maio de 1955, em segunda votação, dando origem à redação final, datada de 07 de maio de 1955:

A Câmara Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º - Considerando os inestimáveis serviços prestados ao Município pelo extinto cidadão Carlos Sperança, em vários setores de atividade, sendo mesmo considerado, um dos desbravadores desta região;

Art. 2º - Considerando, que é um dever imperativo de justiça, que o nome do inolvidável cidadão seja dado a um logradouro público para que sua memória seja perpetuada, Fica denominada a atual rua 15 de Novembro: Carlos Sperança;

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal tomará as providências necessárias para que seja efetivada a homenagem em referência;

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em Caçador, 7 de maio de 1955.

Virgílio Altino de França, Presidente e Altivo Luz Amorim – 1º Secretário.

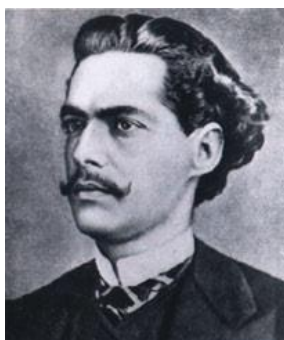
Por algum lapso ou falha perdidos neste meio século, não existe o registro da transformação deste decreto da Câmara em uma lei, com numeração própria e registro na Prefeitura Municipal. O fato é que a disposição teve a força de lei, alterando a denominação e legando à posteridade o nome de Carlos Sperança.

RUA CASTRO ALVES

Extensão: 150 metros

Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944



Antônio Frederico de Castro Alves (14/03/1847-06/07/1871) foi um poeta brasileiro. Apesar de sua vida breve (24 anos) foi considerado como um dos grandes neste gênero. Influenciado pelos ideais libertários, fundou em Recife, onde cursava sua faculdade de Direito, uma sociedade abolicionista, em conjunto com Rui Barbosa.

Estes ideais influenciaram fortemente sua obra, em que denunciava a crueldade da escravidão e clamava pela liberdade, dando ao romantismo um sentido social e revolucionário que o aproxima do realismo. Tal empenho lhe valeu o epíteto de “Poeta dos Escravos”. Além disso, foi também o poeta do amor; sua poesia amorosa descreve a beleza e a sedução do corpo da mulher. É patrono da cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras.

Sofria de tuberculose e, quando num acidente de caçada feriu o pé esquerdo, sua saúde se deteriorou para nunca mais se restabelecer plenamente. Publicou em 1870 (apenas um ano antes de sua morte) seu único livro editado em vida:

Espumas Flutuantes. No entanto, prosseguia intensamente publicando poesias em jornais e festas literárias desde 1863. Seu poema mais famoso é *Tragédia no Mar*, de 1868, que depois seria conhecido como “O Navio Negroiro”.

Entusiasta da literatura e da necessidade de formar e aprofundar a cultura nacional, publica vários poemas relacionados ao tema, o que faz com que inúmeras bibliotecas no Brasil recebam o seu nome. Um de seus poemas, *O livro e a América*, representa bem esta dedicação:

*“Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.”*

RUA CECILIA MALESKE

Extensão: 480 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 798/1994

Cecilia Maleske, filha de Rudolfo Welke e Suzana Welke, nasceu aos 16 de agosto de 1930, em Erechim – RS. Casou-se no dia 13 de maio de 1950 com Alfredo Hugo Maleske, na cidade de Erechim, com quem teve 4 filhos.

Cecilia pertencia à Igreja Evangélica Luterana do Brasil, tendo atuação destacada no departamento de senhoras da Igreja. Era mão muito dedicada na educação dos filhos.

Transferiu-se junto com a família para a cidade de Caçador em julho de 1960, onde fixou residência na antiga “Linha dos Alemães”, onde residiu até o dia de seu falecimento.

Cecilia Maleske era boa esposa, dedicada dona de casa, e ajudou com o seu trabalho a adquirir a propriedade que posteriormente seria urbanizada e transformada no “Loteamento Maleske” por seu esposo Alfredo Hugo Maleske.

Cecilia Maleske faleceu no dia 13 de junho de 1980, aos 49 anos de idade, em decorrência de infarto agudo do miocárdio.

RUA CEDRO

Extensão: 200 metros

Bairro: Aeroporto

Lei 1703/2001

Neste ano de 2001, mais uma iniciativa de organização da cidade aconteceu no bairro Aeroporto, atribuindo-se, em conjunto, nomes de árvores da região às ruas daquela área da cidade.

As ruas denominadas por esta lei são: Araçá, Araucária, Cedro, Guamirim e Imbuia.

A expressão “madeira de lei” nasceu quando nosso país ainda era uma colônia de Portugal. No início da exploração lusitana, esse termo foi criado para designar as madeiras que só podiam ser derrubadas se a Coroa portuguesa autorizasse - ou seja, o corte dependia da permissão por lei.

Na época, a primeira árvore a ser classificada como madeira de lei foi o pau-brasil, numa tentativa de impedir que ela fosse contrabandeada por navios espanhóis, franceses e ingleses que aportavam na costa do país. Mais adiante, madeiras como o jatobá e a peroba também foram incluídos nessa categoria. Hoje, “madeira de lei” indica madeiras duras, resistentes e de alto valor comercial.

Com essa definição mais ampla, espécies como o ipê, o mogno, o cedro, a imbuia e o jacarandá passaram a integrar esse nobre time. Um dos segredos da durabilidade dessas árvores é que elas produzem em seu cerne substâncias químicas que protegem o tronco do ataque de fungos e insetos.



O cedro, como madeira de lei, possui as características de longevidade e dureza adequadas para as mais diversas aplicações. A ocorrência natural da árvore é do Rio Grande do Sul até Minas Gerais, porém pode ser encontrado em menor intensidade em todo o país. Em Santa Catarina, ocorria em todo o território do estado e em todos os tipos de formações florestais.

Um dos exemplares mais famosos de cedro está localizado na Reserva Florestal da Embrapa/Epagri, aqui em Caçador, onde se encontra o maior cedro vivo de Santa Catarina, com mais de 300 anos de idade, 28 metros de altura e 3,6 metros de diâmetro. Além do cedro, na reserva podem ser encontradas também araucárias e imbuías centenárias.

O cedro é uma espécie com alto potencial para reflorestamento, seja para restauração de ambientes degradados, sequestro de carbono, paisagismo ou plantios com fins econômicos.

RUA DR. CESAR PEREIRA

Extensão: 150 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.



Cesar Pereira nasceu em Marcelino Ramos – RS, em 30/11/1915. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná em 1939. Doutorou-se em Medicina na mesma instituição, defendendo a tese: “Doenças Endêmicas”.

Casou-se em 19/09/1941 com Graciosa Copetti Pereira, com quem teve dois filhos: Cesar Augusto Pereira (advogado) e Cícero Pereira (médico).

Aqui chegando em 1945, clinicou no Posto de Saúde de Taquara Verde. Foi médico do SESI, dirigiu o Posto de Puericultura e foi Coordenador do INPS.

Em meados de 1947 a cidade foi agraciada com a construção e instalação de um Posto de Puericultura, inaugurado pelo Dr. Cesar Pereira, autoridades locais civis, religiosas e representantes da Legião Brasileira de Assistência, por petição de seu diretor emitida à Regional Estadual da LBA.

RUA CESTÉLIO SOLIMANN

Extensão: 150 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 66/1985

Cestélio Solimann nasceu em São Luiz da Casca (atual município de Casca – RS) em 02 de julho de 1916. Era filho de Felipe Solimann e Dosolina Biffi Solimann. Era casado com Filhinha Solimann, com quem teve cinco filhos.

Chegou em Caçador no ano de 1956, estabelecendo-se à rua Salgado Filho, com sua alfaiataria, onde exercia sua profissão.

Desde sua chegada em Caçador foi filiado ao MDB, onde teve participação ativa dentro do partido, juntamente com o Vereador à época Pedro Carpes, e o professor Walsin Nunes Garcia.

Foi fundador e presidente por vários anos do tradicional clube 1º de maio, já extinto à época da denominação desta rua, onde a comunidade da rua Salgado Filho e bairros vizinhos passavam suas horas de lazer.

Veio a falecer, após longa convalescença, no Hospital Maicé, aos 67 anos de idade, no dia 19 de dezembro de 1984, vítima de insuficiência circulatória cerebral e arterosclerose generalizada.

RUA CHAPECÓ

Extensão: 150 metros

Bairro: Berger

Lei 40/1956

A publicação desta lei deu origem a um “pacote” de denominações de ruas todas em um mesmo loteamento, próximas umas das outras que denominou 6 ruas com nomes de municípios catarinenses, relativamente próximos de nossa cidade. As seis ruas denominadas foram Canoinhas, Joaçaba, Xaxim, Videira, além de “Lajes” (com “J” na grafia, pois só seria alterada para “Lages” a partir de 1960) e “Xapecó”, (com “X” na grafia).

A cidade de Chapecó tem a origem do seu nome na língua tupi Xapecó, que significa “lugar de onde se avista o caminho da roça”. O uso, os costumes e o vernáculo fizeram com que a rua passasse a ser conhecida por Rua Chapecó (com “Ch”), como deve ser próprio da língua portuguesa, mesmo sem uma alteração legislativa específica.



Chapecó é um município catarinense distante cerca de 220 km de Caçador e que é considerado a capital brasileira da agroindústria e capital catarinense de turismo de negócios. Totalmente planejada, seu traçado é em forma de xadrez. Com uma população estimada em 202.000 habitantes, também é conhecida por Capital do

Oeste Catarinense, Capital do Turismo e Eventos de Negócios, Capital do Interior Catarinense e Capital do Oeste.

O desenvolvimento da cidade deu-se inicialmente por ser ponto de parada de tropeiros, no “Caminho das Missões”. A extração de erva-mate também teve papel de destaque nestes primeiros tempos, seguida pela exploração da madeira.

A cidade é polo da região oeste do estado, onde existem cerca de duzentos municípios, que juntos somam mais de 2 milhões de habitantes. Nessa região

do estado nasceram, e ainda estão instaladas, algumas unidades industriais processadoras e exportadoras de carnes de suínos, aves e derivados. É conhecida como a capital brasileira agroindustrial.

RUA CHICO MENDES

Extensão: 140 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 3175/2014



Chico Mendes nasceu em Xapuri – AC, em 15 de dezembro de 1944. Filho do seringueiro Francisco Alves Mendes e de Maria Rita Mendes, desde criança acompanhava seu pai pela floresta. Sem escolas na região, só foi alfabetizado aos 19 anos de idade.

Chico Mendes foi um líder seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Lutou pela preservação da Floresta Amazônica e suas seringueiras nativas. Recebeu da ONU o Prêmio Global de Preservação Ambiental.

Em 1975 iniciou sua atuação como sindicalista, foi nomeado secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Basileia. No ano seguinte iniciou sua luta em defesa da posse de terra para os habitantes nativos da região. Criou os “empates”, forma de luta pacífica para impedir o desmatamento da floresta, onde toda a comunidade se mobilizava e fazia barreiras com o próprio corpo nas áreas ameaçadas de destruição pelos serralheiros e fazendeiros.

Em 1977 participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Neste ano foi eleito vereador pelo MDB, quando recebeu as primeiras ameaças de morte por parte dos fazendeiros. Em 1981, assumiu a direção do Sindicato de Xapuri.

Foi candidato a deputado federal, sem conseguir se eleger. Foi acusado de incitação de violência, sendo absolvido por falta de provas.

A liderança de Chico Mendes na luta dos seringueiros e na preservação da floresta atingiu repercussão nacional e internacional. Em 1987 proferiu um discurso na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Miami, denunciando a destruição da floresta e solicitando a suspensão do financiamento para a construção da BR – 364, que atravessava o estado de Rondônia e chegaria ao Acre. Rodovia de fundamental importância para o

escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste do país, criando alternativas para alcançar o Pacífico pelo porto peruano.

Neste mesmo ano, Chico Mendes recebeu em Xapuri uma comissão da ONU, que viu de perto a destruição da floresta e a expulsão dos seringueiros. Dois meses depois o financiamento foi suspenso e o BID exigiu do governo brasileiro o estudo do impacto ambiental na região.

Em meio a acusações de estar “prejudicando o progresso”, Chico Mendes recebeu prêmios internacionais, por sua luta em defesa do meio ambiente.

Em 22 de dezembro de 1988, exatamente uma semana após completar 44 anos, Chico Mendes foi assassinado com tiros de escopeta no peito na porta dos fundos de sua casa, quando saía para tomar banho.

Quatro dias antes da morte do ativista, o Jornal do Brasil se recusou a publicar uma entrevista na qual Chico Mendes denunciava as ameaças de morte que havia recebido. A direção do jornal considerou que o entrevistado era desconhecido do grande público e que politizava demais a questão ambiental, optando por não publicar a matéria. Com a consumação das ameaças, o jornal finalmente publicou a entrevista, que seria a última de Chico Mendes, no 1º caderno da edição de natal daquele ano, seguida de um editorial na primeira página.

(adaptado de texto do Vereador Neri Vezaro)

RUA CHILE

Extensão: 140 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de

Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



O Chile é um país sul-americano, sendo um dos únicos do continente que não faz fronteira com o Brasil, além do Equador. Ocupa uma longa e estreita faixa de terras no oeste do continente, estendendo-se desde sua extremidade sul até a fronteira com o Peru. Encravado entre o Oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes, o Chile possui um território incomum, com 4 300 quilômetros de comprimento e, em média, 175 quilômetros de largura, o que dá ao país um clima muito variado, indo do deserto mais seco do mundo — o Atacama — no norte do país, a um clima mediterrâneo no centro, até um clima alpino propenso a neve ao sul, com geleiras, fiordes e lagos.

Atualmente, o Chile é um dos países mais estáveis e prósperos da América do Sul. Dentro do contexto maior da América Latina, é o melhor em termos de desenvolvimento humano, competitividade, qualidade de vida, estabilidade política, globalização, liberdade econômica e percepção de corrupção, além de índices comparativamente baixos de pobreza. Também é elevado no país o nível de liberdade de imprensa e de desenvolvimento democrático.

RUA CICERO BUSCARONS

Extensão: 120 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1811/2002

Cicero Buscarons nasceu em 24 de abril de 1931 em Erechim – RS, no distrito de Boa Vista. Veio para Caçador ainda criança e concluiu o curso primário no Colégio Estadual Professor Paulo Schieffler. Também em Caçador, no Ginásio Aurora, concluiu o curso ginasial.

Trabalhou como funileiro, um de seus trabalhos mais procurados era o de fazer gaiolas ornamentais para pássaros. Trabalhou também nos Correios, onde se aposentou.

Além disso, era letrista e pintor de placas. Conta-se que foi um dos maiores jogadores de sinuca de Caçador e região na época.

Cícero Buscarons faleceu em 09 de agosto de 1981, aos 50 anos de idade.

RUA CORONEL CID GONZAGA

Extensão: 450 metros

Bairro: Centro, Bello

Lei 25/1965

Cid Gonzaga, nascido em Laguna – SC, aos 29 de abril de 1889. Pouco se sabe da vida de Cid Gonzaga, mas todos reconhecem sua importância para o município de Caçador. Este jornalista apresentou o município para o restante do estado. Através do único veículo de comunicação escrito - “Jornal a Imprensa” – a história começou a ser contada.

Graças ao registro jornalístico na mídia local que hoje é possível conhecer um pouco do passado de nossa Caçador.

Casado com Honória Maria da Silva, eles tiveram dois filhos: Zany e Nayá. Ela foi promotora em Caçador e seu nome foi dado a uma escola do município, em sua homenagem. Zany Gonzaga seguiu os mesmos passos do pai e elegeu-se deputado estadual de Santa Catarina.

Além de jornalista, Cid Gonzaga foi exator e inspetor de rendas, sediado no município de Porto União – SC. Foi também político, tendo exercido mandatos como deputado estadual na 12ª e 13ª legislaturas da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, de 1925 a 1930. Além disso, sob o governo de Getúlio Vargas, foi suplente convocado de deputado estadual, entre 1935 e 1937.

Cid Gonzaga foi presidente de Honra da Associação Comercial e Industrial de Caçador, em 1941, fazendo parte da diretoria provisória. Segundo a ata da reunião da entidade, o estatuto da Associação teve como modelo o da Associação de Cruzeiro, atual Joaçaba – SC.

“O Cid me contou que a filha teve nenê, mas que não tinha gostado do nome que escolheram para a criança: Roberto. Ele falava que o nome continha as iniciais de Roma, Berlim e Tóquio”, recorda o amigo Romário Côas.

(extraído de texto da jornalista Mariana Piacentini)

Houve um episódio, relatado por Ernesto Faoro, testemunha ocular dos fatos, que um influente político gaúcho, Raul Pilla, ferrenho defensor dos ideais parlamentaristas, que, enquanto exercia mandato de Deputado Federal, por volta de 1961/1962, de passagem por Caçador, entrevistou-se com o jornalista

Cid Gonzaga, comentando sobre sua participação na “Campanha da Legalidade”, que permitiu que João Goulart assumisse a presidência da república.

A curiosidade é que este político, que anos antes, em 1932, participou da Revolução Constitucionalista, ao ser derrotada a revolução, retirou-se para o Uruguai, sem levar nem mesmo dinheiro para suas necessidades básicas. Seus partidários passaram a vender “Bônus de Contribuições” junto à população, a fim de arrecadar dinheiro para a reorganização do movimento e também auxiliar no sustento de Raul no exílio. Estes bônus eram assinados pelo próprio Raul Pilla, conforme ilustrado abaixo.



Tais bônus foram tão bem aceitos entre a população do Rio Grande do Sul, que a abundância destas cédulas acabou por criar uma espécie de “moeda informal”, em circulação entre a população, dando origem ao termo “Pila” como sinônimo de dinheiro, muito utilizado até hoje no estado gaúcho, e trazido até Santa Catarina, pelos que aqui se instalaram.

RUA CLAUDINO PICOLOTO

Extensão: 100 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1870/2002

Claudino Picoloto, filho de Santo Picoloto e de Elizabeta Pinzon, nasceu em Lagoa Vermelha – RS, no ano de 1931.

Casado com Celestrina Maria Malfatti Picoloto, com quem teve seis filhos: Rogério Santo, Elenita Maria, Helena, Odelir, Antonio Carlos e Vicente.

Claudino Picoloto faleceu em 16 de janeiro de 2002, aos 70 anos de idade, vítima de câncer de próstata.

RUA CLINEU DOMINGOS BERARDI

Extensão: 90 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 535/1992

Clineu Domingos Berardi, filho de Domingos Berardi e de Magdalena Sophia Visnievski Berardi, nasceu em Caçador, no ano de 1956.

Casado com Vera Lúcia Braun Berardi, teve um filho, Marino Domingos Berardi.

Filho de família tradicional caçadoreense, a família Berardi, que destaca-se há muito no ramo comercial de Caçador, Clineu foi um pioneiro em trabalhos de sonorização e de filmagens em nossa cidade.

Além destas atividades manteve casa comercial na cidade e exercia atividade laboral na empresa Sulca, até a época do acidente automobilístico que ceifou-lhe a vida.

Clineu Domingos Berardi faleceu no dia 30 de setembro de 1988, em decorrência de acidente ocorrido no Km 17 da estrada Caçador – Porto União.

RUA CLÓVIS JOÃO DALLAZEM

Extensão: 300 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2764/2010

Clóvis João Dallazem, filho de Rogério Dallazem e de Luiza Bernardina Dallazem, nasceu em Videira – SC, em 14 de novembro de 1940, mas sempre residiu em Caçador.

Iniciou sua vida profissional como engraxate para pagar seus estudos. Trabalhava em frente ao antigo Café Apollo na Avenida Barão do Rio Branco. Depois de um tempo ingressou na empresa Reunidas, fazendo parte do quadro funcional no setor administrativo. Na sequência passou a laborar na revenda autorizada da Willys do grupo Ivo A. Roveda & Cia. Aos 20 anos alavancou seu primeiro empreendimento, tornando-se sócio da empresa Distribuidora Planalto Ltda., na cidade de Curitiba/SC.

Com perfil empreendedor, estendeu seus negócios para o município de Videira, onde montou a Auto-Videira Ltda. Foi também um dos sócios da Fábrica de Pasta Indústria e Comércio Castelhana Ltda. e da empresa de consertos e

vendas de materiais para estofamento de automóveis, à época Auto Capas Roveda.

Em 1970 tornou-se sócio-fundador da empresa Transrodace e no dia 2 de Janeiro de 1971 ingressou na Adami S/A, no setor de Contabilidade, onde laborou por 36 anos ocupando postos importantes como o de Procurador Geral da empresa participando de todas as decisões importantes e estratégicas, além de atender e coordenar diretamente o setor de suprimentos e insumos.

Foi um homem íntegro e transparente que deixou como legado uma vida de trabalho, esforço e dedicação, com uma visão muito além do seu tempo. Um líder nato com vida e hábitos simples que semeou e colheu muitas conquistas.

Clóvis João Dallazem tinha como formação o curso Técnico de Contabilidade e também era graduado em Administração de Empresas. Deixou três filhos, Dalton, Fabio e Viviane.

Clóvis João Dallazem faleceu em 21 de outubro de 2007, aos 66 anos de idade.

RUA CLÓVIS LUIZ DE NARDI

Extensão: 310 metros

Bairro: Industrial

Lei 1626/2001

Clóvis Luiz De Nardi, filho de José Paulino De Nardi e de Maria Theodolinda Schons, nasceu em Farroupilha – RS aos 21 de junho de 1928.

Aos 8 anos de idade veio, com a família para Caçador, no ano de 1936. Estabeleceram-se na Serraria de Pedro Grendene (linha São Pedro), onde seu pai exercia a função de gerente.

Clóvis cursou o primário na linha Cará. Começou a trabalhar com 14 anos na antiga “Fundição do Gomes”, que seria a Fezer Indústrias Mecânicas SA. Ajudou sempre no sustento da família.

Casou-se com a senhora Irma Maria Machiavelli De Nardi, com quem teve três filhos: Roberto Luís De Nardi, Cléia Teresinha De Nardi e Carlos Alberto De Nardi.

Fez sociedade na compra de um caminhão com as economias que guardou. Ao longo do tempo comprou a parte do sócio. Em 1967 adquiriu a Recapadora São Luiz, que mais tarde mudou a razão social para Renovadora de Pneus De Nardi Ind. e Com. Ltda.

Seu lazer sempre foi o esporte. Participou dos Jogos Abertos de Santa Catarina, nas modalidades de Bolão, Bocha e Tiro ao Prato, sempre representando Caçador, muitas vezes com seus próprios recursos. Obteve destaque e foi grande incentivador da modalidade de Tiro ao Prato, passando sua experiência para vários jovens de Caçador.

Clóvis Luiz De Nardi faleceu em 05 de abril de 1999, aos 70 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

RUA COLÔMBIA

Extensão: 270 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.

A Colômbia é um país sul-americano localizada no noroeste do continente, sendo o ponto de encontro com a América Central. Tem, portanto, suas costas litorâneas banhadas pelo Oceano Atlântico, no Mar do Caribe, e pelo Oceano Pacífico.



Os espanhóis chegaram em 1499, iniciaram um período de conquista e colonização que resultou na morte ou na escravização de cerca de 90% da população nativa e, em seguida, criaram o Vice-Reino de Nova Granada (que compreendia os territórios atuais de Colômbia, Venezuela, Equador, Panamá e a região noroeste do Brasil), com sua capital em Bogotá. A independência do domínio espanhol foi conquistada em 1819, mas por volta de 1830 a "Grã Colômbia" se fragmentou com a secessão da Venezuela e do Equador. Os atuais países Colômbia e Panamá emergiram então como a República de Nova Granada. A nova nação experimentou um sistema político federalista durante a Confederação Granadina (1858) e, em seguida, nos Estados Unidos da Colômbia (1863), antes da República da Colômbia ser finalmente declarada em 1886. O Panamá se separou em 1903 sob pressão para cumprir as responsabilidades financeiras para com o governo dos Estados Unidos para a construção do Canal do Panamá.

Desde 1960, as forças do governo, os rebeldes de esquerda e paramilitares de direita têm estado envolvidos nos conflitos armados mais duradouros do continente. Alimentado pelo tráfico de cocaína, o conflito cresceu dramaticamente nos anos 1980. No entanto, na década de 2000, a violência diminuiu significativamente. Muitos grupos paramilitares se desmobilizaram como parte de um controverso processo de paz com o governo, e os guerrilheiros perderam o controle em muitas áreas onde outrora dominavam.

RUA CONCÓRDIA

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Jesus, dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Concórdia é um município catarinense situado na região Oeste do estado, distante cerca de 150 quilômetros de Caçador. Banhado por vários rios, o mais importante é o Rio Uruguai, na divisa com o estado do Rio Grande do Sul. A construção da usina hidrelétrica de Itá transformou o trecho do Rio Uruguai que banha o município em uma grande represa, aproveitada como destino turístico.

A colonização de Concórdia, como a do Meio Oeste e Oeste de Santa Catarina, passou a ser intensificada após a Guerra do Contestado, especialmente nos anos de 1920 e 1930. Nesta época os governos estadual e federal estimularam a venda de pequenas propriedades rurais aos colonos gaúchos. Até então, a região era habitada somente por caboclos.

Ao contrário do que algumas pessoas divulgam, a denominação "Concórdia" não se deve a nenhum acordo de paz para o fim da Guerra do Contestado, que aconteceu no início do século passado na região Meio Oeste de Santa Catarina. Isso pelo simples fato de que não houve qualquer acordo de paz, já que os caboclos foram dizimados pelo Exército Brasileiro e pelas forças policiais do Paraná e Santa Catarina. Ao que tudo indica, o nome Concórdia surgiu em função da necessidade de se estabelecer uma nova denominação para a vila, até então chamada de Queimados, em razão do riacho que corta seu centro. "Queimados" este sim seria um nome pouco charmoso para a cidade, enquanto Concórdia soa melhor e é mais simpático. O nome Concórdia pode estar associado sim ao espírito de pacificação que existia, sem, entretanto, que se fizesse qualquer coisa para a integração social dos caboclos que viviam na região.

Como curiosidade, Concórdia foi emancipada no mesmo ano que Caçador, 1934, tendo como sua data de fundação o dia 29 de julho. A economia de Concórdia se concentra nas agroindústrias e comércio, os quais são muito fortes e atendem toda a região, a economia tem grande base na agropecuária, criação de suínos e aves e plantações de milho e soja em minifúndios. A região de Concórdia é sede de algumas das maiores empresas frigoríficas do país. A Sadia surgiu e tem sua matriz em Concórdia-SC. No início, a empresa denominava-se Sociedade Anônima Concórdia. O nome SADIA, surgiu da junção do "S" de Sociedade, "A" de Anônima e "DIA" de Concórdia.

RUA CONSELHEIRO MAFRA

Extensão: 700 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Este decreto certamente constituiu-se em uma oficialização de uma situação que há muito já era utilizada pela população. Como dito no início desta obra, é uma tendência natural e até mesmo uma necessidade da humanidade organizar seu espaço de convivência e a denominação de vias é uma destas situações.

O artigo 1º do Decreto diz, textualmente: “As ruas da cidade passam a denominar-se:”

Desta forma, entendemos que neste decreto constam *todas* as ruas da cidade existentes à época.

No entanto, existem três situações que são citadas no Decreto, mas que não são oficialmente descritas. Tratam-se das Ruas Quintino Bocaiúva e Conselheiro Mafra e do Largo Santelmo.

Só podemos atribuir esta situação a um lapso ou esquecimento que, em razão da inexistência de uma lei específica que determine textualmente a existência destas três áreas, tomamos por correto que este seja o decreto que primeiramente cita a existência das três homenagens.

A Rua Quintino Bocaiúva já constava de uma resolução anterior, datada de 1939. O Largo Santelmo também consta nesta resolução, porém chamado de “Praça Santelmo”, porém a primeira menção ao Conselheiro Mafra é esta e, portanto, consideramos este o decreto que oficializou sua denominação.

Manuel da Silva Mafra, o Conselheiro Mafra (12/10/1831 – 11/03/1907) foi um advogado e político brasileiro.



Filho de Marcos Antônio da Silva Mafra e de Maria Rita da Conceição Mafra, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1855.

Foi Promotor Público de São José entre 1855 e 1857, Juiz Municipal e dos Órfãos em Florianópolis, advogou no Rio de Janeiro, foi Juiz de Direito em Pernambuco, Paraná e em Minas Gerais.

Deputado da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina por cinco mandatos, intercalados com períodos em que exercia mandatos como deputado geral do Império, presidente da província do Espírito Santo e Ministro da Justiça. Quando exercia a função de Ministro da Justiça passou a ser conhecido como “o Conselheiro Mafra”.

A solução judicial da Guerra do Contestado deve-se ao dossiê por ele elaborado, em 1900, intitulado “Exposição Histórico-Jurídica por Parte do Estado de Santa Catarina”. Desta ação ainda restariam recursos ao STF, em

1904, 1909 e 1910, só chegando a uma solução definitiva em 1916, com a assinatura do acordo de limites, portanto após a sua morte. Em homenagem à sua vitória na questão dos limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, seu nome foi dado ao município de Mafra, este na margem esquerda do rio Negro, desmembrado do município de nome homônimo ao rio, que ficou pertencendo ao Paraná.

RUA DO CONTESTADO

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Berger

Lei 04 A/1984

A Guerra do Contestado, conflito armado ocorrido em nossa região entre os anos de 1912 e 1916, envolveu a população cabocla residente, representantes dos poderes estaduais de Paraná e Santa Catarina e representantes do poder federal brasileiro.

Originada nos problemas sociais, decorrentes principalmente da falta de regularização da posse de terras e da insatisfação da população hipossuficiente, numa região em que a presença do poder público era pífia, o embate foi agravado ainda pelo fanatismo religioso, expresso pelo messianismo e pela crença, por parte dos caboclos revoltados, de que se tratava de uma guerra santa.

O homem do planalto permaneceu abandonado por longo tempo, inculto, agressivo, hostil, tal qual o ambiente com densas matas que o cercavam. Não possuía nem conforto, nem instrução, nem justiça. Viveu, por isso, segundo as leis da natureza. Em confronto com a população do litoral, sua evolução estava com um século de atraso.

O sertão acolheu os párias, os refugiados que as lutas partidárias transviaram, os fugitivos das perseguições, os adversários políticos. Criminosos de todo o país, de todos os crimes, de todas as nacionalidades, encontravam ali o lugar ideal. O caboclo inculto acreditou em monges santos e em terra prometida.

Para entender a questão messiânica, é necessário explicar a figura de três monges que habitaram a região, em períodos inclusive anteriores à Guerra. O primeiro deles foi João Maria. Homem de origem italiana, que peregrinou pela região atendendo doentes de 1844 a 1870. Fazia questão de viver uma vida extremamente humilde, e sua ética e forma de viver arrebanhou milhares de crentes, reforçando o messianismo coletivo. Não teve nenhuma participação na Guerra, mas sua figura e lembrança seria continuamente evocada.

O segundo monge adotou nome de João Maria, mas seu verdadeiro nome era Atanás Marcaf, provavelmente de origem síria. Aparece publicamente com a Revolução Federalista de 1893, mostrando uma postura firme e uma posição messiânica. É de destacar a sua influência inquestionável sobre os crentes, a ponto de estes esperarem a sua volta através da ressurreição, após seu desaparecimento em 1908.

A espera dos fiéis acabou em 1912, quando apareceu publicamente a figura do terceiro monge. Este era conhecido inicialmente como um curandeiro de ervas, tendo se apresentado com o nome de José Maria de Santo Agostinho, ainda que, de acordo com um laudo da polícia da Vila de Palmas, Estado do Paraná, ele fosse, na verdade, um soldado desertor, de nome Miguel Lucena de Boaventura.

Como ninguém conhecia ao certo a sua origem, como aparentava uma vida reta e honesta, conseguiu em pouco tempo a admiração e a confiança do povo. A partir de supostas curas e feitos milagrosos, José Maria passa a ser considerado santo: um homem que veio à terra apenas para curar e tratar os doentes e necessitados. Metódico e organizado, estava muito longe do perfil dos curandeiros vulgares. Sabia ler e escrever e anotava em seus cadernos as propriedades medicinais das plantas encontradas na região.

Paralelamente, de 1908 a 1910, foi construído o trecho entre os Rios Iguaçu e Uruguai da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. Em 1908 Percival Farquhar, um empresário norte-americano, através de sua holding Brazil Railway Company, adquiriu o controle da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande - EFSPRG. Antevendo o enorme potencial de lucro que poderia obter com a exportação de madeira das densas florestas centenárias de araucária existentes na região em terras que viria a receber como doação do governo federal, num contrato em que o governo brasileiro, além de garantir pagamento de juros ao capital investido também tratava as terras que margeavam a ferrovia (15 quilômetros para cada lado) como terras devolutas, ou seja, que não pertenciam a ninguém, ignorando os caboclos que já habitavam a região, Farquhar já havia fundado, anteriormente, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, uma empresa madeireira e teoricamente de colonização, como outras tantas que povoaram o interior do Brasil, mas que se tornou conhecida como a Lumber, uma das maiores serrarias existentes em todo o mundo.

Os camponeses que viram o seu direito à terra retirado, somados aos grandes contingentes de trabalhadores da estrada de ferro dispensados após sua conclusão, começaram a unir-se e armar-se, contestando a legalidade da desapropriação. Uniram-se ao grupo diversos fazendeiros que, por conta da concessão, estavam perdendo terras para o grupo de Farquhar, bem como para os coronéis manda-chuvas da região.

O messianismo, liderado por José Maria, começa a prosperar, com vida comunitária, centros de culto e procissão (os redutos), abolição do comércio convencional, retornando ao escambo e pregações apocalípticas, que ressaltavam que ninguém deveria temer à morte, pois o mundo estava em seus últimos dias.

Como pano de fundo ainda constava a recém criada (23 anos antes) república brasileira, ainda vivendo e sofrendo os ajustes da mudança de regime, com delicadas relações diplomáticas que quase evoluíram para a Guerra contra a vizinha Argentina, consequentemente com um movimento de fortalecimento e armamento do exército, um descrédito em relação a este exército após a Guerra de Canudos e com a recente morte do presidente Afonso Pena, durante o mandato, a assunção ao poder do vice-presidente Nilo Peçanha, e de seu sucessor, o Marechal Hermes da Fonseca. Todas estas reviravoltas fizeram com que os fanáticos (como eram conhecidos os caboclos reunidos nos redutos), propusessem a volta do Império ao Brasil.

Hermes da Fonseca, responsável pela Política das Salvações, caracterizada por intervenções político-militares que em diversos Estados do país pretendiam eliminar seus adversários políticos, sentiu indícios de insurreição neste movimento e decidiu reprimi-lo, enviando tropas para "acalmar" os ânimos.

Antevendo o que estava por vir, José Maria parte imediatamente para a localidade de Irani com todo o seu carente séquito. A localidade nesta época pertencia a Palmas, cidade que estava na jurisdição do Paraná, e que tinha com Santa Catarina questões jurídicas não resolvidas por conta de divisas territoriais, e acabou vendo nessa grande movimentação uma estratégia de ocupação daquelas terras.

A guerra do Contestado inicia-se neste ponto: em defesa de suas terras, várias tropas do Regimento de Segurança do Paraná são enviadas para o local, a fim de obrigar os invasores a voltar para Santa Catarina. Estamos em outubro de 1912.

Já nos primeiros combates, entre dezenas de baixas de ambos os lados, morrem o coronel João Gualberto, comandante das forças nacionais e o monge José Maria, que é sepultado com tábuas, para “facilitar-lhe a ressurreição”, em companhia do “exército encantado” que traria junto consigo.

A força do Exército, comandada pelo Tenente Coronel Duarte Aleluia Peres, atacou um dos mais importantes redutos, Taquaruçu, com 760 homens. O resultado foi a destruição do lugar, mas com o reagrupamento dos fanáticos em Caraguatá, onde concentravam-se cerca de 20.000 pessoas.

Caraguatá era comandada por Maria Rosa, uma jovem com quinze anos de idade, considerada pelos historiadores como uma Joana D'Arc do sertão, já

que "combatia montada em um cavalo branco com arreios forrados de veludo, vestida de branco, com flores nos cabelos e no fuzil". Após a morte de José Maria, Maria Rosa afirmava receber, espiritualmente, ordens do mesmo, o que a fez assumir a liderança espiritual e militar de todos os revoltosos, então cerca de 6.000 homens.

Com algumas vitórias em batalhas que tentaram e não conseguiram derrubar Caraguatá, os rebeldes passam da posição de defesa para a de ataque, e a partir de 1914, além de colocar em prática técnicas de guerrilha para a defesa dos ataques do governo, lançam um documento que intitulou-se "Manifesto Monarquista", deflagrando-se, a partir de então, o que chamavam de a guerra santa, caracterizada por saques e invasões de propriedades de coronéis e por um discurso que exigia pobreza e cobrava exploração ao máximo da República.

Invadiam as fazendas dos coronéis tomando para si tudo o que precisavam para suprir as necessidades do reduto. Além disso, amparados nas vitórias que tiveram, atacaram várias cidades, como foi o caso de Curitiba, onde os alvos eram invariavelmente os cartórios, locais onde se encontravam os registros das terras que antes a eles pertenciam. Há registros que a população da cidade de "Porto União da Vitória" fugiu às pressas, abandonando a cidade por conta de ataques dos fanáticos. Não bastasse isso, num outro ataque na localidade de Calmon, destruíram completamente a segunda serraria da Lumber, incendiando-a.

O reduto de Caraguatá, cuja dificuldade de acesso tinha sido a sua salvação, foi também a causa de sua extinção, quando uma epidemia de tifo obrigou à dispersão dos revoltosos, que rapidamente se reagruparam no reduto de Santa Maria.

O Exército brasileiro, agora com tropas que somavam 7000 homens, e sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho, inicia uma nova fase de combates, que priorizou o sitiamento dos redutos e não os combates diretos. Nesta fase, utiliza-se, pela primeira vez no Brasil, aviões de reconhecimento militar, com base de operações no recém construído Campo de Aviação de Rio Caçador.

Setembrino enviou um manifesto aos revoltosos no qual garantia a devolução de terras para quem se entregasse pacificamente. Garantia também, por outro lado, um tratamento hostil e severo para quem resolvesse continuar em luta contra o governo.

Com o sitiamento e a consequente escassez de recursos, os revoltosos começam a entregar-se. Neste ponto, surge como o último líder dos fanáticos Deodato Manuel Ramos, vulgo "Adeodato". À medida que ia faltando o alimento, Adeodato passou a revelar-se cada vez mais autoritário, não

aceitando a rendição. Aos que se entregavam, aplicava sem dó a pena de morte.

Em muitos combates e retiradas, onde batiam-se de um lado as forças do governo, bem armadas, bem alimentadas, de outro, rebeldes também armados, mas famintos e sem ânimo para resistir muito tempo, as tropas do governo foram ganhando terreno e batalhas, além de conseguir baixas importantes como a de Maria Rosa, que morreu em batalha às margens do Rio Caçador.

Em abril de 1915, comunicações internas do exército dão conta de que a Guerra já era dada como encerrada dizendo que *“a missão que fora confiada ao exército está cumprida.”* Os combates perdurariam ainda até agosto de 1916, com a prisão de Adeodato, dando fim à Guerra do Contestado e marcando indelevelmente a história de toda a nossa região. Num cenário de devastação e marginalização dos combatentes ou simpatizantes, não se pode nem ao menos estimar o número de vítimas, mas é descrito pelos atuais historiadores como um verdadeiro genocídio o que aconteceu nestas terras.

RUA CRICIÚMA

Extensão: 630 metros (390 + 240)

Bairro: dos Municípios, Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Criciúma é um município catarinense, localizado na região sul do estado, distante cerca de 390 quilômetros de Caçador. Com mais de 200 mil habitantes, é o principal município da região carbonífera do estado.

A cidade é polo industrial em diversos setores, entre

eles: confecção, embalagens, cerâmico, plástico e descartáveis, metalmecânico, extração do carvão mineral, construção civil e material gráfico.

O nome Criciúma deriva de uma gramínea brasileira (*Criciuma asymmetrica*), que aparenta um bambu e era bastante encontrada na região. No idioma indígena local, o nome Criciúma corresponde a "taquara pequena".

Em meados do século XVIII, o governo imperial cede ao nobre Jerônimo de Castro a concessão de sesmária, com o intuito de desenvolver a agricultura, a criação de gado e, mais tarde, o extrativismo vegetal e, ao mesmo tempo, povoar e colonizar o território. A gleba ficava onde hoje situa-se o município de Urussanga, e nela achava-se incluído o atual território de Criciúma. Durante muitos anos, porém, a região permaneceu desabitada, não tendo recebido colonizadores para o desbravamento da região.

A fundação de Criciúma aconteceu somente no final do século XIX, durante o ciclo da imigração europeia.

A data de 6 de janeiro de 1880 é considerada como aquela da fundação e início da colonização do município, com a chegada das primeiras famílias de italianos provenientes da região do Vêneto, norte da Itália. Eram um total de 22 famílias, que somavam 141 pessoas.

Esses imigrantes, apesar de encontrarem inúmeras dificuldades, foram responsáveis por desbravar a região, construindo casas, estradas e escolas e tendo no princípio a agricultura como principal atividade econômica.

Em 1890, chegam à região imigrantes alemães e poloneses, que junto aos italianos, e também aos descendentes de portugueses oriundos da região de Laguna, contribuem de forma decisiva no desenvolvimento do município.

Em 1913, tem início o ciclo do carvão, com a descoberta das primeiras jazidas do minério. Este fato foi o grande propulsor do desenvolvimento econômico do município, gerando empregos e atraindo investimentos, tendo seu auge entre as décadas de 1940 a 1970. Durante este período, Criciúma ficou conhecida como a "Capital Brasileira do Carvão".

Atualmente, Criciúma apresenta uma economia diversificada, figurando como centro econômico e industrial da região sul do estado e em franco desenvolvimento e expansão.

Uma curiosidade a respeito da Rua Criciúma é que, através da lei 1381/1999, foi cedido, por termo de permissão de uso, a título gratuito e precário, parte do leito da rua para a Indústria de Móveis Rotta Ltda., com vistas a permitir que fossem reunidas em um só estabelecimento as áreas da indústria, que ocupava os dois lados da via, permitindo a sua expansão e crescimento.

Portanto, a Rua Criciúma possui dois trechos, à frente e aos fundos da Indústria de Móveis Rotta.

RUA CRISTÓVÃO COLOMBO

Extensão: 250 metros

Bairro: Martello

Lei 1625/2001



Cristóvão Colombo foi um navegador e explorador, responsável por liderar a frota que alcançou o continente americano em 12 de Outubro de 1492, sob as ordens dos Reis Católicos de Espanha, no chamado descobrimento da América. Empreendeu a sua viagem através do Oceano Atlântico com o objetivo de atingir a Índia, tendo na realidade descoberto as ilhas das Caraíbas (Antilhas) e, mais tarde, a costa do Golfo do México na América Central.

É motivo de intensos debates a nacionalidade de Colombo, no entanto, a teoria mais aceita é a de que ele fosse genovês, italiano, portanto.

Depois de abandonar o ofício de tecelão, desde muito cedo tornou-se navegador. Além disso, tornou-se também um brilhante cartógrafo.

No final do século XV, Portugal e Espanha protagonizavam uma disputa pela hegemonia do comércio marítimo, negócio sempre penoso e arriscado, mas com altíssima lucratividade, com o desenvolvimento europeu, saídos da Idade Média e o surgimento de novos mercados fornecedores, especialmente no Oriente.

Na época os portugueses buscavam encontrar, através das grandes navegações, a rota às Índias, optando pelo extremo-sul da África, saindo-se vitoriosos após a conquista do Cabo da Boa Esperança por Vasco da Gama.

Colombo estava certo de que existia um percurso mais curto em direção ao oriente, contornando a curvatura terrestre que, desde Aristóteles, já se supunha, mas não havia sido comprovada. Entretanto, precisaria de apoio para provar a sua teoria.

Após seis anos em busca de apoio, ele finalmente o encontrou no Rei Fernando e na Rainha Isabel, da Espanha. Partiu para o mar, em 1492, em uma singela embarcação de 100 toneladas, a *Santa Maria*, esta continha 52 homens. A Santa Maria era seguida por duas outras caravelas *Pinta* e *Niña*, ainda menores do que ela: uma de 50 toneladas e outra de 40 toneladas.

Mais de sessenta dias de viagem foram necessários para que esta expedição chegasse a avistar terra, o que aconteceu em 12 de outubro de 1492, aportando em uma das ilhas das Bahamas. De lá explorou também a costa de Cuba e da ilha de *Hispaniola* (atual República Dominicana e Haiti).

Fez ainda outras três viagens à América, em diferentes pontos do Golfo do México. No entanto, morreu sem saber que havia descoberto um novo continente. Acreditava que havia chegado à costa Oriental da Ásia.

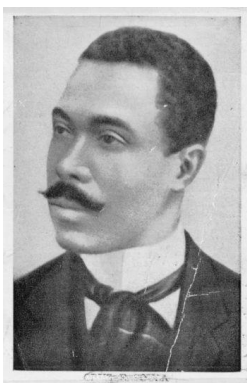
Cristóvão Colombo faleceu em Valladolid, Espanha, aos 20 de maio de 1506, com 55 anos de idade.

RUA CRUZ E SOUZA

Extensão: 180 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966



João da Cruz e Sousa (24/11/1861 – 19/03/1898) foi um poeta catarinense, atingindo destaque nacional como representante máximo do estilo do simbolismo. Filho de escravos alforriados, ficou sob a proteção dos antigos proprietários de seus pais, após receberem alforria.

Seu sobrenome é formado pelo sobrenome familiar (Cruz) associado ao sobrenome de seu ex-senhor, (Souza), dando origem ao nome que seria conhecido e reconhecido nacionalmente.

Foi diretor do jornal abolicionista *Tribuna Popular* em 1881. Dois anos mais tarde, foi nomeado promotor público de Laguna (SC), no entanto, foi recusado logo em seguida por ser negro.

Depois de algum tempo no Rio Grande do Sul e após enfrentar represália para não sair de sua terra natal por motivo de preconceito, o autor fixa residência no Rio de Janeiro, onde trabalhou em empregos que não condiziam com sua capacidade e formação.

É então, em 1893, que publica suas obras *Missal* (poemas em prosa) e *Broquéis* (poesias), as quais são consideradas o marco inicial do Simbolismo no Brasil que perduraria até 1922 com a Semana de Arte Moderna.

Casou-se com Gavita Gonçalves, com quem teve quatro filhos, os quais morreram precocemente por tuberculose, o que deixou-a enlouquecida 1896.

Foi o escritor quem cuidou da esposa, em casa mesmo. Essa é a temática de muitos poemas de Cruz e Sousa.

Recebeu a alcunha de “Cisne Negro” em referência à cor de sua pele e militou contra a escravidão. Esta militância foi muitas vezes contestada, acusando-o de ter-se omitido quanto a questões referentes à condição negra.

A linguagem de Cruz e Sousa, herdada do Parnasianismo, é requintada, porém criativa, na medida em que dá ênfase à musicalidade dos versos por intermédio da exploração dos aspectos sonoros dos vocábulos.

RUA CURITIBA

Extensão: 2.100 metros

Bairro: Bello, Rancho Fundo

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de capitais de estados brasileiros são Aracaju, Belém, Brasília (não é a capital de um estado, mas confunde-se com o Distrito Federal), Curitiba, Fortaleza, Natal e Teresina. A rua Fortaleza foi planejada, mas não executada, neste momento, e só foi existir oficialmente no quadro de ruas de Caçador a partir do ano de 2001, através da lei 1702/2001.



Curitiba é a capital do vizinho estado do Paraná. Fundada em 1693, a partir de um pequeno povoado bandeirante, Curitiba tornou-se uma importante parada comercial com a abertura da estrada tropeira, utilizada no transporte do gado da região produtora, no Rio Grande do Sul, até os grandes centros consumidores, em São Paulo. Em 1853 transformou-se na capital da recém-emancipada Província do Paraná.

Autores indicam que a etimologia do nome da cidade deriva da língua tupi, significando “muitos pinheiros”, característica da região, abundante em araucárias.

Diversos planos urbanísticos e inovações voltadas à qualidade de vida da população fizeram e fazem de Curitiba um modelo de sustentabilidade e de urbanidade não somente no Brasil. Situada no Sul do Brasil, mas em altitude aproximada de 900 metros, Curitiba, diferentemente das outras capitais dos estados do Sul, apresenta com frequência temperaturas baixas, sendo considerada a capital mais fria do Brasil. Grande número de etnias compõem sua população, especialmente descendentes de italianos, ucranianos, alemães, poloneses e judeus.

Cosmopolita, a cidade apresenta diversas opções culturais abrangendo a música, o teatro, a literatura e o cinema. Museus e bibliotecas também despontam entre suas principais atrações, ao lado de grandes áreas verdes e de preservação ecológica. Foi considerada como uma cidade que se preocupa, de forma conjunta, em ser ecologicamente sustentável, com qualidade de vida, boa infraestrutura e dinamismo econômico.

RUA CURITIBANOS

Extensão: 650 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Neste decreto, nomearam-se 4 ruas com nomes de municípios (Porto União, Campos Novos, Curitibaanos e Cruzeiro do Sul. Este último era, de 1928 até 1943, o nome da cidade de Joaçaba). Exatamente os quatro municípios que cederam parte de seus territórios para a formação de um novo município nestas paragens. A Rua Cruzeiro do Sul seria, em 1995, renomeada para Rua Siegfried Helmuth Lührs.

As razões para a nomeação de Curitibaanos como uma das ruas de Caçador, portanto, são claras e evidentes. Além da proximidade, geográfica e de afinidades, foi exatamente o desmembramento de terras deste município que deu origem, por desmembramento, ao novo município de Caçador.

Uma pequena retribuição a um dos “municípios mães”, que deram origem a nossa terra e que contribuíram com uma parte de nossa história.



Seu nome se origina de uma expedição bandeirante que partiu de Curitiba, ainda no ano de 1679, que nomeou alguns lugares por onde passou. Um destes locais foi nomeado como “Campo dos Curitibaanos”, em referência à própria expedição.

Em 22 de março de 1824, passou a se chamar "Freguesia de Nossa Senhora dos Curitibanos". Foi no dia 11 de junho 1869, que foi criado o município de Curitibanos.

Distante cerca de 95 quilômetros de Caçador, Curitibanos teve suas terras envolvidas diretamente na Guerra do Contestado. Está localizado no ponto mais central do atual estado de Santa Catarina e, por este motivo, já foi algumas vezes cogitada a hipótese da transferência da capital do estado para esta cidade.

RUA DANIEL LÂNGARO

Extensão: 230 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 27/1984

Daniel Lângaro, filho dos imigrantes italianos Guerino Lângaro e Rosa Delacosta, nasceu em Coxilha – RS, no ano de 1908.

Agricultor, era casado com Judite Ivana Tramontini Lângaro, com quem teve 2 filhos.

Daniel Lângaro faleceu em 30 de dezembro de 1965, aos 57 anos de idade, vítima de câncer de duodeno.

RODOVIA DANIEL LESSING

Extensão: 3.300 metros

Bairro: Champagnat, dos Municípios, Reunidas

Lei 606/1992

Daniel Lessing, imigrante polonês, naturalizado brasileiro, nasceu em 02 de janeiro de 1912. Residiu em Caçador desde 1944.

Casado com Arnilda Lessing, teve cinco filhos: Elly Lessing, Frieda Lessing Kramer, Leonardo Lessing, Armindo P. Lessing e Bronhilda Lessing Cordeiro.

Desde sua chegada a Caçador, sempre residiu na rua que leva seu nome, conhecida como “Linha dos Alemães”, depois renomeada como rodovia municipal CDR – 447. Com o avanço do perímetro urbano, houve a vontade e a necessidade de tratar aquela área não mais como rodovia, mas sim como uma rua integrada à cidade.

Daniel Lessing dedicou-se à agropecuária, sendo um dos pioneiros na produção do gado leiteiro em Caçador.

Faleceu em 07 de novembro de 1988, aos 76 anos de idade.

Outras 6 ruas de Caçador recebem nomes de membros de sua família. A saber: Júlio e Henriette Lessing, seus pais, Paulo e Otto Lessing, seus irmãos, Arnilda Lessing, sua esposa e ainda uma de suas filhas, Frieda Lessing Kramer.

RUA DANILO MANFROI

Extensão: 60 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2810/2011

Danilo Manfroi, filho de Clemente Manfroi e de Maria Fachini, nasceu em Arroio do Meio – RS, em 26 de novembro de 1929.

Sua chegada em Caçador foi por volta dos anos 1960, quando se instalou no comércio local, com o antigo Bar da Rodoviária na Rua Carlos Sperança, atuando ali durante 20 anos.

Depois mudou-se para a Rua Senador Salgado Filho com o mesmo ramo de trabalho. Foi funcionário público municipal por 14 anos até sua aposentadoria.

Atuou em contribuição ao município no futebol, sendo secretário do então time da Caçadoreense. Representou por várias vezes o município nos Jogos Abertos de Santa Catarina como enxadrista, modalidade em que conquistou alguns títulos em torneios e outros.

Na política, era um defensor dos mais humildes. Foi candidato a vereador com o mesmo objetivo, defender o mais necessitado.

Era religioso, participando sempre em prol da comunidade em eventos, festas e outras atividades.

Casado com Jurandi Pereti Manfroi, teve 6 filhos, Lenita Manfroi Bello, Leani Mannfroi Saldanha, Giovanni Manfroi, Élcio Eliazar Manfroi, Eliezer Manfroi e Élisson Ricardo Manfroi.

RUA DANTE SABEDOT

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 2055/2004

Dante Sabedot, filho de Olivo Sabedot e de Mariana Sartori, nasceu em Antônio Prado – RS, no ano de 1935.

Foi um dos primeiros sócios fundadores da Cooperativa Agrícola de Caçador e membro da comissão da Capela. Membro ativo das festividades, assumia as tarefas de organizar a segurança, licenças das autoridades, e outras atividades. Sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sócio fundador da Cooperativa de Eletrificação Rural, era considerado como um integrante da comunidade. Tinha como princípio a defesa dos agricultores do interior.

Na política, chegou a assumir a Câmara de Vereadores na década de 80. Casado com Elsa Pelizzaro Sabedot, não deixou filhos.

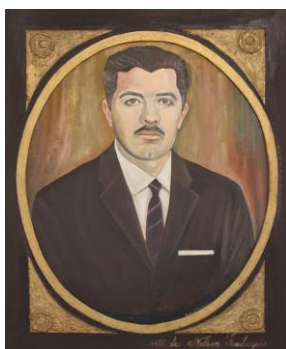
Dante Sabedot faleceu no dia 10 de abril de 2001, aos 65 anos de idade.

RUA DEOCLIDES PEDRO BOM

Extensão: 250 metros

Bairro: Berger

Lei 14/1972



Deoclides Pedro Bom, filho de João Pedro Bom e de Angelina Dalmas Pedro Bom, nasceu em Erechim – RS, no ano de 1927.

Casou-se em Erechim com Palmira Pedro Bom. O casal veio para Caçador em fevereiro de 1948, prestes a nascer seu primeiro de 5 filhos: Laércio, Leda, Dila, Cleomar e Ricardo.

Vieram a convite de seu tio e primos, que trabalhavam na Cervejaria Pressanto e conseguiram que Deoclides assumisse as funções de “foguista” da caldeira da empresa.

Exímio jogador de bolão, Deoclides começou a praticar seu esporte em Caçador nas canchas que existiam embaixo do clube Apolo, onde, devido ao fato de trabalhar na cervejaria e ter sido recentemente lançada a marca de cerveja “Coringa”, recebeu este apelido dos colegas de esporte, que o acompanharia por toda a vida.

Após seu trabalho na cervejaria, assumiu o bar das canchas de bolão do clube, seguindo nas atividades do comércio com a “Churrascaria Coringa”, localizada ao lado do então Hotel Pingüim. Exerceu também as atividades de caminhoneiro e, depois disso, novamente montou uma churrascaria junto à Ponte de Madeira, no Largo Santelmo.

Posteriormente, na Sociedade Caçadoreense de Bochas, montou novamente a “Churrascaria do Coringa”, permanecendo nesta atividade e assim criando sua família.

Deoclides Pedro Bom era conhecido por, na ausência de um serviço funerário formal, auxiliar frequentemente na preparação dos funerais da cidade.

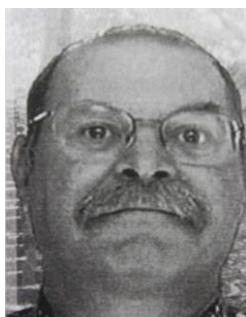
Deoclides Pedro Bom faleceu em 03 de julho de 1968, aos 41 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

RUA DILERMANDO BIAVATTI

Extensão: 80 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2781/2010



Dilermando Biavatti, filho de Luiz Felix Biavatti e de Pierina Toscan, nasceu em Machadinho – RS, em 29 de agosto de 1950.

Gaúcho que adotou Caçador para residir e trabalhar, iniciou suas atividades na CIDASC, no ano de 1979, sempre muito dedicado, trabalhou prestando inúmeros serviços visando o bem da empresa e da sociedade.

Atuou na defesa sanitária animal, auxiliando nas campanhas de vacinação dos animais no combate à febre aftosa, fiscalização do trânsito de animais e subprodutos de origem animal, barreiras sanitárias em regime de plantão de 24 horas, tendo sido, pela sua larga experiência nesta área, convidado a prestar auxílio no combate à febre aftosa no vizinho estado do Rio Grande do Sul, quando do surgimento de foco no município de Jóia, naquele estado.

Um funcionário exemplar, trabalhador, leal e amigo, que nunca mediu esforços para o bom andamento das atividades e muito colaborou para que o estado de Santa Catarina alcançasse o status sanitário de “Livre da Febre Aftosa Sem Vacinação”.

Por mais de 30 anos dentro da empresa, ele era um dos mais atuantes e conhecido de todos os agricultores do município e região.

Casado com Guiomar Terezinha Costa Biavatti, teve dois filhos, Carlos Rodrigo e Samantha.

Dilermando Biavatti faleceu em 11 de setembro de 2009, aos 59 anos de idade. Realizava sessão de hemodiálise no hospital Divino Salvador em Videira, quando sofreu um infarto agudo do miocárdio que o levou a óbito.

RUA DILMA DEBONI PETRY

Extensão: 600 metros

Bairro: Martello, Bom Sucesso

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição – localizada no Loteamento Caçanjurê, antiga Rua "IV", no sentido Este Sudoeste;

Casada com Victor Hugo Petry e mãe de Adalberto Manoel Petry.

Sem Informações

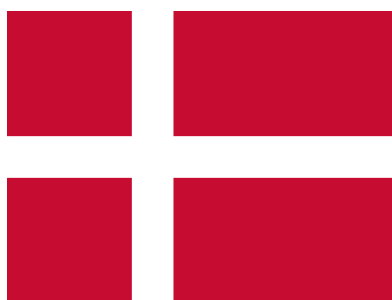
RUA DINAMARCA

Extensão: 320 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 677/1993

A Rua Dinamarca foi assim denominada com o objetivo de compatibilizar-se com diversas outras ruas próximas que já possuíam nomes de países, desde o ano de 1972.



A Dinamarca é um país europeu, localizado na parte norte do continente. Agrupado com os chamados “países nórdicos” (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), não situa-se na península escandinava, separando-se desta pelo Mar Báltico e Mar do Norte. Sua posição estratégica garante-lhe o controle de toda a navegação do Mar Báltico, visto que a passagem só se dá através de estreitos conhecidos como “estreitos dinamarqueses”.

O país é uma monarquia constitucional, com sistema parlamentar de governo. Membro da União Européia, não aderiu ao Euro, mantendo sua moeda, a coroa dinamarquesa, mesmo com valor bastante baixo, frente ao dólar e ao euro.

Um dos países mais pacíficos do mundo e com o menor Índice de Percepção da Corrupção.

O Reino da Dinamarca tem a Groenlândia como uma nação constituinte autônoma, porém com cada vez mais autonomia a esta última, constituindo-se atualmente quase em uma real independência.

A economia da Dinamarca é dependente dos intercâmbios comerciais com os outros países e da capacidade de influência nas conjunturas internacionais e nos fatores econômicos. O valor das exportações e importações compõe cerca de um 1/3 do PIB do país. Grande parte dos intercâmbios comerciais são feitos com demais países da União Europeia. O sócio de comércio bilateral mais importante é a Alemanha, único país a ter uma fronteira seca (68 km) com a Dinamarca. Tem também uma boa interação econômica com a Suécia e a Grã-Bretanha. Fora da União Européia, a Dinamarca mantém importantes relações comerciais com a Noruega, os Estados Unidos e o Japão.

RUA DINARTE JOSÉ RODRIGUES

Extensão: 1.250 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Dinarte José Rodrigues, filho de Maximino José Rodrigues e de Sebastiana Bernardo da Silva, nasceu em Lages – SC, no ano de 1920.

Casado com Leonina Xavier Rodrigues, teve 11 filhos: Derci, Noeli, Delzira, Dilso, Veroni, Noemira, Dorival, Maria Alva, Noeli, Orisvaldo e Iolanda.

Dinarte José Rodrigues faleceu em 05 de setembro de 1981, aos 61 anos de idade, vítima de insuficiência pulmonar.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA DINÊS DE JESUS CORDEIRO FARIAS RIGO

Extensão: 100 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2967/2012

Dinês de Jesus Cordeiro Farias Rigo, filha de Darci Araújo Farias e de Dirce Gonçalves Cordeiro Farias, nasceu em Caçador, no dia 10 de janeiro de 1965.

Casada com Inédio Luiz Rigo, com quem teve 2 filhas, Leidiane Keline Cunha e Caroline Rigo.

Descendente dos fundadores deste município, dedicava-se às atividades do comércio. Participou ativamente de ações sociais no bairro Gioppo, da Associação Espírita Jesus de Nazaré, sendo uma defensora incansável dos direitos das crianças e dos idosos.

Dinês foi uma pessoa que sonhou em ver nossa cidade desenvolver, crescer, progredir, mas com justiça social e todos nós acreditamos que ela terá muito que se orgulhar dos feitos em prol dessa causa de todos que amam essa terra, como ela sempre amou.

Dinês de Jesus Cordeiro Farias Rigo faleceu em 16 de dezembro de 2004, aos 39 anos de idade, vítima de capotamento de seu veículo, na então rodovia SC – 302 (reta dos Aliados).

(adaptado de texto de seu irmão, Denílson Araújo)

RUA DINEY WERNER

Extensão: 200 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 943/1995

Diney Werner, natural de Caçador, filho de Otto Werner e Maria de Lourdes Lipinski Werner, nasceu aos 15 de novembro de 1945.

Casado com Ester Luiza Tussi Werner, teve três filhos: Morgana, Carlos Humberto e Diney Júnior.

Trabalhou em diversas empresas caçadorenses, tais como: Victorio Poletto SA, Madeiras Maringá, Madeireira Boa Vista, Fábrica de Papel Primo Tedesco, Cia Olsen de Tratores, Famacal, Frame, Cadoriti de Papel e Celulose Ltda., nas mais diversas funções, como encarregado, auxiliar de escritório, servente, mestre de obras, almoxarife.

Era uma pessoa muito bem quista pela comunidade e com ótimo relacionamento com todos nos locais onde trabalhou.

Diney Werner faleceu em 06 de maio de 1994, aos 40 anos de idade, vítima de neoplasia maligna.

(adaptado de texto de sua esposa, Ester Luiza Tussi Werner, em 20/05/1995)

RUA DOMINGOS FIGUEROA

Extensão: 100 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2935/2012

Domingos Figueroa, (na grafia de seu sobrenome não existe o acento circunflexo, ao contrário do que consta na lei) filho dos pioneiros de Caçador, José Figueroa e Irene Sorgatto Figueroa nasceu em Caçador-SC, no dia 15 de fevereiro de 1937.

Na sua infância viveu em Caçador com sua família, amigos e conhecidos, onde era uma criança divertida que gostava de caçar, pescar e jogar futebol entre outras atividades. Estudou no Colégio Aurora até o primário.

Na sua juventude trabalhou nos negócios do pai na agricultura, colheita de uva, criação de porcos e gado. Atuou como motorista autônomo, fazendo o transporte de uva da Linha Cará, Linha São Francisco e São Pedro para a Cooperativa Viti-Vinícola Caçador, mantendo sempre um excelente relacionamento com os agricultores (colonos) da época.

Aos 22 anos de idade casou-se com Teresinha Lourdes Pegoraro Figueroa e deste enlace tiveram três filhos: José Luiz Figueroa, Cesar Antonio Figueroa e Mariza Aparecida Figueroa.

Após o casamento, adquiriu uma propriedade rural hoje denominada Granja Três Palmeiras onde foi residir. Porém, continuou por algum tempo atuando como motorista de caminhão no transporte de uvas. Em 1964 foi contratado pela empresa Victorio Poletto SA, onde atuou em vários setores até tornar-se encarregado da serraria de madeiras e posteriormente encarregado de mato. Também atuou na parceria da empresa com a Viti-Vinícola Caçador na compra de uvas na região.

Neste período sempre esteve envolvido com os agricultores da região. Na empresa Victorio Poletto SA sempre foi bem relacionado com todos os empregados a ele subordinados, mantendo sempre laços de amizade e

cordialidade. Sempre atuou de forma humana e consciente nas reivindicações dos colegas de trabalho, gostava de ajudar as pessoas.

Nunca esqueceu de seu lazer tendo como preferência a caça, pesca e o futebol. No tempo em que esteve como empregado da empresa Victorio Poletto SA sempre foi um incentivador do esporte na empresa mantendo um time de futebol que participava de todos os campeonatos de 1º de maio e jogos no interior. Também foi sócio fundador do clube das bochas.

Aos 38 anos de idade, Domingos Figueroa adoeceu por causa de um tumor cerebral, vindo a óbito em 08 de junho de 1986, aos 48 anos de idade.

(adaptado de texto de seu filho, José Luiz Figueroa)

RUA DOMINGOS FURTADO

Extensão: 420 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 676/1993

Domingos Furtado, filho de Pedro Furtado de Andrade e de Mariana Guimarães de Camargo, nasceu em Curitiba – SC, em 01º de novembro de 1890.

Casado com Dulcelina Moreira da Silva, teve 8 filhos: Olga, José, Heronildes, João, Tereza, Nadir, Dorival e Ivanilda.

Chegou em Caçador na época da Guerra do Contestado. Instalou-se com seus pais na parte alta das margens do Rio Caçador.

Trabalhou na cultura da mandioca para a fabricação de farinha na própria fábrica, mais conhecida como “tafona”.

Com a chegada das equipes de construção da estrada de ferro, começou a trabalhar como fabricante de dormentes para assentamento dos trilhos e fabricação de pontes, sendo um dos construtores da ponte metálica sobre o Rio Caçador.

Trabalhou no trecho entre a estação Adolfo Konder e a estação Engenheiro Leite Ribeiro.

Depois, e até seus últimos dias, dedicou-se à agricultura, cuidando de chácaras de criação de gado e plantações.

Faleceu em 12 de junho de 1980, vítima de infarto do miocárdio, aos 79 anos de idade.

RUA DOMINGOS GABARDI

Extensão: 280 metros

Bairro: Bello

Lei 28/1977

Domingos Gabardi, natural de Caçador, nascido a 22 de setembro de 1907. Suas atividades foram inerentes à agricultura desde sua infância.

Pai de três filhos, todos residentes em Caçador com exercício no ramo madeireiro.

Durante muitos anos foi político atuante em nossa comunidade, pertencendo ao antigo Partido Social Democrático (PSD). Membro do Diretório do partido por vários anos, deu sua parcela de contribuição muito significativa ao nosso povo.

(Texto do Vereador João Maria Gonçalves)

RUA DOMINGOS GIOVANI PEGORARO

Extensão: 700 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 836/1994



Domingos Giovanni Pegoraro, filho dos imigrantes italianos Arcângelo Pegoraro e Maria Signor, nasceu em Bento Gonçalves – RS, aos 20 de julho de 1909.

Casou-se com a senhora Rachel Silvestrin Pegoraro em 02 de junho de 1938, com quem teve 7 filhos, sendo apenas uma do sexo feminino: Waldir Antônio Pegoraro, Waldemar Paschoal Pegoraro, Euclides Luiz Pegoraro, Maria de Lourdes Pegoraro, Renato Arcângelo Pegoraro, Carlos Alberto Pegoraro e Milton César Pegoraro.

Veio para Caçador em 1941, aos 32 anos de idade. Aqui, auxiliou na colonização da cidade.

Exerceu a atividade de extração de madeiras, por mais de 20 anos. Destacou-se na agricultura quando iniciou experimentos com as variedades da uva Afonso Lavalet e Dedo de Dama, até então desconhecidas em nosso estado, sendo premiado várias vezes pela qualidade deste produto.

Foi sócio-fundador do moinho São Judas Tadeu hoje Industrial Moageira Ltda., auxiliando na criação da Rede de Supermercados Cereal. Sócio-fundador da Cooperativa Agrícola de Caçador.

Participou financeiramente da construção do Hospital Jonas Ramos e do Ginásio Aurora, além de auxiliar na formação da Banda Marcial Aurora.

Sempre atento às reivindicações comunitárias, auxiliou financeira e administrativamente na construção da capela Nossa Senhora Rainha, no Santelmo.

Líder comunitário, atuante na vida pública, doou terreno de 3.000 m² na esquina das ruas Alcides Tombini com Comendador Caetano Balvedi, para a construção da Casa do Colono, onde já funcionaram a CAFASC, EPAGRI, Secretaria Municipal de Agricultura, e atualmente a CIDASC.

Domingos Giovanni Pegoraro faleceu em 27 de novembro de 1978, aos 69 anos de idade.

(adaptado de texto de seu filho, o Vereador Carlos Alberto Pegoraro)

RUA DOMINGOS MENIN

Extensão: 170 metros

Bairro: Martello

Lei: 2659/2009

Domingos Menin, filho de Luiz Menin e Santina Dagoni Menin, nasceu em 12 de Agosto de 1928, no município de Lagoa Vermelha – RS. Com dois anos de idade sua terra natal acompanhado de seus pais Luiz e Santina e as irmãs: Doralina, Verônica e Albina para fixar residência no município de Caçador.

Domingos Menin morou com os pais por muito tempo na Linha Cará e neste período conheceu Tecla Borba com quem se casou e teve 10 filhos. Airton José, Roseli, Ademar, Zenira, Arnaldo, Tânia, Adelmo, Marina, Araldo e Jussara.

Domingos aprendeu com seu pai Luiz a plantar parreiras e construir parreirais. Eram conhecidos na região como os melhores construtores de parreiras e melhores castradores de porcos.

Posteriormente, saiu da propriedade de seus pais e adquiriu a sua propriedade na mesma comunidade da Linha Cará no km 5, estrada Caçador – Taquara Verde. Nos anos de 1960 veio a trabalhar no Frigorífico Dom Porquito no bairro Vila Paraíso. Quando fechou o frigorífico, Domingos voltou para a agricultura adquirindo uma pequena propriedade na Linha São Francisco de Salles. Na

Linha São Francisco, ele continuou a plantar parreiras e a construir parreirais. Fazia utensílios domésticos de madeira, barril, bordaleza para a fabricação artesanal de vinhos.

Em 11 de agosto de 2005, Domingos Menin veio a falecer no Hospital Regional de São José na Grande Florianópolis.

As boas lembranças ficarão para sempre guardadas em nossas memórias, na esperança de podermos um dia nos encontrar novamente em um lugar maravilhoso junto ao nosso querido Pai Jesus Cristo.

Domingos Menin, deixou em nossos corações um grande vazio e um exemplo de vida onde tudo o que fazia realizava com o máximo de perfeição e amor.

(extraído de texto de sua família)

RUA DOMINGOS PEDRO MACHADO

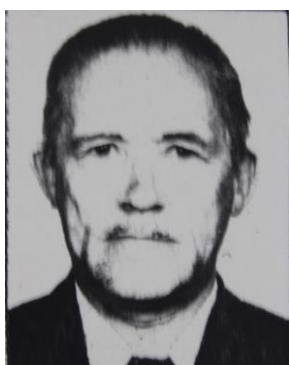
Extensão: 270 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 595/1992

Domingos Pedro Machado nasceu aos 16 de março de 1924, na cidade de Urubici – SC, filho de Inácio Pedro Machado e de Inez Alves de Jesus.

Chegou em Caçador no ano de 1943, aos 19 anos de idade, juntamente com seus pais e irmãos.



Era casado com Dona Maria da Luz Corres Velasques Machado, com quem teve oito filhos, Mara Terezinha, Marina Bernardete, Maria Elizabethe, Margarete, Vilma Aparecida, Roseli, Ademir, Altair e Gilmar.

Trabalhou sempre como operário na indústria madeireira de Caçador, sendo que entre abril de 1945 e junho de 1958, exerceu suas atividades na empresa Adami & Cia Ltda., totalizando 13 anos de trabalho, e de julho de 1958 a setembro de 1985 trabalhou na empresa Serraria Guarani SA, também ininterruptamente, totalizando 27 anos.

Foi pessoa exemplar em sua conduta, lealdade e serviços prestados apenas nessas duas empresas e, conseqüentemente, à comunidade caçadoreense.

Faleceu em 12 de dezembro de 1989, aos 65 anos de idade.

RUA DOMINGOS PIVATO

Extensão: 200 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1417/1999

Domingos Pivato, filho de Antonio Pivato e da imigrante italiana Rachel de Toffol, nasceu em Luís Alves (então distrito de Itajaí – SC), em 12 de março de 1902.

Transferiu-se com seus pais para o Rio Grande do Sul, onde trabalharam na agricultura.

Aprendeu a profissão de barbeiro, a qual exerceu até quase o final de seus dias.

Participou da Revolução de 1932 (Revolução Constitucionalista) ocorrida no estado de São Paulo, ao lado dos rio-grandenses.

Em 1934, casou-se com Leocádia Kerber em Viadutos – RS, com quem teve três filhos: Dinorah (casada com Paulo Pisklevitz), José Antônio (casado com Marta Elvira Ristau) e Maria Helena (casada com Luiz Carlos Tristão).

Em 1945 mudou-se para Caçador, juntamente com a família, estabelecendo-se na então rua 15 de Novembro (atual Carlos Sperança), exercendo a profissão de barbeiro por 37 anos.

Em 1976, mudou-se para a Rua Padre Feijó, onde viveu até seu falecimento, ocorrido no dia 27 de março de 1980, aos 78 anos, vítima de colapso cardíaco.

RUA DOMINGOS SORGATTO

Extensão: 900 metros

Bairro: Gioppo, Bello

Lei 14/1950

Domingos Sorgatto, nascido em Genova, Itália. Casou-se com Justina Bassegio Sorgatto na cidade de Garibaldi, de onde mais tarde se transferiram para Passo Fundo e de lá trouxeram 8 filhos.

Em 1920 transferiram-se para Santa Catarina morando 3 anos em Rio das Antas, trabalhando com serraria. Em 1923 mudaram-se para Caçador, estabelecendo-se na indústria da fabricação de vinho, sendo a primeira cantina do município, a qual era abastecida com a própria produção de uvas da família.

A família dedicou-se também a outros ramos da agricultura como milho, feijão, trigo.

De 1925 até 1930, já com seus 10 filhos, a família montou Casa Comercial em companhia de Pedro Bortolon, Júlio Tortatto e Jogo Palermo. Estabelecimento este construído onde hoje situa-se o Edifício Bolson, na Avenida Barão do Rio Branco. Na ocasião exploravam e exportavam erva-mate para a Alemanha, cujo produto era usado para fazer tintas e para uso medicinal.

Mais tarde a família montou armazém de Secos e Molhados, tendo como sócios Pedro Busatto, Alcides Ferrareze e José Figuerôa. No local do antigo Danúbio Azul.

Domingos Sorgatto foi um dos fundadores da Sociedade Hípica Caçadoreense, nas margens do Rio do Peixe.

A família foi grande colaboradora na ocasião da construção da primeira ponte de ligação da Vila Santelmo com a vila de Rio Caçador.

RUA EDGAR DA SILVA PACHECO

Extensão: 130 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2949/2012

Edgar da Silva Pacheco, filho de João Thimóteo Pacheco e Leontina Bornhausen Pacheco, nasceu em Blumenau – SC, em 09 de agosto de 1916.

Casado com Olga de Liz e Sousa Pacheco, com quem teve 5 filhos, Eulina, Eulita, Yolanda, Edgar e Paulo.

Acompanhando seu pai, funcionário dos Correios, aos 12 anos Edgar mudou-se para Lages. Aos 16 anos começou a trabalhar como garçom.

Casado, veio morar em Caçador a convite do amigo João Godinho, que havia conhecido em Lages. Manteve a atividade de garçom aqui em Caçador.

De 1939 a 1946, trabalhou como empreiteiro de serraria, no distrito de Taquara Verde. A partir deste ano, juntamente com seus irmãos, adquiriram três caminhões, destinados ao transporte de madeira para a empresa Adami, com destino a Itajaí.

Em 1964, com a criação do município de Lebon Régis, foi nomeado pelo primeiro prefeito para assumir a função de delegado, devido à sua

popularidade, conhecimento e segurança. Exerceu esta atividade também nos municípios de Rio das Antas e Caçador.

Em 1972, Edgar Pacheco fundou a Guarda Caçadoreense, atuando na segurança privada até o ano de 2002.

Edgar da Silva Pacheco faleceu em 06 de outubro de 2008, aos 92 anos de idade.

RUA EDMUNDO COELHO DE MATTOS

Extensão: 100 metros

Bairro: Bello

Lei 600/1992

Edmundo Coelho de Mattos, filho de José Coelho Cidade e Josina Clara de Jesus, nasceu no ano de 1901 na cidade de Lages – SC.

Casado com dona Maria Olívia Pinheiro Coelho.

Faleceu aos 13 de abril de 1976, aos 75 anos de idade, vítima de câncer de pâncreas.

RUA EDUARDO BENTO

Extensão: 120 metros

Bairro: Berger

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Berger, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

No ano de 1972, esta rua, ainda apenas planejada, chegou a ser denominada como Rua Irmão Venâncio José. Com a compra do terreno destinado ao SENAI, em 1974, e sua posterior edificação, a configuração do planejamento urbano daquela área foi alterada, levando à não implantação da rua.

Anos mais tarde, já na nova configuração a rua foi denominada como Eduardo Bento, porém não encontramos registros da publicação da lei com esta denominação.



Eduardo Bento, filho dos imigrantes italianos Julio Bento e Joaquina Bento, oriundos da região do Vêneto, nasceu em Passo Fundo em 28 de dezembro de 1896.

Formou família na cidade de Passo Fundo, ao casar-se com Maria Bortolon. Vieram para a vila de Rio Caçador com três filhos: Diva, Rubens e Noêmia, no ano de 1924, instalando-se em terrenos adquiridos juntamente com seu sogro e filhos: da esquina da atual Rua Carlos Sperança (antiga 15 de Novembro) com Nereu Ramos até a Avenida Barão do Rio Branco.

Construiu sua residência onde hoje se situa o prédio da TELESC. Ainda na década de 1920, na Vila de Rio Caçador, construiu a parte de ferro da primeira ponte, ligando o Santelmo à rua José Boiteux, então a principal rua da antiga Vila. O fez juntamente com seu sogro Pedro Bortolon. Muito contribuiu para o desenvolvimento do município, trabalhando na agricultura e em sua profissão de ferreiro.

Construiu junto com seu cunhado Antonio Bortolon, o edifício Bortolon/Bento, que abriga hoje o Banco SICOOB, tendo doado o terreno para a sua edificação.

Eduardo Bento faleceu em 23 de maio de 1976, aos 79 anos de idade.



Residência de Eduardo Bento, com vários integrantes de sua família.

RUA EDUARDO HARTMANN

Extensão: 260 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2195/2005

Eduardo Hartmann, filho de Miguel Hartmann e Maria Selbach Hartmann, nasceu em Não Me Toque – RS, no dia 18 de setembro de 1915.

Casado com Lúcia Ernesta Santolin, veio para Caçador no ano de 1935, juntamente com seus pais, irmãos e esposa, fixando residência na Rua Nereu Ramos.

Sua atividade profissional era a carpintaria industrial. Iniciou com uma serraria na localidade de Faxinal São Pedro, juntamente com seu pai e irmão, para onde se mudou posteriormente. Foi sócio da firma Reichmann, localizada no Santelmo.

Na década de 1950, construiu um moinho colonial na localidade do Cerro Branco, movido por um motor a gasolina.

Como carpinteiro, construiu e ajudou profissionalmente na construção de várias serrarias e casas para operários. Foi um pioneiro na indústria madeireira de Caçador, contribuindo para o progresso do município.

Em 1960, passou a residir na Rua Tijucas, no bairro Bom Jesus e aposentou-se em 1965, por motivo de saúde.

Eduardo Hartmann teve 8 filhos: Aquiles Pedro, Ivo João, César José, Abenur Antonio, Ester Lourdes, Narciso, Iria Madalena e Vilson.

Faleceu, vítima de trombose, no dia 24 de novembro de 1985, aos 70 anos de idade.

RUA EGÍDIO CARPES

Extensão: 50 metros

Bairro: Centro

Lei 44/1966

Egídio de Oliveira Carpes, filho de João de Oliveira Carpes e de Silvéria Antines Carpes, nasceu em Carazinho – RS, no ano de 1883.

Seu filho, João Pedro Carpes, foi vereador em Caçador entre os anos de 1959 e 1970.

Egídio de Oliveira Carpes faleceu em 22 de junho de 1965, aos 82 anos de idade.

RUA EGÍDIO CORDEIRO

Extensão: 150 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

No entanto, no caso desta rua, em 1985, através da Lei 63/1985, houve uma nova denominação para a rua, chamada, através da Lei 63/1985 de “Rua João Pereira Primo”. A lei de 1984 não havia sido revogada e passou a existir uma nova denominação. Mais do que isso, em 1986, quando houve a revisão das ruas da lei 16/1984, que englobava também esta rua, descrita como “Rua V do loteamento Caçanjurê”, a denominação de 1984, de Egídio Cordeiro, foi reeditada, voltando à normalidade, afinal a primeira denominação havia sido a de “Rua Egídio Cordeiro” e abandonando a denominação de “Rua João Pereira Primo”. Todavia, a lei 63/1985, não foi revogada e permanece a questão de adequação legal desta legislação, para consertar o equívoco cometido.

Egydio Cordeiro, (a grafia correta de seu nome é com “y”) filho de Sebastião Gonçalves Cordeiro e de Hortência Trindade Cordeiro, nasceu em Caçador, no ano de 1920.

Casado com Nilda Izolde Grossteinbach Cordeiro, teve 7 filhos: Reinaldo, Geni Terezinha, Luci Terezinha, Ivone, Iolanda Aparecida, Antônio Luiz e Simone Aparecida.

Egydio Cordeiro faleceu em 22 de fevereiro de 1978, aos 57 anos de idade, vítima de embolia pulmonar quando em tratamento de câncer de próstata.

Como adendo, acrescentamos a biografia de João Pereira Primo – com 71 anos de idade, faleceu no dia 19 de maio de 1978. Era casado com Dona Lavina Pereira e deixou nove filhos. Veio do Rio Grande do Sul com 17 anos sendo capataz de Francisco Fonseca por mais ou menos cinco anos.

Logo após casar, foi morar em São Pedro, sendo um dos fundadores da comunidade. Doou a madeira para a construção da Capela e da Escola de São Pedro, sendo Presidente da Comissão de construção por muitos anos.

Suas atividades sempre foram ligadas à agricultura, sendo um dos maiores safristas da comunidade. Foi também fundador do Cemitério em São Pedro. Foi também fruticultor, sempre tendo seu parreiral, plantações de maçã e figo. Foi, enfim, um líder daquela comunidade.

RUA ELIAS ABDALLA

Extensão: 450 metros

Bairro: Centro

Lei 41/1967



Elias Abdalla, como era conhecido, apesar de seu nome completo ser Elias Abdalla Farfud, filho de Abdalla Issa e Sucena Azure, nasceu na Síria, no ano de 1887.

Veio da Síria para o Brasil no navio francês de nome “Mafalda”, levando 30 dias de viagem para chegar até São Paulo.

Comerciante, morou em Porto União, Palmas, Curitiba e fixou residência em Caçador, quando poucos moradores habitavam esta cidade. Ao escolher Caçador para criar sua família, estava participando da construção deste município. A casa que foi inicialmente construída por ele (e que foi chamada de “arranha-céu” à época, por seus três andares construídos em madeira) localizava-se no local onde hoje encontra-se o Banco do Brasil.

Elias Abdalla Farfud faleceu em 05 de dezembro de 1966, aos 79 anos de idade, vítima de insuficiência cardíaca congestiva.

RUA ELIAS BIASI

Extensão: 1.100 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 44/1966

Elias Biasi, filho dos imigrantes italianos Giuseppe Biasi e Maria Zanella, nasceu em Veranópolis – RS, no ano de 1897.

Exerceu as atividades de comerciante.

Elias Biasi faleceu em 09 de janeiro de 1966, aos 68 anos de idade, vitimado por problemas renais.

RUA ELIAS DE MORAES

Extensão: 180 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Elias Antônio de Moraes era um fazendeiro, juiz de paz do distrito de São Sebastião das Perdizes Grandes, e major da Guarda Nacional.

A Guarda Nacional, por sua vez, havia sido criada após a abdicação de Dom Pedro I, numa tentativa de criação por parte das Regências, de uma força militar não subordinada ao Exército, no temor de que este, comandado por lusitanos, se insurgisse pela volta de Dom Pedro I. A Guarda Nacional tinha características civis, sendo subordinadas aos Juizes de Paz, Juizes Criminais, Presidentes de Províncias e ao Ministro da Justiça. A sua organização se baseava nas elites políticas locais, arregimentando as lideranças e fortemente politizada.

Na época da república já havia uma desmobilização. No entanto ainda representava um poder bélico considerável, opondo-se muitas vezes ao poderio do exército formal.

A história de Elias é ligada à de Eusébio Ferreira dos Santos, criador de gado e porcos em Perdizes Grandes, que esteve com José Maria antes da partida para o Irani. Eusébio foi um dos obstinados primeiros devotos de José Maria, crendo na sua ressurreição. Eusébio foi o avô da menina Teodora, vidente que receberia ordens de José Maria, depois de sua morte.

No reduto de Caraguatá, a figura de Elias de Moraes, amigo de Eusébio, passou a obter destaque, sendo convidado para ser o comandante daquele reduto.

Em Caraguatá, surgiu a mais expressiva líder feminina do levante, Maria Rosa, filha de Elias de Souza, lavrador da Serra da Esperança. Maria Rosa ouvia José Maria e deliberava seus pareceres para os demais.

Diante dos presságios de Maria Rosa de que em breve haveriam acontecimentos funestos, o comandante geral Elias de Moraes tratava de prevenir-se, pois as forças do governo não tardariam a chegar. Foi ele quem buscou o apoio de Venuto Baiano, um antigo marinheiro da esquadra de guerra, desertor da Revolta da Armada, que vivia por aquelas paragens, para ser “comandante de briga”, formando um novo estado-maior no lugar dos Pares de França, um corpo de espiões e grupos responsáveis pelo recrutamento de novos combatentes.

No dia 9 de março de 1914 os militares estacionados na estação de Caçador marcham sobre Caraguatá, enfrentando franco-atiradores nas matas. A retaguarda foi atacada. Desorientados pela ação de guerrilha dos caboclos, 26 militares são mortos e 21 feridos. Os rebeldes obtêm nova vitória. Uma epidemia de tifo força a mudança de reduto. Quando os militares chegam ao local se limitam a queimar as casinhas restantes.

Saídos de Caraguatá, fundaram o reduto de Bom Sossego, com Elias permanecendo como comandante geral. Elias era considerado por alguns como “um rei que não governava”, tamanha era sua influência nas escolhas dos comandantes do movimento. Acabou comandando, em segundo plano, os comandantes Aleixo, Venuto Baiano e Bonifácio Papudo. Conta-se que, contrariado após a incursão de Venuto ter matado o Capitão Matos Costa, mandou Adeodato executá-lo, o que aconteceu num capão de mato no Vale de Santa Maria.

Pode-se dizer que foi Elias de Moraes quem realizou a transição de um combate fundamentalmente religioso, com os “fanáticos”, para um combate de guerrilha, com os “jagunços”.

Em dezembro de 1915, Elias de Moraes é surpreendido em um piquete de vaqueanos legalistas liderado por Pedro Ruivo, sendo chacinado, juntamente com sua família.

RUA ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI

Extensão: 280 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2948/2012

Eloe Henrique Formighieri, filho de Narciso Formighieri e de Teodora Matilde Formighieri, nasceu em Caçador, em 29 de novembro de 1940.

Estudou no Grupo Paulo Schieffler, e no Colégio Aurora. Trabalhou como motorista de caminhão e, posteriormente, como motorista de ônibus na empresa Reunidas. Por 20 anos foi comerciante nesta cidade de Caçador.

Casou em 26/09/1965 com Ivanilda Figueroa Formighieri, sendo que dessa união nasceram 3 filhas: Cristiane Formighieri Rotta, Luciane Formighieri Binotto e Liana Formighieri Schulz.

Eloe Henrique Formighieri faleceu em 26 de julho de 2008, aos 67 anos de idade.

RUA ELVIRA POPIA PAVELSKI

Extensão: 730 metros

Bairro: Martello

Lei: 2934/2012

Elvira Popia Pavelski, filha de Alexandre Popia e Rosa Popia, nasceu em Paulo Frontin – PR, em 14 de outubro de 1928.

Casada com Victor Pavelski, com quem teve 4 filhos: Dirceu Edson Pavelski, Osmar Pavelski, José Luiz Pavelski e Beatriz Pavelski.

Veio para Caçador, juntamente com o seu marido, onde se estabeleceram com serraria de madeiras, sendo portanto pioneiros da indústria madeireira de Caçador.

Dona lade, como era conhecida, sempre foi a incentivadora de seu marido, sendo ambos de grande simpatia entre aqueles que trabalhavam em suas

indústrias dos quais tem inúmeros "compadres" , modo de demonstrar amizade entre as pessoas simples.

Dona Iade sempre participou como membro ativo da Associação das Damas de Caridade, e quando do envolvimento de seu marido e especialmente de seu filho, quando de sua candidatura a Prefeito de Caçador em 1976, foi a maior incentivadora e a principal "chefe" da campanha de seu filho.

RUA EMÍLIA GIOPPO BRASIL

Extensão: 800 metros

Bairro: Gioppo

Lei 905/1995

Emília Gioppo Brasil, nascida aos 07 de dezembro de 1913, em União da Vitória – PR, filha dos imigrantes italianos e desbravadores caçadorenses José Gioppo e Margarida Carreta Gioppo.

Veio para Caçador ainda criança, com sua família, morando no atual bairro Gioppo.

Casou-se com Pedro da Silva Brasil em 08/09/1934, com quem teve nove filhos: Sueli, Margarida, Nelci, Irene, Arnaldo, Zilda, Maria Raquel, Maria Lúcia e Paulo César.

Emília traduziu-se em exemplo dignificante, como pessoa, esposa e mãe.

Emília Gioppo Brasil faleceu em 10 de agosto de 1987, aos 73 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

Outro exemplo da prática, especialmente percebida neste ano de 1995, de alteração de nomes de vias públicas, alterando a antiga “Rua Iracema”, para o nome de “Rua Emília Gioppo Brasil”.

Longe de fazer um indevido julgamento do mérito dos homenageados, mais do que merecedores desta singela forma de reconhecimento de seus préstimos à cidade e à comunidade caçadorenses, pode-se observar que a alteração de nomes de logradouros públicos é uma prática que altera mais do que apenas o nome, mas todo o histórico e contexto da cidade.

A Rua Iracema não homenageava ninguém em particular, pois o nome com origem na língua tupi, significa “saída de mel, saída de abelhas”, e que ficou famoso após 1865, com o romance de José de Alencar, intitulado originalmente como “Iracema – Lenda do Ceará”. Na obra, o escritor explica que Iracema significaria na língua tupi “lábios de mel”, explicação incorreta para os filólogos,

no entanto a explicação foi adotada como verdadeira, derivando daí o conhecido “Iracema – A Virgem dos Lábios de Mel”.

Tratava-se apenas de uma consonância com diversas outras vias da região, todas com nomes indígenas, nomeadas originalmente através de uma lei de 1967. De qualquer forma, uma alteração do contexto em que estas ruas estão inseridas.

RUA EMILIO JOAQUIM

Extensão: 350 metros

Bairro: Centro

Lei 21/1966



Emílio Joaquim nasceu na cidade de Shoueri, República Libanesa, no ano de 1873. Emigrou para o Brasil em 1889, por ter aqui todos os seus irmãos e primos, com apenas dezesseis anos de idade.

Estabeleceu-se pelo curto período de um ano em Piracicaba, Estado de São Paulo, trasladando-se depois para Santa Rita de Cássia. Nessa cidade residiu quinze anos, escolhendo Franca no mesmo Estado para implantação de uma fábrica de cigarros.

Essa indústria, funcionando com máquinas importadas da Alemanha não chegou a desenvolver-se, pois perseguições políticas obrigaram Emílio Joaquim a mudar-se para Campinas. Após três anos escolheu Rio Caçador, vindo residir neste então Distrito de Porto União em 1923.

Casou-se em Piracicaba, em 1910 com Dona Afife Zaidan, da qual nasceram seus filhos: Adelia, Nadjilia, Guilherme e Antonio.

Angariou fama de Traumatologista, tendo adquirido tal prática com um médico nos tempos em que residia em Santa Rita de Cássia. Sua colaboração na sociedade caçadoreense, caracterizou-se pelo atendimento a centenas de casos, substituindo a falta de pessoas qualificadas.

Foi pioneiro no comércio lojista em Caçador, se estabelecendo definitivamente aqui em julho de 1923. Não deixou de dar sua participação na Fundação do Clube 7 de Setembro, em 1926.

Veio a falecer em 16 de dezembro de 1956, tendo desempenhado até os últimos dias, atividades comerciais.

RUA EMÍLIO PREVEDO

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2482/2007

Emílio Prevedo, filho de Basílio Prevedo e Angelina Prevedo, nasceu em Porto União – SC em 08 de maio de 1938.

Mudou-se para Caçador no início da década de 60 onde casou-se com Carmin Aguiar Prevedo. Teve seis filhos, Ivo Luiz, Irineu, Cláudio, Roseni, Rose e Edson.

Pessoa simples, foi funcionário da extinta madeireira Douat. Na década de 1970 abraçou a profissão de pintor residencial, tendo sido um dos profissionais mais requisitados de seu tempo. Foi um dos incentivadores da fundação de um sindicato que reunisse pintores, pedreiros e carpinteiros em Caçador.

Membro atuante da Comunidade Ucraniana de Caçador, residiu grande parte de sua vida no bairro Kurtz, onde foi presidente dos clubes de futebol amador, Fluminense Futebol Clube e Botafogo Futebol Clube.

Viveu em Caçador até seu falecimento em 23 de janeiro de 1989, aos 50 anos de idade, vítima de problemas hepáticos.

RUA EQUADOR

Extensão: 70 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não

existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



O Equador é um país sul-americano localizado exatamente sob a linha que demarca os hemisférios norte e sul do globo terrestre, sendo esta a origem de seu nome. É um dos dois únicos países sul-americanos que não faz fronteira com o Brasil (o outro é o Chile).

Como a origem é a mesma, sendo um país que separou-se da Colômbia em 1830, sua bandeira também é derivada da bandeira colombiana, diferindo apenas pela adoção de um brasão de armas central.

Pertence aos domínios do Equador o arquipélago das ilhas Galápagos, que ganharam notoriedade com as pesquisas do naturalista inglês Charles Darwin. As Galápagos garantem ao Equador o título de país com a maior biodiversidade por quilômetro quadrado do mundo.

RUA ERCÍLIO DE LIMA

Extensão: 950 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Hercílio de Lima (a grafia correta de seu nome é com “H”), filho de Tristão Lourenço de Lima e de Maria José do Canto Lima, nasceu em São Joaquim – SC, no ano de 1913.

Exercia as atividades de comerciante. Faleceu em 01 de novembro de 1962, aos 49 anos de idade, devido à hemorragia interna provocada por ferimento com faca.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA VEREADOR ERI DUPONT

Extensão: 250 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2965/2012

Eri Dupont, filho de Benno Dupont e de Selma Dupont, nasceu em Carazinho – RS, em 18 de novembro de 1938.

Ainda criança, deslocou-se com seus pais para o atual Município de Macieira, onde a família se estabeleceu na Barra do Rio São Pedrinho, desbravando a região, construindo uma fábrica de pasta mecânica. Mais tarde, formou-se como técnico em contabilidade, atuando na cidade, e, depois, dedicou-se ao ramo do comércio.

Casou-se com Ingrit Groth Dupont e teve quatro filhos. Rosane Kathia, Eliane Beatriz, Evandro Luiz e Marcos Vinício Dupont.

Dotado de grande capacidade, dedicou-se paralelamente à elaboração de projetos arquitetônicos, sendo responsável por mais de quatro mil plantas residenciais, comerciais e de igrejas em nossa cidade.

Foi membro fundador da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Eleito vereador nos anos de 1970 a 1973 e de 1973 a 1977, destacou-se pelo seu dinamismo, apresentando grande número de indicações, sempre visando ao bem da comunidade.

Eri Dupont também deu sua contribuição com a idéia do Sistema Troca-Troca de sementes e de máquinas agrícolas e de calcário, o que veio a auxiliar muito os agricultores, por permitir o pagamento com a produção.

De espírito empreendedor, nas décadas de 70 e 80, construiu a Cerâmica Dupont, para a fabricação de tijolos e telhas, na localidade de Adolfo Konder.

Pela trajetória de trabalho desenvolvida e pela relevante contribuição no campo de suas atividades, que levou ao engrandecimento do Município de Caçador, foi-lhe outorgada, em 17 de junho de 2011, a Medalha de Mérito "O Desbravador Caçadorenses", em solenidade na Câmara Municipal de Vereadores.

Eri Dupont faleceu em 23 de outubro de 2012, aos 73 anos de idade.

RUA ERMINDO ALBINO FONTANA

Extensão: 290 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 13/1984

Ermindo Albino Fontana, filho de Cândido Fontana, e Maurila Meazzi, era natural de Guaporé – RS, onde nasceu em 18 de janeiro de 1911.

Casou-se com Albertina Dall'Ácqua, com quem teve nove filhos: Mauro Antônio Fontana, Evaldo Luiz Fontana, Ancila T. Fontana, Elza Fontana, João Fontana, Aristeu Fontana, Valmor Fontana, Vitorino Carlos Fontana e Carlos Fontana.

Apesar de natural do Rio Grande do Sul, considerava-se um verdadeiro catarinense, ou melhor, caçadoreense, pois, transferiu-se para esta cidade em 1945, aqui permanecendo até sua morte.

Exímio conhecedor do manejo com pedras, deixou sua marca em Caçador pela construção de milhares de metros quadrados de calçamento e outras obras, trabalhando sempre com muitas dificuldades, pois procedia de família humilde e destituída de bens e riquezas.

De seus 69 anos vividos, quase 60 foram dedicados ao trabalho, qualidade que sempre cultivou com muito empenho, uma vez que, desde os 10 anos obrigou-se a lutar pela vida e a de seus pais, só paralisando suas atividades dois anos antes de falecer, por enfermidade que lhe suprimiu as forças para prosseguir.

Das qualidades que se destacaram em sua existência pode se ressaltar seu espírito humanitário, lisura nos negócios, humildade e amizade, principalmente com gente humilde e menos favorecida pela sorte, além de uma vontade imperiosa de vencer.

Ermindo Albino Fontana faleceu em 20 de janeiro de 1980, aos 69 anos recém completados.

RUA ERMINDO LUIZ SETTI

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 694/1993

Ermindo Luiz Setti, nascido em Caxias do Sul a 18 de novembro de 1919, filho de Gasparo Setti e Tereza Massegnani Setti.

Ainda garoto veio para Santa Catarina, morou em Iomerê, então distrito de Videira. Com o tempo, casou-se com dona Maria Pagliosa de Mattos Setti e vieram a morar em São Valentin, também distrito de Videira. Tiveram 10 filhos: Terezinha, Severino, Marcelina, Valdir, Paulo, Doralina, Vilmar, Valentin, Cecília e Anna.

Participou da Comissão da Igreja e Escola daquela comunidade. Também participou de organizações e conservações da estrada da linha que até hoje é chamada de “Linha Setti”, pertencente ao município de Arroio Trinta.

Mais tarde foi morar na linha Palmeira, que pertencia ao distrito de Macieira, município de Caçador. Ali morou durante seis anos e participou da construção da igreja. Depois, com os filhos todos casados, veio morar em Caçador, na Rua Arroio Trinta (hoje Jordão Granemann), no bairro dos municípios, onde participou do Centro Comunitário e foi conselheiro do bairro.

Morou sete anos nesta cidade, onde veio a falecer, no dia 25 de dezembro de 1981, vítima de coma diabético, aos 63 anos de idade.

RUA ERNA INGE KELLER

Extensão: 80 metros

Bairro: Reunidas

Lei: 2901/2012

Erna Inge Keller, filha de Edmundo Kaul e Anna Catarina Sagmeister Kaul, nasceu em Caçador, no dia 17 de dezembro de 1930, registrada no cartório de registros do distrito de Taquara Verde.

Casou-se com Arno Keller em 30/10/1953, com quem teve 8 filhos, Renata, João Armindo, Wilibaldo, Walter, Ilgo, Ivo Francisco, Carlos Luiz e Nelci Marlene.

Após o casamento foi morar na antiga Linha dos Alemães, atualmente Rua Panamá, no Bairro Reunidas, até seu falecimento.

Mesmo com pouca instrução fez de tudo para dar uma vida digna aos filhos e providenciar seus estudos.

Trabalhou na agricultura e também com trabalhos manuais e era uma pessoa muito bem quista entre os vizinhos e pessoas de suas relações.

Erna Inge Keller faleceu em 07 de dezembro de 2008, dez dias antes de completar 78 anos de idade.

RUA ERNESTO ANTÔNIO ZARDO

Extensão: 300 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Ernesto Antônio Zardo, filho de Hildebrando Zardo e de Argia Zardo, nasceu em Passo Fundo – RS, no ano de 1912.

Casado com Vernibalda Gonciovski Zardo, teve três filhas: Jaci, Marlene e Marinice.

Ernesto Antônio Zardo faleceu em 26 de junho de 1977, aos 64 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ERNESTO BARBOZA ROESCH

Extensão: 70 metros

Bairro: Reunidas

Lei 498/1991

Ernesto Barboza Roesch nasceu no dia 20 de dezembro do ano de 1911, na cidade de Uruguaiana – RS, filho de Carlos Guilherme Roesch e de Maria da Glória Barboza Roesch.

Bacharelou-se em Direito e Ciências Jurídicas e Sociais em Porto Alegre em 1933.

Vindo em seguida para Caçador, como advogado do Sr. Domingos Sorgatto. Chegando aqui, gostou do lugar e resolveu fixar residência e instalar seu escritório de advocacia. Nos primeiros tempos, ficou morando no Hotel Avenida, de propriedade do Sr. José Mossulin de Pais, a seguir mudou-se para a Rua José Boiteux, onde morou algum tempo. Dois anos depois, mandou buscar sua mãe, Dona Maria da Glória e foi morar na Travessa General Osório. Era casado com Dona Gladis Vargas Roesch e exercia a profissão de advogado na cidade de Caçador.

Há uma certa “lenda lisonjeira” em torno de seu nome, motivada pelo seu elevado saber jurídico, dizendo que “nunca perdeu uma causa”. Há relatos de que teria se deslocado para o Mato Grosso, na cidade de Aquidauana, onde

defendeu causas jurídicas para Getúlio Vargas, enquanto presidente da República. Também há relatos de que foi advogado do 1º dissídio coletivo dos operários de Caçador, em que teria tido embates com o Dr. João Nogueira Ramos, em apelações para o Tribunal de Justiça de Florianópolis, Porto Alegre e o Supremo Tribunal (no Rio de Janeiro), tendo obtido o ganho de causa em todas as instâncias.

Em 1952, Dr. Ernesto Roesch abraça uma grande causa, a Chacina de Chapecó. Dois elementos incendiaram uma Igreja e foram presos. Cerca de 70 agricultores se reuniram e invadiram a Cadeia local, matando e queimando os dois bandidos. E os 70 agricultores foram presos. O Dr. Roesch foi contratado como advogado dos 70. Conta-se que, não havendo local para tamanho júri, este foi realizado em Porto União no Clube Concórdia, com duração de mais de 24 horas sem interrupção. Deslocaram-se repórteres de todo o Brasil para a sessão do júri, além de delegações de acadêmicos de Direito das faculdades de Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre.

O resultado do júri teria sido uma grande atuação do Dr. Roesch, que provou e demonstrou a autoria da chacina, sendo o réu condenado a 25 anos de prisão e com a absolvição dos 70 agricultores.

Faleceu aos 14 de fevereiro de 1954, próximo à 01:00 hora da madrugada, vítima de morte violenta, por projétil de arma de fogo, disparado pelas costas, nas dependências do Clube Apolo. Considera-se que o assassinato tenha ocorrido por vingança em relação ao resultado do caso da chacina.

Seu filho, Heitor Vargas Barboza Roesch, nasceu 10 dias depois de sua morte.

Cerca de 3 meses antes de ser assassinado, Dr. Roesch havia recebido convite para assumir uma disciplina na Faculdade de Direito de Florianópolis.

RUA ERNESTO BOLSON

Extensão: 100 metros

Bairro: Berger

Lei 597/1992

Ernesto Bolson, filho de Secundo Bolson e Maria Travi, nasceu em São Sebastião do Caí, no ano de 1909.

Participou ativamente no desenvolvimento da comunidade caçadoreense, como um dos pioneiros da atividade de extração e beneficiamento de madeiras.

Gerou empregos, colaborando, desta forma, enormemente para o progresso e crescimento de nossa cidade.

Casado com Dona Arcília Adelaide B. Bolson, com quem teve quatro filhos, Ivan, Iria, Ires e Ivânio, aqui firmou-se com sua família, aplicou seus recursos neste torrão, valorizando a terra que escolheu para ser sua e de seus familiares.

Teve participação ativa em todos os segmentos da sociedade. Sem dúvida, um dos nomes tradicionais desta terra, notadamente pela sua atuação e presença marcante em todos os fatos importantes que se sucediam em sua época, em nossa cidade.

Ernesto Bolson faleceu em 30 de junho de 1990, aos 81 anos de idade.

RUA ERNESTO BORCHATE

Extensão: 200 metros

Bairro: Berger

Lei 445/1991

Ernesto Borchardt (a grafia correta de seu sobrenome é esta), filho de Carlos Borchardt e de Martha Borchardt, nasceu em Jaraguá do Sul – SC, no ano de 1909.

Faleceu em 17 de junho de 1978, aos 69 anos de idade, em decorrência de insuficiência cardíaca.

RUA ERNESTO KIRSCHNER

Extensão: 160 metros

Bairro: Centro

Lei 04/1968



Ernesto Kirschner nasceu a 4 de agosto de 1893 na cidade de Blumenau – SC, sendo descendente de imigrantes alemães que colonizaram essa região do Vale do Itajaí.

Após os anos de sua adolescência na cidade de Blumenau, transferiu residência para Jaraguá do Sul, onde veio a contrair núpcias com Cristina Klaumann. Logo após seu casamento, fixou residência no município catarinense de Corupá durante cerca de 9 anos. Durante sua permanência nessa cidade, nasceram seus filhos Erwin, Elvira, Artur,

Aloma e Amanda. Desempenhou durante esse período a atividade de produtor de cana de açúcar e aguardente.

Em 1928, mudou-se para a localidade de Rio das Antas, na época pertencente a Campos Novos, vindo a fazer parte de Caçador em 1934. Em Rio das Antas, dedicou-se de imediato, a indústria madeireira, que na época, embora sem muita expressão econômica, já assumia aspecto alvissareiro. Graças ao seu elevado espírito de camaradagem e senso de justiça, desempenhou por muitos anos, o cargo de Juiz de Paz.

No ano de 1944, atendendo seus interesses comerciais e industriais, transferiu-se para Caçador, onde continuou trabalhando no ramo madeireiro.

De seu casamento com Dona Cristina, Ernesto Kirschner teve ainda os seguintes filhos: Linda, Oli, e Renato. Em 23 de junho de 1947, faleceu a esposa. Contraiu segundas núpcias em 1950 com Milda Ficher tendo o casal mais dois filhos, Carlos Guilherme e Beatriz.

Ernesto Kirschner foi, em vida, pessoa dedicada ao trabalho honesto e a educação e estudos de seus filhos. Seu falecimento ocorreu a 2 de fevereiro de 1968, vítima de colapso cardíaco, que o levou deste mundo, deixando a lembrança de sua personalidade marcante e caráter firme e próprio de ser imitado.

RUA ERNESTO MARTELLO

Extensão: 250 metros

Bairro: Centro

Lei 03/1963



Ernesto Martello, (12/09/1894 – 19/05/1955), filho de Primo Martello e de Santa Antoni Martello, nasceu em Protásio Alves – RS.

Em 1919 transferiu-se para Capinzal – SC, onde casou-se com Maria Fabiani, com quem teve seis filhos, Zelinda, Hermínia, João, Antônio, Egydio e Santa. No início de 1934, já viúvo, transferiu-se para Rio Caçador, onde se estabeleceu e residiu no térreo do antigo Hotel União, com um comércio de frutas, sendo a primeira frutaria da cidade.

Em meados de 1934, contraiu segundas núpcias com Assunta Toscan. Como fervoroso católico, muito ajudou nas atividades

da Igreja Matriz, no tempo do Pe. Francisco, Pe. Agostinho e Pe. José, tendo contribuído na construção da nova Igreja Matriz, posterior catedral.

Em 1938, construiu uma casa à Rua Santa Catarina, na esquina com a Rua Campos Novos, onde passou a residir. Posteriormente, mandou construir mais cinco casas, duas à esquerda e três à direita da casa onde residia, tendo terminado de abrir a Rua Santa Catarina, destocando por conta própria o trecho compreendido entre as ruas Campos Novos e a atual Salgado Filho.

Lá pelo ano de 1944, adquiriu uma grande área de terras juntamente com o Sr. João Mione, no Morro das Três Cruzes, na parte leste, onde terminou de abrir uma rua que ia do lado da Igreja Protestante até a Indústria de Bebidas Pressanto.

Na ocasião, adquiriu também uma chácara no Km 4, atual Bairro Martello, onde doou um terreno e patrocinou a construção de uma escola e de uma igreja.

Muito incentivou seus irmãos, parentes e amigos, e com eles colaborou para que viessem morar no Município de Caçador, contribuindo, assim, para seu progresso.

Enfim, Ernesto Martello, grande empreendedor, cidadão exemplar, passou por esta vida e por Caçador como um maravilhoso ser humano, que sempre trilhou o caminho do bem e da justiça, fazendo sempre o bem a todos, o mal nunca a ninguém, contribuindo enormemente para o progresso e desenvolvimento do querido Município de Caçador.

(extraído de biografia redigida por seu filho Dr. Egydio Martello)

A rua que o homenageado abriu em terras de sua propriedade, com justeza passou a ser conhecida pelo seu nome.

RUA ESPÍRITO SANTO

Extensão: 160 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de

estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



TRABALHA E CONFIANÇA



O Espírito Santo é um estado brasileiro da região Sudeste, sendo o quarto menor estado em extensão territorial. Assim como Santa Catarina, a capital do estado (Vitória) não é a cidade mais populosa (Serra). A origem do nome do estado deu-se por ter sido um *domingo do Espírito Santo* (próximo à festa de Pentecostes) o dia da chegada

do português Vasco Fernandes Coutinho, donatário da referida capitania hereditária. No dia de sua chegada fundou-se a *Vila do Espírito Santo*. A vila acabou sendo atacada por indígenas, obrigando à construção de outro povoado, em uma península próxima, originando a *Vila Nova do Espírito Santo* que depois receberia o nome de Vitória, ficando a cidade antiga conhecida como Vila Velha, o que permanece até os dias atuais.

Segundo os estudiosos da língua tupi, capixaba significa, roça, roçado, terra limpa para plantação. Os índios que ali viviam chamavam de capixaba sua plantação de milho e mandioca. Com isso, a população de Vitória passou a chamar de capixabas os índios que habitavam na região e depois o nome passou a denominar todos os moradores do Espírito Santo.

Na economia do Espírito Santo, têm destaque a agricultura, a pecuária e a mineração. Na produção agrícola, destacam-se a cana-de-açúcar, a laranja, o coco-da-baía e o café. Há reservas importantes de granito e uma incipiente extração de gás natural e petróleo, aumentada nos últimos anos. Areias e mármore também são importantes produtos do extrativismo capixaba.

Nos últimos anos, o Espírito Santo vem se destacando na produção de petróleo e gás natural. Com várias descobertas realizadas, o Estado possui reservas totais de 2,5 bilhões de barris. São extraídos cerca de 140 mil barris diários. Os

campos petrolíferos se localizam tanto em terra quanto em mar, em águas rasas, profundas e ultraprofundas, contendo óleo leve e pesado e gás natural.

RUA ESTADOS UNIDOS

Extensão: 420 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 14/1972

Os Estados Unidos da América (EUA ou USA na sigla em inglês), são um país da América do Norte, formado pela federação de 50 estados e mais o distrito federal, onde encontra-se sua capital. Os Estados Unidos são uma das nações



mais multiculturais e etnicamente diversas do mundo, produto da forte imigração vinda de muitos países. Sua geografia e sistemas climáticos também são extremamente diversificados, com desertos, planícies, florestas e montanhas que abrigam uma grande variedade de

espécies.

Os Estados Unidos foram inicialmente formados pelas 13 colônias do Império britânico ao longo da costa do Atlântico. Após um período colonial de mais de 200 anos, em 4 de julho de 1776 as treze colônias unidas proclamam sua Declaração de Independência, proclamando seu direito à autodeterminação e a criação de uma união cooperativa. Por mais de dez anos estabeleceu-se uma Guerra pela independência entre colonizadores e colonos que, pela primeira vez na história, foram bem sucedidos nesta tentativa de libertação.

Após a Guerra de Independência, em 1787 for promulgada a Constituição americana, que garantia a existência de um único poder central em toda a república.

Desde sua formação a característica expansionista foi marcante nos Estados Unidos, primeiramente na conquista dos espaços ao oeste das treze colônias, às custas de um verdadeiro genocídio indígena até conquistar a costa oposta no Oceano Pacífico. A política expansionista mais tarde daria origem à compra do território do Alaska, então sob domínio do Império Russo. A partir do final do século XIX os Estados Unidos, já atraíam grandes levas migratórias, que apressaram a industrialização e modernização do país e o elevaram à condição de grande potência mundial. Esta posição seria reforçada e extremamente ampliada durante a Segunda Guerra Mundial que, apesar de uma neutralidade no início, teve seu desfecho a partir da entrada dos Estados Unidos

diretamente nos combates. Foi a única nação envolvida na guerra a sair com uma posição melhor economicamente do que entrou.

Tal situação fez com que a nação norte-americana fosse, a partir da segunda metade do século XX, protagonista do cenário mundial, elevando-se à categoria de “superpotência”.

A contribuição dos Estados Unidos em todas as áreas da cultura, ciência e economia mundial é inegável, tornando-se o principal motor dos avanços do planeta nestas áreas.

No campo científico, desde Graham Bell, com o telefone, Thomas Edison, com o fonógrafo e a lâmpada incandescente, Henry Ford e sua linha de montagem de automóveis, os Estados Unidos foram pioneiros que atraíram talentos de outros países para seu território, absorvendo os talentos de Nikola Tesla, Albert Einstein, Enrico Fermi e muitos outros.

Tal pioneirismo deu origem ao desenvolvimento e controle da energia nuclear, da corrida espacial, dos computadores e da internet, para citar alguns.

Com uma população atual de mais de 300 milhões de habitantes, os Estados Unidos são o terceiro maior país em número de habitantes e o único país desenvolvido com taxas de crescimento populacional positivas.

Os Estados Unidos têm uma economia mista capitalista, que é abastecida por recursos naturais abundantes, uma infraestrutura bem desenvolvida e pela alta produtividade. Sua moeda há muitos anos é o padrão internacional de conversão e as condições para a globalização de mercados passam necessariamente por sua adesão.

RUA ESTEFANO BOIKO

Extensão: 260 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1475/2000

Estefano Boiko, filho de Theodoro Boiko e de Maria Boiko, imigrantes ucranianos, nasceu no distrito de Nova Galícia, hoje pertencente ao município de Porto União – SC, que na época de seu nascimento, 07 de janeiro de 1902, antes da Guerra do Contestado, era pertencente ao estado do Paraná.

Trabalhou como ferroviário na RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) desde 1922 até 1962.

Casou-se com Maria Boiko no ano de 1927. Tiveram 8 filhos: Hilária Boiko, Laudemiro Boiko, Melchiades Boiko, Júlia Boiko Bughai, Ana Boiko Kuracz, Dionísia Boiko Mostiak, João Boiko e Dionísio Boiko.

Estefano Boiko foi uma pessoa muito conhecida por sua grande bondade, honestidade e religiosidade, tendo dedicado grande parte de sua vida a levar ajuda aos mais necessitados através de ensinamentos de fé, oração, ânimo, vida em família, honestidade e trabalho.

Seu passatempo sempre foi a oração, orava muito. Sempre pedia a Deus que iluminasse sua Cidade, seu Estado, seu País e todo seu povo. Nunca pediu nada para si.

Orava pelos bons, orava pelos mal encaminhados. Deus sempre o iluminou e à sua família e lhe deu a Benção de vir a falecer orando como sempre fez em sua vida, no dia 14 de dezembro de 1978, ajoelhado diante da Igreja.

(adaptado de texto de sua neta, Márcia R. Mostiack)

RUA ESTEFANO JOÃO FABIANI

Extensão: 220 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1904/2003

Estefano João Fabiani, filho dos imigrantes italianos, da cidade de Belluno, José Fabiani e Joana Bogo Fabiani, nasceu na localidade de São Domingos, município de Guaporé – RS, no dia 26 de dezembro de 1912.

Seus pais haviam vindo da Itália, juntamente com muitos outros imigrantes, italianos e alemães, trazidos pela política de colonização existente no país especialmente entre os anos de 1824 a 1875, sob os reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II.

Com esta política, imensas áreas de mata virgem foram colonizadas por milhares de famílias de agricultores, que transformaram a região (Vale do Rio dos Sinos e Serra de Rio das Antas) de uma vasta superfície devoluta no maior centro econômico do interior daquele estado.

Em 1927, José Fabiani, juntamente com toda a sua família, incluído o caçula, Estefano João, vieram para Santa Catarina, onde instalaram-se na localidade de Lindenberg, município de Capinzal.

Estefano João Fabiani diante de adversidades que envolveram inclusive o seqüestro de seu pai e irmão mais velho durante os últimos estertores da

Guerra do Contestado, pelos jagunços, decidiu abandonar a área da agricultura. Demonstrando desde cedo seu espírito empreendedor e sua visão empresarial, comprou uma carroça de dois cavalos para transportar produtos agrícolas e frutícolas até o terminal ferroviário de Volta Grande, principal local de escoamento de produtos da região.

Foi no exercício desta atividade que conheceu Tereza Mito, filha do dono de um entreposto comercial. Em 30 de novembro de 1935 casaram-se na cidade de Capinzal. Tiveram 5 filhos: Plínio, Valdemar, Diva, Antonio e Schirley Terezinha.

No ano de 1938, seu cunhado, Ernesto Martello, que havia enviuvado de Maria Fabiani, irmã de Estefano João, convidou-o para vir a Caçador, a fim de auxiliá-lo em sua empresa e no cuidado de seus filhos. Estefano João Fabiani aceitou imediatamente o convite, transferindo sua residência para Caçador.

Aqui, inicialmente estabeleceu-se no ramo de vendas de frutas e verduras nas serrarias espalhadas pelo interior do município. Em seguida, associado a João Foresti, montou uma pequena fábrica de produtos suínos, produzindo banha e embutidos. Depois, juntamente com Valdemar Pivatto, montou uma fábrica de colchões de crina (filetes de folha de butieiro). Nesta época já era conhecido por João Fabiani.

As constantes necessidades de ausentar-se do convívio com sua família fizeram-no voltar ao ramo de frutas e verduras novamente, montando na rua Getúlio Vargas um bar e depósito de frutas, que vinham pela linha férrea, exercendo esta atividade até 1950.

Neste ano, decidiu implantar uma loja de móveis. Adquiriu um terreno na Avenida Barão do Rio Branco, naquela época um grande banhado, mas que começava a adquirir os aspectos de uma rua que abrigaria o comércio da cidade.

Ali edificou um prédio em alvenaria com dois pavimentos, no térreo ficava a loja e no andar superior a casa da família.

Com o acelerado crescimento de Caçador, Fabiani atendeu aos anseios da população, comercializando móveis da região e trazendo alguns de São Paulo e Rio de Janeiro. Estava criada a loja pioneira neste ramo no município, a “J. Fabiani”. Trabalhou em sua loja até o ano de 1980.

Estefano João Fabiani faleceu em 14 de abril de 2003, cercado por todos os seus filhos, aos 90 anos de idade. Saiu desta vida com o dever cumprido através de suas realizações e seu empreendedorismo.

(adaptado de texto de seu genro, Rogério Manoel Pereira, em 16/04/2003)

RUA ESTEFANO KIMAK

Extensão: 150 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 44/1966

Estefano Kimak, (07/05/1903 – 30/01/1963) natural da Província de Dublin, Polônia, chegou ao Brasil em 1911, naturalizando-se em 1940. Seu estabelecimento em Caçador, data deste ano quando inicialmente exerceu a profissão de Agente da Estação Ferroviária, passando em seguida às de Secretário da Prefeitura Municipal e Cartório de Crime.



Manteve mais tarde uma indústria madeireira, não se furtando em integrar-se diretamente na economia e na labuta peculiar da indústria extrativa da Região do Vale do Rio do Peixe.

Aqui nasceram suas quatro filhas: Ione, Maria Tereza, Leoni e Julieta, que seguiram os ensinamentos do genitor, quer em bondade, quer em trabalho, compreensão e persistência.

Sempre rígido em seus princípios, sofreu os maiores percalços, mas, ainda que em momentos difíceis sentisse titubear, encontrava sempre alento para recomeçar.

De sua honestidade provaram aqueles que durante muitos anos confiaram nele, mesmo nas situações mais críticas por que passou.

(adaptado de texto de sua filha Maria Tereza Kimak, em 1967)

RUA VEREADOR ETELVINO PEDRASSANI

Extensão: 500 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010

Etelvino Pedrassani, filho de Onio Pedrassani e de Amália Gomercinda Ferri Pedrassani, nasceu em Soledade – RS, em 06 de novembro de 1918.

Mecânico e Diretor Comercial da Concessionária Ford de Caçador, foi vereador de Caçador nos mandatos de 1959 – 1963 e 1963 – 1967.

Casado com Iraci Carolina Lorenz Pedrassani, teve quatro filhos: Lourdes Amália, Ivone Maria, César Antônio e Edson Luis.

Etelvino Pedrassani faleceu em 21 de setembro de 2009, aos 90 anos de idade.

RUA EUCALIPTO

Extensão: 40 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2415/2007



O Eucalipto é uma árvore (em algumas espécies pode assumir a forma de arbusto) originária da Oceania, onde constituem o gênero dominante da flora.

Os primeiros eucaliptos chegaram ao Brasil como planta ornamental em 1825, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 1868, a espécie começou a ser plantada para a produção de lenha e formação de barreiras contra o vento, inicialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Sua expansão ganhou impulso nos primeiros anos do século XX com o trabalho do primeiro brasileiro a se interessar pelo estudo e cultivo da planta, o silvicultor Edmundo Navarro de Andrade. Em território brasileiro, o eucalipto encontrou ótimas condições de clima e solo para se desenvolver, com crescimento mais rápido que nos demais países e alto índice de produtividade.

O eucalipto é hoje uma das principais fontes de matéria-prima para produzir papel. A partir da espécie se produz a celulose de fibra curta, usada na fabricação de guardanapos, papel higiênico, papéis para imprimir e escrever, entre outros itens.

No entanto, o eucalipto tem uso múltiplo. Além da produção de celulose, também é fonte de carvão vegetal para gerar energia e de madeira sólida usada em móveis, pisos, revestimentos e outras aplicações na construção civil.

No Brasil, o eucalipto leva aproximadamente sete anos até ser colhido e requer poucas ações do homem sobre o solo. Pode ser cultivado em terrenos de baixa fertilidade natural, embora não tolere solos rasos e excesso de água. Além disso, não exige muitos nutrientes e defensivos agrícolas em comparação com outras culturas.

RUA EUCLIDES JOSÉ PADILHA

Extensão: 100 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1119/1996

Euclides José Padilha, filho de Generoso Padilha de Moraes e Bernardina Gonçalves Padilha, nasceu em Caçador, no distrito de Taquara Verde, no ano de 1926.

Casado com Antônia Albuquerque Padilha, teve 7 filhos: Antonio Adir, José Valdir, Daniel Albuquerque, Eva Aparecida, João Miguel, Vera Lúcia e Alexandre José.

Exerceu as atividades de comerciante durante sua vida.

Euclides José Padilha faleceu em 24 de setembro de 1994, aos 68 anos de idade.

RUA EUGÊNIO BUSATO

Extensão: 300 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 723/1993

Eugênio Busato, imigrante italiano oriundo de Nova Treviso, filho de Girolamo Busato e Joana Marangoni Busato, nasceu no ano de 1883. Emigrou para o Brasil no ano de 1888, aos 5 anos de idade.

Casado com Clementina Trentin, constituiu uma família de 12 filhos. Sua principal atividade foi a industrialização de madeiras (serrarias). Do Rio Grande do Sul, seu filho mais velho, Florêncio, e família chegaram a Caçador em agosto de 1936 e, logo em seguida, vieram mais 5 irmãos e o pai, Eugênio.

Na década de 1940, a família de Eugênio participou ativamente em sociedade na "Indústrias Busato SA", juntamente com Jerônimo Busato e outros. Uma fábrica de caixas que tinha grande produtividade, com dois turnos de produção naquela época.

Localizada quase no centro de Caçador, nas imediações da estação da estrada de ferro, diversas serrarias, dezenas de caminhões e centenas de operários trabalhavam ativamente, o que fazia com que Caçador fosse conhecida e denominada como a "Capital do Pinho".

No período, houve intensa exportação de madeiras e a "Indústrias Busato SA" mantinha regularmente um especial carregamento ferroviário, exclusivo para sua produção e que se destinava ao porto de São Francisco do Sul.

Após a 2ª Guerra Mundial, Eugênio e filhos (em número de 6), se afastaram da Indústrias Busato, montando por conta própria diversas serrarias e depósitos

na então denominada linha Santana e Perdizes, havendo continuidade na industrialização de madeiras pela segunda e terceira gerações.

Durante o ano de 1948 Eugênio esteve enfermo e veio a falecer em 01º de dezembro de 1948.

Foi um exemplo de vida, trabalho e dedicação para a própria comunidade e reconhecido pelos cidadãos que o conheceram em vida.

(adaptado de texto de seu neto, Amélio Luiz Busato, em 14/08/1993)

RUA EUGÊNIO FRANCISCO PARIS

Extensão: 50 metros

Bairro: Martello

Lei 2025/2003

Eugênio Francisco Paris, filho dos imigrantes italianos José Paris e Madalena Colpi, nasceu em Garibaldi – RS, no ano de 1902.

Casado com Ermina Sibinarchia, com quem teve 8 filhos: Laurindo, Maria, Pedro, Fermino, Madalena, Josefina, Doroti e Alcides Paris.

Eugênio participou das revoluções dos anos de 1933 e de 1936. Foi fundador da Capela Santo Antônio de Taquara Verde.

Morador daquela localidade, trabalhou na agricultura por aproximadamente 30 anos no distrito de Taquara Verde.

Vindo residir em Caçador em 1968, trabalhou o resto de sua vida como carpinteiro.

Eugênio Francisco Paris faleceu em 24 de julho de 1977, aos 75 anos de idade.

RUA EUGÊNIO SANTIN

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 796/1994

Eugênio Santin, filho dos imigrantes italianos Vicente Santin e Ângela Zonzetto, nasceu em Getúlio Vargas – RS, no ano de 1920.

Casado com Maria Volpi Santin, teve 3 filhos: Olivo Vicente, Glacy e Arlindo Pedro.

Eugênio Santin faleceu em 03 de dezembro de 1993, aos 73 anos de idade, vítima de choque hipovolêmico, provocado por hemorragia digestiva.

RUA EUSÉBIO FERREIRA DOS SANTOS

Extensão: 70 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Eusébio Ferreira dos Santos, criador de gado e porcos em Perdizes Grandes, esteve com José Maria antes da partida para o Irani. Eusébio foi um dos obstinados primeiros devotos de José Maria, crendo na sua ressurreição. Eusébio foi o avô da menina Teodora, vidente que receberia ordens de José Maria, depois de sua morte.

A notícia das visões logo se espalhou e muitos acorriam à casa de Eusébio, buscando remédios e novidades. As ordens da menina Teodora passaram a ser cegamente obedecidas. Uma dessas visões foi exatamente a ordem de que Eusébio fosse para Taquaruçu, onde aguardariam a ressurreição de José Maria.

Em menos de um mês, centenas de pessoas já se aglomeravam em Taquaruçu, e Teodora foi substituída pelo *menino de Deus*, Manoel, filho de Eusébio. Desta forma, Taquaruçu (hoje interior do município de Fraiburgo) tornou-se a “Cidade Santa”, onde se instituíram as primeiras normas e códigos de conduta dos sertanejos, onde se criou a bandeira branca com a cruz verde ao centro, onde houve o regime de partilha entre os irmãos e outras condutas.

Com o crescimento do movimento, as autoridades não tardariam a tomar atitudes. Tentou-se resolver a questão pacificamente através da intermediação dos padres, em especial com Frei Rogério de Nathaus, que foi até Taquaruçu para aconselhar os crentes a voltarem para suas casas.

Frei Rogério foi escorraçado do reduto, especialmente por Manoel, o *menino de Deus*, e seu pai Eusébio. Pouco tempo depois, as previsões se confirmaram e Taquaruçu recebeu seu primeiro ataque, no dia 28 de dezembro de 1913. Apesar de três colunas rumarem contra Taquaruçu, uma a uma foram debeladas, resultando em uma grande vitória para os sertanejos, aumentando a crença no exército encantado.

Joaquim, também filho de Eusébio, já era o novo *menino de Deus*, depois de Manoel ter extrapolado em suas funções. Joaquim ordenou que se fizesse a mudança do reduto para Caraguatá, segundo as “instruções de José Maria”, porque as forças do governo atracariam novamente e seria impossível a resistência. A mudança começou em janeiro de 1914, partindo aos poucos, em grupos.

Em 08 de fevereiro de 1914, as tropas legais atacaram pesadamente Taquaruçu que já contava com não mais do que poucas dezenas de pessoas, a maioria velhos, mulheres e crianças. Uma verdadeira carnificina.

Já no primeiro ataque a Taquaruçu, Eusébio levou um tiro na perna, que nunca mais sarou. Por esta razão ele passou o comando para Elias de Moraes. No fim da guerra, quando o reduto de São Pedro foi destruído, Eusébio não estava, tinha tirado a ordem para colher mel e caçar. Dias depois foi

encontrado por Adeodato num paiol abandonado. Após rápida discussão, *“Adeodato puxou do revólver, deu dois tiros em Eusébio, matou-o e também matou, com outro tiro, o cachorro que acompanhava o velho”*.

RUA EUTIMIO MIOZZO

Extensão: 150 metros

Bairro: Martello

Lei 1832/2002

Nascido em 19 de março de 1933, no município de Erechim, RS, Eutímio Miozzo era filho de Mário Miozzo e de Ana Bernardi Miozzo.

Posteriormente, veio a residir no município de Caçador, onde fixou suas raízes por vinte e cinco anos.

Eutímio Miozzo era carpinteiro. Foi casado com a senhora Maria Klein Miozzo, com quem teve seis filhos: Sérgio, Rosane, Mario, Heliberto, Rejane e Emerson Miozzo.

(adaptado de texto do Vereador Osmar Barcaro)

RUA EVALDO LUIZ FONTANA

Extensão: 170 metros

Bairro: Gioppo

Lei 1907/2003

Evaldo Luiz Fontana, filho de Ermino Fontana e de Albertina Dall'Ácqua, nasceu em Guaporé – RS, em 17 de janeiro de 1941.

Veio para Caçador com três anos de idade. Aqui realizou seus estudos, concluindo o curso Técnico de Contabilidade, e constituiu sua família. Casou-se com Rita Biasi e teve três filhos: Fábio Eduardo, Jussara Biasi e Sandra Biasi Fontana.

Desempenhou atividades desportivas, tendo jogado no Flamengo e no Vasco da Gama de Caçador. Jogou também no Marcílio Dias, em Itajaí.

Mais conhecido pelo apelido de “Ganso”, foi comerciante do Bar Danúbio Azul por muitos anos, tendo exercido também a profissão de despachante do DETRAN.

Evaldo Luiz Fontana faleceu em 20 de dezembro de 1996, aos 55 anos de idade, vítima de acidente de trânsito ocorrido na BR-153, no município de Água Doce.

AVENIDA FAHDO THOMÉ

Extensão: 2.800 metros

Bairro: Bom Jesus, dos Municípios, Reunidas, Champagnat

Lei 1110/1996

Fahdo Thomé, filho de filho de Abdalla José Thomé, natural do Líbano e Zaquie Elias Ader, natural da Síria, nasceu em Rebouças – PR no ano de 1919.

Casado com Lourdes Ratier Thome, teve 6 filhos.

Fahdo Thomé faleceu em 15 de março de 1995, aos 75 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

O então “prolongamento” da Avenida Barão do Rio Branco, teve seu nome alterado para homenagear o industrial que possuía, nesta região da cidade, sua empresa.

RUA FAUSTO MACHADO DE QUADROS

Extensão: 170 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Fausto Machado de Quadros, filho de Serafin Machado de Quadros e de Ana Maria de Quadros nasceu em Taquari – RS, no ano de 1899.

Exerceu, durante toda a sua vida, as atividades de agricultura. Era casado com Adolfina de Quadros.

Fausto Machado de Quadros faleceu em 13 de janeiro de 1967, aos 67 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA FELIPE JOÃO

Extensão: 410 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1427/1999

Felipe João, imigrante libanês, nascido na cidade de Bazbina, distrito de Akkar, no Líbano, em 14 de julho de 1893. Filho de João Abdalla e Gacibe Abdalla.

Em 1916 emigrou para os Estados Unidos, onde trabalhou como montador de vidros na linha de montagem da Ford Motors Co.

Casou-se com Mary Albert Coury, com quem teve 5 filhos: William, Jim, George, Paul e Caroline.

Em 1933, deixou os Estados Unidos e dirigiu-se ao Brasil, especificamente para Caçador, onde já estavam seus dois irmãos: Abdalla João e Jorge João. Aqui estabeleceu-se com uma casa de comércio, à qual deu o nome de “Casa Americana”, onde trabalhou até o fim de sua vida.

Felipe João, um imigrante libanês que, com seu trabalho, sua garra e determinação, ajudou a construir um pouco da grandeza dessa cidade, faleceu aos 12 de março de 1984.

Uma curiosidade a respeito desta rua é que ela havia sido denominada através da lei 072/1985, em conjunto com outras duas ruas, Ivete Zini e Victoria Ançay Portela, todas vias do bairro Bom Sucesso, loteamento Vereda dos Trevos. No entanto, uma falha ocorreu e as escrituras dos terrenos das ruas Felipe João e Ivete Zini, que são ruas paralelas uma a outra e vizinhas naquele loteamento, foram entregues com o nome da rua invertido, fazendo com que, durante anos, todos os serviços públicos como correios, água, luz, além dos registros utilizados pelos moradores para cadastros em bancos, lojas, etc., fossem realizados com o endereçamento incorreto.

Detectada esta falha, foi solicitado à Câmara de Vereadores de Caçador, documentado inclusive com abaixo-assinados dos moradores, que se promovesse a adequação do texto legal ao uso e aos costumes de todos os moradores daquelas vias, o que era muito mais lógico e funcional do que alterar todos os cadastros.

Desta maneira, através da lei 1427/1999, quase quinze anos depois da denominação original, a nomenclatura das Ruas Felipe João e Ivete Zini foi invertida, fazendo com que a situação legal estivesse adequada à situação real dos moradores daquela área.

RUA FELIPE JOSÉ DE PAULA

Extensão: 230 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1022/1996

Felipe José de Paula, natural de Machadinho – RS. Veio para Caçador ainda moço, casou-se com dona Genoepha Gusolphi.

Exercendo a profissão de pedreiro, ajudou a construir muitas casas em nossa cidade. Participou inclusive da construção do Moinho Maffessoni.

Depois, retornou às atividades de agricultura, na qual criou seus nove filhos: Santina, Valdivino, Valdemar, Antônia, Octávio, Zilda, Arnildo, Arlindo e Antônia.

Passados muitos anos, voltou a residir na cidade, onde faleceu.

RUA FELISBERTO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

Extensão: 90 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1799/2002

Nesta lei, de 2002, foram denominadas 6 ruas dos Loteamentos Vila Dr. Ulisses Guimarães, João de Barro e Dona Irene, todas próximas umas das outras e vizinhas a uma rua que já havia sido denominada em 1992, a Rua Jucely Carlos França, policial militar que exerceu suas funções em Caçador.

Através desta lei, outros 6 policiais militares foram homenageados, criando um conjunto de ruas com relação entre si, recordando da história de diversos personagens da corporação em Caçador. São eles: Carlindo de Paula, Felisberto Custódio de Oliveira, Gilberto Piola da Silva, João Carlim do Prado, José Vilmar Monteiro e Vitor Lezan.

Felisberto Custódio de Oliveira, filho de Antonio Custódio de Oliveira e de Luiza Custódio, nasceu em Urubici – SC, no ano de 1940.

Sargento da Polícia Militar de Santa Catarina aposentado, foi um policial de extraordinária capacidade e que era admirado por todos os seus amigos de serviços nesta cidade. No exercício de seu dever, vários foram os dias e noites em que realizou rondas e diligências atrás de meliantes, correndo risco de vida para serem feitas as prisões.

Casado com Ivone de Oliveira, com quem teve 4 filhos: Luiz Antonio, Rosane, Eliane Aparecida e Juliane de Oliveira.

Felisberto Custódio de Oliveira faleceu em 03 de agosto de 1996, aos 56 anos de idade, vítima de câncer de fígado.

RUA FERMIANO PAES CARNEIRO

Extensão: 240 metros

Bairro: Gioppo

Lei 895/1995



Fermiano Paes Carneiro, filho de Salomão Antonio Carneiro e dona Umbelina dos Santos Carneiro, nasceu em Porto União (São João de Cima, atualmente pertencente ao município de Calmon), aos 11 de fevereiro de 1902.

Fermiano veio para Caçador no ano de 1931, quando se casou com Júlia Gioppo Carneiro, com quem teve 13 filhos: Margarida, Salomão, José, Umbelina, Antônio, Julieta, Maria, Amélia, João Pedro, Fermiano Júnior, Célio, Clara e Clélia.

Fazendeiro, agricultor, pecuarista e corretor de imóveis, foi ativo político. Era o ultimo membro da geração do velho tronco da família Carneiro (eram em 17 irmãos), sendo que, nos últimos anos, era considerado “pai” dos grandes segmentos da família Driessen e Carneiro.

Fermiano Paes Carneiro faleceu aos 29 de setembro de 1977, aos 75 anos de idade, em decorrência de enfisema pulmonar. Quando de seu falecimento, foi decretado pelo Prefeito Municipal de Caçador, Reno Luiz Caramori, o Luto Oficial de 3 dias em todo o território do município, considerando o fato de ser um dos mais antigos moradores da cidade, aqui residindo por mais de 50 anos ininterruptos, acompanhando junto, passo a passo, a evolução histórica, econômica e social do Município, além de seus 75 anos de vida dedicados à pecuária e à agricultura, sendo um dos pioneiros de nosso Município e região.

A rua, que já fora denominada de “Rua Jandaia” através da lei 13/1970, foi alterada por esta lei para “Rua Fermiano Paes Carneiro”, indubitavelmente mais do que merecedor desta singela forma de reconhecimento de seus préstimos à cidade e à comunidade caçadoreense.

A Rua Jandaia não homenageava ninguém em particular, pois o nome (uma espécie de pássaro da fauna brasileira, denominação com origem na língua tupi) foi dado apenas para ter consonância com diversas outras vias da região, todas com nomes indígenas, através de uma lei de 1970, que já acompanhava

outros nomes de vias da região, através de lei de 1967. De qualquer forma, uma alteração do contexto em que estas ruas estão inseridas.

RUA FERMINA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO RIBAS

Extensão: 130 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2671/2009

A presente rua havia sido denominada erroneamente no ano de 2008 como “Rua Fermina de Paula Carneiro”, constatado o equívoco, em 2009 a denominação foi alterada, grafando corretamente o nome da homenageada.

Fermina da Conceição Carneiro Ribas, filha de José Ermelino de Paula e de Elisa de Paula Carneiro, nasceu em Lebon Régis – SC, em 27 de novembro de 1923.

Casou-se em 12/05/1948 com Antonio de Paula Ribas, o qual conheceu quando este construiu uma casa para seu irmão José Maria de Paula. Após o casamento foram morar na Fazenda Campina.

Em 1966 veio para a cidade, juntamente com o marido Antonio de Paula Ribas, para trabalhar no curtume de Gentil Picolli. Nesta época, moraram junto ao trevo para Rio das Antas. A família adquiriu uma casa na rua Lages onde morou por oito anos, mudando-se depois para a rua Roraima.

Sempre acompanhou o marido até seu falecimento, ocorrido em 29 de julho de 1985, aos 61 anos de idade, deixando 3 filhos.

RUA FERMINO BORGES DE CARVALHO

Extensão: 550 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Fermino Borges de Carvalho, filho de Fermino Corrêa de Carvalho e de Candida Borges de Oliveira, nasceu no Rio Grande do Sul, no ano de 1914.

Industrial, casou-se com Iolanda de Carvalho, com quem teve 5 filhos: Maria de Lourdes, César, Maria Ieda, Maria Helena e Sérgio.

Fermino Borges de Carvalho faleceu em 08 de dezembro de 1980, aos 66 anos de idade, vítima de câncer de esôfago.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA FERNANDO BADOTTI

Extensão: 270 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966

Fernando Badotti exercia a função de Delegado de Polícia, na circunscrição do município de Porto União, atuando no distrito de Vila Santelmo (naquela época, o Rio do Peixe marcava os limites entre os municípios de Campos Novos e Curitibanos, em sua margem esquerda, e Porto União, na margem direita.

Fernando Badotti residiu todo o tempo em que viveu em Caçador, em sua casa situada no início da Rua José Boiteux.

Após a emancipação do município de Caçador, Fernando Badotti, que por laços de casamento, havia iniciado atividades madeireiras, passou ao ramo da serraria, exercendo esta atividade em nossa região por algum tempo.

Depois foi para o norte do estado do Paraná, onde continuou a atividade madeireira.

RUA FERNANDO MACHADO

Extensão: 700 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Fernando Machado de Sousa (11/01/1822 — 06/12/1868) foi um militar catarinense, coronel do exército imperial brasileiro durante a Guerra do Paraguai, comandado por Duque de Caxias. Antes disso, combateu os farroupilhas em Laguna e no Rio Grande do Sul.

Lutou em várias batalhas na Guerra do Paraguai, entre elas Curuzu, Passo da Pátria, Tuiuti, Potreiro Pires, Linha Sauce, Curupaiti e na Passagem de Humaitá.

Comandou a 5ª Brigada da Infantaria na Batalha de Itororó, onde durante os combates para tomar a ponte sobre o Arroio Itororó foi mortalmente ferido.

Uma curiosidade sobre a Rua Fernando Machado em Caçador é que, originalmente, ela iniciava-se junto à esquina com a Rua (hoje Avenida) Sete de Setembro e seguia até a ponte sobre o Rio Caçador (conhecida como “Ponte do Mandelli”). A outra parte era chamada de Avenida Coronel Brito e Silva, numa continuidade da rua em frente à estação ferroviária (atual Osório Timmermann).

RUA FERNANDO MAYER

Extensão: 60 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1207/1997

Fernando Mayer, filho de Francisco Mayer e de Joana Mayer, nasceu em São Bento do Sul – SC, em 21 de março de 1899.

Casado com Marilde Benett, teve 3 filhos: Arthur Mayer Santos, Rodolfo Mayer e Úrsula Mayer.

Chegou a Caçador no ano de 1917. Aqui trabalhou como chaveiro e, logo depois, foi dono do antigo “Hotel Gaúcho”, na Rua José Boiteux.

Fernando Mayer faleceu em 24 de janeiro de 1981, aos 79 anos de idade.

RUA FERNANDO TURATTI

Extensão: 40 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei: 2290/2006

Fernando Turatti, filho de José Turatti e de Luiza Turatti, nasceu em Roca Sales – RS, em 29 de março de 1889.

Casado com Alene Giongo Turatti, tiveram 8 filhos, sendo três homens e cinco mulheres. Trabalhava como sapateiro e sua esposa como alfaiate.

Em julho de 1935 veio morar em Caçador, juntamente com sua família, e foi residir nas terras do senhor Domingos Sorgatto, trabalhando na agricultura, depois como carpinteiro. Mais tarde, adquiriu uma chácara na linha Cachoeira, próximo à empresa Reunidas. Nesta época, trabalhava na Sincol.

Fernando Turatti faleceu no dia 20 de agosto de 1975, aos 86 anos de idade.

RUA FIORINDO CONSTANTINI

Extensão: 320 metros

Bairro: Martello

Lei 1179/1997

Aos 16 dias do mês de abril de 1920, nascia na cidade de Urussanga – SC, Fiorindo Constantini, filho de Luiz Constantini e de Ângela Mafiolete Constantini.

Fiorindo trabalhou vários anos na mineração de carvão em Lauro Müller, onde casou-se com Auta Maria R. Moraes Constantini.

Saíram de Lauro Muller para a linha Mendez, onde tiveram três filhos: Dorvalino, Benvinda e Terezinha. Moraram neste local por três anos.

Mudaram-se para Macieira, então distrito de Caçador, aonde a principal renda familiar vinha do comércio.

Após algum tempo, começou a prestar serviços para a Prefeitura de Caçador, na comunidade do Distrito de Macieira, onde residiram 16 anos.

Mudaram-se para Caçador, onde Fiorindo começou a trabalhar na empresa Laminados AB, onde permaneceu por 23 anos.

Morou seus últimos anos no loteamento Bombassaro, até seu falecimento, ocorrido em 15 de novembro de 1996, aos 76 anos de idade.

RUA FLORÊNCIO BUSATO

Extensão: 350 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 721/1993

Florêncio Busato, filho de Eugênio Busato e Clementina Busato, nasceu em Guaporé – RS, no ano de 1908. Casou-se com Luiza Gemelli em junho de

1925, e teve cinco filhos, todos nascidos em Passo Fundo, onde moraram. (Nelson, Elzira, Nair e os gêmeos Amélio e Amélia).

Com esposa e filhos, chegou a Caçador em agosto de 1936 e, juntamente com José Rossi Adami e Jerônimo Busato, dentre outros, concentrou suas atividades na “Indústrias Busato SA” (fábrica de caixas) de grande produção, com dois turnos de produção já naquela época. Lá exerceu a função de gerente de produção.

Foi no período da 2ª Guerra Mundial que a “Florêncio Busato & Irmãos”, mais tarde com razão social de “Florêncio Busato e Cia. Ltda.”, passou a exercer a industrialização de madeiras (serraria), por conta própria, na localidade denominada linha Santana e Perdizes, desligando-se então da firma “Indústrias Busato SA”.

Florêncio sempre foi líder no comando das empresas, com larga experiência e, desde muito jovem, ainda na região de Passo Fundo e Sertão (RS), conheceu o ramo madeireiro e de moinho de trigo. Na década de 1950, sua saúde esteve abalada, o que o incentivou a passar sua experiência para seus filhos, notadamente seu filho Nelson.

Foi um dos fundadores da Sociedade Caçadoreense de Bochas. Sua família colaborou tanto na construção do Hospital Jonas Ramos, inaugurado em 1957, quanto nas obras de Igreja Matriz (Catedral São Francisco de Assis), cujo altar foi doado por diversos membros da família e amigos, isto no ano de 1954.

Faleceu em 02 de agosto de 1972, aos 64 anos de idade, vítima de parada cardíaco-respiratória.

(adaptado de texto de seu filho, Amélio Luiz Busato, em 14/08/1993)

RUA FLORIANO WOSNY

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1266/1998

Floriano Wosny, filho de Estanislau Wosny e Maria Wosny, imigrantes poloneses, nasceu em União da Vitória – PR, no ano de 1914.

Casado com Maria Novaki Wosny, teve dois filhos: José e Luiz.

Em Caçador, trabalhou por muitos anos na antiga “Paliteira”, na qual sofreu acidente de trabalho, forçando a sua precoce aposentadoria.

Com isto, começou a fabricar vassouras, ofício que lhe rendia, além do sustento, o reconhecimento de toda a cidade nesta ocupação. Residiu em Caçador por mais de 50 anos, até seu falecimento.

Floriano Vosny faleceu em 17 de agosto de 1985, aos 71 anos de idade.

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

Extensão: 150 metros

Bairro: Centro

Decreto nº 3/1944



Floriano Vieira Peixoto (30/04/1839 – 29/06/1895) foi um militar e político brasileiro. Primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil, presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, no período da República das Espadas.

A Guerra do Paraguai foi um divisor de águas na carreira de Peixoto que, até então, ocupava posições inferiores na hierarquia militar. Após a guerra, já como tenente-coronel, foi nomeado Presidente da província de Mato Grosso e atuou como ajudante-geral do exército.

Participou dos movimentos de proclamação da república, assumindo a vice-presidência do governo Provisório, que seria continuada no período constitucional que se seguiu.

Com a necessidade de união das Forças Armadas, sobreveio a renúncia de Deodoro, quando, em 23/11/1891, Floriano Peixoto assumiu a presidência. Historiadores alegam que o período entre 23/11/1891 e 15/11/1894 foi uma presidência inconstitucional, pois haveria a necessidade de convocação de novas eleições, o que não ocorreu, segundo as alegações de Floriano Peixoto, devido ao fato de não ter sido uma eleição direta a que conduziu Deodoro ao poder.

A alcunha de "Marechal de Ferro" deveu-se à sua atuação enérgica e ditatorial, pois agiu com determinação ao debelar as sucessivas rebeliões que marcaram os primeiros anos da República do Brasil. Recebeu também o título de "Consolidador da República".

A rua já havia sido denominada em 13 de novembro de 1939, através de iniciativa do então prefeito Tenente Mário Fernandes Guedes, com a justificativa de que, em 15 de novembro daquele ano seria comemorado o cinquentenário da proclamação da República, e que notáveis brasileiros têm os

seus nomes vinculados a esse grande evento histórico, cuja significação deve ser explicada por todas as formas de manifestações do pensamento. Nomeava-se, nesta resolução, as ruas Marechal Deodoro, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, além da rua Marechal Floriano. Em 1943 a denominação oficial passou a ser de Rua Marechal Floriano Peixoto, sendo esta a lei considerada como a origem da atual denominação.

RUA FLORIANÓPOLIS

Extensão: 830 metros

Bairro: Bom Jesus, dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Florianópolis é a capital do estado catarinense, localizada no litoral e ocupando a totalidade da Ilha de Santa Catarina e uma pequena porção de terra no continente. Fica a cerca de 400 quilômetros de Caçador. Assim como no estado do Espírito Santo, a capital não é a cidade mais populosa do estado, posto ocupado por Joinville. A cidade é conhecida por ter uma elevada qualidade de vida.

Originalmente foi denominada "Ilha de Santa Catarina", já que Francisco Dias Velho, o fundador do povoado, chegou ao local no dia de Santa Catarina, continuou por muito tempo sendo assim chamada, inclusive ao se tornar vila com o nome de Nossa Senhora do Desterro. Fato que o comprova é que até mesmo nas correspondências oficiais ainda se mencionava a Ilha de Santa Catarina, nome com que nas cartas de navegação da época ela era descrita.

Com a Proclamação da República, a vila elevou-se a cidade, quando decidiu-se fortalecer o nome correto, mas agora passando apenas a se chamar "Desterro", nome esse que desagradava aos moradores, pois lembrava "desterrado", ou seja, alguém que está no exílio ou que era preso e mandado para um lugar desabitado. Esta falta de gosto pelo nome fez com que algumas votações acontecessem para uma possível mudança. Uma das sugestões foi a de "Ondina", nome de uma deusa da mitologia que protege os mares.

Outras denominações foram ainda propostas à época: Nossa Senhora da Baía Dupla, Boa Vista, Ponta Alegre e Redenção, entre outros. Finda a revolução, coube ao desembargador Vidal Capistrano, liderando os republicanos catarinenses, propor a mudança do nome para "Florianópolis", num ato público em 17 de maio de 1894. Tal atitude era uma clara ação contrária à revolução federalista que havia acontecido nas terras da antiga Desterro, combatida duramente pelo Marechal Floriano Peixoto como presidente da incipiente República brasileira.

O assunto foi entendido como de competência do Congresso Legislativo, pois sendo delegado do governo da União, tinha o cuidado de decretar "o que tanto se almejava, para não passar o menor vislumbre de dúvida sobre a manifestação espontânea do povo". A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Legislativo e efetivada pela Lei nº 111, de 1º de outubro de 1894, sancionada já pelo novo governador, Hercílio Luz. O artigo primeiro da lei trazia a sucinta redação: *"A actual Capital do Estado fica, desde já, denominada Florianópolis"*.

A homenagem gera até os dias atuais motivos para controvérsias, dado o caráter sanguinário e ditatorial de Floriano, entretanto tão enraizada e estabelecida está a denominação que até apelido (Floripa) a cidade já ganhou.

Apenas em 1943 partes da área continental, antes pertencentes ao município de São José, foram incorporadas ao município de Florianópolis. A economia de Florianópolis é fortemente baseada na tecnologia da informação, no turismo e nos serviços. A cidade tem 42 praias e é um centro de atividades de navegação.

RUA FLORINDO D'AGOSTINI

Extensão: 500 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Florindo D'Agostini, filho de João D'Agostini e de Ema D'Ambroz D'Agostini, nasceu em Capinzal – SC, no ano de 1918.

Casado com Celestina Baretta D'Agostini, teve 8 filhos, Gelmina, Belesia, Doni Paulo, Adélia Rubens, Elite Sebastiana, Ema Severina, Rosecler e Luiz Carlos.

Construtor, um dos primeiros da cidade, participou de inúmeras obras importantes de Caçador, exercendo o ofício da carpintaria.

Florindo D'Agostini faleceu em 13 de agosto de 1982, aos 64 anos de idade, em decorrência de acidente vascular cerebral (AVC).

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA FORTALEZA

Extensão: 130 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 1702/2001



Fortaleza é um município brasileiro, capital do estado do Ceará. Seu nome é uma alusão ao Forte Schoonenborch, construído pelos holandeses durante a segunda ocupação do litoral, ocorrida entre 1649 e 1654.

Um dos pontos da costa brasileira mais próximos da Europa, Fortaleza foi visitada por exploradores europeus antes mesmo da chegada de Cabral. Tais incursões não puderam ser registradas devido à validade do Tratado de Tordesilhas.

Com a segunda invasão holandesa e com a posterior retomada da área pelas tropas portuguesas, teve início o desenvolvimento da cidade.

Durante o século XIX, a cidade experimentou um grande desenvolvimento, fortalecida pela cultura do algodão. Dotando-se de crescente infraestrutura e com a proximidade com a Europa, a cidade passou a ser um centro regional de exportação.

No século XX, durante a 2ª Guerra Mundial, a cidade chegou a sediar duas bases das forças armadas dos Estados Unidos.

Atualmente, sua população ultrapassa os 2 milhões de habitantes, porém se somada toda sua área metropolitana, a população atinge a impressionante cifra de 20 milhões de pessoas, constituindo a terceira maior rede urbana do país.

Com a economia fortemente voltada ao setor terciário, o comércio e serviços ocupam papel de destaque em Fortaleza, sendo um dos maiores destinos turísticos do Brasil.

Berço de José de Alencar, Raquel de Queiroz, Chico Anysio, Tom Cavalcante, a cidade de Fortaleza sempre foi palco de grande efervescência cultural, nas mais diversas artes.

Já havia sido denominada uma “Rua Fortaleza”, em Caçador, através da lei 20/1967. Diversas ruas receberam nomes de capitais de estados brasileiros, localizadas no bairro Alto Bonito. Fortaleza era uma delas. No entanto, não foi implantada e apenas em 2001 efetivamente, no mesmo bairro, passa a existir uma “Rua Fortaleza” no quadro de ruas de Caçador.

RUA FRAIBURGO

Extensão: 200 metros

Bairro: Berger

Lei 41/1967



Fraiburgo é um município catarinense situado a cerca de 55 quilômetros de Caçador.

O povoamento da região se tornou mais intenso com o fluxo de fugitivos remanescentes de vários conflitos como a Revolução Farroupilha (1835-1845), Guerra do Paraguai (1864-1870), e Revolução Federalista (1893-1895). Surgiram então grandes fazendas por posse de terras devolutas e compra de antigas posses. Duas destas fazendas foram importantes na criação do município de Fraiburgo: a Fazenda Butiá Verde e a Fazenda Liberata. Como na época a divisa entre as fazendas Butiá Verde e Liberata não estava bem definida, gerando assim dúvidas sobre quem seria o verdadeiro proprietário do terreno, isto acabou gerando conflitos e a área entre as fazendas passou a ser conhecida como "Campo da Dúvida".

A família Frey, originária da Alsácia, chegou à região em 1919 atraída pelo ciclo de exploração da madeira e instalou ali uma serraria. A família abriu as primeiras ruas e construiu uma barragem que deu origem a um lago artificial, o Lago das Araucárias, um dos cartões postais da cidade. A região se desenvolveu rapidamente e se tornou distrito em 1949 e cidade em 1961, desmembrando-se de Videira e Curitibanos. Com a diminuição das matas devido à exploração da madeira, os colonizadores começaram a buscar alternativas econômicas.

Nesta busca de alternativas, começou-se a produzir mudas frutíferas européias, fato que deu início à transformação da economia de Fraiburgo. A maçã foi a fruta que melhor se adaptou ao clima da região. Esta predominância fez com que a cidade se tornasse conhecida como a “Terra da Maçã”, haja visto que 60% da produção nacional deste fruto é oriundo dos imensos pomares que cobrem todo o município.

RUA FRANÇA

Extensão: 120 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 41/1967



A França é um país europeu e que detém até hoje várias ilhas e territórios ultramarinos em outros locais do mundo. A porção continental estende-se do Mar Mediterrâneo ao Canal da Mancha e do Rio Reno ao Oceano Atlântico. É conhecida como *L'Hexagone* (O Hexágono) devido à forma que seu

território assume.

O país tem sido uma grande potência, com forte influência econômica, cultural, militar e política no âmbito europeu e global. Durante muito tempo a França exerceu um papel de liderança e hegemonia na Europa (principalmente a partir da segunda metade do século XVII e parte do XVIII). Ao longo daqueles dois séculos, a nação iniciou a colonização de várias áreas do planeta e, durante o século XIX e início do século XX, chegou a constituir o segundo maior império da história, o que incluía grande parte da América do Norte, África Central e Ocidental, Sudeste Asiático e muitas ilhas do Pacífico.

A República Francesa é definida como indivisível, laica, democrática e social. A França é um dos países mais desenvolvidos do mundo. Berço do Iluminismo e da declaração dos direitos do homem, a França também já teve uma das monarquias mais absolutistas das já existentes, fato que deu origem à revolta, conhecida como Revolução Francesa, que em 1789, lançou as bases de toda uma nova concepção de poder e de autodeterminação dos povos.

Sendo a quinta maior economia do mundo, a origem de sua força econômica é diversificada, destacando-se setores industriais, e o de serviços, especialmente relacionados ao turismo, que faz da França o maior destino turístico do mundo, com mais de 80 milhões de visitantes ao ano.

Com uma ampla rede de transportes, e a maior rede ferroviária da Europa, a França é também o país com menor emissão de dióxido de carbono entre os

sete países mais industrializados do mundo, devido ao seu forte investimento em energia nuclear, com 59 usinas nucleares em funcionamento.

RUA FRANCISCO ALONSO DE SOUZA

Extensão: 200 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Francisco Alonso de Souza foi o penúltimo comandante geral dos sertanejos, sucedido por Adeodato. A partir do comando de Francisco Alonso, os espaços

de liderança ocupados pelas *virgens* passam a ser ocupados pelos aguerridos comandantes.

Originário de uma família de posseiros, famosos pela valentia, entrou para os redutos e rapidamente alçou ao posto de comandante de piquete. Em agosto de 1914, Francisco Alonso ordenou que todos os moradores das circunvizinhanças se recolhessem para os redutos. Quem não obedecesse seria considerado *peludo*, ou seja, um inimigo. Exatamente neste momento, com a paralisação dos trabalhos da Estrada de Ferro, muitos dos trabalhadores, sem qualquer possibilidade de arranjar trabalho na região, somam-se aos sertanejos, rumo às cidades santas.

Sob seu comando, o reduto mor foi transferido para Caçador, de onde Chico Ventura e Venuto Baiano partem, liderados por ele próprio, com destino a União da Vitória. Antes, no dia 5 de setembro, atacaram Calmon, com o incêndio da filial da Madeireira Lumber. Deixaram um verdadeiro rastro de destruição, matando homens, praticando saques e incendiando casas. Durante esta incursão, o Capitão Matos Costa foi morto.

Estes acontecimentos provocaram uma onda de pânico na região, a ponto da cidade de União da Vitória ser literalmente abandonada às pressas, com o temor que o próximo ataque se daria naquela cidade. Porém, após o combate que vitimou o Capitão Matos Costa, Francisco Alonso ordenou que voltassem todos para o reduto mor de Caçador.

Um combate em 02 de novembro de 1914, na colônia de Rio das Antas determinou o fim de Francisco Alonso, perecendo junto de outros onze companheiros. Com sua morte, abriu-se o caminho para a liderança de Adeodato.

RUA FRANCISCO ASSIS BEJAMINI

Extensão: 140 metros

Bairro: Paraíso

Lei 1128/1997

Francisco Assis Bejamini, filho de Pedro Bejamini e Mari Carmelina Bejamini, nasceu em Herval D'Oeste – SC, aos 23 de setembro de 1951.

Veio para Caçador em 04 de novembro de 1970, onde exerceu as atividades de mecânica, sendo um cidadão honesto, dedicado e participante das atividades sociais de sua comunidade.

Foi morador por muitos anos do bairro Paraíso, onde constituiu família e criou seus filhos.

Casado com Sebastiana Menger Bejamini, teve dois filhos: Fabiano e Cristiano.

Francisco Assis Bejamini faleceu em 21 de outubro de 1993, aos 42 anos de idade, vítima de meningoencefalite viral.

RUA FRANCISCO CHAVES DOS SANTOS

Extensão: 100 metros

Bairro: Bello

Lei 1224/1997

Francisco Chaves dos Santos, filho de João dos Santos Leal e Vergilina Maria Alves, nasceu em São Sebastião, distrito de Curitibanos – SC, em 05 de julho de 1905.

Casado com Olindina Abreu de Souza, teve três filhos naturais e um adotivo: Ivanildes Raquel dos Santos, Osmar N, S, dos Santos, Vera Lúcia dos Santos e Frederico Barbosa.

O senhor Francisco Chaves dos Santos chegou a Caçador em meados de 1925, estabelecendo-se no ramo do comércio, sendo um dos pioneiros. Participou muitos anos no corpo de jurados do Fórum e sempre foi um homem honesto e com dignidade representava ao povo caçadoreense.

O terreno que hoje é a Rua Francisco Chaves dos Santos era de sua propriedade e foi doado à municipalidade, sendo antigamente conhecido como “Beco Santos”.

Francisco Chaves dos Santos faleceu em 24 de maio de 1997.

(adaptado de texto do Vereador Lourenço Floriano Cordeiro)

RUA FRANCISCO CORRÊA DE MELLO

Extensão: 550 metros

Bairro: Bello

Lei 04/1966

Rua que leva o nome do histórico fundador de nossa cidade, ainda que a grafia do nome possa ser questionada. Há relatos de familiares que comentam que toda a família leva o sobrenome de “Correia de Mello”. Ainda, há citações em

pesquisas que também consideram como “Corrêa de Melo”. De qualquer forma, a grafia consagrada pelo uso em nossa cidade é a adotada na nomenclatura da rua. Ainda que possa ser contestada, em nossa pesquisa documental, as certidões e registros originais a que tivemos acesso grafam, invariavelmente, “Corrêa de Melo”.



Francisco Corrêa de Mello, filho de Joaquim Corrêa de Mello e de Maria Rodrigues Corrêa, nasceu em 1816, na localidade de Lagoa das Almas, em Campo do Tenente, Paraná, região que à época pertencia à Província de São Paulo. Quando ainda jovem, por problemas particulares, obrigou-se a deixar a terra natal, acompanhando seus onze irmãos na descida para os já então promissores campos de Lages, seguindo o antigo caminho de tropeiros que ligava São Paulo aos campos gaúchos.

A numerosa família Corrêa de Mello escolheu a região de Campos Novos para se fixar, requerendo sesmaria da Fazenda Velha do Espinilho (atualmente no município de Monte Carlo). Ali, Francisco Corrêa de Mello casou com Dona Felicidade Maria Gonçalves, testemunhando a criação do Distrito de Campos Novos em 1851 pelo Município de Lages; assistiu a anexação desse distrito em 1873 ao Município de Curitiba. E, em 1879, com a escolha do Rio do Peixe para limite provisório entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, sentiu-se atraído pelas terras virgens mais ao Norte.

O casal Francisco e Felicidade já havia constituído sua própria família, que se compunha de 12 filhos, quando no ano de 1881, na criação do Município de Campos Novos, desmembrado de Curitiba, foi incentivado a se estabelecer na região setentrional da nova unidade municipalista, para consolidar a posse dessas terras para Campos Novos.

Com alguns irmãos, cunhados e filhos, o ousado homem saiu de Campos Novos, adentrou no Vale do Rio do Peixe, e pela sua margem esquerda subiu rumo às nascentes, procurando um lugar que lhe agradasse. Foi assim que, um dia a expedição exploratória chegou a um local de elevações mais suaves, coberto de pinheiros, com caça abundante, solo fértil, peixe à vontade, e muito pinhão, alimento natural para a criação livre de suínos. Extasiado pela exuberância da maior cachoeira que viu no Rio do Peixe, nas proximidades da qual em poucos dias caçou dezenas de antas, veados e porcos-do-mato, proclamou que aquele seria o seu lugar, uma vez que não poderia ir mais adiante, pois estaria ingressando em terras que eram administradas pela província do Paraná.

Do acampamento provisório no salto, que mais tarde chamaria de Salto Bom Sucesso, Francisco Corrêa de Mello escolheu o local para a futura morada. Ali deixou um de seus irmãos e os filhos que o acompanharam. De um pinheiro fez

uma canoa, e desceu o Rio do Peixe de volta a Campos Novos, para buscar o restante da família. Nesta viagem, denominou dois pequenos rios, afluentes do Rio do Peixe: o Rio Veado e o Rio das Antas; mais adiante, denominou o Rio das Pedras, e em cada foz deixou um dos seus parentes.

Em Campos Novos, segundo as leis do Império, requereu a posse das terras, às quais deu o nome de Fazenda Faxinal do Bom Sucesso. De regresso, com o resto da família e outros parentes, construiu a primeira casa. A Fazenda implantou-se como propriedade de cultura, onde se vivia da caça, da pesca, do plantio de cereais, da criação de gado, suínos, galinhas, soltos nos pinhais.

De 1907 a 1910, a família Corrêa de Mello assistiu os trabalhos de construção da estrada de ferro, que com sua permissão atravessava em paz as terras da fazenda. Não permitiu que a companhia ferroviária se apossasse das famosas 15 léguas de terras em sua fazenda, mantendo os direitos de propriedade. Foi com orgulho que o velho Francisco, já de cabelos e barbas brancas, viu a passagem do primeiro trem em 1910, e comoveu-se com a denominação de Rio Caçador à estação ferroviária, pois ele era o "Caçador" que fazia as esperas de caça do pequeno riacho, afluente do Rio do Peixe.

Durante a Guerra do Contestado, Corrêa de Mello, discordando do fanatismo, apoiou as forças militares até meados de 1915, chegando a ter suas casas incendiadas pelos jagunços. Francisco permitiu que nas proximidades da estação ferroviária o Exército Brasileiro montasse acampamento e construísse um campo de aviação.

No ano de 1920, o velho Francisco chorou a morte de sua querida esposa Felicidade. Então, atendendo aos clamores dos novos moradores do lugar, fez a partilha de suas terras distribuindo-as em quinhões, aos filhos, permitindo-lhes que as revendessem aos recém-chegados. Francisco sonhou com uma cidade. Contratou para a medição das partes, dois topógrafos, Victor Kurudz e Francisco Busato, reservando meia-quarta de terra no centro da sua imaginação, para a edificação de uma igreja, como lhe havia pedido anos antes Frei Rogério.

Em 1934, Caçador seria emancipado, fundando o município, mas Francisco Corrêa de Mello não viu a festa da independência da sua cidade. Velho, cansado, doente, faleceu em 16 de julho de 1933, aos 117 anos de idade, deixando sua linhagem de 12 filhos, 96 netos, mais de 300 bisnetos.

(extraído de texto de Nilson Thomé de 1993)

RUA FRANCISCO DE ALMEIDA

Extensão: 80 metros

Bairro: Berger

Lei 602/1992

Francisco de Almeida, filho de Ozório de Almeida e de Laurinda Rosa de Almeida, nasceu em Guarapuava – PR, a 26 de julho de 1906.

Veio para Caçador com 18 anos, em 1924. Contava a todos que quando aqui chegou, havia somente 24 casas em toda a cidade. Contava ainda, que não havia ruas nesta época, apenas carreiros que ele mesmo fazia, no meio do mato. Nesta época trabalhou em fazendas da família Carneiro.

Casou-se aos 25 anos de idade, com Maria Rita de Almeida, natural de Porto União, com quem teve 9 filhos, 5 mulheres e 4 homens.

Com o crescimento da cidade e o surgimento de oportunidades de trabalho, ingressou, e permaneceu por doze anos, na empresa Tedesco SA, onde aposentou-se.

Faleceu com 84 anos de idade, em 08 de novembro de 1990, vítima de um Acidente Vascular Cerebral.

RUA FRANCISCO DRIESSEN

Extensão: 450 metros

Bairro: Berger

Lei 209/1988

Francisco Driessen nasceu no dia 22 de outubro de 1905, no município de Curitiba – SC. Filho de Pedro Driessen e Maria da Conceição Carneiro Driessen, estudou em Blumenau e Curitiba, onde concluiu o curso de Guarda-Livros (equivalente ao Técnico de Contabilidade). Em Curitiba também prestou o serviço militar, no então Tiro de Guerra daquela cidade.

Durante toda a sua vida desenvolveu a atividade de agropecuarista na região de Caçador, sendo sempre um defensor incondicional da preservação da natureza.

Foi casado com a Senhora Sebastiana de Paula Carneiro Driessen, desde 19 de novembro de 1929, tendo o casal, quatro filhos, a saber:

- Maria de Lourdes Drissen, casada com Alorino Dirceu Drissen;
- Rosita Drissen da Rocha, casada com Francisco Oswaldo da Rocha;

- Marta Maria Driessen Rodrigues, casada com Hélio Rodrigues;
- Francisco Driessen Filho casado com Maria Letícia Braggio Driessen.

Faleceu a 02 de março de 1987, em Caçador.

RUA FRANCISCO GEREMIA

Extensão: 200 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Francisco Geremia, filho dos imigrantes italianos Pedro Geremia e Antonia Fortunata, nasceu em Guaporé – RS, no ano de 1897.

Casado com Dosolina Castelli Geremia, teve 4 filhos. Faleceu em 16 de dezembro de 1977, aos 80 anos de idade, em decorrência de câncer de estômago.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA FRANCISCO LOPES DE SOUZA

Extensão: 200 metros

Bairro: Martello

Lei 1365/1999

Francisco Lopes de Souza nasceu em Capinzal - SC, no ano de 1912. Casado com Carolina Lopes de Souza, com quem teve seis filhos: Sebastião, Lorena João, José, Bernadete Teresinha e Maria Lopes de Souza.

Foi um líder comunitário, auxiliando os moradores na busca por melhores condições de moradia e saúde, traduzindo-se em homem de caráter, bom pai de família, encaminhando seus filhos para o estudo, sempre trabalhando e garantindo o sustento dos seus.

Francisco Lopes de Souza faleceu em 12 de abril de 1998, aos 86 anos de idade.

RUA FRANCISCO MENEGAZZO

Extensão: 130 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1829/2002

Francisco Menegazzo nasceu em Videira – SC, no ano de 1923. Filho de Eugênio Menegazzo e Dozolina Binotto.

Foi casado com Egide Menegazzo, com quem teve nove filhos: Marina, Rosemari, Marines, Sueli, Salete, Celso, Nelson, Afonso e Antonio.

Trabalhou na agricultura, pecuária e no ramo madeireiro. Foi sócio-fundador da Sociedade Caçadoreense de Bochas e doou a esta instituição uma área de terra para a construção de sua Sede Campestre.

Era um homem apaixonado por trabalhar e foi um grande gerador de empregos nas empresas que administrou.

No dia 20 de fevereiro de 1998, o senhor Francisco Menegazzo faleceu, deixando muitas saudades e lembranças de muitas conquistas e exemplos de um digno cidadão caçadoreense.

(adaptado de texto de seu filho, Celso Menegazzo, em 25/10/2002)

RUA FRANCISCO NOVASKI

Extensão: 140 metros

Bairro: Berger

Lei 232/1988

Francisco Novaski, nascido aos 10 de novembro de 1910, no município de Porto União, distrito de Nova Galícia. Filho de João Novaski e Cassemira Novaski, agricultores.

Francisco Novaski teve sua infância também trabalhando na agricultura, juntamente com seu pai e irmãos.

Aos 17 anos de idade começou a trabalhar na estrada de ferro “Rede Viação Paraná-Santa Catarina”. Aos 19 anos foi servir o governo em Porto União, indo depois para Curitiba, na época da revolução de 1930, onde ajudou a combater nos campos de Palmas. Dando baixa no exército, veio para Caçador, onde permaneceu até falecer, em 1985.

Francisco Novaski era casado com Dona Palmira Novaski, com quem teve 2 filhos e 1 filha.

Quando trabalhou, começou como servente, passando a encarregado do serviço, após passou a feitor e mais tarde a mestre de linha.

Francisco Novaski faleceu em Caçador, aos 75 anos de idade, no dia 11 de setembro de 1985.

RUA FRANCISCO PINO GARCIA

Extensão: 400 metros

Bairro: Gioppo, Nossa Senhora Salete

Lei: 2091/2004

Francisco Pino Garcia, filho de Henrique Pino Garcia e de Filomena Muniz Garcia, nasceu em Anitápolis – SC, em 18 de agosto de 1929.

Morou por 35 anos em Caçador, onde criou sua família, juntamente com sua esposa, Tereza Diva Garcia e seus dez filhos. Sempre colaborou com o desenvolvimento de Caçador.

Francisco Pino Garcia faleceu em 27 de março de 2004, aos 74 anos de idade.

TRAVESSA FRANCISCO PIZZARO

Extensão: 100 metros

Bairro: Centro

Lei 44/1966

Francisco Pizarro (a grafia correta de seu sobrenome é esta, apesar de a lei determinar a denominação da rua como “Pizzaro”), filho de Tarquino Borges Pizarro e de Ambrozina da Silva Pizarro, nasceu em São Paulo – SP, no ano de 1878.

Serventuário da Justiça, era casado com Luiza D’Ávila Pizarro.

Francisco Pizarro faleceu em 19 de outubro de 1952, aos 74 anos de idade.

Uma das fontes de informação para chegarmos até a pessoa homenageada por esta rua foi a existência de uma lei (04/1959), que concedeu uma pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 para a senhora Luiza, viúva de Francisco Pizarro.

RUA FRANCISCO SANTI

Extensão: 170 metros

Bairro: Martello

Lei 1209/1997

Francisco Santi, filho dos imigrantes italianos Valentin Santi e Tereza Santi, nasceu em Paranaguá – PR, no ano de 1881.

Já vivendo no Rio Grande do Sul, casou-se com Lucia Donida Santi e residiu em Antônio Prado, transferindo sua residência para o então segundo distrito do Município de Erechim, hoje Getúlio Vargas – RS, onde estabeleceu-se no ramo madeireiro, com serrarias.

Em 1936, tendo adquirido uma gleba de terras com pinheiros ao norte do município de Caçador, próximo à estação de Presidente Pena, com a colaboração de seu genro, Lucídio Alves Pacheco, casado com sua filha primogênita Adélia Julieta Pacheco, transferiu as instalações de suas serrarias para aquela localidade.

Com a falta de estradas, iniciou as atividades abrindo “picadas” e construindo estradas. Como não existiam máquinas, tudo era feito às custas do trabalho braçal, com picaretas. O transporte de madeiras era feito com carretões puxados por juntas de bois. O estaleiramento de toras também era feito com bois. Na época tinha uma charrete que era utilizada para o transporte de pessoas.

Após estar instalado, trouxeram as famílias, sendo que sua esposa Lúcia fixou residência na cidade e sua filha Adélia, junto às serrarias, em Presidente Pena.

O escoamento da produção era difícil, e feito pela estrada de ferro, sendo as madeiras depositadas no então chamado “quadro da estação”. Depois, o transporte passou a ser feito por caminhões de pequena capacidade de carga.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, houve racionamento da gasolina, tornando mais difícil a sobrevivência, porque Francisco prezava pelos compromissos, mormente com o pagamento de seus empregados. Nessa época, adaptou em seus caminhões o “Gasogênio”, que funcionava com a combustão da lenha, embora necessitasse de gasolina para a partida do motor, como os carros movidos a álcool.

Em 1944, para maior aproveitamento do material, montou uma fábrica de pasta mecânica. Manteve suas indústrias madeireiras até seu falecimento.

Francisco Santi faleceu em 16 de abril de 1947, aos 66 anos de idade, vítima de problemas renais.

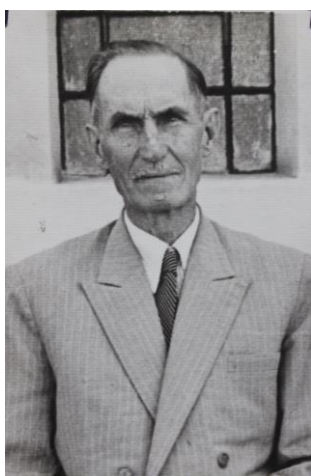
Sua família (ele, sua esposa, sua filha mais velha e seu genro) dão nome às ruas do Loteamento Vila Justina II, no bairro Martello, mantendo a proximidade de seus nomes, da mesma forma que foi a proximidade de suas vidas.

RUA FRANCISCO SCHNEIDER

Extensão: 80 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966



Francisco Schneider nasceu em Linha Bonita, município de Montenegro, Rio Grande do Sul, em 8 de outubro de 1879. Filho de Pedro e Maria Schneider, ambos agricultores, cresceu em meio às lidas do campo, tendo ele próprio, se dedicado a elas até 1910.

Neste ano, estabeleceu-se no ramo do comércio varejista. Em 1915 transferiu-se para a cidade de Canoas (Rio Grande do Sul), onde continuou se dedicando ao mesmo ramo de atividade. Em 1919, mudou-se para a localidade de Barro (atual Gaurama), onde se dedicou à indústria madeireira e à indústria

moageira.

Casado com Catharina Schneider, teve os seguintes filhos: Edmundo, Albano, Elma, Osvaldo, Alfredo, Olga, Oscar, Arthur e Elvira.

Em 1935, transferiu residência para Caçador, onde se dedicou à indústria extrativa de madeira, tendo sido um dos pioneiros do progresso do município.

(texto de João Alfredo Schneider em 5 de janeiro de 1968)

RUA FRANCISCO ZAMPRONIO

Extensão: 50 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei: 2318/2006

Vindo da Itália, Maximino Zampronio foi morar em Urussanga – SC, onde nasceu Francisco Zampronio em 16 de julho de 1910. Francisco veio para

Caçador em 1925, juntamente com sua família, e foi morar na Linha Cará, trabalhando na agricultura.

Ainda jovem, trabalhou em um frigorífico que fazia exclusivamente charque, localizado na rua Luiz Tortatto. Por esta razão, aquela via até hoje é chamada de charqueada.

Juntamente com seu pai e irmãos ajudou na abertura da estrada de Caçador a Rio das Antas (com picareta e enxada). Ainda hoje podem ser vistas as taipas de pedra construídas por eles na estrada.

Casou-se com Madalena de Souza Santos, com quem teve cinco filhos. Construiu sua casa na Linha Cará, com um grande parreiral, sua cultura predileta.

Francisco Zampronio faleceu aos 53 anos de idade, no dia 15 de agosto de 1963. Foi muito conhecido na época e é lembrado por todos com muito carinho por ter sido um homem honesto, trabalhador, e que ajudou na construção da cidade de Caçador.

RUA FREI ROGÉRIO

Extensão: 500 metros

Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944



Henrique Neuhaus (29/11/1863 – 23/03/1934) foi um religioso alemão radicado no Brasil. Pertencia a ordem dos franciscanos e chegou à região em 1904. O padre atuou como um mediador entre governo, autoridades e a população residente, chamada de “os fanáticos” da Guerra do Contestado.

Ordenou-se padre pela ordem dos franciscanos em 3 de maio de 1881 quando recebeu o hábito e o nome de Frei Rogério.

Em 1891 Frei Rogério foi enviado ao Brasil em atividade missionária. A partir de 1892 ele se deslocou ao planalto catarinense onde desempenhou um papel importante durante a Guerra do Contestado.

As contínuas viagens pastorais no lombo da mula, por dias e semanas seguidas, através de picadas intransitáveis, por rios a serem vadeados, em meio ao mau tempo e às enchentes, sempre o perigo de ser assaltado pelos

bugres, ou acometido pelas doenças e febres, enfrentando o frio cortante, tudo isso foram situações que se repetiam. Mas seu amor às almas, sua afabilidade, sua piedade e zelo, seu coração voltado para Deus, o faziam sempre mais e mais querido pelos fiéis e lembrado até os dias de hoje, pois, realmente viveu com o povo e pelo povo, ou como diríamos hoje, inserido no povo de Deus.

Durante a Guerra do Contestado, Frei Rogério teve contato com o pretenso monge José Maria de Santo Agostinho (Miguel Lucena de Boaventura, desertor do exército e polícia paranaense), sem obter êxito, contudo, em suas tentativas de pacificação.

Após perceber que começava a perder a visão, Frei Rogério passou os últimos 12 anos da sua vida no Rio de Janeiro, onde trabalhou no confessionário e visitando doentes.

RUA FRIEDA LESSING KRAMER

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 989/1995

Frieda Lessing Kramer, nascida em Rio das Antas – SC, aos 14 de maio de 1935, filha de Daniel e Arnilda Lessing, chegou a Caçador, juntamente com sua família, no ano de 1944, aos 9 anos de idade.

Casou-se com Kurt Kramer e não chegou a ter filhos. Faleceu aos 26 de agosto de 1966, aos 31 anos de idade, vitimada pela diabetes.

Outras 6 ruas de Caçador recebem nomes de membros de sua família. A saber: Júlio e Henriette Lessing, seus avós, Daniel e Arnilda Lessing, seus pais, além de Paulo e Otto Lessing, seus tios.

TRAVESSA GENERAL OSÓRIO

Extensão: 800 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Manuel Luís Osório (10/05/1808 – 04/10/1879) foi um militar e político brasileiro. Passou por todos os postos da hierarquia militar do exército brasileiro, chegando à patente de “Marechal de Exército Graduado”. Foi, no

entanto, enquanto general, que advieram suas mais importantes conquistas e fatos que o levaram à consagração como “O Legendário”.



Participou ativamente das guerras do final do século XIX, além da revolução farroupilha. Apesar de flertar com os ideais republicanos em sua juventude, revelou-se um arraigado monarquista, tendo inclusive recebido o título nobiliárquico de “Marquês do Herval”.

Na revolução farroupilha, combateu inicialmente ao lado dos rebeldes, até a proclamação da República Rio-grandense (República de Piratini), em 1836, quando o movimento tomou feição separatista, o que ele não aceitou, motivo pelo qual integrou-se ao Exército Imperial, no qual permaneceu até o fim da revolta.

Teve papel de destaque preponderante nas principais batalhas da Guerra do Paraguai, como Tuiuti, Humaitá, Itororó e Avaí. Nos primeiros anos após a guerra, Osório foi o principal destaque lembrado como herói do exército brasileiro. Somente na década de 1920 o movimento militar resgatou a figura do Duque de Caxias como líder da Guerra do Paraguai.

Esta travessa, originalmente, ia da Avenida Barão do Rio Branco até a Rua Sete de Setembro. O trecho compreendido entre a Sete de Setembro e a Conselheiro Mafra (ligeiramente em descontinuidade) era denominado de “Travessa Duque de Caxias”. Atualmente, ambos os trechos são denominados como Travessa General Osório.

RUA GENEROSO PADILHA MORAES

Extensão: 350 metros

Bairro: São Cristóvão, Rancho Fundo

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição localizada no Loteamento Dona Leonora, antiga Rua "O, no sentido Este Sudeste;

Morador de Taquara Verde. Pai de Euclides José Padilha, que também tem uma rua em seu nome (lei de 1996).

Sem maiores informações

RUA GENÉSIO CRUZ

Extensão: 320 metros

Bairro: Bello

Lei 28/1977

Genésio Cruz instalou-se em Caçador, no ano de 1947, com uma Fábrica de Café, oriundo da cidade de São Joaquim.

Posteriormente, montou uma serraria no Km 17 com a razão social Serraria Queimada, vindo ainda mais tarde, se estabelecer com uma fábrica de móveis. Um dos pioneiros, portanto, do orgulhoso "Parque Industrial de Caçador". Homem íntegro, pai de família exemplar, com dois filhos residentes nesta cidade.

Caçadoreense de coração, seus atos sempre se guiaram ao bem da coletividade, visando a elevação sócio-econômica. Com mentalidade industrial, os benefícios trazidos com a sua dinâmica atuação, foram, sem dúvida, enormes. Quer pela iniciativa, quer pelos exemplos dados.

RUA GENTIL PICCOLI

Extensão: 130 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2688/2010

Gentil Piccoli, filho de José Segundo Piccoli e de Margarida Cavassoni Piccoli, nasceu em Passo Fundo – RS, em 27 de setembro de 1923, vindo para Caçador no ano de 1943. Residiu em Caçador pelo período de 62 anos.

Casou-se com Every Assumpta Foresti, e tiveram três filhos, Elize Amélia Piccoli, Vinícius Marcelino Piccoli e Andréia Foresti Piccoli.

Na década de 1960 e 1970, foi proprietário do abatedouro e curtume Piccoli, contribuindo com a geração de emprego em nossa cidade. Após este período dedicou-se à agricultura.

Gentil Piccoli faleceu no dia 31 de julho de 2005, aos 81 anos de idade.

RUA GENY DE JESUS AFONSO CARNEIRO

Extensão: 200 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 2057/2004

Geny de Jesus Afonso Carneiro, filha de Ildefonso de Oliveira Carneiro e de Otilia Afonso Carneiro, nasceu no município de Lapa – PR, no ano de 1924.

Casada com Mario de Paula Carneiro, com quem teve 5 filhos: Benedito, Missia, José, Ilda e Sebastiana.

Geny de Jesus Afonso Carneiro faleceu em 13 de novembro de 1982, aos 58 anos de idade.

RUA GERHARD FEZER

Extensão: 850 metros

Bairro: Santa Catarina, D.E.R.

Lei 1020/1996

Gerhard Fezer, filho de Gotlob David Fezer e de Rosa Maira Fezer, nasceu na Alemanha, no ano de 1912.

Casado com Margarida Hautsch Fezer, teve 4 filhos: Edgar Nelson, Rosali Maria, Carlos Alberto e Fernando Fezer.

Em 1948 o imigrante alemão Gerhard Fezer fundava a Fezer Reinehr Cia Ltda. que fabricava máquinas para pasta mecânica além de consertos e fabricação de máquinas para serrarias. Em poucos anos a empresa mudou sua razão social para Fezer Telöken & Cia Ltda. e já no final dos anos 50 passava a fabricar máquinas para a indústria de lâminas e compensado de madeira.

O ano de 1958 foi um marco importante, com o primeiro torno desfolhador e em 1964 a primeira faqueadeira de lâminas.

Em 1974 firmou parceria para troca de tecnologia com uma das maiores empresas da Europa e inaugurou a nova fábrica no local onde está atualmente, junto com a transformação da razão social para Fezer S.A Indústrias Mecânicas. Ainda em 1974 o primeiro torno desfolhador com tecnologia alemã era entregue.

Em 1976 a primeira exportação com máquinas enviadas para a Bolívia e em 1978 os produtos Fezer já cruzavam oceanos e eram entregues em outros continentes com máquinas instaladas na Hungria, Ilhas Fiji e Senegal.

Em 1988 uma nova fábrica e um novo escritório foram construídos, totalizando cerca de 20.000 m² em uma área de mais de 25 hectares, consolidando a posição como o mais importante fornecedor de máquinas para fabricação de lâminas de madeira no mercado local e entre os maiores fabricantes do mundo no seu segmento com produtos vendidos em todos os continentes e em

mercados importantes como Rússia, EUA, Canadá, China, Nova Zelândia, Finlândia e vários países da Europa.

Gerhard Fezer faleceu em 10 de maio de 1996, aos 83 anos de idade, devido à falência de múltiplos órgãos e não viu a continuidade do desenvolvimento da empresa que ele fundou.

Em 2011 a empresa lança sua linha de picadores florestais móveis, ampliando sua gama de produtos dedicados a produção de biomassa de madeira e tratamento de resíduos da indústria madeireira.

Em 2015 mais um grande passo, associou-se com a empresa russa Power Machines OJSC mudando sua razão social para Power Machines Fezer Indústria Mecânica S/A.

Com esta associação, a Power Machines Fezer Indústria Mecânica S/A amplia sua família de produtos oferecendo uma linha completa de máquinas para produção de lâminas de madeira e também soluções modernas e de alta eficiência para geração de energia elétrica através de usinas hidrelétricas, térmicas e nucleares.

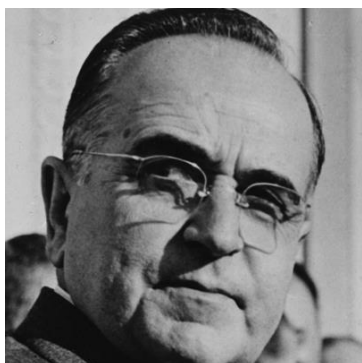
Durante toda a sua história a empresa focou seus esforços para a qualidade de seus produtos, satisfação de seus clientes e desenvolvimento de seus colaboradores, que são a principal força da empresa e razão do sucesso.

RUA GETÚLIO VARGAS

Extensão: 300 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944



Getúlio Dornelles Vargas (19/04/1882 – 24/08/1954) é um personagem tão intenso, controverso e presente na história brasileira que estas poucas linhas certamente são infinitamente insuficientes para descrevê-lo adequadamente. Advogado e político, líder civil da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu 13º e último presidente, Washington Luís, e, impedindo a posse do presidente eleito em 1º de março de 1930, Júlio

Prestes.

Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como

chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como presidente-ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de estado.

No segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.

Cometeu suicídio no ano de 1954, com um tiro no coração, em seu quarto, no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Motivado especialmente por seu suicídio enquanto estava no poder, há uma tendência de exaltação das virtudes e de negação dos desacertos de seu governo e de suas atitudes. Getúlio Vargas foi considerado o mais importante presidente da história do Brasil. Sua influência se estende até hoje.

A nomeação desta rua é um dos exemplos da prática, que só foi coibida em 1977, de atribuir nome de pessoas vivas às obras e coisas públicas. Em 1944, data do Decreto que nomeou a via, Getúlio Vargas exercia a presidência da república.

RUA GILBERTO PIOLLA DA SILVA

Extensão: 340 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1799/2002

Nesta lei, de 2002, foram denominadas 6 ruas dos Loteamentos Vila Dr. Ulisses Guimarães, João de Barro e Dona Irene, todas próximas umas das outras e vizinhas a uma rua que já havia sido denominada em 1992, a Rua Jucely Carlos França, policial militar que exerceu suas funções em Caçador.

Através desta lei, outros 6 policiais militares foram homenageados, criando um conjunto de ruas com relação entre si, recordando da história de diversos personagens da corporação em Caçador. São eles: Carlindo de Paula, Felisberto Custódio de Oliveira, Gilberto Piola da Silva, João Carlim do Prado, José Vilmar Monteiro e Vitor Lezan.

Gilberto Piola da Silva (o sobrenome é escrito com apenas um "l" (Piola), e não com dois, como está na grafia da lei (Piolla)), filho de José Antunes da Silva e de Teresinha Piola da Silva, nasceu em Machadinho – RS, no ano de 1964.

Casado com Nelci Aparecida Paulek Piola da Silva, com quem teve uma filha, Ângela Cristina.

Cabo da Polícia Militar de Santa Catarina, com menções de ótimo comportamento e bastante amigo dos colegas de serviço, no dia 14 de abril de 1997, quando deixava seu turno de serviço e ia para sua residência, foi auxiliar uma senhora que estava caída e, ao tentar prestar auxílio, foi atacado pelas costas por dois elementos, sendo que um deles apropriou-se de sua arma e disparou um tiro, que o levou à morte.

Faleceu aos 32 anos de idade, prestando serviços em Caçador.

RUA GOIÁS

Extensão: 250 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



Goiás é um estado brasileiro localizado no ponto mais central do território nacional. Aos tempos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a região do atual estado de Goiás era habitada pelos índios avá-canoeiros, tupi-guaranis e tapuias. A ocupação do território goiano teve início com as expedições de bandeirantes provenientes da Capitania de São

Paulo. As Bandeiras objetivavam capturar índios que, por sua vez, serviam como mão-de-obra escrava no desenvolvimento da agricultura e minas, tanto no "território dos Goyazes" quanto na Capitania de São Paulo. Além destas, outras expedições saíam do Pará, nas chamadas "Descidas" com vistas à catequese e ao aldeamento dos índios da região. Todas essas expedições tinham como rota o território do atual estado, mas não se dava a criação de vilas permanentes e nem a manutenção de um notável número de população na região.

O estado sofreu um acelerado crescimento e expansão apenas a partir da década de 1940, quando vários fatores (interiorização, marcha para o oeste, construção de Brasília, etc.) contribuíram para que o progresso e desenvolvimento atingissem esta região. O estado cedeu à união a área do Distrito Federal que é praticamente toda rodeada pelo estado de Goiás, exceto por uma pequena faixa de menos de dois quilômetros de extensão que faz divisa com o estado de Minas Gerais.

A base da economia é a agricultura, através de plantações de arroz, café, algodão, feijão, milho, soja, sorgo, trigo, cana-de-açúcar, alho e de tomate. Atualmente, o estado de Goiás enfrenta um grande desafio: tentar conciliar a expansão da agroindústria e da pecuária com a preservação do cerrado, considerada uma das regiões mais ricas do planeta em biodiversidade.

RUA GOITACÁ

Extensão: 60 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os goitacás foram um grupo indígena brasileiro que habitou a região costeira brasileira entre o Rio São Mateus, no atual estado do Espírito Santo e o Rio Paraíba do Sul, no atual estado do Rio de Janeiro, até a metade do século

XVII, quando foram praticamente exterminados pelos colonizadores de origem portuguesa.

Os especialistas aventam duas possibilidades sobre o significado da palavra "goitacá". "Grandes corredores", a partir da palavra tupi *guata*, que significa "correr", "marchar", "andar", ou "gente que sabe nadar", a partir dos termos tupis *aba* ("homem"), *ytá* ("nadar") e *quaa* ("saber").

Fisicamente, possuíam pele mais clara, eram mais altos e robustos que os demais índios do litoral. Reuniam ainda uma "força extraordinária e sabiam manejar o arco com destreza". Tinham o hábito de dançar e cantar em ocasiões festivas, usando o jenipapo para a pintura do corpo e penas de aves com as quais adornavam seus objetos. Viviam nus, deixando o cabelo comprido, formando uma longa cabeleira. Sua alimentação constava de frutos, raízes, mel e, principalmente, de caça e pesca. Eram supersticiosos quanto à água para beber, não bebendo-a de rios e lagoas, mas sim das cacimbas.

Mantinham comércio com os colonizadores europeus, mas com uma peculiaridade: não se comunicavam com os colonizadores. Deixavam seus produtos em um lugar mais elevado e limpo, ficando à distância, observando as trocas. Davam mel, cera, pescado, caça e frutos em troca de enxadas, foices, aguardente e miçangas. Assim como os demais povos indígenas brasileiros, os Goitacases guerreavam entre si e contra seus vizinhos. "Quando não se julgam fortes, fogem com ligeireza comparável à dos veados." Além do arco e da flecha, faziam, com perfeição, trabalhos com penas de aves multicoloridas, usando-as no corpo e nas armas e também em ocasiões festivas. Trabalhavam o barro, enterrando seus mortos em igaçabas.

Atualmente, há indivíduos, especialmente vivendo em aldeias pataxós, que se autodenominam como descendentes dos goitacases, contestando a definição de extinção do povo.

RUA GOMERCINDO SCHAITEL MEDEIRO

Extensão: 180 metros

Bairro: Martello

Lei: 2822/2011

Gomercindo Schaitel Medeiro, filho de Diamantino Medeiro e de Catarina Schaitel Medeiro, nasceu em Caçador, em 11 de setembro de 1944.

Casado com Vitória Sampaio Medeiro, teve 4 filhos: Sandra Aparecida, Márcia Teresinha, Ozoel Antonio e Rosecleia Medeiro.

Foi agricultor e pecuarista no distrito de Taquara Verde. Posteriormente dedicou-se ao plantio de pinus. Foi comerciante na Vila Paraíso e posteriormente no bairro Martello, onde foi presidente do bairro e um de seus primeiros moradores.

Gomercindo Schaitel Medeiro faleceu em 30 de junho de 2005, aos 60 anos de idade, vítima de câncer de pâncreas.

RUA GRALHA AZUL

Extensão: 120 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



A gralha-azul é uma ave da família dos corvídeos, com aproximadamente 40 cm de comprimento, de coloração geral azul vivo e preta na cabeça, na parte frontal do pescoço e na superior do peito. Machos e fêmeas tem a mesma plumagem e aparência embora as fêmeas em geral sejam menores.

As gralhas-azuis são aves muito inteligentes. Sua comunicação, bastante complexa, consta de pelo menos 14 termos vocais bem distintos e significantes. Gregárias, as gralhas-azuis formam bandos de 4 a 15 indivíduos hierarquicamente bem organizados, inclusive com divisão de clãs, bandos estes que se mantêm estáveis por até duas gerações.

A gralha-azul é o principal animal disseminador da araucária uma vez que, durante o outono, quando as araucárias frutificam, bandos de gralhas laboriosamente estocam os pinhões para se alimentar.

Neste processo, as gralhas-azuis encravam fortemente os pinhões no solo ou em troncos caídos no solo, já em processo de putrefação, ou mesmo nas partes aéreas de raízes nas mesmas condições, local propício para a formação de uma nova árvore.

RUA DR. GUALBERTO RAMALHO

Extensão: 150 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966

Gualberto Ramalho era advogado, gozava de grande prestígio na cidade em virtude de sua competência e inteligência.

Exerceu também a função de Vereador em Caçador no período de 1947 a 1951.

Mudou-se para Curitiba – PR, onde veio a falecer. Não teve filhos.

RUA GUAMIRIM

Extensão: 120 metros

Bairro: Aeroporto

Lei 1703/2001

Neste ano de 2001, mais uma iniciativa de organização da cidade aconteceu no bairro Aeroporto, atribuindo-se, em conjunto, nomes de árvores da região às ruas daquela área da cidade.

As ruas denominadas por esta lei são: Araçá, Araucária, Cedro, Guamirim e Imbuia.



O guamirim é uma árvore de 5 a 9 metros de altura, com tronco reto, castanho acinzentado de 20 a 35 cm de diâmetro, com casca rugosa e fissurada longitudinalmente. A copa é arredondada e pouco densa com folhagem vermelha na brotação. As folhas são simples, medindo 6 a 10 cm de comprimento por 2,5 a 4,5 cm de largura,

com base em cunha e ponta longa.

É uma espécie com ampla distribuição e grande variação morfológica. Pode ser reconhecida por seu caule descamante, esbranquiçado e com manchas marrons.

O fruto desta árvore, também chamado de guamirim (que em tupi-guarani significa “fruta pequena”) é carnoso, com cerca de 1 centímetro de diâmetro, sendo aproveitado *in natura*, na forma de sucos e também de geléias.

RUA GUANABARA

Extensão: 500 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



O estado da Guanabara foi criado após o fim da Era Vargas e o vislumbre de uma nova fase política com o presidente Juscelino Kubitschek, iniciada em 1955, patrocinando a ocupação do interior do Brasil, que na prática eliminava o cenário político brasileiro das pressões sociopolíticas das grandes cidades e de setores políticos influentes. A construção de Brasília representava um baque nos interesses em jogo da elite carioca, pois minimizava o seu tranquilo status de centro das decisões políticas do país.

Diante dessa ameaça, com intensa mobilização entre os grupos políticos cariocas, ainda indecisa com os rumos que a cidade tomaria, optou-se pela criação da cidade-estado da Guanabara.

A Guanabara foi o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Em plebiscito realizado em 21 de abril de 1963, a população decidiu pela existência de apenas um município na unidade federada. O primeiro governador, José Sette

Câmara Filho, foi nomeado pelo presidente da República e exerceu o cargo até 5 de dezembro de 1960, quando o passou para o primeiro governador eleito, Carlos Lacerda, que exerceu o cargo por cinco anos.

A condição de cidade-estado permitiu que a Guanabara, mesmo depois de perder verbas federais com a transferência da capital federal para Brasília, desfrutasse de uma elevada receita per capita, proveniente da dupla arrecadação com os impostos municipais e estaduais, o que lhe possibilitou o financiamento do grande número de obras públicas realizadas durante a década de 1960. Era um estado rico, ao contrário do vizinho estado do Rio de Janeiro, que era pobre, com uma economia que se esvaziava desde 1927 mesmo com a industrialização ocorrendo no eixo Rio-São Paulo.

Durante a presidência do general Ernesto Geisel, decidiu-se realizar a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975, mantendo a denominação de estado do Rio de Janeiro, voltando-se à situação territorial de antes da criação do Município Neutro, com a cidade do Rio de Janeiro também voltando a ser a capital fluminense.

RUA GUARACI

Extensão: 170 metros

Bairro: Gioppo

Lei 13/1970

Guaraci é um nome indígena, originado da mitologia tupi e representa a divindade do sol, às vezes compreendido como aquele que dá a vida e criador de todos os seres vivos, tal qual o sol é importante nos processos biológicos. Também conhecido como Coaraci, ou Quaraci.

Diz a lenda que uma infinita escuridão cobria todo o universo. Então, Deus criou o sol, Guaraci, para iluminar todo o universo com a sua luz.

Certa vez, Guaraci ficou cansado e precisou dormir. Enquanto fez isso, a escuridão voltou a se impor no universo.

Então, Deus criou Jaci, a Lua, para iluminar o universo enquanto Guaraci, o Sol, estivesse dormindo.

Num breve instante, enquanto Guaraci acordava e Jaci ia dormir, os dois se viram e se apaixonaram. Mas, infelizmente, não podiam ficar juntos.

Então Deus criou Rudá, o amor, para ser o mensageiro do casal. O amor, Rudá, não conhecia a escuridão, nem o impossível. Dia ou noite, Rudá podia

dizer à Lua o quanto o Sol a amava e podia dizer ao Sol que o seu amor era correspondido.

Atendendo a um pedido de amor do Sol, Deus criou as estrelas para que pudessem fazer companhia à Jaci, a Lua, durante a noite.

E assim, segundo os índios brasileiros, nasceu o Céu e todas as coisas que lá existem.

A rua Guaraci foi apropriadamente disposta em uma região da cidade onde já existiam diversas outras ruas com nomes indígenas (Moema, Jandira, Bartira e as renomeadas Jaci, Iara e Iracema)

RUA GUARANI

Extensão: 500 metros

Bairro: Bello

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

Guarani é o nome de uma das mais representativas etnias indígenas das américas, em um território que abrange, além da porção centro-sul do atual território do Brasil, países como Bolívia, Paraguai, Uruguai e parte da Argentina.

No período anterior ao contato com a cultura europeia, sabe-se que eram sociedades descentralizadas de caçadores e agricultores seminômades. Sua alimentação era baseada na caça e coleta, bem como no plantio de diversas variedades de vegetais, como mandioca, batata, amendoim, feijão e milho.

O termo guarani, que significa guerreiro, passou a ser empregado a partir do século XVII, quando a ordem tribal já estava bastante esfacelada por mais de cem anos de exploração colonial, para designar um grande número de índios

que viviam em aldeamentos pertencentes a grupos falantes de idiomas da família linguística tupi-guarani.

A intensa política de ocupação dizimou a população indígena. Todavia, as populações desta etnia ainda mantêm fortes indícios de unidade linguística e cultural, desenvolvendo sempre formas estratégicas relacionais diante das realidades nacionais com as quais são obrigados a conviver.

As populações guaranis contemporâneas vivem em pequenas reservas, acampamentos à beira de rodovias ou habitam, ainda, espaços geograficamente isolados. Suas principais atividades econômicas são a confecção e a venda de artesanato - cestaria com taquara e cipó, estátuas em madeira e colares com sementes nativas - a coleta de raízes, ervas e frutos silvestres e o plantio de suas sementes tradicionais.

RUA GUERINO ANDRÉIA ZANATTA

Extensão: 450 metros

Bairro: Kurtz

Lei 62/1985

Nascido no Rio Grande do Sul, aos 02 de agosto do 1905, Guerino Andréia Zanatta lá viveu sua mocidade, sendo que em 1944 migrou para Caçador. Trouxe sua esposa, a Sra. Ida Bonadinan Zanatta, com a qual teve 14 filhos.

Chegando em Caçador, adquiriu grande área de terra nas proximidades da estrada para Porto União, especificamente no Km 5, ali fixando residência. Sua bela propriedade recebeu o nome de Colônia Bela Vista. Neste local, continuou a exercer a profissão de agricultor.

Sempre objetivando o bem comum, grande líder comunitário doou para a comunidade um terreno onde funcionou a escola local. Foi presidente, por muito tempo, da capela do Km 9.

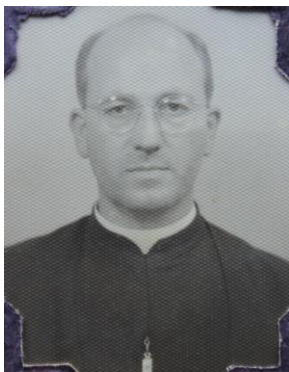
Faleceu em 14 de dezembro de 1984, vítima de Acidente Vascular Cerebral.

RUA IRMÃO GUIDO GABRIEL

Extensão: 500 metros

Bairro: Centro, Paraíso

Lei 56/1956



Júlio José Scheneider (19/08/1919 - 01/10/1961)
Nasceu em Cerro Largo, Município de São Luis Gonzaga – RS. Era filho de Clementina Christina e de Guilherme Scheneider.

Em 24 de janeiro de 1934, ingressou no Juvenato, iniciando o noviciado em 24 de janeiro de 1938. Em 21 de janeiro de 1939 tomou o hábito. Em 1942, deixou o Scolasticat, vindo a ser professor em Guaporé até 1944, transferindo-se para o colégio Rosário de Porto Alegre em janeiro de 1947, onde cursou na capital do Rio Grande do Sul a Pontifícia Universidade Católica, fazendo o curso de Letras Clássicas, vindo a responder pelas cadeiras de Português, Latim e Grego.

Em 1950, enviado a Caçador, exerceu aqui, a direção do Ginásio Aurora, até agosto de 1955. No mesmo ano seguiu para a Europa, realizando lá o 2º noviciado na cidade de Saint Quentin Fallavier – França, regressando a Uruguaiana em agosto de 1956, dirigindo o estabelecimento de ensino da cidade até 1957.

Em Passo Fundo, desempenhou os cargos de Superior Provincial, de Diretor do estabelecimento, até 1959. Neste ano rumou a Campinas onde permaneceu pelo espaço de um ano, seguindo após para Getúlio Vargas, como Diretor, sendo designado no mesmo ano para Passo Fundo.

Faleceu em 1º de Outubro de 1961, em um desastre aéreo, próximo ao aeroporto de Recife. Seu corpo foi transportado para Porto Alegre e da capital para Passo Fundo, sendo velado no Instituto Champagnat, após, transportado para o colégio Nossa Senhora da Conceição.

Na catedral daquela cidade o bispo diocesano Sua Rvma. Dom Cláudio Colling, rezou a missa de corpo presente. O Cemitério do Instituto Champagnat, recebeu os restos mortais da figura que tão bem soube responder pelo papel de educador da mocidade sulista.

A rua que já havia sido chamada de 10 de Novembro, uma referência ao golpe de estado de 10 de Novembro de 1937, que implantou o “Estado Novo” no Brasil, passou a ter o seu nome através da lei nº 56 de 1956, homenagem prestada ainda em vida, um ano após sua passagem por Caçador.

RUA GUILHERME ATILIO ZARDO

Extensão: 900 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986



Guilherme Attilio Zardo, filho de Venturino Jeronimo Zardo e de Rosa Argenton Zardo, nasceu em Passo Fundo – RS, no então distrito de Marau, em 24 de maio de 1929.

Com 9 anos de idade, veio para Caçador, acompanhando seus pais e tios, os quais, encantados com as araucárias da região, montaram uma serraria na localidade do Taboão.

Estudou até a sétima série no Colégio Aurora. Serviu ao Tiro de Guerra de Caçador em 1948. Com a morte prematura do pai e o fechamento da serraria da família, Guilherme teve que mudar de atividade.

Trabalhou então como tropeiro, trazendo gado do Rio Grande do Sul para o Frigorífico Sorgatto e Zardo. Foi neste período que desenvolveu o amor pela lida campeira e a criação de gado.

Casou-se em 25 de maio de 1959 com Iraci Figueroa Zardo, com quem teve três filhos: Rosilene, Attilio Guilherme e Venturino José. Nesta época, morando na localidade de Fita Velha, hoje município de Macieira, voltou a trabalhar com o ramo madeireiro, trabalhando na Caixotaria e Aplainados Castelli S.A.

Em 1962 foi trabalhar com a Madeireira Adami no município de Campina da Alegria, continuando com a atividade extrativista. Em 1967, adquiriu uma propriedade rural, dando a ela o nome de Sítio Pinhalzinho, iniciando assim o sonho da criação de gado.

Em 1969 recebeu uma proposta do cunhado Ardelino Grando para vir a Caçador, trabalhar no ramo de reflorestamento, com a Reflorestadora Caçadoreense Ltda. Para quem sempre desmatou, a atividade de reflorestar era um desafio imenso, mas Guilherme soube superar isto e com seu entusiasmo e a dedicação de abnegados colaboradores, plantaram mais de um bilhão de árvores e ajudaram Caçador a manter sua tradição madeireira.

O amor pelo estado onde nasceu, o gosto pelas coisas campeiras e o respeito à tradição gaúcha fizeram com que Guilherme fosse um grande incentivador da cultura riograndense em nossa cidade. Ajudou a criar em Caçador um dos primeiros CTGs, o Mangueira Caçadoreense.

Para Guilherme, a amizade era uma grande virtude. Segundo ele, um homem sem dinheiro, mas com amigos, viveria bem melhor que outro com muito dinheiro, mas sem amigos.

Guilherme Attilio Zardo faleceu em 07 de abril de 1983, aos 53 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

(adaptado de texto de seu filho, Venturino José Zardo)

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA GUILHERME LAURO RUPP

Extensão: 650 metros

Bairro: Bom Sucesso, Martello

Lei 516/1992

Guilherme Lauro Rupp nasceu aos 11 de janeiro de 1922, em Joaçaba – SC. Filho de Raimundo Rupp e de Anna Cecília Rupp, veio para Caçador no ano de 1940, aceitando convite para exercer sua profissão de marceneiro e carpinteiro.

Aqui, trabalhou na construção do Grupo Escolar Professor Paulo Schieffler.

Em Caçador casou-se, em 26 de julho de 1947, com Noeli Catarina Sulzbach Rupp, com quem teve cinco filhos: Carlito Antônio Rupp, Cláudio José Rupp, Glacy Teresinha Rupp Santos, Eluir Jorge Rupp e Gilson Rupp.

Viveu durante 50 anos nesta cidade, pela qual possuía grande carinho. Sempre trabalhou em atividades ligadas ao ramo da madeira.

Faleceu aos 28 de julho de 1990, vítima de adenocarcinoma pulmonar.

RUA GUILHERME MALESKE

Extensão: 240 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 797/1994

Guilherme Maleske, filho de José e Maria Maleske, nasceu em 18 de maio de 1891 na Rússia, tendo emigrado para o Brasil aos 10 anos de idade, naturalizando-se como cidadão brasileiro.

Serviu ao exército brasileiro em Santo Ângelo – RS. Casou-se com Alina Bauer em Gaurama – RS, com quem teve 4 filhos.

No ano de 1960, transferiu residência para a cidade de Caçador, onde trabalhou na agropecuária leiteira, na “Linha dos Alemães” (atual rodovia Daniel Lessing). Era pessoa bem quista entre os amigos e vizinhos.

Faleceu em Blumenau – SC, em 09 de junho de 1976, aos 78 anos de idade, vítima de trombose cerebral e hepatite.

RUA HAIDE BENETTI BUSATO

Extensão: 630 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2911/2012

Haide Benetti Busato, filha de João Benetti Sobrinho e de Oscarina Ferreira Benetti, nasceu em Taquara – RS, em 02 de novembro de 1934.

Juntamente com sua família chegou a Caçador em 1949.

Casou-se com Amélio Luiz Busato em 10/09/1955, com quem teve 4 filhos: Ricardo Luiz Busato, Mário Vinícius Busato, Glaucia Luiza Busato Tramontine e João Oscar Busato.

Sempre atenta nos assuntos de interesse da comunidade carente, com atividades constantes nas diversas áreas. Após a década de 1960, foi aprimorando a capacidade de atuação, participando em diversos cursos e treinamentos dentro e fora do estado, inclusive em congressos nacionais.

Assimilou noções básicas na área de educação religiosa, orientação doméstica e educacional, comunicação humana e psicológica, tendo participação em cargos de liderança na Sociedade de Mulheres Metodistas e Escola de Pais do Brasil.

Foi presidente da Associação das Damas de Caridade, no período de 1974 a 1978. Durante sua gestão foi fundado o Clube de Mães, das Gestantes e Vovós, com cursos de corte e costura, crochê, bordados, pinturas, culinária, e confecções de enxovais para gestantes.

Foi também fundadora do Lions Clube de Caçador, participante do Conselho Fiscal da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Conselho Fiscal da APAS e da Sociedade Coral Caçadorenses.

Haide Benetti Busato faleceu em 24 de outubro de 2009, aos 74 anos de idade.

RUA HAMILCAS CARNEIRO

Extensão: 150 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 598/1992

Hamilcas Carneiro, filho de Abílio Paes Carneiro e de Benvinda de Jesus Carneiro nasceu no ano de 1931 em Porto União – SC.

Casado com dona Amélia da Rocha Carneiro, com quem teve 3 filhos, Schirley Aparecida Carneiro dos Anjos, Gleide Maria Carneiro Quirino e Amílcar de Jesus Carneiro.

Faleceu no dia 11 de maio de 1991, aos 60 anos de idade, vítima de tumor de tireóide.

RUA HEINZ RODOLFO MULLER

Extensão: 250 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1450/2000

Heinz Rodolfo Muller, imigrante alemão, filho de Edvino Oscar Muller e de Maria Antonia Ludwig, nasceu no ano de 1919.

Casado com dona Venina Assupção Vieira Muller, teve 4 filhos: Gladis Maria, Mafalda Erica, Jussara Heloiza e Iara Teresinha.

Heinz Rodolfo Muller faleceu em 02 de novembro de 1978, aos 59 anos de idade.

RUA HELENA WISNIEWSKI

Extensão: 400 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1322/1998

Helena Wisniewski, filha dos imigrantes poloneses José Banacheski e Vitória Banacheski, nasceu em Malet – PR, no ano de 1904.

Lá, (no então distrito de Paulo Frontin), casou-se com Tomaz Wisniewski, de cuja união nasceram cinco filhos: Julio, Antonina, Joanina, Terezinha e Leonardo Olindo.

No nascimento de seu último filho, teve dificuldades no parto. Sem a opção de parto cesáreo, devido à ausência de assistência médica, passou muito mal. Doente, acamada, com quatro crianças, não houve outra solução a não ser seu

esposo deixar o trabalho para atendê-la. As crianças preparavam a alimentação, a medicação e cuidavam da higiene.

No ano de 1946, transferiu residência para Caçador onde, sempre alegre, cuidava dos afazeres do lar, sempre conseguindo um tempo para cuidar do seu “quintal”, onde cultivava verduras, legumes, temperos, etc., para consumo da família.

Assim, o tempo ia passando, até que um dia, por obra do destino, uma vizinha teve um parto difícil, repetindo o que lhe tinha acontecido.

Helena não esquecera do que lhe aconteceu e do seu sofrimento. Prontificou-se a ajudar sua vizinha, a qual, muito agradecida, relatava a todos o ocorrido. Esta experiência fez com que Helena passasse a ajudar outras pessoas em condições semelhantes, ficando reconhecida na cidade por este trabalho voluntário.

Helena Wisniewski faleceu em 18 de outubro de 1958, aos 54 anos de idade.

RUA HENRIETTE LESSING

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 990/1995

Henriette Lessing, filha de Gottlieb Kindt e Augusta Kindt, alemães, nasceu na Polônia aos 09 de outubro de 1889.

Casada com Júlio Lessing, militar alemão, com quem teve três filhos: Daniel, Paulo e Otto Lessing. Chegaram ao Brasil, inicialmente no Rio Grande do Sul, aproximadamente no ano de 1929.

Além das tarefas domésticas, trabalhou como comerciante, ao lado do marido e dos filhos, em Rio das Antas e, mais tarde, em Caçador, aonde chegaram por volta de 1940.

Faleceu em 06 de fevereiro de 1968, aos 79 anos de idade.

Outras 6 ruas de Caçador recebem nomes de membros de sua família. A saber: Júlio Lessing, seu marido, Daniel, Paulo e Otto Lessing, seus filhos, Arnilda Lessing, sua nora e ainda uma das filhas de Daniel e Arnilda, sua neta, Frieda Lessing Kramer.

(extraído de informações de Claudino Zarur Cordeiro, em 20/11/1995)

RUA HENRIQUE CRUZ GARCIA

Extensão: 140 metros

Bairro: Centro

Lei 83/1986

Henrique Cruz Garcia, filho dos imigrantes espanhóis João Cruz e Carmem Garcia, nasceu em São Paulo –SP, em 22 de agosto de 1904.

Descendente de uma família humilde, desde cedo trabalhou, principalmente numa fábrica de vassouras de piaçaba.

Casou-se com Acrácia Fernandes no ano de 1930, com quem teve uma filha, Dilma, casada com Lucir Telmo Christ.

No ano de 1945, Henrique veio visitar Caçador, a convite de seu cunhado, Paschoal de Jesus Lopes. Agradou-se daqui e veio para estabelecer-se em sociedade com Paschoal no Bar e Restaurante Pingüim, na Rua Carlos Sperança, 110 (à época Rua 15 de Novembro).

Permaneceu com o comércio até o fim da vida, trabalhando com afinco, sempre alegre e atencioso e com um grande número de amizades. Foi presidente do Clube Recreativo Apolo por muitos anos e foi também o primeiro “Rei Momo” da cidade por vários anos.

Henrique Cruz Garcia, já viúvo, faleceu em 14 de junho de 1974, aos 69 anos de idade, devido à complicações de diabetes e broncopneumonia.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.



Henrique Cruz Garcia, em fotografia realizada na subida da então recém renomeada Rua Carlos Sperança

RUA HENRIQUE JÚLIO BERGER

Extensão: 1.650 metros

Bairro: Centro, Berger

Lei 56/1956



Henrique Júlio Berger, gaúcho nascido em Soledade, trabalhou toda a sua vida com o ramo de selaria, inicialmente em sua terra natal e posteriormente em Palmitos – SC.

Descendente de alemães, labutou nas mais pesadas profissões, sempre enobrecendo as terras em que viveu.

Veio para Caçador, acompanhado de sua família em 1953, quando adquiriram o curtume Berger, onde os filhos assumiram o curtume e a fábrica de calçados. Sua esposa era Delfina Brandt Berger, e os filhos Florisberto, Hildor, Izidoro, Elma, Irmã, Hilma e Lília Maria.

Henrique Júlio Berger aqui viveu poucos anos, mas o bastante para que a sua vontade inquebrantável encontrasse a confirmação de sua meta.

Henrique Júlio Berger faleceu subitamente, em 14 de julho de 1956. Mas os alicerces da primeira indústria de calçados de Caçador já haviam sido lançados. Esta indústria, que cresceu e desenvolveu-se, ajudou ao município no seu desenvolvimento, seja através da geração de impostos, seja pelo amparo às famílias de trabalhadores e ainda pela projeção que deu ao município de Caçador.

Com seu falecimento, a rua, que já havia sido denominada como “Rua Francisco Corrêa”, através da lei 14/1950, foi renomeada, através desta lei 56/1956, passando a ser conhecida como a Rua Henrique Júlio Berger.

RUA HENRIQUE VEBBER DA SILVA

Extensão: 250 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 942/1995

Henrique Vebber da Silva, filho de João Vebber e dona Ana Maria da Silva, natural de Lebon Régis – SC, nasceu aos 17 de fevereiro de 1917.

Chegou a Caçador no ano de 1942, sendo lavrador por 15 anos. Depois foi operário, trabalhando na empresa SINCOL, até a sua aposentadoria.

Casado com dona Maria de Lurdes Vebber da Silva, teve nove filhos: Reinaldo, João, Eloi, Maria, Ana, Adelma, Saleta, Rozete e Vilson.

Henrique Vebber da Silva faleceu em 29 de julho de 1992, aos 72 anos de idade.

(extraído de texto de seu filho, Eloi R. Vebber, em 20/05/1995)

RUA HENRIQUETA TEDESCO

Extensão: 650 metros

Bairro: Alto Bonito, Berger

Lei 41/1967



Henriqueta Tedesco, nascida aos 8 dias do mês de maio de 1886, na cidade de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul. Deixou o mundo dos vivos aos vinte e três dias do mês de maio de 1966, e seus restos mortais estão no mausoléu da Família Tedesco, no cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Em sua árvore genealógica deixou um filho: Normando Tedesco, nascido aos 28 de janeiro de 1909.

Descendentes de pioneiros italianos que aportaram ao Brasil com a imigração do ano de 1874, os quais iniciaram suas atividades em solo brasileiro como modestos ferreiros e com a perseverança e mesmo obstinação da maioria daqueles beneméritos imigrantes, da pequena ferraria do velho José Farina e dona Sofia Bertani Farina, seus pais, existe atualmente por sucessão, na cidade de Bento Gonçalves, a tradicional fábrica de Máquinas e Ferramentaria: Fundação Irmãos Farina Ltda.

O seu pai, José Farina conhecido pela alcunha de "Babo", ainda em vida recebeu do governo italiano, a comenda "Cavaliere-del-Laboro" por relevantes serviços prestados a sua comunidade em terras gaúchas.

Dona Henriqueta, nascida em lar pobre, cresceu em um ambiente de trabalho para aos vinte e dois anos de idade, ou seja, em 29 de janeiro de 1908, contrair matrimônio com o então comerciante, Primo Tedesco, iniciando assim uma nova vida ao lado do esposo, acompanhando-o em sua trajetória, quer como comerciante, quer como industrial, nas cidades de Farroupilha e Erechim, quer como industrial têxtil em Porto Alegre, ou como industrial pioneiro na fabricação de Pasta Mecânica do Brasil, em nosso Município, compartilhando com ele todas as vitórias e reveses em suas variadas atividades, chegando nos anos difíceis em que passou o casal a fornecer alimentação e enfermagem aos operários e suas famílias, compartilhando com eles os seus prazeres e pesares sem descuidar das suas lides no lar como mãe extremosa, dotada de uma

bondade extraordinária e de um caráter marcante e inesquecível. Nunca deixou de estender a mão a quem a ela recorreu.

RUA HERALDO JOSÉ MAFFESSONI

Extensão: 230 metros

Bairro: Berger

Lei 599/1992

Heraldo José Maffessoni, natural de Erechim – RS, nasceu a 29 de março de 1932, filho de Reynaldo Maffessoni e Emma Giacomini Maffessoni.

Casado com dona Ondina Lago Maffessoni, exercia a profissão de advogado.

Faleceu no dia 06 de julho de 1973, aos 41 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

RUA HERCÉLIO TÍBIAS

Extensão: 180 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei: 2291/2006

Hercílio Tíbias, filho de Jair Tobias e Herondina Ribeiro Tobias, nasceu em Caçador, no ano de 1973.

Casado com Indira Jaci Ferreira Bugdall, com quem teve dois filhos: Camila e Fernando.

Hercílio Tíbias faleceu no dia 19 de maio de 2003, aos 29 anos de idade. Sua morte por asfixia foi causada por enforcamento.

RUA HERCÍLIO LUZ

Extensão: 330 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966



Hercílio Pedro da Luz (29/05/1860 – 20/10/1924) foi um engenheiro e político brasileiro, governador de Santa Catarina e Senador da República.

Sua vida política teve acontecimentos de destaque no início do período republicano brasileiro, tendo sido “presidente do estado” de Santa Catarina por três vezes, intercalado com mandatos de Senador.

Como governador realizou inúmeras obras de saneamento da capital catarinense, e construiu a primeira ponte que ligou a Ilha de Santa Catarina ao continente, que seria batizada com seu nome e até hoje é o cartão postal da capital e do próprio estado de Santa Catarina.

Engenheiro com visão de futuro, foi também um homem público hábil e de forte personalidade que influenciou a política catarinense nos anos que se seguiram. Comenta-se que sua influência pode ser sentida até os dias atuais, através das fortes ligações com oligarquias políticas do estado, exercidas através da família Konder e posteriormente Bornhausen. Em oposição estava a família Ramos, oriunda da cidade de Lages.

Muito depois da morte de Hercílio Luz, estas diferentes correntes políticas desembocaram na fundação dos partidos UDN (Konder) e PSD (Ramos).

O primeiro governador eleito no período republicano, após as nomeações feitas no início da república, Hercílio Luz ganhou a simpatia do então presidente Floriano Peixoto, especialmente na atuação (ou falta dela, como querem alguns) nos acontecimentos de sufocamento da Revolta da Armada e na deposição do auto-proclamado “Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil”, com sede na capital de Santa Catarina, a cidade de Desterro.

Após o massacre dos federalistas na ilha de Anhatomirim, e como golpe final na revolução, a cidade de Desterro mudaria seu nome para Florianópolis, numa controversa homenagem a Floriano Peixoto. Na verdade, o nome "Desterro" não agradava aos habitantes locais. Tanto que, em 1888, apresentara-se, na Assembléia Provincial, uma sugestão para que "Ondina" fosse adotado como novo nome da cidade, sem obter, no entanto, maioria para aprovação. Em 1892, Virgílio Várzea reapresentou o mesmo projeto, que não chegou a ser votado.

Outras denominações foram ainda propostas à época: Nossa Senhora da Baía Dupla, Boa Vista, Ponta Alegre e Redenção, entre outros. Finda a revolução, coube ao desembargador Vidal Capistrano, liderando os republicanos catarinenses, propor a mudança do nome para "Florianópolis", num ato público em 17 de maio de 1894.

O assunto foi entendido como de competência do Congresso Legislativo, pois sendo delegado do governo da União, tinha o cuidado de decretar "o que tanto se almejava, para não passar o menor vislumbre de dúvida sobre a manifestação espontânea do povo". A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Legislativo e efetivada pela Lei nº 111, de 1º de outubro de 1894, sancionada já pelo novo governador, Hercílio Luz. O artigo primeiro da lei trazia a sucinta redação: *"A actual Capital do Estado fica, desde já, denominada Florianópolis"*.

RUA DR. HERCULANO COELHO DE SOUZA

Extensão: 1.300 metros

Bairro: Centro, Bom Jesus, Reunidas

Decreto 3/1944

Herculano Coelho de Souza nasceu em São João do Monte Negro – RS, em 16 de junho de 1908. Formou-se em Medicina em Porto Alegre – RS, em 1933. Durante a Revolução de 1930, junto com os irmãos seguiu para São Paulo a serviço das “Forças Legais” vindas do Rio Grande do Sul, ocupando o posto de médico tenente.



Filho mais moço de uma família de catorze irmãos, dentre eles: Alda, Alba, Áurea, (mãe do Dr. Antão Albano Timm, Idalina Timm Marins, Neuza Timm Costa e Dr. Ubirajara Timm), Corinta, Diva, Jaci, Judith, Lycurgo, Solon, Leônidas (1º prefeito de Caçador), Carlos Augusto, Coriolano e Djalma.

Casou-se com Neusa Carmem Magalhães em 1937, resultando dessa união os filhos: Moema, Marília e Luiz Fernando.

Foi o primeiro médico a residir e atender em Caçador, montando inclusive um pequeno hospital, de sua propriedade, que funcionou, sob a sua administração, entre os anos de 1937 a 1942, na atual Avenida Santa Catarina, em frente à primeira sede do Clube 7 de Setembro, atualmente edifício Dona Rachide.

Um surto de febre tifóide assolou a cidade de Caçador em 1941, acometendo várias pessoas, que eram tratadas pelo Dr. Herculano. Acabou ele mesmo, em abril de 1942, contagiado pelo mal que, àquela época, com as deficientes condições sanitárias e com a ausência de antibióticos para combater a infecção (a penicilina, apesar de descoberta em 1928, somente estaria disponível

comercialmente a partir da década de 1940) era extremamente severo e com risco de morte.

Segundo relatos de Leônidas Coelho de Souza, irmão do Dr. Herculano e primeiro prefeito de Caçador, já adoentado, o Dr. Herculano foi até Taquara Verde para atender a uma mulher com complicações no parto. Fez ouvidos moucos aos conselhos de sua esposa, que lhe pedia para não ir até lá e, a despeito das condições de viagem, seguem ele, o farmacêutico Aristeu Porto Lopes e o marido da paciente.

Lá chegando, encontram um caso mais grave e complicado do que se supunha, o que obriga ao Dr. Herculano, febril e sem as condições e equipamentos adequados, a realizar cirurgia na paciente, que já tinha a criança morta, sem conseguir o parto, e com um quadro de infecção generalizada.

Ao conseguir resolver o caso, salvando a paciente, o Dr. Herculano volta à cidade com o quadro febril bastante aumentado, levando-o ao leito de seu próprio hospital. Após mais de 20 dias internado e com atendimento de colegas da redondeza e até mesmo da cidade de Curitiba, de acordo com o relato de Leônidas Coelho de Souza:

“Dia e noite ouvia-se o sussurro das orações pela saúde do bom médico, a igreja local permaneceu aberta durante toda a enfermidade. Eram orações e promessas e apesar de todos os cuidados, no dia 05 de maio pela manhã, falecia o grande e bom médico Dr. Herculano Coelho de Souza, aos 33 anos de idade”.

O quadro médico foi descrito como miocardite tífica hipertóxica aguda e consequente falência múltipla de órgãos, causando o óbito.

Há registros de que esta rua, antes de sua denominação atual teria sido chamada de Rua Montenegro, sem registros documentais desta nomenclatura. O nome seria uma homenagem ao local de origem da família Coelho de Souza, colonizadora da região, e proprietária de vários terrenos adjacentes à rua, além de terra natal do primeiro prefeito de Caçador, Leônidas Coelho de Souza e seus irmãos, inclusive o próprio Dr. Herculano.

RUA HERMÍNIO ALVES DE MORAIS

Extensão: 100 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1936/2003

Hermínio Alves de Moraes, filho de Paulo Alves de Moraes e de Catarina Alves de Moraes, nasceu em Caçador, no ano de 1939.

Trabalhou na fábrica de bolas de futebol Savóia, na madeireira Castelli, na fábrica de móveis Rei da França, na fábrica de móveis Holandês, na fábrica de portas e janelas Peretto.

Religioso, fez parte da Congregação Mariana. Participou como voluntário na construção de casas na Vila Santa Catarina.

Casado com Emilia Carvalho Alves de Moraes, com quem teve 5 filhos, Mauro, Celina, Denise, Justina e Susana.

Hermínio Alves de Moraes faleceu em 17 de junho de 1985, aos 46 anos de idade, vítima de Acidente Vascular Cerebral e insuficiência respiratória.

RUA HERMÍNIO MAFFESSONI

Extensão: 690 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966



Hermínio Maffessoni, filho de André Maffessoni e Regina Rottava. Casado com Elvira Giacomini, com quem teve 3 filhos, Edith, Éddio e Nero André.

Hermínio substituiu o pai, após seu falecimento, na firma André Maffessoni Ltda, que já se chamava Irmãos Maffessoni Ltda., nas atividades de frigorífico, fábrica de sabão, cultivo de uva e especialmente, moinho de trigo e milho, no “Km 13” do atual município de Erechim.

Veio, juntamente com sua família e a de seus irmãos, para Caçador no ano de 1943, adquirindo terreno que ficava ao lado da então prefeitura municipal, para a construção de sua empresa, que seria registrada como S/A Maffessoni Comércio e Indústria – SAMCI, tendo como nome fantasia “Myatã”, nome de origem guarani que significa “esforço próprio”.

A vinda do moinho para a região, ajudou a diversificar a atividade econômica da cidade, então centrada exclusivamente na extração da madeira, para o início de lavouras de trigo, milho e também da fruticultura.

Hermínio Maffessoni faleceu prematuramente, em decorrência de embolia pulmonar, após cirurgia do pâncreas.

(baseado em texto de Suero Maffessoni)

RUA HILÁRIO BAÚ

Extensão: 440 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2922/2012

Hilário Baú, filho dos imigrantes italianos Pedro Baú e de Virginia Signore Baú, nasceu em Bento Gonçalves – RS, em 03 de julho de 1903.

Casado com Rosa Dalla Chiesa Baú, chegou em Caçador, juntamente com sua mulher e dois filhos em 1937, iniciando as atividades na indústria madeireira. Teve seis filhos.

Montou sua primeira madeireira na linha São Francisco no mesmo ano de sua chegada em Caçador. Após muito trabalho, dois anos mais tarde, instalou sua segunda indústria, na linha Cachoeirinha.

Mais tarde, iniciou outra empresa, a chamada Serraria Sublime Ltda. Com a chegada em Caçador de um de seus irmãos, montou mais uma indústria, desta vez, de pasta mecânica.

Em 1946, junto com outro irmão, construiu uma fábrica de caixas de madeira, destruída em 1948 com um incêndio. Iniciou novamente as atividades industriais, juntamente com seus filhos e em 1951 fundou a indústria Hilário Baú e Cia Ltda., que exerce suas atividades até os dias atuais, com o nome de Baú Madeiras. Além das atividades madeireiras, atuou na agropecuária, colaborou com a doação de madeira para a construção do telhado do Hospital Jonas Ramos, além da colaboração na construção do Clube Sete de Setembro e Associação Comercial e Industrial de Caçador.

Hilário Baú faleceu em 29 de junho de 1986, aos 82 anos de idade.

RUA HOLANDA

Extensão: 440 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes

indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



A Holanda é um país europeu, de pequena extensão territorial (apenas 41.000 km²) e repleto de curiosidades.



Em primeiro lugar a Holanda não se chama Holanda e sim Países Baixos. Com origens medievais, o que conhecemos por Holanda é, na verdade, um grupo de pequenos países que resolveu se juntar para melhor se proteger e se desenvolver. Um dos mais desenvolvidos então era a Holanda, que acabou sendo utilizado por alguns países do mundo para designar o novo país. Na Holanda, aliás, o nome não é nem mesmo “Países Baixos” no plural e sim “País Baixo” (Neederland) no singular. A capital da Holanda é Amsterdam, mas a sede do governo fica em Haia, a 66 km de distância.

Sua Geografia também é peculiar. Metade de seu território fica a menos de 1 metro acima do nível do mar e existem pontos que chegam a ser 6 metros abaixo deste nível. Muitas áreas da Holanda foram conquistadas através da construção de imensos diques que recuam o mar e drenam as áreas através de moinhos de vento, tradicional aspecto da paisagem holandesa. Destaca-se também na produção de flores, especialmente tulipas.

Na cultura, ao longo dos séculos destacaram-se pintores com o Rembrandt, Vermeer e van Gogh. Na filosofia, Espinoza e Descartes são alguns de seus mais afamados filhos.

RUA HONORINO ALFREDO FILIPPON

Extensão: 270 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010



Honorino Alfredo Filippón, filho de Celeste Filippón e de Maria Comel Filippón, nasceu em Guaporé – RS, em 17 de junho de 1915.

Casado com Aidée Dall’Asta Filippón, teve três filhas: Roseli Maria, Maria Ester e Maria Isabel. Veio para Caçador em 1945.

Quando chegou aqui, trabalhou num armazém no Santelmo para criar sua família. Depois, trabalhou no hospital da cidade, com o Dr. Amílcar Ribas e depois com o Dr. Simão Schnaid. Mais tarde, foi proprietário do Bar e Restaurante Elite.

Fez curso por correspondência no Rio de Janeiro de Veterinário Prático. Exerceu essa profissão por muitos anos, na qual cuidava dos animais de todas as propriedades da cidade.

Foi dono de bar, armazém, dormitório, sorveteria. Viveu por 30 anos em Caçador, até seu falecimento em 27 de novembro de 1995, aos 80 anos de idade, vítima de infarto e problemas cardiovasculares.

RODOVIA MUNICIPAL HONORINO MORO

Extensão: 4.000 metros

Bairro: Champagnat, Sorgatto, Figueroa, Berger, Bom Sucesso, Alto Bonito, Martello

Lei: 2431/2007



Honorino Moro, filho de Constante Moro e de Carolina Zanatta Moro, nasceu em Marau – RS, aos 25 de outubro de 1932. Lá viveu até seus 25 anos de idade, trabalhando com sua família, de mais dez irmãos, nas atividades de agricultura.

Casou-se com Maria de Lurdes Moraes Moro, com quem teve quatro filhos, Antemar (Itamar), Marivone, Itacir e Odacir. Entre os anos de 1957 e 1959 morou em Passo

Fundo – RS, onde era motorista da empresa Sulina de Transportes Ltda.

Em setembro de 1959 chegou a Caçador. Trabalhou inicialmente como motorista da Cervejaria Pressanto. Em 1961 entrou na sociedade União de Couros, junto com a família Capelari. Tinha participação em um caminhão tanque para transporte de gasolina, que era recolhida em Paranaguá e transportada para Caçador. O posto de combustíveis localizava-se na esquina das ruas Carlos Sperança e Benjamin Constant.

Com as constantes viagens e diante da ausência de diversidade de produtos hortifrutigranjeiros em Caçador, passou a aproveitar as viagens de transporte de combustíveis para trazer também estes produtos para Caçador, onde montou, ao lado do posto, um pequeno armazém, que inicialmente vendia frutas e verduras. Em 1964 fundou a firma Irmãos Moro Ltda., que consistia em um mercado de frutas e verduras e também outros gêneros alimentícios, além de prestar serviço de transporte. Nesta época, trouxe uma inovação ao comércio de Caçador, vendendo grãos, especialmente arroz, de maneira pré-ensacada, em embalagens de 1, 2 ou 5 quilos, diferentemente do usual comércio “na tulha”, que era utilizado até então. Este trabalho de ensacamento individual era realizado por seus filhos mais velhos, Itamar e Marivone, especialmente à noite, depois dos estudos e das atividades normais. Em 1969 fundou a Honorino Moro Frutas e Verduras e Gêneros Alimentícios, Secos e Molhados e Transportes, mudando-se para a Rua Getúlio Vargas, 272.

Em 1972, deixou de trabalhar com o mercado e, graças à experiência adquirida com o transporte de madeiras para diversas serrarias de Caçador, em que levava cargas de madeira para outras cidades aproveitando a viagem de retorno para abastecer o seu mercado, fundou a firma Honorino Moro Comércio e Representação de Madeiras e Transporte Ltda., sediada na rua Irmão Guido Gabriel.

Tendo adquirido equipamentos e instalações para uma serraria própria, mudou-se em 1980 para a estrada Caçador/Taquara Verde, alterando a razão social para Moro Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., onde passou a administrá-la juntamente com seus filhos.

Neste local, mobilizou-se para, junto com outros proprietários da região, trazer o desenvolvimento e o crescimento da cidade para aquela região, gestionando para a abertura de vias, trazer o cabeamento telefônico e melhorar o sistema de distribuição elétrica da região.

Com o pleno funcionamento da empresa, que chegou a ter mais de 120 funcionários, criou uma associação de funcionários, construindo salão de baile e casa de eventos com gestão executada pelos próprios funcionários. Montou inclusive ambulatório médico para atendimento dos colaboradores nas próprias dependências da empresa.



Honorino Moro com alguns dos funcionários de sua empresa

Honorino Moro faleceu em Curitiba, onde tratava-se de problemas de saúde, que culminaram em um acidente vascular cerebral, em 19 de abril de 2002, aos 69 anos de idade.

RUA HUGO HONAISSER

Extensão: 550 metros

Bairro: Paraíso

Lei 14/1950



Hugo Alberto Ricardo Honaiser, nasceu a 1º de abril, na cidade de Estrela – RS. Era filho de Augusto Alói Honaiser, natural de Marisch, Áustria e de Maria Luiza Goellner Honaiser, também da cidade de Estrela.

Passou seus primeiros anos de vida junto a seus pais em sua terra natal. Na década de 1920, sua família transferiu residência para Passo Fundo (RS), onde dedicou-se a extração de madeiras.

Em 1926, contraiu núpcias com a Sra. Arlinda Carpes Honaiser, de conhecida família Passofundense. Em vista da escassez florestal naquelas paragens, Hugo Honaiser voltou sua atenção para a pioneira região de Rio Caçador, cuja fama de autêntica Canaã corria célere nas plagas riograndenses.

Assim chegou em Caçador em 1934 quando a região era elevada a município. Embrenhou-se imediatamente na região da Serra da Taquara Verde, onde vencendo as agruras do sertão bravio, construiu rodovias e instalou uma serraria, fincando assim o marco inicial do progresso da região. Decorridos alguns anos, esse homem afeito a projeções de iniciativas, instalou-se em 1938

na localidade que leva o seu nome, (antiga Vila Honaiser – no bairro Paraíso) com duas fabricas de caixas.

Concomitantemente, erguia para habitação de seus operários, uma vila residencial. Tomando iniciativa, construiu totalmente às suas custas, a primeira ponte, ligando o bairro à cidade.

Seu coração humanitário nunca deixou de atender aos reclames e necessidades dos menos favorecidos pela sorte, participando sempre, com sua parcela de trabalho, em prol da assistência e amparo. Como obra filantrópica é justo mencionar-se a doação de uma área de 10.000 m² de terreno, para a construção do “Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos”.

Vítima de uma síncope cardíaca, faleceu em 15 de agosto de 1946, quando encontrava-se em Carazinho (RS).

RUA HUGO TORRES CRUZ

Extensão: 660 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966

Hugo Ernani Torres Cruz, filho de Christiano Pessoa Cruz e de Isaura Torres Cruz, nasceu em Paranaguá – PR, no ano de 1915.

Exercia a profissão de Advogado. Foi vereador de Caçador nos mandatos de 1947 a 1955 (dois mandatos).

Hugo Ernani Torres Cruz faleceu em 21 de fevereiro de 1961.

RUA HUMBERTO BUSATTO

Extensão: 1.350 metros

Bairro: Santa Catarina, Kurtz

Lei 44/1966

Sem informações

RUA IANOMÂMI

Extensão: 170 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os Ianomâmis são índios que habitam o Brasil e a Venezuela. A tribo Ianomâmi é a sétima maior tribo indígena brasileira com 15 mil pessoas distribuídas em 255 aldeias relacionadas entre si em maior ou menor grau. A noroeste de Roraima estão situadas 197 aldeias que somam 9.506 pessoas e a norte do Amazonas estão situadas 58 aldeias que somam 6.510 pessoas.

No Brasil as aldeias Ianomâmi ocupam a grande região montanhosa da fronteira com a Venezuela, numa área contínua de 9.419.108 hectares. Uma grande invasão garimpeira, atraída pelas reservas de ouro, cassiterita e tantalita do território Ianomâmi, se deu no período de 1987 a 1992 em que estima-se a ocorrência de 1.500 mortes entre aquela população indígena.

As aldeias, que podem ser constituídas por uma ou várias casas ("malocas"), mantêm entre si vários níveis de comunicação, desenvolvendo-se relações econômicas, matrimoniais, rituais ou de rivalidade.

O Pico da Neblina, ponto culminante do território brasileiro, está localizado dentro da Terra Indígena Ianomâmi e do Parque Nacional do Pico da Neblina, na fronteira do Brasil com a Venezuela.

RUA IBIRAMA

Extensão: 80 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Ibirama é um município catarinense situado no vale do rio Itajaí. Localiza-se a cerca de 230 quilômetros de Caçador. A origem de seu nome encontra-se na língua tupi e significa "terra promissora", através da junção dos termos yby ("terra") e ram ("promissor", "que será").

A História de Ibirama teve início em fins de 1897, mais precisamente em 08 de Novembro, com a chegada da primeira leva de imigrantes alemães. A ocupação do território ficou a cargo da Sociedade Colonizadora Hanseática, uma das entidades criadas na Alemanha para supervisionar as imigrações para o Brasil. Uma expedição chefiada pelo Diretor da Sociedade, Alfred Sellin, fundou a sede da colônia, que recebeu o nome de Hamônia.

A emancipação da colônia é datada em 11 de Março de 1934, mesmo ano da emancipação de Caçador. Seu nome foi trocado para Dalbérgia e em 1943 passou a ser chamada Ibirama.

Atualmente a cidade é conhecida por seu potencial turístico. Em Ibirama as belezas naturais são preservadas, vários esportes ecológicos são praticados, entre eles, as caminhadas ecológicas, o rapel e o mais conhecido, o rafting.

RUA IDA DAL FORNO HARRES

Extensão: 350 metros

Bairro: Martello

Lei 1534/2000

Ida Dal Forno Harres, filha de Celeste Dal Forno e de Antonia Vicente da Silva, nasceu em Passo Fundo – RS, no ano de 1919.

Casou-se com o senhor Ary Harres em Passo Fundo, de cuja união tiveram 3 filhos: Paulo Roberto Harres, Gladis Mari Harres Pedroso e Antônio Adelar Harres.

Em 1957 vieram para Lebon Régis, onde acompanhou seu marido, que desenvolvia atividades com serraria. Seus filhos mais velhos, Paulo e Gladis precisavam estudar e, para isto, mudaram-se para Caçador onde, em 1960, nasceu seu filho Antônio.

Em 1962, passou de funcionário da serraria para arrendatário da mesma, fundando a Serraria Ary Harres, como empregador na serraria e no mato, com aproximadamente 45 funcionários.

Mais uma vez, dona Ida esteve ao lado de seu marido, incentivando-o e cuidando do lar e dos filhos.

Em 1966, a família Harres começou a comercializar peças em Caçador, função que exerceram por muitos anos.

Ida Dal Forno Harres faleceu em Fraiburgo, para onde se transferiram, no dia 29 de agosto de 1995, aos 76 anos de idade.

RUA IGNES BORTOLON PIVATTO

Extensão: 350 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição inicia no Loteamento Caçanjurê, antiga Rua "V-A", atravessa o Loteamento Morada do Sol, antiga Rua "L", termina no Loteamento Fonseca, antiga Rua "7", no sentido Este Sudeste;
Sem Informações

RUA ILMAR JOSÉ PIERDONÁ

Extensão: 170 metros

Bairro: Bello

Lei 1699/2001

Ilmar José Pierdoná, filho de Raimundo José Pierdoná (que também dá nome a uma rua de Caçador) e de Joana Sabini Pierdoná, nasceu em Ipoméia, no dia 23 de março de 1949.

Casou-se com a senhora Geni Trevisan Pierdoná, com quem teve três filhas: Gisele Paula Pierdoná, Christiane Ligia Pierdoná e Giseane Mara Pierdoná.

Cursou o 1º grau no Colégio Marista Aurora e o 2º grau, Curso Técnico em Contabilidade, no Colégio Cenecista Jorge Lacerda (atual Marcos Olsen).

Fundou e comandou a Serraria Masul Madeiras Ltda., em Caçador por um período de 10 anos. Após isto, exerceu a profissão de corretor de imóveis e também a de contabilista, em Curitiba.

Ilmar José Pierdoná faleceu em decorrência de acidente, aos 22 de setembro de 1980, com 30 anos de idade.

RUA IMARUÍ

Extensão: 600 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Imaruí é um município catarinense, situado na região sul do estado, distante cerca de 470 quilômetros de Caçador. Localizado ao fundo da lagoa da qual se origina seu nome, acessada através do porto de Laguna, Imaruí tem em sua história um dos mais violentos e sangrentos combates da Revolução

Farroupilha, especialmente na fase da República Juliana. Diante da guerra e da tomada de Laguna pelas tropas farroupilhas em 1839, muitas pessoas deixaram Laguna e foram refugiar-se no pequeno povoado de Imaruí. Com a proclamação da República Juliana, o presidente Davi Canabarro contava com o apoio do povoado para suprir de provisões às tropas, o que acabou não acontecendo, devido à lealdade daquela região ao Império brasileiro.

Davi Canabarro ordenou a Giuseppe Garibaldi que atacasse, submetesse os rebeldes e a entregasse ao saque da soldadesca Republicana. Suas ordens eram para que castigassem o povo da Freguesia de Imaruí a ferro e fogo. E assim foi feito, Giuseppe Garibaldi não hesitou, cumpriu as ordens do Caudilho Davi Canabarro feito General pela própria Laguna. Pelas atrocidades que Giuseppe Garibaldi cometeu juntamente com seus comparsas, ele mais tarde comentou:

“Desejo, não só para mim, mas para todos os homens, que jamais recebam uma ordem igual a esta que era de tal modo terminante que não havia modo de a iludir. Ainda que existam longas e prolixas narrativas de não acontecimentos, julgo impossível que a mais terrível se aproxime da realidade. Deus me perdoe, mas não tive em toda a minha existência acontecimento que deixasse tão amarga recordação como o saque do Imaruí”.

A Freguesia de Imaruí foi praticamente dizimada, o que puderam pilhar levaram em seus barcos para a Cidade Juliana de Laguna, o que não puderam atearam fogo. As pessoas foram molestadas, torturadas, mutiladas, degoladas, queimadas, uma verdadeira carnificina, diante da qual os próprios executores ficaram horrorizados.

Historiadores comentam que este episódio foi um dos fatores mais determinantes para a curta duração da República Juliana. Com a perda do apoio popular, várias deserções aconteceram, facilitando a vitória das tropas imperiais.

RUA IMBUIA

Extensão: 100 metros

Bairro: Aeroporto

Lei 1703/2001

Neste ano de 2001, mais uma iniciativa de organização da cidade aconteceu no bairro Aeroporto, atribuindo-se, em conjunto, nomes de árvores da região às ruas daquela área da cidade.

As ruas denominadas por esta lei são: Araçá, Araucária, Cedro, Guamirim e Imbuia.

A expressão “madeira de lei” nasceu quando nosso país ainda era uma colônia de Portugal. No início da exploração lusitana, esse termo foi criado para designar as madeiras que só podiam ser derrubadas se a Coroa portuguesa autorizasse - ou seja, o corte dependia da permissão por lei.

Na época, a primeira árvore a ser classificada como madeira de lei foi o pau-brasil, numa tentativa de impedir que ela fosse contrabandeada por navios espanhóis, franceses e ingleses que aportavam na costa do país. Mais adiante, madeiras como o jatobá e a peroba também foram incluídos nessa categoria. Hoje, “madeira de lei” indica madeiras duras, resistentes e de alto valor comercial.

Com essa definição mais ampla, espécies como o ipê, o mogno, o cedro, a imbuia e o jacarandá passaram a integrar esse nobre time. Um dos segredos da durabilidade dessas árvores é que elas produzem em seu cerne substâncias químicas que protegem o tronco do ataque de fungos e insetos.



A imbuia é uma frondosa árvore da família dos louros, que ocorre tipicamente em florestas com araucárias em toda a nossa região.

A Imbuia tem flores pequenas, folhas pequenas, tronco grosso, curto até as primeiras inserções dos galhos, razoavelmente retilíneo e por vezes retorcido.

A madeira da imbuia, outrora abundante, tem alto valor comercial para a indústria madeireira por sua afabilidade ao entalhe e longa durabilidade, afora excelente aparência: de cor parda em geral, possui veios que vão do amarelo ao marrom com riscas pretas. Devido à exploração depredatória de sua madeira nobre, hoje integra a Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Nobre dama da floresta nativa, a imbuia cresce sem pressa, o que a torna mais rara ainda. Pertence à elegante família do louro e da canela e os desenhos de sua madeira durável e perfumada são, muitas vezes, legítimas obras de arte. Apesar de dura, é macia ao formão e serve para marcenaria, esquadrias, lambris, instrumentos musicais, esculturas, mourões e dormentes.

RUA INÁCIO ALVES DA SILVA

Extensão: 120 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2520/2008

Inácio Alves da Silva, filho de Inácio Ricardo da Silva e de Maurília Maria de Jesus, nasceu em Lages – SC, no ano de 1929.

Aos nove anos de idade veio trabalhar e fixar residência, com sua família, em Caçador. Aqui, trabalhou em várias empresas: Madeireira Douat, Brasileira, Posto Rio Branco, Brasauto além de seus 25 anos de serviço público junto à Prefeitura Municipal, em várias funções: mestre de roçadas, motorista e motorista de ambulância.

Nesta última função, sempre ajudou muitas pessoas, auxiliando a combater o sofrimento das mesmas, nunca se negando a ajudar quem fosse.

Tinha uma imensidão de amigos. Foi jogador de futebol, técnico do Kindermann e árbitro da Federação Catarinense de Futebol por 29 anos.

Pessoa honesta e extremamente dedicada a tudo o que fez nesta vida.

Casado com Helena Nizer da Silva, teve quatro filhos: Joel Alves da Silva, Jucenei Nizer da Silva, Luiz Carlos Nizer da Silva e Cláudio Roberto Alves da Silva.

Inácio Alves da Silva faleceu em 20 de maio de 2004, aos 74 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

(adaptado de texto de sua filha Jucenei Nizer da Silva Menelli)

RUA INGLATERRA

Extensão: 400 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 14/1972



A Inglaterra é um país europeu, integrante do Reino Unido que, juntamente com a Escócia e o País de Gales, ocupa a ilha da Grã-Bretanha. Muitas pessoas confundem estes termos, mas os conceitos são exatamente estes, a Inglaterra, a Grã-Bretanha e o Reino Unido são diferentes e o terceiro é maior que o segundo, que é maior que o primeiro.

A Inglaterra passou a ser um estado unificado a partir do ano 957 d.C. e, a partir da Era dos Descobrimentos, seu poderio naval fez com que se tornasse uma nação com imenso impacto sócio-cultural para o mundo.

Sua influência, mais como Reino Unido do que como país isolado, fez-se sentir nas mais diversas regiões do globo, desde a América até a Ásia, passando por um sem número de colônias na África, formando o maior império já formado em toda a história.

A Revolução Industrial começou na Inglaterra do século XVIII, transformando sua sociedade na primeira nação industrializada do mundo.

A Inglaterra é uma Monarquia Parlamentarista, com um parlamento que possui a autoridade de criar leis e providenciar obras públicas. O chefe de estado tem uma função meramente representativa e diplomática, não possuindo qualquer gênero de poder executivo. O regime parlamentar implica a existência de um primeiro-ministro que é eleito pela maioria do parlamento. O Reino Unido e, por extensão, a Inglaterra, não tem propriamente uma Constituição, uma vez que não há uma hierarquia de leis. Toda e qualquer lei pode ser modificada ou revogada pelo parlamento. O chefe de estado da Inglaterra (a rainha) também é chefe de estado de outros 15 países da Commonwealth, que engloba a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá, a Jamaica e vários outros países menores.

Uma das quatro principais economias européias, a Inglaterra é um centro líder de comércio exterior e de serviços financeiros, com o sétimo maior Produto Interno Bruto do mundo.

Apesar de ser um dos fundadores da União Européia, a Inglaterra não faz parte da chamada “Zona do Euro”, mantendo sua moeda, a Libra Esterlina, que aliás, é uma das mais fortes moedas do mundo.

RUA IRACEMA MARIA GOMES DOS SANTOS

Extensão: 190 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1774/2002

Iracema Maria Gomes dos Santos, filha de Osvaldo Manoel Gomes e de Idalina Gomes, nasceu em Erechim – RS, no então distrito de Getúlio Vargas, no ano de 1930.

Veio para Caçador quando ainda era menina, quando sua família passou a residir na comunidade do Cerro Branco.

Casou-se com Joaquim Ribeiro dos Santos, com quem teve 12 filhos, mas sua vida foi duramente marcada pela perda de uma filha de 18 anos de idade.

Trabalhou por toda a sua vida na lavoura, onde participou constantemente com o marido e os filhos, desde o preparo da terra, conduzindo arado de boi, plantio e colheita de arroz, trigo e outras culturas.

Participou por muitos anos nos trabalhos na igreja, ajudando na promoção de festas.

Seus últimos anos de vida foram marcados por sérios problemas respiratórios, que levaram-na à morte no dia 16 de novembro de 1994, aos 64 anos de idade.

A rua Iracema Maria Gomes dos Santos fica exatamente ao lado da rua Joaquim Ribeiro dos Santos, eternizando a união do casal que permaneceu unido por toda a vida.

RUA IRENO LUIZ CORDEIRO

Extensão: 300 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1267/1998



Ireño Luiz Cordeiro, filho de José Luiz Cordeiro e de Ana Corrêa Gonçalves, nasceu em Caçador aos 13 de março de 1913.

Casado com Davina Zarur Cordeiro, teve dez filhos: José, Antônio, Lourenço Floriano (ex-vereador de Caçador), Jorge, Irene, Valdomiro, Miguel, Zenilda de Jesus, Carlos Ademar e Mário Daeneck.

Neto do fundador de Caçador, Francisco Corrêa de Mello, viveu aqui sua infância e viu este município crescer ao longo de sua vida.

Contribuiu para o desenvolvimento da cidade, participou do folclore e viu a cidade, que na época era uma pequena vila, coberta de pinheiros, crescer e desenvolver-se.

Na época da emancipação do município, já casado, sempre comentava os episódios por ele vivenciados na revolução de 1932 e a abertura das ruas que ainda não eram denominadas.

A rua que hoje leva seu nome era parte do terreno de sua propriedade, onde criou seus filhos e acompanhou o desenvolvimento de Caçador.

Ireño Luiz Cordeiro faleceu em 28 de fevereiro de 1998, aos 84 anos de idade.

(extraído de texto de seu filho, o Vereador Lourenço Floriano Cordeiro, em 05/05/1998)

RUA IRINEU MARCOS PIERDONÁ

Extensão: 140 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 3107/2014

Irineu Marcos Pierdoná, filho de Raymundo José Pierdoná e de Joana Sabini Pierdoná, nasceu em Carazinho – RS, em 06 de janeiro de 1938.

Casado com Rosa Motta Pierdoná, em 19/07/1958, com quem teve oito filhos, Marco Antônio, Mario Cezar, Gilberto Romoaldo, Carlos Alberto, Fernando Jose, Marcelo, Isabel Cristina e Ivonice Terezinha Pierdoná. Moraram por muitos anos na rua 13 de Maio, 49.

Irineu trabalhou desde muito jovem, com seu pai e tios, em serraria para gerar riquezas para a região, principalmente na cidade de Caçador, onde chegou em 1950, aos 12 anos de idade. Desbravou a região no ramo madeireiro e agricultura familiar.

Durante 25 anos trabalhou como motorista de caminhão (autônomo) transportando as riquezas de Caçador (madeira serrada) para todo o Brasil.

Em 1976, fundou a sua própria empresa, com o nome de Masul Madeiras Pré-Cortadas Ltda., dando emprego para muitas pessoas e famílias para o desenvolvimento do município.

Irineu trabalhou durante 30 anos com sua empresa, com muita integridade e honestidade perante a sociedade de Caçador. Amparou sua família em todos os sentidos, com muito amor e carinho até os últimos dias de sua vida.

Irineu Marcos Pierdoná faleceu em 11 de novembro de 2012, aos 74 anos de idade.

(adaptado de texto de sua família)

RUA IRMA MARIA MACHIAVELLI DE NARDI

Extensão: 140 metros

Bairro: Industrial

Lei 1627/2001

Irma Maria Machiavelli De Nardi, filha de João Machiavelli e de Annita Machiavelli, nasceu em Passo Fundo – RS no ano de 1925.

Casada com o senhor Clóvis Luiz De Nardi, teve três filhos: Roberto Luís De Nardi, Cléia Teresinha De Nardi e Carlos Alberto De Nardi.

Sempre acompanhou seu marido em suas atividades, dedicando especial cuidado à sua família.

Apenas 44 dias após o falecimento de seu marido, Clóvis Luiz De Nardi, Irma Maria Machiavelli De Nardi faleceu em 19 de maio de 1999, aos 74 anos de idade, vítima de melanoma.

RUA IRMÃO TOMAZ

Extensão: 1.100 metros

Bairro: Bom Jesus

Decreto 3/1944



Irmão Tomás de Vilanova (Alberto Henrique Abel Lefebre), nascido em Hazebrouck (norte), França, em 16 de maio de 1882, filho de Henrique Lefebre, comerciante, e de Matilde Coubronne.

Iniciou-se na vida religiosa em 15 de agosto de 1897, na cidade de Beaucamps, na França, fazendo seus Votos Perpétuos em 25 de dezembro de 1902, já no Brasil.

Na França obteve título de professor em 1899. No Brasil, foi professor de Francês e Matemática.

Chegou ao Brasil em 10 de fevereiro de 1902, a bordo do vapor "Lydia", desembarcando em Porto Alegre. Desenvolveu suas atividades junto aos Irmãos Maristas no Brasil nas cidades de Porto Alegre, Uruguaiana, Rio Grande, Santa Maria, Passo Fundo e Caçador, sendo fundador, diretor e professor de vários estabelecimentos educacionais.

Em Caçador desenvolveu suas atividades entre 1942 e 1943, marcando a história da educação em nosso município. De volta a Porto Alegre, faleceu no dia 13 de março de 1943, aos 61 anos de idade.

Os restos mortais estão sepultados no cemitério dos Irmãos Maristas de Viamão, para onde foram trasladados em 1966.

(Dados fornecidos em 13 de setembro de 1966, pelos Irmãos Maristas do Ginásio Aurora e pela Biblioteca Pública Municipal "Vidal Ramos").

RUA ISRAEL

Extensão: 250 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 14/1972



Israel é um país asiático, localizado na região conhecida como Oriente Médio, junto à costa do Mar Mediterrâneo. O estado de Israel foi criado após a Segunda Guerra Mundial, na esteira dos acontecimentos desencadeados por esta, incluindo um plano para a partilha da Palestina e a criação de um Estado Judeu na região.

Foi declarado existente a partir de 14 de maio de 1948. Desde o dia seguinte, enfrentou guerras com países vizinhos, todos estados árabes, com fortes influências religiosas, especialmente a crença muçulmana.

Não existe o conceito de “estado laico” nesta região do mundo, sendo todas as implicações políticas fortemente influenciadas pelo aspecto religioso.

Nestes anos de existência, Israel ocupou os territórios da Cisjordânia, península do Sinai, Faixa de Gaza e colinas de Golan. Israel assinou tratados de paz com Egito e Jordânia, porém os esforços para solucionar o conflito israelense-palestino até agora não resultaram em paz.

No centro de toda a discussão, entre diversos outros temas, está a ocupação da cidade de Jerusalém. Cidade sagrada para as três maiores religiões do mundo, sua ocupação e domínio é, além de estratégica, simbólica o suficiente para manter aquela região do mundo em um permanente estado de alerta.

A definição da própria origem histórica dos habitantes daquela região é um dos centros principais do debate, sendo impossível analisar com brevidade a questão do “quem chegou primeiro”.

Com pouco mais de 20.000 quilômetros quadrados e com parte de seu território envolvido em uma região árida e até mesmo desértica, Israel tem também áreas cultiváveis, utilizadas com alta tecnologia e excelente produtividade, atingindo a autossuficiência em produção de alimentos, com a utilização em larga escala de irrigação por gotejamento e energia solar.

É um país democrático, com um sistema parlamentar unicameral, em que o primeiro ministro é escolhido pelo parlamento (Knesset). Tem uma das forças

armadas mais preparadas do planeta. Sua economia é fortemente desenvolvida, com exportações de frutas, vegetais, produtos farmacêuticos, softwares, produtos químicos e tecnologia militar. O turismo, especialmente o turismo religioso também desempenha importante papel em sua economia. Como um estado grandemente influenciado pela religião judaica (indissociável, na verdade), Israel chega a adotar um calendário diferente do restante dos países com datas festivas e feriados nacionais baseados neste calendário específico, sendo variável em relação aos dias e meses do calendário gregoriano.

RUA ITÁ

Extensão: 60 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Itá é um município catarinense situado na região oeste do estado e distante cerca de 200 quilômetros de Caçador. Pequeno município às margens do rio Uruguai, sempre teve na base de sua economia a produção agrícola e o pequeno comércio local.

Com a construção de uma usina hidrelétrica aproveitando um desnível de 105 metros existente na região, a partir do ano 2000 inicia-se o processo de enchimento do reservatório da usina, o que fez as águas invadirem a localização da cidade. Indenizadas e removidas, todas as famílias da cidade foram transferidas para uma nova cidade, construída nas proximidades, mas com uma altitude superior, à salvo das águas da represa.

Quando as águas do rio Uruguai inundaram a cidade velha, restaram visíveis apenas as torres da velha igreja, que hoje serve como ponto turístico para a cidade. Este novo potencial turístico vem sendo aproveitado com investimentos em hotelaria e entretenimento, desenvolvendo a cidade e a região.

RUA ITAIÓPOLIS

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Itaiópolis é um município catarinense localizado no planalto norte do estado. Distante cerca de 180 quilômetros de Caçador, conta com uma população de cerca de 20 mil habitantes. Um dos muitos palcos da Guerra do Contestado, o município de Itaiópolis chegou a ser criado (ainda com o nome de Colônia Lucena), separando-se do município de Rio Negro, no Paraná. Com a questão de limites e o acordo firmado em 1916, as terras de Itaiópolis passaram a pertencer ao estado de Santa Catarina e o município foi extinto, passando a fazer parte do recém criado município de Mafra. Um ano depois, já na jurisdição do estado de Santa Catarina, seria novamente criado, através da lei estadual nº 1120 de 28 de outubro de 1918 e instalado a 1º de janeiro de 1919.

Existe no município uma área determinada como reserva indígena denominada *Ibirama-La Klãnõ*, que fica entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux, Rio Negrinho e Vitor Meireles, com uma área de 37 mil hectares,

ainda sob contestações na Câmara Federal, argumentando que tamanha área traz prejuízos aos municípios atingidos e ao próprio estado de Santa Catarina.

Há pela cidade diversas marcas da colonização diversificada, com a conservação da língua natal dos ascendentes europeus. Na entrada da cidade há uma saudação de boas-vindas em quatro línguas: português, polonês, ucraniano e alemão.

RUA ITAJAÍ

Extensão: 70 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Itajaí é um município catarinense situado no litoral norte do estado, distante cerca de 340 quilômetros de Caçador. Motivado especialmente pelo amplo e navegável rio que banha esta área, servindo de ligação entre o litoral e o interior, além de proporcionar um excelente porto natural, a área do município de Itajaí recebeu os primeiros colonizadores desde

1658. Instalado como município em 1860, Itajaí cedeu partes de seu território original para a criação de diversos municípios, como Blumenau, Brusque, Camboriú, Ilhota, Luiz Alves e Navegantes.

A pesca artesanal era, até o início da industrialização, a principal atividade econômica da cidade. A partir da década de 70, Itajaí passou por um processo

de dinamização de sua economia. Hoje, possui o principal porto de Santa Catarina, que também é o maior exportador de frios do Brasil. Itajaí apresenta uma economia sólida e um padrão de qualidade de vida relativamente alto. Sua localização condiciona o desenvolvimento da atividade pesqueira, portuária e industrial, impulsionando o setor de serviços.

O Porto de Itajaí é responsável pela maior parte das exportações da Região Sul do Brasil e é segundo colocado no ranking nacional de movimentação de contêineres, atrás somente do Porto de Santos.

RUA ITÁLIA

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



A Itália é um país europeu que ocupa toda a península italiana, ao sul do continente e ainda as ilhas da Sicília e Sardenha, as maiores ilhas do mar Mediterrâneo.

Sua capital, Roma, foi durante séculos o centro

político e religioso da civilização ocidental como a capital do Império Romano e como sede da Santa Sé. Após o declínio dos romanos, a Itália sofreu inúmeras invasões de povos estrangeiros, desde tribos germânicas, como os lombardos e ostrogodos, aos bizantinos e, mais tarde, os normandos, entre outros. Séculos mais tarde, Itália tornou-se o berço das repúblicas marítimas e do Renascimento, um movimento intelectual extremamente frutífero que viria a ser parte integrante na formação subsequente do pensamento europeu.

Com tanta história e tanto tempo, são incontáveis os destaques italianos na cultura ocidental, desde Leonardo da Vinci, Michelângelo, Ticiano, Caravaggio, Rafael, Vivaldi, Rossini chegando a Sophia Loren, Luciano Pavarotti e uma infinidade de outros destaques.

Na primeira metade do século XX, grande quantidade de emigrantes italianos acabou rumando para o Brasil, especialmente na sua parte sul, onde ajudou a determinar e a formar a nação brasileira.

RUA ITAPIRANGA

Extensão: 450 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Itapiranga é um município catarinense situado no extremo oeste do estado, fazendo divisa com a Argentina, província de Misiones. Sua colonização, após o quase total extermínio dos índios dos Sete Povos das Missões, pelos bandeirantes, foi feita por imigrantes alemães desde o ano de 1926. A cidade margeada pelo Rio Uruguai, foi emancipada

politicamente em 30 de dezembro de 1953 e fica a 380 quilômetros de Caçador. Este município, de 14 mil habitantes, é o "berço nacional da Oktoberfest", realizando esta festa desde 1978.

A base da economia, que já foi calcada na extração da madeira, é, hoje, a agropecuária e a agricultura, com destaque para o cultivo de milho, soja, feijão e tabaco, além da criação de aves, suínos e principalmente o gado de leite. A diversificação econômica se firma com a instalação de indústrias frigoríficas e com a exploração do turismo, especialmente com a Oktoberfest, que chega a ampliar a população para cerca de 40 mil pessoas nos dias da festa.

RUA ITUPORANGA

Extensão: 160 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro dos Municípios, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.



Ituporanga é um município catarinense localizado na região do Alto Vale do Itajaí e distante cerca de 240 quilômetros de Caçador.

A origem de seu nome é da língua tupi, através da junção dos termos y'tu (cachoeira) e poranga (bonito), significando portanto, cachoeira bonita.

Conhecida como a "capital nacional da cebola", a cidade é responsável por 12% do abastecimento nacional, com 90.000 toneladas anuais. Fumo, milho e feijão também têm destaque, além da criação de aves, bovinos e suínos. A semeadura da cebola é feita entre os meses de abril e maio e a partir de julho é realizado o transplante para a lavoura. A colheita e a armazenagem vão de novembro a janeiro. Para chegar ao ponto ideal de consumo, a cebola ainda permanece por 20 dias nos armazéns. Ituporanga, além de abastecer o mercado brasileiro, exporta anualmente cerca de 2000 toneladas de cebola para a Europa. A colheita emprega temporariamente cerca de 1500 pessoas.

A atmosfera agradável e tranquila, a natureza exuberante, a gente amiga e acolhedora e os diversos locais para visita são alguns dos atrativos da cidade.

RUA IVAN ANTÔNIO BARICHELO

Extensão: 270 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 1213/1997

Ivan Antônio Barichello, filho de Galdino Zeferino Barichello e de Dileta Pandini Barichello, nasceu em Arroio Trinta – SC, no ano de 1952.

Casado em primeiras núpcias com Carmelinda Raise Barichello, com que teve um filho, Cristian Barichello, e em segundas núpcias com Maria Madionir Cordeiro Barichello, com quem teve dois filhos, Ricardo Cordeiro Barichello e Silvana Cordeiro Barichello.

Ivan Antônio Barichello faleceu em 10 de julho de 1995, aos 43 anos, em decorrência de embolia pulmonar causada por trombo proveniente de prótese de quadril.

RUA IVAN JOSÉ BOLSON

Extensão: 100 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2926/2012

Ivan José Bolson, filho de Ernesto Bolson e de Arcília Adelaide Bonalume, nasceu em Caçador em 24 de março de 1936.

Casou-se com Leila Jorge João em 25 de abril de 1964, com quem teve dois filhos, Luiz Alberto e Alexandre.

Era industrial, sócio da Madeireira Rio Verde e Madeireira Estrela, em Água Doce.

Ivan José Bolson faleceu em 12 de abril de 2009, aos 73 anos de idade.

RUA IVETE ZINI

Extensão: 380 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1427/1999

Ivete Zini nasceu em Caçador, no dia 10 de abril de 1937. Filha de Badr Hanna Elmessane e Cossaifa Ward Elmessane, imigrantes libaneses que aqui haviam fixado residência, desenvolvendo a atividade comercial.

Nesta época, apenas três anos após a emancipação política de Caçador, a cidade era muito pequena, tendo na linha férrea seu único meio de transporte e de contato com o mundo.

De família pertencente à religião católica, Ivete foi aqui batizada, tendo sido seus padrinhos o senhor Abdalla João e a senhora Maria Cury.

Quando tinha a idade de um ano e sete meses, foi levada por seus pais ao Líbano, pois haviam decidido retornar a sua terra natal.

Na cidade de Bazbina, distrito de Akkar, no Líbano, Ivete fez o curso primário e na cidade de Miniora, no mesmo distrito, concluiu o curso equivalente ao então curso ginasial. Com isto, aprendeu os idiomas árabe e francês.

No ano de 1953 os pais de Ivete não mais aguentaram a saudade dos parentes e do Brasil, e resolveram deixar o Oriente Médio, vindo residir definitivamente aqui em Caçador.

Ivete sentiu-se muito feliz ao pisar a terra onde havia nascido e, nesse dia, numa grande reunião da colônia libanesa, festejou a passagem de seus quinze anos.

Dominando fluentemente o francês, não foi difícil para Ivete aprender o idioma português.

Em 14 de abril de 1956, casou-se com o senhor Primo Zini, de cujo casamento teve 3 filhos: Márcio André Zini, Maurício Zini e Ângela Zini.

Em 15/10/1969, juntamente com seu esposo, ingressou no Lions Clube Caçador Centro, onde participou de muitas campanhas para angariar donativos destinados aos pobres.

Ivete Zini sofria terrivelmente de bronquite asmática aguda. Em muitas ocasiões, como as de serviço na distribuição de agasalhos ou alimentos, era forçada a usar um aparelho especial para injetar ar em seus pulmões. Essa adversidade nunca foi motivo para apagar seu entusiasmo e ânimo, o que a fazia continuar trabalhando no seu clube, em favor dos necessitados.

Ivete Zini faleceu em 17 de dezembro de 1977, aos 40 anos de idade, nos braços de seu filho Maurício, a caminho do Hospital Jonas Ramos, vítima de parada cardio-respiratória.

Uma curiosidade a respeito desta rua é que ela havia sido denominada através da lei 072/1985, em conjunto com outras duas ruas, Felipe João e Victoria Ançay Portela, todas vias do bairro Bom Sucesso, loteamento Vereda dos Trevos. No entanto, uma falha ocorreu e as escrituras dos terrenos das ruas Felipe João e Ivete Zini, que são ruas paralelas uma a outra e vizinhas naquele loteamento, foram entregues com o nome da rua invertido, fazendo com que, durante anos, todos os serviços públicos como correios, água, luz, além dos registros utilizados pelos moradores para cadastros em bancos, lojas, etc., fossem realizados com o endereçamento incorreto.

Detectada esta falha, foi solicitado à Câmara de Vereadores de Caçador, documentado inclusive com abaixo-assinados dos moradores, que se promovesse a adequação do texto legal ao uso e aos costumes de todos os moradores daquelas vias, o que era muito mais lógico e funcional do que alterar todos os cadastros.

Desta maneira, através da lei 1427/1999, quase quinze anos depois da denominação original, a nomenclatura das Ruas Felipe João e Ivete Zini foi invertida, fazendo com que a situação legal estivesse adequada à situação real dos moradores daquela área.

RUA IVO A. ROVEDA

Extensão: 70 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 14/1972

Sem Informações

Descrição - Rua lateral da Praça da Concórdia entre as Ruas Absalão Carneiro e Carlos C. de Souza

Proprietário da Agência Willys em Caçador

RUA IVO GILBERTO BUENO

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2090/2004

Ivo Gilberto Bueno, filho de João Maria Bueno e de Elsa de Brito Bueno, nasceu em Caçador, em 08 de junho de 1961.

Casado com Romilda Ribeiro dos Santos Bueno, com quem teve uma filha, Juliana.

Trabalhou por 11 anos na Empresa Sincol, Serraria Alcides Tombini, Bel Casas e Amarp Madeiras. Exerceu também por longo período as funções de porteiro no Estádio Municipal e no SESI.

Árbitro da Liga Atlético Caçadoreense de da Federação Catarinense de Futebol, foi um grande desportista.

Ivo Gilberto Bueno faleceu em 13 de janeiro de 2000, aos 38 anos de idade, quando tratava-se de câncer de estômago no Hospital do Cepon em Florianópolis.

RUA IVO JOSÉ CASAGRANDE

Extensão: --- metros (loteamento ainda não implantado)

Bairro: Martello

Lei 3146/2014

Ivo José Casagrande, filho de Orlando e Rosa Casagrande, nasceu em Ouro – SC, em 16 de março de 1948.

Primogênito, com o falecimento de seu pai em 1959, tornou-se arrimo de família, ajudando sua mãe no sustento de seus dois irmãos.

Em 1965, deixou a sua noiva, Ivone Viganó, em Ouro e veio tentar a vida em Caçador, começando a trabalhar no armazém do Maffessoni, logo em seguida mercado Maffessoni, ao mesmo tempo conciliando suas atividades durante o dia no mercado e à noite e finais de semana como porteiro do Cine Luz.

Em 1969, Ivo e Ivone se casaram em Capinzal. Tiveram 3 filhos, Júlio Cesar, Tatiana Rosa e Rodrigo José Casagrande. Logo após o casamento, Ivo assumiu a gerência do Cine Luz e também do Cine Avenida, onde sua esposa Ivone ficou responsável pelos baleiros dos dois cinemas.

Neste momento teve que se desligar do mercado Maffessoni. Em outubro de 1973, desligou-se dos cinemas, adquirindo seu próprio negócio, a Funerária Caçador, na rua José Boiteux.

Juntamente com a funerária, adquiriram as cantinas do colégio Aurora e da antiga FEARPE, sendo que permaneceu na cantina da FEARPE por oito anos e no colégio Aurora por 25 anos.

No final dos anos 1970, comprou a Funilaria Caçador e montou juntamente a vidraçaria. No início dos anos 1980 iniciou juntamente com a Funilaria e a Vidraçaria, a Loja de Materiais de Construções.

Um problema de saúde fez com que Ivo quase perdesse a visão e obrigou-o a reduzir suas atividades, vendendo a Funerária. Depois, novos problemas de saúde, passando por cirurgia cardíaca inclusive, fizeram com que mudasse de ramo de atividade, abrindo o Hotel Pousada, onde trabalhou até seus últimos dias de vida.

Ivo participou da fundação e atividades do Coral Italiano Aurora, do CTG Porteira do Contestado, do Lions e da ACIC.

Na paróquia Cristo Redentor, ajudou ao padre Franquinho a angariar fundos para a compra dos bancos. Na Catedral São Francisco de Assis, colaborou com as benfeitorias da igreja. Nas atividades da igreja, por diversas vezes trabalhou nos retiros para homens e no Lar de Nazaré, para os casais.

Ivo José Casagrande faleceu em 30 de setembro de 2009, aos 61 anos de idade.

RUA IVO RAISEL

Extensão: 920 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 442/1991

Ivo Raisal nasceu em Caçador, no dia 13 de agosto de 1938, filho de Izaltino Raisal (prefeito de Caçador nos anos de 1945 e 1946) e Luiza Driessen Raisal.

Fez o curso primário no grupo Escolar Professor Paulo Schieffler - Caçador; o curso ginásial no Colégio Aurora – Caçador e Colégio Catarinense – Florianópolis.

Ainda em Caçador, fez os dois primeiros anos do curso técnico de contabilidade, sendo que o terceiro ano foi realizado em Curitiba, ao mesmo tempo em que iniciava sua profissão de bancário no Bamerindus daquela Capital.

No período escolar de Caçador dedicou-se entusiasticamente às atividades esportivas locais, principalmente o futebol, em cujas competições amadorísticas sempre se destacou.

Concluído o curso de contabilidade em Curitiba, retornou a Caçador, onde consolidou a profissão de bancário, agora no Banco Nacional do Comércio, até enfrentar concurso do Banco do Brasil. Aprovado, admitido pela agência desse Banco em Videira, em 17/07/61. Por mais de três anos residiu naquela cidade, já acompanhado de Marlene Ribeiro, com quem contraíra matrimônio em 04/12/61.

Em 28/02/64 a felicidade bateu às portas do novo casal, trazendo-lhe a única filha, Andréa.

Com exceção do período de Videira, a família sempre residiu em Caçador, terra que Ivo amou ardentemente. Até a aposentadoria por motivo de saúde, esteve sempre a serviço do Banco do Brasil.

Teve uma atuação marcante na AABB (Associação Atlética Banco do Brasil). Foi presidente em 1969, 1972, 1978; vice-presidente em 1970/71/76/77; presidente de honra em 1975.

Em todas essas diversas gestões, Ivo esteve sempre à frente das obras de construção da sede social e colaborando em tudo o que fosse do interesse da Associação.

Em todos os movimentos de Igreja – da Catedral – foi sempre participante ativo e dedicado.

Marcou sua presença também no Rotary Club de Caçador, onde ingressou em 04/08/82. Foi tesoureiro do Distrito 474 do Rotary International, na governadoria de Luiz Driessen Sobrinho, exercício rotário de 1984/85.

Faleceu em 24 de novembro de 1988, aos 50 anos de idade, vítima de problemas cardíacos.

RUA IZIDORO BELOTTO

Extensão: 840 metros

Bairro: Figueroa

Lei 68/1985

Izidoro Belotto (a grafia em texto familiar é com “s”, apesar de seus documentos, bem como a certidão de óbito grafarem com “z”) nasceu em 28 de agosto de 1892, em Lanun, província de Beluno, na Itália. Em maio de 1923

veio ao Brasil, instalando-se na cidade de Pinheiro Preto, exercendo as atividades de pedreiro e da agricultura.

Em 1937 chegou a Caçador. Aqui instalou seus estabelecimentos:

- Hotel Brasil (situado à Rua José Boiteux, ao lado do antigo “Mercado Pérola”)
- Hotel e Restaurante Central (situado à Rua Carlos Sperança, próximo à esquina com a Barão do Rio Branco)
- Restaurante da Amizade (na Estação Ferroviária, único meio de transporte rápido existente à época)

Em seus hotéis e restaurantes sempre contou com a presença de pessoas do local e vindas de outras cidades, vizinhas e distantes.

Prestativo à comunidade e desejando sempre o progresso, auxiliou na construção da Igreja Matriz. Sempre “festeiro”, quando realizavam “quermesses” para angariar fundos para alguma construção ou mesmo em prol das entidades carentes da época. Enfim, não media esforços quando se falava em crescimento da cidade que escolhera para fazer a sua moradia e acolher o seu lar.

Acometido de um mal, deixou Caçador em junho de 1960, indo para Curitiba para tratamento, lá ficando até seu falecimento em setembro de 1960.

Filho de Isidoro Belotto e Catarina Antoniel, foi casado com Cecília Belotto, com quem teve 6 filhos:

Aladino Belotto (falecido com 3 anos de idade), Rino Belotto (falecido com 1 ano de idade) , Aladina Belotto, Rino Belotto, Alda Belotto e Nelson Belotto.

(adaptado de texto de sua neta Stela Marys Manfroí Lopes, em 14 de agosto de 1984)



Izidoro Belotto em foto de 1934, junto de sua esposa Cecília e dos filhos Aladina, Rino e Alda

RUA JACOB MIGUEL ZANCHETTIN

Extensão: 110 metros

Bairro: Reunidas

Lei: 2263/2005

Jacob Miguel Zanchettin, filho de Pedro Valentin Zanchettin e de Olinda Zanchettin, nasceu em Joaçaba – SC, em 25 de setembro de 1929.

Morou na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, por 7 anos. Em 1935, adotou a cidade de Caçador como domicílio efetivo, onde casou-se com Ignez Chiarello Zanchettin e teve 6 filhos: Pedro Luiz, Carlos Antonio, Lindamir Luiza, Luiz Alberto, João Daniel e Lucy Jane.

Trabalhou até o ano de 1955 como sapateiro, passando após à profissão de mecânico. De 1975 em diante optou pela profissão de mecanografia, até sua aposentadoria, em 1995.

Durante todos os anos de sua vida, aliada às suas profissões, sempre foi músico, atividade que o absorvia, atuando em diversas oportunidades em carnavais, bailes, festas, destacando-se como Pistonista na Orquestra SCAJHO, de Joaçaba.

Por longo período, foi instrutor de música junto à Banda Marcial Aurora, com grande destaque junto aos alunos maristas.

Jacob Miguel Zanchettin faleceu em 12 de dezembro de 2001, aos 72 anos, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA JACOB SANTI

Extensão: 300 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 937/1995

Jacob Santi, nascido em Pádova, na região italiana do Vêneto aos 17 de abril de 1877.

Imigrante, chegou em Caçador no ano de 1936. Casado com Anna Conte Santi, com quem teve 7 filhos: Silvio, Rosa, Dozola, Dina, Maria, José e Pedro.

Teve uma fábrica de macarrão, na cidade de Porto União. Após chegar em Caçador, trabalhou como empreiteiro de obras.

Por muitos anos, trabalhou também no curtume que existia ao lado do atual loteamento Silvio Santi, no bairro Santa Catarina, curtume que pertencia a seu filho, Silvio Santi.

Por outros tantos anos, morou na chácara que deu origem ao referido loteamento. Nos últimos dias de sua doença, foi levado para Porto União, onde faleceu, aos 23 de outubro de 1966, vítima de problemas renais, aos 89 anos de idade.

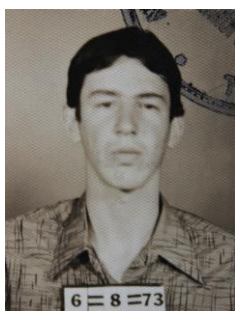
(adaptado de texto de sua neta, Shirley Santi Kleinke)

RUA JAIR CARLOS RIGO

Extensão: 110 metros

Bairro: Berger

Lei 589/1992



Jair Carlos Rigo, filho de João Remílio Rigo e Albina Verginea Giacomini Rigo, nasceu em Caçador, em 15 de julho de 1954.

Cursou seus estudos no Nível Primário no Grupo Escolar Professor Paulo Schieffler e o Secundário no Ginásio Aurora.

Desempenhou suas atividades profissionais no Banco Sul Brasileiro S.A., de 1973 a 1976, na Madeireira Boa Vista Ltda., no ano de 1976, e no Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, de 1977 a 1984.

Tinha verdadeira devoção pelo culto físico, correndo muitos quilômetros ininterruptamente. Uma característica marcante, lembrada por todos os que o conheceram era a constante companhia nas corridas de um Canário da Terra, que ia esvoaçando aqui e ali, acompanhando o seu trajeto. Conta-se que muitas vezes Jair parava para esperar o Canário.

Ulipe Dalmas, amigo da família, pedia para que Jair levasse o seu cão pastor para exercitar, acompanhando Jair nestas corridas. Este caso também era folclórico, pois o animal não conseguia igualar o ritmo de Jair. Frequentemente ia de Caçador a Santa Cecília, fazendo esta atividade.

Alguns amigos insistiam para que Jair participasse da corrida de São Silvestre, em São Paulo. Jair sempre declinou do pedido, argumentando que corria por prazer.

Jair Carlos Rigo faleceu tragicamente, aos 30 anos de idade, no dia 23 de dezembro de 1984, vítima de atropelamento e embolia.

(adaptado de texto de seu irmão, Jandir Antonio Rigo, em 08/02/16)

RUA JAIRO JERONIMO COELHO DE SOUZA

Extensão: 130 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 695/1993

Jairo Jeronimo Coelho de Souza, filho de Carlos Augusto Coelho de Souza e de Maria da Conceição Amorim Coelho de Souza nasceu em São Jerônimo – RS, aos 22 de setembro de 1924.

Com 1 ano de idade, veio para Caçador, em companhia de seu pai e de suas irmãs Java e June, tendo sua mãe já falecida.

Cursou o primário e o ginásio no Colégio Aurora, pertencente à época ao Dr. Dante e dona Albina Mosconi.

Em 1940, foi estudar em Porto Alegre, onde cursou dois anos de Engenharia Civil, retornando depois a Caçador, onde se radicou.

Em 1957, iniciou suas atividades como serventuário da justiça, no Cartório do Registro Civil, no cargo de Oficial Maior, onde prestou relevantes serviços à comunidade, principalmente às pessoas carentes. Durante todos estes anos não interrompeu suas atividades.

Casou-se com dona Lisete Regina Batista Coelho de Souza, com quem teve três filhos: Jairo Jerônimo Coelho de Souza Filho, João Francisco Coelho de Souza e Carlos Augusto Coelho de Souza Neto.

Veio a falecer no dia 15 de julho de 1989, em morte súbita, sem assistência médica, vítima de infarto agudo do miocárdio, aos 64 anos de idade.

RUA JANDIRA

Extensão: 430 metros

Bairro: Gioppo

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes

indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

Jandira é um nome feminino, de origem tupi, que significa “abelha de mel”, “melíflua”, “que corre como o mel”. Deve ser recordado que nomes indígenas eram populares no país nesta época, devido ao sentimento nacionalista que florescia.

RUA JARAGUÁ DO SUL

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 14/1972



Jaraguá do Sul é um município catarinense, situado no planalto norte do estado e que fica a cerca de 300 quilômetros de Caçador.

As terras ocupadas pelo atual município de Jaraguá do Sul foram dadas em dote de casamento à Princesa Isabel, quando de seu casamento com o Conde d'Eu. Durante o processo de demarcação das terras, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, pedreiros e lavradores estabeleceram-se na região, iniciando sua colonização. No entanto, com a proclamação da república, as terras voltaram ao domínio da União, que as regularizou como um distrito, primeiramente de São Francisco do Sul, depois de Paraty (atual Araquari) e depois de Joinville. Jaraguá do Sul só se tornaria um município independente em 1934, exatamente um dia depois da emancipação de Caçador, portanto no dia 26 de março de 1934.

A origem do nome da cidade se deu através do termo tupi-guarani em que o atual Morro da Boa Vista era chamado de Jaraguá, que significa “senhor do vale”, e que domina o cenário da região. Em 1943 o nome, que originalmente era apenas Jaraguá, é alterado para Jaraguá do Sul por haver um município mais antigo, no estado de Goiás, que já possuía o mesmo nome.

Sendo colonizada pelas etnias portuguesa, húngara, polonesa, Italiana e alemã, Jaraguá do Sul é a quinta maior economia de Santa Catarina, atrás apenas de Joinville, Blumenau, Florianópolis e Itajaí, sendo o terceiro núcleo

industrial do estado e sede de algumas das maiores empresas do Brasil nos setores metal-mecânico e de confecções. É conhecida como "Capital Nacional da Malha". Destacam-se também empresas do ramo de tecnologia e prestação de serviços.

A partir da década de 1980 o município experimentou uma explosão demográfica, saindo de cerca de 50.000 habitantes para os atuais 150.000.

RUA JESUS ALVES PADILHA

Extensão: 100 metros

Bairro: Martello

Lei 1863/2002

Jesus Alves Padilha, filho de Vergílio Alves Padilha e de Antonia Moreira de Camargo, nasceu em Campos Novos – SC, no ano de 1926.

Casado com Octavia Paes Padilha, com quem teve 10 filhos: Benedito, Maria Zenaide, Rita, Atanajudo, Eurides, Jaci, Antonia, Vilma, Beatriz e Irma.

Trabalhava como guarda noturno.

Jesus Alves Padilha faleceu em 29 de novembro de 1998, aos 72 anos de idade.

RUA JOAÇABA

Extensão: 500 metros

Bairro: Berger

Lei 40/1956

A publicação desta lei deu origem a um “pacote” de denominações de ruas todas em um mesmo loteamento, próximas umas das outras que denominou 6 ruas com nomes de municípios catarinenses, relativamente próximos de nossa cidade. As seis ruas denominadas foram Canoinhas, Joaçaba, Xaxim, Videira, além de “Lajes” (com “J” na grafia, pois só seria alterada para “Lages” a partir de 1960) e “Xapecó”, (com “X” na grafia).

A cidade de Chapecó tem a origem do seu nome na língua tupi Xapecó, que significa “lugar de onde se avista o caminho da roça”. O uso, os costumes e o vernáculo fizeram com que a rua passasse a ser conhecida por Rua Chapecó

(com “Ch”), como deve ser próprio da língua portuguesa, mesmo sem uma alteração legislativa específica.



Joaçaba é um município catarinense, que já foi denominado de “Cruzeiro”, fundado em 1917. Fica localizado a uma distância de 100 km de Caçador. Com população de aproximadamente 28.000 habitantes, destaca-se em índices de saúde e de qualidade de vida.

A cidade teve sua sede alterada de localização algumas vezes, passando pelos antigos distritos de Limeira e Catanduva, chegando a chamar-se “Cruzeiro do Sul”. Numa adaptação à língua tupi, em que o termo *ybyráîoasaba*, significa “cruz”, ou “madeira que se cruza” através da junção de *ybyrá* (“madeira”) e *îoasaba* (“que se cruza”), em 1943 a cidade passa a se chamar Joaçaba.

As principais atividades econômicas do município são a Indústria, em especial o setor metal-mecânico, processamento de madeira e produtos alimentícios. Possui comércio diversificado e desenvolvido, já que muitas cidades vizinhas têm no turismo a atividade econômica principal e Joaçaba está estrategicamente localizada no centro da região.

RUA DESBRAVADOR JOAIR DOS SANTOS LIMA

Extensão: 100 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010



Joair dos Santos Lima, filho de Gomercindo Lima e Eponina Santos Lima, nasceu em Palmas – PR, no dia 15 de julho de 1942.

Radialista, iniciou na Rádio Caçanjurê em 1969, trabalhando em atividades de escritório e experimentando a área comercial. Logo passou a operador e muito antes do que imaginava estava a frente dos microfones. Além de locutor, trabalhou no departamento de jornalismo da emissora como redator, repórter e comentarista esportivo. Era sempre o primeiro a chegar à emissora, às 6 horas da manhã.

Em 1982 passou a escrever no Jornal A Imprensa Catarinense. Foi também um dos primeiros redatores da Folha da Cidade, diário que ajudou a fundar em

1991. Ainda atuou como cronista e colunista nos periódicos Gazeta e Informe, assinando colunas como: “Cutucando”, “Coisas da Vida” e “Farpas”.

Recebeu, em 2007, a medalha “Desbravador Caçadoreense” através da Câmara Municipal.

Em relação aos meios de comunicação, disse, em 2008: “Sempre acompanhei com curiosidade e entusiasmo a evolução dos meios de comunicação, mas jamais imaginei que escreveria para um site”, o que acabou ocorrendo, no Portal Caçador On-Line.

Joair dos Santos Lima faleceu no dia 13 de março de 2010, aos 68 anos de idade, em decorrência de complicações de um quadro de diabetes.

RUA JOANNA ANNHICE SANTIN DALMAS

Extensão: 120 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 1117/1996

Joanna Annhice Santin Dalmas, filha de Evaristo Santin e Angela Agostini, nasceu em Carlos Barbosa – RS, no ano de 1911.

Casada com Ulipe Domenico Dalmas, teve cinco filhos: Hermes, Sady, Adelvo José, Alevi e Neda. Chegou em Caçador, acompanhada de seu marido, no ano de 1936.

Joanna Annhice Santin Dalmas faleceu em 28 de outubro de 1989, aos 78 anos de idade.

RUA JOÃO AMÂNCIO COSTA

Extensão: 310 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 2026/2003

João Amâncio Costa, filho de Leonel Costa e de Thereza Bachmann Costa, nasceu em Pouso Alto – MG, em 25 de maio de 1916.



Com a idade de oito anos, acompanhou sua família em mudança para a cidade de Joinville – SC, onde iniciou seus estudos. Cedo começou a trabalhar, na madeireira Douat, em Mafra, depois em Joinville. Foi convidado pela empresa para assumir a direção desta em Rio Caçador, chegando nesta cidade em 10/11/1938, acompanhado de sua irmã, Ilse Costa.

Casou-se em 25/07/1939 com a senhora Amanda Wolert, com quem teve 6 filhos: Rosemary, Leonel Alberto, Maria Helena, Maria Cristina, João Amâncio Costa Filho e Ilse Costa.

Autodidata, lutou, e com o auxílio de outros, conseguiu fundar a Associação Comercial de Caçador, em 02/02/1941. Fez um esforço para que Caçador tivesse instituições bancárias, pois naquele momento que aqui chegou, a madeireira Douat era quem financiava a compra da madeira, a araucária. Muitos foram os serradores que ajudou e incentivou.

Foi diretor e sócio de várias empresas. Um dos fundadores do frigorífico Dom Porquito, sócio incentivador da Cervejaria Caçador e da Vinícola.

Participou na construção dos estabelecimentos educandários e religiosos. Ajudou a trazer para Caçador o Corpo de Bombeiros, com um grupo de amigos iniciou o Rotary Club de Caçador, o Clube 7 de Setembro e o Clube Apolo.

Teve ainda uma grande participação para que o Banco do Brasil fosse instalado nesta cidade.

Assessorou e incentivou o então prefeito, Dr. Carlos Alberto da Costa Neves para a construção do aeroporto.

Como vereador, serviu a cidade, no período de 1951 a 1955, tendo como prefeito o senhor Pedro Castelli. Neste período, criou o estatuto do funcionário público e dos professores.

A partir do momento em que veio para esta cidade, que adotou como se fosse sua, não mediu esforços, tendo inúmeras participações para que Caçador seja o que é hoje.

João Amâncio Costa faleceu, após longo período de enfermidade, em 13 de setembro de 1998, aos 82 anos de idade.

RUA JOÃO ANGELI

Extensão: 280 metros

Bairro: Martello

Lei 2052/2004

João Angeli, filho de Ricardo Angeli e de Adelina Angeli, nasceu em Santo Antônio da Patrulha – RS, no ano de 1927.

Veio com a família para Caçador e aqui casou-se com Therezinha Woehl Paes Angeli, com quem teve oito filhos: Neiva, Delcio, Neuza, Luiz, Enio, Neide, Silene e Mario.

João Angeli faleceu no dia 18 de março de 1996, aos 69 anos de idade.

LARGO JOÃO ANTONIO GRANDO

Bairro: Centro

Lei 1566/2000

João Antonio Grando, filho de Ângelo Grando e de Antonia Peccin Grando, nasceu no dia 15 de março de 1905, na Linha Amadeo que, à época, pertencia ao município de Bento Gonçalves – RS. Casou-se com Valentina de Cezaro Grando no dia 16/05/1925.

Como todo filho primogênito de famílias de imigrantes, o senhor João Antonio Grando, depois de casado ficou morando na casa paterna, mês ele tinha um espírito empreendedor e não se conteve em ficar trabalhando na roça, porque as terras eram poucas e haviam outros irmãos que precisavam também desta terras, então partiu com sua esposa grávida do 1º filho e poucos pertences, que couberam numa pequena carroça alugada, para a região de Selbach, onde começou a trabalhar numa serraria e mais tarde, como serrador, trabalhou na serraria dos irmãos Castelli (que também iriam para Caçador).

Em 1935, comprou um pequeno caminhão Ford do mesmo ano e começou a fazer fretes de madeiras até o ano de 1939, quando voltou a trabalhar como serrador na serraria da família Guerra, agora em Colorado, na época pertencente a Carazinho – RS.

Neste tempo, um dos irmãos Castelli, o senhor Antonio, convidou João Grando, que tinha algumas economias da venda do caminhão, para juntos irem montar uma serraria em Caçador.

Em 1940, vieram conhecer a região e compraram pinheiros que foram serrados na empresa do senhor Matozzo, no distrito de Taquara Verde. Tempos depois,

Matozzo vendeu a serraria a terceiros e cedeu o barracão para o senhor João Antonio Grando e Antonio Castelli, onde montaram sua serraria, com maquinário comprado em Rio das Antas, sendo “tocada” a água e trazido de Rio das Antas com uma pequena carroça. João Grando foi até a cidade de Ponta Grossa – PR, comprar uma locomotiva para motorizar a referida serraria.

Sua família chegou em Caçador no dia 22/01/1941, através da estrada de ferro, vindo de Carazinho, o que levou uma noite e um dia de viagem.

Até que chegasse a pequena mudança, que também veio de trem, ficaram seus familiares hospedados em um hotel no Largo Santelmo, com o senhor João Grando alugando uma casa de Pedro Bortolon, que ficava na Rua Quintino Bocaiúva, mais ou menos entre o atual Edifício Executive Center e o Colégio Aurora.

Depois de erguer os alicerces de sua casa, todos estes “faquejados à mão” e as tábuas serradas em sua serraria, sua nova casa ficou pronta em princípios de 1943, para onde se mudou com sua família. Esta residência ficava na Rua Riachuelo, morando ali por 40 longos e belos anos, sendo um de seus primeiros moradores e com certeza aquele que ali por mais tempo permaneceu, observando o crescimento de sua família e de sua agora amada cidade.

De sua residência o senhor João Antonio Grando podia ver o movimento dos trens que cruzavam o país através da linha férrea próxima, transportando também o fruto de seu trabalho, tábuas e dormentes, que eram então utilizados na manutenção dos trilhos da estrada de ferro.

Homem de muita fibra, força de vontade e honestidade, dignificou o trabalho, vencendo na vida através dele, e ainda aos noventa anos, cortava sua própria lenha para aquecer os dias em seu fogão, tudo isso sentado em um pequeno banquinho com um machado. “Para ele, ficar sem trabalhar era pecado”.

Foi um pioneiro que ajudou a construir Caçador, transferindo a seus familiares um amor por sua terra, por esta terra tão querida, esta nossa Caçador de tantos grandes homens e suas vidas.

O “Nôno”, João Antonio Grando faleceu em 05 de julho de 1999, com 94 anos.

Formado pela confluência das ruas Lauro Muller, Onio Pedrassani e Riachuelo, o Largo João Antonio Grando fica localizado logo ao lado da casa que por muitos anos ele morou.

Havia a intenção de que a família recuperasse a primeira “locomóvel” que foi utilizada na implantação da sua indústria para doá-la ao Município e, posteriormente, ficar exposta à visita pública no referido largo.

RUA JOÃO ANTÔNIO ZANCHI

Extensão: 160 metros

Bairro: Centro

Lei 44/1966

João Antônio Zanchi, filho de Themistocle Zanchi e de Josefina Zanchi, nasceu em Carazinho – RS, no ano de 1901.

Industrial, era casado com Joana Périco Zanchi.

João Antônio Zanchi faleceu em 31 de dezembro de 1963, aos 62 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

RUA JOÃO AUGUSTINHO DA LUZ NETTO

Extensão: 600 metros

Bairro: D.E.R., Reunidas

Lei 536/1992

João Augustinho da Luz Netto, nascido aos 13 de julho de 1928, na cidade de Curitiba – SC, era filho de Mathurino Borges da Luz e Adelaide Carvalho da Luz.

Chegou em Caçador no ano de 1934, com seis anos de idade. Casou-se com Dalzira Gessy Dóro Luz, com quem teve três filhos: João Waldyr Luz, Carlos Evandro Luz e Iran Gualberto Luz.

Serventuário da Justiça, por mais de quinze anos nesta comarca de Caçador, como Escrivão do Cartório de órfãos e anexos. Por dezessete anos, exerceu e desempenhou as atividades de Secretário junto à Câmara de Vereadores de Caçador, graciosamente.

Frequentou o Curso Primário no Grupo Escolar Paulo Schieffler, a 5ª à 8ª séries (denominado à época de período Ginásial) no Colégio Aurora. Neste educandário também concluiu o curso de Técnico em Contabilidade.

Formou-se, posteriormente, em Ciências Contábeis, a nível de 3º grau e, mais tarde, em Direito.

Após o curso de Direito, frequentou a Academia da Polícia Civil do estado de Santa Catarina – Curso de Criminologia/Delegado de Polícia, desempenhando esta atividade, inicialmente nas cidades de Itajaí e Baneário Camboriú. Em 1977 foi transferido para a cidade de Caçador, exercendo as funções de Delegado Regional de Polícia, cuja atividade desempenhou até o ano de 1992.

Faleceu aos 11 de abril de 1992, vítima de neoplasia pulmonar.

(adaptado de texto de seu filho, o Vereador Carlos Evandro Luz, em 05/05/92)

RUA JOÃO BALZAN

Extensão: 110 metros

Bairro: Bello

Lei 1446/2000

João Balzan, filho de José Balzan e de Ângela Giocomin Balzan, nasceu em Farroupilha- RS, no ano de 1905.

Casado com Emília Bazei Balzan, com quem teve cinco filhos: José Natividade, Vilma Jandira, Clarice Olga, Idinir Jutulio e Loiri Marilene Balzan.

João Balzan residiu em Caçador desde 1949 até seu falecimento, ocorrido em 06 de julho de 1996, aos 91 anos de idade.

RUA JOÃO BENETTI SOBRINHO

Extensão: 270 metros

Bairro: Gioppo

Lei 92/1986

Corria o ano de 1929. Época difícil na reconstrução do mundo, depois da 1ª Guerra Mundial. Nossa cidade, a sede do Distrito de Rio Caçador, não era ainda emancipada.

O Rio Grande do Sul, onde sempre existiu a vocação migratória, começava a 'exportar' gente, que decidida e corajosamente iniciava a colonização do novo estado de Santa Catarina.

E as dificuldades eram imensas. Poucas, ou praticamente inexistentes as estradas de rodagem. O meio mais eficaz, apesar do dispêndio de tempo era a via férrea. Mas o gaúcho vinha.

Nesta plêiade de homens, corajosos e destemidos, estava João Benetti Sobrinho. Com o espírito de desbravador, de pioneiro, chegou a esta terra sendo ainda o Distrito de Rio Caçador.



E, aqui chegando, logo manifestou-se nele a sua vocação pioneira, implantando uma serraria, com os Deboni, amigos e companheiros de aventuras das longínquas plagas rio-grandenses. E não parou aí. Vieram outros empreendimentos, outras serrarias. E não ficou somente no ramo madeireiro. Foi sócio da pioneira Cervejaria Caçadoreense, além de sócio-fundador da Sulca.

Por tudo isso, por seu espírito empreendedor e sua grande visão, recebeu da Prefeitura Municipal de Caçador, em 25 de março de 1978, a Comenda de Pioneiro do Município, pela confiança demonstrada a nossa terra e a nossa gente.

João Benetti Sobrinho, filho de João Batista Benetti e Elvira Benetti, nasceu a 20 de março de 1896, em Caxias do Sul – RS. Chegou a Caçador no dia 01º de agosto de 1929.

Casou-se com Josephina Pelicer Benetti, com quem teve 5 filhos:

Ely Maria Benetti Vivan, Neves Eugênio Benetti, Iracy Benetti Hazin, Aire Elvira Benetti Roveda e Renê Francisco Benetti.

Faleceu aos 21 de junho de 1982, aos 86 anos de idade.

RUA JOÃO BORDIGNON

Extensão: 100 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966

João Bordignon, (08/06/1879 – 26/10/1961) natural da Cidade de Bassano, na Itália. Seus pais se chamavam Marco Bordignon e Ângela Andelfate Bordignon. Imigrou para o Brasil no ano de 1886, fixando primeiramente residência na Cidade de Caxias do Sul, juntamente com sua família.



Transferiu-se para Caçador em princípios de 1934; época em que o progresso da região era indiscutível, especialmente a indústria madeireira como fonte de riqueza, tendo em vista os extensos pinheirais existentes na região que era servida pela Estrada de Ferro.

Quando aqui chegou, promoveu a instalação de uma serraria na localidade do Castelhana. Mas, não tendo demorado no exercício da profissão de madeireiro,

transferiu-se para a Cidade, onde se dedicou à profissão de hoteleiro.

Casado com a Sra. Luiza Bordignon, tendo os seguintes filhos: Modesta Lunaridi, Modesto Bordignon, Delina Link, Ida Alegreti, Clementina Busato, Angelina Roveda e Alcides Bordignon.

Com 82 anos, veio a falecer nesta cidade, tendo deixado para a boa lembrança de seus munícipes o seu coração amável e carinhoso, que levam a ter o seu nome de família respeitado e honrado em todas as camadas sociais.

RUA JOÃO CARLIM DO PRADO

Extensão: 270 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1799/2002

Nesta lei, de 2002, foram denominadas 6 ruas dos Loteamentos Vila Dr. Ulisses Guimarães, João de Barro e Dona Irene, todas próximas umas das outras e vizinhas a uma rua que já havia sido denominada em 1992, a Rua Jucely Carlos França, policial militar que exerceu suas funções em Caçador.

Através desta lei, outros 6 policiais militares foram homenageados, criando um conjunto de ruas com relação entre si, recordando da história de diversos personagens da corporação em Caçador. São eles: Carlindo de Paula, Felisberto Custódio de Oliveira, Gilberto Piola da Silva, João Carlim do Prado, José Vilmar Monteiro e Vitor Lezan.

João Carlim do Prado, filho de José Antonio do Prado e de Emilia Carlin da Silva, nasceu em Lebon Régis – SC, em 20 de abril de 1912.

Casado por 65 anos com Carolina Tibes Carlin, com quem teve 7 filhos. Sua esposa, Carolina descreveu seu casamento como “um amor de infância”.

Como trabalhador, foi uma pessoa dedicada, sem esquecer-se da família. Foi pioneiro, como o primeiro Inspetor de Quartel da região de Caçador. Foi responsável por várias diligências policiais na região, em várias delas com risco de vida, em confronto com bandidos.

João Carlim do Prado faleceu em 23 de julho de 1994, aos 82 anos de idade.

(adaptado de texto de sua esposa, Carolina Tibes Carlin do Prado, em 31/05/2002)

RUA JOÃO CASTELANI

Extensão: 200 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 603/1992

João Castelani, filho de Ângelo e Ângela Castelani, natural de São Domingos do Sul – RS, nasceu aos 19 de abril de 1911.

Em 1936 mudou-se para Caçador, acompanhado de seu irmão, Batista Castelani. Contava então com 24 anos de idade.

Foi trabalhar no ramo madeireiro, primeiramente na serraria Babbos, depois na firma Busatto, na Fazenda São Pedro, atual Caixa D'Água.

Casou-se com Dozolina Spigolin no dia 15 de junho de 1938, com quem teve 6 filhos: Leoni, Nelci, Antônio, Valdira, Romilda e Ernesto.

Em 1942, comprou terras e tornou-se agricultor. Em 1965, começou a produzir pêssegos, sendo o primeiro produtor de pêssegos da região. Houve um caso em que o prefeito da época (Sr. José Kurtz) teria ido até Florianópolis e levado os pêssegos do Sr. João, como maneira de conseguir incentivos a um projeto de fruticultura de clima temperado.

Em 1978 ficou viúvo. Faleceu no dia 14 de agosto de 1991.

RUA JOÃO CORRÊA DE MELLO

Extensão: 1.100 metros

Bairro: Bello

Lei 04/1966

João Corrêa de Mello, filho de Francisco Corrêa de Mello e de Felicidade Maria Gonçalves Corrêa de Mello, nasceu no Rio Grande do Sul, no ano de 1863.

Fazendeiro, era casado com Ignácia Maria Corrêa de Mello.

João Corrêa de Mello faleceu em 03 de março de 1955, aos 91 anos de idade.

RUA JOÃO D'AGOSTINI

Extensão: 520 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

João D'Agostini (originalmente Gioanni D'Agostini) filho dos imigrantes italianos Fiorindo D'Agostini e de Corona Zannol, nasceu em Caxias do Sul – RS, no ano de 1891.

Exerceu as atividades de lavrador e também de madeireiro, com sua serraria.

João D'Agostini faleceu em 01º de junho de 1973, aos 82 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA JOÃO DE BARRO

Extensão: 370 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O joão de barro é conhecido por seu característico ninho de barro em forma de forno. Possui o dorso inteiramente marrom avermelhado. Apresenta uma suave sobrancelha, formada por penas mais claras, em leve contraste com o restante da plumagem da cabeça. Tem cerca de 20 cm de comprimento e não apresenta dimorfismo sexual evidente.

Espécie nativa da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, ocupa uma vasta região, que vai do sul dos estados brasileiros de Pernambuco, Goiás e Mato Grosso, cobre toda a parte leste da Bolívia, seguindo para o sul pelas encostas da Cordilheira dos Andes até a altura da Pensínsula Valdez, na Argentina, espalhando-se destes limites até o litoral atlântico.

Vive em áreas de vegetação esparsa ou em campos abertos. Passa grande parte do tempo no solo, destacando-se por seu andar pausado característico, que alterna com pequenas corridas. Alimenta-se de insetos e larvas, aranhas e outros artrópodes.

Seu ninho tipicamente em forma de forno o tornou popular. A ave passa quase todo o ano envolvida em construções, às vezes mais de uma ao mesmo tempo, o que pode ser explicado pelo grande índice de perdas de ninhos por invasões de outros animais, acidentes com destruição e intervenção humana, e pela disponibilidade de barro fresco, que depende do regime de chuvas.

Faz parte do folclore de várias regiões, sendo personagem de lendas. Uma delas diz que o macho pode encerrar uma fêmea infiel no ninho até que ela morra, o que nunca foi comprovado. Outra diz que ele constrói seu ninho com a abertura na direção oposta do vento e da chuva, mas as pesquisas realizadas apresentam resultados contraditórios. Também é dito que ele é um pássaro religioso, pois suspende a construção do ninho aos domingos e dias santos. Isso tampouco tem comprovação científica.

RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS

Extensão: 160 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1698/2001

João Ferreira dos Santos, filho de Valentin Ferreira dos Santos e de Nonesia Maria Soares, nasceu em Caçador, em 03 de janeiro de 1908.

Casado com Eva Cavalheiro dos Santos, com quem teve 8 filhos: Sebastião, Sebastiana, Francisco, Antonio, Luiz Pedro, Zilda, Paulina e Oristalina.

Trabalhou na RFFSA, como ferroviário e chefe de construção da ferrovia.

Morador do bairro Nossa Senhora Salete, foi um dos maiores batalhadores pela construção da rua que hoje leva seu nome, batalhando também pela construção da escadaria de acesso a esta rua.

(adaptado de texto do vereador Alcedir Ferlin)

RUA JOÃO FORESTI

Extensão: 160 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 02 A/1984

João Foresti, nascido na cidade de Bento Gonçalves - RS, em 31 de Janeiro de 1906, veio para Caçador em 16 de Maio de 1941. Desde então exerceu o trabalho com matadouro de suínos e gado, até 1951, nestas mesmas datas teve olaria de tijolos e malharia.

Nos anos de 1952 até 1965 trabalhou na comercialização de uvas que transportava para o norte do Paraná, interior de São Paulo e para a capital paulista.

Depois disto dedicou-se à fruticultura, na qual deu muitos ensinamentos a colonos nos trabalhos de enxertia e tratamentos de inverno, que ainda não eram praticados em Caçador, até 1972.

Faleceu em 09 de agosto de 1973.

RUA JOÃO KUCZER

Extensão: 90 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2394/2006

Procedente da cidade de Pinheiro Preto, veio para Caçador em 1942, com sua esposa, Angelina Bernardi Kuczer, indo residir na antiga Exportadora.

Após isso, foram residir na linha Cachoeira onde se dedicaram à agricultura e leiteria.

Teve dez filhos: Waldemar, Henrique, Claudino, Claudina, Helena, Malvina Elizena, Darci, Florentino e Angelina.

RUA JOÃO MANOEL LUIZ OSÓRIO

Extensão: 100 metros

Bairro: Berger

Lei 596/1992

João Manoel Luiz Ozório (em relatos de familiares, consta a grafia de Ozório com “z”, ao contrário do que é determinado pela lei, que utiliza a grafia com “s”) nasceu aos 18 de dezembro de 1922, em Lages – SC.

Era casado com Nair Ribeiro Ozório, com quem teve quatro filhos, Gurgledo Ribeiro Ozório, Tânia Ribeiro Pistopolo, Mac Arthur Ribeiro Ozório e Mizaque Ribeiro Ozório.

Em sua vida, destacou-se por ter sido um homem honesto e um cidadão exemplar.

Foi Praça do Exército brasileiro no ano de 1941 e no ano seguinte incorporou-se à Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Mais tarde, seguiu para a Itália, onde ficou onze meses, retornando em 1945, trabalhando como caixa.

Chegou em Caçador em 1945 e ingressou na Agência dos Correios, onde trabalhou até se aposentar com 25 anos de serviço.

João Manoel Luiz Ozório faleceu em 03 de março de 1976.

RUA JOÃO MARIA DE AGOSTINI

Extensão: 500 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Para entender a questão messiânica da Guerra do Contestado, é necessário explicar a figura de três monges que habitaram a região, em períodos inclusive anteriores à Guerra. O primeiro deles foi João Maria de Agostini. Homem de origem italiana, que peregrinou pela região atendendo doentes de 1844 a 1870. Fazia questão de viver uma vida extremamente humilde, e sua ética e forma de viver arrebanhou milhares de crentes, reforçando o messianismo coletivo. Não teve nenhuma participação na Guerra, mas sua figura e lembrança seria continuamente evocada.

Nascido na região do Piemonte, na Itália em 1801. Os detalhes de sua vida, seus caminhos, suas andanças, são desconhecidos, havendo apenas suposições. O que realmente se sabe é que esteve no Pará, de onde viajou para o Rio de Janeiro, chegando à Corte Imperial em 19 de agosto de 1844. Em dezembro do mesmo ano apresentou-se na Câmara Municipal de Sorocaba, alegando ter a idade de 43 anos, dizendo-se solteiro e que não buscava nada a não ser “exercer seu ministério”. Registra-se que João Maria de Agostini não possuía três dedos da mão esquerda.

Vivia em uma gruta em um morro próximo a uma fábrica de ferro, em uma vida austera, dormindo sobre uma tábua e alimentando-se de frutos, além de presentes recebidos da comunidade, haja visto que, com suas pregações, o *monge*, como começou a ser conhecido, já desfrutava da simpatia da população.

O fato de Sorocaba ser, nesta época, um importante ponto de parada de peões, tropeiros, operários e camponeses, fez com que estes espalhassem a fama do monge, que passou a ser procurado por inúmeros visitantes, por curiosidade, mas também em busca de alívios para seus males, físicos ou espirituais.

Conta-se que, eventualmente, assistia às missas e, depois delas, dirigia-se às pessoas, sem nenhuma objeção do padre, o que pressupunha uma cordial relação com a Igreja.

Sem relatos específicos de suas andanças, sabe-se que esteve no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de passagem pelo Paraguai, todas

testemunhadas por artigos de jornais que mencionam sua presença. Nestas perambulações, sempre escolhia locais altos e isolados, próximos a uma fonte de água para estabelecer sua parada provisória, de onde fazia suas pregações, levando aos doentes, aos pobres, aos entregues à própria sorte, até mesmo sem a presença da Igreja, nos sertões do sul do Brasil, a resignação para os sofrimentos, a esperança de melhores dias. Dizia-se um enviado de Deus, sua palavra doce, serena, penetrava nos corações das pessoas, que o consideravam um santo. A água de suas fontes sempre foi considerada como *milagreira*.

Em 1848 chega a ser examinada oficialmente uma destas fontes, chegando à conclusão oficial de que a água “não contém princípios além dos que são comuns em águas potáveis”.

João Maria chega a ser preso no Rio Grande do Sul, devido às aglomerações de pessoas que sua presença provocava. Transferido para Santa Catarina, ele mesmo solicitou que fosse deixado solitário na Ilha do Arvoredo.

Depois disso, há registros de sua passagem pela Lapa, no Paraná, em Rio Negro e também em Lages, sempre falando com o povo e “curando os enfermos”. Supõe-se que, no final da vida, por volta de 1865 a 1870, tenha regressado para seu primitivo abrigo em Sorocaba, mas sem comprovações. Simplesmente desapareceu. O que não desapareceu foi sua memória, continuando a povoar a imaginação das pessoas que ouviram falar de suas práticas.

RUA JOÃO MARIA DE CASTILHO SOBRINHO

Extensão: 140 metros

Bairro: Martello

Lei 1970/2003

João Maria de Castilho Sobrinho, filho de Manoel Pereira de Castilho e de Antonia Maria de Castilho, nasceu em Porto União – SC, no ano de 1920.

Residente em Caçador desde 1944, instalou-se na localidade do Cerro Branco em sua propriedade rural.

Considerava-se um caçadoreense, dedicando sua vida ao engrandecimento da cidade que adotou por sua. Desbravador, exerceu a função de Delegado de Polícia em 1956, sendo suplente de vereador pela UDN nesta época.

Casado com Margarida Granemann Castilho, com quem teve 4 filhos: Rosalino, José, Maria e Zizita de Castilho.

João Maria de Castilho Sobrinho faleceu em 01º de junho de 2001, aos 80 anos de idade.

(adaptado de texto de sua esposa, Margarida Granemann Castilho, em 22/08/2003)

RUA JOÃO MARIA VISLOSKI

Extensão: 40 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei: 2289/2006

João Maria Visloski, filho de Francisco Visloski e Natália Trachinski, nasceu em Caçador, em 08 de dezembro de 1932.

Casado com Deolinda Juanoni Visloski, com quem teve 4 filhos.

Trabalhou durante 20 anos no Banco Nacional do Comércio, como contador e subgerente. Trabalhou na Companhia Brasileira de Armazenamentos – Cibrazem. Muito contribuiu com seus conhecimentos ao município de Caçador.

Desportista, representou Caçador por 25 anos nos Jogos Abertos, nas modalidades de Tiro ao Alvo e Tiro ao Prato, sendo campeão da modalidade Trap Americano no sul do Brasil.

João Maria Visloski faleceu em 20 de agosto de 2002, aos 70 anos de idade.

RUA JOÃO NATAL

Extensão: 330 metros

Bairro: Martello

Lei 1830/2002

João Natal, filho de André Natal e de Herotides Ottomayer de Barros, nasceu em Campo do Tenente – PR, em fevereiro do ano de 1934.

Ainda criança, veio com seus pais para o município de Caçador e aqui cresceu, casou-se com a senhora Maria Padilha Natal e deste matrimônio nasceram Janice Teresinha e Janete Aparecida Natal.

Sempre dedicado à família, João Natal (mais conhecido por “*Seu Natal*”), foi um homem trabalhador, responsável e idôneo. Trabalhou durante toda sua vida em fábricas de madeira, exercendo a função de plaineiro.

Também trabalhava em prol do desenvolvimento de seu bairro, sempre colaborando nas atividades comunitárias.

João Natal faleceu no dia 25 de fevereiro de 1999, aos 64 anos de idade.

(adaptado de texto do Vereador Osmar Barcaro)

RUA JOÃO NEI PONTES

Extensão: 100 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010

João Nei Pontes, filho de José Augusto Pontes e de Maria Sibila Pontes, nasceu no ano de 1930.

Era casado com Sueli Farias da Costa Pontes, com quem teve 11 filhos: Jair, Leila Maria, Luiz Antônio, Tania, Amauri José, Pedro Almir, Neide Aparecida, Roberto, João Carlos, Rita de Cássia e Schirlei de Fátima.

João Nei Pontes faleceu em 16 de abril de 1987, aos 56 anos, vítima de parada cardíaco-respiratória.

RUA JOÃO PEDRO DA SILVA BRASIL

Extensão: 30 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2933/2012

João Pedro da Silva Brasil, filho de Miguel Pedro da Silva Brasil e de Maria Carlota da Conceição, nasceu em São Francisco de Paula – RS, em 20 de fevereiro de 1907.

Casado com Emília Gioppo Brasil com a qual teve nove filhos, sendo: Antonio Osni, Suelly Margarida; Nelcy Terezinha; Irene; Arnaldo; Zilda; Maria Raquel; Maria Lúcia e Paulo Cesar.

Aos dezoito anos veio para Caçador junto com a família Deboni, para trabalhar como operário em serraria. Aproximadamente no ano de 1933, passou a trabalhar como comerciante, atividade que desempenhou até o ano de 1949. Após, foi residir com a família na cidade vizinha de Curitiba, para trabalhar novamente no ramo de madeireira, como gerente de serraria. Retornou para

Caçador no ano de 1956 e trabalhou na Cooperativa de Fomento e continuamente como comerciante até a sua aposentadoria.

Residiu no Bairro Gioppo do ano de 1956 até a sua morte.

João Pedro da Silva Brasil faleceu em 13 de dezembro de 1995, aos 86 anos de idade.

RUA JOÃO PEDRO RODRIGUES

Extensão: 270 metros

Bairro: Centro

Lei 42/1967



João Pedro Rodrigues nasceu em Cruz Alta, estado do Rio Grande do Sul, em 9 de setembro de 1916, sendo seus pais Lucídio e Maurília Rodrigues.

Em 1934 veio para Santa Catarina, escolhendo Caçador para exercer sua profissão de motorista de caminhão.

Em primeiro de novembro de 1961 começou a trabalhar na Prefeitura Municipal de Caçador, exercendo a função de Fiscal de Trânsito, onde trabalhou 6 anos, vindo a falecer em 5 de novembro de 1967, deixando viúva a Sra. Lídia Irene Rodrigues e os seguintes filhos: Nilve Maria, Alceu, Edeloí e Rosileia.

RUA JOÃO PEREIRA DA SILVA

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

João Pereira da Silva, filho de Betarda Pereira, nascido no ano de 1892. Faleceu em 06 de maio de 1980, aos 87 anos de idade, vítima de acidente vascular cerebral.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA JOÃO PIROLI

Extensão: 300 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei: 2876/2011

João Pirolli, filho dos imigrantes italianos Hermette Pirolli e de Rosa Bompieri, nasceu em Vacaria – RS, no distrito de São Bernardo, em 14 de janeiro de 1909.

Seus pais, oriundos da Itália, emigraram para o Brasil com aproximadamente cinco anos de idade e estabeleceram-se em Flores da Cunha.

João Pirolli casou-se com Oliva Armiliato Pirolli em 22/08/1929, em Vacaria – RS.

João e Oliva viveram os primeiros anos de casados naquele estado, onde viviam da agricultura e tiveram oito filhos: Olga, Leonildo, Eliza, Luiz, Helena, Dorvalino, Lodorina e Vitalino.

Após dezesseis anos, o casal soube da existência de terras mais apropriadas para a agricultura no estado de Santa Catarina. João vendeu sua propriedade, que havia herdado de seu pai, e juntamente com sua mãe, sua mulher, seu irmão Alberto Pirolli e seus oito filhos partem para o estado catarinense.

A família parou para pernoitar em Lages em 11/05/1945, e um fato histórico importantíssimo aconteceu. Os filhos de João Pirolli contam aos filhos com emoção que naquela noite, ouviam muitos fogos de artifício. E então perguntaram ao pai o que estava acontecendo. Foram informados que a Segunda Guerra Mundial havia acabado. Lembram que João e Oliva comemoravam, assim como a “nona”, pois desta forma não precisariam ver seus filhos ou netos irem para a guerra. No dia seguinte prosseguiram viagem e estabeleceram-se em Videira.

A família de João Pirolli ficou em Videira por aproximadamente sete anos, trabalhando na agricultura e lá nasceram seus três filhos catarinenses, Ovídio, Ivo e Ari.

Em janeiro de 1952, João Pirolli passou a ser cidadão caçadoreense, estabelecendo-se no Km 13 da estrada Caçador-Taquara Verde, onde adquiriu uma propriedade com 104 alqueires.

Segundo a tradição, continuou trabalhando na agricultura, com o plantio de trigo, milho, feijão e criação de gado. Como a família era numerosa e havia madeira disponível, a mesma montou uma pequena serra fita e fornecia os dormentes para Edgar Paris, que os revendia para a Rede Ferroviária.

Inconformado com as dificuldades da agricultura, tomou a iniciativa de fundar a Cooperativa Mista Agrícola Ltda., tendo como produto principal a uva, que era lá comercializada e enviada para São Paulo pela ferrovia.

Em Caçador nasceram seus últimos dois filhos Néri e Ana Maria, completando a família com treze filhos.

Em 1965, João Pirolli decidiu fixar residência na cidade de Caçador, desta forma propiciando melhores condições de aperfeiçoamento aos seus filhos, através de estudo acadêmico e formação técnica.

Os noventa anos vividos por João Pirolli são um exemplo para sua família e amigos. Demonstram toda a dedicação, educação, respeito, dignidade e caráter que todos deveriam ter uns com os outros. O comprometimento com o trabalho, a educação e o carinho com os filhos, os ensinamentos sobre Deus, o respeito e o amor com sua mulher, a postura e o caráter perante a sociedade, demonstram ser uma pessoa nobre, justa e pacífica.

João Pirolli faleceu em 14 de março de 1999, aos 90 anos de idade, deixando um legado de sabedoria que não veio dos livros, mas da educação que recebeu de seus pais e da vida honesta que permitiu a formação de seus treze filhos.

(adaptado de texto de seus filhos)

RUA JOÃO REMILIO RIGO

Extensão: 400 metros

Bairro: Centro

Lei 22/1977



João Remílio Rigo, filho de Antonio Rigo e Francisca Rigo, nasceu em Vacaria – RS, em 01º de outubro de 1916.

Na década de 1930/1940, veio da localidade de Dourados, em Erechim – RS, para onde seu pai veio fixar residência, indo morar junto com sua irmã Angelina Rigo Lorenzoni, na localidade do Rio Bugre. Lá, trabalhou na fabricação de vassouras de palha, tendo feito também balanças de vara.

Juntamente com um sócio, construíram um moinho movido com água na mesma localidade, cuja vala ainda é visível no terreno atual.

Casou-se com Albina Virginea Giacomini Rigo em 03/02/1940, com quem teve 6 filhos: Euclides Pedro Rigo, Vaine Teresinha Rigo, Jandir Antonio Rigo, Jair Carlos Rigo, Hermes Roberto Rigo e Adair João Rigo.

Adquirindo um terreno na cidade, mudou-se para a rua Getúlio Vargas, onde construiu uma casa de madeira, que servia como moradia e estabelecimento comercial. Abriu uma empresa denominada “Casa Nova de João R. Rigo”, que comercializava tecidos e agregados. Fazia as compras mensais em São Paulo, utilizando a linha aérea da Varig, que servia a cidade naquela época.

Trabalhava também com produtos coloniais, adquirindo os mesmos pessoalmente na região e revendendo em sua loja.

Adquiriu fazenda no Paraná, tendo juntamente com seu sócio/compadre, Carlos Dalmas, implantando um cafezal sobre a mesma. Foram infelizes na empreitada, tendo em vista que a área foi vendida para diversos adquirentes e somente um registrou a mesma.

Como lazer, apreciava reunir as famílias de compadres, vizinhos, amigos, em almoços fartos, churrascos. Via de regra, o almoço terminava em cantoria, sendo João Remílio Rigo possuidor de belíssima voz.

As caçadas, permitidas e regulamentadas na época, eram outro lazer dominical, que iniciava com a “Missa dos Caçadores”, oficiada pelo saudoso Padre José, às 5 horas da manhã, com geada solta. Também apreciava muitíssimo o jogo de “mora”, tradicional nas famílias italianas, sendo um exímio jogador.

João Remílio Rigo era um homem bom, honesto e religioso, só fez o bem enquanto viveu. Faleceu em 03 de abril de 1976. aos 59 anos de idade.

(adaptado de texto de seu filho, Jandir Antonio Rigo, em 08/02/16)

RUA PROFESSOR JOÃO ROBERTO MOREIRA

Extensão: 230 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 14/1972

Sem Informações

Descrição - Rua que partindo da Rua Brasília encontra a Rua Terezina no Loteamento Flórida. (Professor do Ginásio Aurora nos primórdios)

RUA JOÃO ROSA DOS SANTOS

Extensão: 200 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1673/2001

João Rosa dos Santos, filho de Luiz Rosa e de Maria Batista dos Santos, nasceu em Porto União – SC, em 23 de abril de 1936.

Suas atividades profissionais iniciais foram junto à área de agricultura. Em 1964 estabeleceu-se em Rio das Antas e trabalhou até 1983 na pedreira deste mesmo município.

Casou-se com a senhora Bernardina Moraes de Lima e constituíram família formada por nove filhos.

Em 1984 começou a trabalhar em Caçador, na Prefeitura Municipal, aposentando-se em 1996.

O senhor João Rosa dos Santos caracterizou-se como um profissional sério e dedicado, buscando sempre prestar bons serviços à sua comunidade.

Faleceu em 08 de novembro de 2000, aos 54 anos, vítima de câncer de estômago.

(adaptado de texto do vereador Osmar Barcaro, em 01/10/2001)

RUA JOÃO SCHAPHAUSER

Extensão: 70 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1753/2002

João Schaphauser, filho de Carlos Schaphauser e de Margarida Pedro Schaphauser, nasceu em Lapa – PR, aos 02 de outubro de 1933.

Chegou a Caçador aos 18 anos de idade, no ano de 1951.

Casou-se com Antonia Irene Schaphauser, com quem teve 5 filhos: João Carlos, Osvaldir, Maria Lucia, Ana Maria e Marcos.

Trabalhou como carpinteiro e pedreiro. Muito auxiliou sua comunidade, do bairro Nossa Senhora Salete, onde foi Fundador e 1º Presidente da associação de moradores daquele bairro. Foi o fundador da Igreja Nossa Senhora Salete.

Fazia diversos trabalhos para os mais pobres, inclusive casas. Lutava pelo melhoramento das ruas e reivindicava por remédios para os doentes. Exercia voluntariamente trabalhos para a comunidade.

João Schaphauser faleceu no dia 09 de setembro de 1993, aos 59 anos de idade.

RUA JOÃO SIMÃO DE ALMEIDA

Extensão: 110 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1752/2002

João Simão de Almeida, filho de Severiano Simão de Almeida e de Maria da Luz de Almeida, nasceu em São Mateus – PR, em 06 de março de 1914.

Casado com Alcedina Freitas de Almeida, com quem teve 6 filhos: Eva, Augusta, Francisco, Dirceu, Ermínia e Ermiliano.

Chegou a Caçador em 1943, aos 29 anos de idade. Trabalhou como classificador de madeiras e gradeador.

Trabalhou seus últimos anos como quebrador de pedras da Prefeitura Municipal de Caçador, onde trabalhou durante 15 anos.

Foi um exemplo aos mais novos, pois foi sempre um trabalhador de destaque nas diversas atividades que exerceu.

João Simão de Almeida faleceu em 26 de fevereiro de 1991, aos 77 anos de idade.

RUA JOÃO THIMÓTEO PACHECO

Extensão: 290 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2945/2012

João Thimotéo Pacheco, filho de Antônio Joaquim Pacheco e de Antonia Pacheco, nasceu em Blumenau – SC, no ano de 1888.

Casado com Leonita Bornhausen Pacheco, com quem teve oito filhos.

Foi ferroviário e funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

João Thimóteo Pacheco faleceu em 12 de abril de 1950, aos 62 anos de idade.

(texto do Vereador Adilson Estanislawski)

RUA JOÃO THIVES SOBRINHO

Extensão: 300 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 491/1991

Apesar de a lei determinar a grafia de “Thives”, em todos os documentos a que tivemos acesso e também nos dados biográficos consta a grafia “Tibes” ou “Thibes”. Na Certidão de Óbito, inclusive, não consta a denominação “Sobrinho”. Utilizaremos a grafia “Thives”, que é a que consta na lei.

João Thives Sobrinho nasceu aos 28 de julho de 1866, na cidade de Curitiba – SC. Era filho de Mathias Thives e Escolástica Domingos dos Santos.

Residiu em Curitiba por 22 anos. Casou-se aos 28 de junho de 1905 com Adelaide Custódio Maciel, filha de Antônio Custódio Maciel e Augustinha Rodrigues Carrão. Após o matrimônio, passou a residir na cidade de Campos Novos – SC, onde residiu por 33 anos e dedicou-se à criação de gado.

Juntos tiveram 13 filhos, sendo 3 homens e 10 mulheres. Em 1938, mudou-se para o município de Lebon Régis – SC, onde morou por 14 anos.

Em 1952 mudou-se para Caçador, e veio a falecer aos 21 de julho de 1959, aos 93 anos, apesar de em sua Certidão de Óbito constar a idade de 86, devido à demora no registro de seu nascimento, ocorrência bastante comum naqueles tempos.

RUA JOÃO WOLOCH

Extensão: 200 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1463/2000

João Woloch, filho de Miguel Woloch e de Maria das Dores Oliveira Woloch, nasceu em Caçador, na localidade de Cerro Branco, no ano de 1957.

Casado com Cecília Villan Woloch, com quem teve três filhos.

Trabalhava como tratorista, e faleceu em decorrência de traumatismo crânio-encefálico, no dia 08 de abril de 1993, aos 36 anos de idade.

Há uma rua de Caçador, transversal a esta, denominada com o nome de seu irmão, Antonio Woloch.

RUA JOAQUIM BALSANELLI

Extensão: 270 metros

Bairro: Martello

Lei 1871/2002

Joaquim Balsanelli, filho de Francisco Balsanelli e de Maria Poleza, nasceu em Luiz Alves – SC, no ano de 1925.

Casou-se em primeiras núpcias com Matilde Presner. Viúvo, casou-se com Maria Gentil Muniz de Moura Balsanelli. Teve 4 filhos: Osni, Marcos Antonio, Ana Maria e Vera Aparecida.

Joaquim Balsanelli faleceu em 11 de abril de 2002, aos 76 anos de idade.

RUA JOAQUIM FERNANDES DE LARA

Extensão: 400 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 27/1984

Joaquim Fernandes de Lara, filho de João Fernandes de Lara e de Francisca Maria de Souza, nasceu em Curitiba – SC, no ano de 1877.

Exerceu durante toda a sua vida as atividades da agricultura.

Joaquim Fernandes de Lara faleceu em 19 de dezembro de 1973, aos 96 anos de idade.

RUA JOAQUIM GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 300 metros

Bairro: Bello

Lei 28/1977

O cidadão Joaquim Gonçalves Cordeiro, nasceu em Caçador em 10 de março de 1905. Pai exemplar de 06 filhos, pioneiro no desenvolvimento agrícola e tendo participado ativamente como um dos fundadores do extinto PSD, do qual foi membro do Diretório, por diversos anos. Político atuante, nesta qualidade prestou incansavelmente relevantes serviços políticos e sociais à comunidade caçadorenses.

Um dos fundadores da cidade de Caçador, pertencente à tradicional e pioneira família Correa de Mello, cujo nome importante, está ligado estreitamente à história do nosso município. Prossegue aquele seu amor e atuação através de seu filho Edil João Maria Gonçalves.

(texto do Vereador Flávio Cruz)

RUA JOAQUIM RAIZEL DA CRUZ

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição inicia no Loteamento Bombassaro, atravessa o Loteamento Jung e termina no Loteamento Dona Bertha, antiga Rua "C", no sentido Sul Sudoeste;
Sem Informações

RUA JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS

Extensão: 200 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1775/2002

Joaquim Ribeiro dos Santos, filho de Raulino Ribeiro dos Santos e de Maria Gonçalves Cordeiro, nasceu em Caçador, no dia 11 de agosto de 1922.

Aqui trabalhou na linha férrea, sendo assim um dos colaboradores no desbravamento desta cidade. Era bisneto do fundador de Caçador, Francisco Corrêa de Mello.

Casou-se com Iracema Maria Gomes dos Santos, com quem, numa duradoura união, teve 12 filhos. Dez destes permaneceram na roça até a idade adulta e enfrentaram junto com os pais as dificuldades da época.

Joaquim Ribeiro dos Santos trabalhou na agricultura e foi um grande colaborador no desenvolvimento da comunidade do Cerro Branco, onde residia, participando ativamente dos trabalhos na construção da igreja, do pavilhão e da escola.

Permaneceu na comunidade até os últimos dias de sua vida, que foram marcados por problemas de saúde, que levaram-no à morte no dia 20 de maio de 1993, aos 70 anos de idade, vítima de carcinoma.

A rua Joaquim Ribeiro dos Santos fica exatamente ao lado da rua Iracema Maria Gomes dos Santos, eternizando a união do casal que permaneceu unido por toda a vida.

RUA JOINVILLE

Extensão: 510 metros

Bairro: Bom Jesus, dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Joinville é o mais populoso município do estado de Santa Catarina, sendo um dos dois casos no Brasil em que a maior cidade não é a capital. O estado do Espírito Santo também tem esta característica. Localiza-se a cerca de 330 quilômetros de Caçador, no nordeste do estado. A cidade ostenta vários

epítetos, dentre eles "Manchester Catarinense", "Cidade das Flores", "Cidade dos Príncipes", "Cidade das Bicicletas" e "Cidade da Dança". É ainda, conhecida por sediar o Festival de Dança de Joinville e a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

No dia 1º de maio de 1843, a princesa Dona Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I, casou-se com o terceiro filho do Rei da França, Luís Felipe I, que tinha o título de “príncipe de Joinville”, François Ferdinand. A princesa recebeu como dote de casamento um pedaço de terra próximo à colônia de São Francisco, hoje a cidade de São Francisco do Sul. Ressalte-se que o desejo da coroa francesa era que estas terras fossem na região norte do Brasil, próximas à Guiana Francesa, o que acabou não acontecendo.

No entanto, em 1848, o rei da França foi destronado e seu filho François se refugiou na Inglaterra. Ao começar a sofrer dificuldades financeiras, vendeu parte do território ao então dono da Sociedade Colonizadora Hamburguesa, o senador alemão Christian Mathias Schroeder, oito das 25 léguas recebidas como dote. O senador lançou, então, um projeto de povoação de parte desse território. Em 1852 foi decidido que a incipiente colônia, predominantemente alemã, seria batizada em homenagem ao príncipe, com o nome de Joinville.

Uma residência de verão foi construída para abrigar o príncipe e a princesa de Joinville, com um caminho de palmeiras em frente à casa. Entretanto, nenhum dos dois chegou a conhecer a cidade. A casa que foi construída para os príncipes atualmente é o "Museu Nacional de Imigração e Colonização – Palácio dos Príncipes de Joinville", e a via à sua frente tornou-se a Rua das Palmeiras, hoje ponto turístico da cidade.

Entre as décadas de 1950 e 1980, a cidade tornou-se essencialmente industrial, ficando conhecida como "Manchester Catarinense", como referência e comparação à pujante cidade inglesa.

Na cultura, diversos eventos tradicionalmente ocorrem em Joinville. A “Festa das Flores” ocorre anualmente desde 1939. Vários museus e, especialmente o “Festival de Dança de Joinville”, que ocorre desde 1983 e é considerado o maior evento do gênero do mundo.

RUA JONATHAS ISAC OLIENIK

Extensão: 150 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2923/2012

Jonathas Isac Olienik, filho de Carlos Alberto Olienik e de Tânia Regina de Lima Olienik, nasceu em Caçador, em 11 de julho de 1987.

Solteiro, concluiu os estudos de segundo grau. Trabalhou na Indústria de Móveis Rotta Ltda. no cargo de Administrador de Produção. Na Primo Tedesco SA, como inspetor de qualidade, no Hotel Sulzback e Cia Ltda., como recepcionista e no hotel Marina Camboriú Ltda., como recepcionista.

Jonathas Isac Olienik faleceu no dia 22 de outubro de 2011, aos 21 anos de idade. Pilotava uma motocicleta na Avenida Aristilano Ramos quando foi atingido por um veículo em alta velocidade ocasionando sua morte instantaneamente. Moto e vítima foram arrastados por mais de 70 metros.

RUA JORDÃO GRANEMANN

Extensão: 470 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 2016/2003

No ano de 2003, 4 projetos de lei foram aprovados na Câmara Municipal de Caçador, alterando denominações de vias públicas. Foram elas: Rua Itororó – alterada para Rua Victor Baptista Adami; Rua Arroio Trinta – alterada para Rua Jordão Granemann; Rua Iara – alterada para Rua Júlia Gioppo Carneiro; e Rua Jaci – alterada para Rua Salomão Gioppo Carneiro.

Não há dúvidas de que tratem-se de justas homenagens a todas estas personalidades, marcantes na história e no desenvolvimento da cidade, cada um a seu modo.

Não foi a primeira vez que alterações de denominação ocorreram, diversos outros exemplos existem, como pode ser comprovado através deste trabalho, em muitas áreas da cidade.

Entretanto, é uma prática temerária a alteração de denominação de vias públicas, pois, por mais justa que seja a homenagem a tais personalidades, uma parte da história, do planejamento e da posteridade do município é perdida. Em nenhum dos casos de alterações de nomes de vias neste ano de 2003 promoveu-se a alteração de um nome próprio, retirando uma homenagem pessoal. Mesmo assim, os fatos, locais e nomes indígenas alterados faziam parte da própria estrutura histórica e organizacional da cidade e a alteração acabou por mutilar parte da história de Caçador.

Jordão Granemann é descrito como um pioneiro do bairro (Bairro dos Municípios) e, por esta razão, os próprios moradores da então Rua Arroio

Trinta, solicitaram, através de abaixo assinado, a alteração para homenagear a este pioneiro, o que acabou ocorrendo, em 22 de dezembro de 2003.

Filho de Mathias Granemann e de Margarida Spautz, Jordão nasceu em Lebon Régis – SC, no ano de 1907.

Casado com Maria Henriqueta Heffer, teve 1 filho, José Granemann.

Jordão Granemann faleceu em 23 de novembro de 1997, aos 90 anos de idade, vítima de acidente vascular cerebral (AVC).

RUA JORGE GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 50 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2966/2012

Jorge Gonçalves Cordeiro, filho de José Luiz Cordeiro e de Ana Corrêa Gonçalves, nasceu em Caçador, em 30 de outubro de 1916.

Casado com Nair da Silva Cordeiro, com quem teve 15 filhos: Dirce, José, João Maria, Terezinha, Jandir, Sueli, Getúlio, Cleusa, Sirlei, Jandira, Ivanilde, Rosane, Dirlei, Juarez e Sirlei.

Criou seus filhos em sua atividade como agricultor. Neto do fundador de nossa cidade, que ele amava muito e se recordava das brincadeiras que fazia com seu avô, Francisco Corrêa de Mello. Viu o município crescer e contava muitas histórias do tempo em que a cidade era coberta de pinheiros araucária. Ele se recordava muito bem de quando Caçador foi emancipado em 1934.

Jorge Gonçalves Cordeiro faleceu em 04 de novembro de 1995, aos 79 anos de idade.

(adaptado de texto de seu sobrinho, Lourenço Floriano Cordeiro, em 10/11/2012)

RUA JORGE JOÃO

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 795/1994

Jorge João, filho de João Abdalla e Gacibe Abdalla, imigrante libanês, nascido na cidade de Bazbina, distrito de Akkar, no norte do Líbano, aos 05 de janeiro de 1911.

Emigrou para o Brasil e chegou a Caçador no ano de 1926, aos 15 anos de idade. Foi mascate ambulante por alguns anos, radicando-se após como sócio da “Casa 3 Irmãos”, na atual Avenida Barão do Rio Branco.

Posteriormente desligou-se da sociedade para construir uma casa de madeira e passar a trabalhar por conta própria, fundando a “Casa São Jorge”. Em 1944 construiu, agora em alvenaria, o edifício existente até os dias atuais, na esquina da Avenida Barão do Rio Branco com a atual Rua Carlos Sperança, para abrigar a sua “Casa São Jorge”.

Casou-se em 10 de fevereiro de 1934, na cidade de Rebouças – PR, cidade em que residia a família de sua esposa, Adélia Thomé, com quem teve três filhos: Munir, Leila e Anuar.

Jorge João trabalhou, no balcão de sua loja, até 45 dias antes de seu falecimento, ocorrido em 07 de outubro de 1993.

(adaptado de texto de seu filho, Anuar João, em 22/03/1994)

RUA JORGE MEIRELLES

Extensão: 250 metros

Bairro: Martello

Lei 1862/2002

Jorge Meirelles, filho de Conceição Rodrigues, nasceu em Caçador no ano de 1919. Trabalhou toda a sua vida na agricultura até aposentar-se.

Casado com Carmelina Soares Meirelles, com quem teve 7 filhos.

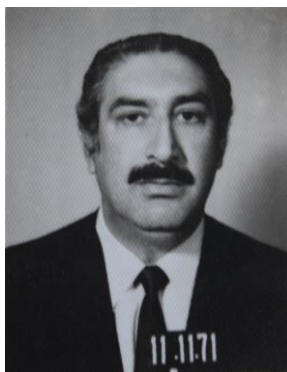
Jorge Meirelles faleceu no dia 24 de abril de 1999, aos 79 anos de idade.

RUA JORGE THOMÉ

Extensão: 110 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 490/1991



Jorge Thomé nasceu em Rebouças – PR, aos 11 de novembro de 1926, filho de Abdalla José Thomé, natural do Líbano e Zaquie Elias Ader, natural da Síria. Faleceu no dia 25 de julho de 1986, em acidente de trânsito no estado do Paraná. Casou-se com Lourdes Berto Thomé e deixou os filhos: Carmen Lúcia Thomé Fabiani, Marlua Aidê Thomé Elias, Lismara Aparecida Thomé El Ward, Lourdes Marlise Thomé Berton e Giorgia Catarina Thomé Roaris.

Residindo em Caçador desde 1936, estabeleceu-se com seus familiares no distrito de Taquara Vende, com indústria extrativa de madeiras de propriedade de seu pai.

A partir de 1945, conjuntamente com seus familiares, transferiu-se para Caçador, estabelecendo-se com indústria extrativa de madeiras, inclusive como motorista de sua própria indústria, percorrendo todo o rincão de Santa Catarina, em especial a Itajaí, visando a exportação de madeiras, além de transportar seus produtos para todo o território nacional.

Sempre participou da vida política, social e humanitária de sua querida Caçador, que de braços abertos acolheu-o bem como a toda a sua família, que ainda residem no município. Teve participação ativa em todos os movimentos, visando ao engrandecimento da cidade, ligação com a BR 116, durante o governo Ivo Silveira, instalação do Colégio Estadual, melhorias para o Hospital Jonas Ramos, e auxílio às vítimas das enchentes, que afligiram o território catarinense. Sua atividade política, sempre foi em prol do engrandecimento da cidade, sempre cobrando de seus amigos ocupantes de cargos de destaque na vida política estadual, ou nacional, para que Caçador, além de ser polo de desenvolvimento, fosse a sede de região administrativa, numa batalha constante com lideranças políticas de cidades vizinhas. Um fato marcante de sua personalidade política foi o de nunca ter se candidatado a qualquer cargo, pois julgava que seu auxílio ou colaboração independia de cargo eletivo ou poder. Entretanto, como elemento partidário, sempre foi leal a seus companheiros e principalmente à sigla partidária a qual estava filiado. Sua palavra estava sempre acima de qualquer interesse pessoal ou mesmo financeiro.

Participou ativamente da campanha para vereador de seu sobrinho, Munir Jorge João, que recebeu da comunidade caçadorenses a maior votação individual de toda a história, em relação ao quórum eleitoral.

Sempre dedicou amor à cidade de Caçador e a seus habitantes, desde o mais humilde até o mais bafejado pela sorte. Adorava o torrão caçadorenses como sua terra natal, tendo mais valor ainda por ser uma opção de vida e não uma obrigação.

RUA JOSÉ AGUSTI

Extensão: 330 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 3236/2015

José Agusti, filho de Gisfredo Agusti e de Dina Caramori Agusti, nasceu em Guaporé – RS, em 27 de janeiro de 1919.

José e alguns familiares vieram para Caçador em 1937, ele com 18 anos fixou residência na linha Cará. Inicialmente trabalhou na serraria da família Pelizzaro e mais tarde em outra serraria, a do Pegoraro. Em 1938, juntamente com seu irmão Lázaro, construíram uma das obras marcantes da linha Cará, a primeira escola de ensino regular.

Suas preocupações eram, sobremaneira, que as crianças daquela comunidade tivessem um lugar apropriado para desenvolver seus estudos e seus intelectos. José, que aprendera a ler e escrever praticamente de maneira autodidata, sem muitos recursos, tendo como um dos principais materiais didáticos uma pedra lousa (não havia cadernos) e uma cartilha manuscrita que ele tanto referenciava, a Selecta. Autodidatismo que acabaria por se tornar uma das marcas registradas de José; ao desenvolver suas habilidades na mecânica, na eletricidade, nas invenções e na própria agricultura.

Por morar muito próximo de Olga Rosa Turatti, que também veio do Rio Grande do Sul e estabeleceu-se na linha Cará, o encontro foi inevitável, bem como enamorarem-se um pelo outro e, dois anos depois do primeiro encontro, no dia 13 de fevereiro de 1943, subiram ao altar na antiga igreja Matriz de Caçador, Olga Turatti e José Agusti. Olga e José fixaram residência às margens do rio Jacutinga, na mesma linha Cará, local onde residiram por toda a vida. Tiveram 6 filhos, Vilma, Ivo, Osvaldo, Osmar, Hermes e Diles.

Por mais 6 anos José trabalhou na serraria, e em 1949 iniciaria nova jornada que seria marca indelével da família, o cultivo da terra. A partir de então, toda a família passou a dedicar-se com esmero para com a agricultura de vários cultivos, entre eles: uva, milho, trigo e feijão. Como não poderia deixar de ser, e mantendo-se fiéis às origens italianas, a partir da produção de uvas, veio também a produção do bom e velho vinho dos Agusti.

A família Agusti, na década de 1960, foi uma das sócias fundadoras da antiga Cooperativa Agrícola de Caçador Ltda. José foi um sócio atuante de modo que orientava outros sócios produtores de uva a produzirem com maior qualidade a fim de melhor atender o mercado consumidor, do sudeste brasileiro e até mesmo para o exterior.

Não bastasse isso, Olga e José participaram da fundação da feira livre que, em seus primeiros tempos, ocorria na avenida principal do município, em frente aos bancos. Após algum tempo a feira mudou-se para a Avenida Santa Catarina e ocorria em frente à prefeitura municipal. Só depois é que foi construído um local mais apropriado para a realização da feira livre, o qual ainda hoje, se faz realizar na rua Aristiliano Ramos, a popular Beira Rio, ficando assim como mais um legado histórico-social deste casal desbravador.

Como fundadores e produtores rurais participavam ativamente da feira, com iguarias coloniais e quitutes preparados por dona Olga. Instalaram o que chamavam de “a banca do cafezinho”, com cucas e deliciosos sonhos feitos e recheados por dona Olga. Fizeram muito sucesso na cidade, pelo qual até os dias de hoje os filhos são interpelados a fim de saber sobre os gostosos sonhos de dona Olga.

Além disso, comercializavam na feira, vinho, salame, frutas, verduras e toda a sorte de produtos produzidos em seu sítio. Com o passar dos tempos o dificultoso deslocamento pelas madrugadas afora, feito em carroça para chegar até a feira, foi substituído pelo automóvel. Com fruto de tanto trabalho foi adquirido o famoso “jipe alaranjado”, tão conhecido em Caçador e que por mais de 50 anos esteve com o casal. Por quase duas décadas participaram avidamente deste importante empreendimento do município de Caçador, a feira-livre.

José e Olga foram, definitivamente, um casal ativo e participativo na sociedade de Caçador, e mais ativos e participativos ainda na comunidade onde viviam, na Linha Cará. Por inúmeras vezes fizeram parte da comissão executiva organizadora da comunidade, e fizeram parte da comissão da capela.

Tanto Olga quanto José participaram e ajudaram muito na organização e realização de festejos e eventos na linha Cará, contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento daquela importante comunidade social e econômica de nosso município. Não obstante, ainda hoje, permanece erguida naquela comunidade, uma cruz de madeira construída por José e um amigo, Adolfo Tomazi, no ano de 1946.

No ano de 2004 o casal foi homenageado com um troféu de menção honrosa por parte da Câmara Legislativa Municipal, e em 2005, José recebeu o troféu “Colono Desbravador”. Em 2010 foi a vez da comunidade do Cará render-lhes homenagens, ao reverenciá-los por serem o casal mais idoso da comunidade.

José foi um homem bondoso, calmo e de um imenso coração. Trabalho e honestidade são suas marcas indeléveis, mas não somente. Cite-se a dedicação à família, a bondade na bruta lida diária, o cuidado com as plantas e animais. Não foram palavras ditas por ele, foram atitudes presenciadas por nós.

O casal Agusti, ainda em 2014, comemorou no dia 13 de fevereiro, 71 anos de casamento. Pouco mais tarde, no dia 24 de maio de 2014 dona Olga faleceria, e pouco mais tarde, no dia 25 de novembro do mesmo ano, aos 95 anos de idade, José também partiria para outra morada.

(adaptado de texto de seus filhos)

RUA JOSÉ ANTÔNIO PIVATO

Extensão: 220 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 444/1991

José Antônio Pivato nasceu a 04 de fevereiro de 1939, no município de Gaurama – RS. Filho de Domingos Pivato e Leocádia Kerber Pivato, era casado com Marta Elvira Ristau Pivato.

Chegou em Caçador em dezembro de 1945.

Iniciou seus estudos em 1946, no Grupo Escolar Professor Paulo Schieffler, concluindo em 1951 o primário. Após o primário, passou a estudar no Ginásio Aurora, onde concluiu o ginásio em 1955, e na mesma escola, formou-se em Técnico em Contabilidade no ano de 1958. Formou-se, também em Supervisor de Segurança do Trabalho em 1975.

Seu primeiro trabalho, com apenas 15 anos, foi na empresa A Motolândia S.A. Indústria e Comércio, onde desempenhava as funções de auxiliar de escritório.

Em 1956, iniciou suas atividades no Serviço Público Estadual, no Departamento de Estradas de Rodagem, 12º Distrito de Caçador, na função de Contínuo de Escritório, galgando diversos postos, dentro da repartição, até chegar como Encarregado de Expediente e Contabilidade, aposentando-se em 1984.

Em 1985, apesar de aposentado, iniciou como Assistente de Administração na FUCADESC de Caçador, permanecendo até seu falecimento.

Fez parte da diretoria do Clube de Campo Aurora, do Grêmio Esportivo DER/SC e da Sociedade Caçadoreense de Bochas, por três gestões.

Foi presidente do PX-Clube de Caçador, onde prestou serviços à comunidade por ocasião das enchentes de 1983 e quando das campanhas das vacinações infantis.

Foi sócio fundador da Pivato Tristão Com. Repres. Ltda. – Stylus Magazine, atuando no ramo de confecções em 1984.

Foi fotógrafo e rádio-amador em suas horas de folga.

Foi uma pessoa que nunca se negou a prestar serviços à comunidade, quando era solicitado. Honesto, trabalhador, muito organizado em todas as atividades que exercia.

Devido a sua personalidade forte, sempre defendeu com convicção suas opiniões, até às últimas consequências, obtendo com isto muitas vezes controvérsias entre seus opositores e amigos, mas nunca deixando de ganhar o respeito e admiração, pois sua linha de coerência era sempre a mesma.

Deixou duas filhas, Laura Jane Ristau Pivato e Mara Lane Ristau Pivato e faleceu em 02 de abril de 1991, em Caxias do Sul – RS.

RUA JOSÉ ANTÔNIO SALAMONI

Extensão: 40 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 769/1994



José Antônio Salamoni, nascido aos 13 de fevereiro de 1912 em Farroupilha, então distrito de Caxias do Sul – RS, filho de Masimiliano Salamoni e Ângela Damiali, chegou a Caçador no ano de 1935, acompanhado de sua esposa, Olívia de Carli Salamoni e um filho.

A vinda até Caçador foi realizada em uma carroça puxada por 6 mulas, durando cerca de 25 dias de viagem.

Inicialmente, estabeleceu-se na localidade próxima à “Serraria do Pelissaro”, onde sua esposa deu à luz mais dois filhos. Após, foi para a localidade do “KM 14”, na estrada para Palmas, para construir a serraria para a família Baú. Lá, sua esposa deu à luz mais dois filhos. Posteriormente, residiu no “KM 33”, onde concluiu sua família de seis filhos, tendo sua esposa dado à luz ao último filho. Nesta localidade, adquiriu a firma Cenatti & Cia., que passou a ser chamada de “Salamoni e Filho Ltda.”.

A partir de 1959, quando adquiriu a firma Cenatti, dedicou-se exclusivamente à atividade madeireira, efetuando aquisições de imóveis rurais com reservas nativas para garantir o suprimento de matéria prima para a serraria. Implementou esta filosofia, que foi seguida por seus filhos.

Atualmente, a empresa adquirida em 1959 por José Antônio Salamoni denomina-se Madeiras Salamoni Ltda.

Seus filhos são: Reinaldo Antônio Salamoni, Horácio Ângelo Salamoni, Olmar José Salamoni, Rui Luiz Salamoni, Edir Maria Ferreira e Evali Terezinha Salamoni Pozza. Após a viuvez, José Antônio Salamoni casou-se, em segundas núpcias, com Claudina Kutcher Salamoni.

José Antônio Salamoni faleceu no dia 22 de dezembro de 1990, aos 78 anos de idade.

RUA JOSÉ BENTO TRISTÃO

Extensão: 170 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 212/1988

José Bento Tristão nasceu aos 21 de julho de 1900, na Colônia Angelina, município de São José – SC, filho de Bento Tristão e Caetana Thomasia da Silva.

Era casado com: Maria Herondina Tristão, com quem teve três filhos, Waldir José Tristão, Adir José Tristão e Luiz Carlos Tristão.

Ainda menino se transferiu com a família para Bom Retiro. Seu primeiro trabalho foi como estafeta (uma espécie de “carteiro” da época) de Bom Retiro a Florianópolis, para a seguir ser carroceiro, fazendo carretos, levando mel, charque e fumo de Bom Retiro e trazendo sal, tecidos e outros da época de Florianópolis. Fixou-se mais tarde na terra como lavrador.

Por volta de 1941, mudou-se para Lages, onde iniciou atividade de hoteleiro e comerciante, com seu estabelecimento, chamado na época de “Mercadinho” (gêneros alimentícios).

Em meados de 1952, transferiu-se para Caçador, atraído pelas notícias que nesta cidade o desenvolvimento caminhava a passos largos. Aqui chegando procurou seguir o ramo de hoteleiro. Posteriormente dedicou-se, com um pequeno estabelecimento comercial à venda de produtos alimentícios, pelo qual se aposentou.

Sempre foi pessoa perseverante e honesto com tudo que fazia. Era considerado pelas opiniões que emitia, bem como pelo auxílio que prestava à sua comunidade.

RUA JOSÉ BOITEUX

Extensão: 300 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944



José Artur Boiteux (09/12/1865 – 17/02/1934) foi jornalista, historiador e advogado. Apesar de seu sobrenome de origem suíço-francesa, nasceu na capital de Santa Catarina, Desterro (atual Florianópolis). É considerado o patrono do ensino superior em Santa Catarina.

Tal título deve-se ao fato de ter sido um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 11 de fevereiro de 1932, juntamente com Henrique Fontes, Othon da Gama Lobo d'Eça, Nereu Ramos, Alfredo von Trompowsky e Fúlvio Aducci.

Aqueles que já andaram pela região central de Florianópolis irão reconhecer todos estes nomes nas ruas daquela cidade.

É da autoria de José Boiteux a criação, em 30 de outubro de 1920, da Sociedade Catarinense de Letras, que originou, em 1924, inspirada na Academia Brasileira de Letras, a Academia Catarinense de Letras.

Certamente seu falecimento no mesmo ano da fundação do município de Caçador influenciou a adoção de seu nome em uma rua que, a despeito de sua relativamente pequena extensão e largura, por muitos anos foi o centro comercial da cidade, única via de acesso à ponte que ligava à antiga Vila Santelmo. Também foi a primeira rua de Caçador a receber pavimentação com paralelepípedos.

RUA JOSÉ BONIFÁCIO

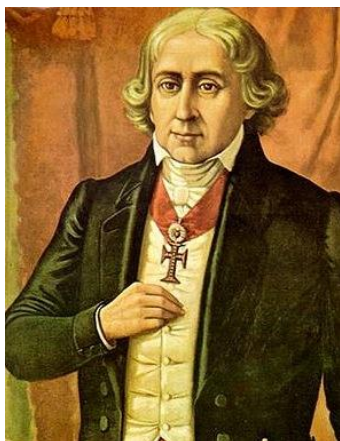
Extensão: 360 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966

José Bonifácio de Andrada e Silva (13/06/1763 – 06/04/1838), conhecido como o “Patriarca da Independência”, além de um estudioso, pesquisador e catedrático professor especialmente da área da mineralogia, também foi um estadista brasileiro, tendo assumido destaque incontestável nos acontecimentos que envolveram o processo de independência do Brasil. Sua trajetória de vasto conhecimento cultural e científico, participação no processo

de independência de seu país e no início do governo independente lembram em muito a história de Benjamin Franklin, nos Estados Unidos.



Oriundo de rica família da cidade de Santos, José Bonifácio frequentou cursos em São Paulo e também na Universidade de Coimbra em Portugal, para onde foi com 20 anos de idade. Na Europa, paralelamente a seus estudos, teve contato com os ideais da Revolução Francesa e com a recente independência dos Estados Unidos. Estes ideais viriam a fazer parte de suas convicções e pensamentos.

Demonstrou aptidão pela mineralogia e história natural, o que o fez empreender, às custas do Erário Real português, uma excursão científica pela Europa, adquirindo conhecimentos e passando de um dedicado estudante a respeitado mestre em sua área.

Retornando a Portugal, ocupou a cátedra de Metalurgia da Universidade de Coimbra, especialmente criada para ele. Exerceu também postos de comando militar, especialmente na defesa das cidades de Coimbra e Lisboa quando da invasão das tropas francesas a Portugal, que desembocaram na ida da corte para o Brasil em 1808.

Retornou ao Brasil em 1819, com 56 anos. Tinha passado trinta anos na Europa e o país que deixara como uma colônia, agora era Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, e a sede da monarquia. Mesmo assim, viu que muitas das coisas que havia deixado para trás continuavam como estavam, especialmente a questão da escravidão.

Em 1820 assumiu o título de conselheiro do reino e, com a volta de Dom João VI a Portugal em 1821, começou a assumir um papel preponderante na construção da Independência do Brasil.

Percebendo movimentos oriundos de Lisboa que tentavam a todo custo estabelecer normas e leis que objetivavam fazer com que o Brasil voltasse a ser tratado como colônia, promovendo divisões entre as províncias e solapando o poder e a influência do príncipe regente, Dom Pedro de Alcântara, José Bonifácio iniciou um movimento de reconhecimento da autoridade do príncipe regente e não das Cortes portuguesas.

Dentre suas idéias e princípios que previam o estabelecimento de um governo geral sob o comando do príncipe regente, aparece pela primeira vez o conceito de criação de uma cidade no centro do Brasil para exercer a função de capital e centro administrativo.

Entretanto, em 9 de dezembro de 1821, chegaram ao Rio os textos dos últimos atos das Cortes que criavam governos provinciais anárquicos e independentes, mas sujeitos a Portugal, determinando o regresso o quanto antes de D. Pedro para uma viagem, incógnito, aos reinos de Espanha, França e Inglaterra. Nada mais poderia manter a ilusão da continuidade do sistema de reino unido. As Cortes pretendiam anular a obra de D. João VI, fazendo de cada província brasileira uma província de Portugal.

José Bonifácio foi o principal articulador de um movimento que acabou por alterar a disposição inicial de Dom Pedro de ceder aos interesses portugueses e passar a aceitar a condição desejada pelos brasileiros, a de fundar um novo Império no Brasil. Uma carta sua ao príncipe não deixa dúvidas sobre sua enérgica posição, quase em tom de ameaça:

"É impossível que os habitantes do Brasil que forem honrados e se prezarem de ser homens, e mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos. V. A. Real deve ficar no Brasil quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes não só para nosso bem geral mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal. Se V. A. Real estiver atraído (o que não é crível) pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 19 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o céu, do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil".

A carta chegou às mãos do príncipe no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1822. Oito dias depois, acatando o conteúdo desta carta, Dom Pedro de Alcântara, então príncipe regente do Brasil declarava: *"Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico!"*.

Em 17 de janeiro de 1822, José Bonifácio era nomeado como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino - o primeiro brasileiro a ocupar um cargo semelhante. A partir daí os ideais de José Bonifácio foram se fazendo cada vez mais compartilhados pelo príncipe.

Diversos fatos se sucederam neste ano de 1822, tornando cada vez mais insustentável a união de Brasil e Portugal. Em 14 de agosto, Dom Pedro partiu em viagem à província de São Paulo e no final deste mês, chegaram ao Rio de Janeiro três navios de Lisboa, com notícias de que as Cortes tinham decidido reduzir o príncipe a simples delegado temporário, e mandariam processar todos quantos tivessem procedido contra sua política, visando atingir José Bonifácio.

Diante dos acontecimentos, José Bonifácio enviou ao príncipe uma carta, em que se lia:

"O dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V.A. quanto antes e decida-se, porque irresoluções e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem e um momento perdido é uma desgraça".

O emissário, Paulo Emílio Bregaro, encontrou D. Pedro que voltava de Santos, leu os papéis, demonstrou sua grande indignação, e, ao encontrar a Guarda de Honra que o esperava nas margens do riacho Ipiranga, comunicou que as Cortes queriam "massacrar" o Brasil. Eram quatro e meia da tarde de 7 de setembro de 1822, e o príncipe, num verdadeiro brado, exclamou: *"É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal"*.

A influência e comando de José Bonifácio se fizeram sentir nos momentos seguintes à independência, organizando o recém criado país e tomando parte em uma Assembléia Constituinte. No entanto, pressões políticas o fizeram ser destituído do cargo de Ministro em julho de 1823 e terminaram com a dissolução da Assembléia Constituinte em novembro deste ano. Historiadores comentam que uma das grandes influências a este rompimento de Dom Pedro com José Bonifácio teria sido a amante do agora Imperador, Domitila de Castro Canto e Melo, que mais tarde receberia o título de marquesa de Santos, numa clara provocação a José Bonifácio que era natural desta cidade.

José Bonifácio foi preso e condenado ao exílio, em 20 de novembro de 1823. Diante das graves e sérias instabilidades políticas e sociais, Dom Pedro revogou seu banimento e José Bonifácio retornou ao Brasil em 1829, restabelecendo sua amizade e influência perante o Imperador. Diante da instabilidade também em Portugal, Dom Pedro deixou o Brasil em 1831, abdicando do trono em favor de seu filho, que contava com cinco anos de idade, o futuro D. Pedro II. O imperador assinou um decreto em que nomeava *"tutor dos meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo"*.

No entanto, não teve muita oportunidade de influenciar o seu pupilo, pois logo em seguida, movimentos das regências trinas e a conturbação política daqueles tempos logo viram em José Bonifácio um representante de Dom Pedro I e alguém a ser combatido.

José Bonifácio abandonou a vida política e passou o restante de seus dias em reclusão, em sua casa na ilha de Paquetá, dentro da Baía da Guanabara.

RUA JOSÉ CESÁRIO GUZZI

Extensão: 1.100 metros

Bairro: Figueroa

Lei 925/1995

José Cesário Guzi, (documentalmente, a grafia de seu sobrenome seria esta, com apenas um “z”, mas tradicionalmente utiliza-se a grafia com dois “zz”) filho de Andréa Guzi e Eliza Rebelatto, nascido aos 19 de fevereiro de 1907, em Bento Gonçalves – RS.

Trabalhou durante muitos anos como agricultor e pecuarista em Tangará – SC. Foi membro ativo em sua comunidade, colaborando sempre com as Diretorias das Igrejas, como membro efetivo das mesmas.

Casado com dona Ignez Lúcia Fadani Guzi, com quem teve 10 filhos: Delcir, Dorvalino, Nadir, Delvino, Gema, Elza, Vilma, Valdomiro, Normélio e Avelino.

Em meados de 1962, fixou residência em Caçador, estabelecendo-se no ramo do comércio. Foi um dos pioneiros na área de supermercados nesta região.

Homem de fibra, que trabalhou muito durante anos e deixou seu legado através do “Supermercado Guzzi”, que até hoje leva seu nome e engrandece o município de Caçador.

Faleceu aos 08 de novembro de 1987, aos 80 anos de idade, vítima de Acidente Vascular Cerebral (AVC).

A designação de uma rua “José Cesário Guzzi” já havia sido feita através da lei 585/1992, para uma via projetada no bairro Berger. Diante da não implementação, em 1995 a lei de 1992 foi revogada, dando lugar a esta lei, estabelecendo a homenagem em uma via do bairro Figueroa.

RUA PADRE JOSÉ CHAMOT

Extensão: 200 metros

Bairro: Gioppo

Lei 05 A/1984

Padre José Chamot nasceu na aldeia de Ollieres (Alta Savóia – França), no dia 20 de julho de 1901. Concluiu seus estudos secundários e universitários em Fribourg (Suíça), onde foi ordenado sacerdote em 11 de julho de 1926.

Chegou ao Brasil em setembro de 1927. Iniciou seu ministério sacerdotal em Itu – SP. Em 1928 é nomeado capelão dos Irmãos Maristas em Mendes – RJ. Em 1932 é transferido para a paróquia de Santa Terezinha no Bosque da Saúde, bairro de São Paulo.

Pelos anos de 1939 – 1940, o Padre José Chamot chega em Caçador para trabalhar na paróquia São Francisco de Assis. Durante 42 anos, o Padre José

Chamot esteve ao serviço do povo caçadoreense, percorrendo a cavalo todas as capelas da paróquia e do município.

Em 1948, quando a Catedral ainda está em plena construção, Padre José é nomeado vigário, permanecendo no cargo até 1952. Iniciou a construção do Salão Paroquial. A partir de 1952, Pe. José assume o ministério da capela do Ginásio Aurora e outras capelas do interior. Entre os anos de 1966 e 1970, deu sua colaboração no Seminário São Francisco de Sales, ajudando em particular a intensificação das culturas agrícolas.

A partir de 1970 é nomeado capelão do Hospital Jonas Ramos, permanecendo em função neste ministério junto aos doentes até a sua morte, no dia 11 de setembro de 1982.

Padre José Chamot ficou na lembrança do povo como sendo o missionário dos pequenos, da gente humilde das capelas do interior, sempre aconselhando, partilhando e amenizando, enfim, procurando evangelizar o povo de nossa terra.

RUA JOSÉ CORRÊA GONÇALVES

Extensão: 360 metros

Bairro: Martello

Lei 1177/1997

José Corrêa Gonçalves, filho de Gabriel Gonçalves do Nascimento e de Bernardina Corrêa Gonçalves, nasceu em Caçador no dia 13 de outubro de 1913.

Casado com Albina Novaki Gonçalves, teve 9 filhos: Moacir José Gonçalves, Neoli Terezinha Gonçalves, Janete Ap. Gonçalves Machado, Geny Gonçalves Pereira, Valderes Maria Gonçalves Terêncio, Luci Gonçalves Seviere, Odinéia de F. Gonçalves Nunes, Neusa Gonçalves Machado e Maurem Albina Gonçalves.

Trabalhou com transporte de cargas, com caminhão e também como taxista. Participou dos movimentos da Revolução de 1930.

José Corrêa Gonçalves faleceu em 26 de setembro de 1990, aos 76 anos de idade.

RUA JOSÉ DE LEMOS BRAGA

Extensão: 330 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 25/1980

José de Lemos Braga, filho de Francisco de Lemos Braga e de Maria Júlia Braga, nasceu em Gravataí – RS, no ano de 1906.

Casou-se com Ida Barista Braga. Faleceu em 26 de outubro de 1980, aos 74 anos, em decorrência de problemas renais e pulmonares.

RUA JOSÉ DE SOUZA TRINDADE

Extensão: 300 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 499/1991

José de Souza Trindade, nascido em 14 de fevereiro de 1896, na cidade de Vacaria – RS. Filho de Martinho Inácio da Trindade e de Ambrosina de Souza Trindade. Foi membro, portanto, de uma das primeiras famílias a habitar Caçador.

Residia no Distrito de Taquara Verde, onde desempenhou as funções de Delegado Intendente, além de sua profissão de selador.

Faleceu no dia 19 de junho de 1969, aos 73 anos de idade.

RUA JOSÉ EDGAR THOMÉ

Extensão: 380 metros

Bairro: Berger

Lei 376/1990

José Edgar Thomé, nascido aos 13 de setembro de 1925, em Gaurama – RS, descendente de imigrantes alemães, veio de sua cidade natal para Caçador em 12/01/1952, juntamente com sua esposa, Inglezina Covatti Thomé, sendo um dos que acreditaram e confiaram na prosperidade da região.

Em Caçador, estabeleceu inicialmente um comércio na Rua José Boiteux, transferindo-se posteriormente para a popularmente chamada “Rua dos Tocos” (Avenida Senador Salgado Filho), tornando-se um dos primeiros comerciantes desta rua.

Atuou ativamente com seu labor, participando e envidando esforços, impulsionando o progresso e prosperidade desta comunidade caçadoreense. Com o passar do tempo transferiu suas atividades profissionais para a indústria Madeireira Sincol S/A, onde trabalhou até meados de 1984.

No período de 1984 a 1990, desfrutou merecidamente de aposentadoria no sossego do lar, juntamente com seus familiares, frutos da terra, composta de esposa, quatro filhos, dois genros, nora e quatro netos. Acometido de doença incurável, pereceu em 18 de agosto de 1990, nesta cidade de Caçador.

Filhos: Lourdes Terezinha Thomé
Celso Luiz Thomé
Leila Salete Thomé da Silva
Dilson Edgar Thomé

RUA JOSÉ FERREIRA

Extensão: 150 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2816/2011

José Ferreira, filho de João Ferreira e de Sebastiana Pires, nasceu em Curitiba – SC, em 21 de dezembro de 1929.

Casado com Júlia Alves Ferreira, teve 3 filhos: Antônio, Nadir e Romildo.

José Ferreira faleceu em 02 de março de 2011, aos 81 anos de idade, em decorrência de insuficiência respiratória.

RUA JOSÉ GIOPPO

Extensão: 1.200 metros

Bairro: Gioppo, Bello

Lei 12/1950



José Gioppo, nasceu em Squio, na Itália, em 28 de março de 1889 e faleceu em Caçador em 7 de julho de 1928. Casado com Margarida Caretta Gioppo, deixou os seguintes descendentes: Maria, Miguel, Benjamin, Silvio, Judite, Júlia, Emilia, Júlio, Alfredo, 65 netos e mais de 150 bisnetos, e dois tataranetos, à época de seu falecimento.

Veio como imigrante para o Brasil no ano de 1889, com a idade de 20 anos. Fixou residência em Morretes, estado do Paraná, onde, com 27 anos, casou-se.

No ano de 1909, mudou-se com a família para Porto União, onde residiu por dez anos, exercendo o comércio. Veio para Caçador em fevereiro de 1919, quando juntamente com Luiz Tortatto, constituiu a firma "TORTATTO GIOPPO", serraria pioneira desta região.

Mais tarde, depois de dissolvida a sociedade com Luiz Tortatto, dedicou-se ao comércio e a agricultura. Montou um Moinho de trigo e milho, ainda uma “atafona” de mandioca. Com o Sr. Luiz Tortatto, abriu uma picada que hoje se tornaram as ruas Luiz Tortatto, José Gioppo, Fernando Machado e Osório Tirmmermann.

Dedicou-se um largo período de sua vida, em tentativas da descoberta do "Moto Continuo" (*espécies de máquinas hipotéticas que reutilizariam perpetuamente a energia gerada pelo seu próprio movimento – princípio entendido como impossível pela física*), construiu ainda a primeira ponte sobre o Rio Caçador. Cooperou com frei Rogério, frei Gregório e frei Osmundo, na evangelização (assistência religiosa) do povo da região de Caçador. Ainda na Itália, seguiu vida sacerdotal por pequeno espaço de tempo.

Era um homem muito social, abnegado, lutou pelo progresso de Caçador, sendo dos seus mais valorosos desbravadores.

RUA JOSÉ GLUSZCZAK

Extensão: 230 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1273/1998

José Gluszcza, filho de Simão Gluszcza e de Paulina Gluszcza, nascido em Malet – PR, casado com Antonina Wisniewski Gluszcza.

Casaram-se em Paulo Frontin, comarca de Malet – PR, onde José exercia a profissão de alfaiate. Neste local nasceu seu primeiro filho, Virgínio Zonei Gluszcza.

Incentivado por seus sogros, que já haviam transferido residência para Caçador, vislumbraram um futuro promissor para a cidade, e conseqüentemente para seus moradores. Desta forma, também vieram para Caçador, onde José iniciou suas atividades como “oficial” de alfaiate, tendo a companhia de sua esposa Antonina como costureira. Aqui nasceram seus outros quatro filhos, Zito Gluszcza, Zefredo Gluszcza, Zemir Gluszcza e Zenita Aparecida Gluszcza.

Na época, não eram comercializadas as “Fatiotas” (como eram conhecidos os trajes completos), à pronta entrega. Eram feitas sob encomenda e sob medida,

por isso eram confeccionadas nas alfaiatarias da cidade, que eram poucas e estavam sempre sobrecarregadas de encomendas.

Conhecedor do ramo, tendo experiência e prática desde o corte dos tecidos, aviamento e costura dos paletós e calças, e sendo sua esposa Antonina, costureira, prevendo futuro no ramo resolveu estabelecer-se por conta própria, o que fez na Rua José Boiteux, com sua alfaiataria e comércio de seus derivados. Surgiu assim a Alfaiataria Royal, onde José e Antonina, em regime familiar, iniciaram as atividades, primeiramente em sala alugada e posteriormente em prédio próprio, onde José tirava as medidas dos clientes, cortava os tecidos e costurava os paletós, cabendo a Antonina a tarefa de aviamento dos acessórios necessários às confecções das roupas e costura das calças.

RUA JOSÉ HONÓRIO LUIZ

Extensão: 170 metros

Bairro: Bello

Lei 601/1992

José Honório Luiz, filho de Vicente José Luiz e Maria Cândida Ozório, nasceu em 30 de agosto de 1916, na cidade de Lages – SC.

Era casado com Maria Geny Pontes Luiz, com quem teve dois filhos, João Ivanir e Iraci.

Residente na cidade de Curitiba, à época de seu falecimento, ocorrido em 28 de agosto de 1987.

RUA JOSÉ LOOS JÚNIOR

Extensão: 1.400 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

José loos Júnior, imigrante alemão, nasceu no ano de 1912 e veio ao Brasil ainda criança, acompanhado de seus pais, José loos e Amália loos.

Casou-se com Eli loos, com quem teve 4 filhos.

José loos Júnior faleceu em 14 de março de 1982, aos 69 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA JOSÉ LEWINSKI

Extensão: 110 metros (60 + 50)

Bairro: Martello

Lei 83/1986

José Lewinski, filho de Eduardo Lewinski e de Leonor Lewinski, nasceu em Porto União – SC, no ano de 1927.

Casado com Maria F. Lewinski, teve dois filhos, Terezinha Aparecida e Eduardo.

José Lewinski faleceu em 05 de outubro de 1980, aos 53 anos de idade, vítima de edema de pulmão e insuficiência cardíaca.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

A rua encontra-se interrompida, de acordo com a lei 1144/1997, que autorizou à empresa Sul Brasil a interrupção da rua para ampliação de sua unidade fabril. Portanto, a Rua José Lewinski tem dois trechos, de um lado e de outro da empresa Sul Brasil.

RUA JOSÉ LINDACIR TABORDA

Extensão: 190 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei: 2144/2004

José Lindacir Taborda, filho de Valdocy Taborda e de Maria dos Santos Taborda, nasceu em São Sebastião do Sul – SC, no ano de 1958.

Viveu sua infância na localidade da Serraria Aliança, onde trabalhava na agricultura.

Casado com Alaíde Rossa Taborda, teve dois filhos: Valdocy José e Alexandre, que nasceu com deficiência auditiva.

Veio para a cidade de Caçador em busca de melhores condições de estudo para seus filhos. Trabalhou como motorista na Prefeitura Municipal.

Fazia parte de CTGs e praticava cavalgadas.

José Lindacir Taborda faleceu em 18 de março de 1995, aos 36 anos de idade, deixando amigos e parentes sem entender os desígnios divinos.

(adaptado de texto do Vereador Neri Vezaro, em 26/08/2004)

RUA JOSÉ LUIZ CORDEIRO

Extensão: 340 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

José Luiz Cordeiro, filho de Mateus Luiz Cordeiro e de Maria Florinda Padilha, nasceu em Campos Novos – SC, no ano de 1879.

Casado com Ana Corrêa Gonçalves (filha do fundador de Caçador, Francisco Corrêa de Mello), teve 11 filhos: Sebastião, José, Joaquim, Ireno, Amazonas, Maria, Riva, Jorge, Silvério, Nardina e Bernardina. Exerceu as atividades de fazendeiro durante toda a sua vida.

José Luiz Cordeiro faleceu em 28 de dezembro de 1939, aos 60 anos de idade, vítima de úlcera gástrica e icterícia, tendo como declarante de seu óbito junto ao cartório o senhor Carlos Sperança, que havia deixado o cargo de Prefeito Municipal pouco antes.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA JOSÉ MANOEL DA SILVA

Extensão: 120 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei: 2547/2008

José Manoel da Silva, filho de Alfredo Manoel da Silva e de Theofila Guedes Ribeiro, nasceu em Erval Velho – SC, no ano de 1909.

Casou-se com Amália da Silva, com quem teve seis filhos, Alfredo, Ângelo, João Pedro, Nelson, Zulmira e Geraldina. Morou no bairro Berger por 40 anos.

José Manoel da Silva faleceu em 13 de maio de 2000, aos 90 anos de idade.

RUA JOSÉ MARIA

Extensão: 300 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Com o desaparecimento de João Maria (João Maria de Jesus, o segundo Monge, e que, inspirado no primeiro, é considerado como “o” São João Maria), restaram apenas as lembranças das pessoas mais velhas, exaltando-o como conselheiro do bem e atribuindo-lhe poderes sobrenaturais. Venerado como um santo, era esperança e consolo da população sertaneja, cada vez mais em difícil situação, especialmente desde o início do período republicano brasileiro. A chegada na região de grandes companhias estrangeiras, a colonização e a construção da ferrovia levavam cada vez mais os sertanejos à condições de marginalidade da sociedade.

Neste ambiente, em 1912, surgiu o boato de que João Maria havia voltado em Campos Novos. Na verdade, o que havia era a presença de um curandeiro de ervas, que proclamou-se como José Maria de Santo Agostinho, suposto irmão de João Maria de Agostini, o primeiro monge. Na verdade, de acordo com um laudo da polícia da Vila de Palmas, Estado do Paraná, ele fosse, na verdade, um soldado desertor, de nome Miguel Lucena de Boaventura.

Em comparação com os monges que o antecederam, José Maria não apreciava o isolamento, não apresentava as características místicas ou religiosas dos que o antecederam. No entanto, em um tempo em que as profecias de João Maria de Jesus pareciam estar se materializando, como ninguém conhecia ao certo a sua origem, como aparentava uma vida reta e honesta, conseguiu em pouco tempo a admiração e a confiança do povo. A partir de supostas curas e feitos milagrosos, José Maria passa a ser considerado santo: um homem que veio à terra apenas para curar e tratar os doentes e necessitados. Metódico e organizado, estava muito longe do perfil dos curandeiros vulgares. Sabia ler e escrever e anotava em seus cadernos as propriedades medicinais das plantas encontradas na região.

Ao contrário dos primeiros monges, José Maria não dispensava o auxílio de outras pessoas em suas tarefas, articulava serviços, incentivava os ajuntamentos e gostava da popularidade. Começou, com isto, a constituir um verdadeiro acampamento de seguidores ao seu redor, especialmente após sua mudança para Taquaruçu, e organizou-o, utilizando-se de sua experiência militar. Apenas o “poder espiritual” já não era suficiente para a necessária disciplina, contando com o apoio de defensores, especialmente os armados, à que denominou “Quadro Santo”. Organizou também os “Pares de França”, uma espécie de guarda especial composta por 24 homens que o acompanhavam.

Frei Rogério Neuhaus, um dos primeiros franciscanos a adentrar o sertão catarinense, que já havia tido contato com João Maria de Jesus, ao saber da existência de outro monge, procurou conhecê-lo. Entretanto, não teve bons resultados ao tentar dissuadi-lo de suas práticas.

Já em Taquaruçu, a presença do monge passou a ser sinal de prestígio político, gerando disputas entre facções do município de Curitiba. Com isto,

Francisco de Albuquerque, alerta as autoridades estaduais sobre o desenvolvimento de uma "comunidade de fanáticos" na região, que haviam "proclamado a monarquia", em Taquaruçu.

Esta comunicação alarmou Florianópolis e Curitiba e o fato foi levado ao conhecimento do presidente, Marechal Hermes da Fonseca, informando-o que no Sul iniciara-se *"uma grave sublevação com o intuito de restaurar a monarquia"*. Um contingente a Polícia Militar de Santa Catarina foi deslocado para o local, não atacando de imediato, mas expulsando os indesejados para o estado vizinho.

Expulsos, vieram a estabelecer-se, em menor número, nos Campos do Irani, então município de Palmas no Paraná.

O então governador do Paraná, sabendo da notícia da chegada de José Maria e seus homens julgou tratar-se de manobras do governo catarinense para guarnecer com tropas federais a região que há muito era motivo de disputas entre os dois estados. Com isto, as tropas do Regimento de Segurança do Paraná são mobilizadas e, depois de um desfile público em Curitiba, são enviadas par Palmas, comandadas pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho.

A despeito das intenções declaradamente pacíficas de José Maria, João Gualberto o intima a apresentar-se ou então seria atacado. Diante da negativa, na madrugada do dia 22 de outubro de 1912, João Gualberto, à frente de 64 homens, ataca o reduto, formado por pouco mais de 200 sertanejos.

Conhecedores do terreno e com falhas nos equipamentos de guerra do Regimento, os sertanejos superam os atacantes e expulsam a Polícia do Paraná. No combate, tanto João Gualberto, quanto José Maria são mortos. No entanto, no caso de José Maria, a crença em sua ressurreição começa a cristalizar-se imediatamente, visto que foi colocado na cova e coberto apenas por tábuas, para que pudesse levantar-se facilmente, quando chegasse o momento da ressurreição.

Num primeiro momento houve uma dispersão dos sertanejos, que reuniram-se um ano depois, em Taquaruçu e em outros redutos, para esperarem juntos a volta de José Maria.

RUA JOSÉ MARQUES DOS SANTOS

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1697/2001

José Marques dos Santos, filho de Anibal Marques dos Santos e Catarina Ribeiro Soares, nasceu no ano de 1944.

Casado com Ana Marques dos Santos, com quem teve 7 filhos: Ivanilde, Rosana, Nivaldo, Valdomiro, Sandro, Juliana e Luciana.

Faleceu, vítima de parada cardíaco-respiratória, aos 43 anos de idade, no dia 30 de janeiro de 1987.

RUA JOSÉ NACLE DAVI

Extensão: 800 metros

Bairro: Bello, Rancho Fundo

Lei 16/1980

José Naclé David (a grafia correta de seu nome é esta), imigrante de origem sírio-libanesa, filho de Naclé David e de Alia David, nasceu no ano de 1878.

Casado com Maria David, exerceu em Caçador atividades ligadas ao ramo do comércio.

José Naclé David faleceu em 19 de janeiro de 1954, aos 75 anos de idade, em decorrência de acidente vascular cerebral (AVC).

RUA JOSÉ OLEINIK

Extensão: 1.060 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

José Oleinik, filho dos imigrantes poloneses Estanislau Oleinik e Maria Oleinik, nasceu em Porto União – SC, no distrito de Nova Galícia, em 10 de outubro de 1910.

Em 1930, começou a trabalhar na Rede Ferroviária, inicialmente em Luzerna. Em 1932, foi promovido a encarregado, substituindo o feitor (gerente). Em 1935, passou a feitor de turma, sendo transferido para Presidente Pena. Em 1955 foi promovido a mestre de linha, aposentando-se em 1974.

Para um melhor entendimento, as “turmas” da rede ferroviária eram dispostas de 10 em 10 quilômetros da linha. Cada turma tinha 10 operários. As “seções” eram dispostas de 100 em 100 quilômetros, tendo cada seção 10 turmas. Caçador era a sede da 10ª seção. A rede iniciava-se na divisa entre o estado de São Paulo e o Paraná (junto ao município paulista de Itararé) e terminava na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. De Itararé a Caçador, a distância era de 1000 quilômetros, com 10 seções.

Casado com Romana Motta Oleinik, teve 10 filhos: Osvaldo, Helena, Mário, Arlindo, Nivaldo, Adelar, Olinda, Orlando, Laura e Osmar.

Na política, sempre definiu-se como “Getulista”. Com a extinção dos partidos a partir do Estado Novo e após, com o novo sistema partidário, foi fundador em Caçador do MDB.

José Oleinik faleceu em 22 de abril de 1979, aos 68 anos, vítima de câncer de esôfago.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA JOSÉ PREZALINO DE OLIVEIRA

Extensão: 40 metros

Bairro: Martello

Lei: 2093/2004

José Prezalino de Oliveira, filho de Antonio Domingues de Oliveira e de Florinda Alves de Lima, nasceu em Caçador em 24 de fevereiro de 1902.

Casou-se com Olinda Cardoso de Oliviera. Viúvo, casou-se em segundas núpcias com Bernardina Maia de Medeiros de Oliveira. Teve cinco filhos.

Morador do bairro Martello, exerceu as funções de agricultor e comerciante.

José Prezalino de Oliveira faleceu em 22 de junho de 1990, aos 88 anos de idade.

RUA JOSÉ REICHMANN

Extensão: 450 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 12/1951



José Reichmann (21/10/1896 – 18/07/1944) filho de Carlos Leopoldo Reichmann e Catarina Neckel Reichmann. Veio para Caçador em 1923 com 23 anos de idade, por questões políticas no Rio Grande do Sul.

Se estabeleceu na margem direita do Rio do Peixe onde adquiriu terras, sendo pioneiro na colonização daquela área.

Sendo um jovem cheio de ambição, associou-se a seu amigo Victor Kurudz na instalação de uma empresa de exploração e comércio de madeiras, a Reichmann & Kurudz.

Reichmann, com grande impulso e dinamismo, fez com que a sociedade progredisse dia a dia, sendo o estimulador de novas indústrias implantadas em Caçador.

Nunca deixou ao ser um motivador em todos os setores que o povo de nossa cidade precisava, passou a ser conhecido e querido por todos, recebendo o apelido por intimidade de Zico Reichmann.

Fez todos os seus empreendimentos aqui, sendo sócio da Companhia Florestal Brasileira de Florianópolis e sócio fundador da Cia de Seguros Santa Cruz em Caçador.

Zico foi um vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal de Caçador, de 1936 a 1937, assumindo a 2ª Secretaria da casa legislativa.

José Reichmann doou parte de suas terras a famílias pobres de Caçador, originando o que hoje conhecemos como Vila Santa Catarina. Tinha como virtudes a bondade, a sinceridade, a amizade e o trabalho.

Tinha como lema: “O trabalho é dádiva preciosa para quem o executa. É provento que não falha. Ele, mais que tudo, beneficia o corpo e a alma; é conforto, é lenitivo para as preocupações. De início parece-nos rude, para depois encher-nos a alma”.

Durante uma viagem, em que tinha ido para Curitiba, depois para Buenos Aires, na volta para casa interrompeu a viagem em Santa Maria para visitar uma filha que lá estudava.

Acompanhando sua filha ao cinema, durante a exibição do filme faleceu, causando grande comoção local. A comoção foi ainda maior na chegada do corpo em Caçador, pela estrada de ferro, até seu enterro, acompanhado de grande séquito.

RUA JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 923/1995

José Ribeiro dos Santos, filho de Domingos Ribeiro dos Santos e Francisca Ribeiro dos Santos, nasceu em Curitiba, no ano de 1902.

Casou-se com dona Josefa Ribeiro dos Santos.

Faleceu aos 25 de novembro de 1969, aos 67 anos de idade, vítima de câncer de esôfago.

RUA JOSÉ RODRIGUES

Extensão: 220 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2467/2007

José Rodrigues, filho de João Rodrigues e de Maria das Dores Linhares Rodrigues, nasceu em Caçador, em 16 de fevereiro de 1935.

Vindo de família humilde, tinha mais três irmãos: Wilson, Nilton e Zélio. Aos 11 anos de idade teve que começar a trabalhar para poder ajudar a sustentar a família. Exerceu as funções de leiteiro, padeiro, pedreiro e mecânico.

Em janeiro de 1957 conseguiu finalmente um registro em Carteira de Trabalho, como servente na firma Higert e Cia Ltda. Após isto, trabalhou em diversas empresas como servente.

No ano de 1965 passou a ser soldador na Cia Olsen de Tratores Agro Industrial, vindo mais tarde a trabalhar em outras empresas até o ano de 1974.

A partir desta data teve problemas de saúde, incapacitando-o para o trabalho, levando à sua aposentadoria em 1977.

Casado com Anarolina Oliveira, com quem teve cinco filhos, Almir, Lucimar, Lucélia, Lucilei e Elis Melani. Sempre foi um pai presente e avô especialmente dedicado.

Apaixonado pelo Vasco da Gama, praticante de futebol de campo e salão, jogou por diversos clubes de Caçador, deixando saudades entre os amigos.

Participou ativamente de movimentos político-eleitorais, sempre ao lado da antiga Arena (PFL, PP), era descrito como um “*daqueles que brigava até com*

os *amigos*”, chegou a ser detido nas movimentações políticas em apoio ao seu maior aliado, Reno Caramori.

José Rodrigues faleceu em 08 de dezembro de 2005, aos 70 anos de idade, vítima de trombose.

RODOVIA MUNICIPAL JOSÉ ROSSI ADAMI

Extensão: 1.850 metros

Bairro: Industrial, Martello

Lei 1414/1999

José Rossi Adami, filho de Vitorio Adami e de Maria Rossi, nasceu em Caxias do Sul, em 01º de maio de 1903.

Casado com Pierina Menegazzo Adami, com quem teve 6 filhos: Lucila, Victor, Diva, Marilene, Marcos e Beatriz.

O contabilista José Rossi Adami se estabeleceu na cidade de Caçador em 1932, procedente de Caxias do Sul, iniciando sua atuação no segmento madeireiro. Inicialmente trabalhou na empresa Industriais Busato SA.

Mais tarde, por volta de 1938, fundou a empresa Adami Picollo e Cia, e em 1942 ele constituiu a empresa Adami & Cia. Ltda., destinada à produção de caixas de madeira, preparação de madeiras aplainadas e comércio de madeiras brutas.

Durante sua trajetória em Caçador, participou de todos os eventos sociais e culturais, entre eles a fundação do clube 7 de setembro e a criação da Associação Comercial e Industrial de Caçador.

José Rossi Adami faleceu em 23 de agosto de 1992, aos 89 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA JOSÉ SOUZA

Extensão: 350 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

José Souza, filho de Alexandre José de Souza e de Campolina Soares dos Santos, nasceu em Porto União – SC, no ano de 1924.

Exerceu, durante toda a sua vida, atividades ligadas à agricultura. Casado com Etelvina Bleixuvell Souza, teve 2 filhos: Luiz Dirceu e Terezinha Aparecida.

José Souza faleceu em 27 de setembro de 1982, aos 58 anos de idade, em decorrência de parada cardíaco-respiratória.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA JOSÉ VILMAR MONTEIRO

Extensão: 300 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1799/2002

Nesta lei, de 2002, foram denominadas 6 ruas dos Loteamentos Vila Dr. Ulisses Guimarães, João de Barro e Dona Irene, todas próximas umas das outras e vizinhas a uma rua que já havia sido denominada em 1992, a Rua Jucely Carlos França, policial militar que exerceu suas funções em Caçador.

Através desta lei, outros 6 policiais militares foram homenageados, criando um conjunto de ruas com relação entre si, recordando da história de diversos personagens da corporação em Caçador. São eles: Carlindo de Paula, Felisberto Custódio de Oliveira, Gilberto Piola da Silva, João Carlim do Prado, José Vilmar Monteiro e Vitor Lezan.

José Vilmar Monteiro, filho de João Zaida Monteiro e de Maria Hilda Monteiro, nasceu em Caçador, no ano de 1964.

Casado com Tânia Regina Lipiensi Monteiro, com quem teve um filho, Douglas Monteiro.

Policial Militar, recebeu menções de bom comportamento, competência e foi descrito como prestativo no serviço. Excelente policial, dedicou-se à proteção da cidade de Caçador, prestando diversos serviços para a comunidade.

No dia 22 de março de 1994, sem explicações ou motivos aparentes, disparou um tiro na própria cabeça, falecendo imediatamente, aos 29 anos de idade.

RUA PROFESSORA JOSEFINA CONTI

Extensão: 450 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966

Josefina Bortolotti Conte (a grafia correta de seu sobrenome é esta), nasceu aos 29 dias do mês de novembro de 1885 na cidadela de Cene (Província de Bérgamo, Itália). Filha de Ângelo Bottolotti e Maria Mosconi, em 1921 casou com Davide Conte. Do casal, nasceram o filho Franco e uma filha que teve poucos dias de vida.

Diplomada pela escola Normal de Bérgamo (Itália), lecionou em diversos estabelecimentos de ensino secundário assim como em escolas públicas.

Tornando-se viúva, resolveu vir para o Brasil a fim de colaborar, na cidade Caçador, com sua irmã Albina e esposo, então proprietários do Colégio Aurora.

De 1934 a 1938, lecionou no citado colégio, Física, Química e Desenho. Quando os Irmãos Maristas tomaram a direção do estabelecimento, dedicou-se ao ensino particular, o que continuou fazendo em Porto Alegre, para onde se transferiu.

Josefina Bortolotti Conte faleceu em Porto Alegre em 31 de Julho de 1966, aos oitenta anos, vitimada pelo câncer.

RUA JUCELY CARLOS FRANÇA

Extensão: 550 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 537/1992

Jucely Carlos França, nascido na cidade de Campos Novos – SC, no ano de 1963, era filho de Arílio de Jesus França e Maria Leonor de Oliveira França. Era casado com Tânia Mara Pasturczck França.

Ingressou na Polícia Militar de Santa Catarina em 31 de janeiro de 1984, sendo designado para serviço em Porto União, de setembro de 1984 a fevereiro de 1986 e em Caçador de fevereiro de 1986 a 18/10/1986.

Segundo as palavras do então comandante do Quartel de Polícia Militar de Caçador, 1º Tenente César Roberto Nedochetko, durante o período em que prestou serviço na cidade de Caçador, o Soldado Jucely Carlos França gozava de bom comportamento em sua ficha de conduta, era um Policial Militar

disciplinado, dinâmico e voluntarioso, cuja lealdade e camaradagem para com os seus pares e superiores sempre galgaram a sua breve, porém rica passagem pelos quadros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Jucely Carlos França faleceu no dia 18 de outubro de 1986, aos 23 anos de idade, durante cumprimento de seu dever, na Avenida Salgado Filho, vítima de para cardiorespiratória e choque hemorrágico após lesão de vasos abdominais.

RUA JULIA DALITA STACKE D'AGOSTINI

Extensão: 650 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei: 2798/2011

Julia Dalita Stacke D'Agostini, filha de Leonardo Adolpho Stacke e de Helena Cristina Franzen, nasceu em São Francisco de Paula – RS, no dia 21 de julho de 1935.

Veio para Caçador em 1944, aos nove anos, trazida por sua tia e madrinha, Leonora Koppe, a qual a criou até seu casamento com David D'Agostini em 18/07/1959.

Veio a residir na Chácara D'Agostini, onde seu sogro, João D'Agostini, tinha uma serraria. Anos mais tarde, junto com seu esposo, compraram a empresa, a qual passou a se chamar Serraria D'Agostini.

Da união com David, tiveram 04 filhos, Eliete Catarina D'Agostini, Gilmar Alírio D'Agostini, Ema Cristina D'Agostini e Gladis Lorena D'Agostini.

Teve papel importante junto à Paróquia do Bairro Berger, onde trabalhou por diversas vezes em festas para arrecadação de dinheiro para a construção da Igreja. Também foi festeira nas Comunidades do Km 13 e do Km 17, onde sempre ajudou nas festas em prol da comunidade.

Foi presidente do Clube 29 de Setembro juntamente com seu esposo.

Separou-se judicialmente de David em julho de 1984, mantendo-se morando na sua residência na Chácara D'Agostini até seu falecimento.

Julia Dalita Stacke D'Agostini faleceu em 19 de abril de 2009, aos 73 anos de idade.

RUA JÚLIA GIOPPO CARNEIRO

Extensão: 680 metros

Bairro: Gioppo

Lei 2017/2003



Júlia Gioppo Carneiro, filha do pioneiro José Gioppo e de Margarida Carreta Gioppo, nasceu em “Porto União da Vitória” – PR, em 03 de outubro de 1911. Veio para Caçador, acompanhando sua família, em 12 de fevereiro de 1919, quando a Vila de Rio Caçador tinha apenas duas casas, de propriedade de Vergílio Formigheri e Martinho Inácio Trindade, além da estação ferroviária.

Seu pai, José Gioppo, comprou dos fazendeiros, José e João de Paula Carneiro, 22 alqueires onde hoje se situa o Bairro Gioppo

Júlia, que tinha iniciado seus estudos no Porto, no Colégio Santos Anjos, teve que interrompê-los de 1919 até final do ano de 1921, pela absoluta ausência de escolas em Caçador. Em 1922, com a criação de uma unidade escolar funcionando em frente ao que seria a Praça Nossa Senhora Aparecida, nesse ano do centenário da Independência do Brasil, reiniciou seus estudos, tendo como educador o célebre Professor Marcírio da Cruz Maia.

A partir de seu casamento com Fermiano Paes Carneiro, em 1931, foram morar na fazenda, em São João de Cima, onde residiram por oito anos, retornando depois para Caçador. Tiveram 13 filhos: Margarida, Salomão, José, Umbelina, Antonio, Julieta, Maria, Amélia, João Pedro, Fermiano Júnior, Célio, Clara e Clélia.

Júlia teve uma vida intensa, dedicada à família e à sua comunidade do Bairro Gioppo. Viveu com muita verdade sua fé católica, tanto da capela do bairro, quanto da catedral, de onde jamais arredou o pé.

Júlia Gioppo Carneiro faleceu em 11 de agosto de 2000, aos 88 anos de idade e está sepultada no Cemitério Municipal de Caçador.

A rua, que já fora denominada de “Rua Iara” através da lei 20/1967, foi alterada por esta lei para “Rua Júlia Gioppo Carneiro”, indubitavelmente mais do que merecedora desta singela forma de reconhecimento de seus préstimos à cidade e à comunidade caçadoreense.

A Rua Iara não homenageava ninguém em particular, pois o nome designa uma das lendas tupis de uma sereia que habitava o rio Amazonas. Foi dado este nome ao ter sido feita uma “padronização” de nomes de vias naquela região todas com nomes indígenas. De qualquer forma, uma alteração do contexto em que estas ruas estão inseridas.

Recordamos que a denominação anterior – Rua Iara – era uma referência a diversos nomes indígenas dados pela lei nº 20/1967, que denominava ruas no bairro Gioppo com os nomes de Moema, Iracema, Bartira, Jandira e Iara.

RUA JÚLIO LESSING

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 679/1993

Júlio Lessing, filho de Daniel e Júlia Lessing, nasceu na Alemanha, no ano de 1879. Foi militar, tendo participado como soldado e como oficial do exército alemão em vários confrontos bélicos, entre eles a campanha da Rússia e Alemanha contra o Japão no início do século XX, e os posteriores conflitos com a Rússia na primeira grande guerra mundial.

Casado com Henriette Kindt Lessing, polonesa, teve três filhos, Daniel, Paulo e Otto Lessing.

Em 1927, ante a agitação que sacudia o continente europeu e na iminência da eclosão de um novo conflito bélico, dada a resolução conflituosa imposta à Alemanha pelo Tratado de Versailles, conflito esse que se evidenciava pelas relações cada vez mais prepotentes impostas pela Alemanha sobre a Polônia.

Na perspectiva da eclosão de uma guerra, o que de fato ocorreu, anos mais tarde, Julio Lessing decidiu deixar a Europa, imigrando para o Brasil, onde desembarcou, com a família, no porto de São Francisco do Sul – SC, em 1928. De lá seguiram pela estrada de ferro até Rio das Antas, onde fixariam residência.

Chegou a Caçador no ano de 1936. Fixou residência onde hoje é a Rua Rui Barbosa. Neste endereço manteve um açougue e armazém de secos e molhados.

Faleceu aos 20 de janeiro de 1957, vítima de problemas renais.

Como complementação da informação, a “Rodovia Daniel Lessing” presta homenagem a seu filho e não a seu pai, que têm o mesmo nome.

Ainda, outras 6 ruas de Caçador recebem nomes de membros da família de Júlio Lessing. A saber: Henriette Lessing, sua esposa, Daniel, Paulo e Otto Lessing, seus filhos, a esposa de Daniel, Arnilda Lessing e ainda uma das filhas de Daniel e Arnilda, Frieda Lessing Kramer.

RUA JULIO WISNIEWSKI

Extensão: 420 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1280/1998

Julio Wisniewski, filho de Tomaz Wisniewski e Helena Wisniewski, nasceu em Paulo Frontin – PR, em 18 de dezembro de 1925.

Transferiu sua residência para Caçador em 1946, onde casou-se com Delmina Cesa Wisniewski, de cuja união nasceram seus filhos Glacir e Reinaldo.

Nos primeiros anos de sua estada em Caçador, trabalhou ajudando seu pai Tomaz na empreitada do transporte, com carroção com tração animal de madeiras onde seriam gradeadas para secagem e posteriormente os transportava para as margens da estrada de ferro, onde eram depositadas ao ar livre e em galpões, aguardando o fornecimento, pela estrada de ferro, dos vagões para o transporte, que era precário e que a ferrovia concedia prazo para seu carregamento.

Da mesma forma que o transporte e escoamento da produção de Caçador (madeira, uva e outros) era feito pela estrada de ferro, também o transporte das mercadorias destinadas a Caçador era feito por esta via.

Em 1952, Julio acertou com a Rede Ferroviária a distribuição das mercadorias transportadas pela ferrovia aos destinatários, comerciantes e industriais da cidade comprometendo-se, além da distribuição dos produtos a proceder a cobrança do valor dos fretes pelos conhecimentos da própria ferrovia. Para não ocorrer a taxa de armazenagem das mercadorias era obrigado a fazer a retirada dos armazéns da Rede e sua distribuição aos consignatários imediatamente, serviços esses que fazia a princípio com carroça com tração animal e posteriormente com caminhões, o que fez até sua aposentadoria.

Júlio Wisniewski faleceu em 10 de agosto de 1993, aos 67 anos de idade.

RUA JURANDIR OLIVIERA EURIQUES

Extensão: 80 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2952/2012

Jurandir Oliveira Euriques, filho de Pedro João Tomáz Euriques e de Guilherminha Cavalheiro de Oliveira Euriques, nasceu na Lapa – PR, em 25 de janeiro de 1938.

Primeiro filho entre sete irmãos, chegou a Caçador em 1945, onde desde então fixou residência. Casado com Lourdes Laurentina Refosco Euriques, teve dois filhos, Javel Refosco Euriques e Jeday Refosco Euriques.

Teve diversos empregos, bancário (INCO), auxiliar de jornalista, balconista, vendedor de “vergamota” entre outros; chegou a ter 14 empregos de uma só vez. Coursou o colegial no Ginásio Marista Aurora, como dizia que não teve oportunidade de ter sequer uma bicicleta, fazia diariamente certa de 8 quilômetros a pé para estudar. Morava com os pais na Estação Experimental de Caçador, hoje EPAGRI.

Formou-se professor (Bacharel em História) pela faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas – PR, em 1974 e em Direito pela faculdade de Ciências Jurídicas em Itajaí- SC, em 1978. Como professor de 1º e 2º graus, lecionou em várias escolas de Caçador e Fraiburgo. Como advogado, exerceu a profissão durante 31 anos, jubulado pela OAB em 2008. Durante seus anos de carreira teve seu escritório fixado em Caçador e atuava também nas comarcas de Rio das Antas, Lebon Régis e Fraiburgo, onde também mantinha escritório e atendia dois dias por semana.

Apaixonado pelo magistério, passou a sua vida se dedicando a este, exercia a profissão de advogado como uma segunda opção, sempre frisou que se tivesse que dar aulas sem receber, mesmo assim o faria.

Como advogado, dava preferência a causas criminalistas e de família. Admirado no Tribunal do Júri por nunca ter recusado uma nomeação e pela forma desprendida de dinheiro, sempre usava o seguinte termo: “se tiver dinheiro eu atendo e se não tiver atendo do mesma forma”.

Polêmico e inimigo das injustiças, aproveitava seus momentos na Tribuna para mostrar todas as injustiças que notava ao seu redor, em sua cidade e em seu país.

Foi também fundador do antigo MDB em Caçador e por esta legenda chegou a ser candidato a prefeito de Fraiburgo, na década de 80, não se elegendo. Foi convidado diversas vezes por seu partido para compor a equipe de trabalho, mais sempre se recusou a aceitar empregos políticos.

Perdeu sua esposa no ano de 2007 vítima de câncer. Em 2008 finalizou a sua carreira como professor e ainda advogava quando, em 2009, sofreu um infarto e veio a falecer; deixando seu exemplo de pai, amigo, professor e advogado; não é raro ouvir de seus alunos “ele foi o melhor professor que tive”, e ainda hoje de seus clientes, quando o assunto é o Doutor Jurandir (como era

chamado) a seguinte frase, geralmente seguida de lágrimas: “eu não perdi meu advogado, eu perdi meu segundo pai”.

Jurandir Oliveira Euriques, faleceu em 03 de julho de 2009, aos 71 anos de idade.

(adaptado de texto de seu filho, Javel Refosco Euriques, em 26/05/2012)

RUA JURUÁ COELHO DE SOUZA

Extensão: 100 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 3153/2014

Juruá Coelho de Souza, filho de Solon Coelho de Souza e de Isabel Batista Coelho de Souza, nasceu em Caçador, no dia 22 de maio de 1930.

Casou-se com Ieda Benetti Coelho de Souza, com quem teve cinco filhos, Juruena Coelho de Souza Dalmedico, Juruá Coelho de Souza Filho, Solon Coelho de Souza Neto, Moema Coelho de Souza Beckert e Desirée Coelho de Souza Setti.

Estudou no Colégio Marista Aurora e formou-se em Curitiba como agrimensor. Trabalhou em Caçador como agrimensor por mais de 50 anos.

Realizou a maioria dos loteamentos existentes na cidade, fez diversas medições em áreas rurais de Caçador e região.

Atuou como perito no Fórum da Comarca de Caçador e, nas empresas da região, participou em vários projetos de reflorestamento.

Juruá Coelho de Souza faleceu em 08 de dezembro de 2013, aos 83 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA JURUNA

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os Jurunas são um grupo de índios que se localizam no estado brasileiro do Mato Grosso, mais precisamente no norte do Parque Indígena do Xingu, bem como junto ao baixo rio Xingu, no Pará, na Terra Indígena Paquiçamba.

O nome Juruna significa, em Tupi-Guarani, “bocas pretas”, porque a tatuagem características desses índios era uma linha que descia da raiz dos cabelos e circundava a boca. Na metade do século XIX tinham uma população estimada em 2.000 índios, que viviam no baixo rio Xingu. Um grupo migrou mais para o alto do rio, hoje em território compreendido pelo Parque do Xingu (MT).

Segundo levantamento de médicos da Escola Paulista de Medicina, que prestam serviços de saúde aos índios do parque, em 1990 eram 132 pessoas. Alguns Juruna vivem dispersos na margem direita do médio e baixo rio Xingu, e há um grupo de 22 índios, segundo dados da Funai de 1990, que vive na Volta Grande do rio Xingu, numa pequena área indígena chamada Paquiçamba, no município de Senador José Porfírio, no sudeste do Pará.

Obtiveram grande destaque nacional com Mário Juruna, uma liderança indígena que, a partir da década de 1970, lutava, junto à FUNAI, pela demarcação de terras indígenas, em 1982 foi eleito como deputado federal, pelo estado do Rio de Janeiro, com mais de 31 mil votos. Sua eleição teve uma grande repercussão no país e no mundo. Em 1984, denunciou o empresário Calim Eid por tentar suborná-lo para votar em Paulo Maluf, candidato dos militares à presidência da república no colégio eleitoral. Juruna acabou votando em Tancredo Neves, candidato da oposição democrática.

RUA JUSTINA BASSEGIO SORGATTO

Extensão: 320 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 488/1991

Justina Bassegio Sorgatto nasceu em Garibaldi – RS. Filha de italianos que se fixaram no Brasil, Justina casou-se com Domingos Sorgatto, nascido em Genova, Itália. Casaram-se na cidade de Garibaldi, de onde mais tarde se transferiram para Passo Fundo e de lá trouxeram 8 filhos.

Em 1920 transferiram-se para Santa Catarina morando 3 anos em Rio das Antas, trabalhando com serraria. Em 1923 mudaram-se para Caçador, estabelecendo-se na indústria da fabricação de vinho, sendo a primeira cantina do município, a qual era abastecida com a própria produção de uvas da família. A família dedicou-se também a outros ramos da agricultura como milho feijão, trigo.

De 1925 até 1930 já com seus 10 filhos, a família montou Casa Comercial em companhia de Pedro Bortolon, Júlio Tortatto e Jogo Palermo. Estabelecimento este construído onde hoje situa-se o Edifício Bolson, na Avenida Barão do Rio Branco. Na ocasião exploravam e exportavam erva-mate para a Alemanha, cujo produto era usado para fazer tintas e para uso medicinal.

Mais tarde a família montou armazém de Secos e Molhados, tendo como sócios Pedro Busatto, Alcides Ferrareze e José Figueroa, no local do antigo Danúbio Azul.

Domingos Sorgatto foi um dos fundadores da Sociedade Hípica Caçadoreense, nas margens do Rio do Peixe.

A família foi grande colaboradora na ocasião da construção da primeira ponte de ligação da Vila Santelmo com a vila de Rio Caçador.

RUA JUVENAL ALVES FAGUNDES

Extensão: 160 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1541/2000

Juvenal Alves Fagundes, filho de Tobias Alves Fagundes e de Ambrosina Maria Fagundes, nasceu em Campos Novos – SC, em 25 de janeiro de 1893.

Casado com Generosa Thibes Gonçalves, com quem teve 12 filhos: Valda, Otacílio, Laudelino, Tobias, Maria da Luz, Elvira, Amélia, Iracema, Antonio, Antonia, José e Tereza de Jesus Fagundes.

Em 1918 veio, em companhia de seus sogros, para a Fazenda Campina, território do atual município de Caçador, de propriedade de José Ermelino Carneiro, que a arrendou pelo fato de ter sido invadida e devastada pelos guerrilheiros do Contestado.

Em 1922 se transferiu para a localidade de Rio Caçador, residindo em frente à atual Praça Nossa Senhora Aparecida. Fazia sua lavoura às margens do Rio do Peixe, onde hoje se localiza o Estádio Municipal.

Participou da criação do município, onde foi delegado de polícia por vários anos.

Transferiu-se para Matos Costa em 1955, onde faleceu, em 25 de julho de 1975, aos 82 anos de idade.

RUA KAIGANG

Extensão: 50 metros

Bairro: Bello

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Bello, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

A rua está localizada em uma região da cidade onde diversas outras ruas recebem nomes de povos indígenas (Guarani, Tupi, Aimoré, Tupinambá, denominadas em 1967), fazendo parte portanto, de um planejamento do ordenamento urbano da cidade.

Deve ser observado que, a despeito da inexistência de lei que oficialize a via, a grafia tradicionalmente utilizada (Kaigang) é incorreta. Deveria ser Kaingang, que é o nome correto do povo indígena, que admite variações (Caingang, Caingangue, Kaingangue), mas todas com o “n” no meio da palavra.

Ocupantes iniciais das terras do sul do Brasil, especialmente as áreas das florestas de araucárias, dividiram o espaço com seus parentes próximos, os xoclings, que preferiam os campos que margeavam os pinheirais.

A origem do nome do povo foi cunhada em 1882 pelo coronel Telêmaco Borba, então em plena campanha contra os índios, expulsando-os de suas terras. O termo significa "morador do mato", de caa (mato) e ingang (morador).

Atualmente os Kaingang ocupam pouco mais de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma população aproximada de 34 mil pessoas.

RUA PROFESSOR LADISLAU LISZKIEVICH

Extensão: 500 metros

Bairro: Gioppo

Lei 14/1983

O cidadão Ladislau Liszkievich (Liszkievich Laszlo) era natural da Hungria onde nasceu em 4 de abril de 1898, imigrou para o Brasil em 25 de março de 1921, chegando em Caçador no mês de janeiro de 1953, para fixar residência definitiva.

Foi casado com a Dona Ilona Tereza Varga e tiveram os seguintes filhos: Ilona, Yvone, Carlos e Jovino.

Possuía os Cursos Universitários de Geografia e Filosofia, além de oito anos de conservatório. De 1953 em diante iniciou a sua Escola Municipal de Música, com muitos alunos e ensinando todos os instrumentos musicais (corda, sopro e percussão), sendo sua queda os instrumentos de corda.

Participou por muitos anos da SCAJHO, de Joaçaba. Muitos alunos pobres recebiam bolsas de estudo pagas pela Prefeitura Municipal que sempre o apoiou na sua arte.

Muito antes dos atuais tempos “politicamente corretos”, tinha um sonho que não foi realizado, apesar de ter sempre procurado realizar, em que defendia textualmente "ter um aluno de cor preta tocando violino".

Ladislau participou ativamente do desenvolvimento cultural e social de nossa cidade, tendo deixado marcas que nunca mais se apagarão da nossa história.

RUA LAGES

Extensão: 600 metros

Bairro: Berger

Lei 40/1956

A publicação desta lei deu origem a um “pacote” de denominações de ruas todas em um mesmo loteamento, próximas umas das outras que denominou 6 ruas com nomes de municípios catarinenses, relativamente próximos de nossa cidade. As seis ruas denominadas foram Canoinhas, Joaçaba, Xaxim, Videira, além de “Lajes” (com “J” na grafia, pois só seria alterada para “Lages” a partir de 1960) e “Xapecó”, (com “X” na grafia).

A cidade de Chapecó tem a origem do seu nome na língua tupi Xapecó, que significa “lugar de onde se avista o caminho da roça”. O uso, os costumes e o vernáculo fizeram com que a rua passasse a ser conhecida por Rua Chapecó (com “Ch”), como deve ser próprio da língua portuguesa, mesmo sem uma alteração legislativa específica.



Lages é um dos mais antigos municípios catarinenses (o 4º mais antigo), com data de fundação remontando a 1770. É o maior município do estado, com mais de 2.600.000 km². Conta com aproximadamente 160.000 habitantes e é parte de muitas das histórias catarinenses. Fica localizado a uma distância de 186 km de Caçador. O ápice de seu desenvolvimento ocorreu na década de 1950, com o auge da indústria da madeira, encontrando-se atualmente em fase de diversificação de sua economia.

Fundada em 1766 pelo bandeirante paulista Antônio Correia Pinto de Macedo, Lages servia inicialmente como estalagem para a rota comercial entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, principalmente na passagem do gado dos campos gaúchos para abastecer os trabalhadores da extração de ouro em Minas Gerais.

Correia Pinto batizou-a assim devido à abundância da pedra laje na região; o nome original era Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lajens.

A grafia do nome da cidade acabou consolidando-se com “g”, diferentemente do que preconiza o Formulário Ortográfico brasileiro, vigente desde 1943, mudança ocorrida em 1960. Por esta razão, mesmo sem alteração legislativa específica, também em Caçador, a antiga “Rua Lajes” passou a ser conhecida por “Rua Lages”.

RUA LAGUNA

Extensão: 450 metros

Bairro: Bom Jesus, dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de

estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Laguna é um município catarinense, situado no litoral sul do estado, distante cerca de 480 quilômetros de Caçador. Transbordando de história, seja qual for o período analisado, Laguna tem importantes marcos a ser destacados.

No início da colonização do Brasil, o território onde seria instalada Laguna constituía a parte mais meridional do Brasil, na Capitania de Santana. Neste município passa a linha imaginária criada no tratado de Tordesilhas em 1494, separando as terras de Portugal a leste e Espanha a oeste. Por este motivo, Laguna tornou-se um importante ponto geográfico para Portugal.

Em 1714 a localidade foi elevada à categoria de vila e criado o município. Em 1847 obteve a categoria de cidade. Laguna é considerado o terceiro município mais antigo de Santa Catarina. Do extenso território original de Laguna, desmembraram-se duas capitais brasileiras: Porto Alegre e Florianópolis, antiga Desterro.

Laguna também é conhecida por ser a terra natal de Anita Garibaldi, personagem importante da história, esposa do revolucionário Giuseppe Garibaldi. A cidade foi palco de importantes batalhas da Guerra dos Farrapos, especialmente na fase da República Juliana, quando foi elevada por Davi Canabarro a capital de um Estado Confederado com a República Rio-Grandense. A própria bandeira do município é inspirada na bandeira da extinta república.

A importância estratégica de Laguna explica-se pela presença de um porto natural, formado pela entrada da Lagoa Imaruí, abrigo para embarcações e demarcado, a partir de 1891 pelo Farol de Santa Marta.

Pode ser observado, especialmente nos meses de junho a setembro, um interessante “trabalho em equipe” entre pescadores artesanais e golfinhos para a captura de peixes, especialmente tainhas.

RUA LAUDELINO FOGAÇA DE ALMEIDA

Extensão: 110 metros

Bairro: Martello

Lei 1908/2003

Laudelino Fogaça de Almeida, filho de Boaventura Fogaça de Almeida e de Bernardina da Costa Moreira, nasceu em Curitibanos – SC, aos 05 de fevereiro de 1924.

Trabalhou nas fazendas de São João de Cima e, em 1950, veio para Caçador, para trabalhar na fábrica de caixas e aplainados Castelli S.A. Depois, trabalhou na Indústria e Comércio Berger e também na SULCA, até seu falecimento aos 66 anos de idade.

Casado com Cacilda Carvalho de Almeida, com quem teve uma filha, Maria Estela de Almeida.

Foi um homem honesto e trabalhador, respeitado por todos.

Laudelino Fogaça de Almeida faleceu no dia 22 de março de 1990, aos 66 anos, vítima de câncer de estômago, representando uma grande perda para sua família.

RUA LAURINDO VERONESE

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 23/1978

Laurindo Domingos Veronese, filho de José Veronese e de Regina Sironi, nasceu em Farroupilha – RS, no ano de 1917.

Comerciante, casou-se com Josefina F. Veronese, com quem teve 6 filhos.

Laurindo Domingos Veronese faleceu em 05 de dezembro de 1975, aos 58 anos de idade, vítima de câncer de pulmão.

RUA LAURO MARINS

Extensão: 350 metros

Bairro: Centro

Lei 14/1972

Lauro Marins, filho de Durval Marins e de Anísia Whal Marins, nasceu em Castro – PR, aos 21 de agosto de 1914.

Veio para Caçador por volta de 1939, exercendo a função de representante da Cia Atalaia de Seguros, empresa precursora do Banco Bamerindus no Brasil. Além de exercer a profissão de corretor de seguros, também foi representante comercial da empresa Douat.

Casado com Idalina Timm Marins, com quem teve 5 filhos: Nelson, Luiz Carlos, Renato, Vitor Hugo e Fernando. Casou-se em segundas núpcias com Helena Kutcher Marins, com quem teve os filhos Júlio César e Eliane.

Lauro Marins foi fundador do Clube 7 de Setembro, do qual exerceu a presidência por mais de 20 anos, sempre fazendo parte de sua diretoria. Foi presidente da ACIC, tendo como uma das suas iniciativas a criação da Feira Livre em Caçador.

Fez parte de diversas comissões criadas na cidade, como a do Hospital Jonas Ramos, da qual foi presidente, quando da abertura do Hospital. Quando o Exército brasileiro pretendia retirar o Tiro de Guerra de Caçador por falta de um espaço apropriado para esta finalidade (funcionava junto ao Estádio Municipal), Lauro Marins presidiu uma comissão da cidade que construiu o Tiro de Guerra no local onde encontra-se instalado até hoje. Foi vereador em Caçador no mandato de 1959 a 1963.

Lauro Marins faleceu em 17 de dezembro de 1970, aos 56 anos de idade.

RUA LAURO MÜLLER

Extensão: 150 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944



Lauro Severiano Müller (08/11/1863 – 30/07/1926) tem profundas ligações com episódios da proclamação da república e com o início do governo estadual no período republicano. Foi militar, engenheiro, político e diplomata.

Foi para o Rio de Janeiro e galgou postos na hierarquia militar, atingindo o posto de general-de-divisão em 1921.

Ainda com o grau de Tenente Engenheiro Militar em 1889, entrou na Escola Superior de Guerra, aderindo então às ideias republicanas de um dos seus professores, Benjamin Constant. Servia como ajudante-de-ordens

do marechal Deodoro da Fonseca por ocasião da Proclamação da República, e por indicação de Constant foi nomeado governador provisório da província transformada em Estado de Santa Catarina.

Em sua carreira política, além de “presidente do estado” de Santa Catarina, foi deputado constituinte da primeira constituição republicana. Nesta função, foi dele a indicação, subscrita por 80 deputados, para a inclusão da mudança da Capital Federal para o Planalto Central, onde o governo mandaria demarcar 400 léguas quadradas para o Distrito Federal.

Cumpriu três mandatos de deputado federal, de 1891 a 1899, e outros cinco de senador, até 1923.

Esta rua, extremamente central em nossa cidade, sempre foi, devido a seu acentuado desnível, interrompida por uma parede, onde se instalou o Largo Caçanjurê, posteriormente alterado formalmente para Largo Prefeito Manoel Siqueira Bello, mas que até hoje é conhecido popularmente pelo seu nome original.

Pesquisas citam que o então prefeito Manoel Siqueira Bello chegou a sugerir a alteração do nome de Caçador para Caçanjurê, quando, no início da década de 1940, um questionamento gerado por uma Lei Federal que dizia que não poderiam existir dois nomes iguais para municípios brasileiros, sendo que o nome Caçador já existia em um município do estado de São Paulo. Segundo a Lei, o município mais velho ficaria com o nome, sendo então cogitada a mudança do nome de Caçador, em Santa Catarina.

No entanto, com as consultas ao então departamento de Geografia e Estatística do Governo Federal, ficou comprovado que o nome estava vinculado à criação da estação ferroviária Rio Caçador, inaugurada em 1910. Desta forma, foi comprovado que Caçador, em Santa Catarina, tinha o nome há mais tempo, fato que estabeleceu definitivamente o nome.

Neste desnível, posteriormente, instalou-se uma escadaria, dando passagem a pedestres na área central da cidade.

RUA IRMÃO LÉO GUILHERME RECH

Extensão: 210 metros

Bairro: Gioppo

Lei 91/1986



O Irmão Léo Guilherme Rech, religioso da congregação dos Irmãos Maristas, nasceu na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, em 21 de abril de 1915. Ingressou no Juvenato Marista em 1º de janeiro de 1925, antes de completar 10 anos de idade.

Ingressou no Noviciado em 28 de janeiro de 1930 (postulante).

Tomada de Hábito em 21 de janeiro de 1931

Profissão temporária (Votos de pobreza, virgindade e obediência temporários, por 1 ano) – 21 de janeiro de 1932

Profissão perpétua (Votos permanentes de pobreza, virgindade e obediência) – 21 de janeiro de 1937

Trabalhou nas seguintes localidades:

Santa Maria – Colégio: 1932

Rio Grande – Colégio: 1933

Santa Maria – Colégio: 1934 e 1935

Santa Cruz – Colégio: 1936

Santa Maria – Artes: 1937 e 1938

Curitiba – Internato: 1939 a 1941

Caçador – Colégio: 1942 a junho de 1944

Passo Fundo – Colégio: junho de 1944 a 1948

Joaçaba – Colégio: 1949 a junho de 1950

Novo Hamburgo – São Jacó: junho de 1950 a maio de 1951

Curitiba – Internato: maio a dezembro de 1951

São Gabriel: Colégio: 1952 a 1955

Santo Ângelo – Colégio: 1956

Campinas – 2º noviciado: fevereiro a julho de 1957

Caçador – Colégio: Julho a dezembro de 1957

Erechim – Colégio: 1958 e 1959

Cruz Alta – Colégio: 1960 e 1961

Joaçaba – Colégio: 1962

Caçador – Colégio: 1963 a 1972, quando veio a falecer em 04/10/1972

Quando da morte do Irmão Léo, o prefeito de Caçador, Ardelino Grando, através do Decreto 19/72, decretou o luto oficial por três dias no município.

Prefeitura Municipal de Caçador (SC)

Decreto nº 19/72

O cidadão Ardelino Grando, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições, etc...

CONSIDERANDO o infausto passamento do Irmão Leo Guilherme Rech;
CONSIDERANDO que o extinto gozava de grande círculo de amizades entre toda a população caçadorenses;
CONSIDERANDO ser o Irmão Leo pessoa destacada na Educação do Município, tendo dirigido por longos anos a Escola Técnica de Comércio Catarinense;
CONSIDERANDO a consternação geral dos estudantes e de seus ex-alunos, pelo seu falecimento,

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial por 3 (três) dias em todo o Município;
Art. 2º - A Secretaria Municipal tomará as devidas providências para que seja oficiada à família enlutada e à Comunidade dos Irmãos Maristas, apresentando os pêsames em nome do Município.
Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e publique-se.
Prefeitura Municipal de Caçador, 5 de outubro de 1972
Ardelino Grando – Prefeito Municipal

Além disso publicou o seguinte ofício como homenagem póstuma:

Prefeitura Municipal de Caçador – SC
Of. Nº 345/72 – Em 5 de outubro de 1972
Prezados Senhores:

Formulamos o presente, a fim de externar a V. Sas. e demais familiares do sempre lembrado Irmão Leo Guilherme Rech, o profundo pesar por seu prematuro desaparecimento.
O Município de Caçador, que tinha no extinto, um grande amigo e colaborador, que deixou marcada sua presença na terra como exímio educador, chora hoje sua morte.
Temos a certeza, porém, que o Irmão Leo se encontra na mansão dos céus, gozando das alegrias eternas.
Como homenagem póstuma a essa grande figura desaparecida, havemos por bem decretar “Luto Oficial” por 3 (três) dias em todo o Município de Caçador.
Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.
Atenciosamente,

Ardelino Grando – Prefeito Municipal

No dia 05/10/1972, às 16 horas, começou a despedida emocionante dos seus familiares e das pessoas mais íntimas. Dom Orlando Dotti rezou as orações do levantamento, quando as lágrimas saltaram aos olhos de todos. Fecha-se o

esquife, o préstito e a mole humana iniciam a sua marcha para a homenagem de um povo inteiro a quem se escondera no anonimato da vida consagrada a Deus.

O Irmão Leo foi descrito como:

- o guarda fiel e vigilante;
- o consagrado, na vida religiosa;
- o caridoso samaritano a pensar os males;
- o sorriso de contentamento;
- o testemunho de vida plena;
- o amigo de todas as horas;
- o apóstolo da juventude;
- o fiel discípulo de Champagnat;
- o baluarte da fé e do dever;
- o cidadão de todos os lugares;
- o professor de têmpera;
- o humilde servo de todos;
- o seguidor da verdade;
- o Marista autêntico.

RUA LEOCÁDIA KERBER PIVATO

Extensão: 210 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1416/1999

Leocádia Kerber Pivato, filha dos imigrantes poloneses José Kerber e Paulina Navrot, nasceu na cidade de São Marcos – RS, no dia 23 de junho de 1908.

Juntamente com a família, transferiu-se para Gaurama – RS Casou-se com o senhor Domingos Pivato na cidade de Viadutos, no mesmo estado.

Tiveram três filhos: Dinorah (casada com Paulo Pisklevitz), José Antônio (casado com Marta Elvira Ristau) e Maria Helena (casada com Luiz Carlos Tristão).

Chegaram em Caçador em 1945, estabelecendo-se na então Rua 15 de Novembro (atual Carlos Sperança), juntamente com seu marido, o qual exercia a profissão de barbeiro.

Em 1976, mudou-se para a Rua Padre Feijó, onde viveu até seu falecimento, ocorrido no dia 22 de maio de 1979, aos 70 anos, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA LEONARDO GRANEMANN

Extensão: 550 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 655/1993

Leonardo Granemann, natural de Lebon Régis – SC, nasceu em 12 de maio de 1910.

Morou vários anos em São Sebastião do Sul, distrito de Lebon Régis, onde sempre permaneceu com a profissão de agropecuarista.

Foi pessoa integrada na comunidade, onde exerceu vários cargos, bem como o de Presidente do Diretório Municipal da extinta UDN (União Democrática Nacional).

Ainda em Lebon Régis, também foi eleito vereador, por duas vezes consecutivas.

Foi líder da Comissão da Igreja daquela localidade (São Sebastião do Sul), por vários anos.

Participou da comissão da Escola desta mesma comunidade. Além disso, participou como um dos principais fundadores do CTG “Pioneiros do Laço”, de São Sebastião do Sul.

Era casado com Ema Carlin Granemann, com quem teve 9 filhos: Amadeu, Adelino, Ivo, Nelson, Ari, Nelci, Osni, Dirceu e João Batista. Veio para Caçador, com sua família em 1978. Faleceu aos 02 de março de 1986.

RUA LEONARDO OLINDO VISNIEWSKI

Extensão: 510 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1272/1998

Leonardo Olindo Wisniewski (a grafia correta é com “W”, apesar de na lei constar com “V”), filho de Tomaz Wisniewski e de Helena Wisniewski, nasceu

em Paulo Frontin – PR, em 11 de abril de 1943. Veio para Caçador com seus familiares em 1946. Coursou o primário no grupo escolar Professor Paulo Schieffler.

Seu irmão, Júlio, tinha um acordo com a estrada de ferro para distribuir aos comerciantes e industriais todas as mercadorias que os trens da Rede Ferroviária traziam a eles consignadas, comprometendo-se a efetuar cobrança dos fretes constantes do conhecimento recolhendo aos cofres da Rede Ferroviária posteriormente. Esta tarefa foi desempenhada por Leonardo desde jovem.

Participou da assembléia de fundação do Colégio Cenecista Marcos Olsen, conforme consta de sua assinatura na ata de constituição do setor local Cenecista, com aprovação dos estatutos CNEG – “Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos”, datada de 01º de julho de 1962.

Após a prestação do serviço militar, como atirador no Tiro de Guerra 05-006, em Caçador, ingressou na Petrobras, onde trabalhou na perfuração de vários poços, inclusive no de Três Pinheiros, Município de Água Doce, encontrando o petróleo, e em Piratuba, onde encontraram a água mineral termal que até hoje jorra em seus balneários.

Acompanhou a Petrobras, agora como “torrista” em perfurações em vários estados do Brasil, função que exerceu até seu falecimento.

Leonardo Olindo Visniewski faleceu em 02 de junho de 1984, aos 41 anos de idade, em decorrência de acidente automobilístico sofrido em Linhares – ES.

RUA LEONEL EMÍLIO AIMI

Extensão: 100 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010

Leonel Emílio Aimi, filho de Alexandre Aimi e de Maria P. Aimi, nasceu em Coronel Pilar, então distrito de Garibaldi – RS, no ano de 1922.

Casado com Dima Tesser Aimi, teve 9 filhos: Amélia, Helena, Eurides Henrique, Elide, Danilo, Lourdes, Antônio, Henrique e Angelina.

Leonel Emílio Aimi faleceu em 27 de outubro de 1988, aos 66 anos de idade, vítima de câncer de intestino.

RUA LÍBANO

Extensão: 300 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 14/1972



O Líbano é um país asiático, localizado na região conhecida como Oriente Médio, na costa do Mar Mediterrâneo. Desde a antiguidade, a região é conhecida como a “encruzilhada do mundo”, por ser o caminho natural de passagem entre a Ásia e a Europa, constituindo esta região em berço de muitas antigas civilizações como fenícios, assírios, persas, gregos, bizantinos e turcos otomanos, sendo que sua rica história formou a identidade cultural única em diversidade étnica e religiosa do país.

Devido a estas características, o impulso para o desenvolvimento do comércio, das primeiras aventuras navais com o intuito comercial e o desenvolvimento de registros escritos, com a invenção do alfabeto, foram contribuições importantes da região onde hoje situa-se o Líbano para o progresso mundial.

Depois da Primeira Guerra Mundial, com o colapso do Império Otomano, o território do atual Líbano ficou sob domínio Francês. Apenas em 1943 o país conquistou sua independência, adotando um regime de partilha de governo entre as diversas confissões religiosas existentes em seu território.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, grandes quantidades de libaneses de diferentes etnias e religiões fugiram de conflitos bélicos e perseguições religiosas. Muitos migraram para a América, estabelecendo-se em países como os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil. Caçador foi um dos destinos finais destas levas migratórias, com um grande número de libaneses encontrando nestas terras um destino final de suas viagens, estabelecendo-se especialmente no ramo comercial. A grande maioria dos sobrenomes de origem árabe que temos em nossa cidade são de descendentes de libaneses.

Com um histórico de muitas guerras, internas e externas, o Líbano deixou de prosperar e desenvolver-se como poderia e encontra-se envolvido atualmente em questões bélicas internas, com a Síria e com Israel.

Tal situação impacta muito na economia do país, minando setores que já foram extremamente importantes, como o turismo e a indústria. Atualmente, a maior parte da economia está dolarizada e o país não tem restrições à circulação de capitais em suas fronteiras, resultando em uma dívida pública preocupante e grandes necessidades de financiamentos externos.

RUA LINO SPEROTTO

Extensão: 500 metros

Bairro: Champagnat

Lei 1113/1996

Lino Sperotto, filho de Giuseppe Sperotto e Lucia M. Batistella, nascido aos 18 de julho de 1927, nasceu na Itália, no distrito de Breganze, cidade de Vicenza.

Veio para o Brasil no ano de 1950. Naturalizou-se brasileiro no ano de 1972.

Casou-se com Ericka Hartmann Sperotto, com quem teve cinco filhos: José Vitor Sperotto, James César Sperotto, Marco Antônio Sperotto, Saulo Sperotto (ex-prefeito de Caçador) e Déborah Lúcia Sperotto.

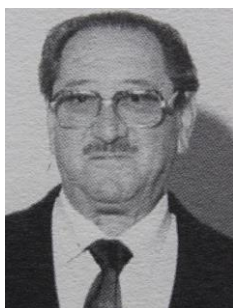
Lino Sperotto faleceu aos 06 de junho de 1994, aos 66 anos de idade.

AVENIDA ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO

Extensão: 5.000 metros

Bairro: Martello, São Cristóvão, Industrial, Aeroporto

Lei: 2437/2007



Lourenço Faoro, filho de Attilio Faoro e de Luiza D'Ambroz Faoro, nasceu em Vacaria – RS, no então distrito de Ipê, aos 21 de maio de 1921.

Veio para Caçador em companhia de sua família em 1931. Em sua vida em Caçador foi participante e responsável por muitas realizações em Caçador e região.

Em sua vida foi construtor por profissão, já que era Engenheiro Civil. Mas, a sua atitude foi de tecer alicerces para construir e impulsionar os que com ele conviviam ou o local físico onde vivia. Esta forma de ser raramente trazia descanso para si, mas o trabalho e as realizações contínuas, essas sim, eram necessárias à sua existência.

O motivo da vinda da família Faoro à Caçador foi a busca de estudos para os filhos. Neste município, Lourenço Faoro passou sua infância e concluiu o primário em 1933 e o ginásio em 1938, no Colégio Aurora, além do curso de Contabilidade.

Desde pequeno, a sua tendência era a matemática, sendo que aos cinco anos de idade já realizava contas de multiplicação ou divisão de memória. Procurando a formação acadêmica, seguiu para Porto Alegre, onde realizou o

pré-técnico no Ginásio Rosário, em 1941. Em seguida, cursou a Faculdade de Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, concluída em 1946. Neste ínterim, com o andamento da II Guerra Mundial, foi 2º Tenente da Artilharia do Exército Brasileiro, e devido aos conhecimentos em engenharia ficou sediado na Base Aérea em Natal, no Rio Grande do Norte. Aproveitando essa estada, obteve conhecimento com os Engenheiros americanos em construções de aeroportos, pontes e concreto armado, técnica essa ainda pouco usual e conhecida no Brasil.

Voltando à Caçador, constituiu uma empresa de engenharia, dedicando-se à construção civil, a partir de 1947. Dentre diversas obras, foi o Engenheiro Responsável pela construção da usina hidro-elétrica Bom Sucesso de Eletricidade, situada no Rio Timbó, sendo um de seus Diretores até os últimos dias de sua vida.

Por deter a patente de 1º Tenente da Artilharia R/2, em 12 de junho de 1947 foi nomeado primeiro Diretor do então Tiro de Guerra nº 172, atualmente Tiro de Guerra 05-006. Por contra-senso, durante a vigência da Revolução de 1964, à qual inicialmente foi favorável mas depois se opôs devido ao não cumprimento dos militares convocarem eleições diretas e democráticas, foi processado pela Justiça Militar devido à discussão com o sargento comandante do Tiro de Guerra da época, ocorrida em 1968. Nesta questão, o Exército chegou a pressionar até o Prefeito Municipal da época, Sr. Jucy Varela, o qual liberava, como ajuda ao Tiro de Guerra, até a doação de até papel higiênico. Assim, Lourenço talvez tenha sido o único caçadoreense processado pelo regime militar, sendo posteriormente absolvido em seu julgamento.

Em Caçador, foi um dos fundadores e professores do Colégio Jorge Lacerda, hoje Escola Cenecista Marcos Olsen. Entre 1948 e 1951, foi Vereador, fazendo parte da primeira Câmara Municipal após o Estado Novo.

Em 17 de outubro de 1951 ingressou no Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Estado de Santa Catarina. Exerceu as funções de Engenheiro Residente em Chapecó, São Joaquim e Caçador, além de ser designado Coordenador Regional do DER no Vale do Rio do Peixe.

Casou-se com Malba Palma Faoro em 03/07/1954, com quem teve 3 filhos, Ilvaita, Ivan e Paola.

Em 25 de abril de 1966 foi nomeado Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas (atualmente Secretaria de Estado de Infraestrutura).

Devido ao seu dinâmico trabalho, foi Diretor de Construções do DER, em Florianópolis. Posteriormente, voltou à direção do DER, resultando, graças ao seu trabalho junto ao Governo, no asfaltamento da rodovia entre Caçador e a BR 116, uma obra iniciada em 1973 e terminada em 1977, no governo Antônio

Carlos Konder Reis. A extensão da rodovia foi de 65,4km e, como resultado, desde então favorece o progresso da região, “escoando a grande e diversificada produção” regional, conforme desejava Lourenço Faoro.

Continuando a sua caminhada e graças a competência demonstrada, foi designado Diretor Administrativo-Financeiro da COHAB. Neste período, foi o responsável pela primeira construção de casas populares em Caçador, dando início a hoje designada Cohab I, no bairro Rancho Fundo. Em seguida, conseguiu recursos do governo estadual para o asfaltamento do prolongamento da Avenida Barão do Rio Branco, hoje denominada Avenida Fahdo Thomé.

No DER, local onde atuou durante toda a vida e constituiu um grande círculo de amigos, muitos dos Engenheiros que trabalharam ou que hoje ainda trabalham nesse órgão, citam que Lourenço foi um dos baluartes e exemplos de destaque a serem seguidos como exemplo profissional e ético.

Em reconhecimento aos serviços prestados a Caçador e por proposta do então Vereador Cid dos Anjos, recebeu o título de Cidadão Honorário de Caçador, em 1991. Essa, provavelmente, foi a homenagem que mais o orgulhou em vida, já que tornou-se oficialmente filho da terra que o acolheu e que tanto ele amava.

Lourenço Faoro faleceu em 15 de setembro de 1993, aos 72 anos de idade.

Após seu falecimento e em reconhecimento às realizações durante a sua vida, os seus Companheiros do Rotary Clube de Caçador desencadearam um movimento de denominação da rodovia SC 302, que resultou primeiramente na indicação do então Vereador Mauro Ceccatto na Câmara de Vereadores de Caçador e, em seguida, na indicação do Deputado Reno Caramori e aprovação pela Assembléia Legislativa e sancionado pelo então Governador Paulo Afonso Vieira. Dessa forma, a SC 302 foi designada como Rodovia Dr. Lourenço Faoro.

Mais tarde, através desta lei 2437/2007, o acesso da entrada de Caçador pela rodovia que leva o seu nome recebeu o nome de Avenida Engenheiro Lourenço Faoro.

(adaptado de seus filhos, em 26/02/2016)

RUA LOURIVAL ELYAS

Extensão: 100 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2925/2012

Lourival Elyas nasceu no dia 28 de janeiro de 1935 em Porto União – SC, filho do engenheiro Evêncio Elyas e da professora Iracema Granier Linz Elyas, seguiu os passos do pai, iniciando aos 11 anos, na agrimensura e topografia.

Depois de acompanhar Evênclo por seis anos, Lourival diplomou-se técnico em agrimensura aos 17 anos.

Em 1958 Lourival casou-se com Leonida Mondes Elyas. mudando-se para Videira – SC. No dia sete de março do ano seguinte, Leonida deu à luz ao primeiro filho do casal, Janini. Pouco tempo depois, dois novos bebês aumentaram a família. Carmem Lúcia (18 de novembro de 1960) e Elisabet (19 de janeiro de 1962).

Na década de 1960, mesmo morando em Videira, Lourival passou a atender alguns clientes em Caçador. A prestação de serviços, que começou com a empresa Primo Tedesco, na época comandada pelo Comendador Primo Tedesco, estendeu-se rapidamente a outras pessoas e empresas da cidade. Tudo isto fruto do ótimo relacionamento profissional e pessoal de Lourival com seus clientes.

No dia 21 de fevereiro de 1966, nasceu o quarto filho do casal Elyas, Lourival Filho, o último concebido em Videira já que, em fevereiro de 1971 a família mudou-se definitivamente para Caçador.

A mudança aconteceu porque o mercado de Caçador era mais promissor que o de Videira, e também a pedido dos principais clientes do patriarca da família Elyas. E assim, alguns meses depois, nasceu, no dia 20 de agosto de 1971, o quinto filho do casal, James.

Em Caçador, residindo no bairro Paraíso com a esposa e os filhos, Lourival passou a atender parcela significativa das empresas e pessoas da cidade. Na agrimensura foram medidos milhares de hectares, divisões, inventários e perícias – nestas atuando como perito das partes e do Juiz.

Em meio ao sucesso e prosperidade pela qual passava a família, mais uma alegria: no dia 18 de fevereiro de 1975 nasceu Luciana Karina, filha caçula de Leonida e Lourival. Um ano depois do nascimento, o pai de Luciana, foi um dos pioneiros a absorver e difundir a idéia de que a matéria prima da região, a araucária, um dia iria acabar e, diante disto, as empresas que quisessem sobreviver teriam obrigatoriamente que começar a reflorestar com espécies como pinus e eucalipto.

Para provar isto, Lourival buscou mecanismos através da Lei de Incentivo ao Reflorestamento. O fruto deste trabalho, desenvolvido em parceria com a empresa IMARIBO (Industrial Madeireira Rio Bonito), na época uma das maiores referências em reflorestamento em Santa Catarina, junto ao extinto

IBDF (Instituto Brasileiro de Reflorestamento), foi dele o 2º Projeto Federal brasileiro aprovado pela Lei de Incentivo ao Reflorestamento.

Preocupado com o futuro do meio ambiente, Lourival sempre defendeu a bandeira de que toda propriedade deveria preservar uma significativa mata ciliar bem como o entorno das nascentes dos rios.

Desta forma, ele passou a atuar fortemente em projetos e implementações de loteamentos na cidade de Caçador, Videira e Fraiburgo, sempre levando em conta a crescente demanda das cidades. O primeiro dos projetos, em Caçador, foi o Loteamento Sorgatto, ao fundo do Cemitério Municipal. Lourival construiu ao todo seis mil lotes. Calculando-se uma média de três pessoas por lote, seriam 18 mil pessoas morando em terrenos implementados e projetados por ele.

Já no ponto de vista tecnológico, Lourival foi um dos primeiros no estado a utilizar o computador para cálculos topográficos, em 1986. Preocupado com as questões ligadas a classe dos técnicos, o agrimensor, passou a integrar, nos anos 90, as comissões do CREA-SC e atuou na fundação da ATESC (Associação dos Técnicos Industriais de Santa Catarina), assumindo alguns anos depois uma cadeira como conselheiro do CREA.

Em 1993 Lourival ficou viúvo de Leonida e casou-se, dois anos depois, Com Célia Fátima Pandini, sua companheira até o último dia de vida.

Em 2003 ele recebeu uma homenagem da ATESC pelos 51 anos de profissão. No mesmo ano, uma triste notícia veio à tona, foi identificado o câncer no estômago de Lourival. Ele se submeteu a uma cirurgia para retirada de 75% do órgão e, apesar das muitas dificuldades provenientes da grande perda de peso por conta da cirurgia, ele pôde seguir sua vida profissional e pessoal.

Em 2006, Lourival paralisou suas atividades profissionais, completando 54 anos na agrimensura. Durante toda sua trajetória profissional somente por um curto período ele não atuou na agrimensura, mas em outra atividade ligada a esta: neste período ele trabalhou como avaliador de propriedades no Banco do Brasil, para a liberação de financiamento agrícola.

No dia três de janeiro de 2007 Lourival descobriu que estava novamente com câncer. Desta vez não havia um tratamento possível e a doença acabou lhe levando a óbito no dia 19 de fevereiro do mesmo ano, ainda no bairro Vila Paraíso e ao lado da segunda esposa.

RUA LUCIA DONIDA SANTI

Extensão: 160 metros

Bairro: Martello

Lei 1210/1997

Lucia Donida Santi, filha de Valentim Donida e Joanna Donida, nasceu em Antônio Prado – RS, no ano de 1884.

Casou-se com Francisco Santi e com ele passou a residir no então segundo distrito do Município de Erechim, hoje Getúlio Vargas – RS. Lá estabeleceram-se no ramo de serraria.

Em 1936, transferiram-se para Caçador, tendo seu marido, auxiliado por seu genro, Lucídio Alves Pacheco, casado com sua filha primogênita Adélia Julieta Pacheco, instalado uma serraria nas terras próximas à estação de Presidente Pena, em Caçador.

Lucia manteve sua residência na cidade, cuidando do lar e da família. Com o falecimento de seu marido, foram paralisadas as atividades das serrarias da família.

Feito o inventário de seus bens, seus herdeiros, de comum acordo, abriram mão de suas partes na partilha em favor de Lucia Santi que, em 1949, reiniciou as atividades da serraria, desta feita ainda com a colaboração de seu genro Lucídio e sua filha Adélia.

Lucia Donida Santi faleceu em 19 de outubro de 1961, aos 77 anos de idade, vítima de embolia cerebral.

Sua família (ela, seu marido, sua filha mais velha e seu genro) dão nome às ruas do Loteamento Vila Justina II, no bairro Martello, mantendo a proximidade de seus nomes, da mesma forma que foi a proximidade de suas vidas.

RUA LUCIANO VICTÓRIO BIASI

Extensão: 350 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 517/1992

Luciano Victório Biasi nasceu aos 07 de janeiro de 1906, em Veranópolis – RS. Filho de Giuseppe Biasi e Dona Maria Zanella, imigrantes italianos.

Veio para Caçador em maio de 1938. Sua profissão era a de comerciante. Com a ajuda de sua esposa, Therezinha Francisca Lago Biasi, iniciou sua atividade em 1940, com uma modesta casa comercial, que evoluiu para um armazém, chamado de "Armazém Popular", situado à Rua Getúlio Vargas, 320.

Teve dez filhos: Arialdo, Maria, Lídia, Rita, José, Egydio, Rita, Neli, Antônio e Marli Maria.

Em fins de 1968, abriu uma nova casa comercial, sito à Avenida Barão do Rio Branco, 747. Um destaque importante ressalta este evento: era o primeiro supermercado de Caçador. Aproximadamente um mês após foi também ofertado a Caçador o Supermercado Myatã.

Muitíssimas famílias caçadorenses serviram-se da casa comercial, tanto do Armazém como do o Supermercado Biasi, pois além da atenção familiar, muitíssimas mercadorias eram ofertadas e o crédito era o seu modo de trabalhar: pagava-se quando o cliente recebia seu salário, ou então 1, 2 ou mais meses após, sem juros. A honestidade era uma de suas grandes virtudes: o freguês tinha razão. A freguesia passava de pai para filho.

Luciano Victório Biasi passou os últimos anos de sua vida acamado, tendo ocorrido seu falecimento em 10 de janeiro de 1985, no Hospital Maicé.

Muito contribuiu para o crescimento desta cidade, retribuindo o acolhimento que teve, pois além do seu armazém e do primeiro supermercado caçadorenses, muitíssimas famílias dependeram de seu trabalho, dedicação, atenção, e sentiram sua bondade e honestidade.

(adaptado de texto de seu filho José Biasi, em 30 de março de 1992)

RUA LUCÍDIO ALVES PACHECO

Extensão: 480 metros

Bairro: Martello

Lei 1211/1997

Lucídio Alves Pacheco, filho de João Alves Pacheco e Francisca Lemos Pacheco, nasceu em Santa Maria – RS, no ano de 1904.

Casou-se com Adélia Julieta Pacheco em 11 de setembro de 1929, quando foram residir no então Segundo Distrito de Erechim, hoje Getúlio Vargas – RS. Lá, abraçou os ideais de seus sogros e, em companhia de seu sogro, Francisco Santi, em 1936 veio para Caçador, onde montaram uma serraria próxima à estação de Presidente Pena.

Como não existiam máquinas, tudo era feito às custas do trabalho braçal, com picaretas. O transporte de madeiras era feito com carretões puxados por juntas de bois. O estaleiramento de toras também era feito com bois. Na época tinham uma charrete que era utilizada para o transporte de pessoas.

O escoamento da produção era difícil, e feito pela estrada de ferro, sendo as madeiras depositadas no então chamado “quadro da estação”. Depois, o transporte passou a ser feito por caminhões de pequena capacidade de carga.

Com o falecimento de seu sogro, Francisco Santi, a serraria foi fechada por dois anos, reabrindo em 1949. Após o encerramento definitivo das atividades da serraria, Lucídio continuou residindo em Presidente Pena, agora com atividades na agricultura até 1959, ocasião em que transferiu sua residência para a cidade, exercendo atividades de comércio à rua Luiz Tortatto.

Percebendo que para o desenvolvimento do bairro seria necessário lotear algumas áreas de terras, idealizaram um loteamento que foi concretizado em 1961, o “Loteamento Vila Nova”.

Lucídio Alves Pacheco faleceu em 30 de abril de 1963, aos 59 anos de idade.

Sua família (ele, sua esposa e seus sogros) dão nome às ruas do Loteamento Vila Justina II, no bairro Martello, mantendo a proximidade de seus nomes, da mesma forma que foi a proximidade de suas vidas.

RUA LUCILLA BRANDT BALENA

Extensão: 130 metros

Bairro: Martello

Lei: 2953/2012

Lucilla Brandt Balena, filha de Pedro Brandt e de Maria Weisheimer, nasceu em São Sebastião do Caí – RS, no dia 28 de abril de 1905.

No final da década de 1920 mudou-se para Rio das Antas – SC, juntamente com seus familiares, que lá se dedicaram ao comércio.

Em 9 de janeiro de 1931, casou com o senhor Pedro João Balena e deste casamento nasceram dois filhos. (Este foi o primeiro casamento realizado no distrito de Santo Antonio de Taquara Verde, naquela época pertencente a Porto União).

Na época do casamento, estava em construção a estrada que ligava Caçador a Curitiba. Convidados pelos empreiteiros da construção para fornecer alimentação aos empregados, aceitaram a incumbência, e Dona Lucilia era a

que comandava a cozinha que estava montada embaixo de uma lona. Trabalhou nesta empreitada quase até o final da construção.

De volta a Caçador, adquiriram uma chácara na Rua Irmão Tomaz, mais precisamente onde hoje se localiza o Clube Juventude. Ali ajudou o marido a formar um parreiral cuja produção de uvas era toda remetida ao mercado paulista.

No início de 1950 em novo local, agora na colônia Bugre, continuou com os trabalhos da lavoura.

Lucilla Brandt Balena faleceu em 23 de dezembro de 1990, aos 85 anos de idade.

RUA LUIZ ANDREOLLA

Extensão: 180 metros

Bairro: Centro

Lei 83/1986

Luiz Andreolla, filho do imigrante italiano João Andreolla e de Silvia Andreolla, nasceu em Fernandes Pinheiro – PR, no ano de 1915.

Casado com Alice Andreolla, teve dois filhos: Neusa Andreolla de Souza e Luiz Carlos Andreolla.

Luiz Andreolla faleceu em 01º de outubro de 1974, aos 59 anos de idade.

Uma decisão judicial de 2014 alterou o sobrenome de sua família, passando a ser o correto “Andreola”, com apenas um “l”. A lei da rua continua com a mesma grafia.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA LUIZ CAETANO FRANCIO

Extensão: 600 metros

Bairro: Figueroa

Lei 67/1985

Luiz Caetano Francio nasceu em 21 de junho de 1899, na cidade de Garibaldi, Rio Grande do Sul, filho de João Baptista Francio e Elizabeta Cagliari, ambos nascidos em Trento, Itália.



Exerceu as atividades de agricultura no Rio Grande do Sul. A partir de 1919 de agricultura e serraria no interior do município de Luzerna, na localidade de Passo da Invernada nos confins com o município de Água Doce-SC. Atividades de marcenaria, comércio de móveis e serraria em Cambé – PR e, de serraria e beneficiamento de madeiras em Joaçaba – SC.

Chegou a Caçador no dia 02 de novembro de 1949 onde, juntamente com seu irmão Manoel Francio e outros sócios, participou, como sócio quotista, da reativação da empresa Sociedade de Industrias e Construções Ltda, hoje SINCOL S.A. Industria e Comércio, nela trabalhando até o seu falecimento em 1961.

Casou-se em 5 de maio de 1941 com Juliana Debertolis Francio, com quem teve três filhos: Augusto Antonio Francio, Maria Madalena Francio Sgarbi e Brígida Elizabeth Francio Kindermann, todos residentes em Caçador e com atividades junto às empresas Frame Madeiras Especiais Ltda., Juliana Florestal Ltda. e Hotel Kindermann.

Luiz Caetano Francio faleceu em 20 de dezembro de 1961, aos 62 anos de idade.

A via denominada com seu nome é, atualmente, a via de acesso principal das empresas Frame Madeiras Especiais Ltda. e Juliana Florestal Ltda., em Caçador.

RUA LUIZ CARAMORI

Extensão: 150 metros

Bairro: Centro

Lei 14/1972

Luiz Caramori, natural do Rio Grande do Sul, foi um próspero comerciante da localidade de Floriano Peixoto, na época pertencente ao Município de Getúlio Vargas, onde foi proprietário do estabelecimento comercial denominado “Casa de Comércio Luiz Caramori e Filhos”.

Filho de Henrique Caramori e Rosa Davi, casou-se com Catarina Bavaresco, com a qual teve nove filhos: Verônica, Antônio, Rosa, Adelino, Josefina, Albino, Selvino, Nair e Neli, além de Maria e Albina, filhas de um primeiro matrimônio.

Na década de 1950 estabeleceu-se na cidade de Caçador, onde viveu até seu falecimento.

(extraído de texto de sua filha Neli, em 16/02/2016)

RUA LUIZ CARLOS ANDRIOLA

Extensão: 120 metros

Bairro: Berger

Lei 739/1993



Luiz Carlos Andreola (seu sobrenome deveria ser originalmente grafado como “Andreolla”, porém, uma decisão judicial de 2014 reconheceu como a grafia correta “Andreola”. Diferente de qualquer opção, a grafia adotada pela lei não enquadra-se nesta determinação), filho de Luiz Antônio Andreola e Alice Andreola, natural de Caçador, nasceu em 27 de maio de 1946.

Estudou o ginásio no Colégio Paulo Schieffler. Iniciou suas atividades profissionais, no ramo da marcenaria, aos 15 anos de idade, na Indústria de Móveis Marpi, quando esta ainda funcionava na Rua Cruzeiro do Sul (atual Sigfried Helmuth Lührs).

Trabalhou em várias empresas, como: A Maravilha dos Móveis, Indústria de Móveis Mauá, Fábrica de Móveis Kool, além de trabalhar durante 6 anos na empresa Frame Madeiras Especiais, como marceneiro profissional, passando a superior.

Casou-se aos 27 anos de idade com Jandira Gonçalves Cordeiro Andreola, no dia 21/10/1972. Tiveram 3 filhos: Ciro Luiz, Enio Elton e Suzana Aparecida.

Vítima de linfoma, faleceu aos 45 anos de idade, em Florianópolis, aos 13 de junho de 1991.

RUA DOM LUIZ COLUSSI

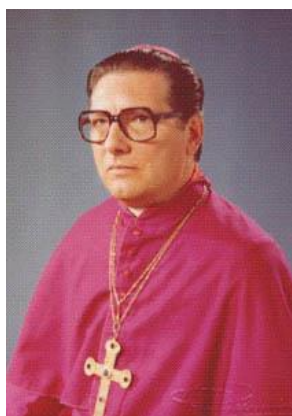
Extensão: 110 metros

Bairro: Berger

Lei 1425/1999

Luiz Colussi, filho mais novo de Lino Colussi e de Margarida Dagualuzzo Colussi, nasceu em Bento Gonçalves – RS, aos 17 de julho de 1931.

Ingressou no seminário aos 11 anos de idade, sendo ordenado Padre quinze anos depois, em 01/12/1957, no Rio Grande do Sul. Foi eleito Bispo Auxiliar de Londrina – PR em 03/01/1978 e sagrado em 07/03/1978, naquela mesma cidade.



Depois, foi nomeado Bispo Coadjutor de Lins, em 28/03/1980, assumindo como titular daquela diocese em 11/10/1980.

Sua transferência para Caçador ocorreu em 1983 e sua posse aconteceu na Catedral São Francisco de Assis em 05/02/1984, sendo o terceiro bispo diocesano, vindo a substituir Dom Oneres Marchiori, recém designado para a Diocese de Lages – SC.

Já na diocese, dedicou bom tempo para tomar conhecimento da realidade pastoral da mesma, com visitas às paróquias e reuniões com os mais diversos segmentos pastorais e da sociedade, o que culminou com uma grande celebração por ocasião da Assembléia Diocesana de 1984, na qual ficou determinado o projeto de “Escuta do Povo de Deus”, que delinearia o planejamento pastoral da diocese nos anos seguintes.

A Diocese, mais especialmente as cidades do Vale do Rio do Peixe, ainda se ressentia da grande enchente de 1983. Mas o novo Bispo, com seu entusiasmo a todos contagiava, angariando o apoio e o empenho principalmente das lideranças eclesiais, para o fortalecimento da Igreja Diocesana, que agora se impunha, de uma maneira arrojada, três características bem definidas: ser uma Igreja *participativa, comprometida com os problemas do povo e libertadora*, assumidas na Assembléia Diocesana de 1985.

Desde então, estas características deram o tom das atividades diocesanas até que, em 1991, no horizonte pastoral da diocese descortinava uma quarta característica: ser também uma Igreja *missionária*, a fim de responder aos anseios do povo e ser fiel aos ensinamentos de Cristo.

Ganhou força a idéia de uma Igreja ministerial, onde o leigo assume o seu papel. A paróquia é compreendida como rede de comunidades e se descobre o papel fundamental dos conselhos pastorais em todos os níveis. Foi marcante o projeto “Resgate das Raízes Históricas” que visava resgatar e conhecer as culturas, origens e história de nosso povo.

O antigo projeto missionário “Igrejas-Irmãs” do Regional Sul 4, amadurece na opção diocesana de entreajuda missionária com a diocese de Jardim – MS, pelo empenho pessoal de Dom Luiz.

Dom Luiz Colussi cultivava especial carinho pela Mãe de Jesus, tendo sido um incansável batalhador desde os primeiros anos na diocese para ver construído aqui um santuário em homenagem a Ela, o que aconteceu, na Paróquia de Fraiburgo, com o Santuário a Nossa Senhora de Fátima.

Homem de profunda espiritualidade e aguçado senso de organização e dinamismo, com uma visão ampla do futuro.

Formado em Filosofia, Teologia e Pedagogia, Dom Luiz, antes de ser ordenado Bispo, foi professor no Seminário e na Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul, Vigário em Marcorama – RS, Professor de Teologia e vice-reitor no seminário maior em Viamão, subsecretário do Regional Sul 3 da CNBB, Professor da PUC – Porto Alegre e Diretor da Escola Santo Estevão para Diáconos Permanentes, em Porto Alegre.

Dom Luiz Colussi faleceu em 04 de dezembro de 1996, aos 65 anos de idade e seu corpo foi sepultado na Catedral São Francisco de Assis, em Caçador.

RUA LUIZ FAVARIN

Extensão: 500 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 14/1972

Luiz Favarin, filho de João Favarin e de Zelinda Favarin, nasceu em Tubarão – SC, no ano de 1904.

Industrial, era casado com Zélia Madalozzo Favarin.

Luiz Favarin faleceu em 31 de agosto de 1971, aos 67 anos de idade, em decorrência de insuficiência pulmonar.

RUA LUIZ MENIN

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2466/2007

Luiz Menin, filho dos imigrantes italianos Ângelo Menin e Catharina Dallagnol Menin, nasceu em 01º de novembro de 1906, na Cidade de Lagoa Vermelha – RS.

Mais tarde mudou-se para Sananduva, juntamente com seus pais, e lá conheceu Santina Dagani em 1924. Quando Luiz contava com 18 anos de idade firmaram matrimônio.

Em 1932, veio a cavalo para Santa Catarina comprar seu próprio pedaço de terra, onde adquiriu dois terrenos, o primeiro era conhecido como Jangada "Serraria Grande", e logo em seguida na Linha Cará (terreno que era de propriedade do senhor De Matias).

No ano de 1933, já com 4 filhos, Doralina, Domingos, Verônica e Albina, vieram para o então vilarejo de Rio Caçador, fixando domicílio na Comunidade da Linha Cará, onde permaneceram por trinta anos, ajudando no desenvolvimento de nosso município. Trabalhando na agricultura, e mais tarde na construção do primeiro hospital da cidade. Também ajudaram na construção da catedral São Francisco de Assis. Luiz Menin adquiriu fama na cidade exercendo o ofício de Castrador de Porcos.

Logo após este período, optaram por vender os terrenos, e juntamente com sua família em 1963, fixaram residência na cidade. Sua família ao todo contou com dez filhos.

Em 31 de maio de 1984, veio a falecer no Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos, na cidade de Caçador. As boas lembranças ficaram para sempre guardadas em nossas memórias, na esperança de podermos nos encontrar novamente em um excelente lugar com um excelente anfitrião, Jesus Cristo. Luiz Menin deixou um grande espaço vazio.

(adaptado de texto de sua família)

RUA LUIZ PEREIRA DOS SANTOS

Extensão: 260 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2781/2010



Luiz Pereira dos Santos, filho de Francisco Pereira dos Santos e de Antonia Maria dos Santos, nasceu em Ponte Alta do Norte – SC, em 15 de dezembro de 1964.

Casou-se com Celeni Ramos, de quem separou-se judicialmente, e com quem teve 2 filhos, Thiago Pereira dos Santos e Luiz Henrique Pereira dos Santos.

Possuía o ensino médio completo e o curso de Técnico em Segurança do Trabalho, cargo que exerceu em seu período de trabalho na empresa Sincol,

de 1980 a 1995. Além disso, foi sócio gerente da Comercial Luthiago, de 2005 a 2008.

Em 04 de junho de 2008, um acidente rodoviário ocorrido na BR – 116, em Santa Cecília, ceifou sua vida, aos 43 anos de idade.

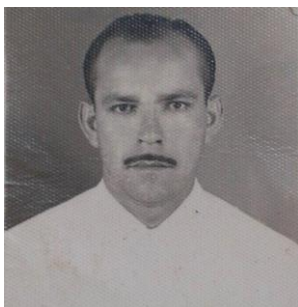
RUA LUIZ SIMAS

Extensão: 250 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966

Luiz Pedro Simas, filho de Pedro Nicolau Simas e Maria Carlota Simas, nasceu em Tijucas – SC, aos 04 de junho de 1927, Com origens indígena (populações autóctones xokleng/kaingang) e portuguesa (imigrantes da Ilha Terceira nos Açores).



Casou-se em São João Batista - SC em 1949 com Córa Varella Laus, mudando-se depois para Blumenau onde nasce o primeiro filho Egeu, em 26/06/1951.

No início de 1952 mudam-se para a Serraria Santa Cecília, a 50 km de Caçador, na Serra da Esperança, onde Luiz Simas foi ser gerente da serraria que também produzia pasta de papel, no período áureo da extração dos pinheiros das florestas de araucárias da região.

Em 1956 transferem-se definitivamente para Caçador, já com mais dois filhos nascidos: Pedro Luiz (30/07/1953 em Porto Alegre) e Ricardo (26/09/1954 em Caçador). Passam a residir no bairro do D.E.R. na rua Carlos Coelho de Souza, onde nasce o último filho Cesar (10/06/1957). Mudam-se depois para o Centro numa casa de 2 andares que existia na esquina da Rua Conselheiro Mafra com Travessa General Osório. Depois de alguns anos vão morar em casa própria construída na rua Curitiba (mais ou menos em frente onde hoje é a Casa da Cultura), onde Luiz Simas permanece até sua morte em 1963.

Luiz Simas teve atuação social destacada em Caçador, sendo um dos sócios-fundadores do Lions Club da cidade (1961), junto com sua esposa Córa Laus Simas, escritora e poetisa que manteve programa cultural na Rádio Caçanjurê ZYZ-7 e no jornal da cidade. Mas sua grande paixão, pela qual batalhou intensamente em Caçador eram os esportes. Conhecia profundamente voleibol, basquete e futebol. Foi juiz de futebol, além de técnico e dirigente

esportivo. Foi também cronista esportivo e locutor de esportes na Rádio Caçanjurê. É lembrado no ambiente social e esportivo da cidade por três grandes realizações: a primeira foi a organização legal e institucional dos clubes de futebol locais com a criação da Liga Caçadoreense de Desportos (onde sugeriu maliciosamente que se adotassem as cores vermelho, preto e branco, pois o Flamengo era seu time de coração) que permitiu aos clubes serem integrados ao Campeonato Catarinense de Futebol. A segunda foi a consolidação do Estádio Municipal de Futebol (onde funcionava o Destacamento do Exército “Tiro de Guerra 172”) liderando uma campanha para a construção de alambrados e arquibancadas (que foram instaladas originariamente do lado do Rio do Peixe); e a terceira grande realização foi a iniciativa para a construção da “Praça de Esportes Caçador” (nome por ele sugerido), quadra poliesportiva municipal que existia onde hoje se localiza a sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Santa Catarina. A praça acabou sendo denominada como Praça Luiz Simas, e localizava-se no espaço atualmente ocupado pela Prefeitura Municipal.

Manteve até sua morte uma coluna sobre esportes intitulada “No Mundo da Bola” no Jornal de Caçador (de José Giacomini Filho, o Timpa). Querido por todos na cidade, era grande amigo do ex-prefeito Dr. Carlos Alberto da Costa Neves (médico pessoal da família) e de Jucy Varella, que depois seria também prefeito. Homem cordial e amável, faleceu com apenas 36 anos de idade, no dia 12 de setembro de 1963. A seu enterro, no Cemitério de Caçador, depois de ter sido velado na Câmara Municipal, compareceram personalidades políticas e sociais, além de esportistas, jogadores e o povo simples da cidade onde ele viveu com alegria.



Inauguração da Praça Luiz Simas, em 08 de dezembro de 1961, com a presença do Prefeito José Kurtz, descerrando a fita, e o homenageado Luiz Simas, à direita, de gravata.

Os jogos esportivos por ocasião das festividades no dia Primeiro de Maio, foram nomeados de “Torneio do Trabalhador Luiz Simas” em homenagem ao seu incansável trabalho pelos esportes e seu amor pela cidade de Caçador.

(extraído de texto de sua família, em 04/02/2016)

RUA LUIZ SOUZA CORRÊA

Extensão: 260 metros

Bairro: Martello

Lei 1831/2002

Luiz Souza Corrêa, filho de Antonio Souza Corrêa e de Maria Benta Corrêa, nasceu em Lages – SC, aos 25 de agosto de 1925.

Veio para Caçador ainda jovem e aqui constituiu família. Casou-se em primeiras núpcias com a senhora Angelina Souza Corrêa, com quem teve cinco filhos: Tereza, Luiz Carlos, Renato, Laury e Gilberto. Viúvo, casou-se em segundas núpcias com Nelci Maria Bach Corrêa, com quem teve seis filhos: Maria Leonilda, Antonio Natalício, José Leandro, Roseli, Noeli de Fátima e Terezinha.

Desde jovem, Luiz sempre trabalhou. Ferroviário, iniciou como manobreiro e em seguida foi chefe de trem. Aos 25 anos, Luiz sofreu um acidente enquanto trabalhava. Ao descer do trem para manobrar a chave de mudança dos trilhos ele caiu, e o trem passou por cima de sua perna direita.

Este acidente modificou toda a sua vida, mas Luiz não desanimou. A partir daí, Luiz continuou a trabalhar conforme suas condições físicas, sempre se dedicando à família e, na medida do possível, colaborando com a sua comunidade e se tornando exemplo de vida e persistência para a sua família e conhecidos.

Luiz de Souza Corrêa faleceu no dia 18 de junho de 2001, aos 75 anos de idade.

(adaptado de texto do Vereador Osmar Barcaro)

RUA LUIZ TORTATTO

Extensão: 2.400 metros

Bairro: Gioppo, Nossa Senhora Salete

Lei 12/1951



Luiz Tortatto era natural da cidade italiana de Veneza e chegou ao Brasil com 12 anos de idade.

Estabeleceu-se na cidade de Porto União, onde casou-se com a Sra. Ana Santana da Luz. De Porto União, transferiu-se para Curitiba – PR, de onde retornou para Porto União, vindo a seguir para Caçador.

Foi o construtor da primeira serraria aqui existente, instalada na localidade de Caixa D'água, a 3 quilômetros da cidade, na estrada para Porto União.

Construiu sobre o Rio Caçador a primeira ponte, no mesmo local da atual “Ponte do Mandelli”, logo acima da ponte ferroviária, existente na confluência do Rio do Peixe e Rio Caçador.

Instalou em Caçador o 1º telefone particular em 1927 ou 1928, e cinco anos mais tarde (1933), o primeiro telefone público, trazendo também para cá o primeiro automóvel, de marca Chevrolet.

Exerceu em Caçador a função de carpinteiro. Seu esporte preferido era o jogo de bochas e a caça. Está sepultado no Cemitério de Porto União.

RUA LUIZA D'AMBROZ FAORO

Extensão: 200 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2608/2009

Luiza D'Ambroz Faoro, filha dos imigrantes italianos D'Ambroz Giovani e de Angela D'Ambroz, nasceu em Caxias do Sul – RS, em 11 de janeiro de 1890.

Casou-se com Atilio Faoro em 20/02/1911. Teve 12 filhos: Laurindo Faoro, Ernesto Faoro, Ângela Faoro, Alfredo Faoro, Égide Faoro Kniebel, Lourenço Faoro, Aurora Faoro Madureira, Raymundo Faoro, Norma Faoro Ayala Gimenez, Alcebíades Faoro, Vilma Faoro Coelho de Souza, Júlia Faoro Sarmiento de Moraes Pimentel.

Frequentou a Escola Primária Estadual em Caxias do Sul e Antônio Prado. A partir de 1920 morou no 4º distrito de São Luiz Gonzaga, município de Vacaria (atualmente município de Ipê) onde, juntamente com seu marido, estabeleceram-se com casa de comércio. Em 1926 transferiram seus negócios para a vila de São Pedro do Ipiranga.

Em dezembro de 1931, a família Faoro transferiu-se para a Estação de Rio Caçador, então distrito de Campos Novos, onde estabeleceram-se com sua casa de comércio, administrada por Luiza e seus filhos mais velhos, enquanto Atílio Faoro, empreendedor de grande visão, construía suas usinas hidrelétricas aproveitando o potencial do Rio do Peixe e transformando a vila na moderna cidade de Caçador.

Em 1938, Luiza D'Ambroz Faoro ficou viúva, tendo que assumir sozinha a responsabilidade de dar continuidade às empresas da família, casa de comércio e hidrelétricas. A empresa de Atílio Faoro foi dissolvida, sendo criada a empresa Viúva Atílio Faoro & Filhos, administrada por Luiza. Esta empresa foi sucedida pelas empresas Casa Ferro Mercantil Ltda., comércio em geral, e Cia Bonsucesso de Eletricidade, empresa produtora e transmissora de energia elétrica.

Luiza D'Ambroz Faoro faleceu em 05 de dezembro de 1968, aos 78 anos de idade.

RUA PROFESSORA LUIZA RAISEL

Extensão: 200 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 20/1967

Dentre as 67 ruas nomeadas pela lei nº 20/1967, praticamente todas faziam parte de loteamentos que buscavam alguma regularidade na nomeação das ruas. Nomes indígenas, nomes de países, de estados brasileiros e de cidades catarinenses deram a tônica às nomeações desta lei. Apenas duas exceções a esta regra foram utilizadas, com 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses, Professora Luiza Raisal e Martinho Inácio da Trindade.



Luiza Driessen Raisal, nascida em Caçador em 12 de outubro de 1917, fez o curso primário no Colégio Aurora e o curso normal no Colégio Santos Anjos de Porto União. Casou-se no dia 12/10/1937.

Foi professora no grupo escolar Professor Paulo Schieffler e diretora do grupo escolar Salgado Filho. Foi uma mulher que realmente fez do ensino um ideal de vida.

Ao falecer, em 04 de maio de 1963, deixou seis filhos, todos nascidos nesta cidade.

(texto de Izaltino Raisal, prefeito de Caçador entre os anos de 1945 e 1946 e esposo de Luiza Raisal, em 12 de setembro de 1967)

RUA MACIEIRA

Extensão: 180 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 656/1993



Macieira é um município catarinense, distante cerca de 45 quilômetros de Caçador e que, até o ano de 1992 fazia parte de nosso município. Exatamente no dia 30 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 8.560, fica criado o município de Macieira, desmembrado do município de Caçador.

Os antecedentes históricos de Macieira têm por marco a chegada de jagunços, por volta de 1890, únicos habitantes do lugar, que lidavam com plantação de milho, feijão e trigo.

Mais tarde, em torno de 1935, vieram algumas famílias italianas e alemãs como: Raimundo Mendes, José Colombo, Augusto Royer, Francisco Schuh, vindos do Rio Grande do Sul e posteriormente de Urussanga e Lages.

A origem do nome de Macieira, prende-se ao fato de os colonizadores construírem suas casas perto de três enormes e vistosos pés de maçã. Construíram casas de estilo exótico, parecidas com paióis, por esse fato o povoado era conhecido por “Paio da Macieira”.

Em 1952, Macieira tornou-se Distrito de Caçador, localizando-se a uma distância de 48 km da sede, o que dificultava a sua manutenção.

Com o crescimento da comunidade, também cresciam as dificuldades geradas por esta distância.

Em 1972, nascia o movimento popular para formar um novo município, seguir seu próprio caminho, a fim de suprir suas deficiências e dificuldades.

De 1972 a 1992, foram organizadas Comissões, compostas de pessoas da Comunidade, com o propósito de emancipar o Distrito.

Seus pouco mais de 1800 habitantes têm na agricultura o principal eixo econômico, com uma população predominantemente rural. Destacam-se a produção de milho, tomate e pimentão, além da criação de suínos, aves e gado leiteiro.

A criação do novo município, e a consequente perda por parte do município de Caçador, foi bem absorvida pela comunidade caçadoreense, que não insurgiu-se contra o movimento, tanto que, um ano após a criação do município de Macieira, era denominada como “Rua Macieira”, uma das ruas de nossa cidade, ao lado de diversas outras ruas com nomes de municípios.

RUA MAFRA

Extensão: 150 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.

A Rua Mafra não deve ser confundida com a Rua Conselheiro Mafra, que já existia quando da denominação da primeira. A Rua Mafra faz referência ao município de Mafra que, por sua vez, teve seu nome dado em homenagem à pessoa do Conselheiro Mafra que foi um jurista catarinense que atuou em defesa dos interesses catarinenses nos limites questionados pela Guerra do Contestado.



Mafra é um município catarinense situado no planalto norte do estado, fazendo divisa com o Paraná, junto à cidade paranaense de Rio Negro. Fica a cerca de 200 quilômetros de Caçador.

Com uma população de mais de 50 mil habitantes, tem na agricultura e na indústria suas principais atividades econômicas, além de ser um importante entroncamento rododiferroviário.

Sua colonização está intimamente ligada à abertura da “Estrada da Mata”, (atual BR-116) antigo caminho tropeiro por onde eram levadas as criações de gado saídas das áreas produtoras no Rio Grande do Sul e de Lages até os grandes centros consumidores. A cidade desenvolveu-se como um único núcleo urbano, juntamente com a cidade de Rio Negro, junto ao rio de mesmo nome, afluente do Rio Iguaçu. Nesta época da colonização, a região toda era considerada território paranaense, pertencente ao município de Rio Negro, situação que só se alterou após o acordo de limites entre os dois estados, em 1916 e, em 08 de setembro de 1917 era criado o município de Mafra,

separando as cidades a partir dos limites do rio. Tal relação com o estado do Paraná pode ser percebida entre os habitantes da cidade, muito mais envolvidos com os fatos e questões de Curitiba do que com os de Florianópolis, apesar de ser seu centro administrativo estadual.

Mafra destaca-se muito na agricultura, tanto em produção quanto em produtividade, tudo isso devido a grande área do município possui, e à fertilidade do solo. A maior produção ocorre com as culturas de soja, milho, feijão, trigo, cevada e fumo. Há que destacar também, a produção de mel, cuja qualidade é reconhecida internacionalmente.

RUA MANAUS

Extensão: 230 metros

Bairro: Bello, São Cristóvão

Lei 04/1968



Manaus é um município brasileiro, capital do estado do Amazonas e o principal centro financeiro, corporativo e econômico da Região Norte do Brasil. Localizada no centro da maior floresta tropical do mundo, é uma cidade histórica e estratégica devido a seu porto fluvial de grande porte. Situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões, que a partir daí volta a ter o nome de Rio Amazonas, em território brasileiro.

Destaca-se pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com notáveis museus, teatros, templos, palácios e bibliotecas.

Originalmente fundada em 1669 pelos portugueses com o forte de São José do Rio Negro, foi elevada à categoria de vila em 1832 com o nome de Manaos, em homenagem à nação indígena dos manaós, sendo legalmente transformada em cidade no dia 24 de outubro de 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Somente em 4 de setembro de 1856 voltou a ter seu nome atual.

Ficou conhecida no começo do século XX, na época áurea da borracha, atraindo investimentos estrangeiros e imigrantes de algumas partes do mundo, sobretudo franceses. Nessa época foi batizada como "Coração da Amazônia" e "Cidade da Floresta". Atualmente, com mais de dois milhões de habitantes, seu principal motor econômico é a Zona Franca de Manaus.

RUA MANOEL DE SOUZA SANTOS

Extensão: 420 metros

Bairro: Berger

Lei 604/1992

Manoel de Souza Santos, filho de Amâncio de Souza Santos e Modesta Maria de Souza, nasceu em Bocaiúva do Sul – PR, no dia 17 de setembro de 1909.

Era casado com Albina Zamprônio, com quem teve 9 filhos: Luiza, Leonilda, Azir, Dirceu, Euclides, Maria Ivanilde, Zenir, Sirlei e Juarês.

Em 1927 veio para Caçador, sendo um de seus primeiros moradores. Quando aqui chegou não havia mais que meia dúzia de casas. Enfrentou muitas dificuldades numa terra em que faltavam estradas e escolas para seus filhos.

No início, morou na Colônia Polidoro. Em 1950, deixou a agricultura e veio para Caçador para poder dar estudos para seus filhos, onde morou até seus últimos dias.

Manoel de Souza Santos faleceu no dia 16 de outubro de 1992, aos 83 anos de idade.

RUA MANOEL FRANCIO

Extensão: 130 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 27/1984

Sem Informações - localizada no Loteamento Nova Caçador, antiga Rua "B", sendo transversal da Rua Mato Grosso, no sentido Este-Nordeste.

Irmão de Luiz Caetano Francio

RUA MANOEL LUIZ CORDEIRO

Extensão: 190 metros

Bairro: Berger

Lei 1133/1997

Manoel Luiz Cordeiro, nascido aos 18 de março de 1896, no município de Campos Novos – SC, veio para Caçador no ano de 1920.

Iniciou suas atividades no ramo da agricultura, constituindo família.

Casou-se com a senhora Felicidade Gonçalves Corrêa e teve seis filhos: Venceslau vieira, Etelvina Vieira, Rosa Vieira, Bernardina Vieira, Gomercindo Vieira e Natália Vieira.

O senhor Manoel caracterizou-se como uma pessoa ativa e empreendedora.

Ingressou como tenente da Força Armada na revolução de 1930. Trabalhou para o município, abrindo ruas como feitor de turma de trabalhadores em serviços de terraplenagem de terrenos. Fez a terraplenagem para uma construção no Ginásio Aurora e para o campo da frente do Ginásio. Abriu a rua no fim da Avenida Barão do Rio Branco, que passa na Praça nossa Senhora Aparecida, bem como a terraplenagem para a edificação do Colégio Estadual Paulo Schieffler.

Participou ativamente da vida política do município como membro do Diretório do PMDB.

Foi comerciante na Rua Aquiles de Paula Linhares por muitos anos.

Nos últimos anos de sua vida, dedicou-se a atividades junto ao Departamento de Estradas de Rodagem de Caçador, aposentando-se neste órgão.

Manoel Luiz Cordeiro faleceu aos 81 anos de idade, tendo dedicado sua vida em prol da comunidade caçadoreense.

(extraído de texto de sua filha, Bernardina Vieira da Luz, em 09/04/1997)

RUA MANOEL PEDRO DRIESSEN

Extensão: 400 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 870/1994

Manoel Pedro Drissen, (a grafia presente na documentação de Manoel, de seu pai e de sua mãe é *Drissen* e não *Driessen*. No entanto, a lei que denomina a rua usa a grafia de *Driessen*) nascido aos 22 de abril de 1925, na Fazenda Sant'Ana, município de Porto União, filho de Gertrudes de Camargo Drissen e Luiz Drissen, antigo fazendeiro e tropeiro do sul do país, que no final do século XIX transportava boiadas pelo caminho das tropas a ligar os campos de Uruguaiana à feira de Sorocaba.

Já aos cinco anos de idade, Manoel Pedro Drissen era “madrinheiro” de tropeadas com seu pai e irmãos. Até 1948 com maestria sabia conduzir tropas de gado, muares e cavalos por todos os caminhos da região do Contestado e outras plagas.

Mantendo a tradição agropecuarista da família, Manoel Pedro Drissen veio a residir em Caçador em 1949, após casar-se com dona Nair Carraro Drissen, com quem teve 5 filhos: Dora Lúcia, Vera Rúbia, Antônio Carlos, Volnei e Rogéria.

Em nossa cidade participou ativamente da sociedade e contribuindo para seu desenvolvimento. Adepto das novas tecnologias, suas criações na fazenda destacaram-se nacionalmente.

Com profundas raízes tradicionalistas, foi incentivador e ativo participante dos movimentos da região, sendo um dos fundadores da “Mangueira Caçadoreense”, o primeiro CTG do município.

Manoel Pedro Drissen faleceu em 27 de março de 1993, aos 68 anos de idade, justamente quando preparava-se para prestigiar os rodeios no parque de exposições, por ocasião dos festejos do aniversário do município.

(adaptado de texto publicado no Jornal “A Imprensa Catarinense”, em 03/04/93)

LARGO PREFEITO MANOEL SIQUEIRA BELLO

Bairro: Centro

Lei 653/1993

Manoel Siqueira Bello foi um dos desbravadores do município, estando presente nos eventos que antecederam à emancipação de Caçador. Sua assinatura está presente na ata da Instalação do Município, em 1934.



Filho de Diogo Siqueira Bello e de Maria Francisca Toledo Bello, nasceu em Clevelândia – PR, em 03 de junho de 1902.

Trabalhava em Caçador como Coletor Estadual e Tabelião. Em 1936 foi eleito vereador do município, na primeira legislatura, juntamente com João Rech, Francisco Machado, João Palermo e José Reichmann. Na instalação da Câmara Municipal, ocorrida em 22/04/1936, Manoel Siqueira Bello foi eleito o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Caçador. Esta instalação

da Câmara simbolizava a entrada definitiva do município de Caçador no regime constitucional vigente no país.

Instalada a Câmara, esta daria posse ao primeiro prefeito eleito em Caçador, Carlos Sperança, sendo que os três primeiros, Leônidas Coelho de Souza, Trajano Rocha e Leônidas Cabral Herbster, haviam sido indicados pelo interventor estadual.

Em 1937 (10 de novembro), com o golpe de estado de Getúlio Vargas, denominado “Estado Novo”, as atividades da Câmara foram forçosamente interrompidas, submetendo o município e o próprio estado às determinações oriundas do Rio de Janeiro, então capital federal.

Durante o período do Estado Novo e logo após este período, por duas vezes Manoel Siqueira Bello foi nomeado como Prefeito de Caçador, de 1940 a 1942 e de 1946 a 1947.

Com a volta à normalidade democrática e constitucional em 1947, Manoel Siqueira Bello voltou a ser eleito Vereador, no mandato de 1947 a 1951.

Manoel Siqueira Bello faleceu em 14 de abril de 1981, aos 78 anos de idade.

Uma curiosidade em relação a esta denominação é que o espaço era chamado (e é conhecido até hoje) de Largo Caçanjurê. Segundo relato de Domingos Paganelli, em seu livro “SobreVida”, o então prefeito Manoel Siqueira Bello chegou a sugerir a alteração do nome de Caçador para Caçanjurê, quando, no final da década de 1930, o Departamento de Geografia e Estatística (ou algum órgão da época com esta função) fez um levantamento e listou as cidades brasileiras que eram homônimas, determinando que não poderiam existir duas cidades com o mesmo nome, devendo as mais antigas permanecer com o nome original e a mais nova deveria trocá-lo por outro.

Paganelli relata que em São Paulo havia uma cidade com o mesmo nome da nossa e o Departamento considerou-a como mais antiga, devendo Caçador trocar o seu nome.

O então prefeito, Manoel Siqueira Bello formou uma comissão que, apesar das lamentações, pois ninguém queria fazê-lo, mas era obrigatório seguir a lei, trabalhou para a mudança do nome.

O prefeito chegou a sugerir o nome de Caçanjurê, nome de um cacique, cuja tribo habitou a serra de Taquara Verde. Quando a votação da mudança já estava iniciada, Domingos Paganelli sugeriu que deveria ser feita uma comunicação ao Departamento, argumentando que o nome de nossa cidade estava vinculado à criação da estação ferroviária Rio Caçador, inaugurada em 1910. Desta forma, foi comprovado e reconhecido que Caçador, em Santa

Catarina, tinha o nome há mais tempo, fato que estabeleceu definitivamente o nome.

RUA MARCELINO ANJOS

Extensão: 230 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 441/1991

Marcelino Anjos nasceu em Araucária – PR, no ano de 1896. Filho de Manoel de Souza Santos e Tereza de Jesus, exerceu a profissão de ferroviário (Mestre de Linha).

Marcelino Anjos, oriundo do Estado do Paraná, fixou residência em nossa cidade (àquela época denominada Rio Caçador), em 1930, exercendo sua atividade laboral como Mestre de Linha da Estrada de Ferro.

Evidenciou-se, desde logo, como um cidadão honesto, dinâmico, de larga visão. Por isso mesmo, traduziu-se, efetivamente atuante, na sociedade e na política.

À época, com alguns amigos, dada a sua tenacidade, foi fundador, em Caçador, da U.D.N., realizando, aos tempos de então, oposição a Getúlio Vargas. Após a organização daquela agremiação partidária, passou a dedicar-se à causa abraçada com extrema frequência e regularidade, realizava reuniões na conhecida "Casa Verde", de propriedade do Senhor Elias Abdalla.

Projetou-se, indubitavelmente, como líder, daí porque, foi presidente do Clube 7 de setembro; sócio-fundador do Clube 1º de maio (transformado no Clube Apolo), sócio do 1º cinema aqui instalado.

Acima de tudo, manifestava-se idealista, razão que o levou a participar na organização do 1º Sindicato Operário de Caçador.

Um homem, acima de tudo, de espírito comunitário sempre atento às questões sociais, no que tange às suas desigualdades, naqueles tempos, fatos que já se manifestavam, no seio da comunidade. Generoso e prestativo, chegou a ser conhecido pela alcunha gratificante de “Pai dos Pobres”, dada a frequência com que aos menos favorecidos.

Por uma característica de sua personalidade, voltava sua atenção também à intelectualidade; estudava, inclusive “ciências esotéricas”.

Sempre numa ação de vanguarda, foi o proprietário da 1ª rádio da cidade, instalada em sua própria residência. Tratava-se, evidentemente, da grande novidade da época, fato este que, fazia reunir junto à sua habitação e nas imediações, aglomerados de pessoas, todas interessadas em tomar ciência das "novidades" e notícias radiofônicas.

Marcelino Anjos formou sua família em Caçador, sendo pai de sete filhos.

Faleceu aos 19 de março de 1946, vítima de choque traumático e síncope respiratória, aos 59 anos de idade. A morte prematura de Marcelino Anjos, em acidente ferroviário, foi amplamente lastimada, pela comunidade como um todo, em vista da sua participação ativa no meio social e comunitário.

Um homem que, indubitavelmente, merece ser homenageado. E essa homenagem, temos certeza, não se traduz como um prêmio, ao contrário, como mero reconhecimento do povo desta terra, a tão ilustre cidadão. Incontestavelmente, uma ação, até tardia, posto que há muito já deveria ter sido concedida.

(Adaptado de texto do Vereador Carlos Evandro Luz)

RUA MARCIO ADRIANO LEITE

Extensão: 100 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2924/2012

Marcio Adriano Leite, filho de Angelo Moraes Leite e de Rosali Zotto Leite, nasceu em São Cristóvão do Sul – SC, em 10 de outubro de 1974.

Veio para Caçador ainda bebê, onde cresceu e passou sua infância e adolescência. Morou no bairro Gioppo, logo após no Alto Bonito e no Berger, onde viveu até sua morte.

Estudou no Colégio Irmão Léo e na Escola Municipal Henrique Júlio Berger. Coursou o SENAI, onde se formou em Técnico em Mecânica de Automóveis.

Aos 16 anos começou a trabalhar no Curtume Viposa, onde permaneceu por 2 anos, trabalhou também na Empresa FRAME, logo após fez concurso público passando em primeiro lugar para atuar como mecânico de automóvel.

Marcio tinha muitos amigos, era uma pessoa alegre, gostava de fazer festas e curtir as amizades, churrascos, era companheiro para todos os trabalhos, tinha apreço por animais.

No dia 05 de Janeiro de 1997, aos 22 anos de idade, retornava de pescaria com os familiares e amigos, Marcio ao sair do local despediu-se de seus familiares e optou em retornar em um veículo com seus amigos, que tinham ido especialmente para fazer parte daquele momento de lazer. Ao retornarem a Caçador, na entrada da Cidade de Macieira, o veículo sofreu forte acidente ocasionado pela entrada na pista de um caminhão, no veículo estava Marcio e mais dois amigos, que apenas sofreram algumas fraturas e arranhões, mas infelizmente ele teve a morte instantânea.

Deixou muita saudade aos seus familiares, pais e irmão, por ter sido uma pessoa muito amorosa, alegre e amiga.

(adaptado de texto de seus pais, Angelo e Rosali)

RUA MÁRCIO SOARES

Extensão: 210 metros

Bairro: Berger

Lei 122/1986

Márcio Soares, filho de Otávio Soares e Evanézia Miranda Soares, nasceu em Joinville – SC, aos 04 de setembro de 1933. Casou-se com Lourdes Agostini Soares em 04 de junho de 1955, em Tangará – SC, de cujo enlace tiveram seis filhos: Maria Márcia, Maria Juraci, Amur Otávio, Pedro Otávio, Maria Isabel e Umberto Carlos.

Cursou o Técnico em Contabilidade na Escola Técnica do Comércio Catarinense, integrada ao Ginásio Aurora. Bacharelou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe – FEMARP – de Videira – SC.

Trabalhou inicialmente na função de praticante no antigo Banco Inco S.A., em Tangará de 1950 a 1952. Exerceu a função de auxiliar de escritório na firma Zarantoniello & Cia, em Porto União, de 1952 a 1953.

Exerceu as funções de tesoureiro no Banco Inco de Tangará entre 1954 e 1955.

Em 01º de fevereiro de 1961 transferiu residência para Caçador, exercendo as funções de Auxiliar de Escritório no grupo empresarial Madeireira Douat S.A., Madeireira Rio Verde S.A., Ernesto Bolson S.A., havendo se desligado em 02/10/1979.

Exerceu, finalmente, as funções de Assistente de Administração na Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, no período de 01/02/1980 a 15/04/1980.

Membro atuante de diversas agremiações sócio-esportivas de Caçador, foi sócio fundador do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, onde atuou como membro da diretoria e do comando. Ativo bombeiro voluntário, dedicou grande parte de sua vida à causa, com risco da própria vida em prol da sociedade caçadoreense.

Atuou no Juventus Futebol Clube de Tangará por oito anos, vindo a ser contratado pelo Vasco da Gama Futebol Clube de Caçador, onde envergou a camisa do time com esmero e dedicação dando muitas alegrias aos torcedores da época.

Participou por aproximadamente catorze anos da Comissão Municipal de Esportes – CME, na presidência e como técnico de futebol de salão, marcando a presença de Caçador nos Jogos Abertos.

Faleceu em 15 de abril de 1980, aos 47 anos, vitimado por uma síncope cardíaca, no momento em que disputava uma partida de futebol de salão no Ginásio do Esporte Clube Juventude, onde também se destacou como um incansável colaborador.

(adaptado de texto de sua esposa Lourdes Agostini Soares, em 21/12/1985)

RUA MARCOS AFONSO VITTO

Extensão: 120 metros

Bairro: Gioppo

Lei 89/1986

Marcos Afonso Vitto, filho de Gregório Vitto e Josephina Cavalett Vitto, nasceu em 17/01/1962. Teve grande destaque no movimento escoteiro de nossa cidade, no Grupo Escoteiro Pindorama, iniciando como Lobinho aos 8 anos de idade. Como Escoteiro, atingiu os graus de 2ª Classe e 1ª Classe. Passou a ser monitor de sua patrulha (Patrulha Leão), obtendo destaque, tanto dentre as demais patrulhas do Grupo Escoteiro Pindorama, quanto em todos os encontros e acampamentos Regionais em que participou, elevando assim o bom nome do Grupo Escoteiro Pindorama de Caçador.

Encerrou suas atividades no escotismo como Escoteiro Sênior, tendo feito vários cursos de especialização como mateiro, cozinheiro, acampador,

rastreador, primeiros socorros, sobrevivência na selva, levantamento topográfico, etc.

Cursou o primeiro grau na Escola Básica Paulo Schieffler e o segundo grau, incompleto, no Colégio Estadual Dom Orlando Dotti.

Trabalhou como ajudante de sapateiro com seu pai durante quatro anos (de 1972 a 1976), trabalhou na Sulca S.A. Indústria Sulbrasileira de Calçados durante um ano (de 1976 a 1977), trabalhou na FEARPE - Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do peixe durante quatro anos (de 1977 a 1981, trabalhou no Banco Itaú durante três anos (de 1981 a 1984).

Foi um dos apoiadores na luta incansável para a formação da Associação dos Bancários de Caçador, hoje Sindicato dos Bancários de Caçador.

Marcos Afonso Vitto faleceu no Hospital Nossa Senhora das Graças, na cidade de Curitiba – PR, no dia 07/03/1984, aos 22 anos de idade, vítima de lesões crânio-encefálicas decorrentes de acidente de trânsito.

RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 290 metros

Bairro: Berger

Lei 214/1988

Foi funcionário da Prefeitura Municipal de Caçador, prestando serviços na função de motorista e atendendo à Secretaria Municipal de Educação no período de quatro anos, vindo a falecer no dia 15 de setembro de 1987, vítima de acidente em uma viagem a serviço.

Sempre foi responsável e com espírito de companheirismo com seus colegas.

RUA MARECHAL DEODORO

Extensão: 180 metros

Bairro: Centro

Resolução 50/1939



Manuel Deodoro da Fonseca (05/08/1827 – 23/08/1892) foi militar, político, proclamador da República e o primeiro presidente do Brasil.

Galgou todos os postos da hierarquia militar e, enquanto capitão do exército imperial brasileiro, participou do cerco a Montevideu no Uruguai. Obteve grande destaque também na campanha da Guerra do Paraguai.

Já como marechal-de-campo, em serviço em Porto Alegre, foi chamado de volta ao Rio de Janeiro, por seu envolvimento no confronto das classes armadas com o governo civil do Império, episódio que ficaria conhecido como a "Questão Militar", e por ter permitido que os oficiais da guarnição de Porto Alegre se manifestassem politicamente, o que era proibido pelo governo imperial. Chegando ao Rio, Deodoro foi festivamente recebido por seus colegas e pelos alunos da Escola Militar. Foi, então, eleito primeiro presidente do Clube Militar, entidade que ajudara a constituir, e passou a liderar o setor antiescravista do Exército.

A idéia da mudança de regime de governo, da monarquia para a república não encontrava apoio no país ou na população. Foi essencialmente uma “revolução da minoria”. Gestada essencialmente dentro dos círculos militares que viam melhores possibilidades em um governo republicano, centralizador e ditatorial do que em uma monarquia parlamentarista constitucional como a que havia no Brasil. Devido a esta falta de apoio, os republicanos passaram a aproximar-se de Deodoro, procurando seu apoio, sem no entanto, sua participação direta.

A própria história de vida do Imperador Dom Pedro II e sua desilusão com a continuidade do regime colaboraram para que não houvesse oposição à instauração da república.

Em 14 de novembro foi levantada a falsa notícia de que havia sido decretada a prisão de Deodoro pelo Visconde de Ouro Preto, uma espécie de “chefe de gabinete” do governo imperial. A falsa notícia foi o argumento decisivo que convenceu Deodoro finalmente a levantar-se contra o governo imperial. Pela manhã do dia 15 de novembro de 1889, o marechal reuniu algumas tropas e as pôs em marcha para o centro da cidade, dirigindo-se ao Campo da Aclamação, hoje chamado Praça da República, na cidade do Rio de Janeiro.

Diante da recusa do Imperador em reagir militarmente para sufocar o golpe, a República foi instalada no Brasil, não sem surpresa diante do inesperado êxito.

Na noite de 15 de novembro de 1889 foi constituído o Governo Provisório da República recém-proclamada, tendo como chefe o marechal Deodoro, com poderes ditatoriais. O ministério foi composto de republicanos históricos, como Campos Sales, Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva, e de liberais da

Monarquia que aderiram de primeira hora ao novo regime, como Rui Barbosa e Floriano Peixoto.

Em 16 de novembro, Deodoro mandou uma mensagem ao Imperador destronado, intimando-o a deixar o país juntamente com a família imperial brasileira, dentro de 24 horas, e oferecendo-lhe a quantia de 5 mil contos de réis para seu estabelecimento no exterior. D. Pedro II de Bragança recusou a oferta, e partiu na madrugada de 17 de novembro para Portugal, pedindo somente um travesseiro com terras do Brasil, para repousar a cabeça quando morresse, o que de fato aconteceu pouco mais de dois anos após.

O governo de Deodoro foi marcado por uma grande perturbação, sendo debeladas sucessivas revoltas uma a uma. Houve censura da imprensa, típica de uma ditadura militar que, a despeito da Assembléia Constituinte instalada, alguns historiadores afirmam ser este o primeiro período de ditadura militar vivido pelo Brasil.

Algumas medidas tomadas neste período foram a separação entre a Igreja e o Estado, o casamento civil, e a extinção da pena de morte, em tempos de paz. Com a composição de forças criada pela Assembléia Constituinte, duas correntes republicanas se chocavam dentro do próprio Governo Provisório: a corrente liberal-democrática, que visava a uma República federativa e presidencial, com separação de poderes, nos moldes estadunidenses; e a corrente positivista, que defendia uma ditadura republicana, segundo os princípios do filósofo Auguste Comte. Venceu a corrente liberal-democrática, sustentada por Campos Sales, Rui Barbosa e Prudente de Moraes.

O Governo Deodoro foi marcado pelo esforço da implantação de um regime de Estado Republicano, mas foi caracterizado, entretanto, por grande instabilidade política e também econômica, devido às tentativas de centralização do poder, da movimentação de opositores da queda do Império, e por parte de outros setores das Forças Armadas descontentes com a situação política republicana. A crise teve seu ápice no fechamento do "Congresso Nacional do Brasil", o que mais tarde acabou levando à renúncia de Deodoro da Fonseca.

Após a Constituição Republicana ter sido aprovada, Deodoro foi eleito pelo congresso constituinte como presidente constitucional, tendo em Floriano Peixoto, seu opositor, seu vice-presidente.

Eleito pelo Congresso Nacional (indiretamente), Deodoro iniciou seu mandato sob forte tensão política. Tinha a oposição do Congresso e da população devido à crise econômica.

Entre agosto e novembro de 1891, o Congresso tentou aprovar a "Lei de Responsabilidades", que reduzia os poderes do presidente.

Deodoro contra-atacou a decisão do Congresso e em 3 de novembro de 1891 decretou a dissolução do Congresso, lançando um "Manifesto à Nação" para explicar as razões do seu ato. Enquanto isso, tropas militares cercaram os prédios do legislativo e prenderam líderes oposicionistas e a imprensa do Distrito Federal foi posta sob censura total, decretando, assim, o estado de sítio no país. Esta fato entrou para a história como o Golpe de Três de Novembro e foi o último feito de Deodoro em sua carreira política, pois alguns dias depois, renunciaria ao mandato de presidente.

Em 23 de novembro de 1891, o Almirante Custódio de Melo, acionado por Floriano Peixoto, a bordo do Encouraçado Riachuelo, ameaçou bombardear o Rio de Janeiro caso Deodoro não renunciasse. O Marechal Deodoro, então, cedeu às pressões e renunciou ao cargo de presidente da República, entregando o poder ao vice-presidente, Floriano Peixoto.

A justificativa da presente resolução, datada de 13 de novembro de 1939, e assinada pelo então prefeito Tenente Mário Fernandes Guedes, foi a de que, em 15 de novembro deste ano seria comemorado o cinquentenário da proclamação da República, e que notáveis brasileiros têm os seus nomes vinculados a esse grande evento histórico, cuja significação deve ser explicada por todas as formas de manifestações do pensamento. Além da rua Marechal Deodoro, também foram denominadas, nesta resolução, as ruas Marechal Floriano (que seria alterada para Marechal Floriano Peixoto, em 1943), Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, nomes ilustres do episódio da Proclamação da República.

RUA MARECHAL HERMES

Extensão: 300 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966



Hermes Rodrigues da Fonseca (12/05/1855 – 09/09/1923) foi um militar e político brasileiro, tendo sido presidente do Brasil entre 1910 e 1914. Era sobrinho do primeiro presidente da república, o Marechal Deodoro da Fonseca.

Como apoiador da república instalada sob a liderança de seu tio, em 1889, passou a obter destaque em funções no Exército, como na Revolta da Esquadra, que buscou derrubar o governo de Floriano Peixoto e na Revolta da Vacina, que lhe valeram a ascensão ao posto de Marechal. Como ministro da guerra, no governo de Afonso Pena, propôs a instituição do serviço militar obrigatório.

Em 1910, em meio a um clima que clamava por mudanças no regime de presidências exercidas por militares, Marechal Hermes disputou e venceu a eleição contra Rui Barbosa, obtendo 403.867 votos contra 222.822 votos dados a Rui Barbosa.

Na presidência, enfrentou logo na primeira semana de seu governo a Revolta da Chibata, com sérias consequências na Marinha brasileira, chegando a ordenar o bombardeamento de portos e a decretação de estado de sítio. Apesar de bastante popular quando eleito, sua imagem ficou arranhada depois daquele episódio. Logo depois, em 1912, viu-se envolvido em nova revolta importantíssima na história do país e que não chegaria a ser resolvida durante seu mandato, a Guerra do Contestado.

Foi o único presidente brasileiro a se casar durante o mandato presidencial. Sua primeira esposa, Orsina Francioni da Fonseca, com quem casou-se em 1878 veio a falecer em 1912. Sua segunda esposa foi a caricaturista Nair de Tefé von Hoonholtz, filha do barão de Teffé. As cerimônias civil e religiosa ocorreram no dia 8 de dezembro de 1913, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis.

Durante seu governo, foi editado um decreto instituindo o uso da faixa presidencial no Brasil, sendo ele mesmo o primeiro presidente a usá-la e o primeiro a passá-la a seu sucessor. Desde então, todos os presidentes a recebem na ocasião da posse. Hermes da Fonseca é um dos dois únicos militares a chegar na Presidência de forma direta e eleitoral. O outro foi Eurico Gaspar Dutra. Durante todo o seu mandato andou fardado, inclusive durante as reuniões ministeriais.

Após deixar a presidência, assumiria como Senador pelo Rio Grande do Sul, porém, diante do assassinato de Pinheiro Machado, recusou-se a assumir a cadeira, retirando-se da política.

Em 1922, atuando contrariamente ao governo de Epitácio Pessoa, sua prisão foi um dos estopins para a eclosão da “Revolta do Forte de Copacabana”, também conhecida como “18 do Forte”. Libertado seis meses depois por um *habeas corpus*, retirou-se para Petrópolis, onde morreu em 09 de setembro de 1923.

RUA MARIA ANTÔNIA BUSATO ZANDAVALLI

Extensão: 320 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 2027/2003

Maria Antônia Busato Zandavali, filha de Jerônimo Busato Filho e de Marieta Capellari Busatto, nasceu em Guaporé – RS, no ano de 1927.

Casada com Alcides José Zandavalli, com quem teve 4 filhos: Daisy Maria, Dagmar Aparecida, Maurício Carlos e Nyana Luiza Zandavalli.

Maria Antônia Busato Zandavalli faleceu em 08 de setembro de 1997, aos 70 anos de idade, vítima de parada cardíaca.

RUA MARIA BENTA DE LIMA

Extensão: 90 metros

Bairro: Berger

Lei: 2092/2004

Maria Benta de Souza Dias de Lima, filha de Silvino Dias de Souza de Maria Dias, nasceu no ano de 1909.

Viveu na rua Luiz Tortatto casa numero 498, no bairro Nossa Senhora Salette, durante 75 anos, contribuindo com o desenvolvimento comunitário do bairro.

Casada com Antonio Vicente de Lima, teve 9 filhos.

Maria Benta de Lima faleceu em 05 de agosto de 1977, aos 68 anos de idade.

RUA MARIA C. DE OLIVEIRA CARNEIRO

Extensão: 230 metros

Bairro: Martello

Lei 609/1992

Maria Conceição de Oliveira Carneiro, filha de Messias Teixeira de Oliveira e de Olinda Maria de Oliveira, nasceu em no distrito (hoje município) de Porto Amazonas – PR, em 20 de fevereiro de 1916.

Casou-se com o senhor Augusto de Paula Carneiro, no dia 22 de dezembro de 1937. Tiveram cinco filhos: José Messias, Nilza, Milton José, Jair, Nilda e Sebastião.

Faleceu no dia 09 de setembro de 1987, aos 71 anos de idade, vítima de neoplasia maligna de pulmão.

RUA MARIA DEOMAR COSTA NEVES

Extensão: 600 metros

Bairro: Centro, Gioppo

Lei 09/1967



Maria Deomar da Costa Neves nasceu em Salvador na Bahia a 28 de abril do 1914. Realizou seus estudos na Escola Feminina na Bahia.

Após os estudos, transferiu-se para o Rio de Janeiro, juntamente com sua família, ingressando no quadro de funcionários do Banco do Brasil. Seu pai era o então Secretário Geral do Ministério de Viação e Obras Públicas, Joaquim Licínio de Sousa Almeida. Casou-se em Copacabana, com o Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, médico oriundo também da Bahia e que conheceu no Rio

de Janeiro. Dr. Costa Neves exercia as funções de médico na Rede Ferroviária Federal S. A.

Do Rio do Janeiro, o casal transferiu-se para o Cidade de Curitiba, onde veio a nascer o primeiro filho do casal, Alberto.

Da capital paranaense, passaram a residir em Porto União. Em 1938, escolheram Caçador para campo de atividade de seu marido. Aqui, Dona Maria Deomar lançou raízes profundas de amizade. De temperamento alegre, possuidora de espírito altruísta, dedicou-se, em parte aos desamparados.

Seu desprendimento incomum, levava-a a socorrer materialmente e a dar conforto moral aos que já não possuíssem esperança de sobrevivência; isto tudo baseado em uma fé abnegada que caracterizou sua personalidade.

Foi conhecida como "MÃE DOS POBRES", pois levou a sua vida inteira dedicada aos carentes de Caçador.

Faleceu em 18 de janeiro de 1962, após meses de luta acirrada contra destruidora moléstia, enfrentada com coragem e resignação.

O seu nome é guardado com carinho e com saudade pelo povo caçadoreense.

RUA MARIA DOS PRAZERES SANTOS

Extensão: 100 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2783/2010

Maria dos Prazeres Santos, filha de Dalvino Mendes de Cordova e Zelinda Rodrigues de Cordova, nasceu em Caçador no dia 05 de dezembro de 1955.

Casada com Antonio Ferreira dos Santos, teve 3 filhos, Maristela Ferreira dos Santos, Marcelo Ferreira dos Santos e Thoni Ferreira dos Santos.

Trabalhou 15 anos como zeladora/auxiliar de limpeza no condomínio edifício Rio Verde, participou como sócia da cooperativa dos artesãos, foi voluntária na APP da Escola de Educação Básica Irmão Venâncio José durante 25 anos.

Maria dos Prazeres Santos faleceu em 25 de junho de 2010, aos 54 anos de idade, vítima de insuficiência respiratória aguda, causada por pneumonia.

RUA MARIA EVA CARDOSO

Extensão: 220 metros

Bairro: Martello

Lei 1668/2001

Maria Eva Cardoso, filha de Raymundo Cardoso e de Maria Conceição Cardoso, nasceu em São Valentim – RS, em 13 de novembro de 1940.

Casou-se aos dezessete anos com Frederico Carlos Peper. Após seu casamento, vieram morar em Caçador, onde constituíram sua família, de nove filhos, cinco mulheres e quatro homens.

Ensinou a seus filhos a buscar uma profissão. Exercem as profissões de mecânicos, chapeadores, costureiras além de dedicarem-se aos seus lares.

Maria Eva era muito dedicada à causa dos menos favorecidos, sempre que podia ajudava as pessoas pobres, combatendo especialmente a mendicância. Era uma senhora muito caprichosa, hospitaleira e bondosa, participando das atividades desenvolvidas em seu bairro.

Maria Eva Cardoso faleceu em 07 de outubro de 1999, aos 58 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

RUA MARIA HERONDINA TRISTÃO

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 213/1988

Nascida aos 28 de março de 1915, Maria Herondina Tristão era natural de Bom Retiro – SC, filha de Antônio da Rosa e Anália da Rosa.

Casou-se em 03/10/1931 com José Bento Tristão, com quem teve três filhos, Waldir José Tristão, Adir José Tristão e Luiz Carlos Tristão.

Em 1941, quando se mudou para Lages, atuava na atividade administrativa do hotel que possuíam. Em 1952, transferiu-se para Caçador, e acompanhou serre o seu marido nas atividades que desenvolvia.

Era uma pessoa bem quista pela sua comunidade pela bondade e o pronto auxílio a quem dela solicitava.

Faleceu a 14 de janeiro de 1987.

RUA MARIA ROSA

Extensão: 250 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Maria Rosa é a personagem feminina de maior destaque do tempo dos redutos da Guerra do Contestado. Sua história começa a ter destaque em Caraguatá, depois da mudança do reduto vindo de Taquaruçu. Filha de um lavrador da Serra da Esperança, chamado Elias de Souza, Maria Rosa *ouvia* José Maria e deliberava seus pareceres para os demais. Suplantou o *menino de Deus* Joaquim no comando espiritual e bélico dos sertanejos, chegando a ter mais de 5.000 sertanejos armados.

Adolescente inteligente, simpática e de bastante carisma, destacava-se falando com desembaraço. Recebia as ordens de José Maria trancada num quarto escuro. “*Suas feições e procedimentos assumiam a postura de adulta, sentenciosa e versada em assuntos muito superiores ao conhecimento de uma simples caipirinha semi-alfabetizada*”.

Sob sua liderança, o reduto de Caraguatá passou por um período de relativa paz e até mesmo prosperidade, em vista das vidas a que os sertanejos estavam submetidos antes de ingressarem para os redutos.

Maria Rosa comandou contra-ataques que, partindo de Rio Caçador, tentavam atacar Caraguatá. Adotando táticas de guerrilha e emboscadas na mata fechada, conseguiu cercar as forças do exército, contabilizando 26 mortos e 21 feridos, o que os obrigou a recuar.

Com esta vitória, aumentou o entusiasmo, os *piquetes* além de em maior número, eram mais ameaçadores, provocando ou o arrebanhamento da população, ou a sua dispersão.

Sob ordens de José Maria, Maria Rosa anunciou que mudassem o reduto para Pedras Brancas, nos campos do Bom Sossego, pois as forças voltariam mais fortes. Uma epidemia de tifo apressou esta saída.

Em Bom Sossego, apesar de um período de relativas vitórias, em que as forças do exército não conseguiam alcança-los, o isolamento e as privações começaram a minar o prestígio de Maria Rosa, que continuou exercendo alguma influência, mas viu o comando geral passar para Francisco Alonso de Souza, o que simbolizou a mudança de postura de um conflito de características messiânicas para um conflito dos *jagunços*.

Nesta época, o Capitão Matos Costa que, de acordo com seus relatos, parecia entender que o conflito era decorrente das péssimas condições e o abandono dos sertanejos, alimentado pela politicagem local, somado à falta de oportunidades de trabalho agravada pela dispensa de mais de mil empregados da estada de ferro e a ausência de instrução, tentava estabelecer uma via diplomática para o fim dos enfrentamentos.

Chegou a adentrar no reduto de Bom Sossego, disfarçado de vendedor ambulante, de cabeça raspada e fita branca no chapéu, onde teria conferenciado com Maria Rosa e seu pai, conseguindo escapar graças à ajuda destes.

Com a perda de prestígio de Maria Rosa e a chegada ao poder de Francisco Alonso, o reduto mor é transferido para Caçador. Contrariada, Maria Rosa assumiu um papel secundário, atendendo principalmente crianças, mulheres e doentes.

O fim de Maria Rosa foi igual ao de muitos daqueles que a admiravam. Já no reduto de Santa Maria, após muitos revezes na guerra, recusou-se a abandonar o reduto para fugir. Deve ter morrido confundida com os inúmeros cadáveres que ninguém se importava em identificar.

Maria Rosa efetivamente passou “da Cidade Santa para a Corte Celestial”.

RUA MARIA SCHUMANN ROTTA

Extensão: 350 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1297/1998

Maria Schumann Rotta, filha dos imigrantes alemães Ernesto Schumann e Maria Muller Schumann, nasceu em Porto União – SC, em 25 de outubro de 1933.

Com dois anos de idade, mudou-se com seus pais para o município de Caçador, mais precisamente no Distrito de Presidente Pena, onde seus pais atuavam como pioneiros no ramo madeireiro, bem como foram uma das famílias fundadoras daquela comunidade.

Aos dezoito anos de idade, casou-se com Narciso Rotta, também pertencente a uma família de madeireiros e fundadores da mesma localidade.

Com seu esposo, teve três filhos: Ilton Paschoal, Carlos Alberto e Janice Aparecida Rotta.

Desde o início de sua vida conjugal, trabalhou lado a lado com seu esposo Narciso Rotta, no desenvolvimento da empresa Rotta, além da ocupação do lar e da educação dos três filhos.

Em 1967, mudou-se para a sede do município, no intuito de propiciar aos filhos melhores condições para os estudos.

Portadora de um caráter extremamente altruístico, por toda sua vida preocupou-se com as pessoas necessitadas, doando-se diariamente, espiritual e materialmente, aos que podia ajudar.

Atuou em muitas campanhas de beneficência, promovia cotidianamente ajudas individuais.

Com caráter altruístico, dedicado e responsável, formou uma família que hoje, cidadãos caçadorenses, continuam um trabalho de desenvolvimento do município, conservando e aplicando os ensinamentos de vida deixados por esta grande mulher.

Acometida inesperadamente de uma doença mortífera, faleceu precocemente, no dia 1º de agosto de 1997, aos 63 anos de idade, deixando muitas saudades aos amigos e familiares que com ela conviveram, que foram beneficiados pelas suas ações de fraternidade ou pela sua amizade.

RUA MARINA WAGNER BURG

Extensão: 110 metros

Bairro: Bello

Lei 1727/2002



Marina Wagner Burg, filha de Ernesto Wagner e de Catarina dos Santos Wagner, nasceu em Bom Retiro – SC, aos 29 de dezembro de 1928.

Casada com o Pastor da igreja Assembléia de Deus, Amantino Burg acompanhou-o durante todo seu ministério, auxiliando-o nas tarefas eclesiais e conduzindo sua família. Tiveram 5 filhos: Maria, Mário, Marlene, Josias e Gesiel.

Marina Wagner Burg faleceu em Curitiba, no dia 06 de setembro de 2001, aos 72 anos de idade.

RUA MÁRIO D'AGOSTINI

Extensão: 300 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição localizada no Loteamento Bombassaro, antiga Rua "E", no sentido Este Sudeste;

Sem Informações

RUA MARIO DA LUZ

Extensão: 240 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 783/1994

Mario da Luz nasceu no dia 13 de março de 1930, na cidade de Caçador, na localidade da “Charqueada Velha”.

Filho de Durcio e Carmelia da Luz, passou sua infância em Caçador, onde fez o curso primário e, aos catorze anos de idade, mudou-se para a linha Caixa D'Água, onde começou a trabalhar como serrador na Indústria Madeirense do Brasil, em 04 de abril de 1945. Trabalhou na Cia. Brasileira de Madeiras, em 01º de junho de 1968, Transportadora Comercial em 02 de janeiro de 1963 e Victório Poletto SA., em 01º de junho de 1968, permanecendo até 14 de setembro de 1970. Com as economias de todos estes anos de trabalho, comprou seu primeiro caminhão, comprado de seu antigo empregador, Victório Poletto, que cobrou o caminhão em pequenas parcelas.

Como motorista autônomo, trabalhou por aproximadamente 10 anos e, por necessidade, teve que se desfazer de seu meio de trabalho, indo trabalhar como motorista da empresa Maxioplast, onde permaneceu até 1988.

Já aposentado por tempo de serviço, e por motivo de doença, teve que se afastar do emprego.

Casou-se, ainda jovem, com Jacy Tibes da Luz, com quem teve oito filhos, cinco mulheres: Nanci, Noeli, Noemi, Sueli e Denise; e três homens: Clair, Antônio Carlos e Décio.

Morou por dez anos na Rua Brasília, dezessete anos no bairro São Cristóvão, sempre desempenhando atividades junto à comunidade, inclusive na diretoria da igreja local.

Enviuvou de dona Jacy e, após três anos, casou-se em segundas núpcias com dona Lourdes Martelo, com quem manteve 23 anos de casamento.

Mario da Luz veio a falecer em 19 de junho de 1993, vítima de infarto e acidente vascular cerebral, aos 63 anos de idade.

RUA MARIO DE PAULA CARNEIRO

Extensão: 50 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 2058/2004

Mario de Paula Carneiro, filho de José Ermelino de Paula e de Eliza de Paula Carneiro, nasceu em Curitiba – SC, no ano de 1916.

Casado com Geny de Jesus Afonso Carneiro, com quem teve 5 filhos: Benedito, Missia, José, Ilda e Sebastiana.

Mario de Paula Carneiro faleceu em 15 de abril de 1984, aos 67 anos de idade.

RUA MARLENE CORDEIRO MORAIS

Extensão: 100 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 1214/1997

Marilene Cordeiro Moraes, (a grafia correta de seu nome é “Marilene”, a despeito da lei, que grava “Marlene”) filha de José Maria Cordeiro e de Nagibe Zarur Cordeiro, nasceu em Caçador aos 12 de abril de 1945.

Casada com Valdir Moraes, com quem teve três filhos, Diogo, Dalton e Dayana.

Marilene Cordeiro Moraes faleceu em Curitiba, aos 46 anos de idade, no dia 20 de fevereiro de 1992, vítima de septicemia provocada por pancreatite.

Seu marido também denomina uma rua, vizinha a esta, no loteamento feito nas propriedades de seu pai e que leva o nome de sua mãe, “Loteamento Dona Nagib”, mantendo próximos os nomes de quem foi próximo em vida.

RUA MARQUÊS DE OLINDA

Extensão: 550 metros

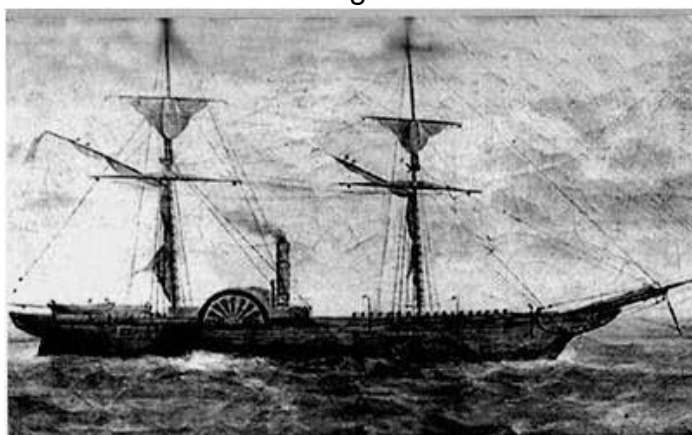
Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944

Pedro de Araújo Lima, 22/12/1793 – 07/06/1870) nome de batismo do cidadão brasileiro condecorado com o título nobiliárquico de Marquês de Olinda, foi Presidente da Câmara dos Deputados, Senador da República, além de ter sido Regente do Império do Brasil durante a infância do Imperador Dom Pedro II.

Devido à sua grande importância histórica no período imperial, com grandes realizações, seu nome foi dado a um barco a vapor brasileiro que navegava pelo rio Paraná e Paraguai. Não era um navio da marinha brasileira e sim um barco comercial, com pás laterais e baixo calado, apropriado para a navegação em rios. O aprisionamento do vapor *Marquês de Olinda*, pelas tropas paraguaias, em 11 de novembro de 1864, que transportava o presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, que nunca chegou a Cuiabá, morrendo em uma prisão paraguaia, praticamente assinalou o início da Guerra do Paraguai. Posteriormente, com o decorrer da guerra e com o navio em posse do Paraguai, ele foi armado pelo país vizinho e utilizado em combates navais, inclusive na famosa Batalha do Riachuelo, quando foi posto a pique pela fragata brasileira Amazonas.

Não há documentação sobre qual seria a homenagem prestada com a nomeação da rua em Caçador, se à *pessoa* do Marquês ou *ao navio brasileiro*, mas, devido ao fato de, nesta mesma lei de 1944, constarem várias outras referências a fatos, personagens e eventos da Guerra do Paraguai (Duque de Caxias, General Osório, Fernando Machado, Riachuelo, Itororó), tendemos a afirmar que a nomeação da rua deva-se mais ao navio do que à pessoa, o que não retira em nada o mérito da homenagem.



O navio Marquês de Olinda

A Rua Marquês de Olinda possui uma particularidade que, em projeto, foi pensada para seguir do atual bairro D.E.R. até o bairro Santa Catarina. Esta

configuração completa nunca chegou a acontecer, devido ao fato de haver um acentuado desnível entre as partes da rua. Por muitos anos, foi uma rua separada em dois pedaços, o que causava enormes transtornos aos moradores e transeuntes. Em 2015, uma lei renomeou o trecho da Rua Marquês de Olinda existente no bairro D.E.R. para Rua XV de Novembro, resgatando esta nomenclatura na cidade, haja visto que a Rua 15 de Novembro original (grafada em algarismos arábicos), havia sido “extinta” com sua renomeação para Rua Carlos Sperança.

A Rua Marquês de Olinda permanece existindo em nossa cidade, porém sem a interrupção. Se encontra exclusivamente no Bairro Santa Catarina.

RUA MARTINHO INÁCIO DA TRINDADE

Extensão: 270 metros

Bairro: Figueroa, Paraíso

Lei 20/1967

Dentre as 67 ruas nomeadas pela lei nº 20/1967, praticamente todas faziam parte de loteamentos que buscavam alguma regularidade na nomeação das ruas. Nomes indígenas, nomes de países, de estados brasileiros e de cidades catarinenses deram a tônica às nomeações desta lei. Apenas duas exceções a esta regra foram utilizadas, com 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses, Professora Luiza Raiser e Martinho Inácio da Trindade.

Martinho Inácio da Trindade, um dos primeiros habitantes de Caçador. Filho de José Inácio da Trindade e de Hortência C. da Trindade, nasceu em Taquara do Mundo Novo (atualmente Taquara) – RS, no ano de 1863.

Casado dona Ambrosina de Souza Trindade, exercia a faina da agricultura em Taquara Verde.

Martinho Inácio da Trindade faleceu em 02 de janeiro de 1949, aos 85 anos de idade.

RUA MATO GROSSO

Extensão: 600 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 19/1969



Mato Grosso é um estado brasileiro, situado na região Centro-Oeste do país e que subdivide-se em 141 municípios.

Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), o território do atual estado do Mato Grosso pertenceria à Espanha.

Os jesuítas, a serviço dos espanhóis, criaram os primeiros núcleos de povoação, de onde foram expulsos pelos bandeirantes paulistas em 1680. Em 1718, a descoberta do ouro acelerou o povoamento. Em 1748, para garantir a nova fronteira, Portugal criou a capitania de Mato Grosso e, lá, construiu um eficiente sistema de defesa.

Durante as bandeiras, uma expedição chegou ao Rio de Piranhas em busca dos índios coxiponés e logo descobriram ouro nas margens do rio, alterando, assim, o objetivo da expedição. Em 1719, foi fundado o Arraial da Forquilha, às margens do rio Coxipó, formando o primeiro grupo de população organizado na região (atual cidade de Cuiabá). Para intensificar a fiscalização da exploração do ouro e a renda ida para Portugal, o governador da capitania muda-se para o arraial e logo o elevou a nível de "vila", chamando-o de "Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá".

Em 1977, após longas discussões motivadas pela extensão e pelas nítidas diferenças entre as porções norte e sul do estado, Mato Grosso cedeu importante parte de seu território para a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Os temores de que, com a separação, a parte norte iria estagnar seu desenvolvimento não se concretizaram. Pelo contrário, sofreu um impulso desenvolvimentista a partir de imigração interna e desenvolvimento de técnicas agrícolas de grandes extensões e mecanização do trabalho.

RUA MATHURINO BORGES DA LUZ

Extensão: 150 metros

Bairro: Centro

Lei 14/1972

Mathurino Borges da Luz (a grafia correta de seu nome é com “h”, apesar de a lei denominar a rua sem “h”), filho de João Agostinho da Luz e de Joanna de A. da Luz, nasceu em Lages – SC, no ano de 1885.

Casado com Adelaide Carvalho da Luz, veio para Caçador no ano de 1934, atuando como comerciante.

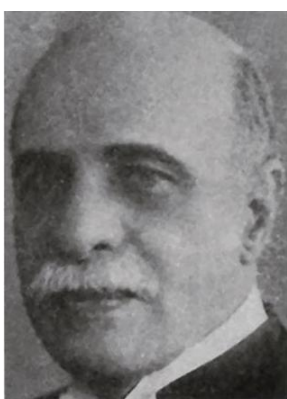
Mathurino Borges da Luz faleceu em 23 de março de 1968, aos 82 anos de idade, vítima de câncer de fígado.

RUA MIGUEL COUTO

Extensão: 180 metros

Bairro: Centro, Reunidas

Decreto 3/1944



Miguel de Oliveira Couto (01/05/1865 – 06/06/1934) foi um médico clínico geral, político e professor brasileiro. Foi presidente da Academia Nacional de Medicina de 1914 até seu falecimento em 1934.

Pesquisador na área de saúde pública, deixou extensa obra nesse setor. Desde 1927, presidente-honorário da Associação Brasileira de Educação. Na cerimônia em que lhe foi conferido o título, proferiu conferência cujo título se tornou um lema da associação na época: "No Brasil, só há um problema: a educação do povo".

Foi deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. A curiosidade desta homenagem é que o Dr. Miguel Couto adquiriu notoriedade, reforçada posteriormente pelo seu filho, Miguel Couto Júnior, também deputado federal, também constituinte, mas de 1946, pela defesa do fim da Imigração japonesa no Brasil. Tais defesas culminaram na publicação de um livro cujo título era: *"Para o futuro da pátria – Evitemos a niponização do Brasil"*. Couto Júnior, chegou a apresentar proposta de emenda constitucional que dizia textualmente: *"É proibida a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e de qualquer procedência"*. Tal proposta quase constou no texto constitucional, necessitando do voto de Minerva do presidente da constituinte para ser rejeitada.

RUA MIGUEL CURY

Extensão: 200 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 44/1966



Miguel Cury nasceu em 12 de novembro de 1880, em Hakar, província de Akour, na Síria, atualmente, Líbano. Seus pais, Moisés Cury e sua mãe Rafka Salamao Cury naturais da Síria. Teve um irmão, cujo nome era George, já falecido em 1964.

O Sr. Miguel Cury, veio da Síria para o Brasil, aproximadamente em 1900, desembarcando no porto de Santos, e dirigindo-se para São Paulo, onde residiu alguns anos; em seguida partiu para Jaguairaiva - Paraná, Porto União - Santa Catarina e, finalmente fixou residência em Caçador nos meados de 1920.

Aqui participou da emancipação do município e foi sócio fundador da Associação Comercial e do Clube 7 de Setembro. Sua família foi uma das primeiras famílias radicadas em Caçador, bem como foi o Sr. Miguel Cury um dos primeiros comerciantes, quando então fornecia à freguesia de Curitiba, Santa Cecília, Rio das Antas, Taquara Verde, Palmas e São João.

Casou-se com dona Rofina Cury, natural da Síria, vindo esta a falecer em 25 de janeiro de 1958. Com a mesma teve os seguintes filhos: Júlia, Latife, Maria, Alfredo, Regina, Olinda, José e Helena, dos quais sete nascidos no Brasil e uma na Síria.

Miguel Cury veio a falecer em 10 de fevereiro de 1951, em Caçador.

RUA MIGUEL MATOS DE FIGUEIREDO

Extensão: 70 metros

Bairro: Reunidas

Lei 69/1985



Miguel Matos de Figueiredo, filho de Sebastião João de Figueiredo e de Teresa Matos de Figueiredo, nasceu no distrito de São Sebastião do Sul, município de Lebon Régis – SC, aos 29 dias do mês de setembro de 1934.

Seus estudos, iniciados na própria localidade de São Sebastião do Sul, foram aprimorados no Seminário Diocesano de Lages – SC.

Em 1956 logrou aprovação no Concurso Público do Banco do Brasil S.A., onde exerceu suas atividades com singular brilhantismo até final de sua existência.

Exerceu desde logo os mais importantes cargos comissionados naquele estabelecimento, onde mereceu sempre admiração e elevada estima.

Contraiu núpcias em 1961 com Célia Ferroni Figueiredo, de cujo matrimônio nascerem seus filhos Cícero, Iadeia, Andréa e Adriana.

Pai extremoso, de vida particular elogiável, constituiu sua família alicerçada no próprio exemplo. De espírito de religiosidade incomum, esteve constantemente ligado aos Movimentos de Igreja, quase sempre coordenando tais movimentos, como Cursilho de Cristandade, Movimento Familiar Cristão, Curso de Noivos, Coral Caçadoreense e tantos outros.

Na vida econômica, destacou-se como sócio fundador das empresas Madepinus Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. e Empresa Reflorestadora Caçadoreense Ltda.

Deixando largo círculo de amizades, faleceu em Caçador aos 6 de maio de 1982.

RUA MILTHON ANTONIO ZAMPRONIO

Extensão: 50 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2317/2006

Milthon Antonio Zampronio, filho de Francisco Zampronio e de Madalena de Souza Santos Zampronio, nasceu em Caçador, na linha Cará, aos 20 de julho de 1937.

Casou-se em 14/09/1957 com Maximina Brusco Zampronio, com quem teve quatro filhos, todos nascidos no interior, Almir, Elinton José, Rosangela e Hamilton.

Trabalhou muito para a construção da igreja da linha Cará. Até os 35 anos trabalhou como agricultor, depois veio morar na cidade, onde trabalhou como motorista.

Neto de Maximino Zampronio, um dos pioneiros de Caçador, nos últimos anos de sua vida, Milthon participou de vários corais, como o Coral Italiano Aurora, Coral Caçadoreense e o Coral Cento Lire.

Por muito tempo trabalhou junto à comunidade da Igreja Santelmo, onde atuou na diretoria, ajudando em vários serviços.

Milthon Antonio Zampronio faleceu em 06 de outubro de 2000, aos 63 anos de idade, vítima de câncer.

RUA MILTON ANTONIO MARINI

Extensão: 370 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1295/1998

Milton Antônio Marini, filho de Luiz Pedro Marini e de Verônica Pegoraro Marini, nasceu em Caçador, em 12 de julho de 1959.

Aluno do Colégio Estadual Paulo Schieffler, da 1ª à 4ª série. Estudou da 5ª à 7ª série no Colégio marista Aurora e concluiu grau no Ginásio Caçadoreense Jorge Lacerda, hoje Colégio Marcos Olsen.

Milton cursou o segundo grau nos colégios Bom Jesus e Positivo, na cidade de Curitiba – PR.

Aprovado no concurso vestibular para o curso de Engenharia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), cursou o 1º e 2º anos.

Foi uma pessoa bastante dinâmica e atuante, tendo participado ativamente de grupos de jovens, grêmio estudantil, jogos estudantis, etc.

Faleceu tragicamente, em decorrência de traumatismo crânio encefálico aos dezenove anos de idade, em 13 de fevereiro de 1979, na cidade de Curitiba, deixando uma lacuna irreparável não só na família Marini, como também na sociedade caçadoreense.

RUA MILTON CESAR PEGORARO

Extensão: 180 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 65/1985

Milton Cesar Pegoraro, filho de Domingos Giovani Pegoraro e Rachel Silvestrin Pegoraro, nasceu em 06/11/1960, brasileiro, casado com Ana Maria Fleck Pegoraro, morreu vítima de anemia aguda por hemorragia intra-abdominal e insuficiência respiratória por aspiração, após ter sofrido um acidente de trânsito na BR-116, km 135, no município de Santa Cecília.

Deixou 2 filhos, Amanda Pegoraro com 4 anos e Tiago Pegoraro com um ano, além de 4 irmãos, mãe e esposa.

Concluiu o 1º grau na Escola Básica Salgado Filho, concluiu o 2º grau no Ginásio Aurora, na Escola Técnica de Comercio Catarinense. Iniciou a Faculdade de Medicina Veterinária em Lages-SC. Fez cursos de parapsicologia no Centro de Difusão Universitária, em outubro de 1980, administrado pelo Padre Quevedo.

Efetuoou curso de análises clínicas na Faculdade de Medicina Federal do Paraná, em 1977, além de curso de psicologia do adolescente realizado em agosto de 1979 pela FEARPE.

Participou de atividades esportivas amadoras, nas modalidades de futebol e voleibol, na AABB. Participou de diversas diretorias de Clubes Sociais Caçadorenses.

Trabalhou por 12 meses como analista clínico em Caçador, no Laboratório Delta. Trabalhou no Banco do Brasil, agência de Caçador, no período de março de 1980 a novembro de 1984. Exerceu a profissão de comerciante e agropecuarista, sendo Sócio Gerente da Labarca Automóveis e DAKAR Comércio de Automóveis Ltda.

Participou da política pela primeira vez em 1982, simpatizante dos princípios do PMDB, apoiando a candidatura e eleição de seu irmão, Carlos Alberto Pegoraro. Apoiou assiduamente seu irmão Carlos, quando ainda funcionário do Banco do Brasil, para a criação da Associação dos Bancários de Caçador, hoje transformada em Sindicato dos Bancários.

RUA MINAS GERAIS

Extensão: 200 metros

Bairro: Santa Catarina, D.E.R.

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



Minas Gerais é um estado brasileiro localizado na região Sudeste, que conta com 853 municípios, a maior quantidade de municípios em um estado no Brasil. Boa parte da história do atual estado de Minas Gerais foi determinada pela exploração da grande riqueza mineral que se encontra em seu território. Seu nome, inclusive, provém da larga quantidade e variedade das minas presentes, que passaram a ser exploradas desde o século XVII e até os dias atuais movimentam uma fração importante da economia do estado.

A região onde se encontra atualmente Minas Gerais já era habitada por povos indígenas possivelmente entre 11 400 a 12 000 anos atrás, período o qual estima-se ter se originado *Luzia*, nome recebido pelo fóssil humano mais antigo encontrado nas Américas, achado em escavações na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Destacou-se na história nacional pelo seu movimento de independência, ainda na Era Colonial, denominado como Inconfidência Mineira. O ciclo do café também teve importância na história nacional pois, através das oligarquias oriundas dos rendimentos do café, formou-se na *República Velha*, após o período de presidentes militares, a *política do café com leite*, que garantia que os estados de São Paulo e Minas Gerais alternassem-se no comando do país.

Numa conjuntura de diversos fatores, mas fortemente influenciado pela *Grande Depressão* de 1929, Minas Gerais foi retirado do comando do país pelo então presidente Washington Luís, facilitando o apoio do estado mineiro ao golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1930.

Influências nacionais mais recentes também são destaques com Juscelino Kubitschek tendo sido governador e presidente da república e Tancredo Neves, ministro do governo Vargas, primeiro-ministro do Brasil, após a renúncia de Jânio Quadros, governador de Minas Gerais e presidente eleito do Brasil na

redemocratização em 1985. Não chegou a assumir, por motivo de doença, que o levou à morte em 21 de abril de 1985.

RUA DR. MOACIR SAMPAIO

Extensão: 950 metros

Bairro: Berger, Centro

Lei 20/1970

Moacir Pedro Lebre de Sampaio, filho de Camilo José de Sampaio e de Amélia Lebre de Sampaio, nasceu em São Paulo – SP, no ano de 1915.

Engenheiro agrônomo, trabalhou no então “Campo Experimental” da EMBRAPA, que depois seria EMPASC e por fim EPAGRI. Atuava em pesquisas na área da agronomia, dedicando sua atenção às melhorias em sementes e técnicas de plantio e cultivo.

Veio para cá, em 1943, como “Chefe do Serviço de Expansão do Trigo em Santa Catarina”. O objetivo era o de ampliar as pesquisas e, conseqüentemente, os resultados, produtividade e rendimentos, com a plantação deste cereal, especialmente com a instalação de diversos moinhos na cidade. Nesta época exatamente, seria instalado o Moinho Maffessoni.

Sua história em Caçador foi importante, porém breve. Aqui conheceu e casou-se com a advogada Nayá Gonzaga Sampaio, com quem teve um filho, Roberto Gonzaga Sampaio.

Muito jovem, aos 31 anos de idade, no dia 21 de maio de 1947, Moacir Sampaio foi morto por um tiro, proposital, mas que não era direcionado à sua pessoa.

Certa feita, um cidadão caçadoreense, proprietário de comércio, de origem sírio-libanesa, teve um desentendimento com um policial na entrada do cinema da cidade (localizado na Avenida Barão do Rio Branco, em frente à então Prefeitura Municipal).

Terminado o filme, este cidadão foi até um Café, existente na localização da atual Casa Omega, poucos metros distante do cinema. Lá, estava sentado à mesa com Moacir Sampaio.

O policial atirou para acertar o comerciante sírio, mas acabou atingindo Moacir Sampaio, que faleceu na hora.

Após esta triste passagem, sua esposa, Nayá Gonzaga Sampaio, tornar-se-ia a primeira mulher nomeada como promotora de justiça no Estado de Santa Catarina, pelo então governador Nereu Ramos.

(baseado em informações de Ernesto Faoro, em 02/02/2016)

A rua foi denominada ainda por volta de 1950. Porém as lacunas de registros também afetaram esta rua, o que foi detectado em 1970, verificando-se a ausência de lei específica que a denominasse nos registros municipais. No intuito de sanar este lapso foi proposto o projeto e aprovada a lei, mesmo depois de 20 anos da existência da homenagem.

O *hebdomadário* “A Imprensa”, de Cid Gonzaga, do dia 14 de Janeiro de 1951, registra o ocorrido no dia 08/01/1951, quando a população foi convidada a comparecer e assistir ao emplacamento das ruas Dr. Moacir Sampaio, Senador Salgado Filho e Hugo Honaiser, com pronunciamentos das autoridades da época, dentre elas o prefeito José Kurtz, o diretor da Estação Experimental de Trigo, Dr. Tasso de Miranda e também da própria Dra. Nayá Gonzaga de Sampaio, viúva do homenageado, que:

*“...entre soluços, por si e por seu filho, agradeceu ao Prefeito, aos Vereadores e ao Dr. Tasso, a perpetuação em logradouro público do nome de Moacir e disse: “Ele a mereceu, eu vo-lo afirmo, pelo muito que amou este recanto de nossa terra, para quem sonhava dias de grandeza e abundância. Mas... permiti que eu não divague sobre um sonho, que a Parca impiedosa (**a Morte**) cortou quando mal se esboçava. Por isso, numa fervorosa invocação ao seu espírito e, parafraseando o grande vale lusitano (**refere-se a Luís de Camões, poeta português, no soneto Alma minha gentil, que te partiste**), quero pedir-lhe que, se lá do assento etéreo onde subiu, memória desta vida se consente, não se esqueça de tão bondosa gente, ente a quem pomos a alma de joelhos num agradecimento pelo alevantado gesto que ficará indelével em nossa memória. E concluiu com votos a Deus para que recompense os autores da tocante homenagem.”*

(extraído do Jornal A Imprensa de 14/01/1951, com comentários em negrito nossos)

RUA MOEMA

Extensão: 1.100 metros

Bairro: Gioppo

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de

estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

Moema foi uma índia da tribo tupinambá no litoral da Bahia. Filha do cacique Taparica, juntamente com sua irmã Paraguaçu tornam-se personagens centrais da história de Caramuru, que foi encontrado como náufrago, surpreendeu aos índios com um disparo de arma de fogo e por muitos anos facilitou o comércio de pau-brasil entre índios e europeus.

Paraguaçu foi dada em casamento a Caramuru e, em muitos povos tupis, o homem casa-se com a família da mulher. Em alguns povos é aceito o homem ter relações sexuais com a(s) irmã(s) da sua mulher. Há relatos que apontam a um relacionamento harmônico e consensual entre os três, Caramuru, Paraguaçu e Moema.

A história começa a ganhar contorno de lenda após as obras do jesuíta Simão de Vasconcelos, em 1680, na qual se inspirou, um século mais tarde, frei José de Santa Rita Durão para compor o poema épico em dez cantos *Caramuru* (1781). Nestas obras conta-se a respeito da partida de Caramuru (Diogo Álvares Correia) para a França, levando consigo Paraguaçu. Conta a lenda que Moema tenta seguir o navio a nado. Não aguentando, morre sem fôlego, exaurida de suas forças.

Esta lenda deu origem a uma das mais célebres pinturas de Vitor Meirelles.



Moema – Victor Meirelles (1866)

RUA MONGE JOÃO MARIA

Extensão: 350 metros

Bairro: Bello

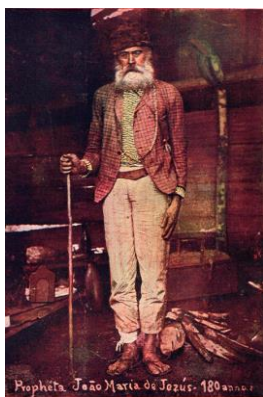
Lei: 2946/2012

A riquíssima história da Guerra do Contestado está intrinsecamente ligada à história e à figura do “Monge” João Maria.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

Em relação ao Monge João Maria, também chamado de “São João Maria”, é necessário frisar que existiram dois personagens que adotaram o nome de João Maria, e que muitas vezes são confundidos como um só.



O primeiro, João Maria D’Agostini (ou Agostinho), imigrante italiano, que peregrinou por todo o Brasil, especialmente na região sul, atendendo doentes de 1844 a 1870. Fazia questão de viver uma vida extremamente humilde, e sua ética e forma de viver arrebanhou milhares de crentes, reforçando o messianismo coletivo. Não teve nenhuma participação na Guerra, mas sua figura e lembrança seria continuamente evocada.

O segundo monge, surgido de forma tão misteriosa como o primeiro, ficou conhecido como João Maria de Jesus e deliberadamente procurou identificar-se a João Maria D’Agostini, com quem apresentava alguns pontos em comum.

Peregrinava sozinho, não carregava pertence algum, nem pedia nada a ninguém. Se lhe ofereciam alimento, aceitava apenas o que havia de mais frugal e em pequena quantidade. Não dormia dentro da casa de ninguém, mas ao abrigo das árvores. Com sotaque espanhol, conversava com todos, sem ostentação, sua figura era humilde, porém todos o respeitavam e admiravam.

Houve um encontro entre Frei Rogério Neuhaus e João Maria de Jesus, em Capão Alto, próximo a Lages, em 1897. Conversam, trocam impressões, discutiram as escrituras e chegaram a desentender-se.

Em um ambiente com extremas carências, inclusive a assistência religiosa, o monge dava sermões, interpretava as escrituras e batizava crianças, sendo muito bem aceito pela população sertaneja. Frei Rogério, em nome da Igreja, não aceitava as interpretações, especialmente apocalípticas, que eram feitas pelo monge e chegou a recomendar que João Maria não mais batizasse as crianças, a não ser em eminente perigo de vida. João Maria chega a participar da missa de Frei Rogério, sem se reconciliarem, no entanto.



Presume-se que seu verdadeiro nome, de origem síria, seria Atanás Marcaf e ele mesmo teria revelado a Frei Rogério que: *“Eu nasci no mar – criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho, percebendo nele claramente que devia caminhar pelo mundo durante catorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente”*.

Além das rezas, batismos e peregrinações, também utilizava as águas e receitava ervas para alívio dos males. A mais utilizada era a “vassourinha do campo”, conhecida até hoje como “vassourinha de São João Maria”.

Seu posicionamento político era claramente contrário à república, acusando-a de responsável pelos males que estavam ocorrendo, atingindo a toda a população. Tais posicionamentos encontraram eco nos sentimentos da população cabocla, que via com nostalgia a monarquia, especialmente devido à expulsão de suas terras, com a situação das “terras devolutas”.



Fazia profecias, que depois foram claramente identificadas como realidades pela população, como a de que surgiriam *linhas de burros pretos, de ferro, carregando pessoal; vinda de gafanhotos de ferro, que ia ocorrer a guerra; que viriam cercas de espinho*, entre muitas outras.

As fotografias, imagens e estampas que existem são deste segundo monge, João Maria de Jesus. Este sim, apesar de inspirado no primeiro, e que muitas vezes é confundido e interpretado como se fosse uma só pessoa, é que é considerado o santo, são deste os milagres que se contam e as lendas que se formaram.

O desaparecimento de João Maria de Jesus, em 1908, está envolto em mistérios. Como seguidamente aparecia e desaparecia de locais sem nenhum

aviso prévio, ninguém se espantou quando ele partiu. Em uma destas partidas, não mais voltou a ser visto.

De si só deixou para a posteridade a sua palavra amiga, os seus conselhos e algumas profecias, além do exemplo de uma vida de renúncias. No entanto, em torno de si, despontaram as lendas, tão viva e tão pura como nos primeiros dias.

A contextualização do nome “Monge João Maria”, portanto, engloba a figura destes dois indivíduos, tão importantes e simbólicos na cultura cabocla de nossa região.

RUA NAPOLEÃO RIBEIRO DOS SANTOS

Extensão: 180 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1773/2002

Napoleão Ribeiro dos Santos, filho de Raulino Ribeiro dos Santos e de Maria Gonçalves Cordeiro, nasceu em Caçador, no ano de 1924.

Trabalhou no funcionalismo público, onde participou também da construção da então Praça Concórdia, no D.E.R., permanecendo na repartição pública até a sua aposentadoria.

Não constituiu família durante toda a sua vida, permanecendo junto com mais duas irmãs, também solteiras, residindo com elas na rua Brasília, na revenda de carros Balzan. Reconheceu, no entanto, seu filho, Nereu Ribeiro dos Santos.

Napoleão Ribeiro dos Santos faleceu no dia 10 de julho de 1997, aos 73 anos de idade, vítima de insuficiência cárdio-respiratória.

RUA NARCISO BASSO

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1476/2000

Narciso Basso, nascido em Garibaldi – RS, em 25 de outubro de 1915, chegou a Caçador em 1938, onde constituiu família.

Casou-se com Adelfina Roveda Basso, com quem teve 8 filhos: Paulinho Roveda Basso, Luiz Alberto Basso, Carlos Ângelo Basso, César Augusto Basso, Ângela Maria Basso Hinkendei, Maria Luiza Basso Prandini, Sidia Maria Basso Klein e Luciane Maria Basso Lictslaw.

Caminhoneiro, foi um dos pioneiros da área em Caçador. Foi também fundador da Sociedade Caçadorenses de Bochas.

Narciso Basso faleceu em 29 de julho de 1991, aos 75 anos de idade, durante tratamento no Hospital Evangélico de Curitiba.

RUA NATAL

Extensão: 450 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de capitais de estados brasileiros são Aracaju, Belém, Brasília (não é a capital de um estado, mas confunde-se com o Distrito Federal), Curitiba, Fortaleza, Natal e Teresina. A rua Fortaleza foi planejada, mas não executada, neste momento, e só foi existir oficialmente no quadro de ruas de Caçador a partir do ano de 2001, através da lei 1702/2001.



A cidade de Natal é a capital do Estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste brasileiro. Fundada em um dia de Natal, no ano de 1599, recebe seu nome em homenagem à data.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade foi ponto de abastecimento de aviões, brasileiros e aliados, especialmente norte-americanos. Chegou a ser considerada como "um dos quatro pontos mais estratégicos do mundo", juntamente com o Canal de Suez (Egito), o Estreito de Bósforo (Turquia) e o Estreito de Gibraltar (entre a África e a Europa).

A partir de 1965, a cidade foi sede do primeiro centro aero-espacial brasileiro, o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, localizado atualmente no município vizinho de Parnamirim, que era pertencente ao território de Natal à época. O local foi escolhido pois é próximo do equador magnético, aproveitava o suporte logístico já existente na cidade, a região apresenta baixo índice pluviométrico, há uma grande área de impacto representado pelo oceano e condições de ventos predominantemente favoráveis.

RUA NELSON EUGÊNIO BUSATO

Extensão: 1.600 metros

Bairro: Bom Sucesso, Martello

Lei 515/1992

Nelson Eugênio Busato, filho de Florêncio Busato e Luiza Gemeli Busato, nasceu aos 27 de julho de 1927, em Passo Fundo – RS.

Veio com a família para Caçador em agosto de 1936, com 9 anos de idade. Aqui chegando, estudou no Ginásio Aurora.



Começou a trabalhar aos doze anos no comércio. Seus dois primeiros empregos foram na loja de Jorge João e na Dal Bianco e Dalmas.

Após trabalhar no comércio, trabalhou até 1957 na Firma Florêncio Busato & Cia Ltda. Além disso, foi diretor da firma Victório Poletto SA durante 21 anos, de 1958 a 1979, e diretor do Curtume Vípota SA durante 9 anos, de 1976 a 1985.

Em 1979 fundou em Caçador as empresas Laminados AB Ltda. e Agro Pastoril Charbu Ltda. Para atuar nos ramos de Pecuária, Reflorestamento e Processamento de madeiras.

Desde moço prestou valiosa colaboração para com a comunidade caçadoreense em atividades paralelas às suas funções profissionais, como a construção da Capela São Geraldo na linha Aliança – Santa Maria, a construção e instalação da Escola Municipal da Fazenda Timbó, participação na diretoria da construção da Catedral São Francisco de Assis, presidência da comissão para reforma e pintura da Catedral em 1986, auxílio na construção do Grupo Escolar e Pavilhão da Igreja do Km 1, no Bairro Martello, colaboração na construção de casas populares na enchente de 1983.

Além disso, fundou a 1ª Escola Isolada da Aliança, onde sua esposa, Ornilda Zanchi Busato foi a 1ª Professora. Todos os anos doava o material escolar para os alunos filhos de funcionários de sua empresa.

Faleceu em 08 de julho de 1989, deixando cinco filhos: Siomara Busato Tortatto, Alexandre Eugênio Busato, Geraldo Reinerio Busato, Maurício Busato, Maeve Regina Busato Zandavali.

RUA NEREU RAMOS

Extensão: 620 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944



Nereu de Oliveira Ramos (03/09/1888 – 16/06/1958) foi um advogado e político brasileiro. Vice-presidente do Brasil, eleito pelo Congresso Nacional, de 1946 a 1951, presidente da República durante dois meses e 21 dias, de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, sendo, desta forma, o único catarinense que presidiu o Brasil.

Entretanto, à época em que se deu a homenagem, tais acontecimentos ainda não haviam ocorrido. A homenagem com o nome da rua deveu-se certamente ao fato de ter sido eleito governador de Santa Catarina em 1935 e ter exercido o cargo até 1945 sendo, a partir de 1937, interventor federal, com o advento do Estado Novo de Vargas.

A notoriedade de Nereu Ramos foi obtida pelo fato de ter sido quem conseguiu completar o quinquênio presidencial após o suicídio de Getúlio Vargas. Devido ao afastamento por motivos de saúde do vice-presidente, Café Filho, e do impedimento do presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, após o *Movimento de 11 de Novembro*.

Com o apoio das Forças Armadas, coube a Nereu Ramos, em sua breve passagem pela presidência do Brasil, de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, sob estado de sítio, garantir a posse de Juscelino Kubitschek.

RUA NICANOR GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 370 metros

Bairro: Berger

Lei 715/1993

Nicanor Gonçalves Cordeiro, filho de Joaquim Gonçalves e de Maria Dalva Pereira, nasceu em Caçador aos 10 de setembro de 1931.

Vivia com dona Orezi Maria Muniz, com quem teve 2 filhos: Janine Aparecida Cordeiro e Márcio Muniz Cordeiro.

Exerceu atividades como agricultor e também por 10 anos trabalhou como comerciante, vendendo e dando assistência técnica no ramo de persianas.

Foi membro do diretório do PMDB.

Nicanor Gonçalves Cordeiro faleceu aos 30 de setembro de 1992, aos 61 anos de idade.

RUA NILO HENRIQUE THOMÉ

Extensão: 110 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 2028/2003

Nilo Henrique Thomé, filho de José Reinaldo Thomé e de Ana Catarina Thomé, nasceu em Montenegro – RS, no ano de 1918.

Casado com Rene Thomé, teve dois filhos, Lenita Maria e Nilson Thomé.

Nilo Henrique Thomé faleceu em 15 de dezembro de 1993, aos 75 anos de idade, vítima de parada cardíaca.

RUA OCTACÍLIO TRINDADE CORDEIRO

Extensão: 400 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Octacílio Trindade Cordeiro, filho dos pioneiros caçadorenses Sebastião Gonçalves Cordeiro e de Hortência Trindade Cordeiro, nasceu em Caçador, no ano de 1920.

Exerceu durante sua breve vida as atividades de agricultor.

Octacílio Trindade Cordeiro faleceu aos 27 anos de idade, em 08 de março de 1948, vítima de traumatismo craniano.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ODAIR ROQUE TOMBINI POMPERMAIER

Extensão: 170 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010

Odair Roque Tombini Pompermaier, filho de Leonel Pompermaier e de Alice Tombini Pompermaier, nasceu em Arvorezinha – RS, aos 17 de junho de 1936.

Acompanhado de sua família, ainda criança veio para Caçador, no ano de 1942.

Único filho homem da união matrimonial de Leonel Pompermaier e Alice Tombini Pompermaier, com 5 irmãs: Leda, Neuza, Neltra, Diclera e Odete - teve posteriormente mais uma irmã: Simone Pompermaier, filha da união do segundo casamento de seu pai.

Estudou no Colégio Marista Aurora e no internato Paranaense. Sempre atuou como empresário no ramo madeireiro.

Em 1965 casou-se com Anemarie Fleck Kasper e desta união teve 04 filhas: Marlowa, Waleska, Karina e Nadieska.

Odair Roque Tombini Pompermaier faleceu em 06 de janeiro de 2008, aos 71 anos de idade, em decorrência de câncer de fígado.

RUA ODELIR GODINHO

Extensão: 700 metros

Bairro: Bello

Lei 22/1977

Odelir Godinho, filho de Juventino José Godinho e de Maria Etelvina Godinho, nasceu em Lages – SC, em 29 de outubro de 1915.

Veio para Caçador em 1935 e aqui casou-se com América Allet em 28/12/1941. Tiveram três filhos.

Como serventuário da justiça, em 27/04/1939 foi nomeado Escrevente Juramentado do Tabelionato de Caçador, depois Tabelião Interino e finalmente Oficial Vitalício do Registro de Imóveis desta Comarca, além de diversas outras funções temporárias da justiça criminal e eleitoral.

Foi descrito como um incansável homem público, que sempre soube cumprir o seu dever e honrar o cargo que ocupava, só o deixando porque a morte o colheu.

Odelir Godinho faleceu em 10 de setembro de 1973, aos 57 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

(adaptado de texto do Vereador Segundo Alcides Dallagnol)

RUA OLAVO BILAC

Extensão: 400 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966



Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (16/12/1865 – 28/12/1918) foi um dos principais poetas brasileiros, representante do estilo do parnasianismo e também exerceu as atividades de jornalista, contista e cronista. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

Destacado aluno, cursou medicina e direito, porém não concluiu nenhuma das faculdades, atraído que estava pela produção literária. Como curiosidade, sabe-se que em 1897 Bilac acabou perdendo o controle do seu automóvel Serpollet e o bateu contra uma árvore na Estrada da Tijuca, no Rio de Janeiro. Supõe-se que este seja o primeiro relato de um motorista a sofrer um acidente automobilístico no Brasil.

Conhecido por sua atenção à literatura infantil, destaque na poesia parnasiana e atuante na participação cívica, o poeta foi convidado pela Prefeitura do

Município do Rio de Janeiro para compor a letra de um Hino à Bandeira do Brasil, que foi adotado posteriormente por todo o país (*Salve, lindo pendão da esperança...*).

Olavo Bilac foi também um destacado defensor do serviço militar obrigatório, que já era lei desde 1907, mas somente foi aplicado durante a primeira Guerra Mundial, em 1915. Tal dedicação lhe rendeu o título de “Patrono do Serviço Militar”.

Marcou seu ativismo político com uma ferrenha oposição ao governo e ao estado de sítio decretado por Floriano Peixoto em 1891. Já no fim de sua vida, em 1917, Bilac recebe o título de professor honorário da Universidade de São Paulo. Apaixonado pela Língua Portuguesa, é de Bilac uma das mais destacadas homenagens ao nosso idioma.

Língua Portuguesa

Olavo Bilac

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrola da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: "meu filho!"
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!*

RUA OLEGÁRIO RAMOS

Extensão: 220 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Olegário Ramos foi um destemido comandante da Guerra do Contestado, aventurava-se em longas distâncias com o piquete que comandava. Não se têm registros sobre as razões que o levaram a ingressar no movimento.

De origem gaúcha, negro, antigo maragato, arrebanhava para o reduto tudo o que podia, principalmente armas e mantimentos. Em uma de suas incursões, trouxe para Bom Sossego mais de 100 voluntários, entre homens, mulheres e crianças.

Olegário participou do contra-ataque quando as forças legais atacaram Santa Maria, em 08 de fevereiro de 1915, quando pouco mais de 100 sertanejos repeliram toda a tropa legal.

Em outubro de 1915, já no reduto São Pedro, Olegário acompanhava o comandante geral Adeodato, quando encontraram-se com os vaqueanos de Francisco Dias. Neste combate, Adeodato saiu ferido e Olegário morreu, junto com vários outros sertanejos.

RUA OLGA TURATTI AGUSTI

Extensão: 320 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 3237/2015

Olga Turati Agusti, filha de Fernando Turatti e Attege Giongo, nasceu em Roca Sales – RS, em 17 de julho de 1918. Veio para Caçador com 17 anos de idade, em 1935, juntamente com a família de seus pais e fixaram residência na linha Cará, nas terras da família Sorgatto, onde trabalhavam na lavoura.

Por morar muito próximo de José Agusti, que também veio do Rio Grande do Sul e estabeleceu-se na linha Cará, o encontro foi inevitável, bem como enamorarem-se um pelo outro e, dois anos depois do primeiro encontro, no dia 13 de fevereiro de 1943, subiram ao altar na antiga igreja Matriz de Caçador, Olga Turatti e José Agusti. Olga e José fixaram residência às margens do rio Jacutinga, na mesma linha Cará, local onde residiram por toda a vida. Tiveram 6 filhos, Vilma, Ivo, Osvaldo, Osmar, Hermes e Diles.

Acompanhou seu marido, desde a época em que este trabalhava na serraria e, em 1949 iniciaram nova jornada que seria marca indelével da família, o cultivo da terra. A partir de então, toda a família passou a dedicar-se com esmero para com a agricultura de vários cultivos, entre eles: uva, milho, trigo e feijão. Como não poderia deixar de ser, e mantendo-se fiéis às origens italianas, a partir da produção de uvas, veio também a produção do bom e velho vinho dos Agusti.

A família Agusti, na década de 1960, foi uma das sócias fundadoras da antiga Cooperativa Agrícola de Caçador Ltda. José foi um sócio atuante de modo que orientava outros sócios produtores de uva a produzirem com maior qualidade afim de melhor atender o mercado consumidor, do sudeste brasileiro e até mesmo para o exterior.

Não bastasse isso, Olga e José participaram da fundação da feira livre que, em seus primeiros tempos, ocorria na avenida principal do município, em frente aos bancos. Após algum tempo a feira mudou-se para a Avenida Santa Catarina e ocorria em frente à prefeitura municipal. Só depois é que foi construído um local mais apropriado para a realização da feira livre, o qual

ainda hoje, se faz realizar na rua Aristiliano Ramos, a popular Beira Rio, ficando assim como mais um legado histórico-social deste casal desbravador.

Como fundadores e produtores rurais participavam ativamente da feira, com iguarias coloniais e quitutes preparados por dona Olga. Instalaram o que chamavam de “a banca do cafezinho”, com cucas e deliciosos sonhos feitos e recheados por dona Olga. Fizeram muito sucesso na cidade, pelo qual até os dias de hoje os filhos são interpelados a fim de saber sobre os gostosos sonhos de dona Olga.

Além disso, comercializavam na feira, vinho, salame, frutas, verduras e todas a sorte de produtos produzidos em seu sítio. Com o passar dos tempos o dificultoso deslocamento pelas madrugadas afora, feito em carroça para chegar até a feira, foi substituído pelo automóvel. Com fruto de tanto trabalho foi adquirido o famoso “jipe alaranjado”, tão conhecido em Caçador e que por mais de 50 anos esteve com o casal. Por quase duas décadas participaram avidamente deste importante empreendimento do município de Caçador, a feira-livre.

José e Olga foram, definitivamente, um casal ativo e participativo na sociedade de Caçador, e mais ativos e participativos ainda na comunidade onde viviam, na Linha Cará. Por inúmeras vezes fizeram parte da comissão executiva organizadora da comunidade, e fizeram parte da comissão da capela.

Tanto Olga quanto José participaram e ajudaram muito na organização e realização de festejos e eventos na linha Cará, contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento daquela importante comunidade social e econômica de nosso município. Não obstante, ainda hoje, permanece erguida naquela comunidade, uma cruz de madeira construída por Jose e um amigo, Adolfo Tomazi, no ano de 1946.

No ano de 2004 o casal foi homenageado com um troféu de menção honrosa por parte da Câmara Legislativa Municipal, e em 2005, José recebeu o troféu “Colono Desbravador”. Em 2010 foi a vez da comunidade do Cará render-lhes homenagens, ao reverenciá-los por serem o casal mais idoso da comunidade.

Olga sempre muitíssimo dedicada à casa e aos cuidados familiares. As latas de suspiros, a cesta de sonhos na feira, a cerveja feita em casa, a brincadeira com os netos ao redor da mesa, a “chimia” de abóbora, a mesa posta para o delicioso café aos domingos pela manhã, esperando pela chegada de toda a família, o convívio com os amigos e vizinhos na comunidade. Quem conviveu com dona Olga, sabe o que está sendo dito aqui, sabe do significado gigantesco destas pequenas coisas. Mostrou o que é amar os seus, mostrou o valor do Trabalho (com T maiúsculo), mostrou nunca desistir, mostrou coisas simples da vida, mostrou como se divertir, dar risadas.

O casal Agusti, ainda em 2014, comemorou no dia 13 de fevereiro, 71 anos de casamento. Pouco mais tarde, no dia 24 de maio de 2014 dona Olga faleceria, aos 96 anos de idade, sendo seguida pouco mais tarde, no dia 25 de novembro do mesmo ano, por seu marido José.

(adaptado de texto de seus filhos)

RUA OLINDO MOCINELLI

Extensão: 200 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2944/2012

Olindo Mocinelli, nascido em 25 de setembro de 1898, em Massa Lombarda, Ravena – Itália, naturalizado brasileiro, filho de Giovanni di Francesco Muccinelli e de Teresa Pilani Muccinelli, veio para Caçador em 1918, para fixar residência e trabalhar na serraria de Luiz Tortatto, primeira serraria a explorar os pinheiros em abundância na região.

Em 27 de setembro de 1919, casou-se com Fortunata Geni Tortatto, filha de Luiz Tortatto, morando e trabalhando sempre em serrarias da região. Tiveram um filho, Tadeu Pasqualino Muncinelli.

Em 1947, com a constituição da empresa Serraria São Pascoal Ltda., tornou-se sócio-gerente da mesma, onde trabalhou até o ano de 1961, quando afastou-se da sociedade para vir a residir em sua propriedade, adquirida por herança de seu sogro, Luiz Tortatto, permanecendo até o ano de 1982. Então, transferiu sua residência para Medianeira – PR, para acompanhar seu filho Tadeu. Em terras paranaenses, veio a falecer em 21 de janeiro de 1989, aos 93 anos de idade.

Olindo Mocinelli sempre doou sua força e dedicação ao trabalho por Caçador, assim sempre manifestando sua dedicação e constituindo sua família em terras caçadorenses.

(adaptado de texto de seu filho, Tadeu Pasqualino Muncinelli, em setembro de 2012)

RUA OLINDOMAR TONET

Extensão: 360 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Olindomar Tonet, filho de Antônio Tonet e de Olívia Tonet, nasceu em Passo Fundo – RS, no ano de 1930.

Exerceu, durante toda a sua vida, atividades ligadas à agricultura. Casado com Ana Zanatta Tonet, teve dois filhos: Olimar e Vilmar.

Olindomar Tonet faleceu tragicamente em 07 de novembro de 1982, aos 52 anos de idade, vítima de projétil de arma de fogo.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA OLÍVIO ABATTI

Extensão: 550 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 22/1977

Em relação a Olívio Abatti, dispomos apenas da informação de que foi uma ilustre pessoa representativa do Distrito de Macieira.

O que chama a atenção em relação a esta lei é que, sem haver a revogação da lei /1972, a mesma área que já havia sido denominada como “Rua Layne Faoro”, recebeu a denominação de Olívio Abatti.

Sem nenhum demérito ao merecimento da homenagem, é mais um dos exemplos da desaconselhável prática de alteração de denominação de nomenclatura de ruas.

Por questão de justiça, achamos prudente acrescentar à descrição desta rua, também a biografia encontrada de Layne Faoro.

Layne Antonieta Gattermann Faoro, filha de Guilherme Gattermann e de Vergínia Gattermann, nasceu em Capinzal – SC, em 23 de outubro de 1926.

Casou-se com Ernesto Faoro em 30/11/1944, com quem teve 5 filhos, Newton Dan Faoro, Atílio Guilherme Faoro, Luiz Renato Faoro, Luiza Virgínia Faoro e Maria Karla Faoro.

Além das atividades domésticas e do cuidado com sua família, desempenhava atividades assistenciais e de caridade, especialmente junto à congregação das

Irmãs de São José, do Colégio Aparecida e da Casa da Amizade, onde junto com seu marido eram membros atuantes.

Layne Antonieta Gattermann Faoro faleceu em 31 de julho de 1969, aos 42 anos de idade.

RUA OLÍVIO ANTÔNIO MATOS

Extensão: 200 metros

Bairro: Gioppo

Lei 765/1993

Olívio Antônio Matos, filho de Artur de Souza Matos e de Inêz Pereira de Souza, nasceu em São Sebastião do Sul, distrito de Lebon Régis – SC, no ano de 1906.

Casado com Nascimento Corrêa Matos, teve dois filhos, Sebastião e Ernani.

Olívio Antônio Matos faleceu em 22 de abril de 1988, aos 81 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

RUA OLYMPIO VERGETT

Extensão: 100 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 593/1992

Olympio Vergett nasceu no dia 17 de abril de 1884, no município de Jaqueira – PE, filho de José Vergett e Alexandrina Vergett.

Em Clevelândia, no estado do Paraná, casou-se com a senhora Presciliana Ayres de Arruda Maia, em 03 de julho de 1918. Passada a Guerra do Contestado, veio para Caçador em 1924, tornando-se personagem que contribuiu para o engrandecimento de nossa história.

Construiu aqui a primeira casa cinematográfica. Junto a esta funcionava também uma casa de fotografias, salão de bailes e sala de reuniões públicas, proporcionando lazer aos que aqui moravam naquela época.

O senhor Olympio Vergett exerceu o cargo de Oficial de Justiça da Comarca de Caçador em 03 de abril de 1936.

Olympio Vergett veio a falecer em 13 de novembro de 1936, aos 52 anos de idade, vítima de síncope cardíaca.

RUA ONIO PEDRASSANI

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Centro

Lei 24/1980

Onio Pedrassani nasceu em 10 de dezembro de 1895, em Bagé – RS e faleceu aos 11 de outubro de 1966, em Camboriú – SC.

Foi casado com dona Amália Ferri Pedrassani, com quem teve 4 filhos.

Procedente do Estado do Rio Grande do Sul, instalou-se em Caçador no ano de 1946 e aqui montou e fundou a concessionária Ford em nossa cidade, muito contribuindo para o desenvolvimento de Caçador.

A lei 24/1980 denominava esta rua e determinava que a rua se inicia na Rua Anita Garibaldi e margeia os trilhos da Estrada de Ferro da rede Ferroviária Federal S/A, até encontrar a Rua Nereu Ramos. Com o crescimento da cidade, a lei 2686/2010 modificou a descrição da rua, fixando seus limites como a rua que se inicia na Rua Anita Garibaldi e margeia os trilhos da Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal S/A, até encontrar a Rua Prudente de Moraes.

RUA ONOFRE PEREIRA

Extensão: 450 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Onofre Pereira, filho de Marciano Pereira e de Joana da Silva Pereira, nasceu em Taquari – RS, em 15 de março de 1895.

Em 18 /11/1931 saiu da cidade de Passo Fundo, onde morava, com destino a Caçador. Com as muitas paradas e dificuldades do caminho, chegou aqui apenas em 08/01/1932.

Casou-se com Graciosa Bortolon Pereira, com quem teve 11 filhos.

Onofre Pereira faleceu em 03 de outubro de 1975, aos 80 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA ORESTES PEREIRA GOMES

Extensão: 300 metros

Bairro: Paraíso

Lei 39/1967

Orestes Pereira Gomes, filho de Manoel Pereira Gomes e de Bernardina Nicoelli Gomes, nasceu em Lages – SC, no ano de 1893.

Comerciante, era casado com Juventina de Oliveira Gomes.

Orestes Pereira Gomes faleceu em 08 de junho de 1965, aos 72 anos de idade, vítima de colapso cardíaco.

RUA ORLEÃES

Extensão: 210 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Orleans (grafado desta forma) é um município catarinense situado na região sul do estado, distante cerca de 350 quilômetros de Caçador. A área ocupada pelo município foi um dote ofertado pelo Imperador Dom Pedro II à sua filha, a Princesa Isabel, por ocasião de seu casamento com o Conde D'Eu (Luís

Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, ou Gastão de Orléans) Orléans era uma casa real francesa da qual o Conde D'Eu descendia.

Aprovada pelos príncipes, a área começou a ser demarcada e preparada para receber colonos imigrantes e nacionais, paralelamente à construção de uma estrada de ferro que atenderia a região carbonífera. A Escolha do local da sede e do nome foi então por ocasião da visita de Sua Alteza o Conde D'Eu, numa viagem especial pela Estrada de Ferro, no dia 26 de dezembro 1884. Ao visitar o local, canteiro de obras da estrada de ferro, declarou então o Conde D'Eu: "Aqui nascerá uma cidade com o nome de Orleans".

Elevado à categoria de município em 1913, em 1943 teve a grafia alterada para Orleães, vigente esta grafia no momento da denominação da rua, o que gera a adoção desta grafia em Caçador. Entretanto, em 1970, atendendo a uma solicitação de Dom Pedro de Orleans e Bragança, descendente direto do Conde D'Eu, a grafia oficialmente adotada voltou a ser Orleans.

Sua privilegiada localização geográfica, entre a serra e o litoral, fez de Orleans um importante entreposto para o comércio, além dos eventos ligados à operação da estrada de ferro que serviu à região, com transporte de cargas e passageiros.

RUA DAS ORQUÍDEAS

Extensão: 680 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 520/1992

Em 1992, em uma iniciativa de organização de áreas da cidade, as ruas do loteamento “Jardim Dileta”, no Bairro Bom Sucesso foram denominadas em conjunto, recebendo nomes de flores para designá-las. Tal proposição partiu de um pedido da própria comunidade, que relacionou o nome do loteamento “**Jardim Dileta**”, com nomes de flores.

A proposição, assinada por pessoas da própria comunidade e enviada à Câmara, através do Vereador Sérgio D'Agostini, já propunha inclusive o nome das flores a ser utilizadas. Foi aceita integralmente, com a exceção da rua F, que tinha a proposta de ser chamada de “Rua das Hortências” e acabou substituída por “Rua das Primaveras”. Seis ruas compunham o loteamento, e foram denominadas como Rua das Azaléias, Rua das Orquídeas, Rua das Primaveras, Rua das Tulipas, Rua das Violetas e Rua das Vitórias Régias.



As orquídeas representam uma das maiores famílias de plantas existentes. Apresentam muitíssimas e variadas formas, cores e tamanhos e existem em todos os continentes, exceto na Antártica, predominando nas áreas tropicais. Usualmente, as orquídeas crescem sobre as árvores, usando-as somente como apoio para buscar luz; não sendo plantas parasitas.

A respeito da enorme variedade de espécies, pouquíssimos são os casos em que se encontrou utilidade comercial para as orquídeas além do uso ornamental. Entre seus poucos usos, o único amplamente difundido é a produção de baunilha a partir dos frutos de algumas espécies do gênero *Vanilla*, mas mesmo este limitado pela produção de um composto artificial similar de custo muito inferior. Mesmo para ornamentação, apenas uma pequena parcela das espécies é utilizada, pois a grande maioria apresenta flores pequenas e folhagens pouco atrativas. Por outro lado, das espécies vistosas, os orquidicultores vêm obtendo milhares de diferentes híbridos de grande efeito e apelo comercial.

Como curiosidade, o nome *orquídea* vem do grego *órkhis*, que significa testículo, e *eidos* que significa: aspecto, forma; significando *forma de testículo*, em referência ao formato dos dois pequenos tubérculos que as espécies deste gênero apresentam.

Mais que qualquer outra família de plantas, as orquídeas despertam interesse em colecionadores que ajuntam-se em associações orquidófilas, presentes em grande parte das cidades por todo o mundo.

RUA OSCAR PAUPITZ

Extensão: 80 metros

Bairro: Bello

Lei 3278/2015

Oscar Paupitz, filho de Frederico Paupitz e de Emilia Nata Reschemberg, nasceu em Ibirama –SC, em 07 de junho de 1923.

Foi eletricitista e atuou na área de fornecimento de energia por usinas hidroelétricas.

Trabalhava na empresa Força e Luz de Blumenau, quando em 1945, aos 22 anos, a convite de autoridades caçadorenses, mudou-se para Caçador para auxiliar com seus conhecimentos como eletricitista no precário sistema de distribuição de energia elétrica, fazendo uma revisão nas duas usinas

existentes à época: Usina Campinas, na Fazenda Gumercendo Carneiro, e na Usina Bomsucesso, da Empresa Tedesco, que forneciam energia elétrica ao município de Caçador.

Ao lado do senhor Lourenço Faoro, foi Diretor Adjunto da Companhia Bom Sucesso de Eletricidade por 15 anos, e continuou por longos anos a prestar seus conhecimentos e serviços a esta empresa e após, à Fábrica de Papel Primo Tedesco Ltda.

Ainda na ocasião de sua vinda a Caçador, no ano de 1945, foi Sócio-Fundador da Empresa Radioeletra Ltda., que realizava vendas e serviço de oficina de eletrodomésticos e motores, onde como engenheiro de campo, prestou relevantes serviços à única emissora de rádio de então, a Caçanjurê.

Casou-se com Irene Bruch Paupitz em 20/03/1954 e tiveram 4 filhos: Tânia, Júlio, Scheila e Iara. Participou ativamente do Rotary Clube em Caçador.

Teve sua vida fundamentada na humildade, na justiça e na honestidade, lições estas que deixou para todos os seus filhos e netos.

Oscar Paupitz faleceu em 14 de março de 2005, aos 81 anos de idade.

(adaptado de texto de seus familiares)

RUA OSMAR BAPTISTA STIEVEN

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 443/1991



Osmar Baptista Stieven nasceu em Erechim – RS, aos 29 de dezembro de 1929. Iniciou seus estudos em Erechim, transferindo-se para Caçador em meados de 1943. Era casado com a Sra. Iracy Favarin.

Exerceu as atividades de motorista e mais tarde dedicou-se às atividades da indústria madeireira. Após uma viagem por ele realizada ao Chile, em 1962, por ocasião da realização da Copa do Mundo naquele país, numa parada entre Santiago e Viña del Mar, teve a oportunidade de apreciar a beleza da plantação de “*Pinus elliotti*”.

Entusiasmado com o espetáculo natural que presenciou, decidiu realizar, em suas terras, no Município de Palmas – PR, experiência semelhante. Após solicitar ao Parque Florestal de Caçador 61.700 mudas daquela essência florestal, plantou-as numa grande área de sua propriedade.

Posteriormente, contratou com a "Técnica Florestal S.A.", de Curitiba, um projeto para o plantio de 800.000 árvores. Passou então a incentivar que seus colegas madeireiros fizessem o mesmo.

Sua filosofia de trabalho foi criar condições de sobrevivência econômica para as gerações vindouras, transmitindo a seus filhos um nobre exemplo de conduta para a preservação das espécies florestais.

Sendo um industrial madeireiro, o Sr. Osmar Stieven plantou muito mais que derrubou árvores.

Tanto em Caçador quanto em Palmas, o Sr. Osmar, tornou-se , antes de tudo, um exemplo de previdência que deve imitado por todos os empresários da indústria madeireira.

E foi trabalhando pelo bem de sua gente e pelo fortalecimento econômico de dois grandes estados – Paraná e Santa Catarina – que o Sr. Osmar merece esta homenagem.

Veio a falecer aos 29 de julho de 1990, deixando três filhos: Luiz Carlos, Edson e Saula Elizabete.

RUA OSMAR RITTER

Extensão: 150 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1445/2000

Osmar Ritter, filho de Jacob Ritter e de Augusta Ritter, nasceu no Rio Grande do Sul, no ano de 1926.

Exerceu em Caçador sua profissão de açougueiro.

Osmar Ritter faleceu no dia 18 de julho de 1953, aos 32 anos de idade, vítima de bronquite crônica.

RUA OSNI AMARO ROMÃO

Extensão: 200 metros

Bairro: Martello

Lei 1225/1997

Osni Amaro Romão, filho de Josino Amaro Romão e Maria Alzira Romão, nasceu em Florianópolis – SC, aos 21 de janeiro de 1916.

Casado com Antonieta Cassão Romão, teve seis filhos: Rosa Nancy Romão Martins, Rogéria Cassão Romão Vieira, Sócrates Cassão Romão, Ruth Maria Romão Farias, Renato Romão e Alinor Gonçalves dos Santos Romão.

Em 1935, Osni ingressou na Polícia Militar de Santa Catarina, prestando concurso para 3º Sargento no ano de 1938. Neste posto da hierarquia militar foi transferido em 1939 para Caçador, como Comandante de Destacamento.

Em 1940 foi transferido para Curitiba, retornando a Caçador em 1946, já como 1º Sargento.

Em 1951 foi promovido a Subtenente da PMSC, e designado como Comandante de Escolta de Captura em Rio das Antas.

Em 1953 foi delegado da PMSC em Concórdia. Neste ano, foi nomeado como Prefeito Instalador do Município de Seara – SC.

Foi promovido ao cargo de 1º tenente em 1954 e neste cargo aposentou-se da Polícia Militar em 1958.

Em 1958 foi delegado de Polícia em Caçador, e de 1962 a 1967, foi provedor do Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos, em nossa cidade.

Osni Amaro Romão faleceu em 23 de maio de 1991, aos 75 anos de idade.

RUA OSNY TEODORO CUNHA

Extensão: 450 metros

Bairro: Martello

Lei 1045/1996

Osny Theodoro da Cunha (a grafia correta de seu nome é esta), filho de Antônio Theodoro da Cunha e de Catarina Rosa da Cunha, nasceu em Florianópolis – SC, em 07 de outubro de 1920.

Funcionário Público, exerceu por muitos anos sua função junto ao SINE, em Caçador. O preenchimento de muitas carteiras de trabalho de cidadãos caçadorenses foi sua responsabilidade. Foi vereador de Caçador no mandato de 1959 a 1963.

Osny Theodoro da Cunha faleceu em 23 de novembro de 1993.

RUA OSÓRIO TIMMERMANN

Extensão: 800 metros

Bairro: Centro

Lei 56/1956



Osório de Paula Timmermann (25/03/1890 – 19/06/1956) nasceu em Porto União. Filho de Carlos Timmermann e de Ana Carneiro Timmermann. Teria chegado em Caçador, por volta de 1915/1916, encontrando aqui, apenas algumas casinhas (3), de propriedade de Vergílio Formighieri, Martinho Trindade e uma pequena tapera desabitada, localizadas na atual Avenida Barão do Rio Branco. Seu

meio de vida era o corte de lenha e dormentes para a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, além da criação de suínos e bovinos.

Em 1920, no dia 22 de janeiro, às duas horas da madrugada, contraiu matrimônio com Maria Gioppo. Em 1924, em Cruzeiro do Sul, hoje Joaçaba, no dia 10 de janeiro, prestou concurso para Agente Fiscal da Agencia a ser criada em Rio Caçador, que na época era jurisdição do município de Campos Novos, mais tarde com a criação da Coletoria Estadual foi nomeado escrivão da mesma, cargo no qual aposentou-se em 1953.

Falecendo em 19 de junho de 1956, nesta cidade, deixou os seguintes filhos: Amélia, Carlos, José, Arnaldo, Mercedes.

Apesar de a lei que determina o nome da rua constar a grafia com “z”, (Ozório) a documentação e o costume fez com que passasse a ser adotada a grafia com “s” (Osório).

RUA OSVALDO ALVES

Extensão: 170 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1206/1997

Osvaldo Alves, filho de Maria Rodrigues Alves, nasceu em Caçador, aos 13 de janeiro de 1938.

Casado com Armelinda Camoagnin, teve duas filhas: Mari Paulina Alves e Maria Salete Alves Cordeiro. Destacou-se exercendo a profissão de pedreiro.

Oswaldo Alves faleceu aos 21 de setembro de 1993, aos 55 anos de idade, vítima de parada cardíaco-respiratória.

RUA OSVALDO MANOEL GOMES

Extensão: 300 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Oswaldo Manoel Gomes, filho de Florindo Gomes e de Ana Gomes, nasceu em Montenegro – RS, no ano de 1906.

Agricultor, veio para Caçador quando este havia recém sido emancipado, instalando-se, com sua família na localidade do Cerro Branco. Casado com Idalina Gomes, teve 3 filhos. Foi vereador de Caçador no mandato de 1951 a 1955.

Oswaldo Manoel Gomes faleceu em 02 de setembro de 1967, aos 61 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RODOVIA MUNICIPAL OSVALDO OLSEN

Extensão: 4.000 metros

Bairro: Gioppo

Lei: 2432/2007



Oswaldo Olsen (a grafia de seu nome é efetuada com “w”, ao contrário do que está na lei, com “v”), filho de Eduardo e Anna Olsen, nasceu em Três Barras – SC, em 04 de setembro de 1918.

Seus pais, de origem dinamarquesa, lutaram com ingentes dificuldades para sustentar uma prole de 12 filhos.

Aos nove anos de idade, Oswaldo iniciou sua vida de trabalho. Para ajudar a família, vendia frutas e legumes que transportava em uma carrocinha. Já nesta tenra idade, seu espírito inventivo e de iniciativa começou a se manifestar. Tinha só dez anos quando começou a fabricar

carrinhos com rodas de madeira e eixos de ferro, cuja venda possibilitava melhores condições de sobrevivência para a numerosa família. A par de sua capacidade inventiva, manifestava-se também o pendor para a música e, com relativa facilidade, aprendeu acordeon e piano. Com 16 anos, já participava de um conjunto local, o que viria a aumentar seus rendimentos.

Sua curiosidade e seu interesse pela mecânica o levaram a um aprendizado prático em oficinas e não raro, apesar da pouca idade, era surpreendido a dirigir as pesadas locomotivas (de 50 a 60 toneladas), da Companhia Lumber. Mal tinha completado 15 anos e já era profissional, consertando tratores das marcas Fordson e Caterpillar. Tomou gosto pelas máquinas que passaram a constituir sua primeira paixão. As observações e o interesse que tinha pelas máquinas de madeira Lumber, principalmente os guinchos, plantaram em sua mente de criança, as idéias que mais tarde iria por em prática, ao construir suas próprias máquinas. Seu primeiro guincho, fabricado em 1944, existe até hoje, em perfeito funcionamento.

Em 1942, deixou sua cidade natal mudando-se para Caçador, onde ao lado de seu primo Wigando Olsen, iniciou a fabricação de aparelhos a gasogênio, instalando a IMBERT, primeira indústria metalúrgica da localidade. A partir de 1956 passou a dedicar sua atenção à fabricação de tratores de esteiras, fundando em 1962 a Companhia Olsen de Tratores Agro-Industriais. Exatamente às 09:30 horas do dia quatro de setembro, data e hora do nascimento do senhor Osvaldo Olsen, seu primeiro trator começava a "engatinhar", coisa que só o destino sabe explicar. Em entrevista a um jornal da época, Olsen declarou: "Meu trator é uma realização de caráter cem por cento nacional, feito no Brasil, com materiais e técnicas do Brasil, e pelo Brasil".



Oswaldo Olsen em um de seus tratores, durante um desfile de 7 de Setembro em Caçador

Olsen sempre fez questão de observar que sua vida de sucesso não foi apenas mérito seu. Na pessoa dedicada, amorosa, humilde e ativa da sua esposa, Genoveva Olsen, ele encontrou um baluarte, um esteio e o fator principal de seu sucesso. Casados em 15 de novembro de 1939, o casal teve sete filhos.

A obra de Olsen teve o reconhecimento público através das medalhas e honrarias de que é possuidor, entre as quais a de "Pero Vaz de Caminha", o título de "Cidadão Honorário de Caçador", o certificado da V Região Militar pelos relevantes serviços prestados à comunidade, sendo ainda reconhecidas suas indústrias como as técnicas mais avançadas, na Feira de Hanover. O Hino de Caçador é um trabalho deixado por Oswaldo que comprova sua sensibilidade e seu amor pela terra que o acolheu.

Um trabalho profícuo em prol da comunidade, uma inteligência incomum que o aproxima do gênio, uma fidelidade aos próprios ideais, uma vontade e uma têmpera de aço que não permitem recuo nem mesmo diante dos maiores obstáculos, um grande amor ao próximo, à família e à pátria, são as características que enobrecem a personalidade de Oswaldo Olsen.

Oswaldo Olsen faleceu em 21 de novembro de 1992, aos 74 anos de idade.

RUA OTÁVIO GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 300 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 064/1985

Otávio Gonçalves Cordeiro nasceu a 27 de julho de 1930. Era casado com Dona Paulina Corrêa de Mello e deixou 8 filhos.

Membro atuante do antigo partido político PSD, foi um grande produtor agrícola da comunidade do Castelhana. Exerceu ainda a função de delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Faleceu em Caçador, a 10 de julho de 1972, com 42 anos de idade.

RUA OTÁVIO JOSÉ LEITE

Extensão: 260 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 939/1995

Otávio José Leite, natural de Lages – SC, nasceu aos 02 de janeiro de 1924.

Casado com Maria Moraes Leite, teve 10 filhos. Veio para Caçador no ano de 1962.

Foi funcionário exemplar na Prefeitura Municipal de Caçador, especialmente na gestão do Prefeito Reno Luiz Caramori.

Otávio José Leite faleceu em 20 de dezembro de 1992, aos 68 anos de idade.

(adaptado de texto de Angelo Moraes Leite, em 16/10/1995, que descreve-se como
“2º filho dos Dez”)

RUA OTÁVIO MORAES DE SOUZA

Extensão: 560 metros

Bairro: São Cristóvão, Rancho Fundo

Lei: 2447/2007

Otávio Moraes de Souza, filho de Antonio Elias de Souza e de Izabel Moraes da Silva, nasceu em Lebon Régis – SC, no distrito de São Sebastião do Sul, em 27 de setembro de 1930.

Casou-se com Anita Lopes de Souza em 17/12/1960, com quem teve 2 filhos.

Otávio Moraes de Souza faleceu em 24 de abril de 2003, aos 72 anos de idade, vítima de enfisema pulmonar.

RUA OTTO LESSING

Extensão: 110 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1442/2000

Otto Lessing, filho de Júlio Lessing e Henriette Kindt Lessing, nasceu em Slotwiny, na Polônia.

Seu pai era militar, tendo participado como soldado e como oficial do exército alemão em vários confrontos bélicos, entre eles a campanha da Rússia e Alemanha contra o Japão no início do século, e os posteriores conflitos com a Rússia na primeira grande guerra mundial.

Em 1927, ante a agitação que sacudia o continente europeu e na iminência da eclosão de um novo conflito bélico, dada a resolução conflituosa imposta à Alemanha pelo Tratado de Versailles, conflito esse que se evidenciava pelas relações cada vez mais prepotentes impostas pela Alemanha sobre a Polônia.

Na perspectiva da eclosão de uma guerra, o que de fato ocorreu, anos mais tarde, o senhor Julio Lessing decidiu deixar o seu país, imigrando para o Brasil, onde desembarcou, com a família no porto de São Francisco do Sul – SC, em

1928. De lá seguiram pela estrada de ferro até Rio das Antas, onde fixariam residência.

Desta forma, Otto Lessing teve sua alfabetização na cidade natal e continuou os estudos do primário em Rio das Antas, com professores da colônia Alemã e auxiliado pela sua mãe Henriette.

Iniciou sua vida profissional trabalhando como “caixeiro” vendedor na loja de secos e molhados de Benjamim Barichelo em Rio das Antas, tendo trabalhado também, por pouco tempo, em Videira, na loja Grazziotin & Cia.

Em 11 de junho de 1942, casou-se com Rosa Ferlin, com quem teve 8 filhos: Miriam Leda, Maria Inês, Paulo Cezar, Maria Hilda, Maria Margareth, Otto Robert, Mara Rossana e Marco Antonio. Em 1943 mudou-se para Caçador, onde abriu a “Casa Predileta”, iniciando uma trajetória que cresceria com o comércio e a comunidade da cidade.

Além de comerciante pioneiro, Otto Lessing exerceu cargos de relevância junto à representatividade classista, política e social, destacando-se cargos como:

- Presidente da UDN – União Democrática Nacional;
- Presidente do CDL por várias gestões;
- Presidente do Sindicato do Comércio;
- Presidente da Sociedade Caçadorenses de Bochas;
- Presidente e Fundador da Sede Campestre do Ginásio Aurora;
- Sócio Fundador e Presidente do Lions Club Caçador Centro.

Otto Lessing faleceu no dia 01º de dezembro de 1999, aos 79 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA PADRE FEIJÓ

Extensão: 400 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966



Diogo Antônio Feijó, também conhecido como Regente Feijó ou Padre Feijó (17/08/1784 – 10/11/1843), além de sacerdote da Igreja católica, foi um estadista brasileiro, Ministro da Justiça na Regência Trina Permanente e depois eleito para a Regência Una, o que equivaleria a um cargo semelhante ao de Presidente da República nos dias atuais. Pode-se dizer que tenha sido a primeira pessoa eleita para comandar o Brasil.

Exerceu o sacerdócio até seus 37 anos, quando iniciou sua vida política, na qual foi um ferrenho opositor de José Bonifácio, desde o início até o final. Foi um dos deputados brasileiros que foram enviados a Lisboa para tomar parte da elaboração de uma Constituição para o país, ainda vice-reino. Encontraram um ambiente de extrema hostilidade, pois já havia se consumado o “Dia do Fico” no Brasil. Este ambiente acabou precipitando uma verdadeira fuga dos deputados brasileiros, chegando Feijó ao Brasil apenas em dezembro de 1822, já proclamada a independência e estando no poder José Bonifácio, seu opositor.

Foi deputado por São Paulo e notabilizou-se por defender a abolição do celibato dos padres (a chamada questão clerical). Com a abdicação de Dom Pedro I em 1831, Feijó foi nomeado Ministro da Justiça durante a Regência Trina Permanente. Perseguiu, afastou e destituiu José Bonifácio do cargo de tutor do futuro Imperador Dom Pedro II. Seu desempenho frente ao Ministério valeu-lhe a eleição, em 1835, para o cargo de Regente do Império do Brasil, que assumiu em 12 de outubro de 1835.

Em um ambiente de grande instabilidade política, teve dificuldades em nomear e manter um ministério, o que acabou levando-o a renunciar ao cargo em 18 de setembro de 1837 em nome de seu adversário político, Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda.

Ainda seria Senador do Império. Em 1839 uma hemiplegia causada por um “derrame”, o que hoje é conhecido por acidente vascular cerebral (AVC), no final deste ano, obrigou-o a permanecer em São Paulo. Tomou parte de uma tentativa de Revolução em 1842, o que lhe valeu a condenação à prisão e a proibição de retornar a sua terra natal. Revogado o desterro, faleceu aos 59 anos em decorrência de uma série de complicações, no dia 10 de novembro de 1843.

RUA PALHOÇA

Extensão: 210 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de

estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Palhoça é um município catarinense situado na região da Grande Florianópolis, na margem oposta da Baía Sul da capital. Localiza-se a cerca de 390 quilômetros de Caçador.

Com mais de 150 mil habitantes, Palhoça é o município que mais cresce na região da Grande Florianópolis. Há registros documentais de ocupação de suas terras por colonizadores desde 1793, dado sua proximidade com a Ilha de Santa Catarina, frequentada pelos açorianos desde muito cedo na história do Brasil. No entanto, somente em 1894 foi elevado à categoria de município.

Conhecida como um famoso destino turístico, as praias de seu litoral atraem milhares de turistas todos os anos, sendo as mais conhecidas as praias do Sonho, Pinheira e Guarda do Embaú. Possui uma imensa área de mangue, junto ao centro da cidade.

Apesar de fortemente ligada a Florianópolis, que atrai muitos de seus moradores para trabalhar e estudar, Palhoça conseguiu implementar uma relativa autonomia, com comércio e indústria prósperos, além de desenvolvimento nos setores de pesca e turismo.

RUA PALMIRA DE PAULA CARNEIRO

Extensão: 110 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 931/1995

Palmira de Paula Carneiro, filha de Agostinho Antônio Carneiro e Michelina de Paula Carneiro, natural de Matos Costa – SC, nasceu em 20 de agosto de 1925, na Fazenda Primavera.

Casou-se com Luiz Driessen Carneiro, com quem teve uma filha, Terezinha.

Neste local trabalhou como agricultora até meados de 1963, quando mudou-se para Caçador, residindo na Rua Itália, nº 308, onde exercia a profissão de costureira, além de fazer trabalhos manuais, tais como crochê, tricô e bordado. Também fazia parte da Pastoral da Saúde.

Faleceu em 31 de agosto de 1985, aos 60 anos de idade, vítima de hipertensão intracraniana decorrente de tumor cerebral.

SERVIDÃO PALMITO

Extensão: 120 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2415/2007

Embora denominada como “Servidão”, esta via não se caracteriza como uma. Em termos jurídicos, servidão é uma passagem, para uso público, localizada em terreno particular. Este não é o caso desta via, que constitui-se em uma área pública, no loteamento Tarumã. Havia uma anotação nos mapas antes da instalação do loteamento que apontava esta área como “Servidão”. Quando ela foi denominada, através desta lei 2415/2007, optou-se por manter a designação, embora trate-se efetivamente de uma rua.

O palmito é um alimento obtido de determinadas espécies de palmeiras, através da extração da região próxima ao ápice desta planta (ou popularmente, o "miolo" da palmeira).

Trata-se de um cilindro branco contendo estruturas ainda macias e pouco fibrosas. Os palmitos são conservados em salmoura e consumidos frios acompanhando saladas ou cozidos em diversas receitas.

A extração do palmito implica na morte da palmeira, uma vez que é impossível a continuidade de seu desenvolvimento após a remoção da parte que contém o palmito. Por isso, mesmo com sua introdução ao cultivo, a extração de palmito na natureza tem colocado em risco as espécies das quais é originalmente obtido. Os palmitos de pupunha e açaí têm sido aplicados como alternativas para diminuir a ameaça de extinção das palmeiras originais (o palmito Juçara).

RUA PANAMÁ

Extensão: 550 metros

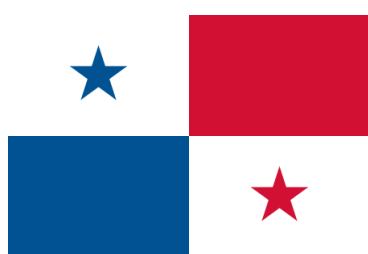
Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



O Panamá é um país da América Central, emancipado da Colômbia em 1903, sob pressão dos Estados Unidos para a construção do Canal do Panamá, que até hoje é uma das principais fontes de recursos do país.

A relação do país com os Estados Unidos já foi quase a de um protetorado. Atualmente, com novos acordos e a recuperação da soberania sobre a área do Canal, ocorrida em 1999, o país goza de maior autonomia, mas ainda adota o dólar como moeda oficial .

O Canal do Panamá, considerado como uma das maravilhas do mundo moderno, tem 82 quilômetros de extensão e, com um tempo médio de travessia de embarcações de 30 horas. Esta ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico facilitou imensamente o comércio mundial, evitando a perigosa, longa e demorada rota de contorno da América do Sul, através do cabo Horn. O lado do Pacífico é cerca de 25 centímetros mais alto que o lado do Atlântico e tem marés muito mais altas, o que torna necessário um engenhoso sistema de eclusas para permitir a passagem de embarcações.

RUA PAPAGAIO

Extensão: 140 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O papagaio é uma ave que tem como principais características um bico curvo e penas de várias cores, variando muito entre as diferentes espécies. Alguns papagaios são capazes de imitar sons e, inclusive, a fala humana. É uma das espécies de aves consideradas como as mais inteligentes.

Medem cerca de 35 centímetros de comprimento e pesam cerca de 400 gramas. Se distinguem pela cabeça amarela, com azul-esverdeado na fronte e bochecha, narinas escuras, ombros vermelhos delineados com amarelo, asa com parte vermelha e extremos azul-escuro. O resto do corpo geralmente é verde, mais claro na região do ventre. Sua voz é bem típica: É conhecido por ser um bom “falador”.

Habita florestas úmidas, savanas, floresta de galeria, áreas cultivadas com árvores e matas com palmeiras, até os 1600 metros de altitude. Comumente encontrado em casais ou bandos. Macho e fêmea voam tão juntos um do outro que o casal parece ser uma grande e fabulosa ave de quatro asas, o que se observa inclusive quando estão em bando. A melhor defesa que possui é ficar imóvel e calado. É freqüentemente “canhoto”, razão pela qual o pé esquerdo é melhor desenvolvido. Boceja ocasionalmente. Para dormir reúne-se em bandos.

RUA PARÁ

Extensão: 50 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Santa Catarina, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, à semelhança do que ocorreu em uma rua próxima, a Rua Rondônia, em 2004, percebe-se que esta rua não possui uma lei específica que a denomine.

O caso da rua Rondônia já foi solucionado em 2004, porém as ruas Sergipe, Acre, Pará e Roraima permanecem sem uma adequação da lei à realidade existente, cabendo à Câmara Municipal a solução deste problema.



O Pará é um estado da região norte do Brasil, sendo o segundo maior estado em extensão territorial.

Como determinado pelo Tratado de Tordesilhas (1494), a área seria considerada uma possessão espanhola. No entanto, com a Dinastia Filipina que, na prática, uniu as coroas de Portugal e Espanha, os limites do Tratado não faziam mais sentido. A partir da Restauração Portuguesa, em 1640, toda a área norte do Brasil voltou à soberania de Lisboa, agora expandido, uma vez que por essa época, os portugueses, a partir de Belém do Pará, já promoviam expedições regulares no Amazonas e no baixo rio Madeira.

Inicialmente explorada por desbravadores espanhóis, a coroa portuguesa foi quem fez as primeiras iniciativas de colonização da imensa área.

Em 1751 foi criado o estado do *Grão-Pará*, que englobava também a atual área do estado do Amazonas. Em 1850, com a criação do estado do Amazonas, o estado assumiu praticamente suas dimensões atuais, ainda que em 2011 tenha sido realizado um plebiscito a respeito da divisão de seu território em três partes, criando dois novos hipotéticos estados: Carajás e Tapajós. Tal divisão foi rejeitada pela população, que entendeu que os três estados seriam deficitários, com a necessidade de novas estruturas administrativas estaduais.

A economia do estado se baseia no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho), vegetal (madeira), na agricultura, pecuária, indústria e no turismo.

RUA PARAGUAI

Extensão: 500 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



O Paraguai é um país sul-americano, que teve uma histórica e tumultuada relação com o Brasil. Um dos únicos países da América do Sul a não possuir acesso por mar (o outro é a Bolívia), o Paraguai sempre utilizou-se deste isolamento como uma vantagem e também como uma necessidade a ser solucionada.

Liderados pelo Dr. José Gaspar García Rodríguez de Francia, mais conhecido como o "Dr. Francia", ou "O Supremo", em 15 de maio de 1811, o Paraguai declarou a sua independência da Espanha, sem luta nem guerra. O Dr. Francia governou o país até sua morte, ocorrida em 1840. Durante seu governo, isolou o Paraguai do resto do mundo, não mantendo relações com nenhum país e proibindo a emigração e a imigração. Reprimiu a oposição ao regime e utilizou a política isolacionista como meio de deter as ambições expansionistas do Brasil e da Argentina e a penetração estrangeira.

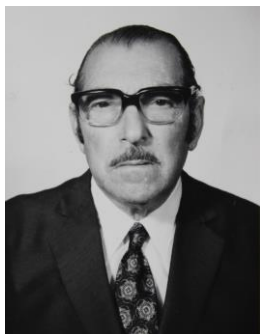
Sucedido por Carlos Antonio López e por seu filho Francisco Solano López, que abandonaram o isolacionismo, o Paraguai viu-se envolvido em intensas questões de limites com seus vizinhos, Brasil e Argentina. Tais questões desembocariam na Guerra do Paraguai, com funestas consequências para o país, que perdeu 2/3 da população masculina durante a guerra, além de territórios e boa parte de sua força econômica.

RUA PASCHOAL DE JESUS LOPES

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2521/2008



Paschoal de Jesus Lopes, filho de Paschoal Lopes Sanches e de Maria Garcia, nasceu na província de Múrcia, na Espanha, em 13 de fevereiro de 1906.

A história de vida de Paschoal é como a de muitos imigrantes vindos ao Brasil, que se aventuraram a vencer oceanos e mares, em busca da realização do sonho idealizado por cada um destes heróis anônimos.

Chegou ao Brasil com seus pais e instalaram-se no bairro da Moóca, em São Paulo. Ali passou sua mocidade, especializando-se na fabricação de vassouras. Casou-se com Humanidade Martins (conhecida por dona Mane). Em São Paulo nasceram seus dois primeiros filhos: Paschoal Lopes Martins e Leopoldo Lopes Martins.

Já casado, Paschoal de Jesus Lopes entendeu que São Paulo ainda não era sua principal parada, Quis abrir o seu próprio caminho. Neste momento, Santa Catarina ofereceu-lhe a oportunidade de trazê-lo ao município de Caçador.

Durante o governo de Nereu Ramos como presidente da república estava sendo montada a penitenciária do estado, em Florianópolis, projetada para ser uma prisão modelo. Uma das seções era destinada a uma oficina de vassouras. Paschoal viu a oportunidade em um jornal de São Paulo, candidatou-se e foi escolhido. Veio a Florianópolis e em 6 meses montou a oficina, ensinando os presos e deixou a unidade funcionando. Voltou a São Paulo, porém entraves ainda prejudicavam o bom funcionamento da oficina.

O governo de Santa Catarina o chamou novamente e, por cinco anos desempenhou a função, organizando e dando funcionalidade a esta seção da penitenciária. De lá, no ano de 1938, veio para o pequeno, mas promissor, município de Caçador.

Naturalizou-se brasileiro em 12 de setembro de 1939, data do documento de naturalização assinado de próprio punho pelo então presidente Getúlio Vargas.

Desenvolveu atividades variadas. Inicialmente trazia laranjas e vergamotas de São Paulo, via Rede Ferroviária, para revendê-las em Caçador. A seguir, montou um pequeno mercado, onde vendia cereais e frutas.

Este comércio daria origem ao “Bar e Restaurante Pinguim”, que depois tornaria-se o “Hotel Pinguim”.

Uma história interessante é a de como surgiu o nome “Pinguim”, que depois acompanharia sua família e o tornaria conhecido. Ao iniciar as atividades de seu bar, Paschoal foi buscar em São Paulo cervejas da marca Antártica para vendê-las em seu bar. Iniciante no ramo, solicitou auxílio à empresa para produzir a placa de seu estabelecimento. Propôs, e foi aceito pela empresa, que arcou com os custos de confecção da placa, dar o nome do estabelecimento de “Bar Pinguim”, colocando em sua logomarca os famosos pinguins da cerveja.



Paralelamente, atirou-se com igual interesse a explorar o ramo madeireiro, fabricando tábuas para construção, caixaria e diversos tipos de madeira beneficiada.

Além disso, constituiu uma empresa de transporte, operando uma linha de passageiros de Caçador a Lages, o transporte via táxi em Caçador e também o primeiro “Circular” da cidade. Paschoal possuía a Carteira Nacional de Habilitação nº 1 do estado de Santa Catarina, emitida em 16 de abril de 1943.

Com o surgimento da Loteria Esportiva, instalou a primeira Casa Lotérica do Município. Empreendedorismo era, definitivamente, a sua marca. Trabalhou também como Delegado de Polícia do Município até o ano de 1961, com destaque às ações preventivas de segurança da comunidade. Em Caçador nasceu sua última filha, Marlene.

Paschoal de Jesus Lopes exerceu as funções de Vereador de nossa cidade, entre os anos de 1970 até seu falecimento em 1976 e foi agraciado, postumamente, com uma homenagem prestada pela Prefeitura Municipal, em 25 de março de 1978, em razão de seu pioneirismo e confiança demonstrada à nossa terra.

Paschoal muito amou Caçador, terra que ele adotou integralmente e que tudo fez para merecer a sua confiança.

Paschoal de Jesus Lopes faleceu em 16 de janeiro de 1976, aos 69 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

RUA PASQUAL CASSOL

Extensão: 110 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010

Pasqual Cassol, filho de Seleste Cassol e de Agostinha Rossoni, nasceu em Sananduva – RS, no ano de 1921.

Casado com Delmina Copati Cassol, teve 11 filhos.

Pasqual Cassol faleceu em 22 de junho de 1996, aos 75 anos de idade.

RUA PASQUAL ROTTA

Extensão: 190 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 28/1977

O homenageado foi um dos pioneiros que contribuíram enormemente para o desenvolvimento deste município, vindo para cá no ano de 1923, procedente da cidade de Concórdia SC, onde lá já havia desempenhado grandes trabalhos que contribuíram também enormemente para o progresso daquele município tais como: agricultura, transporte de tropas, passando depois a colonizador, colonizando uma área de aproximadamente 800 (oitocentos) alqueires de terras, e que muitos lotes desta área foram por ele doados para o desenvolvimento daquele município, tal como a Praça da Bandeira, hoje no centro de Concórdia.

Foi também Pasqual Rotta proprietário de um matadouro, o qual proporcionou diversos empregos, além de ser um dos principais líderes políticos interessado no crescimento daquela comuna, que ele também colaborou exercendo o cargo de juiz de paz e outros, designado pelo então interventor daquela época.

Mudou-se para Caçador no ano de 1938, e a partir daí desempenhou papel de grande colonizador, a partir de sua aquisição de 2.100 alqueires de terras, área esta adquirida da Southern Lumber Brazil Colonization, área esta que desmembrou em aproximadamente 210 colônias, que todas elas foram vendidas em prestações, incentivando com isso a ocupação destas terras por colonos vindos de diversas regiões distantes, colaborando portanto com o desenvolvimento de diversas localidades tais como: Adolpho Konder, Presidente Pena, Rio Bugre, Cerro Azul e Banhado Grande.

Foi também Industrial, fundador da firma Pasqual Rotta & Filhos Ltda., que explorava na época o ramo madeireiro.

Tamanha foi a sua colaboração com a comunidade deste município, tais como seus nobres gestos de doar toda a madeira e o terreno para a construção das escolas e igrejas do Rio Bugre, Cerro Azul e Presidente Pena, como também grande parte da madeira ocupada na construção do Hospital Jonas Ramos.

Pasqual Rotta nasceu em 02 de abril de 1899 e faleceu em 18 de setembro de 1975.

RUA PATAXÓ

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os pataxós são um povo indígena. Apesar de se expressarem na língua portuguesa, alguns grupos conservam seu idioma original, a língua maxacali (patxôhã). Em 2010, os pataxós totalizavam 11 833 pessoas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde. Vivem em sua maioria na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, ao sul do município de Porto Seguro, a menos de um quilômetro da costa, entre as embocaduras dos rios Caraíva e Corumbau. O território entre esses dois rios, o mar a leste e o Monte Pascoal a oeste é reconhecido pelos pataxós como suas terras tradicionais, as quais abrangem uma área de 20 000 hectares.

A tribo pataxó ganhou uma trágica notoriedade após o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, em 1997, que era um dos líderes desta etnia. Em Brasília, para onde tinha ido participar de eventos ligados ao Dia do Índio e, na madrugada do dia 20 de abril de 1997, não conseguindo voltar à pensão onde estava alojado, ele dormia em uma parada de ônibus em Brasília quando delinquentes atearam fogo ao seu corpo, causando queimaduras em 95% do corpo, o que ocasionou sua morte, horas depois, no hospital. Para cúmulo do absurdo, uma das alegações dos criminosos foi a de que não sabiam que era um índio, pensavam que era um mendigo, como se isso tornasse o crime menos horrendo.

RUA PAULINO LEÃO

Extensão: 650 metros

Bairro: Berger, Paraíso

Lei 44/1966



Paulino Ferreira Leão (08/06/1894 – 01/07/1966), nasceu em Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul. Desde moço, iniciou sua vida trabalhando como carpinteiro, porém logo deixou o primeiro ofício para se dedicar a construção de pontes no então recentemente criado Município de Erechim, onde permaneceu até 1940.

Sua fama de bom trabalhador e homem de bons princípios, profissional excelente, chegou a Caçador e o Prefeito Manoel Siqueira Bello, chamou-o para exercer sua profissão para atender as necessidades do Município.

Aqui, como tantos outros, recebia o carinho dos caçadorenses e se radicava, dando um pouco de si para o progresso de nossa terra, construindo pontes que ate hoje dão passagem a quem transita pelas estradas de Caçador.

Delegado da Cidade de 1943 a 1945, Paulino Ferreira Leão ficou nos corações dos caçadorenses pelo seu senso de Justiça.

Casado com Maria Tereza Lório Leão em 02 de fevereiro de 1913, teve dela três filhos: Ruth, Reovaldo e Ana Mercedes.

Paulino Leão, vitimado pelo câncer, deixou o mundo aos 72 anos, deixando a Caçador e seu povo, uma obra imorredoura de dedicação, trabalho e humildade.

RUA PAULO CASTELLI

Extensão: 200 metros

Bairro: Centro

Lei 24/1965

Paulo Castelli, nasceu em Santa Tereza, município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, no dia 24 de janeiro de 1886. Casou-se aos 24 anos de idade, ou seja, em 1910, com, Carolina Beati. Desta união tiveram quatro filhos, que

são: Pedro (que foi prefeito de Caçador entre 1951 e 1956), Hilda, Elza e Arcindo.

No mesmo ano, em Anta Gorda, iniciou sua vida profissional, com uma fábrica de refrigerantes, ramo este já tradicional, em sua família.

Após três anos, transferiu-se para a cidade de Colorado, iniciando então no ramo de serraria. Sua atividade no ramo da madeira foi até o fim de sua vida.

Exerceu em Boa Esperança (município de Colorado), a função de Juiz de Paz, durante oito anos. Em 1935 veio a Santa Catarina, e se instalou em Rio das Antas, continuando com serraria e abrindo uma casa de comércio.

Em 1940, transferiu-se definitivamente para Caçador. Foi ele fundador de diversas firmas madeireiras, mas não se restringiu apenas a madeira. Fundou o Frigorífico Caçadoreense e a Viti-Vinícola, desta cidade.

Vítima de uma doença maligna, veio a falecer a 14 de dezembro de 1949, com 64 anos de idade.

RUA PAULO LESSING

Extensão: 120 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 988/1995

Paulo Lessing, filho de Júlio e Henriette Lessing, imigrante polonês nascido no ano de 1909. Chegou com sua família ao Brasil em 1929, no Rio Grande do Sul, vindo depois para Rio das Antas e finalmente, por volta de 1940, para Caçador.

Sempre trabalhou como agricultor, até seu falecimento, em 10 de setembro de 1939, aos 30 anos de idade.

Outras 6 ruas de Caçador recebem nomes de membros de sua família. A saber: Júlio e Henriette Lessing, seus pais, Daniel e Otto Lessing, seus irmãos, Arnilda Lessing, sua cunhada, esposa de Daniel, e uma de suas sobrinhas, Frieda Lessing Kramer, filha de Daniel e Arnilda.

RUA PAULO LUNDERINGHAUSEN

Extensão: 900 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Paulo Lunderinghausen, filho dos imigrantes alemães Guilherme Lunderinghausen e de Emília Lunderinghausen, nasceu em Blumenau – SC, no ano de 1892.

Agricultor, era casado com Inês Corrêa dos Santos.

Paulo Lunderinghausen faleceu em 22 de janeiro de 1971, aos 78 anos de idade, vítima de acidente vascular cerebral (AVC).

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA PAULO VEIGA

Extensão: 150 metros

Bairro: Paraíso

Lei: 2695/2010

Paulo Veiga, filho de Joaquim Miguel Veiga e de Dalvina Emigdio Veiga, nasceu em Mafra – SC, em 11 de julho de 1929.

No ano de 1951, ainda jovem, com 22 anos de idade chegou em Caçador, cidade com grandes perspectivas de crescimento e progresso.

Constituiu matrimônio com Alice Fracaro, no dia 11/12/1951, tendo o casal fixado residência às margens do Rio Castelhana, onde iniciaram trabalho na agricultura como também na criação de gado leiteiro.

Após anos, comprou uma chácara na rua Curitiba, vindo a fixar residência, dando continuidade à pecuária e à leitearia fazendo a entrega de leite e seus derivados todos os dias na cidade de Caçador, contribuindo para a economia municipal.

De seu casamento teve cinco filhos: Ivanir, Ivanilde, Antônio, Edolida Aparecida e Alceu Veiga. Mesmo com o falecimento de sua esposa em 1993, prosseguiu com o trabalho de pecuária e agricultura. Trabalhou sempre.

Dirigiu com honestidade e confiança o trabalho e também sua família, a fim de colaborar na prosperidade da cidade.

Paulo Veiga faleceu no dia 11 de dezembro de 2009, aos 80 anos de idade.

RUA DA PAZ

Extensão: 90 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Santa Catarina, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

A homenagem prestada por esta denominação é auto-explicativa, sendo a Paz geralmente definida como um estado de calma ou tranquilidade, uma ausência de perturbações e agitação. Pode referir-se à ausência de violência ou guerra. Neste sentido, a paz entre nações e dentro delas, é o objetivo assumido de muitas organizações, especialmente a ONU.

No plano pessoal, paz designa um estado de espírito isento de ira, de desconfiança e – de um modo geral – de todos os sentimentos negativos. Assim, ela é desejada por cada pessoa para si próprio e, eventualmente, para os outros, ao ponto de se ter tornado uma frequente saudação (que a paz esteja contigo) e um objetivo de vida. A paz é mundialmente representada pelo pombo e pela bandeira branca.

Paz também é um estado de espírito, onde o ser se encontra equilibrado e sereno, com isso, encontrando a sua total paz interior.

RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL

Extensão: 600 metros

Bairro: Martello

Lei 1540/2000



Pedro Álvares Cabral, nascido em Belmonte, Portugal, por volta do ano de 1467, e falecido em Santarém, Portugal, por volta de 1520, foi um fidalgo (título menor da nobreza portuguesa), comandante militar, navegador e explorador português, creditado como o descobridor do Brasil. Realizou a primeira exploração significativa da costa nordeste da América do Sul, reivindicando-a para Portugal. Embora os detalhes da vida de Cabral sejam esparsos, sabe-se que veio de uma família nobre colocada na província interior e recebeu uma boa educação formal.

Foi nomeado para chefiar uma expedição à Índia em 1500, seguindo a rota recém-inaugurada por Vasco da Gama, contornando a África. O objetivo deste empreendimento era retornar com especiarias valiosas e estabelecer relações comerciais na Índia — contornando o monopólio sobre o comércio de especiarias, então nas mãos de comerciantes árabes, turcos e italianos. Sua frota, de 13 navios, partiu em 09 de março de 1500 e afastou-se bastante da costa africana, talvez intencionalmente, desembarcando no que ele inicialmente achou tratar-se de uma grande ilha à qual deu o nome de Vera Cruz (Verdadeira Cruz) e que Pêro Vaz de Caminha faz referência. Explorou o litoral e percebeu que a grande massa de terra era provavelmente um continente, despachando em seguida um navio para notificar o rei Manuel I da descoberta das terras. Como o novo território se encontrava dentro do hemisfério português de acordo com o Tratado de Tordesilhas, reivindicou-o para a Coroa Portuguesa. Havia desembarcado na América do Sul, e as terras que havia reivindicado para o Reino de Portugal mais tarde constituiriam o Brasil. A frota reabasteceu-se e continuou rumo ao leste, com a finalidade de retomar a viagem rumo à Índia.

Nessa mesma expedição uma tempestade no Atlântico Sul provocou a perda de sete navios, as seis embarcações restantes encontraram-se eventualmente no Canal de Moçambique antes de prosseguirem para Calecute, na Índia. Cabral inicialmente obteve sucesso na negociação dos direitos de comercialização das especiarias, mas os comerciantes árabes consideraram o negócio português como uma ameaça ao monopólio deles e provocaram um ataque de muçulmanos e hindus ao entreposto português. Os portugueses sofreram várias baixas e suas instalações foram destruídas. Cabral vingou-se do ataque saqueando e queimando a frota árabe e, em seguida, bombardeou a cidade em represália à incapacidade de seu governante em explicar o ocorrido. De Calecute a expedição rumou para Cochim, outra cidade-estado indiana, onde Cabral fez amizade com seu governante e carregou seus navios com especiarias cobiçadas antes de retornar para a Europa. Apesar da perda de vidas humanas e de navios, a viagem de Cabral foi considerada um sucesso após o seu regresso a Portugal, ocorrida em 21 de julho de 1501. Os lucros

extraordinários resultantes da venda das especiarias reforçaram as finanças da Coroa Portuguesa e ajudaram a lançar as bases de um Império Português, que se estenderia das Américas ao Extremo Oriente.

Cabral foi mais tarde preterido quando uma nova frota foi reunida para estabelecer uma presença mais robusta na Índia, possivelmente como resultado de uma desavença com Manuel I. Tendo perdido a preferência do rei, aposentou-se da vida pública, havendo poucos registros sobre a parte final de sua vida. Suas realizações caíram no esquecimento por mais de 300 anos. Algumas décadas depois da independência do Brasil de Portugal, no século XIX, a reputação de Cabral começou a ser reabilitada pelo Imperador Pedro II do Brasil. Desde então, os historiadores têm discutido se Cabral foi o descobridor do Brasil e se a descoberta foi acidental ou intencional. A primeira dúvida foi resolvida pela observação de que os poucos encontros superficiais feitos por exploradores antes dele mal foram notados e em nada contribuíram para o desenvolvimento e a história futuros da terra que se tornaria o Brasil, única nação das Américas onde a língua oficial é o português. Quanto à segunda questão, nenhum consenso definitivo foi formado e a hipótese de descoberta intencional carece de provas sólidas. Não obstante, embora seu prestígio tenha sido ofuscado pela fama de outros exploradores da época, Cabral é hoje considerado uma das personalidades mais importantes da Era dos Descobrimentos.

Não há registros de retratos ou pinturas em que apareça Pedro Álvares Cabral, contemporâneos à sua época. A imagem que ilustra esta descrição da homenagem da rua é a mesma que foi utilizada para estampar a cédula brasileira de mil cruzeiros entre 1942 e 1967.

RUA PEDRO BUSATTO

Extensão: 150 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966

Sem informações

RUA PEDRO CAMPANHA

Extensão: 200 metros

Bairro: Martello

Lei 1867/2002

Pedro Campanha, filho de Vergínia Campanha, nasceu em Encantado – RS, no ano de 1945.

Foi um dos primeiros moradores do bairro Martello, onde trabalhou durante toda a sua vida como comerciante e executando funções de carpinteiro voluntário, ajudando nas construções do bairro e sempre acompanhando e preocupando-se com as reivindicações daquela comunidade.

Casado com Delvair Salete Campanha, com quem teve 6 filhos: Jocemir, Jucélia, Dejaván, Aline e Jaqueline.

Pedro Campanha faleceu em 29 de junho de 2000, aos 45 anos de idade.

RUA PEDRO DEBONI

Extensão: 900 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966



Pedro Deboni, nascido em Caxias do Sul – RS, em 12 de outubro de 1890, chegou a Caçador no ano de 1929, com o intuito de desbravar e explorar as riquezas existentes nesta terras.

Logo após ter se instalado em Caçador, Pedro, juntamente com seus irmãos Antonio e Bernardino, instalou uma pequena serraria no Castelhana.

O transporte de madeiras era feito com carroças e as poucas estradas que existiam eram esburacadas e barrentas.

Em 1938, os três irmãos Deboni arremataram em *hasta pública* três mil alqueires de terras cobertas de araucárias e madeiras de lei. O terreno, localizado no município de Lebon Régis, é ainda hoje propriedade da família e é aproveitado para a fruticultura, lavouras e reflorestamento.

Casado com Genoveva Benetti Deboni, com quem teve 4 filhos: Erna, Edevino, Ercida e Elvina.

Passou os últimos anos de sua vida na cidade de Curitiba, em companhia de seu filho Edevino. Pedro Deboni faleceu em 05 de outubro de 1965, pouco antes de completar 75 anos de idade.

RUA PEDRO DRIESSEN FILHO

Extensão: 170 metros

Bairro: Berger

Lei 211/1988

Pedro Driessen Filho, nascido aos 10 de janeiro de 1920, em Caçador. Durante toda a sua vida desenvolveu a atividade agropecuária na região de Caçador, participando ativamente do progresso e desenvolvimento de sua cidade, juntamente com seus irmãos, já que tiveram grande participação no pioneirismo e na própria fundação da cidade e criação do Município de Caçador.

Devido à doença de que foi acometido, transferiu residência para Curitiba – PR, onde veio a falecer, deixando toda uma família que vem a lhe honrar o nome, nesta cidade, e também em Curitiba e Lages.

Foi também madeireiro por vários anos, na Linha Cachoeira. Teve os seguintes filhos: Aladin, Francisca, Donida, Maria, João Pedro, Luiz Carlos e Antônio Nery.

Pedro Driessen Filho faleceu em 27 de janeiro de 1988.

RUA PEDRO DRISSEN SOBRINHO

Extensão: 500 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1496/2000

Pedro Drissen Sobrinho, filho de Augusto Drissen e de Davina Drissen Carneiro, nasceu no dia 09 de julho de 1903, na localidade de São João de Cima, então distrito de Porto União (hoje Calmon).

Casou-se com dona Nonésia Carneiro Drissen, com quem teve 4 filhos: Dalva, Alzerido Milton, Alorino Dirceu e Leônidas.



Pedro Drissen Sobrinho com a esposa e os 4 filhos

Pedro conheceu Caçador quando tinha 9 anos de idade. Veio a cavalo com seu pai para vender charque e queijo aos funcionários que trabalhavam na construção da estrada de ferro. Desde pequeno sempre trabalhou na fazenda de seu pai, e só em 1960 é que veio morar definitivamente em Caçador.

De acordo com relatos do próprio homenageado, tão logo foram construídas as primeiras casas na cidade, muitos fazendeiros de São João de Cima vieram para Caçador para construir e comprar propriedades.

Gostava de contar histórias da Guerra do Contestado, na qual a casa de seu tio, José Ermelino teria sido salva de incêndio provocado pelos “fanáticos” graças à proteção de Nossa Senhora Aparecida. Contava também das dificuldades de contratação de mão de obra para a fazenda de seu pai, pois tudo tinha que ter a autorização do então chefe do movimento revolucionário – Adeodato. Quando da invasão de São João de Cima pelos “fanáticos”, estes foram até Matos Costa, onde teve lugar a célebre batalha em que perdeu a vida o Capitão das tropas do Governo.

Contava que o gado foi dizimado nesta época, consumido pelos seguidores de Adeodato, além de incendiarem toda a localidade.

Pedro Drissen Sobrinho faleceu em 11 de novembro de 1996, aos 94 anos de idade.

RUA PEDRO FERNANDES DE OLIVEIRA

Extensão: 360 metros

Bairro: Bello, Rancho Fundo, São Cristóvão

Lei 906/1995

Pedro Fernandes de Oliveira, filho de Severiano Fernandes e de Esmenia Pereira, nasceu em Paineira – SC, aos 29 de junho de 1902.

Casado com Alzira Vicente de Oliveira, teve 9 filhos: Severiano, Adão, Abrão, Sebastião, Ilda, João, Lindalva, Iracema e Lourdes Pereira Fernandes.

Veio para Caçador no ano de 1949. Destacou-se na agricultura, especialmente na plantação de milho, feijão, trigo e árvores frutíferas.

Mais tarde, trabalhou como carpinteiro na construção de casas para diversas firmas no Município de Caçador.

Pedro Fernandes de Oliveira faleceu em 31 de outubro de 1981, aos 79 anos de idade. Como última homenagem, seu filho, Severiano Pereira Fernandes, deixou a frase:

“E como sempre a vida é caprichosa,
É mais um gigante que tomba.”

(adaptado de texto de seu filho, Severiano Pereira Fernandes, em 04/05/1995)

RUA PEDRO FRANCISCO FORESTI

Extensão: 130 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 02 A/1984

Pedro Francisco Foresti, nascido na cidade de Farroupilha – RS, em 30 de setembro de 1940, ainda criança chegou em Caçador, acompanhado de seus pais, em 16 de maio de 1941.

Cursou o primário no grupo escolar Paulo Schieffler depois completou seus estudos de ginásio e contabilidade no Ginásio Aurora, até sua colação de grau, que foi em 07/12/1960, desde então passou a trabalhar com matadouro de gado e suínos.

Era desportista de coração, praticando tiro ao alvo e tiro ao prato, no qual defendeu Caçador por diversas vezes. Faleceu vítima de acidente em 08 de setembro de 1967, pouco antes de completar 27 anos de idade.

RUA PEDRO JOÃO BALENA

Extensão: 480 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 492/1991

Pedro João Balena, nascido aos 21 de setembro de 1900, na cidade gaúcha de Antônio Prado, filho de imigrantes italianos, lá viveu sua infância. Em 1920 transferiu-se de sua cidade natal para a então vila de Pinheiro Preto – SC, onde exercia a profissão de alfaiate e ao mesmo tempo a de agricultor.

Em 09 de Janeiro de 1921, casou-se com Lucila Brandt, no registro Civil de Juvelino Mattos, no distrito de Santo Antônio de Taquara Verde, o qual naquela época, pertencia ao município de Porto União. Fato curioso é que este casamento foi o primeiro realizado no referido cartório (Talão nº 1, fls. 36-V). Logo após o casamento, estabeleceu-se em Sede Princesa Isabel, hoje denominada Ipoméia. Ali dedicou-se ao comércio. O casal teve 2 filhos, Nery Balena e Geraci Maria Balena.

Nos primeiros dias de 1931, transferiu-se para Caçador, naquela época chamada de Rio Caçador, se estabelecendo na atual Rua Irmão Thomaz. Ali montou inicialmente um açougue e iniciou o plantio de parreiras e outras frutas. É de importância mencionar que o Sr. Pedro foi um dos pioneiros em Caçador da fruticultura.

Por ocasião da construção da estrada de rodagem que ligou Caçador e Curitiba, tomou parte ativamente, tendo sob sua responsabilidade a alimentação de todo o pessoal que lá trabalhava.

No início dos anos 50, também tomou parte na construção da estrada que liga a localidade de Rio Bugre à Taquara Verde, totalmente construída “à picareta”.

Dentre as diversas atividades que exerceu em Caçador, destaca-se a de “vitivinicultor” e a de agricultor. Foi um dos fundadores da Sociedade Caçadoreense de Bochas.

No final dos anos 40, transferiu-se da Rua Irmão Thomaz para a Rua Reinaldo Maffessoni, nº 5, ali morou até seu falecimento, ocorrido em 27 de janeiro de 1981, com a idade de 80 anos.

(adaptado de texto de sua filha, Geraci Maria Balena Burtet, em 22 de julho de 1991)

RUA PEDRO MELO

Extensão: 1.300 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1444/2000

Pedro Melo, filho de Amância Maria de Jesus, nasceu em Caçador, no ano de 1905, sendo um dos mais antigos moradores daquela área da cidade, bastante

próxima à cachoeira que Francisco Corrêa de Mello escolheu como primeiro ponto de parada de sua colonização destas terras.

Sentindo as dificuldades da ausência de endereçamento, os moradores daquela via argumentaram que havia dificuldades de entrega de correspondências, instalação de linhas telefônicas e falta de infraestrutura e, no dia 31/01/2000, solicitaram à Câmara de Vereadores que fosse a “rua de acesso à serraria do Tedesco” denominada como “Rua Pedro Melo”, um dos moradores mais antigos desta via.

Pedro Melo vivia maritalmente com Filomena Belarmina de Oliveira, não deixando descendentes. Faleceu em 09 de dezembro de 1994, aos 89 anos de idade.

RUA PEQUENA MARIA FERNANDA

Extensão: 60 metros

Bairro: Bello

Lei: 2580/2008



Maria Fernanda Valardão, filha de Valdir da Silva Valardão e de Luciane Aparecida de Souza Maia, nasceu em Caçador, em 13 de fevereiro de 2006.

Seu histórico de vida é tão pequeno e simples como ela. Maria Fernanda foi um lindo bebê, diga-se, uma boneca, princesinha, que viveu entre nós por apenas 9 meses.

Foi repentinamente tirada de nosso mundo, da convivência de seus pais, que infelizmente, cerca de 2 anos antes deste triste destino da linda menina, já haviam perdido 2 meninos gêmeos, nascituros.

A denominação da rua une um nome a uma realidade. Trata-se de uma rua muito pequena, apenas fazendo a ligação entre outras duas ruas maiores. Ligando ao fato da utilização de parte do nome da infante falecida, torna-se uma homenagem a seus pais, diante de um episódio tão triste e inesquecível para esta família.

Maria Fernanda Valardão faleceu em 01º de dezembro de 2006, aos 9 meses de vida, por complicações de uma pneumonia.

(adaptado de texto do Vereador Jorge Savi)

RUA PERIQUITO

Extensão: 90 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



Periquito é o nome comum de várias espécies pertencentes a uma família de aves (*Psittacidae*) que se alimenta essencialmente de sementes. O nome é usado para referir as aves menores deste grupo.

Com diversas espécies, colorações e características, os periquitos foram aves que se adaptaram muito bem às gaiolas e assim ganharam grande popularidade entre os criadores de aves. Nos primeiros anos de criação destas aves só havia periquitos de cor verde-claro, tendo depois surgido o amarelo e posteriormente o amarelo de olhos vermelhos. Daí em diante apareceram os azuis celestes, várias tonalidades de verdes, azuis, amarelos e até mesmo malhados e pretos. Podem ser vistos em parques e áreas abertas.

RUA PERU

Extensão: 150 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália,

México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



O Peru é um país sul-americano banhado pelo oceano pacífico, com uma história que remonta a ancestrais pré-históricos e que foi a sede do Império Inca. A partir da colonização espanhola e a derrocada dos incas, o Peru passou a ser vice-reino do Império Espanhol. Após a independência, ocorrida em 1820, mais tarde do que as outras independências das colônias espanholas, motivada especialmente pelo pensamento monarquista do Peru, apenas com as campanhas militares de José de San Martín e Simón Bolívar o Peru declararia sua independência.

Durante os primeiros anos da República, lutas endêmicas pelo poder entre líderes militares causaram instabilidade política. A identidade nacional foi forjada durante este período, com projetos bolivarianos que afundaram, como a Confederação da América Latina, e uma união com a Bolívia que se mostrou efêmera.

RUA PICA-PAU

Extensão: 140 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O pica-pau é uma ave de tamanho pequeno a médio, com penas coloridas e, na maioria dos machos, com uma crista vermelha. Suas patas possuem dois dedos voltados para frente e dois dedos voltados para trás, o que lhe auxilia a se agarrar nos troncos de árvores. São muito numerosos no Brasil. Vivem em bosques onde fazem seus ninhos abrindo uma cavidade nos troncos das árvores. Alimentam-se principalmente de larvas de insetos, (embora algumas espécies como o pica-pau de barriga amarela comam seiva) que estão dentro dos troncos de árvores, alargando a cavidade onde se encontram as larvas com seu poderoso bico e introduzindo sua língua longa e umedecida pelas glândulas salivares. Os ninhos são escavados em troncos de árvores o mais alto possível para proteção contra predadores. Os ovos, de 4 a 5, são chocados pela fêmea e também pelo macho durante 20 dias.

Estas características inspiraram o cartunista norte-americano Walter Lantz a criar um personagem de desenhos animados que obteve grande destaque e fama internacional, sendo um dos poucos personagens de desenho animado a ter uma estrela na Calçada da Fama de Hollywood. Conta-se que a idéia de criar o Pica-Pau surgiu durante um incidente ocorrido na noite de núpcias do desenhista com Grace Stafford no Lago Sherwood, quando um pica-pau irritante passou a noite inteira bicando o telhado do chalé que haviam alugado, não deixando que o casal dormisse. Quando o pássaro foi embora, eles descobriram que o pica-pau havia feito um monte de buracos no telhado, por onde a chuva começou a entrar, arruinando de uma vez a noite.

A estória, no entanto, não tem credibilidade, pois Walter Lantz casou-se somente em 1941, quando o Pica-Pau já havia estreado nos cinemas.

RUA PINHEIRO MACHADO

Extensão: 550 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966



José Gomes Pinheiro Machado (08/05/1851 – 08/09/1915) foi um político brasileiro, tendo sido um dos mais influentes da República Velha. Era conhecido como "o condestável da república".

Ainda estudante da Escola Militar, atuou como voluntário na Guerra do Paraguai. Após a guerra, formou-se em Direito em

São Paulo, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Exerceu a advocacia no Rio Grande do Sul, onde fundou o primeiro partido com viés republicano naquela província. Dedicou-se com afinco ao estabelecimento da República no Brasil. Logo depois da proclamação da república brasileira, foi eleito senador, participando a seguir da constituinte, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1897 foi acusado de ordenar - em conluio com Francisco Glicério e outros políticos - o atentado contra o então presidente Prudente de Moraes, na entrada do Arsenal de Marinha, em que morreu o general Carlos Machado de Bittencourt. A acusação lhe custou alguns dias de prisão, mas diante da falta de provas, foi libertado.

Em 1902 tornou-se vice-presidente do senado brasileiro, onde passou a controlar a Comissão de Verificação de Poderes, cuja função era a de definir quais candidatos eleitos pelo voto poderiam tomar posse, poder de julgamento da regularidade e licitude das eleições, hoje, da competência da justiça eleitoral. Com este poder em mãos, eliminou no nascedouro diversos mandatos parlamentares.

Apoiou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República em oposição a Rui Barbosa, apoiado pelos estados de São Paulo e Bahia. No mandato de Hermes, o poder de Pinheiro Machado atingiu o seu ápice, onde teve papel predominante na política de salvação, movimento que visava apaziguar as disputas entre as oligarquias regionais.

Pretendia se candidatar à sucessão presidencial em 1914, mas articulações de seus oponentes impediram seu intento. Voltou então aos bastidores, de onde pretendia continuar manipulando à distância os jogos parlamentares e a política dos estados. Tinha imenso prestígio no Rio Grande do Sul e na região Nordeste, mas já colecionava um imenso número de desafetos noutras regiões.

Com tal currículo, acumularam-se os inimigos e, em 1915, ao impor o nome de Hermes da Fonseca como Senador pelo Rio Grande do Sul, quase foi linchado por uma multidão feroz que o aguardava na porta do Senado. Foi nesta ocasião que Pinheiro Machado disse uma de suas mais célebres frases, ao ordenar ao cocheiro que o apanhara na porta do Palácio do Conde dos Arcos e que lhe perguntara como deveriam sair dali: *"Nem tão devagar que pareça afronta, nem tão depressa que pareça medo!"*.

Pinheiro Machado foi assassinado com uma punhalada pelas costas por Manso de Paiva, às 16h30 de 8 de setembro de 1915. O senador foi atacado no saguão do Hotel dos Estrangeiros, no Flamengo, onde visitaria Rubião Júnior, político do Partido Republicano Paulista. Vinha do Senado e estava em

companhia dos deputados federais paulistas Cardoso de Almeida e Bueno de Andrade.

O crime gerou uma enorme comoção nacional. Com a sua morte, o Partido Republicano Conservador, do qual era presidente, praticamente desapareceu.

RUA PLÍNIO MORGENSTERN

Extensão: 250 metros

Bairro: São Cristóvão, Rancho Fundo

Lei 83/1986

Plínio Morgenstern, filho de Carlos Morgenstern e de Cristina Morgenstern, nasceu em Passo Fundo – RS, no ano de 1922.

Casado com Alzira Morgenstern, teve 5 filhos.

Plínio Morgenstern faleceu em 11 de janeiro de 1971, aos 48 anos de idade, vítima de câncer de estômago.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA POETA J. AMAZONAS

Extensão: 290 metros

Bairro: D.E.R., Reunidas

Lei 14/1972

João Batista Amazonas nasceu na cidade de Propriá, estado de Sergipe, em 03 de agosto de 1890. Seus primeiros estudos foram feitos no Ateneu Sergipano, tendo depois freqüentado o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Transferiu-se para Santa Catarina em 1917 e, como advogado licenciado, atuou nas comarcas de Joaçaba e Campos Novos, até 1933. Por longo tempo dirigiu o jornal “A Voz do Oeste”, de Joaçaba.

Transferiu-se para Caçador em 1944, exercendo até 1952 as funções de diretor da biblioteca municipal. No jornalismo local notabilizou-se pelos candentes artigos de crítica ao fascismo, quando este ameaçava a ordem no sul do país. Publicou dezenas de poesias nos jornais “A Imprensa” e “Jornal de Caçador”.

Em 1946 obteve o 2º lugar no concurso literário da Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, com dois sonetos publicados no livro “Nebulosas”. Sua maior homenagem a Caçador é a poesia, em forma de soneto, “Terra Feliz”.

Terra Feliz

Caçador! O imprevisto que, na História,
Traça ao mundo a fortuna, a paz, a guerra,
Quis, no ciclo de tua trajetória,
Dar-te o destino de uma grande terra.

Sob uma natureza mansa e flórea,
Do rio fluente à majestosa serra,
Tudo espelha o colosso que se encerra
No teu porvir – todo esperança e glória.

Quando farfalhas, na afanosa lida,
Dás a impressão de um agitado mundo
Onde impera o trabalho e esplende a vida.

E hás de ser grande, neste vale denso,
Pela constância no labor fecundo,
Pela conquista de um futuro imenso.

O poeta, que seria conhecido por J. Amazonas, faleceu em Caçador em 12 de janeiro de 1955.

RUA PORTO UNIÃO

Extensão: 450 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Neste decreto, nomearam-se 4 ruas com nomes de municípios (Porto União, Campos Novos, Curitiba e Cruzeiro do Sul. Este último era, de 1928 até 1943, o nome da cidade de Joaçaba). Exatamente os quatro municípios que cederam parte de seus territórios para a formação de um novo município nestas paragens. A Rua Cruzeiro do Sul seria, em 1995, renomeada para Rua Siegfried Helmuth Lührs.

As razões para a nomeação de Porto União como uma das ruas de Caçador, portanto, são claras e evidentes. Além da proximidade, geográfica e de

afinidades, foi exatamente o desmembramento de terras deste município que deu origem, por desmembramento, ao novo município de Caçador.

Uma pequena retribuição a um dos “municípios mães”, que deram origem a nossa terra e que contribuíram com uma parte de nossa história.



Porto União é um município catarinense, distante cerca de 80 quilômetros de Caçador, que, em conjunto com União da Vitória, no estado do Paraná, da qual é separada apenas pelo Rio Iguaçu e pela linha férrea, formam um único núcleo urbano também conhecido pelo apelido de “Gêmeas do Iguaçu”.

Como povoado, a cidade começa em 1842, com a descoberta de um local de baixa profundidade no Rio Iguaçu que permitia a passagem das tropas que vinham dos campos de Palmas. Esse lugar era também o ponto de embarque e desembarque para quem se valia do rio como meio de transporte. Daí o primeiro nome: Porto da União.

A pequena vila cresce e em 1855 tem seu nome mudado para Porto União da Vitória. Com a imigração e o desenvolvimento, no início do século XX cria-se o município de União da Vitória.

Com a Guerra do Contestado e a disputa dos limites entre Paraná e Santa Catarina, em 5 de setembro de 1917 é criado o município de Porto União que a partir daí, passa a conviver, em todos os aspectos, com a parte da cidade que ficou do lado paranaense. É paradoxal, mas a linha que divide os municípios, une as comunidades.

A definição exata da linha que divide os dois municípios de Porto União e União da Vitória, assim como os estados de Santa Catarina e Paraná gera muita confusão para os moradores e principalmente para os visitantes das cidades. A linha divisória é dada na parte leste pelo rio Iguaçu, após a ponte de ferro na parte central pelos trilhos da RFFSA, e na parte oeste pela antiga estrada de Palmas.

RUA PORTUGAL

Extensão: 240 metros

Bairro: Sorgatto

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova

disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



Portugal é um país europeu que viveu, em seu período monárquico, que estendeu-se do século XII ao século XX, seu período de maior expressividade, poderio e influência mundial. Especialmente na época das grandes navegações, por volta do século XV, Portugal foi uma das maiores nações do mundo, a despeito de seu diminuto território.

Suas conquistas ultramarinas, estenderam-se do Oriente, com Índia, Macau, Timor, passando pela África, com Angola, Moçambique e Serra Leoa e chegando até o Ocidente, especialmente com o Brasil.

A história de Portugal é intimamente ligada à do Brasil, inclusive com a vinda da família real portuguesa em caráter não transitório para o país, aqui permanecendo de 1808 a 1821.

Após a derrubada da monarquia e instalação da República, Portugal passou por um período de grande instabilidade, com um regime ditatorial que perdurou até 1976. Com a *Revolução dos Cravos* iniciou-se o processo que desembocaria na restauração da democracia. Após a adesão à União Europeia, experimentou grande desenvolvimento. No entanto, nos últimos anos a estagnação econômica tem trazido grandes problemas às finanças do país.

RUA POTIGUAR

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Potiguar, além de ser o gentílico de quem nasce no estado do Rio Grande do Norte, é o nome de uma grande tribo tupi que habitava a região litorânea do que hoje são os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Em tupi quer dizer "comedor de camarão" (potĩ, "camarão" e war, "comedor").

A etnia potiguar foi uma das etnias tupis notáveis por ser capaz de resistir por tanto tempo utilizando um complexo sistema de alianças com ingleses e principalmente franceses comerciantes de pau-brasil.

Sua população atual gira em torno de 13.547 pessoas, sendo uma das maiores do Brasil.

Caracterizam-se por uma grande interação cultural com os não índios, o que faz com que haja uma grande complexidade na definição de práticas tradicionais ou aculturadas de suas manifestações e modo de vida.

RUA PRESCILIANA AIRES DE ARRUDA MAIA

Extensão: 170 metros

Bairro: Reunidas

Lei 591/1992

Presciliana Ayres de Arruda Maia, (a grafia correta é Ayres, com “y”, apesar de a lei determinar a grafia de Aires, com “i”) filha de João Ayres de Arruda e de Presciliana Maria de Arruda, nasceu em Clevelândia – PR, aos 12 de outubro de 1900.

Casou-se com Olympio Vergett, aos 03 de julho de 1918. Passada a Guerra do Contestado, veio para Caçador no ano de 1924. Ficou viúva em 13/11/1936. Nesta época, foi nomeada Professora Municipal, no então Km 130 – Serraria Wordell, atualmente Escola Henrique Júlio Berger.

Casou-se em segundas núpcias com Marcílio João da Cruz Maia e aposentou-se em 1968.

Vítima de pneumonia aguda, faleceu aos 89 anos de idade, em 17 de setembro de 1990. Sua Certidão de Óbito, no entanto, aponta a idade em seu falecimento como 82, devido ao registro de seu nascimento ter demorado a ser realizado, situação relativamente comum no início do século XX.

RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO

Extensão: 300 metros

Bairro: Paraíso

Lei 39/1967



Humberto de Alencar Castello Branco (20/09/1897 – 18/07/1967) foi um militar e político brasileiro. Foi um dos articuladores e primeiro presidente do período do Regime Militar instaurado pelo Golpe Militar de 1964. Para ele, os principais objetivos da intervenção militar eram impedir que o comunismo se instaurasse no Brasil, recuperar a credibilidade internacional e também as finanças do país.

Uma das primeiras medidas de seu governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passou a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos.

É necessário contextualizar os importantes acontecimentos que precederam sua escolha para a presidência do Brasil. Em 1961, Jânio Quadros havia sido eleito presidente do Brasil, com uma grande vitória sobre o marechal Henrique Lott, partidário de Getúlio Vargas e fiador do governo JK. No entanto, o vice-presidente eleito foi João Goulart, seu adversário (naquela época votava-se separadamente para presidente e vice-presidente). Com discurso e práticas populistas e demagógicas, Jânio Quadros fez um governo que representava a revolução que o povo ansiava. Utilizando-se de medidas factóides e com grande repercussão midiática, conduziu seus sete meses de governo até que no dia 21 de agosto de 1961 renunciou à presidência da república, diante de grandes pressões de movimentos de direita, representados pelos militares, e

de esquerda, que eram, em sua maioria, favoráveis ao vice-presidente João Goulart, alegando que *“forças terríveis levantam-se contra mim...”*.

Exatamente no momento da renúncia, o vice-presidente desempenhava missão diplomática na China, devendo voltar ao Brasil para assumir o cargo. Diante da ligação de João Goulart (Jango) com os movimentos sindicais e esquerdistas, há uma grande resistência por parte de militares e do congresso nacional em permitir que ele assuma o cargo. Por outro lado, surge a corrente dos “legalistas”, que força para que a Constituição seja cumprida. Diante do impasse, o país passa a adotar o parlamentarismo, diminuindo os poderes do presidente, assumindo Tancredo Neves como primeiro-ministro e só então Jango assume a presidência. Em janeiro de 1963, após uma forte campanha do governo, o parlamentarismo é rejeitado por plebiscito, voltando Jango a ter os poderes de um regime presidencialista. Ao longo do ano de 1963 e 1964, Jango tenta implementar diversas reformas visando o combate à crescente inflação e à crise econômica, com cunho estatizante e nacionalista. Tais medidas não encontram apoio no congresso e as forças militares cada vez mais enxergam em seu governo um movimento comunista, especialmente após a edição de um decreto presidencial que propunha a desapropriação de áreas lindeiras às estradas e ferrovias do país.

Ciente da crescente insatisfação com seu governo, Jango pronuncia no dia 30 de março de 1964 um forte discurso em que denuncia a existência de uma campanha contra o governo. Com efeito, em 31 de março, movimentações militares começam a ocorrer, partindo de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Em 1º de abril, Jango vai até Porto Alegre, onde tem uma conversa com seu apoiador, o governador Leonel Brizola. Lá, fica sabendo das notícias das movimentações das forças armadas e é aconselhado a liderar um movimento de resistência. Jango decide não confrontar as Forças Armadas para evitar o que ele chamou de “derramamento de sangue”, temendo uma guerra civil.

No dia 1º de abril, apesar de Jango ainda se encontrar em território nacional, o Congresso Nacional declarou a vacância da Presidência da República, entregando o cargo de chefe da nação ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Em 11 de abril, em uma “eleição” indireta no congresso nacional, com apenas um candidato, o então chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, Humberto de Alencar Castello Branco, foi alçado à presidência da república, cargo que ocuparia até 15 de março de 1967.

Durante seu mandato, o marechal aboliu todos os treze partidos políticos existentes no Brasil, através do Ato Institucional número 2. Foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se tornaram os únicos partidos políticos brasileiros permitidos até

1979. Castelo Branco promoveu várias reformas políticas, econômicas e tributárias ao longo de seu mandato.

As medidas aplicadas, não atingiram apenas o poder legislativo, mas também todas as organizações consideradas pelo governo militar como "nocivas à pátria, à segurança nacional, e à consolidação do novo regime", que, segundo versão oficial, "pretendia corrigir os males sociais e políticos, combater a corrupção e a subversão", além de impedir que se instaurasse um regime comunista no Brasil.

Governou com a promulgação de 4 atos institucionais – normas e decretos que se sobrepunham a todas as outras leis, inclusive a constituição. Em linhas gerais, o Ato Institucional Número Um (AI-1) dava ao governo militar o poder de alterar a constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.

O AI-2 instituiu a eleição indireta para presidente da República, dissolveu todos os partidos políticos existentes desde 1945, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, reabriu o processo de punição aos adversários do regime, estabeleceu que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso, intervir nos estados, decretar o recesso no Congresso, demitir funcionários por incompatibilidade com o regime e baixar decretos-lei e atos complementares sobre assuntos de segurança nacional. Um destes atos complementares criou o regime bipartidário.

O AI-3 estabelecia que os governadores e vices seriam eleitos indiretamente por um colégio eleitoral, formado pelos deputados estaduais. Também estabeleceu que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com aprovação das assembleias legislativas. Estabeleceu o calendário eleitoral, com a eleição presidencial em 3 de outubro e para o Congresso, em 15 de novembro. Com isto, em 3 de outubro de 1966 foi eleito para assumir em 15 de março do ano seguinte o marechal Artur da Costa e Silva.

O AI-4 convocou ao Congresso Nacional o estabelecimento de uma nova carta constitucional, a Constituição de 1967, que revogaria definitivamente a Constituição de 1946 e suspenderia os efeitos de todos os atos institucionais publicados anteriormente, retornando o país à normalidade constitucional no dia da posse de seu sucessor.

Castelo Branco e seus partidários afirmavam que tinham como plano dar o Golpe Militar para afastar do Brasil o suposto "perigo comunista" e, logo em seguida, restabelecer e consolidar a democracia. Contudo, o ministro da

Guerra de Castelo Branco, e que o sucederia, Costa e Silva, tinha um pensamento contrário, favorável a um regime militar mais severo no combate ao que chamava "subversão". Costa e Silva fazia parte da chamada "linha dura", corrente civil-militar mais ligada a serviços de inteligência dos Estados Unidos. Segundo apoiadores de Castelo Branco, Costa e Silva teria sido quem estabeleceu de fato o regime militar, no Brasil, em 13 de dezembro de 1968, com o AI-5, regime chamado de "intervenção militar" no Brasil.

Castelo Branco morreu, logo após deixar o poder, em um acidente ocorrido em 18 de julho de 1967: um avião Lockheed T-33 da Força Aérea Brasileira teria atingido a cauda do avião Piper PA-23 Aztec no qual Castelo Branco viajava, o que fez com que o Piper caísse. O acidente causou grande comoção nacional. As posições de Castelo Branco contrárias ao endurecimento do regime militar colocam em suspeita até hoje as conclusões apontadas pelo inquérito militar de investigação do acidente.

RODOVIA PRESIDENTE COSTA E SILVA

Extensão: 1.700 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 10/1970



Artur da Costa e Silva (03/10/1899 – 17/12/1969), militar e político brasileiro, foi Presidente da República de 1967 a 1969, quando detinha a patente de Marechal do Exército Brasileiro, sendo o segundo presidente do período militar. Já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, de Castelo Branco, tendo afastado-se do cargo apenas para possibilitar sua eleição à presidência.

Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar, sendo considerado por alguns historiadores quando efetivamente implantou-se a “ditadura militar” no Brasil.

Sua candidatura à presidência já era um duro golpe ao governo do presidente Castelo Branco, pois Costa e Silva representava os interesses da chamada “linha dura” do regime militar, que defendia um maior controle pelo governo central às liberdades da população.

Na votação, efetuada pelo Congresso Nacional, devido às normativas do AI-2, foi eleito por unanimidade, com 294 votos, todos da ARENA. A “oposição consentida” (o MDB) absteve-se de votar. Assumiu a presidência no dia 15 de março de 1967, no mesmo dia em que entrava em vigor a nova constituição,

deixando de vigorar, portanto, os Atos Institucionais (1 a 4) editados por Castelo Branco.

Extinguiu a Frente Ampla, movimento de oposição que reunia políticos do período pré-64. Combateu a inflação, revisou a política salarial e ampliou o comércio exterior. Iniciou uma reforma administrativa e expandiu as comunicações. O Brasil passava por uma profunda crise no sistema de transportes, problemática que recebeu a máxima atenção em seu governo, ao lado do Plano Nacional de Habitação.

Em 1968, a situação política foi ficando cada vez mais tensa, com um carro bomba explodindo em frente ao quartel general do Exército em São Paulo, provocando a morte de um militar e ferindo outros seis. Um confronto com a polícia resultou na morte de um estudante, provocando mobilizações e passeatas e, por fim, um deputado federal do Rio de Janeiro (Márcio Moreira Alves) discursou incitando a população para que boicotasse as paradas e desfiles militares de 7 de setembro, sugerindo ainda que as moças brasileiras não dançassem ou namorassem com militares, como forma de protesto ao regime. O governo pediu autorização ao Congresso para processar o deputado. Diante da recusa, em 13 de dezembro foi editado o AI-5, que trazia várias prerrogativas ao Presidente da República, dentre elas os poderes de cassar mandatos, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos de qualquer pessoa e, o mais importante, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas no ínterim. O congresso nacional foi efetivamente fechado neste mesmo dia, só retomando suas atividades em outubro de 1969. O AI-5 também suspendeu o Habeas Corpus para crimes políticos. Por consequência, jornais oposicionistas ao regime militar foram censurados, livros e obras "subversivas" foram retiradas de circulação e vários artistas e intelectuais tiveram que se exilar no estrangeiro.

Havia a intenção de Costa e Silva de revogar o AI-5, através da elaboração de uma reforma política, por meio de emenda constitucional. Costa e Silva pretendia assinar essa emenda no dia 7 de setembro de 1969, retornando à normalidade constitucional.

Entretanto, uma semana antes da data prevista para assinatura da emenda, sofreu um derrame cerebral. Como não havia nenhuma previsão constitucional para tal situação de emergência, foi sucedido por uma Junta Governativa Provisória, também conhecida como a Segunda Junta Militar. Veio a falecer poucos meses depois.

RUA PRESIDENTE KENNEDY

Extensão: 300 metros

Bairro: Paraíso

Lei 39/1967



John Fitzgerald Kennedy, também conhecido pelas iniciais JFK (29/05/1917 – 22/11/1963) foi presidente dos Estados Unidos entre 1961 e 1963, quando morreu assassinado em pleno exercício de seu mandato. É considerado uma das grandes personalidades do século XX. Diversas situações relacionadas à Guerra Fria aconteceram em seu curto mandato, fazendo com que sua relevância em seu país e fora dele fossem ampliadas. Durante o seu governo houve a Invasão da Baía dos Porcos, a Crise dos mísseis de Cuba, a construção do Muro de Berlim, o início da Corrida Espacial, a consolidação do Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos e os primeiros eventos da Guerra do Vietnã.

Os fatos marcantes iniciam-se até mesmo antes de seu período presidencial, durante a campanha política. Entre setembro e outubro de 1960 houve três debates presidenciais entre Kennedy e Richard Nixon, o candidato republicano. Foram os primeiros debates televisionados e o desempenho de Kennedy nestes debates foi decisivo para sua eleição.

Em seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1961, Kennedy pronunciou uma de suas mais famosas citações:

“E assim, meus compatriotas americanos, não pergunte o que seu país pode fazer por você, pergunte-se o que você pode fazer por seu país. Meus concidadãos do mundo, não perguntem o que a América pode fazer por você, mas o que juntos podemos fazer pela liberdade do homem.”

Kennedy morreu assassinado em 22 de novembro de 1963 em Dallas, Texas. O ex-fuzileiro naval Lee Harvey Oswald foi preso e acusado do assassinato, mas foi morto dois dias depois, por Jack Ruby e por isso não foi julgado. A Comissão Warren concluiu que Oswald agiu sozinho no assassinato. No entanto, o Comitê da Câmara sobre Assassinatos descobriu em 1979 que talvez tenha havido uma conspiração em torno do acontecido. Este tópico foi debatido e há muitas teorias sobre o assassinato, visto que o crime foi um momento importante na história dos Estados Unidos devido ao seu impacto traumático na psique da nação.

Sobre as implicações no Brasil, o assassinato e as teorias de conspiração que o rondaram certamente influenciaram o país nos acontecimentos que precederam ao Golpe Militar que aconteceria cinco meses mais tarde, num pânico contra a “escalada do comunismo” no mundo.

Muitos viram em Kennedy um ícone das esperanças e aspirações americanas, e em algumas pesquisas no país ele ainda é valorizado como um dos melhores presidentes da história da nação.

RUA DAS PRIMAVERAS

Extensão: 100 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 520/1992

Em 1992, em uma iniciativa de organização de áreas da cidade, as ruas do loteamento “Jardim Dileta”, no Bairro Bom Sucesso foram denominadas em conjunto, recebendo nomes de flores para designá-las. Tal proposição partiu de um pedido da própria comunidade, que relacionou o nome do loteamento “**Jardim Dileta**”, com nomes de flores. A proposição, assinada por pessoas da própria comunidade e enviada à Câmara, através do Vereador Sérgio D’Agostini, já propunha inclusive o nome das flores a ser utilizadas. Foi aceita integralmente, com a exceção da rua F, que tinha a proposta de ser chamada de “Rua das Hortências” e acabou substituída por “Rua das Primaveras”. Seis ruas compunham o loteamento, e foram denominadas como Rua das Azaléias, Rua das Orquídeas, Rua das Primaveras, Rua das Tulipas, Rua das Violetas e Rua das Vitórias Régias.



A Primavera é uma planta genuinamente brasileira. Ela tornou-se conhecida e muito popular mundialmente após ter sido coletada por Louis Antoine de Bougainville, almirante francês que navegou em volta do mundo no século 18.

Reza a história que este francês teria se encantado com esta singular planta que ocorria nas serras do Rio de Janeiro. Desta forma, coletou alguns exemplares que foram levados à Europa e ofertados ao Rei Luís XIV e assim difundidas pelo cultivo por todo mundo. Uma amostra destas plantas encontra-se depositada no Museu de Paris sendo a primeira referência formal a esta planta brasileira. Bonganville foi homenageado pela descoberta, tendo a bela planta ofertada ao Rei recebido o seu nome latinizado: Bouganvillea, ou planta de Bouganville.

De todas as trepadeiras, é sem dúvida uma das mais cultivadas nos jardins tropicais do mundo inteiro e também em vasos, nos países frios.

Floresce abundantemente na primavera e também no começo do outono, daí o seu nome popular. Na Europa ela floresce em geral apenas na primavera.

As belas e coloridas "flores" da primavera não são exatamente as flores da planta: são *brácteas*, ou folhas modificadas, que envolvem as verdadeiras, e relativamente insignificantes, flores amareladas. O conjunto resulta numa aparência exótica, encontrada nas cores branca, rosa, vermelho intenso ou laranja.

Três-marias é um nome popular referindo-se às três brácteas coloridas que envolvem pequenas flores verdadeiras. Bouganville é outro nome popular que refere-se ao seu nome científico.

RODOVIA COMENDADOR PRIMO TEDESCO

Extensão: 2.700 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 23/1975



Foi denominado como “Grande Capitão da Indústria”, quando de seu falecimento, que enlutou o município e o Estado de Santa Catarina.

Natural de Bento Gonçalves – RS, chegou a Caçador por volta de 1935, com o intuito de instalar uma usina hidrelétrica para o abastecimento da cidade que escolhera para exercer suas atividades.

Desde que chegou a Caçador, Primo Tedesco vislumbrou a necessidade de preservar as reservas florestais da região para suprimento de matéria-prima. A partir da década de 50, enquanto as matas eram derrubadas, ele plantava pinheiros, tornando-se o primeiro reflorestador da região. Pelo feito inovador, Primo Tedesco recebeu do Instituto Nacional do Pinho o título de Comendador da Ordem da Árvore, em 1958. Seu trabalho permitiu a integração das atividades das empresas lideradas pela fabricação de papel.

A Câmara Municipal de Caçador, em fins de 1960, concedeu-lhe o Título de "Cidadão Honorário de Caçador", pelos seus destacados trabalhos nos mais diversos setores de atividades, em prol do progresso e desenvolvimento de Caçador.

Foi descrito como um cidadão de virtudes extraordinárias, grande vulto industrial, homem público e de um espírito cujo brilho, dinamismo e lucidez dificilmente poderá ser substituído, destacando ainda sua ativa participação em

diversos setores da sociedade, compreendendo com elevados sentimentos o padecimento dos menos favorecidos e a angústia dos operários.

A empresa Primo Tedesco S.A. começou a ser formada na década de 30, quando Primo Tedesco instalou, em Caçador, uma pioneira fábrica de pasta mecânica, movida por uma pequena turbina instalada no Rio do Peixe. Em 1939 foi constituída a empresa de nome Primo Tedesco, que se tornaria uma grande organização fabricante de papel e embalagens.

A rodovia municipal escolhida para homenageá-lo, é aquela que diariamente o conduzia para a sua realização e de toda uma comunidade, que presta com isso o seu “agradecimento imourredouro”.

RUA PRINCESA ISABEL

Extensão: 140 metros

Bairro: Kurtz

Lei 44/1966



Isabel (29/07/1846 – 14/11/1921) que recebeu o cognome de "a Redentora", foi a filha mais velha de Dom Pedro II, chegou a assumir a regência do Império do Brasil por três oportunidades, em ausências de seu pai do país e foi a herdeira presuntiva (quem poderia assumir o trono) do Império do Brasil com o título de Princesa Imperial.

Foi reconhecida como herdeira presuntiva do trono após as mortes de seus dois irmãos, Afonso Pedro e Pedro Afonso. Isabel se casou com o príncipe francês Gastão, Conde d'Eu, com quem teve três filhos: Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, Luís de Orléans e Bragança e Antônio Gastão de Orléans e Bragança, além de uma filha, primogênita (Luísa Vitória de Orléans e Bragança), morta no ainda no útero materno.

Abundante em homenagens a personagens históricos da República ou a comandantes militares Imperiais especialmente ligados à Guerra do Paraguai, a Rua Princesa Isabel é a única homenagem prestada na cidade de Caçador a um dos representantes políticos da era Imperial e da monarquia brasileira.

Sabedora de sua condição de herdeira do trono desde os 4 anos de idade, Isabel recebeu educação esmerada, suas aulas ocorriam em seis dias da semana, durante nove horas e meia cada dia, com o ensino de português, latim, francês, inglês, alemão, história de Portugal, França, Inglaterra e outros países, literatura portuguesa e francesa, geografia, geologia, astronomia,

química, física, geometria e aritmética, desenho, piano e dança, economia política e outros.

Sobre seu aspecto, é curioso um relato do Conde d'Eu, seu futuro marido, em uma carta destinada à sua irmã, quando a conheceu:

"Para que não te surpreendas ao conhecer minha Isabel, aviso-te que ela nada tem de bonito; tem sobretudo uma característica que me chamou a atenção. É que lhe faltam completamente as sobrancelhas. Mas o conjunto de seu porte e de sua pessoa é gracioso".

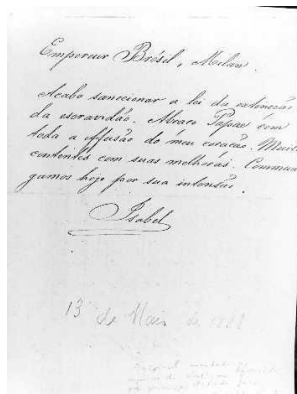
Apesar do casamento arranjado e da decepção inicial, é notório que o casal viria a se apaixonar e amar-se até os últimos dias de vida. O relacionamento de ambos era pautado numa cumplicidade ainda incomum a época.

A Princesa Isabel alcançou notoriedade incontestável no país quando, ao assumir pela terceira vez a Regência do Império do Brasil, em 30/07/1887, devido ao afastamento de Dom Pedro II do país para tratamento de saúde, deu continuidade ao movimento abolicionista da escravidão no país.

Na "Fala do Trono", uma espécie de pronunciamento anual à nação, em 1888, Isabel falou:

"confio em que não hesitarei de apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura..."

Em 13 de maio, um domingo, aconteceram as últimas votações no parlamento brasileiro de um projeto que previa a abolição total. Contrariando diversos interesses vigentes, tendo em sua figura central o Barão de Cotegipe, defensor da manutenção do regime escravocrata, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que determinava a extinção total da escravidão no Brasil. É de uma simplicidade surpreendente a forma com que tal decisão foi comunicada a Dom Pedro II, em tratamento de saúde em Milão naquela data. Em um simples bilhete, a Princesa escreve:



Empereur Brésil, Milan.
Acabo sancionar a lei da abolição
da escravidão. Abraço Papae com
toda a effusão do meu coração. Muito
contentes com suas melhoras. Commungamos
hoje por sua intensão.
Isabel
13 de Maio de 1888

"Empereur Brésil, Milan. Acabo sancionar a lei da extinção da escravidão. Abraço Papae com toda a effusão do meu coração. Muito contentes com suas melhoras. Commungamos hoje por sua intensão. Isabel".

Após a assinatura da lei Áurea, a Princesa teria ouvido de Cotegipe: *"Vossa Alteza libertou uma raça, mas perdeu o trono"*. Mas a princesa não hesitou em responder: *"Mil tronos eu tivesse, mil tronos eu daria para libertar os escravos do Brasil"*.

Como é sabido, a previsão foi correta e um ano e meio depois, Isabel e toda sua família foram exilados do Brasil por um golpe militar. Passou os últimos anos de sua vida vivendo no exílio na França, onde veio a falecer.

RODOVIA MUNICIPAL PRÍNCIPE DA PAZ

Extensão: 800 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 1487/2000

A maior parte das rodovias municipais não é denominada e sim adota uma numeração para sua identificação. No entanto, estando em perímetro urbano, localizada praticamente no limite entre os bairros São Cristóvão e Aeroporto, esta rodovia, que ligava a Rodovia Municipal CDR – 434 e a então sede da Associação de Funcionários do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, foi denominada, fazendo referência a Jesus Cristo, sendo esta denominação “Príncipe da Paz” uma das muitas em referência a Sua Pessoa.

Tal designação encontra-se na Bíblia, no livro de Isaías, Capítulo 9, versículo 6:

Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu, e o principado está sobre os seus ombros, e se chamará o seu nome: Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz.

Teólogos e exegetas analisam esta passagem bíblica comentando que Jesus é o Príncipe da Paz, que veio para derrubar todo muro de separação e reconciliar o homem com Deus, Deus com o homem, o homem com o homem e este consigo mesmo.

Acrescentam ainda que, como um Pai que no leito da morte dá porções aos filhos, Jesus deu aos discípulos Sua paz no momento da despedida:

“Deixo-vos a paz, a minha paz vos dou; não vo-la dou como o mundo a dá. Não se turbe o vosso coração, nem se atemorize.” (João 14, 27).

RUA PRUDENTE DE MORAIS

Extensão: 160 metros

Bairro: Centro

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no Centro, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

Prudente José de Moraes e Barros, paulista natural de Itu, nasceu em 4 de outubro de 1841. Advogado, formado em 1863, exerceu suas atividades em Piracicaba. Ingressou na política em 1864, quando foi eleito vereador na cidade de Piracicaba. Foi deputado provincial em São Paulo e deputado na Assembleia Geral do Império, defendendo, além da forma republicana de governo, o abolicionismo e o federalismo.



Proclamada a república, foi nomeado por Deodoro da Fonseca chefe da junta governativa que governou São Paulo de 16 de novembro a 14 de dezembro de 1889, nomeado em seguida governador, permanecendo no cargo até 18 de outubro de 1890, quando renunciou para assumir uma cadeira no senado.

Chegou a ser vice-presidente do Senado, e presidiu a Assembleia Constituinte de 1890-1891. Elaborada a Constituição, disputou com Deodoro da Fonseca a presidência da república, sendo derrotado. Após a derrota para Deodoro, eleito indiretamente com 129 votos contra 97, Prudente de Moraes presidiu o Senado até o fim do seu mandato.

Candidato à presidência da república na sucessão de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes venceu as eleições disputadas em 01º de março de 1894, sendo o primeiro presidente brasileiro eleito pelo voto direto. Em 15 de novembro do mesmo ano tornaria-se o primeiro presidente civil do Brasil.

Prudente de Moraes representava a ascensão da oligarquia cafeicultora e dos políticos civis ao poder nacional, após um período de domínio do poder executivo por parte dos militares, no qual essa oligarquia mantinha-se dominando apenas o poder Legislativo.

Teve seu mandato atribulado, em busca de reconquistar apoios políticos e enfrentando a Revolta Federalista no sul e a Guerra de Canudos no nordeste. Restabeleceu as relações diplomáticas com Portugal e assinou tratados com o Japão, com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil.

Em litígios internacionais, com a invasão britânica à Ilha da Trindade e francesa no Amapá, optou por não recorrer às armas e preferiu o arbitramento internacional, mesma postura na questão de limites com a Argentina,

resolvidas através do então diplomata brasileiro, o Barão do Rio Branco. Mesmo com o agravamento das dificuldades econômicas originadas da crise do encilhamento e agravadas pelos gastos militares, terminou o seu mandato desfrutando de grande popularidade. Passou o cargo a Campos Sales em 15 de novembro de 1898.

Voltou a Piracicaba, onde exerceu novamente a advocacia. Prudente José de Moraes e Barros faleceu em 03 de dezembro de 1902, apenas quatro anos após deixar a Presidência da República, vítima de tuberculose, aos 59 anos de idade.

RUA QUINTINO BOCAIUVA

Extensão: 280 metros

Bairro: Centro

Resolução 50/1939

A justificativa da presente resolução, datada de 13 de novembro de 1939, e assinada pelo então prefeito Tenente Mário Fernandes Guedes, foi a de que, em 15 de novembro deste ano seria comemorado o cinquentenário da proclamação da República, e que notáveis brasileiros têm os seus nomes vinculados a esse grande evento histórico, cuja significação deve ser explicada por todas as formas de manifestações do pensamento. Além da rua Quintino Bocaiúva, também foram denominadas, nesta resolução, as ruas Marechal Floriano (que seria alterada para Marechal Floriano Peixoto, em 1943), Marechal Deodoro e Benjamin Constant, nomes ilustres do episódio da Proclamação da República.



Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva (04/12/1836 – 11/06/1912), foi um jornalista e político brasileiro.

Defensor ardoroso das ideias republicanas, foi fundador do jornal O Paiz, que exerceu grande influência na campanha republicana. Foi o único civil a cavalgar, ao lado de Benjamin Constant e do Marechal Deodoro da Fonseca, com as tropas que se dirigiram ao quartel-general do Exército brasileiro, na manhã de 15 de novembro, quando da proclamação da

República.

No governo de Deodoro, assumiu a pasta das Relações Exteriores. Nessa qualidade, negociou e assinou o Tratado de Montevideu, visando solucionar a Questão de Palmas, entre o Brasil e a Argentina. Porém, foi considerado que o diplomata extrapolou quanto à concessão territorial para a conclusão das

negociações. Desta forma, o Congresso Nacional do Brasil rejeitou os termos do Tratado (1891) e Bocaiúva deixou a pasta para continuar como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro na Assembleia Nacional Constituinte. Permaneceu no cargo até à votação da Constituição (24 de fevereiro de 1891), renunciando ao mandato para retornar ao jornalismo, à frente de O Paiz. Pela atuação na imprensa, foi cognominado, pelos contemporâneos como o "príncipe dos jornalistas brasileiros".

RUA RACHIDE ABDALLA

Extensão: 200 metros

Bairro: Berger

Lei 1574/2000

Rachide Esper Abdalla, nascida em Tangará, estado de Minas Gerais, filha de Espiridião Manoel e Rosa Ibrahim.

Veio para Santa Catarina em 1928, quando fixou residência em Rio das Antas, onde hoje funciona a Prefeitura daquela cidade. Casou-se com Abdalla Elias Farfud, vindo morar em Caçador em 1935.

Em 1938, a família mudou-se para Curitiba, voltando para Caçador em 1943. Fundou, em companhia de seu marido, em 1956, a Padaria Guarani, tradicional estabelecimento de nossa cidade. Aqui permaneceu até seu falecimento em 1990.

Foram, portanto, 57 anos dedicados a esta cidade, onde criaram seus sete filhos, fazendo deles bons cidadãos com fortes vínculos de amizade nesta querida Caçador.

Deixaram bons amigos e muito contribuíram para o bem da comunidade, através do comércio e de sua maneira anônima de ajudar os que dela precisavam.

(texto de sua filha, Marly Abdalla Dalmas, em 17 de dezembro de 2000)

RUA RAIMUNDO JOSÉ PIERDONÁ

Extensão: 400 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 586/1992



Raimundo José Pierdoná nasceu em Carazinho – RS, aos 19 de setembro de 1910. Filho de Marcos Pierdoná e Bortola Pierdoná, chegou em Caçador no ano de 1950, instalando uma serraria. Desenvolvia também atividades na agricultura.

Casado com Dona Joaquina Sabini Pierdoná, teve cinco filhos: Irineu Marcos Pierdoná, Hilário Antônio Pierdoná, Ivan José Pierdoná, Ilmar José Pierdoná, Ires Maria Pierdoná e Ieda Terezinha Pierdoná.

Raimundo foi membro ativo da comunidade, participando das atividades religiosas como membro da Diretoria da Catedral São Francisco de Assis.

Desenvolveu atividade nesta cidade através de uma fábrica de móveis. Sempre lutou em prol da comunidade caçadorenses, proporcionando empregos e riquezas ao município.

Faleceu em 19 de abril de 1982, vítima de parada cardíaco-respiratória, aos 71 anos de idade.

(adaptado de texto do Vereador Lourenço Floriano Cordeiro, em 22/04/1992)

RUA RAUL RUPPEL

Extensão: 90 metros

Bairro: Martello

Lei 1991/2003

Raul Ruppel, filho de Gaspar Ruppel e de Tecla Effago, nasceu em Canoinhas – SC, no ano de 1921. Veio residir em Caçador ainda criança, juntamente com seus pais.

Aqui casou-se com Dulce Proença Ruppel, com quem teve 8 filhos: Marlene, Marilene, João, Mariluce, Jairo, Maria, Fátima e Jair.

Trabalhou no “campo experimental” por alguns anos e também na serraria Guarani, fábrica de pastas, a primeira em Caçador. Foi também agricultor, estabelecendo-se na localidade do Cerro Branco.

Na época de seu falecimento, já residia na rua Amazonas, próximo ao local onde está instalada a empresa Narciso Rotta atualmente.

Raul Ruppel faleceu no dia 23 de março de 1992, aos 70 anos de idade.

Em 2003, outras duas ruas foram denominadas com nomes de pessoas de sua família, sua sogra, Candida Antônia do Canto e seu cunhado, Sylvano Proença, porém chamado, inclusive documentalmente, de “Sylvano Proêncio”.

RUA RAULINO RIBEIRO DOS SANTOS

Extensão: 800 metros

Bairro: Bello

Lei 28/1977

O finado Raulino Ribeiro dos Santos, é merecedor desta justa homenagem, para que com isso, possamos perpetuar-lhe o nome, retribuindo-lhe quem sabe uma ínfima parte de tudo o que nosso município recebeu de colaboração deste antigo e dedicado caçadoreense.

O homenageado tinha como ocupação a agricultura, e com isso ajudava a manutenção alimentícia de nosso município naqueles tempos, além de ocupar-se ainda com a pecuária e transporte de tropas para outros municípios, que era o comercio da época que trazia vantagens para Caçador.

Politicamente, Raulino Ribeiro dos Santos, fez parte integrante do antigo partido PSD.

Deixou uma família numerosa, que está dando continuidade no desenvolvimento de Caçador.

Raulino Ribeiro dos Santos nasceu em 23 de junho de 1895, e faleceu em 4 de setembro do 1976. Além de nossa homenagem para perpetuar-lhe a nome, o projeto lei em questão contribuirá para a estrutura administrativa e física de nossa cidade, auxiliando os trabalhos do executivo municipal.

(texto do Vereador Ilton Paschoal Rotta)

RUA REINALDO MAFFESSONI

Extensão: 280 metros

Bairro: Reunidas, D.E.R.

Lei 26/1965



Reinaldo Maffessoni (a grafia documental é de *Reynaldo*, mas o uso e os costumes fizeram com que fosse utilizada, ainda em vida, a grafia de *Reinaldo*) nasceu aos 23 dias do mês de outubro de 1908, na cidade de Guaporé - RS. Filho de André Mafessoni e Regina Rotava. Criança ainda, veio residir no município de Erechim, onde viveu vários anos de sua vida, já de trabalho responsável, antes mesmo de iniciar sua educação formal; esta se dando aos treze anos.

Era visto com frequência, na boléia de carros puxados por vários animais, na faina de ajudar seu progenitor.

Somente após alguns anos, obteve a oportunidade de cursar por breve tempo o Internato Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo – RS. Na localidade serviu o Tiro de Guerra. Egresso do Educandário, onde teve conhecimentos suficientes para as necessidades da época e do seu meio, retornou a casa do pai a fim de ajudá-lo.

Em 1928 associou-se ao mesmo, juntamente com mais três irmãos, constituindo a Firma André Mafessoni Ltda., cuja dissolução daria lugar à firma S/A MAFESSONI COM. IND. desta cidade.

Em 1930 fez a revolução, ingressando na tropa do General Portinho, como 1º tenente, combatendo na Capela Ribeira. Como político, pertencia ao extinto partido Libertador.

Casou aos 23 anos com Dona Emma Giacomini, tendo nascido desta união, os seguintes filhos: Heraldo José, Siluá, Erley, Silede e Suelena. Para seus filhos, foi um pai exemplar, e esses sempre lhe foram gratos.

Em 1944, transferiu-se para Caçador, começando de imediato a construção do primeiro moinho de trigo, o qual a 11 de abril de 1954, foi sinistrado. Em 1955, foram iniciados os trabalhos de construção do novo moinho de milho e loja, perfazendo, assim, o bloco arquitetônico de propriedade da firma S/A MAFESSONI COM. IND., da qual sempre foi seu grande diretor.

Já acometido de câncer, foi agraciado em 1º de junho de 1965, pelo Poder Legislativo Municipal, com o Honroso título de Cidadão Honorário de Caçador, deferência que muito o comoveu. Foi um dos homens que mais batalhou pelo progresso de Caçador. Faleceu aos 15 dias do mês de agosto, na cidade de São Paulo.

Em novembro deste mesmo ano de seu falecimento a antiga Rua Coronel Fagundes foi renomeada para Rua Reinaldo Maffessoni.

RUA REINOLDO LEBELEIN

Extensão: 250 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 27/1984

Reinoldo Lebelein filho de Carlos Lebelein e de Carolina Bach Lebelein, nasceu em Passo Fundo – RS, em 01º de dezembro de 1902.

Industrial, foi vereador em Caçador no mandato de 1955 a 1959.

Reinoldo Lebelein faleceu em 22 de março de 1977, aos 74 anos de idade.

RUA RENATO BASEGGIO

Extensão: 140 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 3176/2014

Renato Baseggio, filho de Paulo Baseggio e de Maria da Luz Baseggio, nasceu em Caçador, na linha São Francisco, em 10 de março de 1959.

Quando tinha 10 anos, veio morar na cidade, para estudar no seminário, onde permaneceu por dois anos. Estudou para Técnico Contábil no Colégio Aurora e depois trabalhou como contínuo no Banco do Brasil e Bradesco.

Em 1981, voltou para o interior. Em 1983, casou-se com Genoveva Reni Brustolin Baseggio, com quem teve 2 filhos, Renata e Douglas.

Na comunidade do Cará, fez parte da comissão da igreja, do futebol e, por fim, estava como ministro da esperança. Com isso, conheceu muita gente e fez grandes amizades, sempre bem visto por sua postura honesta e agradável.

Em 1999 foi a Brasília representar os agricultores da cidade na luta pela anistia em financiamentos agrícolas.

No dia 18 de março de 2001, acordou às 4 horas da manhã para, como de costume, ir até a sede da comunidade ajudar voluntariamente em um almoço promocional. Após o almoço, depois de terminar seu trabalho, foi participar do jogo de futebol, e ali no campo faleceu, aos 42 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

Sua imagem é lembrada por muitos como exemplo de um homem íntegro, um amigo companheiro e um pai de família admirável.

RUA RIACHUELO

Extensão: 120 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

Homenagem, assim como outras, na cidade de Caçador, a um dos fatos mais importantes e marcantes na campanha da Guerra do Paraguai. A Batalha Naval do Riachuelo, ou simplesmente Batalha do Riachuelo, travou-se a 11 de junho de 1865, às margens do arroio Riachuelo, um afluente do rio Paraguai, na província de Corrientes, na Argentina.

Essa é considerada pelos historiadores militares como uma das mais importantes batalhas da Guerra do Paraguai. A vitória da esquadra brasileira nesta batalha, comandada pelo Almirante Tamandaré, foi fundamental e decisiva para a vitória da Tríplice Aliança na guerra.



Combate Naval do Riachuelo – Victor Meirelles

RUA RICARDO ANGELLI

Extensão: 700 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Ricardo Angeli (a grafia correta de seu sobrenome é esta, com apenas um “l”, apesar de a lei denominar a rua com dois), filho dos imigrantes italianos João Batista Angeli e Maria Angeli, nasceu no Rio Grande do Sul, no ano de 1885.

Agricultor, era casado com Adelina Angeli.

Ricardo Angeli faleceu em 02 de setembro de 1960, aos 75 anos de idade, vítima de colapso cardíaco.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA RICARDO FENDT

Extensão: 320 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1872/2002

Ricardo Fendt, argentino, natural de Buenos Aires, filho de Germano Fendt e Erna Hoffmeister, nasceu no ano de 1928.

Casado com Geny Fendt, com quem teve dez filhos.

Ricardo Fendt faleceu no dia 03 de janeiro de 1999, aos 70 anos de idade.

RUA RICIERI CRIVILATTI

Extensão: 90 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2781/2010

Ricieri Crivelatti, (seu sobrenome consta na documentação com “e” (Crivelatti), ao contrário do que está grafado na lei, com “i” (Crivilatti)) filho de Angelo Crivelatti e de Angelina Crivelatti, nasceu em Gramado – RS, em 14 de setembro de 1932.

Ricieri chegou em Caçador no ano de 1965, onde passou a trabalhar na Serraria Guarani.

No ano de 1969 iniciou seus trabalhos junto à Fábrica de Papel Primo Tedesco, onde trabalhou até o ano de 1974. No mesmo ano, fora contratado pela empresa Victorio Poletto SA Com. e Ind., trabalhando até o ano de 1983, quando se aposentou.

Casou-se com Lourdes Ghidini Crivilatti no ano de 1948, com quem teve 7 filhos, sendo 5 mulheres e 2 homens.

Contribuiu de forma significativa para o município, uma vez que sempre exerceu suas atividades laborais em Caçador.

Ricieri Crivelatti faleceu em 27 de maio de 1996, aos 63 anos de idade, vítima de insuficiência cardíaco-respiratória.

RUA RIO DAS ANTAS

Extensão: 150 metros

Bairro: Berger

Lei 42/1967



Rio das Antas é um pequeno município catarinense, vizinho de Caçador, distante cerca de 20 quilômetros ao sul de nosso município. Sua população atual é pouco superior a 6 mil pessoas.

O primeiro impulso para a colonização de seu território veio quando da construção da estrada de ferro. A colonização dos terrenos da concessão Federal teve seu começo em Rio das Antas, por volta de 1910, onde se estabeleceu a direção da Colônia. As terras eram vendidas a preços módicos e em suaves prestações semestrais, o que logo atraiu colonos do Vale do Rio Itajaí e do Rio Grande do Sul em busca das férteis e ricas terras do Vale do Rio do Peixe. Eram colonos estrangeiros ou descendentes de italianos e alemães.

Todavia, a Campanha do Contestado muito prejudicou o desenvolvimento da região. Em 1914 a vila foi atacada por jagunços, muitos colonos abandonaram suas propriedades e a companhia colonizadora removeu-se para o estado do Paraná.

Terminada a Campanha do Contestado ficaram por muito tempo paralisados os serviços de colonização. A direção da Colônia recomeçou seus trabalhos pelas estações do Sul, e só em 1918, houve reinício do repovoamento da região.

Como as terras eram povoadas por uma densa e extensa floresta de pinhais, o que dificultava o trabalho agrícola, os colonos fixaram-se ao Sul, nas proximidades da foz do Rio do Peixe. Porém, o pinheiro que era um incômodo para os colonos, de repente tornou-se uma fonte de riqueza, atraindo para a região grande migração de gaúchos que desejavam explorar esses recursos florestais.

Em 1919, foi criado o distrito de Rio das Antas e, em 1958, foi elevado a Município, cujo território é cortado ao meio pelo Rio do Peixe. Contam os historiadores, que um grupo de pescadores foi até o rio, onde por descuido caíram em grandes tocas formadas por antas, devido a grande quantidade desses animais no local, o nome do município passou a se chamar Rio das Antas.

RUA RIO DE JANEIRO

Extensão: 130 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



O Rio de Janeiro é um estado brasileiro que, a despeito de seu reduzido tamanho, concentra 8,4% da população do país, tornando-o o estado com maior densidade demográfica do Brasil.

Centro de poder do país desde 1763, a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, provocou grande desenvolvimento na cidade e na capitania administrada por esta cidade.

Com o Império, a cidade do Rio de Janeiro passou à condição de “Município Neutro” e a província passou a ter uma nova sede, na *Vila Real da Praia Grande*, que no ano seguinte passou a se chamar Niterói. A capital da província, já renomeada como estado, só voltaria a ser na cidade do Rio de Janeiro após a extinção do estado da Guanabara, em 1975.

O gentílico usado para determinar os pertencentes ao estado do Rio de Janeiro é fluminense (do latim Flúmen = Rio). Carioca é o habitante da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de ser um dos menores estados do Brasil em extensão, sua costa marítima conta com 635 quilômetros, sendo superado apenas pelos estados da Bahia e do Maranhão, graças às numerosas baías e contornos de seu litoral.

Ainda como resquício de sua época como capital, da colônia, do vice-reino, do império e da república, o Rio de Janeiro conserva grande importância nos centros de decisão das forças armadas do Brasil, representa um dos principais centros culturais do país e, motivado especialmente por suas belezas naturais, é o principal destino turístico brasileiro, sendo o setor de serviços o de maior destaque em sua economia.

RUA RIO DO SUL

Extensão: 130 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 688/1993

A Rua Rio do Sul foi assim denominada com o objetivo de compatibilizar-se com diversas outras ruas próximas que já possuíam nomes de municípios catarinenses, desde os anos de 1967 e 1972.

Rio do Sul é um município catarinense, situado na região do Alto Vale do Itajaí, distante cerca de 200 quilômetros de Caçador.



Desmembrado de Blumenau desde 1930, Rio do Sul tem um triste histórico de enchentes. Banhada por 3 rios (Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste e Itajaí Açu) a cidade sofre ciclicamente com grandes cheias, geralmente em períodos aproximados de 30 em 30 anos. Ocorrem também as famosas "mini enchentes", onde a elevação das águas não chega a ultrapassar os 7m, sendo estas mais comuns e afetando a rotina de grande parte população.

A descoberta do documento mais antigo de Rio do Sul, o Diário de Francisco Frankenberger alterou em partes fatos históricos da colonização de Rio do Sul.

Estudos do documento culminaram com a determinação do dia da colonização, como sete de setembro de 1892. Correntes de povoamento passaram a procurar o Alto Vale do Itajaí, formadas por descendentes da colônia de Blumenau que encontravam dificuldades para manter-se próximos das terras dos seus pais, devido ao alto preço.

Para Rio do Sul, vieram os colonos dispostos a enfrentar todas as vicissitudes do meio ambiente, num isolamento quase total, devido às dificuldades de comunicação.

Economicamente, o município destaca-se, nos dias atuais, na área industrial, com foco nos setores metal-mecânico, eletrônico e vestuário. No setor agropecuário, destaca-se pela produção de leite, suinocultura e avicultura.

RUA RIO GRANDE DO SUL

Extensão: 400 metros

Bairro: Santa Catarina, D.E.R.

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



O vizinho estado do Rio Grande do Sul é o estado mais ao sul do país e teve sua colonização a partir de 1627 através de jesuítas espanhóis, que criaram missões próximas ao Rio Uruguai. A partir de 1680, tropas portuguesas expulsaram os espanhóis, buscando assumir estes domínios e fundar a então

Colônia do Sacramento. Em 1737, tropas portuguesas controlaram a entrada da Lagoa Mirim, fundando a cidade de Rio Grande, a primeira cidade do futuro estado.

A origem do nome do estado é associada a uma confusão cartográfica, quando ainda acreditava-se que a Lagoa dos Patos seria a foz do Rio Grande. Batizando em primeiro lugar a cidade, foi por extensão o nome dado ao estado.

A história de desenvolvimento do estado tem forte influência da agropecuária, com extensas áreas de criação de gado. Os tropeiros e criadores de gado fizeram parte da história e da formação da cultura rio-grandense. O histórico de envolvimento em questões de limites, ora entre espanhóis e portugueses, ora entre argentinos, uruguaios e brasileiros e também entre os próprios brasileiros contribuíram para formar uma identidade própria dos habitantes do estado que detém uma das mais fortes características regionalistas de todo o país, ao ponto de o hino do estado ser mais conhecido e entoado com mais sonoridade que o próprio hino nacional. Situação única em todo o Brasil.

Obviamente, a Guerra dos Farrapos, que ganhou contornos separatistas e de independência do Império do Brasil, marcou esta história de orgulho regional e até hoje lembrada e citada, tendo inclusive feriado estadual decretado em sua homenagem. Motivada por uma série de desentendimentos e insatisfações, a Guerra durou uma década, coincidindo com o período em que o Brasil era governado pelas regências, durante a infância de Dom Pedro II.

O estado pôs-se novamente no centro das atenções nacionais a partir da revolução de 1930, quando Getúlio Vargas iniciou seu movimento no estado, que o conduziria ao Golpe de Estado e a assumir a presidência do Brasil até 1945. Seria ainda eleito novamente em 1951, exercendo o poder até seu suicídio em 1954. Durante o período militar, três generais nascidos no Rio grande do Sul exerceram a presidência, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

RUA RISOLETA LEMOS MAIA

Extensão: 160 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1265/1998

Risoleta Lemos Maia, filha de Aristides Lemos e de Hortencia Moreira Lemos, nasceu em Curitiba – SC, no ano de 1916.

Casou-se com Orival Duarte Maia. Dedicou-se toda sua vida ao cuidado da família e do lar.

Faleceu em 29 de janeiro de 1977, aos 61 anos de idade, vítima de insuficiência cardíaca.

RUA ROMEU SORGATTO

Extensão: 350 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei: 2940/2012

Romeu Sorgatto, filho de Domingos Sorgatto e de Justina Sorgatto, nasceu em 23 de setembro de 1925, na vila de Rio Caçador.

Estudou no Ginásio Aurora e no período em que não estudava, auxiliava sua família na distribuição de leite e plantação de uvas. Parreiral este que se localizava no atual bairro Sorgatto e que foi idealizado por seu pai Domingos Sorgatto. Com a produção de uvas advindas do parreiral, a família fundou a primeira cantina ao município, produzindo e engarrafando vinhos.

Em 31/03/1951 casou-se com Iracema Zardo e tiveram seis filhos, Auri, Rosemary, Remi, Rosely, Renato e Rejane.

No ano de 1960 iniciou o plantio de um parreiral na linha Cará. Parreiral este com sete hectares plantados com uva isabel. Em 1962 iniciou no ramo de transporte de cargas, transportando madeiras em tábua das serrarias da região para todo o Brasil. Atividade esta executada até o ano de 1980.

No ano de 1965 integrou o quadro de membro do Rotary Club de Caçador, tendo sido seu presidente no ano de 1968, permanecendo como membro ativo até seu falecimento. Em 1983 vendeu seu parreiral na linha Cará e transferiu suas atividades agrícolas para a cidade de Luziânia – GO, cultivando milho e soja.

Romeu Sorgatto integrou a primeira comissão para a construção da igreja Nossa Senhora Rainha e, juntamente com sua mulher Iracema, trabalharam para ajudar na construção da mesma.

Praticante assíduo no jogo de bochas, foi membro do Clube Apolo e Sociedade Caçadoreense de Bochas. Foi atirador de tiro ao alvo, membro do clube de tiro de Caçador e por diversas vezes representou Caçador nos Jogos Abertos de Santa Catarina, nas modalidades de bolão, bochas e tiro ao alvo, consagrando-se campeão catarinense algumas vezes.

Romeu Sorgatto faleceu em 15 de janeiro de 2002, aos 76 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio, enquanto praticava seu passatempo preferido, pescar.

RUA ROMILDO KOPPE

Extensão: 50 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 1208/1997

Romildo Donato Koppe, filho de Ancelmo e Leonora Koppe, nasceu em Taquara – RS, no ano de 1930.

Casado com dona Alzira Stocco Koppe, teve três filhos: Sérgio, Márcia Aparecida e Paulo César Koppe.

Romildo Koppe faleceu em 21 de março de 1996, aos 66 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA ROMULO PEREIRA DE SOUZA

Extensão: 180 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1868/2002

Romulo Pereira de Souza, filho de Arlindo Pereira de Souza e de Ambrosina Trindade de Souza, nasceu em Caçador, no distrito de Taquara Verde, em 07 de agosto de 1939.

Casado com Sueli Terezinha Albuquerque, com quem teve 5 filhos: Luiz Antonio, Rosane Aparecida, Paulo Romildo, Rita Adriane e José Giovani de Souza.

Ingressou no IBAMA em 14/09/1954, dedicando 48 anos de sua vida a esta instituição e defendendo o meio ambiente.

Rômulo Pereira de Souza faleceu em 05 de agosto de 2002, faltando dois dias para completar 63 anos de idade.

RUA RONDÔNIA

Extensão: 120 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 2064/2004

Uma situação inusitada ocorreu quando da apresentação deste projeto de lei na Câmara de Vereadores. A referida rua, no bairro Santa Catarina, já tinha esta denominação, adotada pelos moradores, inclusive com o recebimento de IPTU, contas de água e luz constando este nome como endereço. No entanto, não havia lei que a denominasse, gerando a necessidade da adequação da lei à realidade fática existente.

Desta maneira foi aprovada a lei 2064/2004, oficializando o nome de “Rua Rondônia”. Porém, ainda encontram-se na mesma situação outras 4 ruas relativamente próximas, todas no bairro Santa Catarina, que tem sua denominação consolidada, todas com nomes de estados brasileiros, numa clara iniciativa de padronização dos nomes destas ruas, mas sem uma lei que formalize esta ação. São elas as ruas Sergipe, Acre, Pará e Roraima. Como são ruas existentes e consolidadas em Caçador, serão incluídas neste trabalho, mesmo sem a lei que as designe. Trata-se de uma ação a ser executada pela Câmara Municipal de Caçador.



Rondônia é um dos estados da região norte do Brasil. Teve na presença dos colonizadores portugueses, trazidos especialmente após a descoberta de ouro em seu território, o primeiro impulso para o desenvolvimento. Uma questão de limites nacionais começava a preocupar, até que em 1776 foi construído um forte às margens do Rio

Guaporé, delimitando uma fronteira natural entre o Brasil (ainda Vice-Reino) e a Bolívia.

Uma das conseqüências da negociação do território do Acre com a Bolívia, de acordo com os termos negociados pelo Barão do Rio Branco, foi a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Iniciada em 1907 e concluída em 1912, foi construída pela *Madeira-Mamoré Railway Company*, uma empresa de Percival Farquhar, que também construiria a “Ferrovia do Contestado”.

A conclusão da ferrovia, vital para a exportação da produção de borracha da região, era uma condição imposta pelo acordo de limites entre Brasil e Bolívia. Com a ferrovia, foi possível partir da região da fronteira e alcançar, evitando um longo trecho de cachoeiras no rio Madeira, um antigo porto existente neste rio, que dá acesso, via fluvial, ao Rio Amazonas.

Deste antigo porto foi fundada, com as obras da ferrovia, a cidade de “Porto Velho”, atual capital de Rondônia.

Inicialmente conhecido como “Território do Guaporé”, criado em 1943, a partir de desmembramentos dos estados de Mato Grosso e do Amazonas, graças aos trabalhos com as linhas telegráficas desenvolvido por Cândido Rondon, em

1956 o território passa a se chamar Rondônia (Cândido Rondon ainda era vivo quando desta homenagem).

Elevado à categoria de estado em 1981, motivado pela necessidade de solução dos graves problemas sociais advindos do grande afluxo de imigrantes em busca de terras para plantio e criação de gado, às custas da derrubada da floresta, e da decadência provocada pelo fim o ciclo da borracha, Rondônia passou a enfrentar, mais de perto, estes problemas, ainda de difícil solução.

Sua economia é centrada, atualmente, em atividades de agricultura, pecuária, indústria alimentícia, com exportação de carne bovina congelada e o extrativismo vegetal e mineral.

RUA RORAIMA

Extensão: 380 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Santa Catarina, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, à semelhança do que ocorreu em uma rua próxima, a Rua Rondônia, em 2004, percebe-se que esta rua não possui uma lei específica que a denomine.

O caso da rua Rondônia já foi solucionado em 2004, porém as ruas Sergipe, Acre, Pará e Roraima permanecem sem uma adequação da lei à realidade existente, cabendo à Câmara Municipal a solução deste problema.



Roraima é um estado brasileiro da região norte do país. Sendo o estado mais setentrional da federação, nele está localizado o ponto mais ao norte do Brasil, o monte Caburaí, na fronteira com a Guiana. Ao contrário do que é acreditado por muitos, o rio Oiapoque (da expressão *do Oiapoque ao Chuí*) fica cerca de 84 quilômetros

mais ao sul do que o monte Caburaí.

O estado tem seu nome através do Monte Roraima, ponto culminante de seu território e conhecido pelos indígenas como “Mãe dos Ventos”.

Criado em 1943 como um território federal, a partir do desmembramento do estado do Amazonas, chamou-se inicialmente território do Rio Branco. Já com

o nome de Roraima, só veio a ser elevado à condição de estado a partir da Constituição de 1988.

Economicamente, o estado apresenta o menor Produto Interno Bruto do país. O extrativismo, pequena atividade agropecuária e o setor de serviços públicos são os principais responsáveis pela atividade econômica do estado.

RUA ROSA DALLA CHIESA BAÚ

Extensão: 80 metros

Bairro: Centro

Lei: 2202/2005

Rosa Dalla Chiesa Baú, filha de Victorio Dalla Chiesa e de Emma Tauys, nasceu em Arvorezinha – RS, em 20 de abril de 1907.

Casada com Hilário Baú, com quem teve seis filhos, chegou em terras catarinenses com 29 anos de idade, em busca de melhores condições de vida. No ano de 1936, trazendo seus dois primeiros filhos, instalaram-se em Caçador, com o intuito de desenvolver a atividade madeireira com serraria.

Lutou ao lado do marido, dedicando-se aos cuidados dos carros de boi, destinados ao transporte de toras e madeira serrada, que eram transportados até os pátios das madeireiras Douat e Cia Brasileira de Madeiras, para posteriormente serem embarcados nos trens com destino aos grandes centros do país.

Dedicou-se ao sustento das pessoas que trabalhavam na indústria madeireira do marido, à criação de gado e à criação de suínos, além dos trabalhos no engenho de farinha, que servia àquela localidade onde hoje fica a Linha São Francisco.

Criou e educou seis filhos, que mais tarde se dedicaram à indústria madeireira, dando continuidade ao histórico familiar.

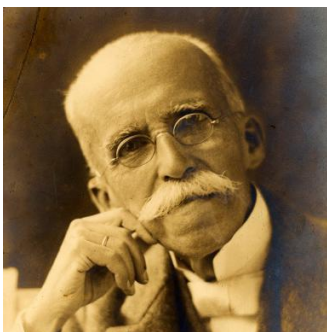
Rosa Dalla Chiesa Baú faleceu em 15 de junho de 1999, aos 92 anos de idade.

RUA RUI BARBOSA

Extensão: 120 metros

Bairro: Centro

Decreto 3/1944



Ruy Barbosa de Oliveira (05/11/1849 – 01/03/1923), versátil brasileiro, obteve destaque como jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo, foi um dos organizadores da República e coautor da constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Morais. Ruy Barbosa atuou na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais. Primeiro Ministro da Fazenda do regime instaurado em novembro de 1889, sua breve e discutida gestão foi marcada pela crise do encilhamento sob a proposição de reformas modernizadoras da economia. Destacou-se, também, como jornalista e advogado.

Foi deputado, senador, ministro. Em duas ocasiões, foi candidato à Presidência da República. Empreendeu a Campanha Civilista contra o candidato militar Hermes da Fonseca. Notável orador e estudioso da língua portuguesa, foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, sendo presidente entre 1908 e 1919.

Como delegado do Brasil na II Conferência da Paz, em Haia (1907), notabilizou-se pela defesa do princípio da igualdade dos estados. Sua atuação nessa conferência lhe rendeu o apelido de "O Águia de Haia". Teve papel decisivo na entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Já no final de sua vida, foi indicado para ser juiz da Corte Internacional de Haia, um cargo de enorme prestígio, que recusou.

Chama a atenção que durante a Guerra do Contestado, Ruy Barbosa defendeu os interesses do Paraná. Nesta época, também era advogado e possivelmente lobista da Southern Brazil Lumber & Colonization Co. Inc., do grupo empresarial de Percival Farquhar.

Apesar da grafia original de seu nome ser "Ruy", segundo a ortografia vigente da língua portuguesa, o prenome do homenageado deve ser grafado "Rui". A própria Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição pública federal vinculada ao Ministério da Cultura, recomenda o uso da grafia Rui.

RUA SABIÁ

Extensão: 100 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O sabiá é uma ave bastante presente em diversas regiões do mundo e, especialmente no Brasil, onde é considerada a ave-símbolo do país. Foi imortalizado na “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias (*“Minha terra tem palmeiras, onde canta o sabiá...”*).

Mede cerca de 25 centímetros de comprimento e tem uma plumagem parda, com exceção do ventre, que tem a coloração alaranjada e bico amarelo escuro.

Em tupi sabiá significa “aquele que reza muito”, em alusão à voz dessa ave. Segundo uma lenda indígena, quando uma criança ouve, durante a madrugada, no início da primavera, o canto do sabiá, será abençoada com muita paz, amor e felicidade.

É ave de canto muito apreciado, que se assemelha ao som de uma flauta. Canta principalmente ao alvorecer e à tarde. O canto serve para demarcar território e, no caso dos machos, para atrair a fêmea. A fêmea também canta, mas numa frequência bem menor que o macho. O canto do sabiá-laranjeira é parcialmente aprendido, havendo linhagens geográficas de tipos de canto, e se a ave conviver desde pequena com outras espécies, pode ser influenciada pelo canto delas e passar a ter um canto “impuro”.

Sua nutrição se compõe basicamente de insetos, larvas, minhocas e frutas maduras, incluindo frutas cultivadas como o mamão, a laranja e o abacate. É comum em bordas de florestas, parques, quintais e áreas urbanas arborizadas. Vive solitário ou aos pares, pulando no chão. Em regiões mais secas é, de certa forma, restrito a áreas próximas à água.

É uma ave que convive bem com ambientes modificados pelo homem, seja no campo ou na cidade, desde que tenha oportunidades de encontrar abrigo, alimento e água. Na natureza, é encontrado em casais e grupos familiares quando em processo de criação. É uma ave de ambientes abertos, preferindo viver em bordas de matas, pomares, capoeiras, entorno de estradas, praças e quintais, sempre por perto de água abundante.

É um pássaro territorial: demarca uma área geográfica quando está em processo de reprodução e não aceita a presença de outras aves da espécie. Começa a cantar antes mesmo de clarear o dia.

RUA SADI ANTONIO COFFERRI

Extensão: 170 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1498/2000

Sadi Antonio Cofferrri, filho de Theodoro Pasqual Cofferrri e da imigrante polonesa Brunislava Gojoz, nasceu em Erechim – RS, no dia 17 de janeiro de 1938.

Residiu em Caçador, na Rua Estados Unidos, nº 208, por muitos anos.

Casou-se com Elza Terezinha Cofferrri, constituindo família por 38 anos. Desta união nasceram 4 filhos, adotando o 5º: Suzana Aparecida, João Rogério, Gilmar, Sulana Teresinha e Silvana de Fátima.

Por vários anos gerenciou a firma Alcides Tombini, onde aposentou-se.

Sadi Antônio Cofferrri faleceu no dia 09 de novembro de 1994, aos 56 anos, deixando muitas saudades, pois sua passagem aqui na Terra só trouxe alegria e felicidade, foi uma pessoa íntegra.

(adaptado de texto de sua família)

RUA SALOMÃO GIOPPO CARNEIRO

Extensão: 500 metros

Bairro: Gioppo

Lei 2018/2003

Salomão Gioppo Carneiro, filho de Fermiano Paes Carneiro e de Júlia Gioppo Carneiro, nasceu em 24 de outubro de 1933, em Caçador, apesar de seu registro de nascimento anotar Porto União como o local de nascimento. Em 1933, a região do Largo Santelmo, onde Salomão nasceu, era pertencente ao município de Porto União.

Salomão estudou no Colégio Estadual Professor Paulo Schieffler, cursando lá o 1º grau. Serviu o Exército, no 5º Batalhão de Engenharia, no ano de 1953. Recebeu a graduação de soldado, sendo considerado reservista de 1ª categoria.

Depois das lidas campeiras junto de seu pai, Salomão teve seu primeiro trabalho como motorista, na Cervejaria Pressanto, no ano de 1957, permanecendo neste cargo até o ano de 1959.

Na década de 1960, iniciou sua vida profissional como motorista de transportes coletivos, pela empresa Reunidas. Permaneceu nesta atividade até o ano de 1994, completando 34 anos de prestação de serviços à comunidade.

Salomão casou-se no dia 31/07/1956 em Curitiba com Alzeni Rita Balardini Carneiro, com quem teve 8 filhos: Zenite, Magnus Geraldo, Rita Júlia, Fernando Antônio, Maria Teresa, Maia Ester, Maria Estela e Ana Paula.

Salomão Gioppo Carneiro faleceu em 30 de agosto de 1994, aos 60 anos de idade, vítima de disparo de arma de fogo.

A rua, que já fora denominada de “Rua Jaci” através da lei 13/1970, foi alterada por esta lei para “Rua Salomão Gioppo Carneiro”, indubitavelmente mais do que merecedor desta singela forma de reconhecimento de seus préstimos à cidade e à comunidade caçadorenses.

A Rua Jaci não homenageava ninguém em particular, pois o nome (a deusa lua na mitologia tupi) foi dado apenas para ter consonância com diversas outras vias da região, todas com nomes indígenas, através de uma lei de 1970, que já acompanhava outros nomes de vias da região, através de lei de 1967. De qualquer forma, uma alteração do contexto em que estas ruas estão inseridas.

RUA SALVADOR

Extensão: 570 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Alto Bonito, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.

A rua está localizada em uma região da cidade onde diversas outras ruas recebem nomes de capitais de estados brasileiros (Fortaleza, Vitória, Belém, Brasília, Teresina, Natal, Aracaju), fazendo parte portanto, de um planejamento do ordenamento urbano da cidade.



Salvador é a capital da Bahia. Foi a primeira capital do Brasil, ainda na época da Colônia. Constitui-se atualmente no terceiro município mais populoso do Brasil, com quase 3 milhões de habitantes.

Fundada como São Salvador da Bahia de Todos os

Santos, em homenagem a Jesus Cristo, a denominação foi simplificada para Salvador pelos usos e costumes de sua população.

O gentílico de seus habitantes, soteropolitano, foi criado a partir da tradução do nome da cidade para o grego – Soterópolis, ou seja, “cidade do Salvador”.

Habitada por índios tapuias desde a antiguidade, a presença européia data pelo menos desde 1510 na região, com o naufrágio de Diogo Álvares, o Caramuru. Em 1535, com o sistema das Capitânicas Hereditárias, inicia-se a colonização da região.

A cidade foi fundada já como capital, submetida à autoridade do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza. Como era pelo porto que a cidade se articulava com o mundo, já nasceu com espírito cosmopolita, nascendo não de um passado, mas de um projeto de futuro. A cidade foi a capital e sede da administração colonial do Brasil até 1763.

Localizada em uma pequena península, a cidade conta com um porto natural, sendo atualmente um dos principais portos de exportação do país. Além de ser o segundo destino turístico mais popular do Brasil, a economia da cidade também está baseada na construção civil e pólo petroquímico, além da administração portuária e o centro administrativo estadual.

RUA SALVADOR ANTUNES ABRÃO

Extensão: 260 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2781/2010

Salvador Antunes Abrão, filho de Antonio Antunes Abrão e de Brandina Maria Corrêa, nasceu em Curitiba – SC, no ano de 1933.

Passou a residir em Caçador em 1958, na localidade de Rio Tigre, onde exerceu a profissão de agricultor durante 25 anos.

Casado com Onéa Maria Cachoeira, teve 6 filhos, Terezinha, Zair, Salete, Dirce, Rosane e Jandir.

Quando saiu do interior para Caçador, em 1973, passou a trabalhar como carpinteiro, profissão que exerceu durante 45 anos.

Salvador Antunes Abrão faleceu em 25 de abril de 2004, aos 70 anos de idade, vítima de enfisema pulmonar.

RUA SANTA BÁRBARA

Extensão: 300 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1605/2001

Em mais uma iniciativa de organização da cidade, especialmente de novos loteamentos, em 2001 seis ruas próximas, no bairro Nossa Senhora Salete, foram denominadas com nomes de santas da Igreja Católica.

A cultura ibérica, de forte tradição religiosa católica, presente no Brasil desde a época do descobrimento, fez com que a toponímia fosse grandemente permeada por nomes de santos, seja em Estados ou Cidades brasileiras, seja, dentro das cidades, em vias, praças e outros. Tal fato se deve à tradição do “Santo do Dia” ou ao fato de que as povoações usualmente iniciavam em torno de uma capela, dedicada a um destas personalidades católicas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada nove cidades brasileiras tem seu nome dado em homenagem a algum santo.

As ruas denominadas através desta lei são: Santa Bárbara, Santa Bernadete, Santa Edwiges, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia e Santa Rosa de Lima.



Santa Bárbara, ou Bárbara de Nicomédia, viveu no século III e é invocada como a santa protetora por ocasião de tempestades, raios e trovões. O dia dedicado a esta santa é o dia 04 de dezembro.

Sempre permeada por episódios sangrentos e martirizantes, conta a tradição católica que Bárbara, nascida na cidade de Nicomédia (atual Turquia) era a filha única de um rico e nobre morador desta cidade chamado

Dióscoro.

Este, com receio de deixar a filha no meio da sociedade corrupta daquele tempo (note-se que a palavra *corrupta* não significa o que entendemos por *corrupção* agora, mas sim a decomposição de algo, ou por analogia, a devassidão, perversão), decidiu fechar a própria filha numa torre. Nos seus anos de solidão ela teria intuído que tudo aquilo que via de sua torre não poderia ser obra dos ídolos que aprendera a cultuar em sua infância.

Por ser muito bela e rica, não lhe faltavam pretendentes, mas Bárbara não aceitava nenhum.

Diante das inúmeras recusas, Dióscoro permitiu que a filha saísse da torre e visitasse a cidade. Durante essa visita ela teve contato com cristãos, que lhe contaram sobre os ensinamentos de Jesus sobre o mistério da união da

Santíssima Trindade. Pouco tempo depois, um padre vindo de Alexandria a batizou.

Em certa ocasião, seu pai decidiu construir uma casa de banho com duas janelas para Bárbara. Todavia, dias mais tarde, ele viu-se obrigado a fazer uma longa viagem. Enquanto Dióscoro viajava, Barbara ordenou a construção de uma terceira janela na torre, visto que a casa de banho ficara na torre. Além disso, ela esculpira uma cruz sobre a fonte.

O seu pai Dióscoro, quando voltou, reparou que a torre onde tinha trancado a filha tinha agora três janelas em vez das duas que ele mandara abrir. Ao perguntar à filha o porquê das três janelas, ela explicou-lhe que isso era o símbolo da sua nova Fé.

Contrariado e debaixo de um impulso e fúria, e obedecendo a suas tradições romanas, Dióscoro denunciou a própria filha ao prefeito, que a mandou torturar numa tentativa de a fazer renunciar sua fé, fato que não aconteceu. Assim, condenou-a à morte por degolação.

Bárbara foi levada pelas ruas de Nicomédia por entre os gritos de raiva da multidão. Bárbara teve os seios cortados, depois foi conduzida para fora da cidade onde o seu próprio pai a executou, degolando-a. Quando a cabeça de Bárbara rolou pelo chão, um imenso trovão estrondou pelos ares fazendo tremer os céus. Um relâmpago flamejou pelos ares e atravessando o céu fez cair por terra o corpo sem vida de Dióscoro.

RUA SANTA BERNADETE

Extensão: 60 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1605/2001

Em mais uma iniciativa de organização da cidade, especialmente de novos loteamentos, em 2001 seis ruas próximas, no bairro Nossa Senhora Salete, foram denominadas com nomes de santas da Igreja Católica.

A cultura ibérica, de forte tradição religiosa católica, presente no Brasil desde a época do descobrimento, fez com que a toponímia fosse grandemente permeada por nomes de santos, seja em Estados ou Cidades brasileiras, seja, dentro das cidades, em vias, praças e outros. Tal fato se deve à tradição do “Santo do Dia” ou ao fato de que as povoações usualmente iniciavam em torno de uma capela, dedicada a um destas personalidades católicas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada nove cidades brasileiras tem seu nome dado em homenagem a algum santo.

As ruas denominadas através desta lei são: Santa Bárbara, Santa Bernadete, Santa Edwiges, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia e Santa Rosa de Lima.



Marie-Bernard Soubirous ou Maria Bernada Sobeirons em occitano e ainda Bernadette Soubirous, nasceu em Lourdes, na França, no dia 07 de Janeiro de 1844.

Foi uma religiosa francesa, canonizada pela Igreja Católica.

Bernadete era pobre em tudo: social, intelectual e até fisicamente falando. A história de sua família começa com as dificuldades de seu pai em sustentá-la. Em um acidente no moinho, o pai de Bernadete, perde a visão de um dos olhos e já não é capaz de produzir farinha de boa qualidade. Episódios trágicos seguem-se, um após o outro, e chegam a desabrigar a família, que se vê obrigada a morar favor na casa de um parente. Ali, vivendo todas as dificuldades de uma vida humilde, Bernadete contrai cólera e, talvez vítima dos desajustados métodos para o tratamento da doença, acaba contraindo uma asma, que não a abandonará até a sua morte.

Bernadete também era analfabeta. Um ano antes das aparições, vivendo na casa de sua ama-seca, esta tentou ensinar-lhe o Catecismo, mas teve muitas dificuldades, pois Bernadete só sabia falar o dialeto occitano. Constantemente maltratada por sua ama, ela voltou para a casa de seus pais.

E foi saindo dali, em fevereiro de 1858, que a Virgem Santíssima lhe apareceu. Estando ela em casa, a lenha acaba. Então, ela, sua irmã mais nova e uma amiga vão buscar um pouco de lenha. Chegando perto do córrego, as duas meninas atravessam-no, mas Bernadete, temendo entrar na água fria, por causa de sua asma, fica. Ao tirar as suas meias, para atravessar o riacho, ela percebe uma rajada de vento e, quando olha para a gruta, do outro lado, vê uma jovem, vestida de branco, com uma faixa azul, um rosário e duas rosas douradas nos pés. Instintivamente ela se ajoelha e tenta fazer o sinal da cruz, mas seu braço está como que morto. A Virgem, então, faz o sinal da cruz. Ela imita-a e põe-se a rezar o Terço.

Um total de dezoito aparições teriam sido contempladas por Bernadete, que só soube tratar-se da Virgem Maria em uma das últimas aparições.

Bernadete, que então vivia uma vida de doação aos mais pobres, entrou, com 22 anos, no convento de Nevers, onde passou o resto de sua vida. Bernadete viveu, com amor, o recolhimento e a humilhação. Vítima de uma tuberculose, faleceu em Nevers em 16 de abril de 1879, aos 35 anos. Trinta anos após a sua morte, exumaram o seu corpo e ele estava incorrupto. O seu crucifixo estava corroído, o terço, oxidado – ou seja, havia umidade –, mas, ela mesma estava intacta. Após a enterrarem e exumarem de novo, o seu corpo continuou

intacto. Finalmente, hoje o seu corpo está exposto na igreja de Saint Gildard, em Nevers.

Uma série de milagres, ainda em vida, são atribuídos a Bernadete, que foi canonizada pela Igreja Católica em 1933. O dia de sua morte, 16 de abril, é o dia dedicado à Santa Bernadete.

AVENIDA SANTA CATARINA

Extensão: 650 metros

Bairro: Centro

Lei 485/1991

Inicialmente denominada como “Rua”, no decreto Lei nº 3 de 1944, obteve a designação de “Avenida” através da lei nº 485/1991.



A avenida leva seu nome em homenagem a nosso estado que, por sua vez, tem a origem do nome um tanto quanto controversa. A teoria mais aceita é que o nome do estado tenha sido dado primeiramente à Ilha de Santa Catarina, onde localiza-se a atual capital do estado. Este nome teria sido dado à ilha pelo paulista Francisco

Dias Velho, que chegou à ilha de Santa Catarina por volta de 1675, em invocação a Santa Catarina de Alexandria, de quem, ao que consta, uma filha dele tinha o nome.

Por extensão, após a Vila de Nossa Senhora do Desterro ter sido desmembrada de Laguna, em 1726, e com a influência que esta vila passou a ter nas redondezas, o nome foi repassado ao estado que sofreu grandes alterações em seu território. No final do século XIX houve a questão de limites com a Argentina e no início do século XX, a Guerra do Contestado. Apenas após estes dois eventos é que o estado ganhou os contornos que mantém até os dias atuais.

RUA SANTA CECÍLIA

Extensão: 460 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 332/1990

Esta rua já havia sido denominada como “Rua Maria Rita de Castilho Falcão”, em 1984. Diante de sua não implementação, a Lei 332/1990 renomeou-a para “Rua Santa Cecília”, numa conformidade às ruas circunjacentes, no Bairro dos Municípios.



Santa Cecília é um município catarinense distante cerca de 75 quilômetros de Caçador.

No “coração” do estado, Santa Cecília encontra-se nos limites entre as regiões do Planalto Norte, Meio-Oeste, Vale do Itajaí e Região Serrana. Inicialmente habitada por índios Kaingang e Xokleng, a região foi rota de passagem de padres Jesuítas, de Bandeirantes e de Tropeiros. O tropeirismo foi a atividade responsável pelo início do povoamento do local onde hoje está o município de Santa Cecília-SC, pois ali era ponto de parada dos mesmos ainda no século XVIII.

Com a política de colonização do sul do Brasil, no período imperial, houve um povoamento mais intenso, com a obtenção de sesmaria pelo Capitão José Ferreira de Souza, em 1840. Com isto, algumas famílias de origem alemã começam a instalar-se na região compreendida entre o Rio das Pedras e o Rio Tamanduá, cujas margens serviam de pouso para os tropeiros que faziam o caminho entre o Rio Grande do Sul e São Paulo.

O atual município de Santa Cecília nasceu na localidade denominada “Corisco”, que significa raio, a qual recebeu este nome em razão dos acidentes geográficos da região que favorecem precipitações meteorológicas e pluviométricas da natureza com grande frequência de descargas elétricas, responsáveis pela morte de um tropeiro e de seu cavalo, logo no início da atividade tropeira em 1732, tornando o local conhecido por esse nome. O nome Corisco consta nos mapas do tropeirismo desde o século XVIII.

Depois que os tropeiros passaram a pernoitar no local, ali se criou um pequeno ponto comercial e de serviços aos tropeiros, que passaram a chamar o lugar, também, de “Pousinho” e em seguida de “Povinho”.

Com a chegada dos europeus, algum tempo depois, o povoado passou a ser chamado de Rio Correntes, e posteriormente de “Santa Cecília do Rio Correntes” (graças à fé dos imigrantes europeus naquela santa, a padroeira do músicos). Já no século XX, o Distrito de Santa Cecília do Rio Correntes foi palco da Guerra do Contestado.

Em 31 de Março de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual Nº 86, o Distrito foi levado a categoria de “Vila”, passando então a chamar-se somente “Santa Cecília”.

A transformação em Município, ocorreu em 21 de Junho de 1958, quando a Lei Estadual Nº 348 foi aprovada, ocorrendo a instalação efetiva do Município em 05 de Agosto de 1958, o qual nasceu e se desenvolveu, basicamente, a partir da atividade madeireira, ainda hoje, seu principal filão econômico.

Santa Cecília é uma cidade pequena, influenciada culturalmente pelos modos interioranos da fazenda, pelo caboclo serrano, oriundo da mistura do índio com os tropeiros e imigrantes europeus. O povo carrega traços da cultura tropeira, com influências paulistas e gaúchas.

A cidade tem uma rica história, localiza-se no belo planalto catarinense, de vastos pinheirais, em plena Serra Geral, sendo um dos municípios de clima mais frio em todo Brasil.

RUA SANTA EDWIGES

Extensão: 150 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1605/2001

Em mais uma iniciativa de organização da cidade, especialmente de novos loteamentos, em 2001 seis ruas próximas, no bairro Nossa Senhora Salete, foram denominadas com nomes de santas da Igreja Católica.

A cultura ibérica, de forte tradição religiosa católica, presente no Brasil desde a época do descobrimento, fez com que a toponímia fosse grandemente permeada por nomes de santos, seja em Estados ou Cidades brasileiras, seja, dentro das cidades, em vias, praças e outros. Tal fato se deve à tradição do “Santo do Dia” ou ao fato de que as povoações usualmente iniciavam em torno de uma capela, dedicada a um destas personalidades católicas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada nove cidades brasileiras tem seu nome dado em homenagem a algum santo.

As ruas denominadas através desta lei são: Santa Bárbara, Santa Bernadete, Santa Edwiges, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia e Santa Rosa de Lima.

Edwiges da Silésia nasceu em 1174 na Alemanha. Filha de Bertoldo IV, duque de Merânia, e de sua esposa, Inês de Rochlitz, foi criada em ambiente de luxo e riqueza, o que não a impediu de ser simples e viver com humildade. O seu bem maior era o amor total a Deus e ao próximo.

Aos 12 anos, casou-se com Henrique I, o Barbudo, príncipe da Silésia (um dos principados da Polônia medieval e atual região administrativa da Polônia), com

quem teve seis filhos, sendo que dois deles morreram precocemente. Culta, inteligente e esposa dedicada, ela cuidou da formação religiosa dos filhos e do marido.

Mulher de oração, vivia em profunda intimidade com o Senhor. Submetia-se ao sacrifício de jejuns diários, somente para atender as necessidades do corpo.

Algum tempo depois Edviges caiu vítima de uma grave enfermidade. Foi preciso que Guilherme, Bispo de Módena, representante do Papa para aquelas regiões, exigisse com uma severa ordem a interrupção de seu jejum. A Santa dizia que isto era mais mortificante do que a sua própria doença.

Dedicou toda sua vida na construção do Reino de Deus. Exerceu fortes influências nas decisões políticas tomadas pelo marido, interferindo na elaboração de leis mais justas para o povo.



Junto com o marido construiu Igrejas, Mosteiros, Hospitais, Conventos e Escolas. Por isto, em algumas representações a Santa aparece com uma Igreja entre as mãos.

Aos 32 anos, fez votos de castidade, o que foi respeitado pelo marido. Quando ficou viúva, foi morar no Mosteiro de Trzebnica, na Polônia, onde sua filha Gertrudes era superiora. Foi lá que Edviges deu largos passos rumo à santidade. Vivia com o mínimo de sua renda, para dispor o restante em socorro dos necessitados. Ela tinha um carinho especial pelas mulheres e crianças abandonadas. Encaminhava as viúvas para os conventos onde estariam abrigadas em casos de guerra e as crianças para escolas, onde aprendiam um ofício. Era misericordiosa e socorria também os endividados. Em certa ocasião, quando visitava um presídio, ela descobriu que muitos ali se encontravam porque não tinham como pagar as suas dívidas. Desde então, Edviges saldava as dívidas de muitos e devolvia-lhes a liberdade. Procurava também para eles um emprego. Com isto eles recomeçavam a vida com dignidade, evitando a destruição das famílias em uma época tão difícil como era aquela do século XIII. E ainda mantinha as famílias unidas.

Assim, Santa Edviges, é considerada a Padroeira dos pobres e endividados e protetora das famílias. Sua morte ocorreu no dia 15 de outubro de 1243. E foi canonizada no dia 26 de março de 1267, pelo Papa Clemente IV. Como no dia 15 de Outubro celebra-se Santa Teresa de Ávila, a comemoração de Santa Edviges passou para o dia 16 de Outubro.

RUA SANTA LUZIA

Extensão: 200 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1605/2001

Em mais uma iniciativa de organização da cidade, especialmente de novos loteamentos, em 2001 seis ruas próximas, no bairro Nossa Senhora Salete, foram denominadas com nomes de santas da Igreja Católica.

A cultura ibérica, de forte tradição religiosa católica, presente no Brasil desde a época do descobrimento, fez com que a toponímia fosse grandemente permeada por nomes de santos, seja em Estados ou Cidades brasileiras, seja, dentro das cidades, em vias, praças e outros. Tal fato se deve à tradição do “Santo do Dia” ou ao fato de que as povoações usualmente iniciavam em torno de uma capela, dedicada a um destas personalidades católicas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada nove cidades brasileiras tem seu nome dado em homenagem a algum santo.

As ruas denominadas através desta lei são: Santa Bárbara, Santa Bernadete, Santa Edwiges, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia e Santa Rosa de Lima.

Lúcia de Siracusa, que viveu entre os anos de 283 a 304, mais conhecida simplesmente por Santa Luzia (santa de luz), segundo a tradição da Igreja Católica, foi uma jovem siciliana, nascida numa família rica de Siracusa, venerada pelos católicos como virgem e mártir cristã, que morreu durante as perseguições do Imperador Diocleciano aos católicos.



Luzia nasceu na cidade italiana de Siracusa e era de uma família rica e cristã. Era considerada como uma das jovens mais belas de sua cidade. Seu pai morrera quando ela tinha 5 anos e sua mãe, Eutíquia, sofria de graves hemorragias internas. Luzia tinha uma grande convicção cristã, que a fez consagrar-se, secretamente, ao Senhor Jesus, e oferecer sua virgindade perpetuamente. Um dia ela e sua mãe foram peregrinar à cidade de Catânia onde se encontrava o corpo da Grande Santa Águeda, que morrera por não se converter aos ídolos.

Luiza teria rezado para Santa Águeda interceder por sua mãe e, em sonho, teria ouvido dela: "Luzia minha irmã, porque pedes a mim uma coisa que tu mesma podes conceder?" Luzia rapidamente saiu do êxtase e despertou do sonho. Foi procurar sua mãe, a qual disse-lhe que tinha sido curada. Luzia aproveitou esse momento para revelar à mãe que tinha feito um voto de virgindade a Jesus, e que iria distribuir todos os seus bens aos pobres. Sua

mãe disse: "Luzia minha filha, tudo o que é meu e de seu falecido pai é teu, por isso faça o que queres." Ao chegar em casa elas começaram a distribuir todos os seus bens aos pobres. Um jovem muito rico e pagão, politeísta de nascença, que já era apaixonado por Luzia, foi perguntar à mãe da mesma o motivo de tanto esbanjamento de dinheiro, e em resposta Eutíquia disse: "Luzia é muito providente, ela achou bens muito mais valiosos do que esses e por isso é que estamos fazendo isso." O jovem logo teve a certeza que Luzia era cristã.

Ele denunciou-a ao prefeito de Siracusa, Pascasio que furioso com a grande fé cristã de Luzia, mandou-a ao Imperador Diocleciano, que tentou persuadi-la a se converter aos ídolos. Luzia se mostrou cheia do Espírito Santo em frente ao imperador Diocleciano.

Diocleciano vendo que nada a convertia, mandou jogá-la em uma casa de prostituição, cheia de homens sedentos de um corpo virginal como o de Luzia, mas foi em vão: ninguém conseguia tirar Luzia dali. Nem mesmo uma junta de bois conseguiu. Os soldados saíram envergonhados por não conseguir tirá-la dali. Seus pés eram como se estivessem fincados no chão, como raízes de plantas. Como isso não dera certo, tentaram depois colocar fogo em seu corpo, mas Luzia fez a seguinte oração: "Ó Senhor Deus, Jesus Cristo meu Rei, não deixai que essas chamas me façam mal algum." As chamas nada fizeram contra ela, nem mesmo vermelhidão no seu corpo deixaram, e por isso retiraram ela de dentro do fogo. Como tudo isso não havia dado certo, foi-lhe aplicado o castigo mais cruel depois da degolação. Um soldado, a mando do imperador, arrancou-lhe os olhos de sua face, e entregou os olhos em um prato a Luzia, mas milagrosamente ao entregar o prato com os olhos de Luzia, no rosto da mesma, nasceram-lhe dois lindos olhos, são, perfeitos e mais lindos do que os outros. Vendo que nada a convencia de converter-se ao paganismo, deceparam sua cabeça no momento que Luzia dizia: "Adoro a um só Deus verdadeiro, e a ele prometi amor e fidelidade" No mesmo instante sua cabeça rolou pelo chão. Era 13 de Dezembro do ano de 304 D.C.

É assim a padroeira dos oftalmologistas e daqueles que têm problemas de visão.

RUA SANTA RITA DE CÁSSIA

Extensão: 340 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1605/2001

Em mais uma iniciativa de organização da cidade, especialmente de novos loteamentos, em 2001 seis ruas próximas, no bairro Nossa Senhora Salete, foram denominadas com nomes de santas da Igreja Católica.

A cultura ibérica, de forte tradição religiosa católica, presente no Brasil desde a época do descobrimento, fez com que a toponímia fosse grandemente permeada por nomes de santos, seja em Estados ou Cidades brasileiras, seja, dentro das cidades, em vias, praças e outros. Tal fato se deve à tradição do “Santo do Dia” ou ao fato de que as povoações usualmente iniciavam em torno de uma capela, dedicada a um destas personalidades católicas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada nove cidades brasileiras tem seu nome dado em homenagem a algum santo.

As ruas denominadas através desta lei são: Santa Bárbara, Santa Bernadete, Santa Edwiges, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia e Santa Rosa de Lima.



Margherita Lotti (de onde se origina “Rita”) viveu na Itália de 1381 a 1457. Um tanto contrariada, acabou fazendo o gosto dos pais: casou-se com um jovem temperamental e violento e tiveram filhos. Durante os 18 anos em que esteve casada, tudo fez para que a paz e a harmonia fossem mantidas. E à custa de muita oração conseguiu abrandar o temperamento do marido.

Um dia, entretanto, Paulo Ferdinando, seu marido, foi assassinado e jogado à beira de uma estrada. Os dois filhos juraram vingar o pai. Impotente ante o ódio dos filhos, pediu a Deus que os levasse antes que se manchassem de sangue. Suas preces foram ouvidas.

Abalada pela morte do marido e dos filhos, quis recolher-se ao convento das Agostinianas de Cássia, mas não foi aceita. Rezou fervorosamente aos santos de sua devoção: São João Batista, Santo Agostinho e São Nicolau de Tolentino. Conseguindo ingressar no convento, num episódio relatado como milagroso, pois teria sido levada até o claustro pelos próprios santos de sua devoção, viveu ali por 14 anos até sua morte, trazendo na testa um estigma, que teria sido causado por um dos espinhos da coroa de Cristo, associando-se assim à paixão de Cristo.

Morreu no mosteiro de Cássia em 1457 e foi canonizada em 1900. É denominada como a “santa das causas impossíveis”.

RUA SANTA ROSA DE LIMA

Extensão: 200 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 1605/2001

Em mais uma iniciativa de organização da cidade, especialmente de novos loteamentos, em 2001 seis ruas próximas, no bairro Nossa Senhora Salete, foram denominadas com nomes de santas da Igreja Católica.

A cultura ibérica, de forte tradição religiosa católica, presente no Brasil desde a época do descobrimento, fez com que a toponímia fosse grandemente permeada por nomes de santos, seja em Estados ou Cidades brasileiras, seja, dentro das cidades, em vias, praças e outros. Tal fato se deve à tradição do “Santo do Dia” ou ao fato de que as povoações usualmente iniciavam em torno de uma capela, dedicada a um destas personalidades católicas.

Segundo dados do IBGE, uma em cada nove cidades brasileiras tem seu nome dado em homenagem a algum santo.

As ruas denominadas através desta lei são: Santa Bárbara, Santa Bernadete, Santa Edwiges, Santa Luzia, Santa Rita de Cássia e Santa Rosa de Lima.



Isabel Flores y Oliva, nome de batismo, nasceu no Peru, em Lima, no ano de 1586.

Descendente de conquistadores espanhóis, a extraordinária beleza da criança motivou a mudança do nome de Isabel para Rosa, ao que ela acrescentou o de Santa Maria. Seus pais eram Gaspar de Flores, espanhol arcabuz do Vice-Rei e Maria Oliva, limenha.

Era a terceira dos onze filhos do casal.

Seus pais antes ricos tornaram-se pobres devido ao insucesso numa empresa de mineração e ela cresceu na pobreza, trabalhando na terra e na costura até altas horas da noite para ajudar no sustento da família. Cultivava as rosas de seu próprio jardim e as vendia no mercado e por isso é tida como patrona das floristas. Conta-se que tocava graciosamente a viola e a harpa e tinha voz doce e melodiosa. Além de muito bela, Rosa era tida como a moça mais virtuosa e prendada de Lima.

Foi pretendida pelos jovens mais ricos e distintos de Lima e arredores, mas a todos rejeitou, por amar a Cristo como esposo. Em idade de casar, fez o voto de castidade e tomou o hábito da Ordem Terceira Dominicana, após lutar contra o desejo contrário dos pais. Construiu uma cela estreita e pobre no fundo do quintal da casa dos pais e começou a ter vida religiosa, penitenciando seu corpo com jejuns e cilícios dolorosos e conta-se que utilizava muitas vezes um aro de prata guarnecido com fincos, semelhante a uma coroa de espinhos. Foi extremamente bondosa e caridosa para com todos, especialmente para com os índios e negros, aos quais prestava os serviços mais humildes em caso de doença.

Segundo os relatos de seus biógrafos e dos amigos que a acompanharam, dentre eles seu confessor Frei Juan de Lorenzana, por sua piedade e devoção Santa Rosa recebeu de Deus o dom dos milagres. Era constantemente visitada pela Virgem Maria e pelo Menino Jesus, que quis repousar certa vez entre seus braços e a coroou com uma grinalda de rosas, que se tornou seu símbolo. Ainda em vida lhe foram atribuídos muitos favores; milagres de curas, conversões, propiciação das chuvas e até mesmo o impedimento da invasão de Lima pelos piratas holandeses em 1615.

Apesar de agraciada com experiências místicas fora do comum, nunca lhe faltou a cruz, a fim de que compartilhasse dos sofrimentos do Divino Mestre: sofrimentos provindos de duras incompreensões e perseguições e, nos últimos anos de vida, de sofrimentos físicos, agudas dores devidas à prolongada doença que a levou à morte em 24 de agosto de 1617, aos 31 anos de idade. Suas últimas palavras foram "Jesus está comigo!" Seu sepultamento foi apoteótico e pranteado por todo o Vice Reino do Peru e seu túmulo tornou-se palco de milagres, bem como também os lugares onde viveu e trabalhou pela causa da Igreja. Foi a primeira santa canonizada da América, em 1671. Foi proclamada padroeira da América Latina. Conta-se que o Papa Clemente relutava em elevá-la aos altares, mas foi convencido após presenciar uma milagrosa chuva de pétalas de rosa que caiu sobre ele, vinda do céu e que atribuiu a Santa Rosa de Lima.

LARGO SANTELMO

Bairro: Centro

Decreto 3/1944

O primeiro documento que cita a existência desta denominação é uma resolução de 1939, que usa a então chamada "Praça Santelmo" como referência à localização de outras ruas.

Como foi a partir do decreto 3/1944, que utilizou-se da denominação 'Largo Santelmo', consideramos este o documento legal que oficializou a denominação.

O Largo Santelmo, confluência e alargamento das ruas Dr. Altamiro Guimarães, São Francisco de Assis e Vitor Meireles, remonta sua origem à própria criação do Distrito de Vila Santelmo, então pertencente ao Município de Porto União. A própria grafia de seu nome, com clara ascendência castelhana e não portuguesa, remete à questão da contestação destas terras entre Brasil e Argentina. A homenagem a *Santelmo* ou São Telmo, pode ser atribuída a Erasto de Formia, morto em 303 e um dos catorze santos auxiliares invocados na Europa Central como intercessores, como o nosso anjo-da-guarda, ou a

Pedro Gonzáles Telmo, canonizado em 1714. Este último é o mais provável de ser a origem do nome em questão.

Como curiosidade, depois da unificação dos distritos, em 1934, apesar de existir o Largo, não existe nem nunca existiu um Bairro em Caçador com o nome de Santelmo, apesar de a tradição popular conhecer perfeitamente onde este suposto “Bairro” se localiza. O que é conhecido como “Bairro Santelmo” na verdade trata-se de partes dos bairros Paraíso, Bom Jesus e Sorgatto.

RUA SANTIAGO RODRIGUES

Extensão: 200 metros

Bairro: Bello, São Cristóvão

Lei 28/1977

Santiago Rodrigues nasceu em 1891 na Espanha, chegando ao Brasil por volta de 1910. Radicou-se em Caçador no ano de 1915.

Aqui viveu por 50 anos, dedicando-se e integrando a grande família caçadoreense.

Político, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro, admirador incontestado do ex-presidente Getúlio Vargas.

Comerciante, agricultor, colaborou muito na formação do nosso patrimônio. Homem correto, íntegro, lutador pelas justas causas, amigo dos humildes, trabalhador, deixou como herança a honestidade, perseverança, idealismo para seus filhos.

Santiago Rodrigues faleceu em 1965, com uma prole numerosa.

(adaptado de texto do Vereador Flávio Cruz)

RUA SANTINA DAGANI MENIN

Extensão: 240 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: 2466/2007

Santina Dagani Menin (consta em sua documentação o sobrenome “Pagani” ao invés de “Dagani”, no entanto, os relatos de familiares são unânimes em atribuir o sobrenome Dagani, o que foi seguido pela lei que denominou esta

rua), filha de Francisco Dagani e de Ernesta Bacchi, nasceu em Caxias do Sul – RS, em 02 de agosto de 1908.

Mais tarde mudou-se para Sananduva, juntamente com seus pais. Lá conheceu Luiz Menin em 1923 e, com 16 anos de idade, firmaram matrimônio.

No ano de 1933, já com 4 filhos, Doralina, Domingos, Verônica e Albina, vieram para o então vilarejo de, Rio Caçador, fixando domicílio na Comunidade da Linha Cará, onde permaneceram por trinta anos, ajudando no desenvolvimento de nosso município. Trabalhando na agricultura, e mais tarde na construção do primeiro hospital da cidade, também ajudaram na construção da catedral São Francisco de Assis.

Santina ou dona Santa como era conhecida, enfrentou com força e bravura as mais variadas adversidades desde a dura vida no trabalho no campo e no serviço doméstico até a perda de entes queridos como marido e filhos. Além da dura dor de perder uma filha, tomou para si uma neta cuidou-a para si como filha, até esta se casar. Esta forte mulher ajudou a criar três bisnetos, estes também como se fossem, seus próprios filhos.

Sabemos bem do carinho e cuidados maternos que ela tinha com aqueles que eram seus. Tiramos pelo menos uma lição de toda a sua vida, a lição de bravura, de não se entregar, e lutar com todas as forças.

As boas lembranças ficaram sempre guardadas em nossas memórias, na esperança de nos encontrarmos novamente em um excelente lugar com um excelente anfitrião, Jesus Cristo.

Santina Dagani Menin deixou um grande espaço vazio. Faleceu em 27 de janeiro de 2005, aos 93 anos de idade.

(adaptado de texto de sua família)

RUA SANTO ROSSETTI

Extensão: 250 metros

Bairro: D.E.R.

Lei 1701/2001

Santo Domingos Francisco Rossetti, filho de Abrão Rossetti e de Celestina Rossetti, nasceu em 01º de novembro de 1920, em Gramado, no Rio Grande do Sul.

Em sua idade escolar, não gostava de ir para a escola, saía de casa de manhã junto com suas irmãs e comprava um pacote de balas para elas não contarem aos pais que ele não ia à escola.

Ao invés disso, ia para a estação de trens, esperar os turistas para carregar suas malas e ganhar um dinheirinho, haja visto a cidade de Gramado já ser um destino turístico naquele tempo. À tarde, ajudava seu pai na roça.

Com dezessete anos, mudou-se para Caçador, juntamente com a família. A propaganda do estado de Santa Catarina era muito boa, especialmente de Caçador, região de muitos pinheiros.

Aqui chegando, começou a trabalhar na montagem de uma serraria, onde permaneceu até o fechamento da mesma, quando ele e mais três amigos tinham resolvido ir para a Argentina em busca de melhores oportunidades.

Neste momento, foi convidado pelo Comendador Primo Tedesco para ajuda-lo a montar uma fábrica de pasta mecânica. Contava que, no tempo da construção, para chegar até o local não havia nem mesmo pontes, precisavam atravessar o Rio do Peixe caminhando pela água. Para quebrar as lajes utilizavam a técnica de fazer fogo sobre elas e depois jogar água para que rachassem, pois não tinham dinheiro para fazer detonações com dinamite.

Começou como ajudante e chegou a Diretor e acionista da empresa, à qual dedicou 61 anos de trabalho árduo e sério.

Homem justo, honesto e de pulso firme, sempre foi respeitado e admirado pelos seus subordinados. Construiu uma vida exemplar, onde o norte sempre foi a honestidade.

Casado com Dileta Letícia Carniel Rossetti, teve 6 filhos: Marli, Moira, Marlei, Jussara, Andréa e Valmir.

Sempre participou da comunidade, trabalhando em eventos beneficentes, colaborando na construção das mais significativas obras do município, entre elas o Hospital Maicé. Foi presidente do Lions Clube e da Sociedade Caçadoreense de Bochas.

Santo Rossetti faleceu em 10 de novembro de 2000, aos 80 anos de idade.

(adaptado de texto de seu genro, o Vereador Francisco Ogibowski)

RUA SANTOS MÁRIO SCAPINELLI

Extensão: 400 metros

Bairro: Figueroa

Lei 689/1993

Santos Mário Scapinelli, natural de Vacaria – RS, era filho dos imigrantes italianos Ricardo Scapinelli e Maria Dotonin. Nasceu no ano de 1910.

Foi casado com dona Vergínia Tiepo Scapinelli, com quem teve 14 filhos, sendo nove homens (Luis, Valdomiro, Narciso, Vergínio, Ildefonso, Osmar, Oscar, Vilmar e Angelo) e cinco mulheres (Maria, Cecília, Estela, Lucimar e Marlene).

Veio para Caçador no ano de 1956. Aqui adquiriu algumas terras na colônia Rio Bugre onde, com seus filhos, dedicou-se sempre à agricultura.

Como pequeno agricultor, cultivava de tudo um pouco. Uma de suas principais atividades era o cultivo da uva e a fabricação do vinho.

Mais tarde, transferiu-se para as imediações da Linha Cará, próximo à empresa Sincol, onde adquiriu uma pequena propriedade e depois a transformou em Loteamento – o Loteamento Scapinelli.

Santos Mário Scapinelli faleceu no dia 03 de outubro de 1984, aos 74 anos de idade.

RUA SÃO BENTO DO SUL

Extensão: 150 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 14/1972



São Bento do Sul é um município catarinense situado no planalto norte do estado e que fica a uma distância de 260 quilômetros de Caçador.

A história de São Bento do Sul está ligada à da Colônia Dona Francisca (atual Joinville), que foi um empreendimento privado de colonização promovido pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, na Alemanha.

A companhia colonizadora, mesmo não mais possuindo terras na região da então Colônia Dona Francisca, continuava a embarcar colonos para a região.

O número de alojados no rancho da Companhia aqui no Brasil aumentava sem que houvesse terras para eles. Em 1873, um pequeno grupo de homens subiu a Serra Geral a pé em direção ao planalto, com mantimentos e ferramentas no lombo de mulas. Após dois dias de caminhada, chegaram às margens do Riacho São Bento. Ali construíram o primeiro rancho e de lá partiram para abrir os primeiros caminhos na mata, sempre ao longo do riacho São Bento.

A característica geográfica da área é de um terreno extremamente acidentado, o que dificulta sobremaneira a prática da agricultura extensiva a grandes áreas, o que acabou por direcionar a economia do município ao modelo de atividade industrial, mas por outro lado com grande potencial para as práticas de lazer ecológico.

A economia de São Bento do Sul é essencialmente conduzida por empresas de grande porte, com grande diversificação e evolução das indústrias da cidade. A vocação moveleira ainda é responsável por grande parte da produção destinada em especial ao mercado estrangeiro.

RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Extensão: 470 metros

Bairro: Centro, Bom Jesus, Paraíso

Decreto 3/1944



A nomenclatura da rua presta homenagem ao Santo católico padroeiro dos animais e do meio ambiente, que também é o padroeiro da cidade de Caçador. A fundação da Paróquia de São Francisco de Assis em Caçador remonta a 01/01/1934. Antes, portanto, da própria emancipação da cidade.

Giovanni di Pietro di Bernardone, mais conhecido como São Francisco de Assis (05/07/1182 – 03/10/1226) foi um frade católico da Itália. Com o hábito da pregação itinerante, quando os religiosos de seu tempo costumavam fixar-se em mosteiros, e com sua crença de que o Evangelho devia ser seguido à risca, imitando-se a vida de Cristo, desenvolveu uma profunda identificação com os problemas de seus semelhantes e com a humanidade do próprio Cristo. Sua atitude foi original também quando afirmou a bondade e a maravilha da Criação num tempo em que o mundo era visto como essencialmente mau, quando se dedicou aos mais pobres dos pobres, e quando amou todas as criaturas chamando-as de irmãos. Alguns estudiosos

afirmam que sua visão positiva da natureza e do homem, que impregnou a imaginação de toda a sociedade de sua época, foi uma das forças primeiras que levaram à formação da filosofia do Renascimento.

Há registros que, antes mesmo da fundação da cidade, esta rua teria sido chamada de Rua Cruzeiro, sem uma documentação formal desta denominação.

RUA SÃO PAULO

Extensão: 320 metros

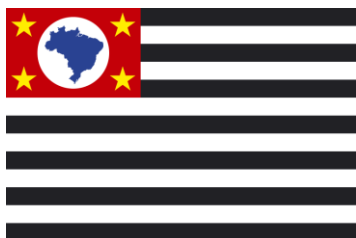
Bairro: Santa Catarina, D.E.R.

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de estados brasileiros são Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A rua Paraná foi planejada, mas não executada, não existindo no atual quadro de ruas de Caçador.

Deve-se observar que, à época da edição desta lei municipal, existia na configuração política brasileira o estado da Guanabara, que consistia no atual município do Rio de Janeiro. Foi criado no lugar do chamado “município neutro”, depois denominado “Distrito Federal”, que abrigava a sede do poder central do Brasil. A partir da transferência da capital para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara, que perdurou até 1975.



O estado de São Paulo é o mais desenvolvido e populoso do país. A área que hoje corresponde ao território paulista já era habitada por povos indígenas desde aproximadamente 12000 a.C. No início do século XVI, o litoral da região começou a ser visitado por navegadores portugueses e espanhóis. No entanto, apenas em 1532 o português Martim Afonso de Sousa iria fundar a primeira povoação de origem europeia — a vila de São Vicente, na atual

Baixada Santista. No século XVII, os bandeirantes paulistas intensificaram a exploração do interior da colônia, o que acabou por expandir os domínios territoriais dos portugueses na América do Sul. No século XVIII, após a instituição da Capitania de São Paulo, a região começa a ganhar peso político. Após a independência, durante o Império, São Paulo começa a se tornar um grande produtor agrícola (principalmente de café), o que acaba por criar uma rica oligarquia rural regional, que iria se alternar no comando do governo brasileiro com as elites mineiras durante o início do período republicano.

Foi o estado de São Paulo praticamente o único a opor-se ao Golpe de Estado de 1930, o que culminou na Revolução Constitucionalista de 1932. Seu objetivo era o de impor ao governo ditatorial a obrigatoriedade de restabelecer um texto constitucional ao país. Com grande mobilização da indústria paulista, que preparava-se para um confronto bélico de grandes proporções, o conflito durou apenas três meses e terminou com a derrota dos paulistas e a perda de centenas de vidas. Alguns meses após a capitulação, o governo federal, a fim de pacificar o país, decidiu convocar eleições para a Assembleia Constituinte, respondendo ao objetivo principal dos revolucionários paulistas: a restauração da ordem constitucional. Enquanto isso, São Paulo foi ocupado militarmente de outubro de 1932 a agosto de 1933.

Durante a Era Vargas e após ela, o estado vive um intenso movimento de industrialização, o que dá origem ao fenômeno da metropolização de sua capital, atraindo imensas levas de imigrantes, especialmente da região Nordeste.

A economia do estado é bastante diversificada, destacando-se as do setor terciário (comércio de bens e produção de serviços), fazendo de São Paulo o estado com o maior Produto Interno Bruto do país, o que lhe vale o apelido de “locomotiva do Brasil”.

RUA SAVOIA ASSEF

Extensão: 120 metros

Bairro: Figueiroa

Lei 1937/2003

Savoia Assef, filho de Assef Savoia e Zarif Assef Savoia, nasceu em Faxina (hoje Itapeva) – SP, em 06 de janeiro de 1909.

Casado com Barbina de Oliveira (2ª esposa), teve 6 filhos: Jamil, José, Alberto, Ivan, Sarita e Antonio Savoia Assef.

Empresário e um dos pioneiros da cidade de Caçador, atuou no comércio durante 43 anos, em diversos segmentos.

Foi proprietário de loja de tecidos no período de 1930 a 1943. Proprietário de um curtume atrás do Ginásio Aurora e de uma fábrica de calçados na Avenida Barão do Rio Branco de 1944 a 1964. Proprietário também de um armazém de secos e molhados na Avenida entre 1964 a 1971. Por fim, proprietário de uma lanchonete na Avenida Barão do Rio Branco de 1971 a 1973.

Por motivos de saúde, deixou a cidade de Caçador, residindo até o final de sua vida na cidade de Balneário Camboriú – SC.

Foi sócio fundador do Clube 7 de Setembro, Sociedade Caçadoreense de Bochas, além de sócio do Clube Rancho Fundo.

Savoia Assef faleceu em 24 de agosto de 1998, aos 89 anos de idade.

RUA SEBASTIANA DE PAULA CARNEIRO DRIESSEN

Extensão: 430 metros

Bairro: Berger

Lei 210/1988

Sebastiana de Paula Carneiro Driessen nasceu no dia 08 de junho de 1908, no município de Porto União. Filha de Antônio de Paula Carneiro e Antônia Carneiro, estudou parte do antigo curso primário no Colégio Santos Anjos em Porto União, e parte na escola fundada por Dante e Albina Mosconi, mais tarde conhecida como Colégio Aurora, onde também foi professora.

Casou-se com Francisco Driessen em 19 de novembro de 1929, tendo o casal, quatro filhos, a saber:

Maria de Lourdes Drissen, casada com Alorino Dirceu Drissen;
Rosita Drissen da Rocha, casada com Francisco Oswaldo da Rocha;
Marta Maria Driessen Rodrigues, casada com Hélio Rodrigues;
Francisco Driessen Filho casado com Maria Letícia Braggio Driessen.

Faleceu a 03 de novembro de 1984, em Caçador.

RUA SEBASTIÃO ANTÔNIO DE SOUZA

Extensão: 450 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 539/1992

Sebastião Antônio de Souza, nascido no município de Lages – SC, aos 08 de setembro de 1936, filho de Avalino Antônio de Souza e de Virgília Ribeiro Lopes.

Chegou em Caçador no ano de 1960. Trabalhou como tratorista na Firma Narciso Borghetti de 1960 a 1970. A partir de 1970, trabalhou na Madeireira Boa Vista como chefe do Setor de Mato, até sua aposentadoria.

Casado com Dona Josefa Lischinéski de Souza, com quem teve 8 filhos.

Faleceu aos 21 de julho de 1991, em decorrência de complicações de quadro de diabetes.

RUA SEBASTIÃO CARNEIRO

Extensão: 200 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 14/1972

Sebastião Pedro Carneiro, filho de Pedro(Vieira) Carneiro e Amália Carneiro, era natural dos campos de São João de Cima, pertencente ao município de Porto União da Vitória que, após a partilha da Região Contestada, em 1917, ficou pertencendo a Porto União-SC e, mais tarde, ao município de Calmon. Nasceu em 21 de junho de 1913.

Sebastião exercia as atividades de pecuarista e agricultor.

Casou-se com Miquelina Driessen e tiveram cinco filhos: Amélia, Celso, Elza, Maria Carmen e Vera Lúcia.

Viveu quase que toda a sua vida em Caçador, onde doou sua força de trabalho em benefício do município, educou seus filhos nos princípios cristãos, vivendo com honestidade e honradez.

Sebastião Pedro Carneiro faleceu em 06 de junho de 1968.

RUA SEBASTIÃO DE OLIVEIRA CARNEIRO

Extensão: 100 metros

Bairro: Martello

Lei 611/1992

Sebastião de Oliveira Carneiro, filho de Augusto de Paula Carneiro e de Maria Conceição de Oliveira Carneiro, nasceu em São Sebastião do Sul, distrito de Lebon Régis – SC, no ano de 1947.

Acompanhou seus pais nas atividades ligadas à agricultura.

Aos 16 anos de idade, acometido de bronco-pneumonia, veio a falecer, no dia 26 de maio de 1964.

RUA SEBASTIÃO DOS SANTOS

Extensão: 250 metros

Bairro: Kurtz

Lei: 2716/2010



Sebastião dos Santos, filho de Joaquim Candido dos Santos e de Emília Ferreira da Silva, nasceu em 28 de setembro de 1936 na localidade de Dall pai, Distrito de Palmares, interior do município de Campos Novos – SC.

Frequentou a escola por apenas 2 anos, começou a trabalhar muito cedo como agricultor e também aprendeu o ofício de carpinteiro. Em 1960 casou com Ilaide Alves dos Santos, com quem teve 6 filhos: Iraci, Valter, Adenir, Loreni,

Eraldo e Donizete.

Por volta do ano de 1968, após o falecimento de sua mãe, Emilia, vendeu sua pequena propriedade e mudaram-se para a cidade de Lages, e lá trabalhou na Serraria Pisani por aproximadamente um ano, porém a família não se adaptou, então, a convite de um sobrinho, resolveu mudar-se para Caçador.

No ano de 1969 começou a trabalhar na Prefeitura Municipal de Caçador como jardineiro, cuidando das praças e jardins do município. Participou da execução do jardim do Prédio da Prefeitura.

Já no começo da década de setenta, após o falecimento do Sr. Benedito Ponciano, que era zelador do Estádio Municipal, foi designado para assumir a zeladoria do Estádio Municipal Dr. Carlos Alberto Costa Neves, e lá trabalhou por 25 anos.

Após a enchente de 1983, como carpinteiro de mão cheia, resolveu construir barcos de madeira, e fabricou vários. Apesar do pouco tempo que frequentou a escola sabia ler e escrever, e fazer cálculos muito bem. Com uma capacidade

criativa muito grande, inventou uma máquina de demarcação do campo, totalmente feita em madeira.

Homem sempre muito sério e honesto, daqueles do tempo do fio do bigode, onde a palavra do homem tinha valor, sempre educado com todos, cumpriu sempre muito bem com suas obrigações, sempre disposto a ajudar a todos, durante sua trajetória cultivou diversos amigos, como esportistas, dirigentes e frequentadores, até hoje muitas pessoas lembram dele com muito carinho como o “Seu Bastião do estádio”.

Por volta de 1995 após descobrir uma grave doença cardíaca, aposentou-se por invalidez e lutou pela vida até seu falecimento em 20 janeiro de 1999.

(adaptado de texto de seu filho Donizete Alves dos Santos)

RUA SEBASTIÃO G. CORDEIRO

Extensão: 450 metros

Bairro: Bello, Rancho Fundo, São Cristóvão

Lei 28/1977

Sebastião Gonçalves Cordeiro, filho de Francisco Luiz Cordeiro e de Maria Corrêa Gonçalves, nascido em 1883 na cidade de Caçador.

Casado com Leonora Gonçalves Cordeiro, teve 11 filhos, Jorge, Vidalvina, Vivaldina, Horácio, Valdemar, Jandir, Gentil, Nelci, Teresinha, José e Ataídes.

Labutou desde o início, no desbravamento das matas naquela época existentes, na formação da cidade. Companheiro de luta do fundador, Francisco Corrêa de Mello, dedicou sua vida inteira em prol de nossa terra, como agricultor, tudo fazendo para aumentar nossas divisas.

Pai de família exemplar, ajudou na formação do caráter de nosso povo. Pessoa equilibrada, serena nas decisões, deixou seus filhos também lutadores, de uma conduta irrepreensível, para o orgulho de nossa gente.

Sebastião Gonçalves Cordeiro faleceu em 01º de janeiro de 1977, aos 93 anos de idade.

Devemos, acima de tudo, manter nossas tradições e reconhecer os benefícios trazidos pelos nossos antepassados, fortalecendo assim, o sentimento de brasilidade.

(adaptado de texto do Vereador Darci Frigeri)

Há uma lei (83/1986) que denomina outra rua, no bairro São Cristóvão, como “Rua Sebastião Gonçalves Cordeiro”. A presente rua sempre foi conhecida com a forma abreviada “Sebastião G. Cordeiro”. Essa grafia passou a ser obrigatória e não apenas opcional com a edição da lei 83/1986, pois a outra rua é denominada na forma sem abreviaturas, “Rua Sebastião Gonçalves Cordeiro”.

Tratam-se de duas homenagens distintas a duas pessoas diferentes. Devido ao fato de serem homônimos, esta rua, a primeira, localizada no bairro Bello, manteve a grafia abreviada. A segunda rua, no bairro São Cristóvão, utiliza a grafia sem abreviaturas.

RUA SEBASTIÃO G. DO NASCIMENTO

Extensão: 270 metros

Bairro: Berger

Lei 14/1972

Sem informações

RUA SEBASTIÃO GONÇALVES CORDEIRO

Extensão: 40 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

Sebastião Gonçalves Cordeiro, filho de José Luiz Cordeiro e de Ana Gonçalves Cordeiro, nasceu em Campos Novos no ano de 1895.

Exerceu, durante toda a sua vida, atividades ligadas à agricultura. Era neto, por parte de mãe, de Francisco Corrêa de Mello.

Sebastião Gonçalves Cordeiro faleceu em 02 de outubro de 1945, aos 50 anos de idade, em decorrência de traumatismo craniano.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, como “Rua Sebastião Gonçalves”. Na revisão efetuada através da lei 83/1986, a rua foi renomeada como Sebastião Gonçalves Cordeiro.

A Lei 28/1977 já denomina uma outra rua, no bairro Bello, como “Rua Sebastião G. Cordeiro”, sendo que o “G.” daquela rua também significa “Gonçalves. No entanto, tratam-se de duas homenagens distintas a duas pessoas diferentes.

Devido ao fato de serem homônimos, a primeira rua, do bairro Bello, que já era conhecida como “Rua Sebastião G. Cordeiro”, permaneceu com esta denominação abreviada. A “Rua Sebastião Gonçalves Cordeiro” é a denominada por esta lei, no bairro São Cristóvão.

RUA SEBASTIÃO VELASQUES

Extensão: 260 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição localizada no Loteamento Fonseca, antiga, Rua "3", no sentido Sudoeste;

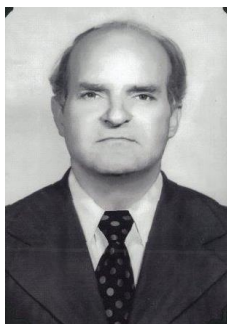
Sem Informações

AVENIDA COMENDADOR SELVINO CARAMORI

Extensão: 1.500 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 587/1992



Selvino Caramori, nascido em 21 de dezembro de 1930, no 1º Distrito de Getúlio Vargas - RS, denominado de Floriano Peixoto, era integrante de numerosa família, composta de dez irmãos, que dedicava-se às atividades agrícolas, com posses limitadas. Filho de Luiz Caramori e de Catarina Bavaresco Caramori.

Seu pai, Luiz Caramori, sentindo a impossibilidade de melhor estruturar a família na dependência exclusiva da agricultura, passou a exercer, paralelamente, a profissão de ferreiro.

Posteriormente, conservando ainda o trabalho agrícola e de ferreiro, montou um pequeno comércio de cereais, comprando-os no interior e revendendo-os em um armazém varejista.

Selvino Caramori com a idade de 14 anos passou a exercer as funções de carroceiro e também de balconista. Como carroceiro, já era um transportador e um comerciante, posto que efetuava compra de cereais e suínos e os transportava para o armazém de Floriano Peixoto.

Sua visão e liderança já despontavam quando naquela recuada época, ainda menino, convence o pai a adquirir um caminhão Ford 1937 a gasogênio. Veículo que, com licença especial, passou a dirigir e assim a ativar as compras no interior.

Com o crescimento deste comércio, acompanhado de um irmão, passa a levar os produtos comprados na colônia para a capital, Porto Alegre, e aí, comprar os manufaturados para revenda no armazém.

Como motorista, vai tomando gosto pelo transporte. E como comerciante sentia necessidade de ampliar o meio empresarial no qual estava integrado.

Com a proibição do uso do gasogênio, obrigou-se a contrair dívidas para adquirir um novo caminhão Fargo, ano 1946, para a continuidade de seu trabalho.

Seus estudos foram precaríssimos. Frequentou apenas três anos da escola distrital. Entretanto, os predicados pessoais, a visão e a inteligência, o arrojo e a capacidade pessoa, a dedicação ao trabalho e a visão de futuro, supriram esta falta de estudo.

Em 1949, com dezenove anos de idade, sentindo a necessidade de ampliar o comércio que exercia e por informações de que o Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, era uma florescente região. Além disso, devido ao fato de que tinha um primo residindo em Rio das Antas, município vizinho, veio para Caçador.

Em Caçador, procurou um empresário que desejava vender a sua empresa. Esta compunha-se de um único veículo, um “Jardineira” e vinha sofrendo a concorrência de uma outra empresa que se instalara para efetuar o mesmo transporte, o de Caçador a Lages, via Curitibaanos.

Acabou fechando o negócio de alto risco e, com um pouco de dinheiro emprestado, efetivou a compra, assumindo muitas prestações mensais de compromisso de pagamento. Com ele mesmo era de seu ônibus o chofer, o cobrador e o mecânico, conseguiu, de fato, honrar com todas as prestações e ampliar sua empresa.

Pela sua vocação para o transporte, organizou os serviços que realizava, operando mudanças, e ergueu esta atividade a um patamar lucrativo e promissor. Vislumbrando o futuro da região, num pioneirismo incontestável, por estradas sem qualquer revestimento, foi expandindo as interligações de

Caçador com os municípios mais próximos. Para atingir Porto União, obteve madeira dos industriais interessados e construiu os necessários bueiros e pontilhões na estrada que interligava estes municípios. Desta forma, já ligava Caçador para o rumo norte e vislumbrava a possibilidade de chegar na capital paranaense.

A empresa Reunidas, criada em 11 de novembro de 1950, em 1955 já dimensionava-se maior, com doze unidades rodantes com a inovação dos ônibus com bagageiros sobrepostos à carroceria. Linhas que ligavam Caçador aos municípios de Lages, Porto União, Curitiba, Lebon Régis, Santa Cecília, já eram realidade e, dez anos depois, interligava com a cidade de Curitiba, através também da aquisição de outras empresas.

A capacidade empresarial de Selvino Caramori, o conhecimento e a dedicação ao transporte coletivo condicionaram o transporte executado pelas empresas adquiridas e venceram todos os percalços de estradas precárias, regiões de pequena densidade populacional e outras inúmeras dificuldades do pioneirismo.

Selvino Caramori definiu metas, foi persistente, teve visão empresarial, organizou excelente equipe de trabalho dentro do mesmo ideal. Tudo investiu para o êxito do transporte, sua inata vocação, porque valorizou sua gente.

Dinâmico, com metas bem definidas, fez do trabalho e da organização empresarial um desafio. Líder nato, cedo descobriu, ainda menino, que sem entusiasmo, coragem e determinação, o homem perde seus principais ingredientes para o sucesso, independentemente da atividade que exerça.

O homem que de um carroceiro motorista, passou ao construtor de uma organização, certamente alinha-se entre aqueles empreendedores que fazem a grandeza das sociedades humanas.

Selvino Caramori faleceu em Curitiba, no dia 20 de junho de 1989, vítima de tumor cerebral, aos sessenta anos de idade.

RUA SENADOR SALGADO FILHO

Extensão: 1.550 metros

Bairro: Centro, Alto Bonito, Bello

Lei 11/1950



Joaquim Pedro Salgado Filho (02/07/1888 – 30/07/1950), foi um magistrado e político brasileiro.

Salgado Filho era formado em Direito. Apoiou Getúlio Vargas na Revolução de 1930, atuando na polícia do antigo Distrito Federal, ministro do Trabalho, deputado federal e senador.

Foi um dos criadores do Correio Aéreo Nacional e da Escola de Aeronáutica, que resultou na separação da Força Aérea Brasileira do Exército. Estimulou a criação de aeroportos para aviação comercial no Brasil. Foi o primeiro Ministro da Aviação no Brasil.

Quis o destino que fosse exatamente um desastre aéreo que o levasse à morte. Quando candidato a governador do Rio Grande do Sul, faleceu em um acidente aéreo, quando o bimotor Lodestar que o levava rumo a um encontro com Getúlio Vargas, na fazenda do ex-presidente em São Borja, se chocou com uma colina, (Cerro dos Cortellini), no Rincão dos Dornelles, segundo distrito de São Francisco de Assis.

A Rua Salgado Filho, ao contrário do que acontece atualmente, não era a principal via de saída ao leste da cidade. A “saída para Curitiba” se dava essencialmente através da Rua Caçanjurê (atual Adelmir Pressanto) somente depois é que seria aberta a rua, que inicialmente era tortuosa, ondulada, e marcada pela presença de numerosas raízes de pinheiros que deram início à industrialização da cidade. Já foi denominada de “Rua 3 de Outubro” e de “Avenida Siqueira Bello”, antes de receber a atual denominação. Por muito tempo, no entanto, foi popularmente conhecida como a “Rua dos Tocos”, devido à sua rápida abertura e à presença de inúmeros restos de raízes de árvores (os *tocos*), essencialmente pinheiros, nas suas laterais.

O trajeto foi paulatinamente ficando mais retilíneo, transformando a “Rua dos Tocos” na principal porta de entrada e saída da cidade.

RUA SENY HARTKOPFF DOS SANTOS

Extensão: 120 metros

Bairro: Martello

Lei 1971/2003

Seny Hartkopff dos Santos, filha de Otacílio Hartkopff e de Maria da Luz, nasceu em Abelardo Luz – SC, no ano de 1938.

Casada com Aguiar Lemes dos Santos, com quem teve 3 filhos, Ademir, Valdir e Donivir Lemes dos Santos, sempre residiu no bairro Martello, mesmo depois de sua viuvez.

Seny Hartkopff dos Santos faleceu em 24 de março de 2003, aos 64 anos de idade.

(adaptado de texto do Vereador Osmar Barcaro)

RUA SERGIPE

Extensão: 80 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro Santa Catarina, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, à semelhança do que ocorreu em uma rua próxima, a Rua Rondônia, em 2004, percebe-se que esta rua não possui uma lei específica que a denomine.

O caso da rua Rondônia já foi solucionado em 2004, porém as ruas Sergipe, Acre, Pará e Roraima permanecem sem uma adequação da lei à realidade existente, cabendo à Câmara Municipal a solução deste problema.



Sergipe é um estado da região nordeste do Brasil, sendo o menor dos estados brasileiros, com menos de 22.000 quilômetros quadrados.

Sergipe emancipou-se politicamente da Bahia em 8 de julho de 1820. A então capitania de *Sergipe del-Rei* viria a ser elevada à categoria de província quatro anos depois, e, finalmente, a estado após a proclamação da República em 1889.

Atualmente, o estado participa com cerca de 0,6% do PIB nacional, sendo a produção agrícola dominada pelo cultivo da cana-de-açúcar. No setor de serviços, as atividades ligadas ao turismo são as responsáveis pela maior movimentação econômica.

Sua capital, Aracaju, é a maior cidade do estado e conta com cerca de 620.000 habitantes. É conhecida como a “Capital Nordestina da Qualidade de Vida”.

RUA SERRA DA PEDRA BRANCA

Extensão: 80 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 2031/2003

No ano de 2003, uma nova iniciativa de organização de áreas da cidade foi realizada no loteamento Cerro Bonito, no Bairro Bom Sucesso. Foram denominadas 6 ruas daquele loteamento com nomes de importantes acidentes geográficos brasileiros, especificamente nomes de “Serras”, algumas mais próximas, outras mais distantes de Caçador, com destaques históricos ou geográficos importantes para nossa região, conforme segue: Serra da Pedra Branca, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Irani, Serra do Rio do Rastro e Serra Geral.

O vocábulo “serra” significa uma saliência topográfica linear, usualmente em forma de crista única e com duas vertentes opostas, embora possa ser complicada pelo entalhamento fluvial. Este termo é aplicado especialmente às bordas dos planaltos brasileiros.

Durante a Guerra do Contestado, após a concentração dos caboclos no reduto de Caraguatá, uma epidemia de febre tifóide, associada à crescente movimentação do exército brasileiro, a despeito da vitória obtida no primeiro ataque ao reduto, a líder Maria Rosa, sob *ordens emanadas* de José Maria, anunciou que mudassem o reduto para Pedras Brancas, nos campos do Bom Sossego, pois as forças voltariam mais fortes.

Pedras Brancas, localizada no atual município de Irineópolis, não chega formalmente a constituir-se em uma “serra”, na completa acepção da palavra, mas foi descendo a serra, em direção a Pedras Brancas, que mais de 5.000 pessoas deixaram Caraguatá.

Desta maneira, a denominação de Serra da Pedra Branca, ainda que no singular, recorda esta importante passagem da Guerra do Contestado.

RUA SERRA DA TAQUARA VERDE

Extensão: 250 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 2031/2003

No ano de 2003, uma nova iniciativa de organização de áreas da cidade foi realizada no loteamento Cerro Bonito, no Bairro Bom Sucesso. Foram denominadas 6 ruas daquele loteamento com nomes de importantes acidentes geográficos brasileiros, especificamente nomes de “Serras”, algumas mais

próximas, outras mais distantes de Caçador, com destaques históricos ou geográficos importantes para nossa região, conforme segue: Serra da Pedra Branca, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Irani, Serra do Rio do Rastro e Serra Geral.

O vocábulo “serra” significa uma saliência topográfica linear, usualmente em forma de crista única e com duas vertentes opostas, embora possa ser complicada pelo entalhamento fluvial. Este termo é aplicado especialmente às bordas dos planaltos brasileiros.

A serra da Taquara Verde consiste em uma cadeia de elevações que atua como verdadeiro divisor de águas entre os campos de altitude da região do município de Água Doce e estende-se desde o município de Macieira, passando pelo distrito de que obtém o seu nome, até o Município de Calmon.

Situa-se no extremo noroeste do município de Caçador e caracteriza-se por ser ainda uma região de grandes áreas de preservação do ambiente original, exatamente por suas íngremes escarpas. Um dos exemplos típicos da paisagem da região da Serra da Taquara Verde é a comunidade da Serra Azul, em Caçador.

RUA SERRA DO ESPIGÃO

Extensão: 290 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 2031/2003

No ano de 2003, uma nova iniciativa de organização de áreas da cidade foi realizada no loteamento Cerro Bonito, no Bairro Bom Sucesso. Foram denominadas 6 ruas daquele loteamento com nomes de importantes acidentes geográficos brasileiros, especificamente nomes de “Serras”, algumas mais próximas, outras mais distantes de Caçador, com destaques históricos ou geográficos importantes para nossa região, conforme segue: Serra da Pedra Branca, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Irani, Serra do Rio do Rastro e Serra Geral.

O vocábulo “serra” significa uma saliência topográfica linear, usualmente em forma de crista única e com duas vertentes opostas, embora possa ser complicada pelo entalhamento fluvial. Este termo é aplicado especialmente às bordas dos planaltos brasileiros.

A serra do Espigão é uma formação rochosa antiga, que integra a serra Geral, no nordeste do estado brasileiro Santa Catarina. Em relação a Caçador está localizada a leste do município.

Composta por terrenos de origem sedimentar, a serra do Espigão possui pontos que atingem facilmente os 1000 metros de altitude, sendo um relevo bastante acidentado para os padrões brasileiros.

O Rio do Peixe nasce nesse conjunto de montanhas para depois desaguar no rio Uruguai.

RUA SERRA DO IRANI

Extensão: 110 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 2031/2003

No ano de 2003, uma nova iniciativa de organização de áreas da cidade foi realizada no loteamento Cerro Bonito, no Bairro Bom Sucesso. Foram denominadas 6 ruas daquele loteamento com nomes de importantes acidentes geográficos brasileiros, especificamente nomes de “Serras”, algumas mais próximas, outras mais distantes de Caçador, com destaques históricos ou geográficos importantes para nossa região, conforme segue: Serra da Pedra Branca, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Irani, Serra do Rio do Rastro e Serra Geral.

O vocábulo “serra” significa uma saliência topográfica linear, usualmente em forma de crista única e com duas vertentes opostas, embora possa ser complicada pelo entalhamento fluvial. Este termo é aplicado especialmente às bordas dos planaltos brasileiros.

A serra do Irani, localizada ao lado da cidade do mesmo nome, foi um dos mais importantes palcos da Guerra do Contestado, sendo o local da primeira importante batalha entre os caboclos e as tropas legais, representados especificamente pela Polícia Militar do Paraná. Neste local morreram os líderes de ambos os lados, José Maria e João Gualberto, dando início ao sangrento conflito.

Com um desnível de mais de 500 metros de altitude, a serra, seus pontos de passagem e especialmente seu topo, são um natural ponto chave em qualquer situação de conflito, o que explica facilmente a importância estratégica daquele local na Guerra do Contestado.

RUA SERRA DO RIO DO RASTRO

Extensão: 200 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 2031/2003

No ano de 2003, uma nova iniciativa de organização de áreas da cidade foi realizada no loteamento Cerro Bonito, no Bairro Bom Sucesso. Foram denominadas 6 ruas daquele loteamento com nomes de importantes acidentes geográficos brasileiros, especificamente nomes de “Serras”, algumas mais próximas, outras mais distantes de Caçador, com destaques históricos ou geográficos importantes para nossa região, conforme segue: Serra da Pedra Branca, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Irani, Serra do Rio do Rastro e Serra Geral.

O vocábulo “serra” significa uma saliência topográfica linear, usualmente em forma de crista única e com duas vertentes opostas, embora possa ser complicada pelo entalhamento fluvial. Este termo é aplicado especialmente às bordas dos planaltos brasileiros.

A serra do Rio do Rastro, localizada no sul do estado de Santa Catarina, é um dos cartões postais do estado. Localizada no município de Lauro Muller, seu ponto culminante alcança os 1507 metros, sendo que a altitude do mirante (já no município de Bom Jardim da Serra, é de 1421 metros. São números impressionantes se forem comparados com a altitude de cerca de 400 metros encontrada ao pé da serra.

Com o desenvolvimento da extração de carvão mineral na região, a partir de 1841, acentua-se a busca por rotas alternativas de escoamento da produção. Com isto, em 1903, o governador Vidal Ramos inaugura a “Estrada Nova” que consegue transpor os inacreditáveis mil metros de desnível, praticamente aproveitando um antigo caminho tropeiro daquelas paragens.

Classificada em 2012 como uma das estradas mais espetaculares do mundo, esta rodovia, agora pavimentada e iluminada, constitui-se em um importante ponto turístico de nosso estado.

Com subidas íngremes e curvas fechadas, cruza uma região de Mata Atlântica intocada, com fauna e flora diversa, constituindo-se em um agradável passeio, no entanto com necessidades de cuidados especiais ao enfrentar o seu trajeto.

RUA SERRA GERAL

Extensão: 230 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 2031/2003

No ano de 2003, uma nova iniciativa de organização de áreas da cidade foi realizada no loteamento Cerro Bonito, no Bairro Bom Sucesso. Foram denominadas 6 ruas daquele loteamento com nomes de importantes acidentes geográficos brasileiros, especificamente nomes de “Serras”, algumas mais próximas, outras mais distantes de Caçador, com destaques históricos ou geográficos importantes para nossa região, conforme segue: Serra da Pedra Branca, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Irani, Serra do Rio do Rastro e Serra Geral.

O vocábulo “serra” significa uma saliência topográfica linear, usualmente em forma de crista única e com duas vertentes opostas, embora possa ser complicada pelo entalhamento fluvial. Este termo é aplicado especialmente às bordas dos planaltos brasileiros.

A Serra Geral é uma formação rochosa que tem origem no Paraguai, corta diagonalmente o estado do Paraná, divide o litoral do interior de Santa Catarina e corta, também em sentido diagonal, o estado do Rio Grande do Sul, ingressando pela Argentina e Uruguai.

Em território catarinense, a serra geral inicia-se um pouco ao norte do município de Caçador e cruza o estado até sua porção sul, constituindo-se na própria divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul nesta área.

Fazem parte da Serra Geral todas as outras serras denominadas por esta lei, Serra da Taquara Verde, Serra do Espigão, Serra do Rio do Rastro e mesmo a Serra do Irani, esta última um pouco mais a oeste da região da Serra Geral, sem deixar de pertencer a esta. No caso da Serra da Pedra Branca, trata-se de uma referência ao reduto da Guerra do Contestado que tinha este nome, e que encontra-se também na região da Serra Geral.

Com características de cadeias de montanhas mais suaves ao norte do território catarinense, começa, na região de Santa Cecília a Otacílio Costa, a constituir-se em verdadeiro obstáculo natural à passagem, o que levou à necessidade de desbravar de caminhos através da serra para as tropas, caminhos estes representados hoje pelas BRs 116 e 470.

Mais ao sul do estado, é constituída por verdadeiros paredões verticais, de caminhos quase intransponíveis e que, às custas de muitos esforços, foram lentamente desbravados, na região da Serra do Rio do Rastro e nos *cânions* da região dos “Aparados da Serra”.

AVENIDA SETE DE SETEMBRO

Extensão: 590 metros

Bairro: Centro

Lei 485/1991

Inicialmente denominada como “Rua”, no decreto Lei nº 3 de 1944, obteve a designação de “Avenida” através da lei nº 485/1991.

A avenida leva seu nome em alusão aos eventos do dia 07/09/1822, em que o então príncipe regente do Brasil, Dom Pedro I, ao voltar de Santos, parado às margens do riacho Ipiranga, recebeu uma carta com ordens de seu pai para que voltasse para Portugal, se submetendo ao rei e às Cortes. Vieram juntas outras duas cartas, uma de José Bonifácio, que aconselhava D. Pedro a romper com Portugal, e a outra da esposa, Maria Leopoldina de Áustria, apoiando a decisão do ministro e advertindo: "O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece".

Impelido pelas circunstâncias, e pelos antecedentes que desde 1821 conduziram até este momento, D. Pedro I pronunciou a famosa frase "Independência ou Morte!", rompendo os laços de união política com Portugal.

RUA SIEGFRIED HELMUTH LÜHRS

Extensão: 120 metros

Bairro: Centro

Lei 894/1995

Siegfried Helmuth Lührs, filho de Luiz Lührs e Frida Lührs, nasceu na cidade de Oldemburgo, na Baixa Saxônia, Alemanha, no dia 03 de julho de 1915.

Seu pai, como chefe de uma família composta pelo casal e três filhos, sendo Siegfried o mais jovem, já por volta de 1924, considerava como inevitável a eclosão da “Segunda Guerra Mundial”, o que efetivamente se confirmou 10 anos mais tarde.

Colocou à venda seus bens (uma casa residencial) e embarcou rumo ao Brasil, com o objetivo de se encontrar com um amigo que teria vindo anteriormente e o aguardava na cidade de Gaurama – RS.

Em sua viagem, quando desembarcou no porto de Santos, seguiu ao Rio de Janeiro, onde prestou serviços na Fundação Oswaldo Cruz. Depois de algum tempo, prosseguiu no seu objetivo de seguir para o sul e fixar residência

definitiva. Nesta viagem, porém, devido a transtornos e imprevistos, chegou até o distrito de 15 de Novembro (pertencente a Videira atualmente), se instalando naquela localidade, exercendo a atividade de agricultor. Na verdade instalou-se na pior área que podia ter encontrado, lutando contra muitas dificuldades.

Sempre se preocupando em encaminhar os filhos para atividades com mercado de futuro mais promissor, incentivou seu filho Siegfried, ainda jovem a aprender os ofícios de Ferreiro e Tipógrafo, em Rio das Antas e posteriormente em São Paulo.

Quando de seu casamento com Martha Behrens Lührs, em 1937, Siegfried veio residir definitivamente em Caçador. Aqui criou sua família, composta de 7 filhos.

Durante 25 anos trabalhou em diversas empresas, como Dunkan Daives (Multinacional), no cargo de Procurador, Busato SA, Madeireira Castelli, A Motolândia e Cia. Brasileira de Madeira.

Constituiu empresa individual em 1960 e, em 1962, com a fusão com outra firma individual de seu filho Max Paulo Lührs, surgiu a empresa Unidas, significando a união de sua empresa com os demais filhos.

Esta empresa estabeleceu-se durante muitos anos na Rua Cruzeiro do Sul, o que originou a solicitação da alteração do nome desta rua para Siegfried Helmuth Lührs.

Não foi a primeira vez, no histórico das ruas de Caçador, que uma rua teve seu nome alterado, mas a alteração promovida por esta lei especificamente, representou o início da prática de alteração de diversas outras, no mesmo ano, e ainda algumas em anos posteriores, que foram bastante discutidas e questionadas pela comunidade caçadoreense.

Longe de fazer um indevido julgamento do mérito dos homenageados, mais do que merecedores desta singela forma de reconhecimento de seus préstimos à cidade e à comunidade caçadoreense, pode-se observar que a alteração de nomes de logradouros públicos é uma prática que altera mais do que apenas o nome, mas todo o histórico e contexto da cidade. A antiga “Rua Cruzeiro do Sul” não era entendida, na época da alteração, como algo significativo para Caçador, talvez pensando tratar-se da constelação do Cruzeiro do Sul. No entanto, a denominação de Cruzeiro do Sul era uma referência, dada em 1943, aos municípios que cederam parte de seus territórios para a formação do recém-criado município de Caçador, juntamente com Porto União, Curitiba e Campos Novos. Cruzeiro do Sul, nesta época era o nome do município de Joaçaba.

De qualquer forma, a alteração está consolidada e assimilada por toda a comunidade, realizando uma justa e merecida homenagem a um dos pioneiros responsáveis pelo desenvolvimento de Caçador.

Siegfried Helmuth Lührs faleceu em 18 de dezembro de 1994, aos 69 anos de idade.

RUA SILVÉRIO CORRÊA DOS SANTOS

Extensão: 230 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição inicia no Loteamento Cordeiro e termina no Loteamento Jardim Danielle, antiga Rua "D", no sentido Este Sudoeste;

Sem Informações

RUA SILVÉRIO SINKERE

Extensão: 250 metros

Bairro: Martello

Lei 1866/2002

Silvério Sinkere, filho de Adão Sinkere e de Cezarina da Silva Sinkere, nasceu em Caçador, no ano de 1946.

Casado com Cecília Maboni Sinkere, com quem teve 3 filhos.

Trabalhou toda a vida como vigilante.

Silvério Sinkere faleceu em 10 de fevereiro de 2002, aos 55 anos de idade, vítima de politraumatismo causado por atropelamento.

RUA SILVESTRE PETRYKOWSKI

Extensão: 300 metros

Bairro: Figueroa

Lei 724/1993

Silvestre Petrykowski, filho de Antônio Petrykowski Sobrinho e Rita Ramanzini, nasceu em Nova Prata – RS aos 28 de janeiro de 1933.

Casou-se em Ipoméia, então distrito de Videira com a senhora Irene Petrykowski, com quem teve 8 filhos: Luiz, Rita Maria, Marcos Antônio, Vilmar, Davi Sérgio, Vilma Regina, Iria e Ivani.

Veio para Caçador em 1946 e sempre desenvolveu suas atividades na agricultura, residindo e trabalhando na linha Caixa D'água.

Silvestre Petrykowsky faleceu aos 18 de agosto de 1989.

RUA SILVIO GIOPPO

Extensão: 1.150 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986



Silvio Gioppo, filho do imigrante italiano José Gioppo e de Margarida Carreta Gioppo, nasceu em 14 de julho de 1903, na cidade de Morretes - PR, onde viveu até os sete anos. Em 1910, a família mudou-se para Porto União da Vitória, onde estudou até o quarto ano primário. Hábil no raciocínio lógico e nos cálculos, executava projetos para construções, marcenaria e carpintaria.

No ano de 1918, veio para Caçador com seu pai José e com seu irmão Miguel para montar uma serraria em sociedade com Luiz Tortatto, sendo esta a primeira serraria de Caçador. Mais tarde, adquiriram terras que hoje formam o bairro Gioppo. A partir daí, a história de Silvio se confunde com a história de Caçador, pois ele foi um grande e entusiasta empreendedor, ajudando no desenvolvimento da cidade.

Nas terras adquiridas, plantavam trigo e milho. A família Gioppo foi pioneira na plantação de parreiras em Caçador, e Silvio exerceu várias atividades juntamente com a família paterna: produziam farinha de milho, beiju e moíam trigo, também fabricavam cadeiras e cortavam lenha para os trens da recém-construída Estrada de Ferro. Instalaram um gerador para obter energia para

seu consumo e mais tarde forneciam a luz para o cinema da cidade e para o Ginásio Aurora que iniciava suas atividades na casa de Dante Mosconi, propriedade de Antonio Bortolon. Outra atividade a ser considerada, na vida de Silvio, foi a torrefação e moagem do Café Caçador, mais tarde arrendada para seu irmão Alfredo. Silvio, ainda, montou duas serrarias: São Pasqual, na localidade de Rio Correntes, e outra no Rio dos Cachorros, em Curitiba.

Com a morte de seu pai em 1928, Silvio assumiu, aos 25 anos de idade, juntamente com sua mãe Margarida, a direção dos negócios e a criação dos irmãos mais novos. Com os irmãos Miguel, Benjamin, Julio e Alfredo, fundou a "Casa Ferro dos Irmãos Gioppo". Aos 34 anos, Silvio casou-se com Mafalda Balardini, com quem teve sete filhos: Angelo (in memoriam), Miguel, Carlos José, Maria Beatriz, Matilde Saleti, Maria Carmen e Maria Cristina.

Silvio, gostando de leitura, incentivava seus filhos a ler e mantinha uma pequena biblioteca particular com coleções de livros de histórias e enciclopédias, e assinava revistas e jornais. Motivou os filhos e filhas a estudarem e, como dizia, "para terem uma profissão". Nos anos de 1940, cedeu uma casa para o funcionamento de uma escola municipal que foi a primeira do bairro, pois desejava que todos tivessem acesso à educação. Esta escola deu origem à atual Escola de Educação Básica Dante Mosconi. Homem de bom de coração, ajudava muito as pessoas menos favorecidas. Sempre participou de diretorias de diversas instituições, sobretudo da criação e consolidação da Paróquia São Francisco de Assis, e, mais tarde, da Capela de São José Operário do Bairro Gioppo. Possuía muitos amigos que choraram, juntamente com a família, o seu falecimento em 20 de julho de 1983, aos 80 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA SILVIO MATIELLO

Extensão: 370 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

Silvio Matiello, comerciante desde a década de 60 na rua Salgado Filho. Possuía um Bar e Armazém naquela rua.

Casado com Ida Selvieri Matiello, teve um filho, Wilson.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição localizada no Loteamento Jardim Dona Leonora, antiga Rua "P", no sentido Este Sudoeste;

Sem Informações

RUA SILVIO SANTI

Extensão: 360 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 936/1995

Silvio Santi, natural de São José dos Pinhais – PR, filho de Jacob Santi e Anna Santi, nasceu aos 27 de outubro de 1907.

Chegou a Caçador em 1927, quando esta era apenas uma pequena vila. Trabalhou a princípio como sapateiro, além de tocar violino nas festas e nos bailes.

Mais tarde, construiu a “União de Couros SA”, onde anexou também um Posto de Gasolina. Teve uma Serraria nos arredores de Palmas – PR.

Foi diretor do Clube Apollo e participou como violinista da SCAJHO, orquestra sinfônica de Joaçaba – SC.

Sempre nutriu um grande afeto pela cidade de Caçador e viveu os últimos anos de sua vida na chácara que seria transformada no Loteamento Silvio Santi, exatamente onde foi implantada a rua que leva seu nome.

Foi também pioneiro na distribuição domiciliar de água potável em Caçador, tendo construído o poço artesiano e a caixa d’água localizados junto à antiga Cervejaria Pressanto.

Casado com Noêmia Rocha Santi, teve 3 filhos: Shirley Santi Kleinke, Sidney Santi e Renato Carlos Santi.

Silvio Santi faleceu em 30 de novembro de 1987, aos 80 anos de idade.

(adaptado de texto de sua filha, Shirley Santi Kleinke)

RUA SIMPLICIANO CORRÊA DE MIRANDA

Extensão: 450 metros

Bairro: Berger

Lei 178/1988

O professor Simpliciano Corrêa de Miranda foi neto de Fermino Corrêa de Mello, um dos fundadores da cidade de Caçador. Desde sua infância viveu nesta Comarca, inicialmente em Rio das Antas e depois em Taquara Verde, onde trabalhava na serraria do chamado “Km 20”, e também colaborava com a ordem pública, como inspetor de quarteirão na época em o delegado de polícia de Taquara Verde era o Sr. Pedro Guarapoava.

Em 1945, Simpliciano Correa de Miranda, que era uma pessoa que tinha instrução, foi nomeado professor da Escola Dona Tereza Ramos, na então Linha São Luiz.

Nessa profissão, ensinou gerações e gerações de crianças e jovens, sendo o primeiro professor do Distrito de Taquara Verde. Também colaborou com outras escolas, examinando os alunos por época dos exames finais.

Sempre foi uma pessoa ordeira, um cidadão exemplar e muito querido no meio em que viveu.

Era casado com a Sra. Maria dos Anjos Miranda, com quem teve seis filhos de nomes: Olívia, Maria, Tereza, Vilma, João Maria e Antenor. Olívia e Tereza seguiram a carreira do pai e foram professoras neste município, e no estado do Paraná durante muitos anos. Os demais filhos também receberam excelente educação e são cidadãos exemplares e trabalhadores.

O professor Simpliciano fez seus estudos inicialmente em Rio das Antas e Laranjeira do Sul, no Paraná e sempre exerceu o magistério, tendo se aposentado como professor.

O professor Simpliciano nasceu no dia 15 de novembro de 1905 e faleceu em 09 de fevereiro de 1980, nesta cidade.

Teve uma vida muito útil, servindo à comunidade e merecendo esta homenagem.

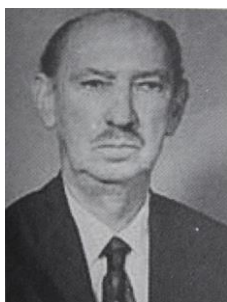
(Texto do vereador João Maria Gonçalves)

RUA SOLON COELHO DE SOUZA

Extensão: 200 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 872/1994



Solon Coelho de Souza, natural de Montenegro – RS, filho de Albano Coelho de Souza e Idalina Brochier Coelho de Souza, nascido em 18 de novembro de 1898.

Casado com Isabel Batista Coelho de Souza, com quem teve 6 filhos: Juruá, Irajá, Caçanjurê Coelho de Souza, Itairá Padilha Coelho de Souza, Glessy Krelling Coelho de Souza e Jussara Rigen Coelho de Souza.

Mudou-se para Caçador no ano de 1924 com os irmãos - Carlos, Lycurgo, Djalma e Herculano – e os cunhados – Arthur Dreyer, José Timm, João Francisco Batista e Antonio e Francisco Batista.

Em Caçador eles fixaram residências – uma ao lado da outra. Dentre suas maiores contribuições para a histórica municipal está a construção de parte da Estrada Caçador – Palmas do Km 0 até o 48, em 1936 e a construção da Estrada Matos Costa – Palmas – Km 80.

Solon Coelho de Souza colonizou Taquara Verde – 9 mil alqueires –, em Santa Maria em 7,5 mil alqueires com colonos do RS, e Cascavel, PR a Colônia Andrada.

No campo econômico foi sócio da Firma Colonizadora e Construtora Irmãos Coelho de Souza Ltda. e pioneiro na exploração do petróleo da Taquara Verde, em 1938, da qual obteve concessão do Governo Federal colocando a primeira sonda perfuratriz na localidade.

Foi presidente da ACIC no ano de 1945. Neste cargo, logo no segundo mês de mandato, Solon Coelho de Souza fez a requisição para ampliar os serviços de eletricidade em Caçador e comentou sobre a necessidade de organizar uma firma. Iniciaram então o processo para criação da firma na base de sociedade anônima para explorar o negócio de fornecimento de luz, no qual fizeram parte – através de uma Comissão Específica – os empresários Afonso Rodi, José Adami e Pedro Castelli.

Solon Coelho de Souza também discutiu com os demais integrantes da diretoria da ACIC a organização de um serviço de informações dos empregados das firmas associadas com fichário descrevendo a vida de cada funcionário.

Na mesma época foi proposta a fusão do Clube Sete de Setembro com a ACIC, para construção do prédio para uso de ambas. A votação para definir o projeto ocorreu na mesma reunião com o placar de 30 votos a favor e 25 contrários.

Solon Coelho de Souza foi ainda:

- Presidente da Fundação Tiro de Guerra, de Caçador, SC
- Fundador do Clube Sete de Setembro, em Caçador, SC
- Primeiro Delegado de Polícia de Caçador
- 1930/1932: Comandante da Praça liderou 400 homens
- 1946: Vereador de Caçador
- 1950: Presidente da Câmara de Vereadores de Caçador

Em reconhecimento a todo seu trabalho e sua história, Solon Coelho de Souza recebeu a comenda de “Cidadão Caçadoreense”, em 1965.

Faleceu aos 13 de maio de 1994, aos 95 anos de idade.

(extraído de texto da Jornalista Mariana Piacentini)

RUA SULEMAR SILVEIRA

Extensão: 100 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 2997/2013

Sulemar Silveira, filho de Almirando Silveira e de Tereza Silveira, nasceu no ano de 1949. Policial Militar que atuou em nosso Município por 16 anos, de 1970 a 1986.

Um dos PMs pioneiros em nosso Município, a contar da implantação da unidade de rádio patrulha em nosso Município.

Por diversos anos atuou como único operador de rádio da PM , em cuja época o rádio amador era o instrumento utilizado diariamente para coletar e fornecer informações entre as unidades policiais do estado catarinense.

Além disso, desenvolveu suas atividades profissionais, em regime de plantão, junto a Unidade Prisional de Caçador, na época Cadeia Pública. Atuou também no trabalho de rua, desencadeando atividades preventivas.

Sulemar Silveira faleceu na localidade de Campininha, em Três Barras – SC, durante o exercício do dever, no dia 10 de outubro de 1988, aos 39 anos de idade, vítima de ferimentos provocados por projéteis de arma de fogo. Deixou um filho, Rodrigo Sulemar, com 2 anos de idade.

RUA SYLVANO PROÊNCIO

Extensão: 150 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1992/2003

A denominação desta rua segue a grafia documental que encontra-se na Certidão de Óbito, como Sylvano Proêncio. No entanto, seus pais usavam, na verdade, o sobrenome “Proença”. Adotaremos a grafia documental e da lei como a correta.

Sylvano Proêncio, filho de Gasparino Proença e de Candida Antônia do Canto, nasceu em Fraiburgo – SC, em 29 de novembro de 1928.

Casou-se com Jandira Ribeiro, tiveram um filho, que veio a falecer, vítima de um incêndio em um galpão de milho, com 4 anos de idade. O casal resolveu então adotar 2 crianças: Amélia Iora e Maura Carneiro.

Sylvano Proêncio residiu em Presidente Pena. Era fazendeiro, agricultor, além de patrão de CTGs. Faleceu em 26 de outubro de 2001, aos 72 anos de idade, vítima de câncer de próstata.

Em 2003, outras duas ruas foram denominadas com nomes de pessoas de sua família, sua mãe, Candida Antônia do Canto e seu cunhado, Raul Ruppel.

RUA TAIÓ

Extensão: 100 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro dos Municípios, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.



Taió é um município catarinense, distante cerca de 200 quilômetros de Caçador, pelo acesso asfaltado, ou 140 quilômetros em estrada de chão a partir de Santa Cecília.

As primeiras explorações do território do município

tiveram início em 1911, quando o território era habitado por índios. Nesse mesmo ano, chegou ao local o desbravador Eugênio Grewsmuehl que implantou a primeira roça, não permanecendo definitivamente na região.

Os primeiros colonos que fixaram residência foram: Albrecht, Kindel e os irmãos Wachholz.

Em 1917, começaram a afluir as primeiras correntes imigratórias que aumentaram, em 1918, com a abertura de uma estrada de rodagem, ligando a localidade ao então distrito de Rio do Sul.

Em 1948 a localidade foi elevada a município. Com uma população atual estimada em cerca de 18 mil habitantes, o município se destaca como pólo regional econômico, tendo 3 emissoras de rádio além de 3 jornais.

RUA TAMOIO

Extensão: 110 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

O termo "tamoio" vem de "ta'mõi", que, em língua tupi, significa "avós", indicando que eles eram o grupo tupi que há mais tempo se havia instalado no litoral brasileiro. Os Tamoios faziam parte da nação tupinambá que habitavam, por volta do século XVI, o litoral norte do atual estado de São Paulo e o litoral sul do atual estado do Rio de Janeiro. Eram cerca de 70 000 indivíduos.

A aliança de tribos conhecida como Confederação dos Tamoios foi motivada pelos ataques dos portugueses liderados por João Ramalho e pelo cacique Tibiriçá, que procuravam capturar escravos entre os indígenas para trabalhar nas primeiras plantações de cana-de-açúcar em São Paulo.

A aliança foi formada em 1560 por três experientes caciques tupinambás e mais algumas aldeias das etnias goitacás, guaianás e aimorés, com o claro objetivo de dar combate aos portugueses (por eles chamados de "perós") e às tribos que os apoiassem. Por décadas, os tamoios foram a única resistência organizada contra a colonização portuguesa. Segundo relatos dos jesuítas, os tamoios obtiveram memoráveis vitórias utilizando-se de 160 canoas, algumas delas com 13 metros de comprimento e 30 tripulantes.

RUA TANGARÁ

Extensão: 100 metros

Bairro: dos Municípios

Lei: SEM LEI!

Uma lacuna legislativa pode ser encontrada em relação a esta rua. Estabelecida e consolidada no bairro dos Municípios, escrituras, faturas de água e luz e todos os serviços já a tem como oficializada, bem como todos os moradores sabem perfeitamente da denominação de sua rua. No entanto, a situação legislativa ainda permanece em aberto, não existindo uma lei específica que a denomine.



Tangará é um município catarinense, situado no Vale do Rio do Peixe, distante cerca de 70 quilômetros de Caçador.

Tem sua história, assim como todas as outras cidades de nossa região, marcada pela implantação da linha férrea e da Guerra do Contestado. Na implantação da linha férrea, em setembro de 1910 foi inaugurada uma estação de apoio logístico no Km 743 ou, como diziam os trabalhadores, “lá onde o rio é bonito”.

A estação, e a localidade por conseguinte, foram efetivamente denominadas de Rio Bonito, situação que perdurou até a emancipação do município em 1948, alterando a denominação para Tangará, em referência a um belo pássaro pássaro de clima quente, não encontrado em nossa região, mas de canto e coreografia envolventes.

Em Tangará predomina o minifúndio com o cultivo de lavouras temporárias, principalmente de milho, pela pecuária, notadamente suínos, aves e gado leiteiro, na produção de frutas, com destaque para a uva, maçã, pêssego, ameixa e nectarina. Na indústria, os setores de maior produção são o papelheiro e a vinicultura.

Destaca-se também como a “capital catarinense do vôo livre”, com vôos a partir do Morro Agudo, que atraem praticantes de asa delta e parapente com ótimas condições geográficas e climáticas para a prática.

RUA TELMO TADEU SIQUEIRA

Extensão: 280 metros

Bairro: Martello

Lei 1987/2003

Telmo Tadeu Siqueira, filho de Antonio Fernandes Siqueira e de Brandina Siqueira de Siqueira, nasceu em Gravataí – RS, em 29 de setembro de 1953.

Veio com sua família para Caçador quando contava com apenas 9 anos de idade. Estudou o Colégio Estadual Professor Paulo Schieffler.

Trabalhava como pedreiro e também foi professor de Tênis de Mesa, atuando no antigo “DME”, durante 8 anos.

Solteiro, Telmo Tadeu Siqueira faleceu em 17 de maio de 1998, aos 44 anos de idade, não deixando descendência.

RUA TEODORA

Extensão: 150 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1700/2001

No ano de 2001, com o surgimento do “Loteamento Monge João Maria”, no bairro Bom Sucesso, e com a crescente redescoberta e valorização da história do Contestado, a Câmara Municipal votou e aprovou, através desta lei, a denominação de um conjunto de 13 ruas e uma praça pertencentes a este loteamento, todas com homenagens a personagens da Guerra do Contestado.

Além de muitos trabalhos muito mais completos e pormenorizados do que este, sugerimos àqueles que interessarem-se sobre uma abordagem mais geral sobre a questão do Contestado, que busquem, nesta mesma obra, a descrição feita a respeito da “Rua do Contestado”, onde abordamos de maneira mais ampla todo o contexto que ocorreu em nossa cidade e nossa região por ocasião deste conflito.

Nesta lei foram denominadas as ruas: Adeodato Manoel Ramos, Agostinho Saraiva, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares Júnior, Bonifácio José dos Santos, Elias de Moraes, Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Alonso de Souza, João Maria de Agostini, José Maria, Maria Rosa, Olegário Ramos e Teodora, além da praça João Maria de Jesus.

Alguns já se incorporaram ao conhecimento popular, sendo facilmente reconhecidos como personagens da Guerra do Contestado, outros perfazem um resgate histórico singular e extremamente merecido, dada a relevância que estes personagens tiveram no conflito.

A recuperação destes relatos históricos é fundamental para que a população residente em nossa região tenha a consciência plena dos fatos ocorridos aqui e que repercutem até os dias atuais.

As fontes de pesquisa para conseguir executar um relato, ainda que resumido, como este, sempre são diversas e abrangentes, entretanto, no caso desta rua, tomam por base, especialmente, o trabalho do Professor Delmir Valentini: *Da Cidade Santa à Corte Celestial: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*.

Eusébio Ferreira dos Santos, criador de gado e porcos em Pedizes Grandes (no atual município de Lebon Régis) esteve com José Maria antes da partida para o Irani. Eusébio foi um dos obstinados primeiros devotos de José Maria, crendo na sua ressurreição. Neste ambiente impregnado de misticismo, a neta de Eusébio, órfã de mãe, teve as primeiras visões em que afirmava que José Maria conversava com ela. Esta menina era a *virgem* Teodora.

Diante do grande afluxo de pessoas e, sob ordens diretas de José Maria, foi ordenado por Teodora que Eusébio se mudasse imediatamente com a família para Taquaruçu.

Nos meses seguintes ao combate do Irani, os sertanejos aos poucos foram se reagrupando, especialmente em Taquaruçu (no atual município de Fraiburgo). Com a chegada de Eusébio e especialmente de Teodora, centenas de pessoas acorreram ao local, onde aguardavam a ressurreição de José Maria.



Ninguém duvidava das visões de Teodora e suas ordens eram cegamente obedecidas. No entanto, sem uma explicação aparente, Teodora, já no reduto de Taquaruçu foi suplantada por Manoel, casualmente, um filho do mesmo Eusébio Ferreira dos Santos. Os relatos dão conta apenas que Teodora *perdeu o aço*.

Pesquisadores relatam que o costume de cercar-se de mulheres para as rezas, pregações e preparo dos chás já vinha desde José Maria, que escolhia as “virgens” entre

aquelas que manifestavam piedade e pureza de alma. Na ausência do líder, estas assumiam o papel de videntes. A mulher de Eusébio, Querubina, era uma das autoridades que, após a morte de José Maria, escolhia as videntes que conversariam com o falecido.

Pode-se perceber a influência de Querubina, pois, nestes primeiros movimentos sem o monge, as principais lideranças foram Teodora, sua neta, Manoel, seu filho e Joaquim, também seu filho. Entrevistada em 1961, já idosa, Teodora negou qualquer poder vidente: “*Eu não via nada. Eram os velhos que se juntavam e diziam as ordens*”.

Após a Guerra, Teodora passou a viver em Perdizes Grandes com o tio Antonio Ferreira dos Santos e família, casou duas vezes e teve oito filhos. E no ano de 1979 veio a falecer na cidade de Curitiba, aos 78 anos.

RUA TEÓFILO GOMES DE MATTOS

Extensão: 260 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 941/1995

Teófilo Gomes de Mattos, filho de Antonio Borges de Mattos e de Gertrudes Gomes Damaceno, nasceu em Curitiba – SC, aos 23 de abril de 1889.

Trabalhou em diversos locais, como Curitiba, Palmas, Campo Alto, sempre no ramo madeireiro, tanto em Serviços Gerais, como Serrador e Empreiteiro no corte de mato.

Casado com Alzira Damaceno Mattos, teve 11 filhos: Ivone, Ivanir, Terezinha, Jucilei, José, Milton, Carlos, Amarildo, Walter, Celso e Marcelino. Veio para Caçador em 02 de janeiro de 1951.

Aposentado, destacou-se em manter toda sua família sempre em paz com Deus e a comunidade. Era muito querido por todos, e nunca deixou de auxiliar a quem dele precisasse. Era um grande batalhador para realizar o que estivesse ao seu alcance.

Teófilo Gomes de Mattos faleceu em 17 de julho de 1978, aos 88 anos de idade.

(adaptado de texto de seu filho, José Gomes de Mattos, em 20/05/1995)

RUA TEÓFILO ZARUR

Extensão: 370 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 938/1995

Teófilo Zarur, filho de Antônio Zarur e de Maria Gonçalves Zarur, nasceu em Caçador, antes mesmo da criação do município, aos 05 de outubro de 1923.

Foi casado, e depois separou-se consensualmente de dona Lenir de Lara Zarur, com quem teve sete filhos: Adejair Adão, Tadeu Marcos, Fátima Aparecida, Heriberto, Antônio Edson, Rosemari e Luiz Valter.

Sempre desempenhou as atividades de agricultor. Além disso, trabalhou ativamente nas atividades políticas do Município durante 50 anos.

Teófilo Zarur faleceu em 05 de julho de 1995, aos 71 anos de idade.

(adaptado de texto de Lenir de Lara Zarur, em 19/09/1995)

RUA TERESINA

Extensão: 830 metros

Bairro: Berger, Alto Bonito

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de capitais de estados brasileiros são Aracaju, Belém, Brasília (não é a capital de um estado, mas confunde-se com o Distrito Federal), Curitiba, Fortaleza, Natal e Teresina. A rua Fortaleza foi planejada, mas não executada, neste momento, e só foi existir oficialmente no quadro de ruas de Caçador a partir do ano de 2001, através da lei 1702/2001.



Teresina é a capital do estado do Piauí, no Nordeste brasileiro. Destaque-se que, na lei municipal que nomeou esta rua, a Rua Teresina aparece grafada de acordo com as normas ortográficas vigentes na época (1967) em que o vocábulo seria grafado com “z” (Terezina). No entanto,

em se tratando de uma homenagem à cidade, a grafia desde sempre deveria ter sido com “s” (Teresina), pois o nome da cidade é uma homenagem à imperatriz brasileira Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa de Dom Pedro II, que teria apoiado a idéia da transferência da capital do Piauí da cidade de Oeiras para Teresina, o que ocorreu em 1852. É a primeira capital brasileira a ter sido oficialmente planejada, o que observa-se na disposição geométrica de suas ruas.

É a única capital nordestina a não estar localizada no litoral, distando cerca de 330 quilômetros do pequeno litoral do estado do Piauí (apenas 66 km de extensão).

Curiosamente, Teresina está localizada na fronteira do estado do Piauí com o estado do Maranhão. A vizinha cidade de Timon, separada apenas pelo rio Parnaíba, já faz parte do território do Maranhão.

Em cerca de 60 anos, a capital saiu de 90 mil para os atuais mais de 1 milhão de habitantes. Tal fato levou à multiplicação das vilas e favelas na periferia do município. Teresina possui a segunda maior favela originada a partir de uma invasão de terras em toda a América Latina, a Vila Irmã Dulce, local onde somente 8% da população local tem acesso à água potável e 90% da população sobrevive com meio salário mínimo por mês.

RUA TEREZA DE FREITAS MÜLLER

Extensão: 90 metros

Bairro: Martello

Lei 1865/2002

Tereza de Freitas Müller, filha de Maria Gonçalves de Freitas, nasceu em São Mateus do Sul – PR, no ano de 1944.

Casou-se com Antonio Müller, com quem teve 4 filhos.

Tereza de Freitas Muller faleceu em 03 de setembro de 2000, aos 56 anos de idade.

RUA TEREZA DIVA GARCIA

Extensão: 80 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei: 2143/2004

Tereza Diva Garcia, filha de Pedro Eduardo da Silva e de Uermelinda Ribeiro da Silva, nasceu em 29 de outubro de 1929.

Casada com Francisco Pino Garcia, teve 10 filhos. Trabalhava como agricultora e, mais tarde, como doméstica, ajudando no sustento de sua família.

Tereza Diva Garcia faleceu em 14 de fevereiro de 2000, aos 70 anos de idade.

RUA PADRE THOMAS PIETERS

Extensão: 120 metros

Bairro: dos Municípios

Lei 1443/2000

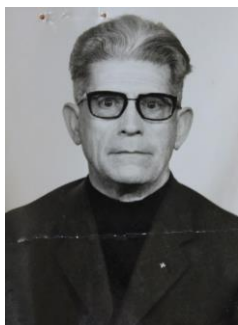
Thomas Pieters, filho de Antonius Pieters e de Cornelia Habets, nasceu na Holanda, no dia 12 de novembro de 1921.

Entrou na congregação dos Missionários de São Francisco de Sales em 1951. Foi ordenado Padre em Fribourg, Suíça, no dia 22 de julho de 1956.

Neste mesmo ano, veio para o Brasil, iniciando seu ministério na paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus em São Paulo.

Jornalista formado, Padre Thomas revelou logo seus talentos de “entrevistador”. Extrovertido, espontâneo, alegre, logo conquistava amizade de muita gente. Gostava de contar episódios narrados por gente do interior.

No seu ministério sacerdotal, foi sempre um missionário perto do povo, preocupado pelas carências dos pobres, à procura de lotes para construir um rancho, conseguindo alimentos, especialmente leite em pó, para as crianças. Solicitava ajuda de diversas instituições caritativas (Cáritas, Adveniat, Misereor).



Em Caçador trabalhou como professor no antigo seminário, coadjutor na igreja São Francisco de Assis, vigário cooperador na catedral pelos anos de 1970. Sempre foi disponível para atender serviços pastorais de substituição na ausência dos párocos, em particular nas paróquias de Arroio Trinta, no tempo do Padre Rombaldi, e Fraiburgo.

Conseguiu verbas para construir na diocese vários postos de saúde ou centros comunitários (em Caçador, o posto do Bairro Sorgatto).

No ano de 1974, aproximadamente, assumiu a nova paróquia de Matos Costa, sendo durante anos o primeiro pároco da mesma. É neste período e nessa região de Matos Costa que ele se interessou pela história da Guerra do Contestado, tencionando inclusive escrever uma tese sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, fez muita pesquisa sobre objetos pertencentes aos antigos índios da região (pedras, pontas de flechas, figuras, etc.) Ele reuniu uma parte importante da coleção no Museu do Contestado, que colaborou em conjunto com o professor Nilson Thomé para ver concretizado.

Nos últimos anos de sua vida, ficou à serviço da paróquia de Tanguá – RJ, sempre planejando e realizando alguma obra social em benefício dos mais pobres, procurando interessar os jovens pela formação profissional (oficina de marcenaria).

Estava ainda em plena atividade, quando foi surpreendido por um infarto fulminante na sua residência em Tanguá, no dia 27 de outubro de 1998, aos 77 anos de idade.

Uma vida em movimento, a serviço de Deus, com muita generosidade apostólica.

(adaptado de texto do Padre José Chappuis)

RUA TICO-TICO

Extensão: 350 metros

Bairro: Martello

Lei 1725/2002

Em 2002, uma nova iniciativa de organização das vias da cidade foi efetivada através da denominação das ruas dos loteamentos Santa Terezinha 1 e 2, que formam a “vila Santa Terezinha”, dando às vias daquela região da cidade os nomes de pássaros de nossa fauna.

Foram denominadas 10 ruas através desta lei: Andorinha, Beija-Flor, Canário, Gralha Azul, João de Barro, Papagaio, Periquito, Pica-Pau, Sabiá e Tico-Tico.



O tico-tico é um pequeno pássaro com 14 a 15 cm de comprimento. Tem um bico curto e cônico, e a cabeça se distingue por apresentar um pequeno topete e diversas listras negras contra um fundo acinzentado. O pescoço é contornado por uma faixa marrom-avermelhada que desce para a frente até a altura do

peito. O dorso é rajado de marrom-avermelhado e negro. O ventre é acinzentado, com o papo mais claro.

Está presente em grande parte da América do Sul desde a Terra do Fogo, seguindo para o norte em ilhas de ocorrência até o México e ilhas do Caribe, em áreas que vão do nível do mar até 4.500m de altitude. Habita campos, savanas, matas abertas e beiras de lavouras, tolerando diversos tipos de clima. Também habita zonas urbanas arborizadas desde que ainda não tenham sido colonizadas pelo pardal, que lhe faz intensa concorrência e acaba por expulsá-lo.

O tico-tico se tornou um pássaro estimado em muitas regiões, tanto por seu canto como pela sua familiaridade com os humanos, podendo conviver em áreas urbanas e perto de habitações rurais. No Brasil foi tema de um conhecidíssimo choro, *Tico-tico no Fubá*, composto por Zequinha de Abreu como música instrumental, mas que depois recebeu letra de Aloísio de Oliveira. Foi gravado entre outros por Carmen Miranda, e entre 1942 e 1946 foi usado como trilha sonora em pelo menos seis filmes de Hollywood.

RUA TIJUCAS

Extensão: 300 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.

Tijucas é um município catarinense situado junto ao litoral, na região da Grande Florianópolis. Distante cerca de 380 quilômetros de Caçador, tem a origem de seu nome ligada ao rio que corta suas terras que, por sua vez, significa, na

língua tupi “terra de lama” em referência às suas águas notadamente barrentas.



Além dos índios, que já habitavam a região, teve suas origens relacionadas ao famoso navegador veneziano Sebastião Caboto (de quem se origina a denominação da navegação costeando o litoral como *cabotagem*). Caboto foi quem descobriu a foz do rio Tijucas, em 1530. Foi oficialmente criado como município, desmembrando-se de Porto Belo em 1858.

A economia do município durante um bom tempo esteve estagnada e dependente de pequenas olarias e da produção de cana de açúcar. Com a instalação de indústria cerâmica em 1979 experimentou um significativo avanço em seu desenvolvimento. Atualmente, a economia de Tijucas tem seu alicerce na produção de insumos para a construção civil, como produtos cerâmicos, extração de minérios e madeira de reflorestamento.

RUA TIMBÓ

Extensão: 310 metros

Bairro: Berger

Lei 44/1966



Timbó é um município catarinense, localizado no Alto Vale do Rio Itajaí, distante cerca de 275 quilômetros de Caçador. Contando com quase 40 mil habitantes, é um município de pequena extensão territorial, de 130 quilômetros quadrados.

Cidade com raízes na cultura européia (germânica e italiana) localizada na região catarinense conhecida como Vale Europeu, onde se pode contemplar rios de águas limpas e encantar-se com o verde exuberante por todo seu território e ouvir o canto dos pássaros habitantes comuns na mata nativa que o cerca.

A cidade conta com índice de analfabetismo é de apenas 1,9%, sendo Timbó, em nível estadual, a 3º cidade em qualidade de ensino. A herança dos imigrantes está presente na organização, na força do trabalho, na indústria, na limpeza das ruas, no cuidado com as casas e jardins, na hospitalidade e na simpatia do povo.

Timbó foi fundada pelo imigrante alemão Frederico Donner, em 12 de outubro de 1869. Ele então construiu sua moradia e a primeira casa comercial na confluência dos rios Benedito e dos Cedros. Logo chegaram outras famílias alemãs. Nos anos seguintes vieram também os imigrantes italianos, cujos descendentes atualmente correspondem à metade da população.

O filósofo e naturalista alemão Dr. Fritz Müller, após juntar-se ao Dr. Blumenau com a cidade já fundada e em franco progresso, fez amplos estudos sobre a flora existente em toda a região da colônia, inclusive sobre a planta denominada "timbó".

É valoroso acrescentar que das diversas variedades da planta "timbó", especialmente cipós do mesmo nome e do gênero *ionchocarpus*, é extraído um princípio ativo e altamente tóxico, a retinona. Esta é utilizada sobretudo na fabricação de inseticidas, como o DDT.

Sabe-se ainda, que os nativos (indígenas) dessa região obtinham-na a partir da maceração dos cipós e quando colocavam a substância no rio, os peixes ao redor ficavam tontos ou mesmo morriam e, dessa forma, facilitava-se a captura. Os primeiros colonos, em pouco tempo tomaram conhecimento dessa técnica.

Timbó é um dos municípios catarinenses que obteve a emancipação político-administrativa durante a gestão do Interventor Aristiliano Ramos exercendo a chefia do poder executivo estadual. Curiosamente, a instalação do município ocorreu no mesmo dia de Caçador, em 25 de março de 1934.

RUA TIO BALDUÍNO

Extensão: 350 metros

Bairro: Reunidas

Lei 14/1963



Balduino Caetano de Oliveira, filho de Manoel Caetano de Oliveira e de Maria Catharina de Oliveira, nasceu por volta do ano de 1840. Foi escravo, liberto a partir da Lei Áurea. Não existem informações da data de sua chegada a Caçador, mas existem relatos que dão conta que sua família teria sido visitada, no final do século XIX por São João Maria, que teria pernoitado junto ao “pocinho” que existia próximo de sua casa.

Casado com Cecília Clara de Oliveira, residia nas proximidades da atual Rua Atílio Faoro, onde criou sua família e exercia as atividades de curandeiro ou rezador, como diziam na época.

Fazia benzimentos com a água de um dos “pocinhos” onde suas filhas relatavam que havia passado São João Maria.

De acordo com relatos obtidos, suas filhas Quitéria, Líria e Dominícia, muito ligadas à família de Paschoal de Jesus Lopes, proprietário do “Hotel Pinguim”, contavam que quando ali esteve, São João Maria profetizou que *chegaria um dia em que as pessoas comprariam água*. Ninguém acreditava muito nesta história, até que chegou o tempo em que se abriram os primeiros poços artesianos em Caçador. Quitéria frisava que a profecia havia se cumprido.

Tio Balduíno também teve um filho, conhecido como Nóco, alcoólatra, que foi por muito tempo um dos personagens folclóricos da cidade, especialmente quando se encontrava na rua com a “Ligeirinha” e a “Maria Louca”. Conta-se que a gritaria e os palavrões ecoavam pela cidade.

Balduíno Caetano de Oliveira, faleceu aos 23 de dezembro de 1953, aos 115 anos de idade, com Atestado de Óbito nº 2.222, Talão nº 10, página nº 14. Folha 295, do livro 4.

O atestado foi firmado pelo Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, dando como causa da morte simplesmente “colapso”.

RUA TIRADENTES

Extensão: 800 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (12/11/1746 – 21/04/1792) exerceu as atividades de tropeiro, minerador, comerciante, dentista (que lhe valeu a alcunha de “Tiradentes”), mas foi especialmente sua atuação como ativista político nas capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro que mereceu destaque e renome nacional, sendo reconhecido como mártir da Inconfidência Mineira, patrono cívico do Brasil, patrono também das Polícias Militares dos Estados e herói nacional, chegando a ser feriado nacional o dia de sua execução.

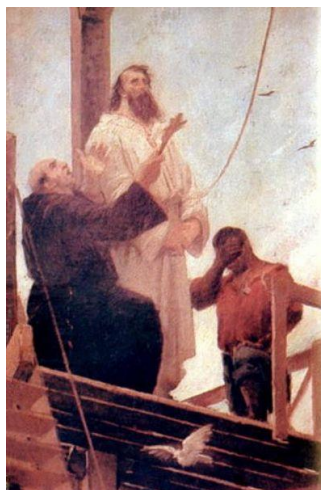
Aos onze anos de idade, já órfão de pai e mãe, fica aos cuidados de seu tio Sebastião Ferreira Leitão, que era cirurgião dentista. Por volta de 1780, ingressou na carreira militar, porém não conseguiu ultrapassar o posto de Alferes, que equivaleria ao posto de segundo-tenente nos dias atuais. Foi aí que começou a ter contato com grupos que criticavam o domínio português.

Em 1789, já fora do exército e participante de grupos que buscavam a libertação das pesadas taxas cobradas das províncias pelo governo português,

motivados especialmente pelo episódio da “Derrama”, que consistia na cobrança a todo custo dos impostos atrasados devidos (o Quinto), seu grupo de correligionários começou um movimento em cidades de Minas Gerais buscando implantar a República (perceba-se que este grupo buscava a independência, mas restrito à província de Minas Gerais). No entanto, antes de ganhar corpo, o movimento seria delatado às autoridades portuguesas por um de seus membros, Joaquim Silvério dos Reis, que levou Tiradentes a ser preso em 10 de maio deste ano.

Tiradentes acabou assumindo toda a responsabilidade pelos atos do grupo, o que fez com que as penas aplicadas aos outros detidos fosse transformada em degredo, reservando apenas para Tiradentes a pena de morte, pelo crime de *lesa-majestade*.

Numa manhã de sábado, a 21 de abril de 1792, Tiradentes percorreu em procissão as ruas do Rio de Janeiro, em uma cerimônia que buscava marcar um exemplo para que não se repetisse. Apenas a leitura da sentença estendeu-se por dezoito horas, após a qual houve discursos de aclamação à rainha (Maria I, *a louca*), e o cortejo munido de verdadeira fanfarra e composta por toda a tropa local. É provável que tamanho alvoroço tenha servido mais para despertar a ira da população do que intimidá-la, causando um efeito contrário ao que se pretendia.



Martírio de Tiradentes - Óleo sobre Tela
Aurélio de Figueiredo - Exposto no Museu Histórico Nacional

Tiradentes morreu enforcado, sendo depois esquartejado, conforme determinado na sentença judicial:

JUSTIÇA que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame Réu Joaquim José da Silva Xavier pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe, e cabeça na Capitania de Minas Gerais, com a mais

escandalosa temeridade contra a Real Soberana e Suprema Autoridade da mesma Senhora, que Deus guarde.

MANDA que com baraço e pregão seja levado pelas ruas públicas desta Cidade ao lugar da forca e nela morra morte natural para sempre e que separada a cabeça do corpo seja levada a Vila Rica, donde será conservada em poste alto junto ao lugar da sua habitação, até que o tempo a consuma; que seu corpo seja dividido em quartos e pregados em iguais postes pela estrada de Minas nos lugares mais públicos, principalmente no da Varginha e Sebollas; que a casa da sua habitação seja arrasada, e salgada e no meio de suas ruínas levantado um padrão em que se conserve para a posteridade a memória de tão abominável Réu, e delito e que ficando infame para seus filhos, e netos lhe sejam confiscados seus bens para a Coroa e Câmara Real. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1792, Eu, o desembargador Francisco Luiz Álvares da Rocha, Escrivão da Comissão que o escrevi. Sebão. Xer. de Vaslos. Cout.^o

Tiradentes permaneceu praticamente incógnito durante o período imperial brasileiro, sendo sua história resgatada e recuperada somente após a República. Provavelmente seja esta a origem de sua representação, muito semelhante à de Jesus Cristo, com barba e camisolão, sendo que seria muito difícil que assim fosse. Como militar, o máximo que Tiradentes poder-se-ia permitir era um discreto bigode. Na prisão, onde passou os últimos três anos de sua vida, os detentos eram obrigados a raspar barba e cabelo a fim de evitar piolhos. Relatos da época declaravam que Tiradentes era "um homem alto, grisalho, a barba benfeita, bigodes bem-aparado", e o barbudo semelhante a Cristo só surgiu no século XX.

RUA TOMAZ PADILHA

Extensão: 350 metros

Bairro: Sorgatto, Bom Jesus

Lei 14/1950



Tomaz Gonçalves Padilha (02/07/1862 – 17/07/1943) foi um dos primeiros colonizadores a chegar a estas terras.

Cunhado de Francisco Corrêa de Melo, casado com sua irmã, Bernardina Corrêa Gonçalves, com quem teve 9 filhos, João Vicente, Antonio, Galdini, Manoel, José, Absalão, Sebastião, Ana e Maria, Tomaz veio para as terras de seu cunhado cerca de três anos depois deste ter aqui se estabelecido.

Estabeleceu-se na serra da Taquara Verde onde, sete anos depois de sua chegada, requereu ao Estado do Paraná o título de domínio de extensa área de

terras a qual determinou de Fazenda das Torres, obtendo-o em 12 de Março de 1898 do governo provincial.

Membro da Guarda Nacional, alcançou as patentes de capitão, tenente-coronel e major, chegando a coronel em 1926.

Viúvo, contraiu segundas núpcias com Maria Francisca Padilha, com quem teve 8 filhos, João Guilherme, Amazonas, Florêncio, Orides, Otávio, Antenor e Rivadávia.

Como curiosidade, diz a história que entre 1911 e 1912 houve uma seca no taquaral (o fenômeno conhecido como “seca da taquara” é natural e próprio desta espécie vegetal, acontecendo ciclicamente em intervalos de 30 a 35 anos). No entanto, na região de sua fazenda, Tomaz encontrou grandes áreas de Taquaras Verdes, o que deu origem ao nome do Distrito.

É importante recordar que, à época da promulgação da lei, este era o principal acesso da cidade de Caçador ao distrito de Taquara Verde, pois não existia o “prolongamento” da Avenida Barão do Rio Branco, hoje Avenida Fahdo Thomé. Portanto, esta via era o principal acesso à vila de Taquara Verde, também denominada em um período de “Vila Gonçalves Padilha”.

RUA TOMAZ WISNIEWSKI

Extensão: 370 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1323/1998

Tomaz Wisniewski, filho de Vicente Wisnievski e Maria Wisniewski nasceu no estado do Paraná, no ano de 1898.

Casou-se no município de Malet, no então distrito de Paulo Frontin com Helena Wisniewski de cuja união nasceram cinco filhos: Julio, Antonina, Joanina, Terezinha e Leonardo Olindo.

Desde jovem trabalhou no ramo madeireiro, com extração e serragem de madeiras, adquirindo experiência. No ano de 1946, transferiu residência para Caçador, grande centro madeireiro regional da época.

O escoamento da produção era difícil e feito pela estrada de ferro. O fornecimento de vagões era precário e a Rede Ferroviária concedia o prazo de 6 horas para os carregamentos dos vagões, prazo contado a partir do momento em que o vagão era posto à disposição dos requisitantes, independente da hora em que isto acontecesse, mesmo que fosse de madrugada e sob chuva.

Por este motivo, os madeireiros eram obrigados a manter as madeiras depositadas às margens da estrada de ferro, ao ar livre e em galpões.

Tomaz empreitava os serviços e, com carroças de tração animal, fazia primeiramente a distribuição das madeiras nos pátios para gradeação e secagem e, após estarem secas, as transportava para as margens da estrada de ferro para os carregamentos.

Tomaz Wisniewski faleceu em 16 de agosto de 1952, aos 54 anos de idade.

RUA TREMEMBÉ

Extensão: 120 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os tremembés eram originalmente nômades que viviam num território que estendia-se do sul do Maranhão até o Rio Acaraú, no atual estado do Ceará. Foram aldeados pelos Jesuítas no século XVII.

Foram declarados como não existentes pelo então governador da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, após decreto de 1863. Antes disto, em 1854, os índios perderam o direito da terra pela regulamentação da Lei da Terra. Ressurgiram no cenário cearense nas décadas de 1980 e 1990, quando foram reconhecidos pela FUNAI.

Atualmente, habitam os limites do município brasileiro de Itarema, no litoral do estado do Ceará, mais precisamente na Área Indígena Tremembé de Almofala (Itarema), Terras Indígenas São José e Buriti (Itapipoca), Córrego do João Pereira (Itarema e Acaraú) e Tremembé de Queimadas (Acaraú).

RUA TUBARÃO

Extensão: 360 metros

Bairro: Bom Jesus, dos Municípios

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.



Tubarão é um município catarinense, situado no sul do estado e distante cerca de 400 quilômetros de Caçador. O município tem seu nome derivado do rio que corta a cidade. Ao contrário do que se possa pensar, este nome não é relacionado ao animal marinho, mas sim à língua indígena que chamava aquele rio de *Tubanharrô*, que significa pai-feroz. Pelas águas do rio que vinham os peixes, a água para consumo, o acesso para outras localidades. Foi às margens do rio que Tubarão se originou e cresceu focada no comércio, sendo que as mercadorias eram transportadas, inicialmente, em barcos.

O município experimentou importante período de desenvolvimento no final do século XIX, com a imigração européia e a construção da estrada de ferro Donna Thereza Christina.

A história do município é marcada por um trágico acontecimento em 1974, uma enchente de grandes proporções, que matou 199 pessoas e desalojou 60 mil dos 70 mil habitantes que a cidade continha, à época.

Atualmente, é o segundo centro comercial do sul do estado, especialmente na área de cerâmica. Também deve ser destacado o setor de turismo, especialmente centrado em suas estâncias hidrominerais.

RUA DAS TULIPAS

Extensão: 200 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 520/1992

Em 1992, em uma iniciativa de organização de áreas da cidade, as ruas do loteamento “Jardim Dileta”, no Bairro Bom Sucesso foram denominadas em conjunto, recebendo nomes de flores para designá-las. Tal proposição partiu de um pedido da própria comunidade, que relacionou o nome do loteamento “**Jardim** Dileta”, com nomes de flores. A proposição, assinada por pessoas da própria comunidade e enviada à Câmara, através do Vereador Sérgio D’Agostini, já propunha inclusive o nome das flores a ser utilizadas. Foi aceita integralmente, com a exceção da rua F, que tinha a proposta de ser chamada de “Rua das Hortências” e acabou substituída por “Rua das Primaveras”. Seis ruas compunham o loteamento, e foram denominadas como Rua das Azaléias, Rua das Orquídeas, Rua das Primaveras, Rua das Tulipas, Rua das Violetas e Rua das Vitória Régias.



A Tulipa, gênero que abriga mais de cem espécies, é uma flor que apresenta folhas que podem ser oblongas, ovais ou em forma de lança. Do centro da folhagem surge uma haste ereta, com flor solitária formada por seis pétalas. Cores e formas são bem variadas. Existem muitas variedades

cultivadas e milhares de híbridos em diversas cores, tons matizados, pontas picotadas, etc.

Não adaptam-se bem ao clima brasileiro, sendo mais típicas de países frios. É um dos símbolos nacionais da Holanda, que apresenta extensas áreas com plantações desta flor.

No Brasil, a Tulipa é cultivada especialmente na cidade de Holambra, no estado de São Paulo, formada por imigrantes holandeses, que possui um clima ideal para o cultivo da flor. Os bulbos são importados da Holanda e as flores abastecem o consumo interno e são exportadas principalmente para os Estados Unidos.

A Tulipa teve seu nome originado da palavra turco-otomana “Tulbend”, que significa “turbante”, adereço usado pelos homens turcos, por ter sua forma muito semelhante ao turbante.

O manuseio do bulbo da tulipa requer muito cuidado, pois libera uma substância que pode causar conjuntivite, rinite e crise de asma.

RUA TUPI

Extensão: 70 metros

Bairro: Bello

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

Tupi é uma designação que descreve e engloba os povos de língua tupi antiga que habitavam a maior parte do litoral do Brasil no século 16, tais como Caetés, Potiguaras, Tabajaras, Temiminós, Tupinambás, Tupinaés, Tupiniquins e Tamoios.

Refere-se também à língua falada no Brasil daquela época, que englobava diversas outras línguas dela derivada. Além disso, refere-se também ao antepassado mítico de todos os povos tupis. A influência tupi atinge diversos aspectos da formação do povo brasileiro e do próprio país. Além disso, a língua tupi exerceu uma grande influência na formação do português brasileiro. Os tupis também influenciaram muitos outros aspectos da cultura brasileira contemporânea, como o uso de redes de dormir, a culinária (pratos como o beiju, a farinha de mandioca etc.), a música sertaneja, vários mitos do folclore brasileiro (como o boitatá, o saci, o curupira etc.), o esporte da peteca e muitos dos atuais topônimos brasileiros.

RUA TUPINAMBÁ

Extensão: 300 metros

Bairro: Bello

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova

disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes indígenas são Aimoré, Bartira, Guarani, Iara, Iracema, Jandira, Moema, Tupi e Tupinambá. Destas, as ruas Iara e Iracema foram renomeadas posteriormente para Júlia Gioppo Carneiro e Emília Gioppo Brasil.

Tupinambá era o nome de um dos povos indígenas de origem tupi que habitavam a costa brasileira na época da chegada dos portugueses. Viviam especialmente na atual costa da Bahia. Há relatos da ocorrência de tupinambás também entre o Rio de Janeiro e São Paulo, mas estes também são conhecidos por tamoios.

Apesar de formarem um só povo, as guerras entre o próprio grupo eram frequentes, motivadas por um recorrente sentimento de vingança que originava guerras sangrentas e rituais antropofágicos.

RUA TUPINIQUIM

Extensão: 300 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

Os tupiniquins são um grupo indígena brasileiro pertencente à nação tupi. Eles habitavam, por volta do século XVI, duas regiões do litoral do Brasil: o sul do atual estado da Bahia e o litoral do atual estado de São Paulo entre Cananéia e Bertioga, além da zona de campos no topo da serra ao lado desta última região. Foram o grupo indígena com o qual se deparou a esquadra portuguesa de Pedro Álvares Cabral, em 23 de abril de 1500.

Os tupiniquins tiveram importante participação na colonização portuguesa da região de Santos e Bertioga no século XVI e na fundação da cidade de São Paulo, em 1554, pelos padre jesuíta Manuel da Nóbrega. Eram aliados dos colonizadores portugueses.

No português coloquial, "tupiniquim" costuma ser usado como sinônimo de "brasileiro".

Atualmente (desde 2007) os cerca de 2600 indivíduos desta etnia habitam três terras indígenas no município de Aracruz, no norte do estado do Espírito Santo.

RUA URSULA SCAPINELLI MANTOVANI

Extensão: 280 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1367/1999

Ursula Scapinelli Mantovani, filha dos imigrantes italianos Ricardo Scapinelli e dona Maria Dittonin, nasceu em Vacaria – RS, no dia 19 de agosto de 1914. Casada com Aparício Mantovani, com quem teve 11 filhos.

Veio para Caçador no dia 1º de maio de 1955, instalando-se na linha Cará. Ali, com seu marido, trabalhou na pecuária e leiteira, também cultivou parreirais. Trabalhou pela comunidade com muito esforço.

Vindo para a cidade, morou na Rua Absalão Carneiro, no bairro D.E.R., ajudou seu marido no comando do “Bar Branco”, de sua propriedade, na Vila Paraíso.

Mais tarde, foram morar na “Fazenda Campinas”, na região da atual Rua Amazonas, onde continuou trabalhando na agricultura e pecuária, com grande movimento econômico. Trabalhou incansavelmente nos eventos comunitários, na igreja e outros.

Mesmo com sua simplicidade, contribuiu com a construção da cidade.

Ursula Scapinelli Mantovani faleceu no dia 20 de outubro de 1998, aos 84 anos de idade.

RUA URUGUAI

Extensão: 90 metros

Bairro: Reunidas

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



O Uruguai é um país sul-americano, localizado ao sul do Brasil, cujo território já fez parte da nação brasileira.



Área de discórdia entre a colonização espanhola e portuguesa, desde 1516, o território do Uruguai já fez parte da Argentina até que, em 1811, José Gervasio Artigas, que se tornou o herói nacional do Uruguai, iniciou uma revolução bem sucedida contra as autoridades espanholas, derrotando-as.

Em 1813, o novo governo de Buenos Aires convocou uma Assembleia Constituinte, onde Artigas emergiu como campeão do federalismo, exigindo autonomia política e econômica para cada área e para a Banda Oriental (como era conhecido o território do Uruguai), em particular.

Diante da negativa, Artigas rompeu com Buenos Aires e Montevideú foi sitiada a partir de 1815. Logo que as tropas de Buenos Aires se retiraram, a Banda Oriental nomeou seu primeiro governo autônomo.

Em 1816 uma força de 10 mil tropas portuguesas invadiu a Banda Oriental vinda do Brasil e tomou Montevideú em janeiro de 1817. Depois de quase quatro anos mais de luta, o Brasil Português anexou a Banda Oriental como província sob o nome de Província Cisplatina.

Com a independência de Portugal, e a contestação da autoridade do novo Imperador, Dom Pedro I, o Uruguai buscou sua independência, o que conduziu à Guerra da Cisplatina, que durou 500 dias. Nenhum dos lados venceu o conflito e, em 1828, o Tratado de Montevideu, promovido pelo Reino Unido, deu origem ao Uruguai como Estado independente.

RUA URUSSANGA

Extensão: 230 metros

Bairro: Bom Jesus

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de municípios catarinenses são Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapiranga, Joinville, Laguna, Mafra, Orleães, Palhoça, Tijucas, Tubarão e Urussanga. Destas, as Ruas Gaspar e Indaial não constam no quadro de ruas de Caçador.

A denominação desta via, que já havia sido chamada de Rua Videira, através do Decreto-Lei nº 3 de 1944, corrigiu um equívoco que ocorreu a partir de 1956, quando uma nova rua, no Bairro Berger, foi denominada como Rua Videira, sem contudo, cancelar a denominação anterior desta rua. Provavelmente por desuso, a designação de "Rua Videira" para esta última era desconsiderada e, neste ato de 1967, corrigiu-se o equívoco, renomeando esta como Rua Urussanga.



Urussanga é um município catarinense, situado no sul do estado, distante cerca de 370 quilômetros de Caçador. "Urussanga" provém do tupi antigo e significa "água muito fria". É o nome do principal rio que banha a cidade. A data de criação do município remonta a 6 de outubro de 1900.

Principal núcleo da colonização italiana do sul do estado, destaca-se na gastronomia e na produção de vinhos. Realiza a Festa do Vinho nos anos pares, e a *Ritorno alle Origini* nos ímpares: a primeira, sempre no mês de agosto, e a segunda, no aniversário da cidade, quando são celebradas a cultura herdada dos imigrantes, com muita música, boa comida e bom vinho.

Durante muito tempo, a principal atividade econômica da cidade foi a extração de carvão mineral, já que a cidade localiza-se numa das principais regiões carboníferas do país (junto com os municípios de Lauro Müller, Siderópolis e Criciúma).

Atualmente a economia de Urussanga é diversificada, destacando-se a indústria moveleira, derivados de plásticos, cerâmica, vitivinicultura, fruticultura entre outros.

RUA VALDIR MORAIS

Extensão: 250 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 1215/1997

Valdir Moraes, casado com Marilene Cordeiro Moraes, com quem teve 3 filhos, Diogo, Dalton e Dayana.

Sua esposa também denomina uma rua, vizinha a esta, no loteamento feito nas propriedades de seu sogro e que leva o nome de sua sogra, “Loteamento Dona Nagib”, mantendo próximos os nomes de quem foi próximo em vida.

RUA VALMOR FRANCISCO SCHMITT

Extensão: 40 metros

Bairro: Nossa Senhora Salete

Lei 3273/2014

Valmor Francisco Schmitt, filho de Luiz Schmitt e de Elvira Schmitt, nasceu em Rio do Sul – SC, em 02 de abril de 1938.

Conheceu e se apaixonou por Aurenice Schmitt, com quem se casou em 1960, na cidade de Blumenau – SC.

Vieram para Caçador em 1965, e aqui constituíram sua família, com 7 filhos.

Abriu seu comércio em 1969, com a oficina de trucks, reboques, jamantas e carretas para carros, também com seção de peças de automóveis e caminhões, aposentando-se neste ramo, aos 44 anos, porém sem deixar nunca de trabalhar.

Atualmente, sob administração de seus filhos, como comércio de venda de peças e acessórios, a Mecânica Independência completa 46 anos no comércio de Caçador.

Valmor Francisco Schmitt faleceu em 20 de agosto de 2015, aos 77 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

(adaptado de texto da Vereadora Glaci Pereira)

RUA VENCESLAU GONÇALVES VIEIRA

Extensão: 130 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Descrição localizada no Loteamento Caçanjurê, antiga Rua "V-B", no sentido Este Sudeste;

Sem Informações

RUA VENEZUELA

Extensão: 650 metros

Bairro: Reunidas, D.E.R.

Lei 20/1967

No ano de 1967, já percebiam-se algumas leis e atitudes tomadas no sentido de organizar a cidade, em franco crescimento. A lei nº 20/1967 é uma prova disso. Nomeava 67 ruas, em diversos loteamentos espalhados pela cidade. Destas ruas, agrupadas nos referidos loteamentos, 9 receberam nomes indígenas, 15 nomes de países, 10 nomes de estados brasileiros, 7 capitais de estados brasileiros, 24 municípios de Santa Catarina, além de 2 nomes próprios de destacados cidadãos caçadorenses.

As ruas denominadas por esta lei que receberam nomes de países são Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Holanda, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. Destas, a Rua México é descrita como a Rua que “parte da Rua Herculano Coelho de Souza e vai encontrar a Rua Panamá”. Na configuração atual de ruas não existe uma rua que se encaixe nesta descrição ou que não tenha surgido senão muitos anos após a edição desta lei. Tal fato nos faz concluir que a suposta “Rua México”, foi planejada, mas não executada, não existindo no quadro de ruas de Caçador.

O caráter conjunto e agrupado destas ruas nos faz concluir que não objetivava-se nenhuma homenagem específica a um destes países por razões especiais, mas sim uniformização de temas que denominavam ruas em um mesmo loteamento através de nomes que tivessem relação entre si.



A Venezuela é um país sul-americano que caracteriza-se por uma extensão territorial mediana, mas que é em muito ampliada com a posse de diversas ilhas no mar do Caribe, o que aumenta imensamente sua área de domínio territorial, sob o conceito de zona econômica exclusiva.

A Venezuela foi o local de desembarque de Cristóvão Colombo em sua terceira missão às Américas. A colonização espanhola iniciou em 1520. Fez parte dos levantes liderados por Simon Bolívar para a formação da Grã-Colômbia. Após a morte de Simón Bolívar, o grande herói da independência, a Venezuela retirou-se da Grande Colômbia para formar um país independente a partir de 1830.

Períodos de grande instabilidade, ditaduras militares, atrelamento do país aos aumentos e reduções dos preços internacionais do petróleo, cujas reservas estão entre as maiores do mundo, corrupção governamental, fizeram da Venezuela um país com baixa credibilidade internacional e isolado politicamente.

O último golpe de estado da Venezuela, foi protagonizado pelo General Hugo Chavez que, depois disso, viria a ser eleito como presidente. Nesta função, iniciou o que ele próprio proclamou como *Revolução Bolivariana* que iniciou com uma nova constituição para o país, moldada segundo seus interesses.

Sua morte e substituição pelo atual presidente Nicolás Maduro, aprofundaram os problemas do país, especialmente a violência, inflação e escassez crônica de produtos básicos. Mantém-se como principal produto de exportação do país o petróleo, que transformou-se na única moeda de troca em detrimento do desenvolvimento de outros setores do país.

RUA VERGÍLIO ANTÔNIO DA SILVA

Extensão: 350 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Virgílio Antônio da Silva (a grafia correta de seu nome é com “i”, diferentemente da nomenclatura da rua dada pela lei, com “e”), filho de Manoel Antônio da Silva e de Eva Caetano da Silva, nasceu em Canela – RS, no ano de 1907.

Era casado com Lúdia Elias de Moura Silva.

Virgílio Antônio da Silva faleceu em 20 de fevereiro de 1974, aos 66 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

Esta rua foi denominada exclusivamente pela lei 83/1986, diferentemente de todas as outras ruas constantes desta lei, que originaram-se na lei 16/1984.

RUA VERGÍNIA SCAPINELLI

Extensão: 160 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1447/2000

Vergínia Tiepo Scapinelli, natural do Rio Grande do Sul, casada com Santos Mário Scapinelli, com quem teve 14 filhos, sendo nove homens (Luis, Valdomiro, Narciso, Vergínio, Ildefonso, Osmar, Oscar, Vilmar e Angelo) e cinco mulheres (Maria, Cecília, Estela, Lucimar e Marlene).

Vieram para Caçador no ano de 1956. Aqui adquiriram algumas terras na colônia Rio Bugre onde, com seus filhos, dedicaram-se sempre à agricultura.

Como pequenos agricultores, cultivavam de tudo um pouco. Uma de suas principais atividades era o cultivo da uva e a fabricação do vinho.

Mais tarde, transferiram-se para as imediações da Linha Cará, próximo à empresa Sincol, onde adquiriram uma pequena propriedade, depois transformada em Loteamento – o Loteamento Scapinelli.

RUA VICENTE BERARDI

Extensão: 560 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Vicente Berardi, filho de Francisco Berardi e de Giusepina Boscardin, nasceu em Guaporé – RS, no ano de 1917.

Toda sua família trabalhava na agricultura. Vicente, em um dia de caçada em um taquaral, que estava molhado, escorregou e acidentalmente foi ferido por um tiro de sua própria espingarda. Muito tempo se passou até seu restabelecimento, que envolveu até mesmo uma temporada “internado” no colégio dos padres em Guaporé.

Com isto, tendo que trabalhar no colégio para poder pagar pelo estudo e pela estadia, Vicente acabou saindo da rotina de trabalho na agricultura e pôde estudar e especializar-se.

Concluídos os estudos, montou uma venda, espécie de armazém, ainda no distrito de Taquari.

Casou-se com Emília Zanatta Berardi, com quem teve 3 filhos: Junes Rosa, Teolides Luiz e Marli Maria.

A convite de seu cunhado Antônio Zardo, veio para Caçador em 1946, aqui estabelecendo-se com casa comercial, vendendo especialmente produtos a granel. Uma vida de dificuldades no início, foi sendo paulatinamente melhorada, às custas de muito esforço, trabalho e honradez. Sua vida foi um exemplo de honestidade.

Vicente Berardi faleceu em 26 de agosto de 1978, aos 61 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA VICTOR BAPTISTA ADAMI

Extensão: 1.000 metros

Bairro: Centro

Lei 1989/2003

Victor Baptista Adami, filho de José Rossi Adami e de Pierina Menegazzo Adami, nasceu em Caxias do Sul, no ano de 1928. Veio para Caçador ainda criança, com sua família, acompanhando seu pai que chegou a esta cidade em 1938. Em 1942 seria fundada empresa ADAMI & Cia. Ltda., destinada à produção de caixas de madeira, preparação de madeiras aplainadas e comércio de madeiras brutas.



A empresa acompanhou o crescente desenvolvimento do setor atuando principalmente no beneficiamento de madeira e, em 1956, após uma reestruturação passa a se denominar ADAMI S/A. – MADEIRAS, ao mesmo tempo em que inicia o processo sucessório com Victor Baptista Adami, filho do fundador.

Apaixonado pela aviação, nos anos de 1950, Victor foi o primeiro caçadoreense a ter nas mãos um brevê de piloto, descendo com seus aviões num campo improvisado próximo à estrada Caçador-Porto União. Chegou a prestar exames no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, mas na época preferiu ser advogado, formando-se em 1955 pela Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Advogou por 12 anos, até ser chamado por seu pai, para trabalhar na madeireira da família. Quando entrou no novo negócio, baseado em sua visão estratégica privilegiada, percebeu que o ciclo da madeira extraída da floresta de araucária estava em seu final e, se não buscasse outra saída, a empresa que estava assumindo daria com os burros n'água. Foi então conhecer as florestas de pinus que estavam sendo plantadas na região e liderou a nova fase econômica de Caçador.

De serraria partiu para uma fábrica de papel, plantou florestas (estima-se hoje em perto de 10 milhões de árvores) e construiu a mais moderna indústria de toda a região do Vale do Rio do Peixe. Foi reconhecido por seus pares como o responsável por ter conduzido a economia de Caçador da fase das antigas serrarias às modernas indústrias de transformação de madeira em móveis direcionados à exportação.

Apenas plantar árvores não contentou Victor Adami, que adaptou sua indústria para produzir embalagens de papel a partir de aparas recicláveis. Hoje, a matéria-prima da indústria de papel Adami é adquirida em municípios da região Sul, fruto do trabalho de catadores de papel, e transformada em novas embalagens, evitando a devastação do meio ambiente e utilizando suas florestas para produzir madeira destinada ao mercado internacional.

Sempre fazia com que a sua presença fosse exemplo vivo. Exemplo de um homem que começou pequeno e que prestigiava os pequenos, e fazia com que

esses o acompanhassem e crescessem, tanto técnica quanto financeiramente, na sua empresa.

Homem de espírito generoso, sempre esteve engajado nas lutas da comunidade de Caçador com a classe empresarial e também participava ativamente da política, circulando por seus bastidores e abraçando as causas que eram comuns a todos. Seus empreendimentos estavam sempre em fase de ampliação e modernização, mostrando que acreditava no potencial de seu negócio e na economia do País, da região e do município.

Casado com Vanira Adami, teve dois filhos: José e Vitor.

Victor Baptista Adami, homem apreciador de bons vinhos, dançador de tangos e boleros, apaixonado pela família e admirador de aviões, deixa ao povo de Caçador e aos brasileiros a lição de que é possível acreditar num sonho e realizá-lo com muito trabalho e dedicação.

Victor Baptista Adami faleceu em 18 de novembro de 2002, aos 74 anos de idade, vítima de traumatismo craniano após cair no banheiro de sua residência.

(adaptado de texto de Frutuoso de Oliveira)

A rua, que já fora denominada de “Rua Itororó” através do Decreto-Lei 03/1944, foi alterada por esta lei para “Rua Victor Baptista Adami”, indubitavelmente mais do que merecedor desta singela forma de reconhecimento de seus préstimos à cidade e à comunidade caçadoreense.

Não foi a primeira vez que alterações de denominação ocorreram, diversos outros exemplos existem, como pode ser comprovado através deste trabalho, em muitas áreas da cidade.

A Rua Itororó não homenageava ninguém em particular, fazendo uma referência à Guerra do Paraguai, assim como diversas outras vias centrais de nosso município também prestam o mesmo tipo de homenagem, como Riachuelo, Marquês de Olinda, Fernando Machado, General Osório e outras. De qualquer forma, uma alteração do contexto em que estas ruas estão inseridas.

RUA VICTOR HUGO PETRY

Extensão: 430 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 1325/1998

Victor Hugo Petry, filho de João S. Petry e Josefina Petry, nasceu em Guaporé – RS, no ano de 1927.

Faleceu aos 66 anos, no dia 26 de novembro de 1993.

RUA VICTORIA ANÇAY PORTELA

Extensão: 140 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 72/1985



Victoria Ançay Portela, filha de Manoel Victorino Ançay e de Ana Alves Pires, nasceu em Curitiba – PR, no dia 15 de agosto de 1917.

No dia 18 de outubro de 1933, casou-se com Octávio Fantinaro Portela, com quem teve 4 filhos: João, Araci, Lurdes e Maria Portela.

Dedicou-se inteiramente para a educação de seus filhos e nunca mediu esforços para o bem dos mesmos.

Já viúva, Victoria Ançay Portela faleceu aos 18 de dezembro de 1984.

RODOVIA MUNICIPAL VICTÓRIO POLETO

Extensão: 3.600 metros

Bairro: Gioppo, Rancho Fundo, São Cristóvão

Lei: 2433/2007

Victório Poletto foi um industrial que marcou o progresso da cidade, do município e do estado com seu dinamismo e trabalho. Além das várias indústrias que aqui implantou, foi pioneiro da pecuária na criação de gado de raça selecionada.

Sua Cabanha Rancho Fundo destacou-se e classificou-se nas exposições, ganhando numerosos primeiros prêmios regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Um dos maiores estabelecimentos de madeiras nos primórdios de Caçador foi a Victório Poletto SA, Comércio e Indústria. Com matriz em Caçador e filiais em São Paulo e Joinville.

Contava com fábrica de caixas e beneficiamento de pinho e faqueados. Mantinha um grande estoque de madeiras de lei oriundas da região circunvizinha e do oeste do Paraná. Um locomóvel de 500 KW gerava energia para a indústria.

Na “Cabanha Rancho Fundo” funcionava uma área reservada para recreio, com churrascos e reuniões de confraternização entre diretores e funcionários da firma.

A empresa mantinha um viveiro de mudas para reflorestamento, atendendo às exigências do Instituto Nacional do Pinho.

Possuía ainda uma indústria subsidiária, a Viti-Vinícola Caçador S.A.

RUA VIDAL CHAVES

Extensão: 90 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei 1021/1996

Vidal Chaves, filho de Antônio Chaves e de Maria Corrêa Chaves, nasceu em Campos Novos – SC, no ano de 1889.

Era casado com Clarinda Chaves. Faleceu aos 06 de agosto de 1974, aos 85 anos de idade.

RUA CORONEL VIDAL RAMOS

Extensão: 800 metros

Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944



Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (24/10/1866 – 02/01/1954) foi “presidente” do estado de Santa Catarina (atual governador) de 1910 a 1914 e senador deste estado de 1915 a 1929.

Patriarca de uma numerosa família, dentre seus 14 filhos estão o ex-presidente da República, Nereu Ramos, e outros políticos como Mauro Ramos (ex-prefeito de Florianópolis e Celso Ramos (ex-governador de Santa Catarina). Também foi pai de um

renomado médico do início do século XX que chegou a batizar o hospital da cidade de Caçador, Jonas Ramos.

Em sua grande maioria, as ruas de Caçador que fazem referência ao título de “Coronel”, não significam, necessariamente uma patente militar, mas sim a uma tradição iniciada no período Imperial e continuada no início da República, em que os indivíduos poderosos e de grande influência política eram também considerados responsáveis pela segurança do país.

Dessa forma deveriam organizar os cidadãos aptos com o fim de servirem em situações de emergência, em unidades militares da Guarda Nacional. De acordo com o efetivo organizado, recebiam então os postos militares correspondentes. A Guarda Nacional foi extinta em 1922, mas a denominação permaneceu como forma de tratamento respeitosa a uma pessoa importante.

RUA VIDEIRA

Extensão: 300 metros

Bairro: Berger

Lei 40/1956

A publicação desta lei deu origem a um “pacote” de denominações de ruas todas em um mesmo loteamento, próximas umas das outras que denominou 6 ruas com nomes de municípios catarinenses, relativamente próximos de nossa cidade. As seis ruas denominadas foram Canoinhas, Joaçaba, Xaxim, Videira, além de “Lajes” (com “J” na grafia, pois só seria alterada para “Lages” a partir de 1960) e “Xapecó”, (com “X” na grafia).

A cidade de Chapecó tem a origem do seu nome na língua tupi Xapecó, que significa “lugar de onde se avista o caminho da roça”. O uso, os costumes e o vernáculo fizeram com que a rua passasse a ser conhecida por Rua Chapecó (com “Ch”), como deve ser próprio da língua portuguesa, mesmo sem uma alteração legislativa específica.



Videira é um município catarinense que teve sua fundação em 1943, através de um desmembramento do próprio município de Caçador. Conta com aproximadamente 50.000 habitantes atualmente e fica localizado a uma distância de 40 km de Caçador. Seu nome deve-se ao fato de ser um grande centro vitivinicultor do estado.

Uma curiosidade é que, à época da publicação desta lei, estava em vigor ainda o Decreto-Lei nº 3 de 1944, que havia denominado uma via, próximo às ruas

Irmão Tomaz e São Francisco de Assis (a atual Rua Urussanga), com o nome de “Rua Videira”.

A descrição desta rua na Lei era:

“Rua Videira – Começa no fim da Rua São Francisco de Assis e acompanha o arroio do cortume, rumo Leste, até a Rua Irmão Tomaz”

Provavelmente por desuso, a designação de “Rua Videira” para esta última era desconsiderada e, em um ato que reuniu um expressivo número de ruas em 1967, ela foi renomeada para Rua Urussanga.

A Rua Videira, que tratamos neste tópico é outra, criada a partir da Lei 40, de 08 de agosto de 1956.

A população atual de Videira tem nas atividades industriais, comerciais e agrícolas a base de sua economia. Cerca de 75% do movimento econômico do município decorrem da criação e abate de aves e de suínos. A fruticultura, o fumo e o gado leiteiro também são destaque, juntamente com os grãos.

No setor primário, o destaque é a fruticultura de pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destaca-se na criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, o forte são as cantinas de vinho, indústrias de sucos e a empresa Perdigão (BRF), um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior fatia da produção de aves e suínos do município e da região, gerando milhares de empregos.

RUA DAS VIOLETAS

Extensão: 160 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 520/1992

Em 1992, em uma iniciativa de organização de áreas da cidade, as ruas do loteamento “Jardim Dileta”, no Bairro Bom Sucesso foram denominadas em conjunto, recebendo nomes de flores para designá-las. Tal proposição partiu de um pedido da própria comunidade, que relacionou o nome do loteamento “**Jardim Dileta**”, com nomes de flores.

A proposição, assinada por pessoas da própria comunidade e enviada à Câmara, através do Vereador Sérgio D’Agostini, já propunha inclusive o nome das flores a ser utilizadas. Foi aceita integralmente, com a exceção da rua F,

que tinha a proposta de ser chamada de “Rua das Hortências” e acabou substituída por “Rua das Primaveras”. Seis ruas compunham o loteamento, e foram denominadas como Rua das Azaléias, Rua das Orquídeas, Rua das Primaveras, Rua das Tulipas, Rua das Violetas e Rua das Vitória Régias.



A Violeta é uma planta herbácea, perene, com caules curtos, ramificados, de cor verde escuro, com pequeno caule rematado por uma roseta de folhas.

Embora as flores da espécie original sejam singelas - têm apenas uma camada de pétalas -, algumas das variedades e alguns dos híbridos possuem numerosas camadas de pétalas.

As flores apresentam cores variadas, desde o branco a vários tons de azul, roxo, cor-de-rosa e vermelho. No centro da flor notam-se bem umas minúsculas e douradas bolsas de pólen - os estames. Cultivadas em condições apropriadas, estas plantas continuam a crescer e a florir durante o ano todo.

Trata-se de uma das mais belas e delicadas dentre as espécies ornamentais para cultivo em vasos no interior dos ambientes.

Os antigos gregos consideravam a violeta um símbolo de fertilidade e amor, utilizando-a em poções de amor. Muito conhecida desde a antiguidade, foi muito utilizada para fins medicinais.

RUA VISCONDE DE MAUÁ

Extensão: 500 metros

Bairro: Centro, Berger

Lei 30/1970



Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá (28/12/1813 – 21/10/1889), foi um comerciante, armador, industrial e banqueiro brasileiro. Ao longo de sua vida foi merecedor, por contribuição à industrialização do Brasil no período do Império, dos títulos nobiliárquicos primeiro de Barão (1854) e depois de Visconde de Mauá (1874). Foi pioneiro em várias áreas da economia do Brasil.

Dentre as suas maiores realizações encontra-se a implantação da primeira fundição de ferro e estaleiro no país, a construção da

primeira ferrovia brasileira, a estrada de ferro Mauá, no atual estado do Rio de Janeiro, o início da exploração do rio Amazonas e afluentes, bem como o Guaíba e afluentes, no Rio Grande do Sul, com barcos a vapor, a instalação da iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro, a criação do primeiro Banco do país, e a instalação do cabo submarino telegráfico entre a América do Sul e a Europa.

É reconhecido como o principal representante dos primórdios do capitalismo na América do Sul, ao incorporar e adotar em suas empresas, os recursos e maquinários aplicados na Europa e nos Estados Unidos no período da Revolução Industrial do século XIX. É considerado, pelos registros históricos, como o primeiro grande industrial brasileiro.

Foi um dos grandes opositores da escravidão e do tráfico de escravos, entendendo que somente a partir de um comércio livre e trabalhadores libertos e com rendimentos poderia o Brasil alcançar situação de prosperidade.

Nascido em uma família de proprietários de pequena estância de criação de gado no Rio Grande do Sul, na fronteira com a República do Uruguai, Irineu Evangelista de Sousa ascendeu socialmente pelos seus próprios méritos, estudos e iniciativa, sendo considerado um dos empreendedores mais importantes do Brasil, no século XIX, estando à frente de grandes iniciativas e obras estruturadoras relacionadas ao progresso econômico no Segundo Reinado.

De início incompreendido e contestado por uma sociedade rural e escravocrata, hoje é considerado o símbolo dos empreendedores capitalistas brasileiros do século XIX. Foi precursor, no Brasil, do liberalismo econômico, defensor da abolição da escravidão, da valorização da mão-de-obra e do investimento em tecnologia.

Para uma referência comparativa, no auge da sua carreira (1860), controlava dezessete empresas localizadas em seis países (Brasil, Uruguai, Argentina, Inglaterra, França e Estados Unidos). No balanço consolidado das suas empresas em 1867, o valor total dos ativos foi estimado em 115 mil contos de réis, enquanto o orçamento do Império, no mesmo ano, contabilizava 97 mil contos de réis.

Militou politicamente na defesa de seus ideais, tendo sido eleito deputado pela província do Rio Grande do Sul em diversas legislaturas. A combinação das suas ideias, juntamente com o agravamento da instabilidade política da região platina, tornou-o alvo das intrigas dos conservadores. As suas instalações passaram a ser alvo de sabotagens criminosas e os seus negócios foram abalados pela legislação que reduziu as taxas de importação sobre as importações de máquinas, ferramentas e ferragens. Chegou a decretar falência

de sua principal instituição, o Banco Mauá. No entanto, em três anos pagou suas dívidas e reiniciou os negócios como corretor de café.

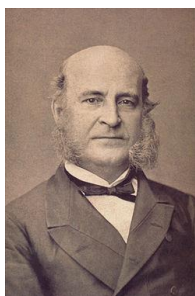
Faleceu em 1889, poucas semanas antes da queda do Império do Brasil, que ele auxiliou a fazer prosperar.

RUA VISCONDE DO RIO BRANCO

Extensão: 190 metros

Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944



José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco (16/03/1819 – 01/11/1880) foi um político, monarquista, diplomata e jornalista brasileiro. Iniciou sua trajetória política através da Facção Áulica, que praticamente comandava o país durante a adolescência do Imperador Dom Pedro II, dada sua influência sobre o inexperiente monarca.

Seus esforços diplomáticos objetivando o fim da Guerra do Uruguai e posteriormente do Paraguai foram bem sucedidos e lhe valeram o título nobiliárquico de Visconde do Rio Branco.

Foi pai do Barão do Rio Branco, porém é oportuno lembrar que os títulos de nobreza brasileiros, apesar de vitalícios, não eram hereditários. O Barão do Rio Branco recebeu este título amparado em seu próprio trabalho e não por herança.

Rio Branco foi Presidente do Conselho de Ministros (equivalente ao cargo de primeiro-ministro) em 1871. Foi o presidente que mais tempo ocupou o cargo de líder do conselho, com seu gabinete sendo o segundo de maior duração na história brasileira. A mais importante de suas iniciativas foi a Lei do Ventre Livre, que alforriava crianças nascidas de mulheres escravas. Rio Branco liderou o governo que aprovou a lei e sua promulgação aumentou sua popularidade. Entretanto, seu governo foi pego em uma crise com a Igreja Católica que resultou na expulsão de maçons das irmandades. Rio Branco renunciou junto com seu gabinete em 1875 após quatro anos.

É considerado por muitos historiadores como um dos maiores estadistas do Brasil.

RUA VITAL ANTONIO ALMEIDA

Extensão: 170 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1869/2002

Vital Antonio Almeida, filho de Irma de Almeida, nasceu em Campos Novos – SC, no ano de 1957.

Casado com Maria Roseli Albieiro Almeida, com quem teve 3 filhos: Talita de Almeida, Rômulo Vital Almeida e Nara Irma de Almeida.

Vital Antonio Almeida faleceu no dia 02 de julho de 2002, aos 45 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio.

RUA VITOLDO GURSKI

Extensão: 120 metros

Bairro: Martello

Lei 1864/2002

Vitoldo Gurski, filho de José Gurski e de Estanislava Gurski, nasceu em São Mateus – PR, no dia 15 de junho de 1930.

Veio para Caçador ainda jovem e aqui casou com Sofia Staskowian, com quem teve dois filhos: José Vitor Gurski e Júlio César Gurski.

Vitoldo, mais conhecido por “*seu Vito*”, sempre foi um homem trabalhador e muito responsável para com sua família. Tinha uma sapataria, onde exercia seu trabalho como sapateiro.

Muito religioso, Vitoldo foi um dos primeiros ministros da eucaristia da paróquia São Francisco de Assis, em Caçador. Sempre ativo dentro da comunidade onde morava, Vitoldo foi por muitas vezes membro do conselho comunitário, onde sempre trabalhou e lutou contribuindo para o engrandecimento daquela comunidade e para o bem estar de seus vizinhos.

Vitoldo Gurski faleceu no dia 19 de julho de 2002, aos 72 anos de idade, deixando saudades e lembranças de suas conquistas na comunidade do bairro Kurtz.

(adaptado de texto do Vereador Osmar Barcaro)

RUA VITOR KONDER

Extensão: 100 metros

Bairro: Paraíso

Lei 44/1966

Vitor Konder (21/02/1886 – 06/08/1941) exerceu a carreira de advogado e foi um político catarinense e brasileiro. Deputado estadual em dois mandatos, comandou o Ministério da Viação e Obras Públicas, de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930, no governo de Washington Luís.



Sua importância histórica, entretanto, está muito marcada pelo seu noivado, com Ruth Ramos, irmã de Nereu Ramos, que chegaria a ser presidente da República por um curto período e filha de Vidal Ramos, então Senador e ex-governador de Santa Catarina.

Desde 1920 as famílias Konder (que passaria a ser conhecida por Konder Bornhausen mais tarde) e Ramos revezavam-se no poder numa simbiótica aliança que beneficiava a ambas as famílias. Naquele momento da história, o noivado de Vitor e Ruth apenas consumava uma relação iniciada na década anterior, quando o lageano Vidal Ramos governava Santa Catarina e os irmãos itajaienses Marcos, Adolfo e Vitor Konder tentavam entrar na linha de frente da política estadual. As duas famílias integravam o Partido Republicano Catarinense, único partido do Estado – liderado pelos senadores Lauro Müller e Hercílio Luz.

Disputas internas do partido acabam por isolar a família Ramos e os Konder galgam postos de confiança no estado. Vitor Konder seria secretário de Obras e Finanças no governo de Hercílio Luz e transformaria em realidade sua maior obra, a ponte que ligaria a capital ao continente. Ao mesmo tempo, a família Ramos passava a fazer ferrenha oposição ao governador Hercílio Luz. Somado a isso, a saúde de Vitor Konder se deteriora e ele parte para a Europa, para tratamento de saúde.

Não se sabe se foi a saúde ou se foram os rumos da política que separaram o casal, mas, quatro anos após o noivado, sem falar pessoalmente, mandando recado até Lages, Vitor rompe o noivado com Ruth e, com isso, separa definitivamente as famílias na política catarinense.

Como ministro da Viação em um governo que pregava que “governar é construir estradas”, Vitor Konder adquire status nacional. Porém, após a revolução de 1930 chega a ser banido do país, retornando em 1934, sem conseguir, no entanto, seguir na carreira política. Seguiu nas atividades industriais em Blumenau, Brusque e Itajaí e foi um dos fundadores do banco Inco. Após viver seus dias de glória, viu a família Konder perder prestígio para a família Ramos, numa disputa que tem reflexos até os dias atuais.

RUA VITOR KRÜGER

Extensão: 610 metros

Bairro: São Cristóvão

Lei 83/1986

Victor Krüger (a grafia correta de seu nome é com “c”), filho de Miguel Krüger e de Anna Stephan, nasceu em Rio Negro – PR, no ano de 1905.

Casou-se com Francisca Woehl Krüger, com quem teve 9 filhos: Hilda Eloni, Ivone, Ivan, Ulisses, Ivete, Vitor José, Osni Valdir, Delci Antônio e Maria Salete.

Victor Krüger faleceu em 15 de dezembro de 1974, aos 69 anos de idade.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA VITOR LEZAN

Extensão: 300 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1799/2002

Nesta lei, de 2002, foram denominadas 6 ruas dos Loteamentos Vila Dr. Ulisses Guimarães, João de Barro e Dona Irene, todas próximas umas das outras e vizinhas a uma rua que já havia sido denominada em 1992, a Rua Jucely Carlos França, policial militar que exerceu suas funções em Caçador.

Através desta lei, outros 6 policiais militares foram homenageados, criando um conjunto de ruas com relação entre si, recordando da história de diversos personagens da corporação em Caçador. São eles: Carlindo de Paula, Felisberto Custódio de Oliveira, Gilberto Piola da Silva, João Carlim do Prado, José Vilmar Monteiro e Vitor Lezan.

Vitor Lezan, filho do imigrante austríaco Nicolau Lezan e de Arnaldina de Oliveira Lezan, nasceu em Porto da Pedra – PR, no ano de 1910.

Casado com Edite Oliveira Lezan, com quem teve 4 filhos: Ademar, Valfrido, Iria e Vilmar.

Como integrante da Polícia Militar de Santa Catarina, foi transferido da cidade de Florianópolis para Caçador, tendo uma passagem rápida pela cidade de Pinheiro Preto. Em Caçador, permaneceu na ativa de 1942 a 1957, quando passou para a reserva, com todas as honras e mérito por ter sido um policial exemplar em serviço ou fora dele. Um autêntico cumpridor de seus deveres.

Em 1999, após ter passado por vários tratamentos médicos, Vitor Lezan veio a falecer no dia 26 de setembro, vítima de câncer, aos 89 anos de idade.

Citava que os anos de serviço prestado em Caçador foram os mais gratificantes e felizes de sua vida.

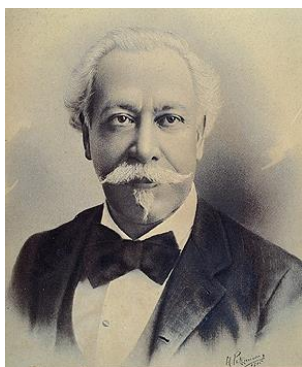
(adaptado de texto de sua esposa, Edite Oliveira Lezan)

RUA VITOR MEIRELES

Extensão: 330 metros

Bairro: Santa Catarina

Decreto 3/1944



Victor Meirelles de Lima (18/08/1832 – 22/02/1903) foi um dos mais importantes pintores de nosso país. Catarinense, natural de Desterro (atual Florianópolis), especializou-se no gênero da pintura histórica. Passou vários anos em aperfeiçoamento na Europa, através da Academia Imperial de Belas Artes. Ainda na Europa, realizou sua mais importante e conhecida obra - *A Primeira Missa no Brasil*. Tornou-se um dos pintores preferidos do imperador Dom Pedro II e prosseguiu com seu trabalho em que se destacam *Batalha dos Guararapes*, *Combate Naval do Riachuelo*, (refeito depois de ter sido danificado), *Moema*, *Retrato de Dom Pedro II*, dentre outros.

Como costuma ocorrer, sua fama trouxe-lhe muitos admiradores, mas também muitos críticos que, especialmente após a queda do Império e com o início do movimento modernista no Brasil, que culminaria na Semana de Arte Moderna de 1922, caiu no ostracismo no final do século XIX e terminou a vida em precárias condições financeiras, já muito esquecido.

Suas obras permanecem vivas na cultura nacional e são incessantemente reproduzidas em livros escolares.



A Primeira Missa no Brasil – obra prima de Victor Meirelles

A grafia do nome é sempre referida como “Victor Meirelles”, no entanto no decreto de denominação da rua consta a grafia de “Vitor Meireles”, que é adotada também pelo município homônimo do estado de Santa Catarina.

RUA VITÓRIA

Extensão: 270 metros

Bairro: Alto Bonito

Lei 674/1993

A Rua Vitória foi assim denominada com o objetivo de compatibilizar-se com diversas outras ruas próximas que já possuíam nomes de capitais de estados brasileiros, desde o ano de 1967.



A cidade de Vitória é a capital do estado do Espírito Santo, no sudeste brasileiro. Juntamente com Santa Catarina, este estado tem a característica que a sua capital não é a cidade mais populosa do estado. Na verdade a cidade de Vitória é a quarta cidade mais populosa do estado, atrás de Serra, Vila Velha e Cariacica, todas na

região da “Grande Vitória”.

Também como no caso catarinense, a capital ocupa a totalidade de uma ilha (do tipo fluviomarinho), além de porção do continente.

No século XVI, quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram à região da atual Vitória, a mesma era disputada por três grupos indígenas diferentes: os goitacás, os aimorés e os tupiniquins. O donatário português da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, fundou, em 1535, a “Vila do Espírito Santo” (atual Vila Velha), que passou a ser a capital da capitania.

Devido aos constantes ataques indígenas, franceses e holandeses à cidade fundada por Coutinho, os portugueses decidiram transferir a capital da capitania para a ilha existente nas proximidades, por ser mais fácil de defender. A Vila Nova do Espírito Santo, como foi denominada a nova capital, foi fundada em 8 de setembro de 1551. Com isto, a vila anterior ganhou o nome de “Vila Velha”. Posteriormente, a cidade teve seu nome mudado para Vitória, em memória da vitória em uma grande batalha comandada pelo donatário da capitania, Vasco Fernandes Coutinho, contra os goitacás.

A economia de Vitória é voltada para as atividades portuárias, ao comércio ativo, à indústria, à prestação de serviços e também ao turismo de negócios.

RUA DAS VITÓRIAS RÉGIAS

Extensão: 450 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 520/1992

Em 1992, em uma iniciativa de organização de áreas da cidade, as ruas do loteamento “Jardim Dileta”, no Bairro Bom Sucesso foram denominadas em conjunto, recebendo nomes de flores para designá-las. Tal proposição partiu de um pedido da própria comunidade, que relacionou o nome do loteamento “**Jardim Dileta**”, com nomes de flores. A proposição, assinada por pessoas da própria comunidade e enviada à Câmara, através do Vereador Sérgio D’Agostini, já propunha inclusive o nome das flores a ser utilizadas. Foi aceita integralmente, com a exceção da rua F, que tinha a proposta de ser chamada de “Rua das Hortências” e acabou substituída por “Rua das Primaveras”. Seis ruas compunham o loteamento, e foram denominadas como Rua das Azaléias, Rua das Orquídeas, Rua das Primaveras, Rua das Tulipas, Rua das Violetas e Rua das Vitórias Régias.



A vitória-régia é uma planta aquática da família das Nymphaeaceae, típica da região amazônica. Ela possui uma grande folha em forma de círculo, que

fica sobre a superfície da água, e pode chegar até 2,5 metros de diâmetro e suportar até 40 quilos se forem bem distribuídos em sua superfície.

A folha é tão conhecida e chamativa que chega a ser erroneamente confundida com a flor.

Sua flor (a floração ocorre desde o início de março até julho, mas dura apenas 48 horas para cada flor) pode ser branca, lilás, roxa, rosa e até amarela, expele uma fragrância noturna adocicada, e mantém-se aberta até o início da manhã seguinte.

No segundo dia, o da polinização, a flor é cor de rosa. Assim que as flores se abrem, seu forte odor atrai os besouros polinizadores, e outras espécies, que ajudam na polinização.

É conhecida, na região norte do Brasil, por diversos nomes. No entanto, seu nome mais popular, surgiu a partir da iniciativa de um pesquisador inglês que levou as sementes para serem plantadas nos jardins do palácio real em Londres. Lá, a planta recebeu o nome da Rainha Vitória em homenagem à famosa rainha do fim do século XIX.

RUA VITÓRIO BIANCHI

Extensão: 200 metros

Bairro: Rancho Fundo

Lei 2054/2004

Vitório Bianchi, filho de Francisco Bianchi e de Palmira Bianchi, nasceu em Videira – SC, no ano de 1930.

Veio para Caçador no ano de 1947, já casado com Alvira Maria Pirolli Bianchi. Aqui construiu sua família, com 7 filhos: Romildo, Lorita, Marlene, Eroni, Zélia Zita e Sueli Bianchi.

Homem calado, de um espírito muito trabalhador e empreendedor, era agricultor. Foi sócio fundador da Cooperativa Agrícola de Caçador e da Cooperativa de Eletrificação Rural de Caçador. Foi sócio atuante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador.

Tinha um carisma muito especial de ajudar as pessoas. Sempre quando solicitado ajudava, trabalhando ou doando bens, para a construção do conjunto de Bens da Comunidade.

Pessoa que não teve oportunidade de estudar, mas aprendeu na escola da vida a maneira humilde e honesta de sustentar sua família e de viver em comunidade.

Vitório Bianchi faleceu em 03 de fevereiro de 1988, aos 57 anos de idade, vítima de infarto agudo do miocárdio.

RUA VITÓRIO CHIARELLO

Extensão: 250 metros

Bairro: Figueroa

Lei 06 A/1984

Vitório Chiarello, 5º dos 12 filhos do imigrante italiano Pedro Chiarello e de Duzolina Gasparetto Chiarello, nasceu em Erechim – RS, no ano de 1919.

Pessoa de família tradicional, muito estimada em nosso meio, e que se destacou em sua vida por ter sido um consertador de gaitas e armeiro de renome nacional.

Casado com Marieta Santin Chiarello, teve 6 filhas, Nair, Nelse, Neuza, Neide, Noeli e Dila.

Pedro Chiarello e sua família vieram para Caçador em 1934, a convite de Pedro Bortolon, por ser um lugar promissor, pois já tinha estação ferroviária. Pedro Chiarello consertava e afinava gaitas, consertava máquinas de costura, e também era remedieiro de ervas.

Vitório Chiarello era um exímio armeiro. Talento nato, aprendeu sozinho. Sua especialidade era em fazer, recondicionar e consertar armas longas, principalmente winchester calibre 44. Ele fazia desde a coronha (madeira de nogueira) toda a caixa, e todas as peças internas da armas. Fabricava tudo, de maneira artesanal. Muitas das peças, ele mesmo as forjava na pequena fundição que tinha junto da oficina.

Além de um artista como armeiro, ele era um exímio caçador de pombas carijós e papagaios, pois tinha “olhos de lince” para enxergar papagaio no meio dos galhos das araucárias, assim como uma habilidade incomum de localizar bandos de pombas carijós.

Não foi um bom caçador de perdigão, porém, seu irmão Alfredo Chiarello, não deixou por menos, e assumiu o posto de exímio caçador de perdigão. Vitório Chiarello além de caçador, foi também um grande pescador. Pescava quase que todas as tardes no rio do peixe, nas propriedades do sr. Gumercindo

Carneiro, onde até hoje, é conhecido pela população de Caçador como a “praia do Gumercendo”.



Uma das muitas imagens de caçadas. Da esquerda para a direita Diógenes Dalmédico, Alfredo Chiarello e Vitório Chiarello

Sua oficina sempre estava cheia de pessoas. Além de clientes, vários amigos passavam por lá para bater um papo, combinar uma pescaria, ou uma caçada. Sr. Vitório sempre foi muito prestativo. Pois além de consertar armas, fazia outros pequenos consertos, desde utensílios domésticos até ferramentas para pessoas de colônias e fazendas. Dentre esse consertos, estavam cabos de facas de cozinha, cabos de chaleiras, afiar facas, até tesouras de podas de uva, pistolas de vacinação de gado, e demais coisas inerentes a atividades rurais.

Vitório Chiarello faleceu em 10 de abril de 1984, aos 64 anos de idade, em decorrência de problemas renais e pulmonares.

RUA VITÓRIO RECALCATTI

Extensão: 200 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

Victório Recalcatti (a grafia correta de seu nome é com “c”), filho de Albino Recalcatti e de Júlia Recalcatti, nasceu em Taquara do Mundo Novo (atualmente Taquara) – RS, no ano de 1906.

Casou-se com Bertha Capeletti, com quem teve 12 filhos.

Victório Recalcatti faleceu em 02 de março de 1984, aos 77 anos de idade, em decorrência de pneumonia.

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

RUA WALDEMAR FAUTH

Extensão: 110 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2660/2009



Waldemar Fauth, filho de Balduino Inácio Fauth e de Guilhermina Fauth, nasceu em 21 de maio de 1903, em Montenegro – RS.

Veio para Caçador no início dos anos 1930. Chegando aqui, junto com João Stefanos montou uma serraria, onde era a propriedade de Ernesto Bolson. Também foi proprietário de estabelecimento comercial no Largo Santelmo até o início dos anos 1980.

Viveu maritalmente com Tereza Lorenz com quem teve cinco filhos, Alice, Edgar Arlindo, Ilmo Pedro, Ivo Adelar e Sérgio Oscar. Na política, foi eleito vereador para dois mandatos, 1947-1951, sendo eleito presidente da câmara, pelo PTB, e 1951-1955, pelo MDB, do qual foi um dos membros fundadores.

Viajou de avião de Caçador para São Borja, para o aniversário do então presidente Getúlio Vargas, seu grande ídolo e conselheiro político.

Dedicou sua vida a ajudar os mais necessitados, um de seus princípios.

Waldemar Fauth faleceu em 02 de setembro de 1994, aos 91 anos de idade.

(adaptado de texto de seus netos, Álvaro, Adriana e Marlos)

RUA WALDOMIRO WITIUK

Extensão: 100 metros

Bairro: Santa Catarina

Lei: 2815/2011

Waldomiro Witiuk, filho dos imigrantes ucranianos Miguel Witiuk e Michelina Witiuk, nasceu em Porto União – SC, no ano de 1931.

Casado com Emília Witiuk, com quem teve 13 filhos: Dirceu, Luiza, Olga, Celso, Marli, Maria, José Irineu, Ilma, Olmiro, Jair, Aldemira, Aldair Rogério e Sônia.

Waldomiro Witiuk faleceu em 07 de outubro de 1982, aos 51 anos de idade, vítima de intoxicação por produtos químicos.

RUA WILAMIR ANTÔNIO GIARETTA

Extensão: 100 metros

Bairro: Figueroa

Lei 1965/2003

Wilamir Antônio Giaretta, filho de Ângelo Giaretta e de Mercedes Giaretta, nasceu em Erechim – RS, em 28 de maio de 1954.

Com muita dificuldade, foi educado pela família em companhia de mais 6 irmãos.. Sendo o caçula da família, não lhe coube a sorte de poder realizar grandes estudos em centros urbanos maiores, como o fizeram os seus irmãos. Mesmo assim, e talvez por causa disso, tornou-se um homem batalhador e lutador por seus ideais.

Chegando à sua adolescência, não contente com a formação recebida nas escolas de 1º grau locais, enquanto de dia trabalhava, à noite freqüentava os estudos de 2º grau, conseguindo concluí-lo.

Seu primeiro local de trabalho foi a “Sponchiado – Equipamentos para Escritório”, onde trabalhou durante 16 anos.

Ainda em Erechim, casou com Lindacir S. Faccio Giaretta, de cuja união nasceram dois filhos, Maurício e Matheus.

Em 1982, Wilamir Giaretta transferiu-se com sua família para Caçador, trazendo uma representação da Sponchiado equipamentos, que se instalou em frente à Praça Nossa Senhora Aparecida, onde permaneceu até 1990.

Neste ano, em companhia de seu amigo, Pedro Frigulha, idealizou instalar em nossa cidade um centro de informática, antevendo o sucesso e a capilarização destes recursos eletrônicos. Criaram então, a Líder Informática.

Além disto, Wilamir Giaretta realizou outras obra de vulto em nossa cidade, como membro do Lions Clube Universidade, na qual exerceu o cargo de diretor

administrativo. Neste período sob sua atuação, foram realizadas a instalação da campanha da visão, construção de um quiosque turístico no parque de exposições e a construção da sede da Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador.

Wilamir Antônio Giaretta faleceu tragicamente em um acidente automobilístico, no dia 07 de setembro de 1999, aos 45 anos de idade.

A homenagem prestada enaltece o espírito empreendedor e as iniciativas de Wilamir Giaretta e serve como estímulo a todos os cidadãos caçadorenses para seguirem exemplos de vida como este.

(adaptado de texto do Vereador Mauro Luiz Ceccatto)

RUA XAVANTES

Extensão: 120 metros

Bairro: Bom Sucesso

Lei 1724/2002

Em 2002, mais uma das iniciativas de organização de áreas da cidade foi tomada, nominando ruas dos loteamentos Irmãos Cordeiro e Vila João Corrêa de Mello, no bairro Bom Sucesso.

Foram denominadas 14 ruas destes loteamentos, todas próximas umas das outras, com nomes de tribos indígenas brasileiras. A justificativa para a escolha do nome destas ruas foi a de que, 500 anos após o descobrimento, estas nações indígenas ainda sobrevivem. São elas: Avá-Canoeiro, Bororos, Caeté, Caiapós, Carijó, Goitacá, Ianomâmi, Juruna, Pataxó, Potiguar, Tamoio, Tremembé, Tupiniquim e Xavantes.

O povo indígena xavante soma, atualmente, cerca de 15.000 indivíduos, distribuídos em 12 aldeias, todas nos estados de Mato Grosso e Goiás. Tinham, como atividade predominante até a segunda metade do século XX, a caça, a pesca e a coleta de frutos e palmeiras.

Pintam-se com jenipapo, carvão e urucum, tiram as sobrancelhas e os cílios, usam cordinhas nos pulsos e pernas e a gravata cerimonial de algodão. O corte de cabelo e os adornos e pinturas são marcadores de diferença dos xavantes em relação aos outros, transmitida através dos cantos pelos ancestrais e partilhados com todo o povo da aldeia.

Houve tentativas de integração com a sociedade brasileira em meados do século XIX, mas optaram por distanciar-se, migrando entre 1830 e 1860 em direção ao atual estado do Mato Grosso, onde viveram sem serem

intensivamente assediados até a década de 1930. Na década de 1990, os xavantes tiveram várias experiências novas com os "estrangeiros", como um intercâmbio realizado com a Alemanha; a implementação de um projeto de educação bilíngue; e uma parceria musical com a banda de heavy metal Sepultura em seu álbum "Roots".

RUA XAXIM

Extensão: 150 metros

Bairro: Berger

Lei 40/1956

A publicação desta lei deu origem a um “pacote” de denominações de ruas todas em um mesmo loteamento, próximas umas das outras que denominou 6 ruas com nomes de municípios catarinenses, relativamente próximos de nossa cidade. As seis ruas denominadas foram Canoinhas, Joaçaba, Xaxim, Videira, além de “Lajes” (com “J” na grafia, pois só seria alterada para “Lages” a partir de 1960) e “Xapecó”, (com “X” na grafia).

A cidade de Chapecó tem a origem do seu nome na língua tupi Xapecó, que significa “lugar de onde se avista o caminho da roça”. O uso, os costumes e o vernáculo fizeram com que a rua passasse a ser conhecida por Rua Chapecó (com “Ch”), como deve ser próprio da língua portuguesa, mesmo sem uma alteração legislativa específica.



Xaxim foi fundada em 1953, apenas três anos antes da publicação desta lei, desmembrado do município de Chapecó. Fica localizado a uma distância de 195 km de Caçador. Conta com uma população de 274.000 habitantes e tem suas principais atividades econômicas ligadas à agropecuária e agroindústria.

A origem de seu nome provoca diversas controvérsias, sendo admitidas diversas possibilidades. Uns dizem que, existia grande quantidade de árvores "xaxim" e os tropeiros chamavam de "bandas de xaxim". Outra teoria é que a palavra Xaxim tem origem da língua tupi-guarani. Perto do local do pouso dos tropeiros havia uma pequena queda d'água. Xá = pequena, Xim = queda d'água. Juntando, ficou Xaxim.

Há também uma versão de que um velho kaigang, ao passar por aqui, se deparou com o término do sal que possuía. Assim, ele disse em sua língua aos índios que o acompanhavam, "xá xi", que significa pouco, pequeno, originando assim, o nome Xaxim. Outra versão, mais parecida com anedota, é a que conta

sobre o negro africano chamado Josezinho Xaxim, que teria ganhado este apelido devido ao seu cabelo “garradim” e que em 1865 se estabeleceu na região com sua família. Este lugar, em sua homenagem, teria ganhado o nome Xaxim.

RUA ZAKI THOMÉ

Extensão: 180 metros

Bairro: Martello

Lei 83/1986

A rua havia sido denominada através da Lei 16/1984, porém uma revisão geral das descrições das ruas fez com que a lei fosse alterada, passando a valer a Lei 83/1986.

Zaki Thomé, filho de Abdalla José Thomé, natural do Líbano e de Zaquie Elias Ader, natural da Síria, nasceu em Rebouças – PR, aos 11 de novembro de 1919.

Comerciante, foi vereador em Caçador no período de 1947 a 1955.

Zaki Thomé faleceu em 10 de setembro de 1977, aos 57 anos de idade.

RUA ZÉLIO RODRIGUES

Extensão: 500 metros

Bairro: Gioppo

Lei 496/1991



Zélio Rodrigues nasceu na cidade de Caçador a 02 de outubro de 1932, filho de João Rodrigues e Maria das Dores Linhares Rodrigues.

Seu primeiro trabalho, aos 14 anos de idade, foi na Fábrica de Caixas de Ottmar Fleck, como plaineiro, onde trabalhou de 17/06/46 a 17/11/56.

Após isto, trabalhou na oficina de consertos da A Motolândia S.A. Ind. E Com., de 19/11/56 a 30/06/64, como mecânico na Auto Pedrassani S.A., de 24/08/64 a 28/02/65 e como mecânico na Prefeitura Municipal de Caçador, de 22/03/65 até seu falecimento, no dia 23/09/74, vítima de acidente de trabalho na Central de Serviços da Prefeitura.

Destacou-se no futebol, jogando no Esporte Clube Olímpico em 1951, No esporte clube Cariris, sendo bicampeão municipal em 1953 e 1954. Jogou no Ferroviário, sendo campeão caçadoreense em 1958 e no Esporte Clube Flamengo em 1960.



Um dos times de futebol em que Zélio se destacava

Em união com Ondina dos Santos tiveram dois filhos: Zélio Antônio Rodrigues e Jocélio Domingos Rodrigues.

ANÁLISE ESTATÍSTICA DAS HOMENAGENS PRESTADAS PELAS DENOMINAÇÕES DAS RUAS DE CAÇADOR

99 Homenagens a Locais

16 Estados brasileiros

10 Capitais de Estados Brasileiros (incluindo Brasília)

42 cidades catarinenses

1 cidade do Líbano (Bazbina)

1 referência a local do Contestado (Caraguatá)

23 Países

12 Americanos

2 América do Norte (Canadá e Estados Unidos)

1 América Central (Panamá)

9 América do Sul

9 Europeus

2 Asiáticos (Oriente Médio) (Israel e Líbano)

6 Acidentes Geográficos (Serras)

23 nomes indígenas, sendo 4 nomes e 19 tribos

5 datas (1 municipal (25 de março), 1 internacional (1º de maio) e 3 nacionais (13 de Maio, XV de Novembro e Sete de Setembro))

4 expressões – 2 em referência a Jesus Cristo (Bom Pastor e Príncipe da Paz), Rua da Paz e Rua Bela Vista

10 pássaros

13 Vegetais

6 flores

6 árvores

1 alimento (Palmito)

1 evento (Contestado)

2 referências a eventos da Guerra do Paraguai, sendo uma referência a um Navio utilizado na Guerra, que foi praticamente o estopim para os conflitos (Marquês de Olinda) e uma referência a uma importante batalha desta Guerra (Riachuelo)

602 Homenagens a Pessoas

8 Santos Católicos

10 destaques Catarinenses

31 personalidades Nacionais

4 personalidades internacionais

14 personagens da Guerra do Contestado

535 cidadãos caçadorenses

TOTAL – 759 VIAS,

282.910 METROS DE VIAS

A via mais curta é a João Pedro da Silva Brasil, com 30 metros de extensão

A via mais longa é a Avenida Antônio Comazzetto, com 6.000 metros de extensão

Se não considerarmos as vias de acesso à cidade, a mais longa é a Rua Luiz Tortatto, com 2.400 metros de extensão

33 outros nomes foram utilizados

1 nome foi extinto pela incorporação da rua a outra (Travessa Duque de Caxias passou a fazer parte da Travessa General Osório)

1 foi alterado devido à grafia errada (Luiz Coelho de Souza para Carlos Augusto Coelho de Souza)

13 foram planejadas, denominadas, mas as ruas não chegaram a ser implementadas na realidade, ou mesmo tiveram seus nomes alterados sem constar uma revogação propriamente dita da denominação anterior.

Angelo Decarli

Edmundo Werlle

Gaspar

Geny Veronesse

Indaial

Irmão Venâncio José

João Pedro Pereira Carpes

João Pereira Primo

Layne Faoro

Luiz Almeida

Luiz Driessen

México

Paraná

4 nomes de ruas sofreram alterações, sendo eliminados, mas foram reutilizados posteriormente, ainda que com pequenas alterações (15 de Novembro (para XV de Novembro), Francisco Corrêa (para Francisco Corrêa de Mello), Videira (que ficava no atual bairro Bom Jesus, foi alterada para Rua Urussanga e passou a ser utilizada no bairro Berger) e Siqueira Bello (extinta como rua (atual Salgado Filho) e passou a ser utilizada no Largo Prefeito Manoel Siqueira Bello))

14 foram renomeadas, extinguindo a denominação

- 2 datas (10 de Novembro e 3 de Outubro)

- 2 nomes de cidades (Arroio Trinta e Cruzeiro do Sul (antigo nome de Joaçaba))

- 5 nomes indígenas (Caçanjurê, Iara, Iracema, Jaci e Jandaia)

- 1 referência à Guerra do Paraguai (Itororó)

- 4 nomes próprios

 - 2 caçadorenses (Maria Rita de Castilho Falcão e José Maria dos Santos)

 - 2 pessoas de fora de Caçador (Cel. Fagundes e Cel. Brito e Silva)

Conclusão

A oportunidade de pesquisar, aprender e tentar contar um pouco da história de cada uma das vias de nossa cidade foi uma experiência única e engrandecedora.

Como é sobejamente conhecido pelos educadores, qualquer tentativa de ensinar algo ou de contar uma história, faz com que quem mais aprenda e compreenda seja o próprio indivíduo que se propôs a contá-la.

Ao apresentarmos e contextualizarmos cada uma das riquíssimas histórias que deram origem aos nomes de nossas vias, percebemos que cada uma tem a sua importância. Datas comemorativas, locais aos quais foi prestado homenagem, sejam países, estados ou cidades, iniciativas de organização e padronização de áreas da cidade, homenagens a personalidades e destaques em suas áreas de atuação e também, e até principalmente, as homenagens às pessoas que ajudaram a construir e desenvolver nossa cidade contam pedaços de nossa história e a união de todas estas histórias é, sem dúvida, muito maior que cada uma individualmente, contrariando qualquer princípio matemático e estatístico e fazendo com que o todo seja muito maior que a soma das partes.

Os aspectos históricos do envolvimento de nossa região no contexto do Contestado também foram abordados, como assim o exigia a descrição de fatos e pessoas envolvidas neste contexto. A oportunidade de descrevermos tais eventos e personagens foi elucidativa e certamente será útil para tantos quantos buscarem estas informações.

Sempre que possível, procuramos apresentar aspectos pitorescos e interessantes de cada uma das mais de 700 histórias que aqui estão contadas. Temos a consciência de que este é um livro de consulta, que poderá ser acessada em busca de uma informação específica, sobre uma via em especial. No entanto, também pode ser encarado como um todo único e indissolúvel, que conta a história de nossa cidade através de nossas vias públicas.

Finalmente, consideramos esta obra como a consumação e consolidação da homenagem prestada através da denominação da via. Mais do que apenas um nome, figurando em uma pequena placa (que ainda fazem falta em muitas áreas da cidade), a história e a contextualização de cada uma das homenagens prestadas por parte dos administradores da cidade, registradas neste livro, eterniza definitivamente estas denominações como parte do histórico da cidade de Caçador.

Ao conseguirmos fazer com que estas informações sejam conhecidas, ensinadas e compartilhadas com todos os caçadorenses, disponibilizando-as a cada escola, biblioteca, fontes oficiais de informação e mesmo individualmente a cada um dos caçadorenses, então estaremos satisfeitos e com a certeza de termos feito uma pequena parte na grande história do município de Caçador.

Se pudermos ter a oportunidade de honrar as histórias que deram origem às homenagens prestadas pela denominação de nossas vias, teremos em mãos os instrumentos para continuar esta história de progresso, desenvolvimento e crescimento.



Alencar Mendes é Cirurgião Dentista, formado há 20 anos, com pós-graduação em Dentística Restauradora, Odontologia do Trabalho e Tratamento da Halitose.

Ingressou na atividade política direta no ano de 2013, assumindo como Vereador de sua cidade natal, Caçador. Concluiu MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades.

No exercício do mandato, envolveu-se diretamente, em seguidas oportunidades, com atividades ligadas às questões da organização urbana da cidade de Caçador. Tal envolvimento fez com que surgisse a ideia e o propósito de organizar, catalogar e disponibilizar a todos, o registro da história por trás de cada uma das homenagens prestadas através da denominação das ruas da cidade. Ao fazê-lo, não apenas os nomes, mas as histórias destas homenagens ganham a perpetuação que tanto merecem.

A presente obra ganha contornos ainda mais relevantes ao ser considerada como a consolidação das homenagens prestadas por cada uma das vias de nosso município.

Que a leitura deste trabalho seja agradável e informativa. Divertida e educativa. Oportuna e enriquecedora. Boa leitura.

“Ao apresentarmos e contextualizarmos cada uma das riquíssimas histórias que deram origem aos nomes de nossas vias, percebemos que cada uma tem a sua importância. Datas comemorativas, locais aos quais foi prestado homenagem, sejam países, estados ou cidades, iniciativas de organização e padronização de áreas da cidade, homenagens a personalidades e destaques em suas áreas de atuação e também, e até principalmente, as homenagens às pessoas que ajudaram a construir e desenvolver nossa cidade contam pedaços de nossa história. A união de todas estas histórias é, sem dúvida, muito maior que cada uma individualmente, contrariando qualquer princípio matemático e estatístico e fazendo com que o todo seja muito maior que a soma das partes.

Esta obra representa a consumação e consolidação da homenagem prestada através da denominação da via. Mais do que apenas um nome, figurando em uma pequena placa, a história e a contextualização de cada uma das homenagens prestadas por parte dos administradores da cidade, registradas neste livro, eterniza definitivamente estas denominações como parte do histórico da cidade de Caçador.

Se pudermos ter a oportunidade de honrar as histórias que deram origem às homenagens prestadas pela denominação de nossas vias, teremos em mãos os
